



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1710

Quarta-feira - 25 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Irineópolis	221	São Pedro de Alcântara.....	499
Antônio Carlos	24	Itá	224	Schroeder.....	506
Arroio Trinta.....	25	Itaiópolis	225	Serra Alta	525
Atalanta.....	29	Itapiranga.....	226	Tigrinhos	526
Balneário Rincão	30	Itapoá	228	Timbé do Sul	528
Barra Velha.....	30	Jacinto Machado	233	Timbó	529
Bela Vista do Toldo.....	32	Joaçaba.....	234	Tunápolis.....	532
Benedito Novo	33	Lages	250	Vargem Bonita	534
Biguaçu	34	Lauro Muller	253	Vidal Ramos.....	536
Blumenau	36	Lebon Regis	254	Videira.....	536
Bom Jesus do Oeste	46	Leoberto Leal.....	257	Vitor Meireles.....	537
Bom Retiro	49	Lindóia do Sul	257	Xavantina	537
Braço do Trombudo	49	Luzerna	258	Xaxim.....	539
Brunópolis	61	Mafra	319		
Brusque.....	62	Maracajá	324	Associações	
Caçador.....	66	Massaranduba.....	324	AMAUC.....	541
Camboriú.....	67	Meleiro	326	FECAM	545
Campo Alegre	68	Modelo	327		
Campos Novos.....	75	Navegantes.....	336	Consórcios	
Canelinha	114	Nova Trento	350	CIGA	546
Canoinhas.....	114	Novo Horizonte	352	Consórcio Intermunicipal Quiriri.....	548
Capinzal	136	Orleans	352	Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	
Catanduvas.....	138	Ouro Verde.....	353		551
Caxambu do Sul.....	146	Palhoça	354		
Chapadão do Lageado	150	Palmitos	394		
Cocal do Sul.....	153	Papanduva.....	396		
Concórdia	154	Passo de Torres.....	397		
Cordilheira Alta	155	Passos Maia	400		
Coronel Martins.....	160	Penha.....	400		
Correia Pinto.....	162	Peritiba.....	402		
Curitibanos	162	Pinheiro Preto	410		
Ermo	163	Pomerode.....	413		
Forquilha.....	163	Ponte Serrada	414		
Fraiburgo.....	165	Porto Belo.....	415		
Garopaba.....	171	Porto União.....	417		
Garuva	172	Pouso Redondo	430		
Gaspar	173	Presidente Castello Branco.....	431		
Governador Celso Ramos	174	Rio do Sul.....	432		
Grão Pará	174	Salto Veloso	439		
Guaraciaba	176	Santa Rosa do Sul	440		
Guaramirim.....	185	Santa Terezinha do Progresso	441		
Guarujá do Sul.....	185	Santiago do Sul.....	442		
Herval d'Oeste	187	São Bento do Sul.....	443		
Ibiam	192	São Carlos	444		
Ilhota	192	São Domingos.....	445		
Imarui	193	São José.....	450		
Imbituba	193	São José do Cedro.....	466		
Indaial.....	197	São Lourenço do Oeste.....	496		
Ipumirim	220	São Miguel do Oeste.....	498		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 1º BIMESTRE 2015 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Município de AGUA DOCE - SC
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.582.724,21	22.582.724,21	3.689.840,12	16,34	3.689.840,12	16,34
RECEITAS CORRENTES	21.554.404,21	21.554.404,21	3.559.180,90	16,51	3.559.180,90	16,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.527.574,00	1.527.574,00	228.812,91	14,98	228.812,91	14,98
IMPOSTOS	1.090.550,00	1.090.550,00	181.647,77	16,66	181.647,77	16,66
TAXAS	392.024,00	392.024,00	47.165,14	12,03	47.165,14	12,03
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	376.185,00	376.185,00	59.074,33	15,70	59.074,33	15,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	172.185,00	172.185,00	15.249,01	8,86	15.249,01	8,86
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	204.000,00	204.000,00	43.825,32	21,48	43.825,32	21,48
RECEITA PATRIMONIAL	221.550,00	221.550,00	4.061,32	1,83	4.061,32	1,83
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	221.550,00	221.550,00	4.061,32	1,83	4.061,32	1,83
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.750,00	15.750,00	4.240,02	26,92	4.240,02	26,92
Outras Receitas Agropecuárias	15.750,00	15.750,00	4.240,02	26,92	4.240,02	26,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.273.940,21	19.273.940,21	3.231.180,89	16,76	3.231.180,89	16,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.664.980,21	18.664.980,21	3.168.238,53	16,97	3.168.238,53	16,97
Transf. de Conv.	608.960,00	608.960,00	62.942,36	10,34	62.942,36	10,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	139.405,00	139.405,00	31.811,43	22,82	31.811,43	22,82
Multas e Juros de Mora	12.461,00	12.461,00	5.566,70	44,67	5.566,70	44,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	72.650,00	72.650,00	11.667,73	16,06	11.667,73	16,06
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	16.431,00	16.431,00	11.394,56	69,35	11.394,56	69,35
RECEITAS DIVERSAS	37.863,00	37.863,00	3.182,44	8,41	3.182,44	8,41
RECEITAS DE CAPITAL	1.028.320,00	1.028.320,00	130.659,22	12,71	130.659,22	12,71
ALIENAÇÃO DE BENS	66.200,00	66.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	66.200,00	66.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	962.120,00	962.120,00	130.659,22	13,58	130.659,22	13,58
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	962.120,00	962.120,00	130.659,22	13,58	130.659,22	13,58
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	172.185,00	172.185,00	12.113,86	7,04	12.113,86	7,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	172.185,00	172.185,00	12.113,86	7,04	12.113,86	7,04
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	172.185,00	172.185,00	12.113,86	7,04	12.113,86	7,04
Contribuições Sociais	172.185,00	172.185,00	12.113,86	7,04	12.113,86	7,04
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.754.909,21	22.754.909,21	3.701.953,98	16,27	3.701.953,98	16,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária						
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.754.909,21	22.754.909,21	3.701.953,98	16,27	3.701.953,98	16,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.754.909,21	22.754.909,21	3.701.953,98	16,27	3.701.953,98	16,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.038.315,17	—	—	148.304,60	—
Superávit Financeiro	—	1.038.315,17	—	—	148.304,60	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.582.724,21	3.326.815,17	25.909.539,38	3.398.544,80	3.398.544,80	9,30	2.410.022,96	2.410.022,96	9,30	23.499.516,42
DESPESAS CORRENTES	20.255.343,89	809.242,17	21.064.586,06	3.334.166,74	3.334.166,74	11,23	2.365.199,90	2.365.199,90	11,23	18.699.386,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.722.971,78	294.891,96	12.017.863,74	1.738.695,04	1.738.695,04	14,47	1.738.695,04	1.738.695,04	14,47	10.279.168,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.680,00	500,00	10.180,00	2.037,97	2.037,97	20,02	2.037,97	2.037,97	20,02	8.142,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.535.592,48	240.752,89	1.776.345,37	744.084,26	744.084,26	9,51	168.933,68	168.933,68	9,51	1.607.411,69
Transferências a União	6.987.099,63	273.097,32	7.260.196,95	849.349,47	849.349,47	6,27	455.533,21	455.533,21	6,27	6.804.663,74
DESPESAS DE CAPITAL	2.269.380,32	2.537.573,00	4.806.953,32	64.378,06	64.378,06	0,93	44.823,06	44.823,06	0,93	4.762.130,26
INVESTIMENTOS	1.654.462,32	2.533.973,00	4.188.435,32	20.734,00	20.734,00	0,03	1.179,00	1.179,00	0,03	4.187.256,32
Amortização da Dívida	614.918,00	3.600,00	618.518,00	43.644,06	43.644,06	7,06	43.644,06	43.644,06	7,06	574.873,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.000,00	-20.000,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	172.185,00	1.500,00	173.685,00	15.845,50	15.845,50	9,12	15.845,50	15.845,50	9,12	157.839,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	172.185,00	1.500,00	173.685,00	15.845,50	15.845,50	9,12	15.845,50	15.845,50	9,12	157.839,50
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.754.909,21	3.328.315,17	26.083.224,38	3.414.390,30	3.414.390,30	9,30	2.425.868,46	2.425.868,46	9,30	23.657.355,92

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.754.909,21	3.328.315,17	26.083.224,38	3.414.390,30	3.414.390,30	2.425.868,46	2.425.868,46	9,30
SUPERÁVIT (XIII)								
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.754.909,21	3.328.315,17	26.083.224,38	3.414.390,30	3.414.390,30	2.425.868,46	3.701.953,98	14,19

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	22.582.724,21	25.909.539,38	3.398.544,80	3.398.544,80	2.410.022,96	2.410.022,96	99,35	9,30
Ação Legislativa	808.914,00	807.414,00	81.845,04	81.845,04	81.845,04	81.845,04	3,37	10,14
Administração	1.991.475,00	1.995.100,00	371.459,41	371.459,41	288.013,83	288.013,83	11,87	14,44
Administração Geral	1.991.475,00	1.995.100,00	371.459,41	371.459,41	288.013,83	288.013,83	11,87	14,44
Segurança Pública	202.850,00	222.850,00	34.409,18	34.409,18	19.084,42	19.084,42	0,79	8,56
Policimento	13.200,00	13.200,00	1.996,39	1.996,39	1.496,39	1.496,39	0,06	11,34
Defesa Civil	189.650,00	209.650,00	32.412,79	32.412,79	17.588,03	17.588,03	0,73	8,39
Assistência Social	1.304.908,57	1.417.275,55	156.496,73	156.496,73	117.643,55	117.643,55	4,85	8,30
Assistência ao Portador de Deficiência	3.260,00	3.260,00	182,40	182,40	182,40	182,40	0,01	5,60
Assistência à Criança e ao Adolescente	154.732,32	176.452,32	29.979,00	29.979,00	29.979,00	29.979,00	1,24	16,99
Assistência Comunitária	1.146.916,25	1.237.563,23	126.335,33	126.335,33	87.482,15	87.482,15	3,61	7,07
Saúde	4.625.350,46	5.048.647,19	1.132.038,99	1.132.038,99	556.888,41	556.888,41	22,96	11,03
Atenção Básica	3.628.074,46	3.756.005,35	648.180,14	648.180,14	478.615,39	478.615,39	19,73	12,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	427.770,00	445.647,55	434.757,55	434.757,55	37.686,67	37.686,67	1,55	8,46
Suporte Profilático e Terapêutico	477.050,00	721.050,00	40.646,13	40.646,13	36.026,13	36.026,13	1,49	5,00
Vigilância Sanitária	68.696,00	99.196,99	5.845,52	5.845,52	4.560,22	4.560,22	0,19	4,60
Vigilância Epidemiológica	23.760,00	26.747,30	2.609,65	2.609,65	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	6.444.573,45	6.612.953,00	761.023,74	761.023,74	622.917,69	622.917,69	25,68	9,42
Alimentação e Nutrição	177.600,00	186.124,40	10.594,31	10.594,31	1.385,35	1.385,35	0,06	0,74
Ensino Fundamental	4.699.457,35	4.827.662,22	589.404,84	589.404,84	469.973,19	469.973,19	19,37	9,74
Ensino Médio	82.710,90	84.281,95	103,14	103,14	103,14	103,14	0,00	0,12
Ensino Superior	180.500,00	180.500,00	5.370,30	5.370,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.292.305,20	1.322.384,43	155.551,15	155.551,15	151.456,01	151.456,01	6,24	11,45
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	171.205,00	224.305,00	16.649,58	16.649,58	16.459,58	16.459,58	0,68	7,34
Difusão Cultural	171.205,00	224.305,00	16.649,58	16.649,58	16.459,58	16.459,58	0,68	7,34
Urbanismo	1.945.912,73	4.461.571,64	275.223,68	275.223,68	180.801,20	180.801,20	7,45	4,05
Infra-Estrutura Urbana	361.352,73	2.383.914,73	2.795,28	2.795,28	2.795,28	2.795,28	0,12	0,12
Serviços Urbanos	1.584.560,00	2.077.656,91	272.428,40	272.428,40	178.005,92	178.005,92	7,34	8,57

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habitação	22.582.724,21	25.909.539,38	3.398.544,80	3.398.544,80	2.410.022,96	2.410.022,96	99,35	23.499.516,42
Habitação Rural	201.000,00	201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.000,00
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Saneamento	151.000,00	151.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.000,00
Saneamento Básico Urbano	68.720,00	97.458,00	28.745,80	28.745,80	28.745,80	28.745,80	1,18	68.712,20
Gestão Ambiental	68.720,00	97.458,00	28.745,80	28.745,80	28.745,80	28.745,80	1,18	68.712,20
Preservação e Conservação Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Agricultura	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Vigilância Sanitária	1.169.360,00	1.169.360,00	120.906,40	120.906,40	108.253,92	108.253,92	4,46	1.061.106,08
Extensão Rural	55.310,00	55.310,00	8.486,00	8.486,00	8.486,00	8.486,00	0,35	46.824,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.094.050,00	1.094.050,00	110.925,47	110.925,47	99.767,92	99.767,92	4,11	994.282,08
Indústria	20.000,00	20.000,00	1.494,93	1.494,93	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Promoção Industrial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Comércio e Serviços	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Turismo	55.300,00	55.300,00	8.569,47	8.569,47	8.059,47	8.059,47	0,33	47.240,53
Comunicações	55.300,00	55.300,00	8.569,47	8.569,47	8.059,47	8.059,47	0,33	47.240,53
Telecomunicações	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transporte	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transporte Rodoviário	1.412.017,00	1.412.017,00	174.889,54	174.889,54	157.598,05	157.598,05	6,50	1.254.418,95
Desporto e Lazer	1.412.017,00	1.412.017,00	174.889,54	174.889,54	157.598,05	157.598,05	6,50	1.254.418,95
Desporto Comunitário	435.315,00	454.365,00	64.985,74	64.985,74	52.410,50	52.410,50	2,16	401.954,50
Encargos Especiais	435.315,00	454.365,00	64.985,74	64.985,74	52.410,50	52.410,50	2,16	401.954,50
Previdência Básica	1.668.823,00	1.672.923,00	171.301,50	171.301,50	171.301,50	171.301,50	7,06	1.501.621,50
Serviço da Dívida Interna	809.100,00	809.100,00	125.618,76	125.618,76	125.618,76	125.618,76	5,18	683.481,24
Outros Encargos Especiais	624.598,00	628.698,00	45.682,03	45.682,03	45.682,03	45.682,03	1,88	583.015,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	235.125,00	235.125,00	0,71	0,71	0,71	0,71	0,00	235.124,29
	58.000,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	172.185,00	173.685,00	15.845,50	15.845,50	15.845,50	15.845,50	0,65	157.839,50
Ação Legislativa	3.000,00	4.500,00	684,20	684,20	684,20	684,20	0,03	3.815,80
	3.000,00	4.500,00	684,20	684,20	684,20	684,20	0,03	3.815,80

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	172.185,00	173.685,00	15.845,50	15.845,50	15.845,50	15.845,50	0,65	9,12
Administração	43.290,00	43.290,00	4.844,41	4.844,41	4.844,41	4.844,41	0,20	11,19
Administração Geral	43.290,00	43.290,00	4.844,41	4.844,41	4.844,41	4.844,41	0,20	11,19
Segurança Pública	2.100,00	2.100,00	252,49	252,49	252,49	252,49	0,01	12,02
Defesa Civil	2.100,00	2.100,00	252,49	252,49	252,49	252,49	0,01	12,02
Assistência Social	8.690,00	8.690,00	904,39	904,39	904,39	904,39	0,04	10,41
Assistência Comunitária	8.690,00	8.690,00	904,39	904,39	904,39	904,39	0,04	10,41
Saúde	14.660,00	14.660,00	2.624,96	2.624,96	2.624,96	2.624,96	0,11	17,91
Educação	14.660,00	14.660,00	2.624,96	2.624,96	2.624,96	2.624,96	0,11	17,91
Ensino Fundamental	43.800,00	43.800,00	1.250,14	1.250,14	1.250,14	1.250,14	0,05	2,85
Educação Infantil	41.000,00	41.000,00	951,14	951,14	951,14	951,14	0,04	2,32
Cultura	2.800,00	2.800,00	299,00	299,00	299,00	299,00	0,01	10,68
Difusão Cultural	1.500,00	1.500,00	116,13	116,13	116,13	116,13	0,00	7,74
Urbanismo	1.500,00	1.500,00	116,13	116,13	116,13	116,13	0,00	7,74
Serviços Urbanos	11.685,00	11.685,00	1.557,34	1.557,34	1.557,34	1.557,34	0,06	13,33
Agricultura	14.810,00	14.810,00	1.557,34	1.557,34	1.557,34	1.557,34	0,06	13,33
Vigilância Sanitária	1.510,00	1.510,00	588,45	588,45	588,45	588,45	0,02	3,97
Extensão Rural	13.300,00	13.300,00	16,95	16,95	16,95	16,95	0,00	1,12
Comércio e Serviços	1.300,00	1.300,00	571,50	571,50	571,50	571,50	0,02	4,30
Turismo	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	18.350,00	18.350,00	2.046,46	2.046,46	2.046,46	2.046,46	0,08	11,15
Transporte Rodoviário	18.350,00	18.350,00	2.046,46	2.046,46	2.046,46	2.046,46	0,08	11,15

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Desporto e Lazer	172.185,00	173.685,00	15.845,50	15.845,50	15.845,50	15.845,50	0,65	9,12
Desporto Comunitário	9.000,00	9.000,00	976,53	976,53	976,53	976,53	0,04	10,85
	9.000,00	9.000,00	976,53	976,53	976,53	976,53	0,04	10,85
TOTAL (III) = (I + II)	22.754.909,21	26.083.224,38	3.414.390,30	3.414.390,30	2.425.868,46	2.425.868,46	100,00	9,30

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R. TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
-----------------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA - 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS - 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	66.200,00	0,00	66.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	66.200,00	0,00	66.200,00
TOTAL	66.200,00	0,00	66.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00
Investimentos	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00
TOTAL	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.806.953,32	44.823,06	0,00	4.762.130,26
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.806.953,32	44.823,06	0,00	4.762.130,26
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.806.953,32	-44.823,06		-4.762.130,26

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.109.911,00	1.109.911,00	192.206,97	17,32		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	206.220,00	206.220,00	46.614,34	22,60		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	15.313,40	15,31		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	551.330,00	551.330,00	96.434,35	17,49		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	233.000,00	233.000,00	23.285,68	9,99		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.600,00	1.600,00	13,64	0,85		
Dívida Ativa dos Impostos	9.431,00	9.431,00	6.807,93	72,19		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.330,00	8.330,00	3.737,63	44,87		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.737.816,00	15.737.816,00	2.950.782,63	18,75		
Cota-Parte FPM	5.786.616,00	5.786.616,00	1.211.141,28	20,93		
Cota-Parte ITR	266.900,00	266.900,00	27.051,40	10,14		
Cota-Parte IPVA	608.250,00	608.250,00	74.099,70	12,18		
Cota-Parte ICMS	8.883.000,00	8.883.000,00	1.610.263,85	18,13		
Cota-Parte IPI-Exportação	160.650,00	160.650,00	28.226,40	17,57		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.400,00	32.400,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.400,00	32.400,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.847.727,00	16.847.727,00	3.142.989,60	18,66		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.151.157,66	4.574.454,39	1.134.663,95	24,80	559.513,37	12,23
Pessoal e Encargos Sociais	2.635.417,98	2.817.961,82	390.579,69	13,86	390.579,69	13,86
Outras Despesas Correntes	1.515.739,68	1.756.492,57	744.084,26	42,36	168.933,68	9,62
DESPESAS DE CAPITAL	469.000,00	469.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	469.000,00	469.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	469.000,00	469.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	469.000,00	469.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.620.157,66	5.043.454,39	1.134.663,95	22,50	559.513,37	11,09
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.030.010,96	2.385.526,70	194.502,44	17,14	181.662,94	32,47
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.365.360,96	1.473.417,05	151.481,23	13,35	146.069,48	26,11
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	664.650,00	912.109,65	43.021,21	3,79	35.593,46	6,36
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.030.010,96	2.385.526,70	194.502,44	17,14	181.662,94	32,47
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.590.146,70	2.657.927,69	940.161,51	82,86	377.850,43	67,53
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII)% = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15 x IIIb))/100] 6						
-93.598,01						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2014	179.318,04	472,50	7.772,13	171.545,91	0,00			
TOTAL	179.318,04	472,50	7.772,13	171.545,91	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	0,00	0,00			0,00			
	0,00	0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	3.622.881,66	3.750.812,55	650.805,10	57,36	481.240,35	86,01		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	427.770,00	445.647,55	434.757,55	38,32	37.686,67	6,74		
Suporte Profilático e Terapêutico	477.050,00	721.050,00	40.646,13	3,58	36.026,13	6,44		
Vigilância Sanitária	68.696,00	99.196,99	5.845,52	0,52	4.560,22	0,82		
Vigilância Epidemiológica	23.760,00	26.747,30	2.609,65	0,23	0,00	0,00		
Outras Subfunções	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	4.623.157,66	5.046.454,39	1.134.663,95	100,00	559.513,37	100,00		

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $VI(h+1) - (15 \times II(b)/100]$

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA PNICHETT Coordenadora Controle Internx
-----------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------------------------

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE 1º BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.109.911,00	1.109.911,00	192.206,97	192.206,97	17,32
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	224.031,00	224.031,00	56.685,89	56.685,89	25,30
1.1.1- IPTU	206.220,00	206.220,00	46.614,34	46.614,34	22,60
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	550,00	550,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.931,00	8.931,00	6.558,24	6.558,24	73,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.330,00	8.330,00	3.513,31	3.513,31	42,18
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	15.313,40	15.313,40	15,31
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	15.313,40	15.313,40	15,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	552.880,00	552.880,00	96.922,00	96.922,00	17,53
1.3.1- ISS	551.330,00	551.330,00	96.434,35	96.434,35	17,49
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	13,64	13,64	1,30
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	249,69	249,69	49,94
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	224,32	224,32	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	233.000,00	233.000,00	23.285,68	23.285,68	9,99
1.4.1- IRRF	233.000,00	233.000,00	23.285,68	23.285,68	9,99
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.737.816,00	15.737.816,00	2.950.782,63	2.950.782,63	18,75
2.1- Cota-Parte FPM	5.786.616,00	5.786.616,00	1.211.141,28	1.211.141,28	20,93
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.786.616,00	5.786.616,00	1.211.141,28	1.211.141,28	20,93
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.883.000,00	8.883.000,00	1.610.263,85	1.610.263,85	18,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	32.400,00	32.400,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	160.650,00	160.650,00	28.226,40	28.226,40	17,57
2.5- Cota-Parte ITR	266.900,00	266.900,00	27.051,40	27.051,40	10,14
2.6- Cota-Parte IPVA	608.250,00	608.250,00	74.099,70	74.099,70	12,18
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.847.727,00	16.847.727,00	3.142.989,60	3.142.989,60	18,66
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	416.000,20	416.000,20	71.031,80	71.031,80	17,07
5.1- Transferências do Salário-Educação	246.900,20	246.900,20	71.031,80	71.031,80	28,77
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	67.600,00	67.600,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	101.500,00	101.500,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	266.900,00	266.900,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	682.900,20	682.900,20	71.031,80	71.031,80	10,40
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.147.563,20	3.147.563,20	590.110,34	590.110,34	18,75
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.157.323,20	1.157.323,20	242.228,19	242.228,19	20,93
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.776.600,00	1.776.600,00	322.052,59	322.052,59	18,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.480,00	6.480,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	32.130,00	32.130,00	5.645,30	5.645,30	17,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	53.380,00	53.380,00	5.364,48	5.364,48	10,05
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	121.650,00	121.650,00	14.819,78	14.819,78	12,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.950.000,00	2.950.000,00	501.818,94	501.818,94	17,01
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.950.000,00	2.950.000,00	501.818,94	501.818,94	17,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-197.563,20	-197.563,20	-88.291,40	-88.291,40	44,69
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.852.370,00	2.938.233,12	249.818,85	249.818,85	8,50
13.1- Com Educação Infantil	724.055,00	724.055,00	104.035,61	104.035,61	14,37
13.2- Com Ensino Fundamental	2.128.315,00	2.214.178,12	145.783,24	145.783,24	6,58
14- OUTRAS DESPESAS	97.630,00	97.630,00	3.565,97	3.565,97	3,65
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	97.630,00	97.630,00	3.565,97	3.565,97	3,65
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.950.000,00	3.035.863,12	253.384,82	253.384,82	8,35
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					253.384,82
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					49,78
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					0,71
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2) %)					49,51
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.211.931,75	4.211.931,75	785.747,40	785.747,40	18,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.315.300,00	1.315.300,00	147.955,01	147.955,01	11,25
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.491.623,25	4.586.191,37	470.924,33	470.924,33	10,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.225.945,00	2.311.808,12	149.349,21	149.349,21	6,46
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.265.678,25	2.274.383,25	321.575,12	321.575,12	14,14
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.806.923,25	5.901.491,37	618.879,34	618.879,34	10,49
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-88.291,40
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					85.863,12
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					49,33
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-2.378,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					621.258,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,77
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	246.900,20	272.532,44	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	145.050,00	174.243,70	3.800,00	3.800,00	2,18
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	391.950,20	446.776,14	3.800,00	3.800,00	0,85
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.198.873,45	6.348.267,51	622.679,34	622.679,34	9,81

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	49,33
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	49,33
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	215.863,12	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	501.818,94	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	360.036,54	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	230.036,54	0,00
49.2 Restos a Pagar	130.000,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	357.645,52	0,00

AGUA DOCE, 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
ContadoraCARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 85.863,12, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	22.754.909,21	
Previsão Atualizada		—	22.754.909,21	
Receitas Realizadas		3.701.953,98	3.701.953,98	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	148.304,60	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	22.754.909,21	
Créditos Adicionais		—	3.328.315,17	
Dotação Atualizada		—	26.083.224,38	
Despesas Empenhadas		3.414.390,30	3.414.390,30	
Despesas Liquidadas		2.425.868,46	2.425.868,46	
Superavit Orçamentário		—	1.276.085,52	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.414.390,30	3.414.390,30	
Despesas Liquidadas		2.425.868,46	2.425.868,46	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			21.415.134,81	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.091.216,61	0,00
Resultado Primário		0,00	1.317.706,23	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.969.689,51	1.827,92	442.465,94	1.525.395,65
EXECUTIVO	1.969.689,51	1.827,92	442.465,94	1.525.395,65
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	141.737,78	178,23	42.835,46	98.724,09
EXECUTIVO	141.737,78	178,23	42.835,46	98.724,09
TOTAL:	2.111.427,29	2.006,15	485.301,40	1.624.119,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		621.258,29	25%	19,77
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		249.818,85	60%	49,78
Liquidadas		249.818,85		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		44.823,06	4.762.130,26	

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	66.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	21.200,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	377.850,43	15,00	12,02
Liquidadas	377.850,43		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETT
Coordenadora Controle Intern

DEMONSTRATIVOS DAS PARCERIAS PÚBLICAS - PRIVADAS 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.084/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE

Praça João Macagnan Nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738, (49) 3524-778

e-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br, site: www.cvaguadoce.sc.gov.br
CEP 89654-000 - Água Doce, - Santa Catarina.

RESOLUÇÃO Nº 084/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE VALORES DE DIÁRIAS A SEREM CONCEDIDAS AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E VEREADORES, QUANDO EM VIAGEM A SERVIÇO OU EM MISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Marli Rosa Spagnol Guerreiro, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o estabelecido nos incisos II e IV, artigo 36 da Lei Orgânica Municipal e demais normas legais aplicáveis à matéria:

DECIDE:

Artigo 1º. Ficam fixados os novos valores das diárias dos Agentes Políticos e Servidores do Poder Legislativo Municipal de Água Doce - Santa Catarina.

Artigo 2º. Os Membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores ou os Vereadores que estiverem em viagem, em missão de representação do Poder Legislativo, participando de atos públicos, encontros ou audiências, reconhecidos pela Presidência como de interesse do Poder Legislativo receberão diárias no valor de R\$ 289,54 (duzentos e oitenta e nove reais) a cada 24 horas de permanência fora do Município em cumprimento das atividades.

Artigo 3º. Os Servidores efetivos, comissionados ou em exercício de função gratificada que estiverem em viagem, em missão de representação do Poder Legislativo, participando de atos públicos, encontros ou audiências, reconhecidos pela Presidência como de interesse do Poder Legislativo receberão diárias no valor de R\$ 289,54 (duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) a cada 24 horas de permanência fora do Município em cumprimento das atividades.

Parágrafo único: Quando do deslocamento à capital do Estado, a outros Estados e aos Municípios fora da Região da AMMOC, da AMAUC e AMARP, a diária normal será acrescida em 80% (oitenta por cento) e para Capital Federal 200% (duzentos por cento).

Artigo 4º. A solicitação será feita mediante requerimento do interessado, com descrição do roteiro previamente estabelecido e quando do retorno será apresentado roteiro pormenorizado de viagem.

Artigo 5º. Para o Presidente do Poder Legislativo, fica dispensado o requerimento de pedido de diárias, sendo suficiente o roteiro de viagem, onde se constará o motivo e o destino da viagem.

Artigo 6º. Os membros da Mesa Diretora, Vereadores e os Servidores efetivos ou comissionados ou no exercício da função gratificada quando no desempenho das atividades descritas nos artigos 2º e 3º, terão as despesas de transporte rodoviário ou aéreo custeados pelo orçamento do Poder Legislativo Municipal.

Artigo 7º. As despesas com diárias e passagens serão previamente autorizadas pelo Presidente da Câmara e pagas pelo Poder Legislativo por cheque nominal ao beneficiário em se tratando de

diária e diretamente à empresa prestadora do serviço de transporte quando se referir à passagem.

Artigo 8º. Não serão reembolsadas despesas com combustível, realizadas com carros particulares, em nenhum hipótese.

Artigo 9º. São documentos hábeis a comprovação da viagem:

a) Nota Fiscal de qualquer despesa de estada no local da atividade no mínimo de 1 (uma) relativa a data de cada diária, em nome da pessoa física, que consta no cheque nominal.

b) Bilhete de passagem.

c) Declaração do órgão público, ou do evento que o beneficiário esteve a serviço do Poder Legislativo do Município de Água Doce.

Artigo 10. As despesas decorrentes com a execução da presente resolução, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 11. Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação.

Artigo 12. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 073/2014 de 14 de abril de 2014.

Água Doce, 06 de março de 2015

Marli Rosa Spagnol Guerreiro

Presidente da Câmara Municipal

Registrada e Publicada no mural da Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC

Antônio Carlos**PREFEITURA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 040/2015; Origem: Processo licitatório nº 012/2015 - Pregão Presencial: 008/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME; Objeto: aquisição parcelada de fraldas geriátricas para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 16.818,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos e Dezoito Reais); Vigência: 17/03/2015 - 17/03/2016.

Antônio Carlos, 24 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 041/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 041/2015; Origem: Processo licitatório nº 012/2015 - Pregão Presencial: 008/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: LITORALMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME; Objeto: aquisição parcelada de fraldas geriátricas para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 10.494,00 (Dez Mil e Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais); Vigência: 17/03/2015 - 17/03/2016.

Antônio Carlos, 24 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 042/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 042/2015; Origem: Processo licitatório nº 011/2015 - Pregão Presencial: 007/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: ART FISIO CONSULTÓRIO DE FISIOTERAPIA LTDA - ME; Objeto: prestação de serviços de fisioterapia (profissional e equipamentos), para atendimento dos munícipes, encaminhados pela Secretaria da Saúde do Município de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 230.100,00 (Duzentos e Trinta Mil e Cem Reais); Vigência: 17/03/2015 - 17/03/2016.

Antônio Carlos, 24 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 039/2015
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 039/2015; Origem: Chamada Pública (Credenciamento) 001/2015; Inexigibilidade 005/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: VARELLA & VARELLA DIGNÓSTICOS LTDA - ME.; Objeto: Credenciamento de empresas/clínicas de saúde para realização de serviços de exames de USG (utrassonografia), para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do município, mediante agendamento prévio, em suas dependências, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis; Vigência: 24 de março de 2015 - 24 de março de 2016.

Antônio Carlos, 24 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0020/2015

CONTRATO Nº0020/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº0001/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM RUAS DA CIDADE.

O MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício HÉLIO RENATO MARTINS FOGLIATTO, portador do CPF sob nº 260.894.160-53 e Carteira de Identidade nº 80.008960-61, residente e domiciliado na Rua Francisco Nava s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa L.B - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 04.492.725/0001-03, com sede na Rua Nereu Ramos, 330, Centro, no Município de Fraiburgo - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. LAURECI BITENCOURT, brasileiro, sócio administrador, portador do CPF sob nº 014.931.649-61 e identidade sob nº 3.263.197, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos nº 334, Centro, no Município de Fraiburgo - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

I - OBJETO

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA A EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRECHOS DA RUA JACOB CASELETTI COM ÁREA A PAVIMENTAR DE 2.286,66M² E RUA VEREADOR IVO POSSATO COM 534,40 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 2.821,06M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIO NAS LATERAIS DA RUA IVO POSSATO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.143-67/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 790195, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042, tudo de acordo com os projetos, memoriais descritivos e quantitativos anexados ao Edital e parte integrante deste contrato.

§1º - A obra deverá ser executada pela própria contratada, ficando expressamente vedada a sublocação a terceiros, sem a prévia autorização por escrito do Município de ARROIO TRINTA.

§2º - As despesas com ARTs de execução da obra serão por conta da contratada.

§3º - Qualquer alteração de serviço ou projeto, somente deverá ser executada com prévia aprovação por escrito do Senhor Prefeito Municipal, mediante alteração contratual.

§4º - Os materiais a serem empregados na obra deverão atender as especificações e normas técnicas da ABNT - DNIT - DEINFRA

- FATMA e demais órgãos fiscalizadores e executados de acordo com os projetos técnicos fornecidos.

§5º - De acordo com a Lei 8.666/93, a garantia das obras, objeto do presente edital, será de no mínimo 05 (cinco) anos.

§6º - O canteiro de obras deverá estar de acordo com a norma de segurança vigente NR-18.

§7º - A qualquer momento a fiscalização poderá solicitar corpos de provas de concreto asfáltico e outros materiais, sendo que os custos de sua obtenção e demais ensaios de verificação deverão ser custeados integralmente pela contratada. Em caso do não atendimento imediato dos ensaios solicitados, a execução dos serviços será imediatamente suspensa, até a liberação da fiscalização.

§8º - A obra, objeto do presente edital, seguirá os trâmites de obra civil, ou seja, apresentar guia do INSS, FGTS, relação de funcionários registrados na empresa, alvarás, matrícula da obra no INSS e CND após o término da mesma, dentre outros documentos inerentes.

§9º - A contratada deverá fornecer termômetro para medir a temperatura da massa no momento da aplicação da mesma.

§10º - A contratada deverá fornecer e manter na obra o DIÁRIO DA OBRA, devidamente assinado pelo responsável pela execução da mesma, contendo o mínimo de informações necessárias para o bom entendimento do mesmo, e apresentar um boletim de medição ao término de cada fase.

§11º - A contratada somente poderá iniciar os serviços com autorização por escrito (ordem de serviço).

§12º - A referida Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 15(quinze) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

§13º - Os serviços de limpeza, impostos e serviços correlatos para a execução da obra será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

§14º - Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar os seguintes documentos, em cópias autenticadas ou originais:

- Licença Ambiental de operação junto à Fundação do Meio Ambiente -FATMA ou órgão equivalente em outro Estado, do local do estabelecimento onde for preparado e produzido o material para realização da empreitada. Em caso de utilização de usina móvel deverá apresentar Licença Ambiental de instalação da mesma;
- A planilha orçamentária e o cronograma em meio magnético ou e-mail;
- Caução de 3% (três por cento) do valor do contrato, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, com supedâneo no artigo 56 da Lei 8.666/93.

§ 15º - Os equipamentos necessários deverão estar permanentemente na obra, em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo a mesma sua manutenção, isentando a Prefeitura de qualquer obrigação referente a estas.

II - PREÇO E PAGAMENTO

CLÁUSULA 2ª: PREÇO

A obra, objeto do presente contrato, será executada pelo preço total e global de R\$245.226,80(DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)

sendo os valores unitários referente ao material e referente a mão de obra, de cada Rua, conforme especificado na proposta apresentada, que independentemente de transcrição, é parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 3ª: FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos oriundos da contratação dos serviços, constante do objeto do presente contrato, far-se-ão através de transferência bancária à contratada e conforme cronograma físico financeiro.

III - DOS PRAZOS

CLÁUSULA 4ª: PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços prestados serão de conformidade com o Cronograma físico financeiro, mediante Boletins de Medição, condicionados a liberação dos recursos, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.143-67/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 790195, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042, devendo o boletim ser comprovado através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

A medição poderá ocorrer semanalmente ou quinzenalmente, dependendo do andamento da obra.

O pagamento será efetuado em até 7(sete) dias após a emissão da Nota Fiscal de acordo com o Boletim de Medição da obra, com:

I - Emissão dos respectivos documentos fiscais;

II - Aceitação dos bens/serviços, pelo órgão da Prefeitura encarregado da fiscalização;

III - Cópias autenticadas da folha de pagamento e da GRPS, relativas aos segurados colocados à disposição da CONTRATADA, quando for o caso;

IV - Retenção do ISS sobre os serviços prestados que tenham por local da prestação o território do Município de ARROIO TRINTA;

V - Apresentação das negativas de tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como CRF - FGTS e CND - INSS.

§ 1º - Tratando-se de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá cumprir todos os encargos e obrigações trabalhistas. A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento para a CONTRATADA mediante comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, em especial o pagamento de salários, recolhimento de FGTS e de Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores.

O pagamento será efetuado mediante emissão da respectiva Nota Fiscal/ Fatura, através de transferência bancária a favor da licitante vencedora.

§ 2º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

§ 3º - A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com o Boletim de Medição, cuja cópia deverá acompanhá-la, assinada pela Comissão de Recebimento das Obras do Município, bem como cópia do diário de obra e Guia de Recolhimento do INSS.

CLÁUSULA 5ª: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução e entrega da obra será em até 150(cento e cinquenta) dias consecutivos, contados da expedição da ordem de serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal.

§1º - A não entrega da obra dentro do prazo do item anterior, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

§2º - A referida Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 15(quinze) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA 6ª: VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço, a qual deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15(quinze) dias úteis após a assinatura do contrato pelas partes, com duração de 150(cento e cinquenta dias) podendo ser prorrogado por motivo de força maior, nos termos do Art. 57, Lei 8.666/93.

IV - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 7ª: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

As despesas com a obra, objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2015, conforme segue:

344 - 1 . 2006 . 15 . 451 . 15 . 1.9 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

V - GARANTIAS

CLÁUSULA OITAVA: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços, objeto do presente contrato.

§ 1º - O objeto do presente contrato tem garantia de 5(cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

VI - MULTAS

CLÁUSULA NONA: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados, a juízo da PREFEITURA, a CONTRATADA incorrerá em multa, quando houver descumprimento no fornecimento dos produtos adquiridos, objeto deste contrato.

§ 1º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, a critério da contratante, na forma do artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93.

VII - DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

§ 1º - Cabe ao Município de Arroio Trinta:

a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

b) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em Mural Público Municipal e no DOM - Diário Oficial do Município;

c) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos, se ocorrerem;

d) Nomear Comissão de Fiscalização para acompanhar a referida obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

§ 2º - Cabe a Contratada:

- a) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução dos serviços;
- b) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- c) efetuar, semanalmente a limpeza da obra;
- d) compor o seu quadro de funcionários com pessoal apto para o exercício das funções, devidamente uniformizados e com equipamentos de segurança, possuindo registro em carteira de trabalho;
- e) apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pelo Município, responsabilizando-se pela execução dos serviços;
- f) arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados e encargos sociais e outros;
- g) facilitar todas as atividades de fiscalização pelo Município;
- h) fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que o município solicitar;
- i) é vedada a subempreitada total ou parcial da obra; sem a prévia autorização por escrito do Município de ARROIO TRINTA;
- j) responder pela solidez e segurança dos serviços executados no prazo previsto no Código Civil Brasileiro;
- k) manter no local da obra, no mínimo 4 horas diárias e sempre no mesmo horário de trabalho o engenheiro responsável pela execução da obra;
- l) confecção e preenchimento do boletim diário da obra, vistado pelo engenheiro responsável pela execução da mesma;
- m) fixar placa de identificação da obra, padrão GOVERNO DO ESTADO, que deverá atender as normas da identidade visual do Município.
- n) prestar garantia do contrato conforme item 8.3 deste edital;
- o) recolher a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do serviço, objeto deste Edital e do Contrato e entregar na Prefeitura, cinco (5) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.
- p) outras obrigações mencionadas na minuta contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO

O presente contrato será rescindido, independentemente de interposição ou de procedimento judicial:

- a) No caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da lei 8.666/93;
- b) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;
- c) Quando, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;
- d) Se a CONTRATADA transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da PREFEITURA.
- e) Se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

VIII - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2015, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEIS 8.666/93 - 8.883/94 - 9.648/98

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

X - FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO DE ELEIÇÃO

As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de VIDEIRA, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

ARROIO TRINTA- SC, 23 de março de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ. 82.826.462/0001-27
HÉLIO RENATO MARTINS FOGLIATTO
PREFEITO MUNICIPAL

L.B - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ sob n.º. 04.492.725/0001-03
CONTRATADA
LAURECI BITENCOURT
CPF nº 014.931.649-61
Contratado

TESTEMUNHAS:
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI RONIVAN BRANDALISE
CPF - 000.077.349-21 CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0020/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE.
VALOR: R\$245.226,80
CONTRATADA: LB. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 CONTRATO Nº 0007/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2014, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA ANSILIERO & NAVA LTDA

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, e a empresa POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede à Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor OLIVO NAVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº

220.627.009-97, e RG 10/R-786.199/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Presidente Castelo Branco, 191, em Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo com as cláusulas que se enunciam a seguir:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - As partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, cominada com a Lei nº 8.883/94, e contrato 0007/2015, aditam o presente contrato da Licitação PREGÃO PRESENCIAL n.º 0037/2014, reajustando o valor do combustível, de acordo com a reajuste concedido pelo Governo Federal no dia 01/02/15, sendo:

- Óleo diesel Sw.10, R\$2,88(dois reais e oitenta e oito centavos)
- Gasolina comum R\$3,42(três reais e quarenta e dois centavos).
- Óleo Diesel S-500 R\$ 2,77(dois reais e setenta e sete centavos)

Parágrafo único - No caso de reajuste nos preços deverão ser res-
peitados os descontos dados na Proposta inicial.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os efeitos.

Arroio Trinta - SC, 04 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Contratante

POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA
CNPJ 81.777.492/0001-28
OLIVO NAVA
Sócio Gerente
Contratada

Testemunhas

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF - 000.077.349-21

Nome: IRIO SERIGHELLI
CPF:163.594.709-00

ARROIO TRINTA-SC, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.
AUTORIZAÇÃO
ADITIVAÇÃO DE CONTRATO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM O contrato 0007/2015, aditar o presente contrato da Licitação PREGÃO PRESENCIAL n.º 037/2014, concedendo reajuste do valor do combustível, de acordo com a reajuste concedido pelo Governo Federal no dia 01/02/15.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 0007/2015,
FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS
CONTRATADA: POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA.
OBJETO: REAJUSTE - GOVERNO FEDERAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 0001/2015, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS QUE FAZEM ENTRE SI, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA POSTO SERIBA LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0016/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta - SC, e a empresa POSTO SERIBA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.400.242/0001-08, com inscrição estadual nº 250.490.340, com sede à Rua XV de novembro, 349, em Arroio Trinta - SC doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo procurador, Senhor SIDNEI SERIGUELI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 715.611.889-72, residente e domiciliado à Rua Pasqual Nava, nº 192 em Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo com as cláusulas que se enunciam a seguir:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - As partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, cominada com a Lei nº 8.883/94, e contrato 0001/2015, aditam o presente contrato da Licitação PREGÃO PRESENCIAL n.º 0012/2014, reajustando o valor do combustível, de acordo com a reajuste concedido pelo Governo Federal no dia 01/02/15, sendo:

- Óleo diesel S.10, R\$2,90(dois reais e noventa centavos)
- Gasolina comum R\$3,44(três reais e quarenta e quatro centavos).

Parágrafo único - No caso de reajuste nos preços deverão ser res-
peitados os descontos dados na Proposta inicial.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os efeitos.

Arroio Trinta - SC, 04 de fevereiro de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 81.777.492/0001-28
TARCÍSIO LIDANI
Contratante

POSTO SERIBA LTDA
CNPJ 83.400.242/0001-08
SIDNEI SERIGUELI
Procurador - Contratada

Testemunhas

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF - 000.077.349-21

Nome: IRIO SERIGHELLI
CPF:163.594.709-00

ARROIO TRINTA-SC, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.
AUTORIZAÇÃO
ADITIVAÇÃO DE CONTRATO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM O contrato

0001/2015, aditar o presente contrato da Licitação PREGÃO PRESENCIAL n.º 012/2014, concedendo reajuste do valor do combustível, de acordo com a reajuste concedido pelo Governo Federal no dia 01/02/15.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 0001/2015,
FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS
CONTRATADA:POSTO SERIBA LTDA.
OBJETO: REAJUSTE - GOVERNO FEDERAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0004/2015
Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a execução de obras sob o regime de empreitada global em cada item, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, compreendendo: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRECHOS DA RUA VANDERLEI JOSÉ ROTTA COM ÁREA A PAVIMENTAR DE 784,35M² E PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS (PARALELEPÍEDOS) TRECHOS DA RUA NILDE MAZZUCO SERIGHELLI COM 1.326,50 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 2.110,85M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NAS LATERAIS DAS RUAS ACIMA CITADAS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.064-86/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 789994, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS ANEXADOS A ESTE EDITAL (GRAVADOS EM CD), os quais ficam fazendo parte integrante deste Edital.

1. VALOR MÁXIMO DA OBRA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) É DE R\$ 113.685,78 (CENTO E TREZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS).

2. VALOR MÁXIMO DA OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS (PARALELEPÍEDOS) É DE R\$ 185.088,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL E OITENTA E OITO REAIS).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 14/04/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 14/04/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura, onde será entregue às empresas interessadas o Edital, os Projetos, as planilhas, tudo salvo em CD.

O valor para a retirada do Edital é de R\$ 200,00. A conta para depósito é em nome do Município de Arroio Trinta, Banco do Brasil, Agência 5322-8, Conta Corrente nº 00016-7.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

PP 01/2015 ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015
REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ATALANTA, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 1/2015 - Registro de Preços, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 10.000 LITROS DE GASOLINA COMUM. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 08 de abril de 2015 às 11:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 23 de março de 2015.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PP 01/2015 SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015
REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 1/2015 - Registro de Preços, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 40.000 LITROS DE GASOLINA COMUM, 20.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL NÃO FILTRADO E 25.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S10. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 08 de abril de 2015 às 10:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 23 de março de 2015.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PP 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 2/2015 - REGISTRO DE PREÇO, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 40.000 LITROS DE GASOLINA COMUM, 150.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL NÃO FILTRADO E 70.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S10. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 08 de abril de 2015, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 23 de março de 2015.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO Nº. 023/PMBR/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

POLICIA MILITAR DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 07/04/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para a adequação do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/ SC., e fornecimento de suprimento de informática durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 24 de Março de 2015.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

Barra Velha**PREFEITURA****DISPENSA 001/2015 FMAS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2015 - Dispensa de Licitação nº 001/2015

Contratada: LORETI TORRES DA SILVA

Objeto: Locação e imóvel (casa de alvenaria) com aproximadamente 92,00m² (metros quadrados) localizado na rua Calisto Alves de Jesus, nº 70, centro, para as instalações da Instituição de Acolhimento "Germano Selke" do município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$18.000,00

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 24 de março de 2015

LORETI TORRES DA SILVA

Contratado

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

DISPENSA 001/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 007/2015 - Dispensa de Licitação nº 001/2015

Contratada: DARIO CHIODINI

Objeto: Locação de sala comercial, localizado a Rua Tiago Aguiar, nº 199, Bairro Icaraí, neste Município, para funcionamento das atividades da Vigilância Sanitária do Município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 8.160,00

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 24 de março de 2015

DÁRIO CHIODINI

Contratado

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

DISPENSA 002/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 008/2015 - Dispensa de Licitação nº 002/2015

Contratada: RECICLE CATARINENSE DE RESIDUOS LTDA

objeto:prestação de serviço de coleta, transporte e destino final de resíduos- concessão dos serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana - concorrência pública nº 018/2005 - contrato nº 036/2005.

Valor do Contrato: R\$ 58.408,20

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso V da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 24 de março de 2015

RECICLE CATARINENSE DE RESIDUOS LTDA

- Contratado

Claudemir Matias Francisco
Prefeito

ERRATA CONCORRÊNCIA 001/2015

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 010/2015 - Concorrência Pública nº 001/2015.
ERRATA 001/2015

O Prefeito de Barra Velha/SC, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Concorrência Pública Prestação de Serviço para pavimentação em lajota sextavada, asfáltica e drenagem das ruas Nazareno Teixeira da Costa, rua Osmar Galm, Estrada Geral do Escalvado e rua João Pedro de Oliveira, estando o quantitativo, Memorial descritivo, Projetos de Drenagem, Pavimentação, Sinalização anexo
O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 23 de março de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 023/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 029/2015 - Pregão Presencial nº 023/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para confecção e colocação de brasão e letra caixa para identificação de Escolas e CEIS da rede municipal de ensino do Município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/04/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 09/04/2015 às 08:45 horas, na Secretaria de Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 024/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 030/2015 - Pregão Presencial nº 024/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de divisórias e painéis de vidro com serviço de instalação para o CEI Higinio Aguiar da rede municipal de ensino do Município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/04/2015 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 09/04/2015 às 10:15 horas, na Secretaria de Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

TP 001/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 028/2015

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015
O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Obra de revitalização da Praça Horário Martins, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 14/04/2015. Data/horário recebimento envelopes: 17/04/2015 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 17/04/2015 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 241

DECRETO N.º 241/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

"RATIFICA O TEOR E PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO MUNICIPAL Nº 163/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014, E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica ratificado o inteiro teor, e prorrogada a vigência do Decreto 163/2014 de 16 de junho de 2014, que aprovou desmembramento de área de terras urbanas de Jaqueline Tyszka e João Pedro Tyszka.

Art. 2º. O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 242

DECRETO N.º 242/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1067/2014, de 30 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
37-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria de Educação	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	100.000,00

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
54-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0724	Aplicações Diretas	300.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
69-12.361.0005-2.013	2.013	Construções, Ampliações e Reformas de Escolas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0724	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			450.000,00

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
36-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria de Educação	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
52-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	300.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
71-12.361.0005-2.013	2.013	Construções, Ampliações e Reformas de Escolas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0740	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			450.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 16 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 243

DECRETO N.º 243/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária.

Art. 2º. São atribuições da Comissão Municipal:

- a) será responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular e comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessárias a sensibilização e informação dos munícipes;
- b) levantamento e indicação a CREDENCIADA de áreas passíveis de regularização fundiária;
- c) informação gratuita a CREDENCIADA de matrículas, zoneamento, viabilidade e histórico das áreas que poderão ou que serão objeto do trabalho de regularização;
- d) acompanhamento dos trabalhos da CREDENCIADA no município;
- e) outras atividades de articulação, mobilização, acompanhamento e demais necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades de regularização fundiária no município.

Art. 3º. Ficam designados os seguintes servidores para compor esta Comissão Municipal:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Silvana do Carmo Dambroski;
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA: Andreia Cristina Dumke Tyska;
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL: Miguel Edival Melniski;
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS: Gilson Miranda;
REPRESENTANDO ÓRGÃOS DE CLASSE: Odair Giovani Karvat.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo**PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO CONVITE Nº 29/2015**

AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2015

Convite para Obras e Serviços de Engenharia N. 29/2015

A Prefeitura Municipal de Benedito Novo, abriu em 23/03/2015 licitação na modalidade de Convite para Obras e Serviços de Engenharia sob o nº 29/2015, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS ELÉTRICOS OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE RELOCAÇÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO EM MÉDIA TENSÃO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), A SER EXECUTADO NA RUA CRUZ E SOUZA (ANEXO AO CENTRO DE EVENTOS), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. O extrato do aviso de licitação foi publicado no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina) no dia 23/03/2015, edição de número 1708, página nº 16.

Ocorre que devido a problemas técnicos e operacionais internos, não foi possível disponibilizar o Edital no site do Município no endereço www.beneditonovo.sc.gov.br e enviar os convites para os possíveis interessados do ramo em prazo hábil. Somente foi possível disponibilizar o edital e enviar os convites na data de 25/03/2015.

Com base no acima exposto, comunicamos que estamos marcando nova data de apresentação e abertura dos envelopes para o dia 02/04/2015 às 11:00 horas, dando com isto, tempo para que todos os possíveis interessados formulem e apresentem suas propostas.

Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Aviso, Edital e Anexos, deverá ser dirigido a Comissão de Licitações através do e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao Departamento de Compras/Licitações, da Prefeitura Municipal, situada na Rua Celso Ramos, nº 5.070 - Centro, CEP 89.124-000 na cidade de Benedito Novo/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

Benedito Novo, 24 de março de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
PREFEITO

LADEMIR KUMMROW
Assessor Jurídico
OAB/SC nº. 17.560

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 30/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 09 de abril de 2015.

ABERTURA: às 09:05h do dia 09 de abril de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 24 de março de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****4ª CHAMADA PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SESAU 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000

FONE/FAX: (48) 3039 8500

4ª Chamada para o Processo Seletivo Simplificado SESAU 001/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 30/03/2015, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Cargo - Enfermeiro II

02 - Adriana Cristina Miranda

Cargo - Vigia

02 - Antônio Carlos dos Santos

Biguaçu, 25 de março de 2015.

Leandro Adriano de Barros

Secretário da Saúde

CONVOCAÇÃO EXTEMPORÂNEA PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SESAU 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000

FONE/FAX: (48) 3039 8500

Convocação Extemporânea para o Processo Seletivo Simplificado SESAU 001/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, RELACIONA os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado SESAU 001/2015 que já foram convocados e assumiram suas funções e também os que foram convocados e desistiram da vaga, conforme chamadas que seguem, para dar a devida publicidade aos atos.

1ª Chamada para o Processo Seletivo Simplificado SESAU 001/2015 em 30/01/2015

Cargo - Enfermeiro II
01 - Francielli Gasparetto (atuando)

Cargo - Farmacêutico I
01 - Emília Baierle Faraco (atuando)
02 - Alessandra Cunha Leite (desistiu)

Cargo - Médico Especialista II - Ginecologista
01 - Cristiane Maria Escher Hunsche (atuando)

Cargo - Auxiliar de Saúde II
01 - Denise Vanilda Soares Faganello (atuando)

Cargo - Técnico em Enfermagem I
01 - André Luchtemberg (atuando)
02 - Elza Regina da Rosa (atuou)
03 - Maria Augusta Medeiros e Silva Pereira (atuando)

Cargo - Vigia
01 - Luiz Flávio Moreira (desistiu)

2ª Chamada para o Processo Seletivo Simplificado SESAU 001/2015 em 10/02/2015

Cargo - Farmacêutico I
03 - Neuzí Porto da Cunha (atuando)

3ª Chamada para o Processo Seletivo Simplificado SESAU 001/2015 em 10/03/2015

Cargo - Técnico em Enfermagem I
04 - Daniela Guedes Mendes Luiz (atuando)

Biguaçu, 25 de março de 2015.
Leandro Adriano de Barros
Secretário da Saúde

IN 72/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2015 PMB
OBJETO: ASSINATURA ANUAL DO JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, BIBLIOTECA PÚBLICA E ESCOLAS DO MUNICÍPIO.
EMPRESA CONTRATADA: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA
VALOR: R\$ 15.400,00 (quinze mil quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

Biguaçu, 18 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PP 79/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 79/2015 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 8 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 8 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 25 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 80/2015 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E CORTINA DE AR PARA USO NO HALL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 8 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 8 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 25 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TP 314/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 314/2014 PMB

Objeto: Contratação de empresa para elaboração do plano de treinamento específico para modelo de atendimento ao cidadão, em concordância com as exigências do programa nacional de apoio à gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiro - PNAFM, conforme termo de referência, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 14/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 14/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 20 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau**PREFEITURA****PORTARIA Nº 18.563/2015**

PORTARIA Nº 18.563, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA JEAN CARLOS NAUMANN DO CARGO

EM COMISSÃO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e do art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

JEAN CARLOS NAUMANN, do cargo de

provimento em comissão de Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, nomeado pela Portaria nº 17.541, de 10 de fevereiro de 2014, a contar de 20 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.564/2015

PORTARIA Nº 18.564, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA JORGE JOSÉ CENCI DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

JORGE JOSÉ CENCI, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, símbolo CC-1, no dia 20 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.565/2015

PORTARIA Nº 18.565, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA FERNANDO LEITE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR,

FERNANDO LEITE, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, a contar de 23 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.566/2015

PORTARIA Nº 18.566, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MARCOS INÁCIO RUEDIGER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MARCOS INÁCIO RUEDIGER, para o exercício do cargo em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, símbolo CC-1, no dia 23 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 041/2014 - SEDEAD

HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº 041/2014: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância Desarmada em Unidades de Saúde conforme Projeto Básico e demais especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses - FMS/SEMUS.

Critério de Julgamento: Menor preço global.

1º lugar: ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - valor global R\$ 440.628,48.

Data da Homologação: 09/03/2015.

PORTARIA Nº 380/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 380 / 2015 / GABSEMUS

Dispõe sobre a composição da Equipe de Apoio ao Sistema PRONTO da Secretaria de Saúde de Blumenau (SEMUS)

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições, CONFERIDAS EM VIRTUDE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE, através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, como Gestor de Saúde, RESOLVE:

NOMEAR

A partir desta data e por dois anos, os membros para compor a Equipe de Apoio ao Sistema Pronto:

Leonardo Vassalli Rigo - Cirurgião Dentista

Priscila Muriel da Silva Ribas - Enfermeira

Diana Flavia Harmel - Farmacêutica

Rodrigo Ramos de Araújo - Agente Administrativo

Vera Lucia da Cunha Rufino - Agente Comunitário de Saúde

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONVÊNIO Nº 01/2012 - SAMAE

EXTRATO DO 5º. TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº. 01/2012

PARTES: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU E A FAEMA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Data de assinatura: 19/12/2014

OBJETO: Prorrogar a vigência do convênio até o dia 25/12/2015.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tem fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

VIGÊNCIA: até 25 de dezembro de 2015.

Blumenau, 19 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 572/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 572

EXONERA FERNANDO LEITE DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

JEAN CARLOS NAUMANN, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

EXONERAR

FERNANDO LEITE, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO da Fundação Municipal do Meio Ambiente, símbolo CC-3, nomeada pela Portaria nº 542, de 04 de agosto de 2014, a contar a partir desta data.

Blumenau(SC), 20 de março de 2015.

JEAN CARLOS NAUMANN

Presidente da FAEMA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2015 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2015

NOMEIA CONSELHEIROS PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DAS CONFERÊNCIAS CONJUNTAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a Portaria nº 754, de 29 de dezembro de 2014, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que dispõe sobre as Diretrizes para Organização e Realização das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos;

- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA de convocar as Conferências Municipais;

- o ofício Semudes nº50/2105, com proposta de Conferências Conjuntas: Dos Direitos da Criança e Adolescente, Idoso e Pessoas com Deficiência nas datas 20, 21 e 22 de maio de 2015;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Extraordinária realizada em 12/03/2015, da indicação dos conselheiros representantes e datas das Conferências, conforme consta na Ata CMDCA nº02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as Conselheiras: Anelize T. Schlosser, Eva Salet M. Johann, Ivone Serpa e Maria de Lourdes Sabel, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente para compor a Comissão Organizadora das Conferências Conjuntas dos Direitos da Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, e Pessoa com Deficiência - 2015;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de março de 2015.

ANELIZE T. SCHLOSSER

Vice - Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2015 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2015

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA, PARA PARTICIPAÇÃO NO "8º CONGRESSO - 25 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUA EFETIVAÇÃO. CRIANÇA E ADOLESCENTE: SIM, PRIORIDADE ABSOLUTA".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada em 19/03/2015, conforme consta na Ata Nº. 003/2015, que aprovou a referida despesa,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias, passagens de ônibus e inscrição no evento com recursos do FIA para quatro (04) participantes sendo: 01 (um) Conselheiro Tutelar, 01 (um) Conselheiro do CMDCA Governamental, 01 (um) Conselheiro do CMDCA Não Governamental e 01 (um) Profissional de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - SEMUDES, a realizar-se em Bento Gonçalves - Rio Grande de Sul, nos dias 12 a 16 de Julho/2015.

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança E do Adolescente - FIA do Município de Blumenau, no Eixo II - Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Meta 2.6 - Efetivação dos Direitos da Criança e ao Adolescente. Ação: Promover e apoiar a realização de capacitações abordando o tema.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de março de 2015.

ANELIZE T. SCHLOSSER

Vice - Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

PORTARIA Nº 5680/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5680/15

CONCEDE AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO EFETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

De acordo com o artigo 9, §2º, com o artigo 22, inciso I, e com o artigo 65, todos da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinados respectivamente ao artigo 8º do Decreto 10.567, 13 de fevereiro de 2015, ao Decreto 7.882, de 28 de fevereiro de 2005 e alterações, o afastamento do exercício do cargo efetivo ao servidor:

Jadison Alexsander Fernandes, cadastro nº 1118-5, servidor público autárquico municipal desde 01/06/1992, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, para exercício de cargo em comissão de Diretor de

Planejamento Urbano, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, conforme Portaria Nº 18.469, de 23 de fevereiro de 2015 e Termo de Posse Nº 11.131, a contar de 02 de março de 2015.

Samae, 05 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5681/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5681/15

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

Por perda de prazo, a nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 01/2014, do candidato relacionado, de acordo com o Artigo 16, §4º, da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, a contar 26/11/2014:

Anderson de Moraes Belusso, nomeado pela Portaria nº 5649/15, de 14 de janeiro de 2015, publicada em 06/02/2015 no Diário Oficial dos Municípios, nº 1679, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 30/1501.

Samae, 09 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5682/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5682/15

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ESPECIAL PARA JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA 03-2201/2015

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, sem ônus para a Autarquia, os servidores relacionados para comporem a Comissão Especial para Julgamento do Edital de Concorrência 03-2201/2015, destinada a Contratação de Empresa Especializada para Prestação dos Serviços de Gestão Comercial do SAMAE.

Ciro Luiz Werner, cadastro 1922-4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Suprimentos, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Presidente;

Fábio Pereima Matos, cadastro 1405-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Financeira, atuando como membro;

Ageu Laureth Júnior, cadastro 1446-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA / ETE, lotado na Diretoria Financeira, atuando como membro;

Mariana Floriano, cadastro 1951-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria Financeira, atuando como membro;

Marcelo Alexandre Leite, cadastro 1396-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Diretoria Financeira, atuando como membro;

Emerson Luis Rampeloti, cadastro 772-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativa, como membro.

Art. 2º - Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 13 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5683/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5683/15

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

CELSON HENRIQUE MAYER, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 112/1503.

Samae, 16 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5684/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5684/15

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 01/2014, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

CELSO HENRIQUE MAYER, nomeado pela Portaria nº 5682/15, de 16 de março de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 112/1503.

Samae, 16 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5685/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5685/15

CONCEDE AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO EFETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

De acordo com o artigo 9, §2º, com o artigo 22, inciso I, e com o artigo 65, todos da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinados respectivamente ao artigo 8º do Decreto 10.567, 13 de fevereiro de 2015, ao Decreto 7.882, de 28 de fevereiro de 2005 e alterações, o afastamento do exercício do cargo efetivo ao servidor:

Adair Telles da Silva, cadastro nº 2018-4, servidor público autárquico municipal desde 10/03/2015, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, para exercício de cargo em comissão de Gerente de Central Semafórica, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, conforme Portaria Nº 18.543, de 12 de março de 2015 e Termo de Posse Nº 11.185, a contar de 20 de março de 2015.

Samae, 20 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 057/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 057/2015

Dispensa de Licitação nº. 157/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, tendo em vista o exposto no Memorando nº 015/2015/DAF, torna público que revogou, por interesse público decorrente de fato superveniente, em todos os seus termos, incluindo o Extrato nº. 317/2014/FURB, veiculado no Diário Oficial dos Municípios (DOM) em 22 de dezembro de 2014, a licitação supracitada. Objeto: Prestação de serviços financeiros e avenças para a FURB.

Blumenau, 23 de março de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Reitor

PORTARIA Nº 931/2014 - FURB

PORTARIA Nº 931/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014

Nomeia Daniele Rohr para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

DANIELE ROHR

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Divisão de Registros Acadêmicos, referência inicial 30.

Blumenau, 21 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 932/2014 - FURB

PORTARIA Nº 932/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014

Nomeia Ana Lucia Tomaz para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

ANA LUCIA TOMAZ

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Coordenadoria de Planejamento, referência inicial 30.

Blumenau, 21 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 933/2014 - FURB

PORTARIA Nº 933/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014

Nomeia Ana Clara Lenzi para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

ANA CLARA LENZI

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências Tecnológicas, referência inicial 20.

Blumenau, 21 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 934/2014 - FURB

PORTARIA Nº 934/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Designa o Servidor Leuri Arlênio Fritsch para a Função de Confiança de Controlador Geral.

O Presidente da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto: a) no art. 14 e Anexo V da Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010; b) nos arts. 30 e 31 do Estatuto da FURB (Resolução nº 35/2010, de 28 de junho de 2010), homologado pelo Decreto Municipal nº. 9199, de 30 de junho de 2010; e c) no Parecer nº. 016/2014, exarado pelo Conselho Universitário - CONSUNI em sua sessão plenária de 17 de julho de 2014, relativamente ao Processo nº. 016/2014, DESIGNA o Servidor

LEURI ARLÊNIO FRITSCH

cadastro funcional nº. 4097, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Controladoria Geral, para a Função de Confiança de Controlador Geral, para o período de 1º de agosto de 2014 a 31 de janeiro de 2017.

Blumenau, 22 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 935/2014 - FURB

PORTARIA Nº 935/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Designa, em substituição, integrantes da Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 020/2014/CEUA, de 17 de julho de 2014, oriundo da Coordenação da CEUA, DESIGNA, a contar de 1º de agosto de 2014, as Senhoras:

- SUELI SILVA CIDRAL DO AMARAL, para, em substituição à Camila Nodari, designada pela Portaria nº 568/2013, de 12 de agosto de 2013, integrar a CEUA, na condição de representante Titular das Sociedades Protetoras de Animais (HACHI ONG - Proteção Animal) legalmente estabelecidas em Blumenau.

- BARBARA LEBRECHT, para, em substituição à Rosane Strazas

Henkin, designada pela Portaria nº 200/2013, de 5 de abril de 2013, integrar a CEUA, na condição de representante Suplente das Sociedades Protetoras de Animais (ONG APRABLU) legalmente estabelecidas em Blumenau.

Blumenau, 22 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 936/2014 - FURB

PORTARIA Nº 936/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Sandra Patrícia Siebert.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 220 (duzentos e vinte) dias - referente aos períodos aquisitivos de: a) 1º de fevereiro de 2003 a 5 de fevereiro de 2008 (90 dias); e b) 6 de fevereiro de 2008 a 19 de abril de 2018 (130 dias, proporcional), à Servidora

SANDRA PATRÍCIA SIEBERT

cadastro funcional nº 4678, ocupante do cargo de Administrador Escolar, lotada na Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI, a contar de 12 de dezembro de 2014.

Blumenau, 22 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 937/2014 - FURB

PORTARIA Nº 937/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Sílvio Luiz Negrão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

SÍLVIO LUIZ NEGRÃO

cadastro funcional nº 8284, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina Veterinária, para participar de visita técnica - Campus UNESP, em Jaboticabal e USP, em Pirassununga (instalações para animais de produção), em Jaboticabal e Pirassununga - SP, no período de 21 a 24 de julho de 2014.

Blumenau, 22 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 938/2014 - FURB

PORTARIA Nº 938/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Catarina de Fátima Gewehr.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746,

de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

CATARINA DE FÁTIMA GEWEHR

cadastro funcional nº 3715, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Psicologia, considerando sua participação no 57º Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia - CONEA - curso pré-evento/formação de coordenadores grupais, em Curitiba - PR, no período de 18 a 22 de julho de 2014.

Blumenau, 22 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 939/2014 - FURB

PORTARIA Nº 939/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Márcio Cristiano de Souza Rastelli.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MÁRCIO CRISTIANO DE SOUZA RASTELLI

cadastro funcional nº 4640, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Odontologia, para participar da 49ª Reunião Anual da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, em João Pessoa - PB, no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 22 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 940/2014 - FURB

PORTARIA Nº 940/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Margareth Cassilda da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARGARETH CASSILDA DA SILVA

cadastro funcional nº 2288, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante, para participar do 19º Encontro Nacional dos Grupos PET - ENAPET 2014, em Santa Maria - RS, no período de 28 de julho a 2 de agosto de 2014.

Blumenau, 22 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 941/2014 - FURB

PORTARIA Nº 941/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Larissa Thais Pereira.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

LARISSA THAIS PEREIRA

cadastro funcional nº 9514, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Centro de Ciências Tecnológicas, a contar de 18 de julho de 2014.

Blumenau, 22 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 942/2014 - FURB

PORTARIA Nº 942/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Fabiana Riscarolli

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 03 (três) dias -, nos dias 22 e 31 de julho e 13 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 6 de janeiro de 2003 a 5 de janeiro de 2008, à Servidora

FABIANA RISCAROLLI

cadastro funcional nº 3599, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Divisão de Administração de Materiais.

Blumenau, 22 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 943/2014 - FURB

PORTARIA Nº 943/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Nomeia Daniela Tomio para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 084/2014, Parecer nº 078/2014, NOMEIA

DANIELA TOMIO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, Referência PQ04.

Blumenau, 22 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 944/2014 - FURB

PORTARIA Nº 944/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Michele Susan Krueger Volpi.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MICHELE SUSAN KRUEGER VOLPI

cadastro funcional nº 9385, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Coordenadoria de Relações Internacionais, para participar de visita técnica, organizada pela Universidade do Porto (Portugal) e visita às Universidades de Halmstad e Borås (Suécia), no período de 22 de setembro a 6 de outubro de 2014.

Blumenau, 22 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 945/2014 - FURB

PORTARIA Nº 945/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor David Colin Morton Bilsland.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

DAVID COLIN MORTON BILSLAND

cadastro funcional nº 2948, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Administração, para participar de viagem para intercâmbio docente na Halmstad University - visita técnica na Universidade do Porto, participação no Seminário do UHR - Programa Linnaeus Palme e visita a Borås University, em Halmstad, Borås e Estocolmo - Suécia e Porto - Portugal, no período de 1º de setembro a 11 de outubro de 2014.

Blumenau, 23 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 946/2014 - FURB

PORTARIA Nº 946/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Anamaria Araújo da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ANAMARIA ARAÚJO DA SILVA

cadastro funcional nº 6040, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Farmacêuticas,

para participar do X Congresso Internacional de Nutrição Clínica Funcional, em São Paulo - SP, no período de 11 a 13 de setembro de 2014.

Blumenau, 23 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 947/2014 - FURB

PORTARIA Nº 947/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Lauri Amândio Schorn.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LAURI AMÂNDIO SCHORN

cadastro funcional nº 3401, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Reconhecimento do Curso de Engenharia Ambiental - da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, em Medianeira - PR, no período de 27 a 30 de agosto de 2014.

Blumenau, 23 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 948/2014 - FURB

PORTARIA Nº 948/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Adilson Pinheiro.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ADILSON PINHEIRO

cadastro funcional nº 1780, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Civil, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar:

- Avaliação de Curso de Graduação - Autorização do Curso de Engenharia Civil - da Faculdade Anhanguera de Sumaré - FACSUMARÊ, em Sumaré - SP, no período de 13 a 16 de agosto de 2014.
- Avaliação de Curso de Graduação - Renovação de Reconhecimento do Curso de Engenharia Civil - do Centro Universitário Moura Lacerda - CUML, em Ribeirão Preto - SP, no período de 27 a 30 de agosto de 2014.

Blumenau, 23 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 949/2014 - FURB

PORTARIA Nº 949/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Leuri Arlênio Fritsch.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 01 (um) dia -, no dia 25 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 2003 a 18 de agosto de 2008, ao Servidor

LEURI ARLÊNIO FRITSCH

cadastro funcional nº 4097, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Controladoria Geral.

Blumenau, 23 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 950/2014 - FURB

PORTARIA Nº 950/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Lucinéia Sanches.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

LUCINÉIA SANCHES

cadastro funcional nº 6064, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Artes, para participar do IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental, em Manaus - AM, no período de 3 a 5 de setembro de 2014.

Blumenau, 23 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 951/2014 - FURB

PORTARIA Nº 951/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Nevoni Goretti Damo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

NEVONI GORETTI DAMO

cadastro funcional nº 4404, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Farmacêuticas, para participar do 1º Encontro Estadual do Pró-PET-Saúde, no Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - SC, no dia 28 de julho de 2014.

Blumenau, 23 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 952/2014 - FURB

PORTARIA Nº 952/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Júlio Cesar Lopes de Souza.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JÚLIO CESAR LOPES DE SOUZA

cadastro funcional nº 8401, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Administração, para participar do:

- ESUD 2014 - XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, em Florianópolis - SC, no período de 4 a 8 de agosto de 2014.
- XII Congresso Internacional da Tecnologia da Informação, em Recife - PE, no período de 16 a 19 de setembro de 2014.

Blumenau, 23 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 953/2014 - FURB

PORTARIA Nº 953/2014, DE 24 DE JULHO DE 2014

Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 067/2014 - CPCM, de 18 de julho de 2014, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base nos incisos I, II, III, IV e V do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Elenir Roders Budag	84,25	PQ08	28/6/2014
Nilton Nasser	84,45	PQ08	10/6/2014
Víctor César da Silva Nunes	63,06	PQ06	10/6/2014

Blumenau, 24 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 954/2014 - FURB

PORTARIA Nº 954/2014, DE 24 DE JULHO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de DANIELE ROHR no cargo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de DANIELE ROHR, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, nomeada pela Portaria nº 931/2014, de 21 de julho de 2014.

Blumenau, 24 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 955/2014 - FURB

PORTARIA Nº 955/2014, DE 24 DE JULHO DE 2014

Nomeia Daniela Linhares para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

DANIELA LINHARES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Divisão de Registros Acadêmicos, referência inicial 30.

Blumenau, 24 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 956/2014 - FURB

PORTARIA Nº 956/2014, DE 24 DE JULHO DE 2014

Nomeia Marcel Hilleshein para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Engenharia Elétrica.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

MARCEL HILLESHEIN

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Engenharia Elétrica, com lotação no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, referência inicial 35.

Blumenau, 24 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 957/2014 - FURB

PORTARIA Nº 957/2014, DE 24 DE JULHO DE 2014

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, nas disciplinas: Manufatura de Materiais e Produtos I e Manufatura de Materiais e Produtos II.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº.084/2013 - Parecer nº 083/2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas regido pelo Edital nº 05/2013, de 13 de maio de 2013, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, nas disciplinas Manufatura de Materiais e Produtos I e Manufatura de Materiais e

Produtos II, conforme a seguir:

Candidatos	Resultado Final
André Luiz Klauberg	Desclassificado
Stephen David Carpenter	Desclassificado

Blumenau, 24 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 958/2014 - FURB

PORTARIA Nº 958/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014

Torna sem efeito, por perda do prazo para posse, a nomeação de NADIA ATEF ISSA no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de NADIA ATEF ISSA no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, nomeada pela Portaria nº 784/2014, de 17 de junho de 2014.

Blumenau, 25 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 959/2014 - FURB

PORTARIA Nº 959/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Ivo Marcos Theis.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

IVO MARCOS THEIS

cadastro funcional nº 1730, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, considerando sua participação na 66ª Reunião Anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Rio Branco - AC, no período de 22 a 25 de julho de 2014.

Blumenau, 25 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 960/2014 - FURB

PORTARIA Nº 960/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de VANESSA ZANON BALDISSARELLI no cargo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 745/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de VANESSA ZANON BALDISSARELLI no cargo de PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, nomeada pela Portaria nº 872/2014, de 9 de julho de 2014.

Blumenau, 25 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

A Câmara Municipal de Blumenau torna público pelo presente Edital, para conhecimento de pessoas jurídicas interessadas, que fará realizar até 5 (cinco) dias após a publicação deste edital, no horário das 13:00 às 19:00 horas CREDENCIAMENTO, nos seguintes termos e condições:

O objeto deste Edital visa credenciar emissoras de radiodifusão em frequência modulada (FM) sediadas no Município de Blumenau, e com incidência majoritária neste, para transmissão de programa institucional da Câmara Municipal de Blumenau.

O Edital estará à disposição das interessadas durante o expediente normal, na sede da Câmara Municipal, situada na Rua XV de Novembro, 55, centro, Blumenau/SC, onde eventuais esclarecimentos necessários e/ou complementares poderão ser obtidos através do fone (47) 3231-1500, no período das 13:00 às 19:00 horas.

Blumenau, 25 de março de 2015.
Mário Hildebrandt
Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 68/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 68/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP

Objeto: Aquisição de 600 bolsas de semente de aveia preta em embalagens de 40 kg, com certificação de no mínimo 85 % de germinação.

Valor: R\$ 26.460,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos e sessenta reais).

Vigência: 01 de Abril a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 16 de Março de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 69/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 69/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA - ME

Objeto: Divulgação de atos oficiais do Município, avisos e comunicados de interesse direto da Administração, por radiodifusão sonora em ondas médias - FM, no período de Abril a Dezembro de 2015.

Valor: R\$ 20.250,00 (Vinte mil duzentos e cinquenta reais).

Vigência: 01 de Abril a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 16 de Março de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 70/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 70/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RÁDIO MODELO LTDA - ME

Objeto: Divulgação de atos oficiais do Município, avisos e comunicados de interesse direto da Administração, por radiodifusão sonora em ondas médias - AM, no período de Abril a Dezembro de 2015.

Valor: R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais).

Vigência: 01 de Abril a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 16 de Março de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 71/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 71/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
Objeto: Fornecimento de acesso à internet mensal, com 08 Mbps de Download e 02 Mbps de Upload, com garantia de banda mínima de 50% Download e Upload.
Valor: R\$ \$ 4.250,00 (Quatro mil e duzentos e cinquenta reais).
Vigência: 01 de Abril a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 16 de Março de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

LEI DO LEGISLATIVO Nº10-15 DE 24 DE MARÇO DE 2015 AUTORIZA A PRESIDENTE CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS.

LEI DO LEGISLATIVO Nº 10/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015
Lei do Legislativo nº10/15 de 24 de março de 2015 autoriza a Presidente da Câmara Municipal de Vereadores a conceder revisão geral anual aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo e subsídios dos agentes políticos e reajuste aos Servidores da câmara Municipal Vereadores de Bom Jesus do Oeste- Santa Catarina.

JANIARA KELLER CECCON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Bom Jesus do Oeste- SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Lei do Legislativo Municipal.

Art. 1º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a conceder revisão geral de que trata o artigo 37, X, da CF/88, Lei Municipal nº 669/2009 e Lei Complementar do Legislativo nº 001/2013, na remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e subsídios dos agentes políticos.

Parágrafo único - A remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e subsídio dos Agentes Políticos, a partir de 1º de março de 2015, ficam revisadas em 3,68% (três vírgula sessenta e oito por cento), relativamente à inflação medida pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado de janeiro de 2014 a dezembro de 2014, conforme data base definido na Lei Municipal nº 669/2009 e Lei Complementar do Legislativo nº 001/2013.

Art. 2º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores também autorizado a conceder reajuste na remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo.

Parágrafo Único - Além dos valores gerados na forma do Artigo 1º e seu parágrafo único fica, também, concedido aumento real de 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento) sobre o vencimento de cada servidor, totalizando o valor de 5 % (cinco por cento).

Art. 3º. A revisão de que trata o Art. 1º e o reajuste de que trata o art. 2º deverá incidir uma única vez e simultaneamente sobre a remuneração de quem fizer jus ao mesmo.

Art. 4º. As despesas provenientes da realização da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento Municipal Legislativo vigente.

Art. 5º. Esta Lei do Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores, 24 de março de 2015.
JANIARA KELLER CECCON HARI SCHMIDT
Presidente 1ª Secretário

LEI MUNICIPAL Nº 962/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 962/15 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL E INSTITUI AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS INSTITUÍDAS PELA LEI ORGÂNICA E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 669/09 DE 11 DE MARÇO DE 2009 E Nº 917/2013 E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o PODER EXECUTIVO MUNICIPAL autorizado a conceder a revisão geral e aumento dos vencimentos dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal, regidos pelo Regime Jurídico Único, nos termos da Lei nº 699/09 de 11.03.2009 e suas alterações, e da Lei Municipal Complementar nº 917/2013.

Art. 2º - Fica concedida a revisão salarial no equivalente a de 3,68% (três vírgula sessenta e oito por cento) sobre o vencimento dos servidores do Município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 3º - Fica concedido aumento salarial no equivalente a de 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento) sobre o vencimento dos servidores do Município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013, produzindo efeitos e aplicabilidade a partir de março de 2015, revogando as disposições anteriores.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste/SC, em 24 de março de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEIS LEGISLATIVO Nº11-15 DE 24 DE MARÇO DE 2015 DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ACAVERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI DO LEGISLATIVO Nº 11/2015

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ACAVERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANIARA KELLER CECCON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Lei do Legislativo Municipal.

Art. 1º - Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a contribuir financeiramente com a ACAVERIOS - Associação das Câmaras de Vereadores dos Municípios do Entre Rios, com sede na cidade de Maravilha - SC.

Parágrafo Único - A adesão a ACAVERIOS será firmada em formulário próprio da entidade.

Art. 2º - A contribuição, mencionada no "caput" do artigo 1º, é de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), para o exercício de 2.015, a ser pago em 10 (dez) parcelas de R\$ 350,00 (setecentos e cinquenta reais) contando a partir de março.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, apresentando relatório onde comprove a real aplicação, bem como, declaração do Presidente e Tesoureiro de que os recursos foram aplicados nos fins aos quais se destinam.

Art. 4º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, Projeto Atividade 3.3.50.00.00.00.00, Outras instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013, e surtirá seus efeitos reais e legais a partir de 1º de janeiro de 2.015.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 24 de março de 2015.

JANIARA KELLER CECCON
Presidente

HARI SCHMIDT
1ª SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 052/2015 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 052/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEAR SERVIDOR PARA VAGA TRANSITÓRIA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. Fabricio Scapin, portador do CPF sob nº. 062.869.079-71, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor III - Educação Física, com carga horária de 10 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0510, a

partir de 23 de março de 2015, tendo vencimento constante no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste - SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, conforme Edital 002/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 23 de março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS 69/2015 A 74/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 69/2015 Pregão Presencial 08/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: JLM Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Material Escolar e Material de Expediente para atender as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura e Transportes no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 53.426,95 (cinquenta e três mil quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos).

Extrato Contrato 70/2015 Pregão Presencial 08/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Sandro Vilmar Pires ME

Objeto: Aquisição de Material Escolar e Material de Expediente para atender as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura e Transportes no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 22.673,30 (vinte e dois mil seiscentos e setenta e três reais e trinta centavos)

Extrato Contrato 71/2015 Pregão Presencial 08/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Elmo Papelaria Ltda.

Objeto: Aquisição de Material Escolar e Material de Expediente para atender as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura e Transportes no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 9.281,83 (nove mil duzentos e oitenta e um reais e oitenta e três centavos)

Extrato Contrato 72/2015 Pregão Presencial 08/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Célia Regina Wambommel ME.

Objeto: Aquisição de Material Escolar e Material de Expediente para atender as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura e Transportes no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 1.959,85 (um mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Extrato Contrato 73/2015 Pregão Presencial 08/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Bozzano e Bozzano Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Material Escolar e Material de Expediente para atender as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura e Transportes no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 2.475,20 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

Extrato Contrato Nº 74/2015 Ata de Registro de Preços nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Genérico: R\$ 2.463,31 (dois mil e quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos).

Bom Retiro, 25 de março de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

CONVENIO 003/2015

CONVÊNIO No 003 /2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO E A CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2015, o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.952.230/0001-67, situada na Praça da Independência nº 25, Centro, Município de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito em Exercício Sr. ROMILDO TESKE, residente e domiciliado na Rua Bruno Plaster, nº621 Centro, na cidade de Braço do Trombudo-SC, portador da Carteira de identidade nº 2.629.220, SSP/SC e do CPF nº. 789.711.799-53, e a CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BRAÇO DO TROMBUDO, localizada a Rua Dom Pedro I, nº 28, sala 2, Centro, da cidade de Braço do Trombudo, Estado do Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 07.271.339/0001-71, representada por seu Presidente Sra Gislaine Priscila Pereira Rinnert residente e domiciliado na rua Duque de Caxias, nº1275, Centro, município de Braço do Trombudo, portador da Carteira de Identidade no 2.911.323 SSP/SC e do CPF no 016.421.739-83 resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a CDL, para a realização da campanha "COMPRA AQUI PARA VER BRAÇO DO TROMBUDO CRESCER" prevendo o sorteio de prêmios, visando o estímulo a venda varejista do comércio local, e o aumento da arrecadação no Município de Braço do Trombudo, bem como o estímulo a emissão de nota de produtor rural.

Parágrafo Único - As condições de desenvolvimento da Campanha ficarão vinculadas às disposições constantes no Regulamento anexo, parte integrante do presente Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA: A campanha será direcionada aos clientes das entidades comerciais e prestadoras de serviços, estabelecidas nos Municípios de Braço do Trombudo, associados à CDL, e aos emitentes de nota de produtor rural, no período de março de 2015 até dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Caberá às partes as despesas com a divulgação e premiação da campanha, mediante prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: O Município de Braço do Trombudo efetuará o repasse equivalente ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CDL.

Caberá à CDL:

- a) a administração para contratar diretamente, sem intermédio do Município, a confecção do material de divulgação e de publicidade;
- b) a responsabilidade de promoção e divulgação da campanha, e a administração e entrega do material promocional entre seus associados e ao setor de agricultura responsável pelo controle de nota de produtor rural;
- c) a realização do sorteio nas datas previstas, bem como a efetiva entrega dos prêmios aos respectivos ganhadores;

- d) a prestação de contas e divulgação dos resultados, após o término da campanha, na imprensa local.
- e) realização de prestação de contas até 30 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta do orçamento vigente do MUNICÍPIO, no presente exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: O MUNICÍPIO e a CDL poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

CLÁUSULA OITAVA - Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

Romildo Teske
Prefeito Municipal em Exercício

Gislaine Priscila Pereira Rinnert
Presidente da CDL

Testemunhas

Marilei Medeiros Domingues de Souza
CPF: 037.586.189-08

Priscila Gonçalves dos Santos Coelho

CPF: 063.814.609-70

DECRETO 035/2015

DECRETO Nº 035/2015
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0586/2008, de 25.05.2008 e Lei Municipal nº 0648/2010 de 31.03.2010, etc...

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Saneamento Básico, de acordo com as Leis Municipais nº 0586/2008 de 25.05.2008, e 0648/2010 de 31.03.2010, terá a seguinte composição:

I - por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
Titular: Denilson Joenck
Suplente: Egídio Hubner

b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
Titular: Mara Eliza Schade
Suplente: Fábio Dalmarco

c) Câmara de Vereadores;
Titular: Iuri Mahari Lima
Suplente: Jonas Mugge

II - por 03 (três) representantes de entidades não governamentais, representantes de entidades Filantrópicas ou de Organização Social, legalmente constituídas, sendo:

a) Um Representante da Associação de Moradores do Serril;
Titular: Irene Floriani Bertelli
Suplente: Jean Carlos Correa da Costa Scharf

b) Um Representante do Lar Beneficente João 3:16;
Titular: Marlene Kunstler
Suplente: Moisés da Silva

c) Um Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL);
Titular: Alcenio Candido de Souza
Suplente: Marlus Ivan Nagel

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE 1.º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 03 2015 FMS

EXTRATO DE 1.º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 03/2015 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Raquel Faller

CPF: 019.140.599-05

sito a Rua Rua Bulcão Viana, 66 - Ap 503 - Bairro Jardim América Cidade de Rio do Sul -SC

Objeto: Contratação de serviços farmacêuticos

Vigência até 30.04..2015.

Data da assinatura: 24.03.2015

Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 03 2015 FMS

EXTRATO DE 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 03/2015 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Raquel Faller

CPF: 019.140.599-05

sito a Rua Rua Bulcão Viana, 66 - Ap 503 - Bairro Jardim América Cidade de Rio do Sul -SC

Objeto: Contratação de serviços farmacêuticos

Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Data da assinatura: 24.03.2015

Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO 04 2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 04/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Eliane Teresinha Arsego Edinger

CPF: 465.981.460-20

sito a Rua Tiradentes,116 - Centro

Braço do Trombudo -SC

Objeto: Aquisição de Serviços de Fisioterapia para atendimento Domiciliar.

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 20.03.2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 042/2013

PORTARIA 042/2015

DESIGNA SERVIDOR

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nildo Melmestet, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Administrativo para coordenar os diversos Conselhos Municipais, a partir de 02 de março de 2013.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria 088/2013 de 13.03.2013.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 23 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 043/2015

PORTARIA 043/2015

Concede Função Gratificada - FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-04, ao servidor Mauros Muller, para assessorar o Coordenador dos Conselhos Municipais, executando tarefas burocráticas (expedição de ofícios, arquivamento de documentos, comunicados, convites, elaboração de atas e protocolos), executar outras tarefas que forem delegadas pelo Coordenador, a partir de 02.03.2015.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria 076/2014 de 11.04.2014.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos

retroativos a 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

TERMO ADITIVO CONVÊNIO 001/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E O HOSPITAL DE TROMBUDO CENTRAL FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de Concedente, representada pelo Sr. Romildo Teske, Prefeito em Exercício e o Hospital de Trombudo Central, com sede a Rua Paulo Skowasch, Município de Trombudo Central - SC, registrado no CNPJ sob nº 86.404.597/0001-55, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Hary Spiess, na qualidade de Conveniente, resolvem, de comum acordo, aditar o Convênio nº 001/2013 em epígrafe, pelo que passam a dispor:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado até 31.07.2015 o prazo do Convênio nº 001/2013, contados a partir de 01.04.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do convênio. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 23 de março de 2015.

Concedente

Pref. Mun. de Braço do Trombudo

Conveniente

Hospital de Trombudo Central

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

CPF 789.711.799-53

Hary Spiess

Presidente do Hospital

Testemunhas

Denise Schussler Werter

CPF - 022.538.329-28

Marina Solange Georg Erbs

CPF - 920.667.049-20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	óleo mineral 15w40, API GL4/SL, ACEA-E-704, que atende as normas MB-228.3, VOIVO VDS-3 e CUMMINS CES-20078, a granel em tanque de 400 lts com bacia de coleta, controle de consumo com bomba digital e acompanhamento de frota. (14545)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	8,5700	1
2	óleo mineral 20w30, multifuncional (transmissão-diferencial-hidraulico), que atende as normas MF-1135 e new holland ESN-M2C 134-D, ou Similar (14546)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	250,3000	1
3	óleo mineral para sistemas hidráulicos, viscosidade 68, API HPL, (14547)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	198,7000	1
4	óleo mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. (14548)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	208,3000	1
5	óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e caterpillar TO-2. (14549)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	307,5000	1
6	óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e Allison C-4. (14550)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	205,8000	1
7	graxa para rolamento a base de sabão de lítio (balde 20 kg) (14551)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	268,3000	1
8	fluido sintético para freio DOT-3 30x500. (14552)	CX	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	373,0000	1
9	óleo para motores gasolina/etanol/gnv API SJ 20w30 (14553)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	11,0500	1
10	óleo mineral para transmissões, 85w90, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Ou similar. (14554)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	280,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	aria 32 (14555)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	ECOTEC	0	53.9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2014
PROCESSO Nº 39/2014

(7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu 185/60r 14 (13839)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
2	Conserto pneu Furo interno (Tip Top) pneu 185/60 r14 (13840)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
3	Conserto pneu corte (Vulcanizo) pneu 185/60r 14 (13841)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
4	Balanceamento. (10791)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	5,0000	1
5	conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 roda 15 C liso (13842)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,0000	1
6	Conserto do pneu interno (tip top 225/70 roda 15c liso. (13843)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
7	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14 (13844)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
8	Conserto de Pneu Interno (tip top) 185/60 roda 14 (13845)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
9	Conserto de pneu furo externo (tarugo) pneu 175/70 R 14 (13846)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
10	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 175/70 r 14 (13847)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
11	Conserto de pneu corte (Vulcanizado) pneu 175/70 R 14 (13848)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
12	Conserto de pneu externo (tarugo), pneu 185/60 r 14 (13868)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 24/2014 Data do Registro: 24/09/2014 Válido até: 24/09/2015**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 185/6 R 14 (13850)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
14	Conserto de pneu corte vulcanizado pneu 185/60 R 14 (13851)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
15	Conserto pneu 18,4 x30 trator traseiro (13852)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
16	Conserto de pneu 750x16 dianteiro (13853)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	17,5000	1
17	Conserto pneu 14,9 x 28 trator traseiro (13854)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
18	Conserto dianteiro de pneu 12,4x24 trator dianteiro (13855)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
19	Conserto pneu 185 R 16 (13856)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
20	Conserto pneu 185/60 R 14 (13857)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
21	Conserto pneu 175/70 R 13 (13858)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
22	Tip Top numero 2. (10808)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
23	Tip Top numero 3. (10809)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
24	Tip Top numero 4. (10810)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Tip Top Numero 5. (10811)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	30,0000	1
26	Tip Top numero 6. (10812)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	42,5000	1
27	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional. (10813)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1
28	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10814)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1
29	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional. (10815)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	55,0000	1
30	Conserto pneu 18,4x34 com 12 lonas convencional. (10816)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	52,5000	1
31	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10817)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	35,0000	1
32	Conserto pneu 750x18 F2 com 08 lonas trator dianteiro. (10818)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1
33	Conserto pneu 16,9x24. (10819)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
34	Conserto pneu 12,5/80-R 18 (13870)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25,0000	1
35	Conserto de pneu furo interno (tip top), pneu 185 R 14C. (10825)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
36	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10822)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	26,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 24/2014 Data do Registro: 24/09/2014 Válido até: 24/09/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braco do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
37	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas (10823)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25.0000	1		
38	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu externo 185 R 14 C (13859)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11.5000	1		
39	Coserto pneu (tip top), pneu 185 R 14C (13860)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	28.5000	1		
40	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) pneu 185 R 14 C (13861)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20.0000	1		
41	Conserto pneu furo externo tarugo pneu 185 R 14 C (13862)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11.5000	1		
42	Conserto pneu furo interno tip top, pneu 185 R 14 C (13863)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13.5000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Conserto pneu corte vulcanizo, pneu 185 R 10 C (13864)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2014
PROCESSO Nº 43/2014

(9309) - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO 01_2015

EDITAL 001/2015 DE CHAMAMENTO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2014

NILSO STEDILE, Prefeito em Exercício de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 020 /2006,

REALIZA CHAMAMENTO

de candidatos classificados no Concurso Público para Ingresso em cargo efetivo na Administração do Município de Brunópolis - SC, conforme Edital nº 01/2015, Concurso Público nº 001/2014, conforme lista abaixo:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Nome
1º	Rosangela de Oliveira

PROFESSOR DE ARTES

Classificação	Nome
1º	Keli R. Lemos Bortolini

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome
1º	Marilene Ap. de Oliveira
2º	Elieze R. de Souza Leobet
3º	Luciane Gomes

NUTRICIONISTA

Classificação	Nome
1º	Maria Angelita da Silva

FARMACÊUTICO

Classificação	Nome
1º	Gilberto José Dobrowolski
2º	Karina Zanoni

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Classificação	Nome
1º	Marcelo Eduardo Tormen

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classificação	Nome
1º	Rosa Maria Betiolo

VIGIA

Classificação	Nome
1º	Joelson Andress Correa
2º	Luiz Carlos Goetten

AUXILIAR DE OBRAS

Classificação	Nome
1º	Sadi de Jesus Ávila

MOTORISTA I

Classificação	Nome
1º	Antonio M.P.Barbosa
2º	Gilson Betiolo

MOTORISTA II

Classificação	Nome
1º	Claudio A. Grocinotti
2º	Marco M. Correa
3º	Arcilei E. Scolari
4º	Adelir S. Fernandes
5º	Emerson Betiolo

OPERADOR DE MÁQUINAS I

Classificação	Nome
1º	Dejacir Francisco Correa
2º	Ari Carlos Ribeiro

OPERADOR DE MÁQUINAS II

Classificação	Nome
1º	Osni Veloso
2º	José Maria C. Veloso

OPERADOR DE MÁQUINAS III

Classificação	Nome
1º	Gilberto Alves de Ramos
2º	Geiso Ezequiel Weber

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome
1º	Ivanir Torin Soso
2º	Ana C. May Panisson
3º	Juliane Gonçalves
4º	Marilene A dos R. Carneiro
5º	Maria Ap. dos Santos

Fica estabelecido o prazo de 15(quinze) dias para a apresentação no Departamento de Pessoal, da documentação necessária conforme estabelece o Edital 01/2014.

A não apresentação dos documentos acima no prazo estipulado implicará na exclusão do candidato e perda da vaga.

Caso o candidato não possa assumir a função quando chamado, poderá solicitar a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

Brunópolis - SC em 24 de março de 2015.

NILSO STEDILE

Prefeito Municipal em Exercício

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 041/2015

Espécie: Contrato nº 041/2015, entre o Município de Brusque e a Empresa Terraplenagem Kreusch Ltda ME, em 09/03/2015. Objeto: locação de máquinas, caminhões e equipamentos (Item 5 - Caminhão toco). Valor: R\$ 329.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Diego Fagundes e Aldemir Kreusch.

PORTARIA Nº 711/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 711/2015, de 24 de março de 2015.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário, nomeia Comissão processante e dá outras providências.

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13, instaura Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário, nomeia Comissão processante e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar pelo rito sumário com base no art. 194 da Lei Complementar 147/2009, em desfavor do servidor ÉBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR, ocupante do cargo de Agente de trânsito, lotado na Secretária de Trânsito e Mobilidade da Prefeitura Municipal de Brusque, portador do CPF 078.654.129-67, Mat. 812986-0, para apurar os fatos constantes da denúncia/memorando nº 16/15/GTB, encaminhado pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade (datado de 23/01/2015), bem como encaminhado pela autoridade superior, onde em tese o referido servidor, por várias vezes, tentou estabelecer um esquema junto a uma empresa de guinchos que mantém contrato com o Município de Brusque, por ele intitulado como "guinchadas por dinheiro". O esquema articulado pelo servidor, tinha como finalidade usar de suas atribuições como guarda de trânsito para realizar várias abordagens, independente do veículo, e com isso auferir valores para si de forma indevida. O denunciado ainda tentou aliciar outros servidores para integrarem o esquema, porém sem sucesso. Assim, os atos praticados pelo servidor, caracterizam-se como: 1º) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública (art. 175, XIII, da LC 147/2009); 2º) Receber propina, presente, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições (art. 175, XVI da LC 147/2009); 3º) Não observou as normas legais e regulamentares (art. 174, VI da LC 147/2009); 4º) A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo servidor no desempenho de seu cargo, emprego ou função (art. 179, caput da LC 147/2009).

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Sabrina Hoeffmann (matr. 460087-0); Fabio Caetano Pereira (matr. 14753-0) e Tânia Mara Vieira Pompermayer.

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

§1º O indiciado poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

§2º Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO CONTRATO Nº036/2015

EXTRATO AO CONTRATO 036/2015

Espécie: Contrato nº 036/2015, entre o Município de Brusque e a SETORSUL TRANSPORTES E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA, em 09/03/2015. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE TERRA ARMADA NA AVENIDA BEPE ROZA, LOTEAMENTO MALOSSY, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: 567.926,47. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: GILMAR VILAMOSKI e MURILO CECCONELLO.

EXTRATO CONTRATO Nº 037/2015

Espécie: Contrato nº 037/2015, entre o Município de Brusque e a Empresa Benaci Terraplanagem Ltda ME, em 09/03/2015. Objeto: locação de máquinas, caminhões e equipamentos (Item 4 - Trator de Lâmina D6). Valor: R\$ 621.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Diego Fagundes e José Augusto Benaci.

EXTRATO CONTRATO Nº 038/2015

Espécie: Contrato nº 038/2015, entre o Município de Brusque e a Empresa Desentupidora Hidrolimpa Ltda, em 09/03/2015. Objeto: locação de máquinas, caminhões e equipamentos (Item 6 - Caminhão hidrojato). Valor: R\$ 451.200,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Diego Fagundes e Elizio Vieira da Silva.

EXTRATO CONTRATO Nº 039/2015

Espécie: Contrato nº 039/2015, entre o Município de Brusque e a Empresa Eletro Técnica Centro Sul Ltda, em 09/03/2015. Objeto: locação de máquinas, caminhões e equipamentos (Item 1 - Caminhão prancha). Valor: R\$ 178.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015. Dotação Orçamentária:

Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Diego Fagundes e Jone João Piazza.

EXTRATO CONTRATO Nº 040/2015

Espécie: Contrato nº 040/2015, entre o Município de Brusque e a Empresa Souza Demolições Ltda ME, em 09/03/2015. Objeto: locação de máquinas, caminhões e equipamentos (Item 7 - Rompedor pneumático). Valor: R\$ 216.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Diego Fagundes e Pedro Santino de Souza.

EXTRATO CONTRATO Nº 042/2015

Espécie: Contrato nº 042/2015, entre o Município de Brusque e a Empresa Terraplenagem NH Ltda EPP, em 09/03/2015. Objeto: locação de máquinas, caminhões e equipamentos (Item 2 e 3 - Trator de lâmina D4 e D5). Valor: R\$ 783.300,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Diego Fagundes e Nelmir José Hasckel.

EXTRATO CONTRATO Nº 043/2015

EXTRATO AO CONTRATO 043/2015

Espécie: Contrato nº 043/2015, entre o Município de Brusque e a PACOPEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA, em 24/03/2015. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ MIRIM, FAZENDO A LIGAÇÃO ENTRE A RUA MAXIMILIANO FURBRINGER E O BAIRRO RIO BRANCO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 3.387.143,97. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 020/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: GILMAR VILAMOSKI e GISIELE ADAISE DE SOUZA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2015 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2015 - FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 003/2015, em 19/03/2015. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos hospitalares. Valor: R\$ 642.356,01. Origem: Pregão nº 016/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: ANA BEATRIZ BARÃO LUDIVIG.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 013/2015, em 09/03/2015. Objeto: Aquisição de Equipamentos de informática. Valor: R\$ 79.690,00. Origem: Pregão nº 131/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 014/2015, em 18/03/2015. Objeto: Aquisição de mobiliário para a Secretaria de Educação. Valor: R\$ 322.697,40. Origem: Pregão nº 006/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: GLEUSA LUCI FISCHER.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 015/2015, em 19/03/2015. Objeto: Aquisição de protetores solares. Valor: R\$ 5.700,00. Origem: Pregão nº 010/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 016/2015, em 19/03/2015. Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Valor: R\$ 192.496,00. Origem: Pregão nº 135/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 017/2015, em 20/03/2015. Objeto: Aquisição de água mineral. Valor: R\$ 62.310,00. Origem: Pregão nº 011/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 018/2015, em 20/03/2015. Objeto: Aquisição de cal hidratada e cimento. Valor: R\$ 236.500,00. Origem: Pregão nº 005/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO DE TERMO DE COMODATO Nº 001/2015

EXTRATO DE TERMO DE COMODATO. COMODATÁRIO: MUNICÍPIO DE BRUSQUE (CNPJ 83.102.343/0001-94). COMODANTE: HANG & SILVA PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ 06.624.830/0001-40). OBJETO: COMODATO DE PARTE DE UM IMÓVEL NAS PROXIMIDADES DA RUA IVANDRO BRUNS, 411, BAIRRO NOVA BRASÍLIA, BRUSQUE (SC), INTEGRANTE DA MATRÍCULA 64.823. PRAZO: 24 MESES. BRUSQUE (SC), 11 DE MARÇO DE 2015. SIGNATÁRIOS: GILMAR VILAMOSKI E HANG & SILVA PARTICIPAÇÕES LTDA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015

TOMADA DE PREÇOS nº 001/2015

Processo Licitatório nº 033/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação (reabertura de prazos), na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de passeio público com acessibilidade na Rua Azambuja (segunda etapa), Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 20/03/2015

GILMAR VILAMOSKI

Secretário de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015 SAMAE

SAMAE DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 011/2015

Inexigibilidade

OBJETO: renovação de uso do programa Select para licenças de software Bentley (watergems)..

RESULTADO: da análise dos documentos a Comissão declarou se tratar de um processo de inexigibilidade, para contratação do objeto a ser fornecido pela empresa Bentley Systems do Brasil Ltda. no valor global de R\$ 12.975,90 (Doze Mil e Novecentos e Setenta e Cinco Reais e Noventa Centavos).

Publique-se e encaminhe para o Setor Jurídico e Diretor Presidente para prosseguimento dos trabalhos.

23/02/2015

Silviane Studnika

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 040/2015

TOMADA DE PREÇO nº 004/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE (SETRAM), LOCALIZADA NA RUA MANOEL TAVARES, N. 51, CENTRO I, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação das empresas CONSTRUTORA WDD LTDA; SONA CONSTRUTORA LTDA ME; L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME e TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME em razão do pleno cumprimento das exigências contidas em edital, nos termos da Ata de Licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

23/03/2015

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 216/2014

Pregão nº 129/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS-D'ÁGUA,

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Considerando que a impugnação em questão não foi assinada, não há recebo, pois apócrifa. Ademais, o ato impugnado perdeu o objeto, na medida em que o competitivo foi fracassado. Outrossim, recomendo a revisão dos preços, considerando que aparentemente apresentam-se inexequíveis, na forma dos artigos 44, § 3º e art. 48 da lei 8.666/93. 12/03/2015

RAFAEL LUIZ PINTO

Departamento de Licitações

PORTARIA Nº 340/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 340/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, ao servidor Sr. SANTINO FRANCISCO DA COSTA, matrícula nº 16462-4, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período compreendido 11/02/2015 a 11/04/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/01/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 048/2015 SAMAE

PORTARIA SAMAE Nº. 048/2015

O Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, Institui Novos Padrões de Vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências, especificamente o disposto nos artigos 48 a 53 da referida lei.

RESOLVE:

Art. 1º Criar, nesta data, a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores - CIFCS, no âmbito da autarquia SAMAE

- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - BRUSQUE - SANTA CATARINA, estabelecida na Rua Dr. Penido, 297, Centro, na cidade de Brusque, CNPJ nº 82.985.003/0ta001-96, designando como Presidente a servidora Silvia Eliane Roso da Silva, como 1º Secretária Simone Bittencourt Frutuoso, como 2º Secretário o servidor Jean Wons Fernandes e os demais componentes: Aureo Onorato da Luz, Adriana Kosai Campello, Fabio Sutter e Paulo Tamasia.

Art. 2º Atribuir à Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores - CIFCS o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente processo de criação e instalação da Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores - CIFCS, tudo nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores - CIFCS, como atividade permanente desta Autarquia para o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

- I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;
- II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;
- III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;
- IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.
- V - Trabalhar em acordo e sintonia com a ESAP - Escola de Administração Pública de Brusque, padronizando as atividades conforme os padrões do município.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/03/2015.

Brusque, 24 de março de 2015.
ROGERIO RISTOW
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 46/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 46/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

- 1) Designar o servidor Gilberto Cesar Albrecht, ocupante do cargo de Engenheiro Mecânico, para exercer função de confiança gratificada no percentual de 20% sobre o vencimento de seu cargo de origem.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 24 de março de 2015.
ROGERIO RISTOW
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 47/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 47/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

1) Designar o servidor Luiza Sarah Thomsen, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para exercer função de confiança gratificada no percentual de 20% sobre o vencimento de seu cargo de origem.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 24 de março de 2015.
ROGERIO RISTOW
Diretor Presidente
SAMAE

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Resolução Nº 1, de 20 de março de 2015.

Cria o cargo de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais, de provimento em comissão, na Câmara Municipal de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado junto à estrutura funcional da Câmara Municipal, o seguinte cargo de provimento em comissão:

CARGO SIMBOLOGIA Nº
Chefe de Manutenção e Serviços Gerais C. MS. 01

Art. 2º O vencimento do cargo criado na forma do Art. 1º será definido em Lei específica.

Art. 3º O provimento do cargo criado na forma do art. 1º desta Resolução dar-se-á por indicação do Presidente da Câmara.

Art. 4º Aplica-se ao servidor nomeado para o cargo criado por esta Resolução, a Lei Complementar nº 147/09 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 5º As funções, carga horária e requisitos para investidura do cargo de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais são os estabelecidos no Anexo Único desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2015.
Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

ANEXO ÚNICO

Funções do Chefe de Manutenção e Serviços Gerais

- Organizar, supervisionar e auxiliar os serviços de limpeza, de copa e de cozinha e controle de estoque;
- Organizar, supervisionar e controlar os serviços internos e externos de compra de produtos e materiais para cozinha e limpeza da Casa;
- Supervisionar e controlar as funções realizadas pelos servidores subordinados;
- Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.

Carga Horária

- 40 horas semanais.

Requisitos para Investidura

- Ensino médio completo.

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 02-2015- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 02-2015- FMS

EDITAL: IL Nº 02/2015

OBJETO: Contratação da Empresa Stefan Szylewicz Serviços Médicos Ltda Especializado em NEUROCIRURGIA, CPNJ 09-467-850/0001-79, com sede neste Município de Caçador - SC, para prestar serviço ao Fundo Municipal de Saúde de Caçador - SC, Valor R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), pelo prazo de 12(doze) meses. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de março de 2015.

Roselaine de Almeida Perico

Secretária de Saúde

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 016/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 018/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PINTURA DE FAIXAS SINALIZADORAS PARA DIVERSAS VIAS PÚBLICAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/03/2016

1ª Publicação.

TERMO DE ERRATA PR 010/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 010/2015-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 010/2015 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o inciso II e o inciso VII da cláusula 4.1 do Edital:

- onde lê-se:

II - descrição geral (ou detalhada) quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, marca, o valor unitário e o total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos - duas casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

- leia-se:

II - descrição geral (ou detalhada) quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, marca, o valor unitário e o total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos - três casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

- onde lê-se:

VIII - OS MEDICAMENTOS DEVEM SER ENTREGUES NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS CONTADO DA SOLICITAÇÃO FEITA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- leia-se:

VIII - OS MEDICAMENTOS DEVEM SER ENTREGUES NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS CONTADO DA SOLICITAÇÃO FEITA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Foi alterado a descrição do item 39 do Anexo I :

- onde lê-se:

CARBONATO DE CÁLCIO 500MG+VITAMINA D 400UI

-leia-se:

CARBONATO DE CÁLCIO 500MG+VITAMINA D 600UI

Foi alterado o valor dos itens 05, 22, 39, 50 , 87, 92 , 155 e 176 do Anexo I:

- onde lê-se:

ITEM 05: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,014

-leia-se:

ITEM 05: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 1,06

- onde lê-se:

ITEM 22: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 3,3420

-leia-se:

ITEM 22: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 5,10

- onde lê-se:

ITEM 39: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,528

-leia-se:

ITEM 39: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,72

- onde lê-se:

ITEM 50: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,122

-leia-se:

ITEM 50: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,168

- onde lê-se:

ITEM 87: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,580

-leia-se:

ITEM 87: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,146

- onde lê-se:

ITEM 92: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,043

-leia-se:

ITEM 92: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,068

- onde lê-se:

ITEM 155: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,035

-leia-se:

ITEM 155: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,042

- onde lê-se:

ITEM 176: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 0,144

-leia-se:

ITEM 176: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 2,88

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 24 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de computadores, peças e equipamentos de informática para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA - ME, CNPJ: 07.055.987/0001-90, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 17/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 08					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
14	10	UNIDADE	Teclado alfanumérico ABNT 2, cor preta, USB.	18,90	189,00
VALOR TOTAL DO LOTE 08				R\$ 189,00	

LOTE 13					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
19	5	UNIDADE	Memória 4GB DDR3 1333Mhz	144,90	724,50
VALOR TOTAL DO LOTE 13				R\$ 724,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de computadores, peças e equipamentos de informática para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa JAIRO ANTONIO ZANATTA - EPP, CNPJ: 03.843.541/0001-70, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 17/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 17					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
23	5	UNIDADE	Estabilizador isotrafo 600VA. Entrada: 220V Saída 115V. Com no mínimo 4 tomadas.	249,45	1.247,25
VALOR TOTAL DO LOTE 17				R\$ 1.247,25	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

JAIRO ANTONIO ZANATTA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de computadores, peças e equipamentos de informática para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 11.349.408/0001-90, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 17/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 04					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	10	Unidade	Fonte ATX 280W real	91,50	915,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04				R\$ 915,00	

LOTE 05					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	3	Unidade	Monitor LED 18,5". Cor preta.	314,50	943,50
VALOR TOTAL DO LOTE 05				R\$ 943,50	

LOTE 06					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	3	Unidade	HD SATA 3 500GB 7200RPM	185,00	555,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06				R\$ 555,00	

LOTE 07					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

13	10	Unidade	Teclado alfanumérico ABNT 2, cor preta, PS2.	16,90	169,00
VALOR TOTAL DO LOTE 07				R\$ 169,00	

LOTE 09					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	10	Unidade	Mouse óptico com scroll wheel, cor preta, PS2.	9,80	98,00
VALOR TOTAL DO LOTE 09				R\$ 98,00	

LOTE 10					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	10	Unidade	Mouse óptico com scroll wheel, cor preta, USB.	8,90	89,00
VALOR TOTAL DO LOTE 10				R\$ 89,00	

LOTE 12					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	3	Kit	Placa mãe + processador Intel Core i3 de quarta geração e no mínimo 3.4GHz + 4 GB de memória RAM DDR3	722,50	2.167,50
VALOR TOTAL DO LOTE 12				R\$ 2.167,50	

LOTE 14					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	5	Unidade	Estabilizador 500VA. Entrada 220V Saída: 115V. Com no mínimo 4 tomadas.	120,00	600,00
VALOR TOTAL DO LOTE 14				R\$ 600,00	

LOTE 15					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	5	Unidade	Nobreak 600VA Entrada: 220V Saída: 115V. Com no mínimo 4 tomadas.	187,90	939,45
VALOR TOTAL DO LOTE 15				R\$ 939,45	

LOTE 16					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	5	Unidade	Nobreak 1200VA/600W. Entrada: 220V Saída 115V. Com no mínimo 4 tomadas.	325,95	1.629,75
VALOR TOTAL DO LOTE 16				R\$ 1.629,75	

LOTE 18					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	15	Unidade	Pendrive 16GB	21,82	327,30
VALOR TOTAL DO LOTE 18				R\$ 327,30	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de computadores, peças e equipamentos de informática para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ: 14.228.157/0001-83, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 17/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	12	CJ	Computador, tipo desktop, com as seguintes configurações mínimas: a. Placa mãe: LGA 1150 / USB 3.0 / SVR; b. Processador: Intel Core i3 de quarta geração, LGA 1150, com no mínimo dois núcleos. 3.4 GHz ou superior, 3MB de memória cache, 5 GT/S; c. Memória: 4GB DDR3 1333 MHz; d. HD: 500GB / SATA 3 / 7200 RPM / 64MB; e. Gabinete ATX, cor preta; f. Unidade de DVD-RW; g. Par de caixas de som de no mínimo 2W RMS; h. Interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe; i. Portas USB: Possuir no mínimo 4 portas USB, sendo duas delas USB 3.0 e sendo duas delas frontais; j. Teclado alfanumérico ABNT 2, cor preta; k. Mouse óptico com scroll wheel, cor preta; l. Sistema operacional: Licença de Windows 8.1 Profissional em Português (Brasil) 64 bits OEM Deverão estar inclusos todos drivers, cabos de força e demais componentes necessários para instalação e utilização imediata do computador.	1.094,00	13.128,00
02	12	UN	Monitor LED 19", preto.	340,00	4.080,00

03	12	UN	Nobreak 600VA Entrada: 220V Saída: 115V. Com no mínimo 4 tomadas.	230,00	2.760,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 19.968,00	

LOTE 03					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	02	CJ	Computador, tipo desktop, com as seguintes configurações mínimas: a. Gabinete ATX, cor preta; b. Processador Intel Core i7, de 4ª geração, de no mínimo 3.4GHz, 8 MB cache; c. Placa mãe Z97M-Plus BR (LGA 1150/DDR3/USB 3.0/HDMI); d. Placa de Vídeo nVidia Quadro K620 2GB GDDR3; e. HD de 1TB SATA 3, 7200 RPM, 64MB; f. 2 (dois) Memória 8GB DDR3 1333MHz; g. Fonte de 500W reais; h. Drive de DVD-RW SATA; i. Teclado alfanumérico ABNT 2, cor preta; j. Mouse óptico com scroll wheel, cor preta; k. Sistema operacional: Licença de Windows 8.1 Professional em Português (Brasil) 64 bits OEM Deverão estar inclusos todos drivers, cabos de força e demais componentes necessários para instalação e utilização imediata do computador.	3.700,00	7.400,00
08	02	UN	Monitor LED 18,5" (preto, VGA/DVI)	340,00	680,00
09	02	UN	Nobreak 1200VA/600W. (Entrada: bivolt Saída: 120V ou 220V. Selada 2X 7Ah)	560,00	1.120,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03				R\$ 9.200,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de computadores, peças e equipamentos de informática para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ROMAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA, CNPJ:

07.315.550/0001-49, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 17/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	01	CJ	Computador, tipo desktop, com as seguintes configurações mínimas: a. Gabinete ATX, cor preta; b. Processador Intel Core i7, de 4ª geração, de no mínimo 3.4GHz, 8 MB cache; c. Placa mãe Z97M-Plus BR (LGA 1150/DDR3/USB 3.0/HDMI); d. 2 (dois) HDs de 1TB SATA 3, 7200 RPM, 64MB; e. 2 (dois) Memória 8GB DDR3 1333MHz; f. Fonte de 500W reais; g. Drive de DVD-RW SATA; h. Teclado alfanumérico ABNT 2, cor preta; i. Mouse óptico com scroll wheel, cor preta; j. Licença de Windows 7 Professional SP1 64bits OEM Deverão estar inclusos todos drivers, cabos de força e demais componentes necessários para instalação e utilização imediata do computador.	3.274,00	3.274,00
05	01	UN	Monitor LED 18,5" (preto, VGA/DVI)	378,00	378,00
06	01	UN	Nobreak 1200VA/600W. (Entrada: bivolt Saída: 120V ou 220V. Selada 2X 7Ah)	328,00	328,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 3.980,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

ROMAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de computadores, peças e equipamentos de informática para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MARCELO WEINRICH - EPP, CNPJ: 13.984.763/0001-66, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 17/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 11					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	3	Unidade	Gabinete horizontal ATX com fonte	199,90	599,70
VALOR TOTAL DO LOTE 11				R\$ 599,70	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MARCELO WEINRICH - EPP
Representante legal

CONTRATO 8/2015

CONTRATO DE RATEIO N.º 04/2015

Contrato de Rateio que entre si celebram o Município de CAMPO ALEGRE por meio do Fundo Municipal de Saúde e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISONORDESTE/SC.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE por meio do Fundo Municipal de Saúde, doravante denominado CONSORCIADO CONTRATANTE, com sede na Rua Irmã Amália Gheller, nº 22, bairro Centro, município de Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.941.360/0001-50, neste ato representado por sua Gestora do Fundo Municipal de Saúde Sr. (a) Carolina da Costa Telma, inscrito (a) no CPF sob o n.º 061.299.189-09, titular da Carteira de Identidade com RG n.º 4.593.134,

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, doravante denominado apenas CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público constituído sob a forma de associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na Rua Max Colin, n.º 1843, Bairro América, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.222.337/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Chaves, inscrito no CPF sob o n.º 248.236.869-34, titular da Carteira de Identidade com RG n.º 595.643-9 SC;

têm entre si ajustado o presente CONTRATO DE RATEIO para prestação de serviços públicos de saúde, o qual se regerá pela legislação pertinente, em especial pela Constituição Federal, art. 241, Lei n.º 11.107/05, art. 8º, Decreto federal nº 6.017/07, arts. 13 a 17, e Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI, ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los e pelas condições a seguir estipuladas. OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde prevista no Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC- Cap. III, especialmente aqueles relativos à realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos e desenvolvimento de pessoal, todos eles executados direta ou indiretamente pelo CISONORDESTE/SC em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE;

1.1 - Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população e agentes públicos do CONSORCIADO CONTRATANTE, conforme suas necessidades e disponibilidades financeiras.

1.2- Os serviços oferecidos serão realizados através de pessoas jurídicas públicas e privadas contratadas pelo CISONORDESTE/SC, a

pacientes/usuários que lhes sejam encaminhados e devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde do CONSORCIADO CONTRATANTE.

1.3 - Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação de Guia de Autorização do Procedimento específica do CISONORDESTE/SC, devidamente autorizada e encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde do CONSORCIADO CONTRATANTE, acompanhada de solicitação médica do paciente oriunda do SUS.

1.4 - Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de glosa do respectivo atendimento.

1.5 - O CISONORDESTE/SC fará a contratação ou administração de bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como medicamentos, serviços ou materiais da área da saúde.

1.6 - O CISONORDESTE/SC realizará ações de capacitação de recursos humanos em saúde pública de forma consorciada e apoiará a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde, ou de estabelecimentos congêneres;

1.7 - O CISONORDESTE/SC fica responsável por:

1.7.1 - não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

1.7.2 - garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE que os usuários dos serviços de saúde objetos do presente instrumento serão atendidos com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

1.7.3 - garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE que o usuário dos serviços ou seu responsável sempre receberá a devida justificativa, sempre que solicitado e por escrito, das razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste instrumento;

1.7.4 - garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE ambientes de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

1.7.5 - fornecer ao CONSORCIADO CONTRATANTE, quando solicitado, as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

1.7.6 - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente os serviços do objeto deste contrato;

1.7.7 - garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE o acesso de seu Conselho Municipal de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, aos serviços ora contratados.

1.8- O CISONORDESTE/SC e os prestadores de serviços contratados não poderão cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: A utilização pelo CONSORCIADO CONTRATANTE dos serviços de terceiros contratados pelo CISONORDESTE/SC não gerará qualquer espécie de vínculo jurídico entre estes e a entidade prestadora de serviços.

2.1 - Incluem-se nos contratos com terceiros as pessoas jurídicas de direito privado com e sem finalidade lucrativa, as entidades integrantes do chamado terceiro setor (OS, OSCIP e ONG), as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete ao CISONORDESTE/SC, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada:

3.1 - contratar prestadores de serviços, dentro das possibilidades financeiras do CISONORDESTE/SC, para a satisfação da demanda do CONSORCIADO CONTRATANTE;

3.2 - atuar como órgão coordenador e fiscalizador das demandas do CONSORCIADO CONTRATANTE, relacionadas aos serviços ofertados pelo CISONORDESTE/SC.

PRAZO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato vigorará até 31/12/2015, vedada a prorrogação, sendo, todavia, rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO CONTRATANTE deixar de integrar o CISNORDESTE/SC, desde que atendidas as formalidades estabelecidas no contrato de consórcio público na legislação pertinente.

MODO, FORMA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: Os serviços objeto deste contrato serão realizados nos endereços indicados prévia e oportunamente pelo CISNORDESTE/SC de acordo com as seguintes disposições:

5.1- Os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CISNORDESTE/SC;

5.2 - os atendimentos somente poderão ser realizados depois de lançados no sistema de informática e devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde do CONSORCIADO CONTRATANTE;

5.3 -O retorno do paciente em até 30 (trinta) dias da data da consulta não gerará novo ônus ao CONSORCIADO CONTRATANTE;

5.4 - Caso o prestador do serviço contratado pelo CISNORDESTE/SC ou o CONSORCIADO CONTRATANTE não conseguirem agendar a consulta do paciente dentro do prazo do item anterior, o mesmo deverá realizar o re-agendamento em até 60 (sessenta) dias, sem efetuar cobrança pela avaliação, tratamento e diagnóstico de exames solicitados durante a consulta. Nos casos em que o paciente não possuir exames para avaliação, o prazo para retorno será de até 30 (trinta) dias;

5.5 - O CISNORDESTE fica exonerado da responsabilidade pelo não-agendamento de paciente encaminhado pelo CONSORCIADO CONTRATANTE na hipótese de atraso de pagamento superior a 20 (vinte) dias.

5.6 - Constitui motivo para rescisão do contrato o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONSORCIADO CONTRATANTE discriminados neste Contrato de Rateio, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CISNORDESTE/SC o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, inclusive de agendamentos, até que seja normalizada a situação.

RELATÓRIOS ANUAIS

CLÁUSULA SEXTA: O CISNORDESTE/SC elaborará relatórios anuais visando demonstrar quantitativamente o atendimento do objeto deste contrato que serão entregues ao CONSORCIADO CONTRATANTE e estarão disponíveis na rede mundial de computadores -Internet.

BENS E DIREITOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O sistema de serviços deste contrato será integrado pelos bens e direitos que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos serviços ora pactuados entre as partes contratantes.

7.1 - Integrarão também o sistema todos os bens e direitos que venham a ser adquiridos ou construídos pelo CISNORDESTE/SC ao longo do período de vigência do contrato, necessários e vinculados à execução adequada dos serviços objetos deste instrumento, os quais deverão estar devidamente registrados na contabilidade do CISNORDESTE/SC, de modo a permitir sua fácil identificação.

7.2 - O CONSORCIADO CONTRATANTE reconhece que os bens e direitos vinculados aos serviços existente na data da assinatura deste contrato de programa são de propriedade do CISNORDESTE/SC e estão registrados no seu ativo imobilizado.

CLÁUSULA OITAVA: O CISNORDESTE/SC poderá instaurar os procedimentos necessários, na forma da legislação vigente e nos termos do Contrato de Consórcio Público, e respondendo pelas indenizações cabíveis, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, previamente realizada pelo CONSORCIADO CONTRATANTE.

8.1 - Por acordo, o CONSORCIADO CONTRATANTE poderá assumir

o ônus da indenização prevista no caput.

CLÁUSULA NONA: A responsabilidade pelos eventuais custos de implantação dos serviços do objeto de contrato de rateio será definida de acordo com os critérios de viabilidade econômica do CISNORDESTE/SC.

9.1 - O CONSORCIADO CONTRATANTE obriga-se a alienar, sem qualquer ônus, ao CISNORDESTE/SC os bens de sua propriedade necessários à ampliação do serviço ora contratados.

CRITÉRIOS, DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DEZ: O CISNORDESTE/SC, durante todo o prazo da vigência da contratação, deverá prestar os serviços previstos no objeto deste instrumento de acordo com as regras nele dispostas, visando ao adequado atendimento dos usuários.

10.1 - Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no contrato de consórcio público e nas leis estaduais que disciplinam a prestação dos serviços ora pactuados, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e transparência na sua prestação.

10.1.1 - A regularidade implica a prestação do serviço segundo padrões satisfatórios de qualidade e quantidade impostos pela lei ou por este contrato, tendo em vista o número e as exigências dos usuários.

10.1.2 - A continuidade impõe a prestação normal e sucessiva, bem como a manutenção permanente e ininterrupta da oferta à população, podendo haver solução de continuidade apenas em caráter excepcional.

10.1.3 - A eficiência compreende a racionalização da ação do Estado e a maximização da satisfação do interesse público, mediante a preocupação com o desempenho do serviço, pela busca de mais e melhores resultados com poucos e menores investimentos, baixo uso de recursos e sem desperdício de qualquer natureza, aumentando a eficácia, reduzindo ao máximo possível o gasto público e o custo social, repassando aos usuários eventuais ganhos de produtividade e economia.

10.1.4 - A segurança implica a redução do risco da atividade, para a execução do serviço sem causação de prejuízo material ou pessoal ao usuário, a terceiro, à comunidade ou ao meio ambiente.

10.1.5 - A atualidade impõe a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão do serviço, inclusive com a incorporação de inovações tecnológicas, na medida das necessidades dos usuários e da capacidade de investimento dos contratantes.

10.1.6 - A generalidade compreende a prestação do serviço a todos os tipos e categorias de usuários, ou seja, a asseguarção do direito de acesso ao serviço contratado.

10.1.7 - A cortesia implica o tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, garantindo-se o amplo acesso para a apresentação de reclamações, oferecimento de sugestões e solicitação de esclarecimentos.

10.1.8 - A transparência impõe a aplicação de mecanismos para a mais ampla divulgação e informação das reclamações, sugestões e solicitação realizadas pelos usuários, bem como dos gastos e investimentos realizados, das suspensões ou interrupções na prestação do serviço e dos demais assuntos de interesse público, inclusive através da rede mundial de computadores -Internet.

10.2 - Não se caracterizará descontinuidade da prestação do serviço quando a sua suspensão ou interrupção se der:

10.2.1 - em face de situação de emergência que atinja a segurança de pessoas ou bens;

10.2.2 - quando sua paralisação se der, após competente aviso, por motivo de ordem técnica ou de segurança das instalações ou em razão do inadimplemento ou da mora do CONSORCIADO CONTRATANTE;

10.2.3 - nos casos de eventos de força maior ou caso fortuito, fatos do príncipe ou da Administração ou interferências imprevistas;

10.2.4 - na adoção de regime de racionamento ou restrição decorrente de escassez de recursos, tanto por insuficiência de

quantidade quanto por inadequada qualidade destes, pelo CISNORDESTE/SC.

10.3 - O CISNORDESTE/SC passará a prestar os serviços contratados a partir da assinatura deste instrumento.

10.4 - O CISNORDESTE/SC exigirá que os prestadores eventualmente terceirizados estejam de acordo, durante a contratualidade, com as exigências legais pertinentes às execução dos serviços contratados, sob pena de multa e rescisão contratual.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA ONZE: Além do que prevê a legislação, são direitos e deveres dos usuários, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

11.1 - receber os serviços em condições adequadas;

11.2 - receber do CONSORCIADO CONTRATANTE e do CISNORDESTE/SC todas as informações relativas ao seu cadastro, necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;

11.3 - levar ao conhecimento do CONSORCIADO CONTRATANTE ou do CISNORDESTE/SC as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação do serviço objeto deste contrato;

11.4 - comunicar ao CONSORCIADO CONTRATANTE os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pelo CISNORDESTE/SC ou seus prepostos na execução do objeto deste contrato, e vice-versa;

11.5 - contribuir para a permanência das boas condições do sistema e dos bens públicos, por intermédio dos quais é prestado o serviço contratado;

11.6 - responder, na forma da lei, perante o CISNORDESTE/SC, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização do serviço ou de instalações ou bens do CISNORDESTE/SC.

RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÕES

CLÁUSULA DOZE: Em conformidade com a Lei Municipal nº 3773/2011, regulamentado pelo Decreto nº 7341/2012, o CONSORCIADO fica obrigado a repassar ao CISNORDESTE/SC, a título de cota de rateio, o valor de R\$ 143.664,00 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

12.1 - Fica estipulado que para a execução do objeto deste contrato o teto mensal de desembolso financeiro do CONSORCIADO será de R\$ 11.972,00 (onze mil, novecentos e setenta e dois reais).

12.2 - O valor da cota de rateio estabelecida nesta cláusula poderá ser alterado com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da presente relação contratual, para garantir o atendimento de despesas decorrentes de alteração na quantidade de serviços contratados, fatos imprevisíveis ou fatos previsíveis de consequências incalculáveis.

12.3 - Os quantitativos constantes em programação a ser definida em conjunto entre as partes são meramente estimativos, devendo ser transferidos recursos a título de rateio somente em relação aos serviços de saúde efetivamente prestados pelo CISNORDESTE/SC ou seus contratados.

12.4 - O valor previsto nesta Cláusula será repassado em parcela única até o dia 20 de janeiro de 2015, ou em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas no valor do teto mensal descrito no item 12.1, sendo a primeira até o dia 20 de janeiro de 2015 e sucessivamente até o dia 20 de cada mês, através de depósito na conta 25000-7 da agência 1715-9 do Banco do Brasil. Havendo a alteração dos dados bancários, o CISNORDESTE/SC comunicará o CONSORCIADO CONTRATANTE através de ofício.

12.5 - Os recursos recebidos pelo CISNORDESTE/SC em virtude deste contrato serão utilizados estritamente para remunerar os serviços utilizados pelo CONSORCIADO CONTRATANTE e para custear as despesas de manutenção do CISNORDESTE/SC, conforme discriminação prevista no item 12.8 desta Cláusula, vedada sua aplicação fora do objeto do presente instrumento.

12.6 - No caso de o CONSORCIADO CONTRATANTE ultrapassar seu limite financeiro durante o mês corrente, deverá repassar a

respectiva importância faltante, tão logo solicitada pelo CISNORDESTE/SC.

12.7 - Sendo necessário reajuste no valor do repasse financeiro, o mesmo será realizado por aditamento ao presente instrumento.

12.8 - Fica estabelecida a seguinte aplicação dos recursos transferidos pelo CONSORCIADO ao CISNORDESTE/SC:

12.8.1 - R\$ 129.297,60 serão aplicados em serviços revertidos exclusivamente ao CONSORCIADO CONTRATANTE,

12.8.2 - R\$ 14.366,40 serão utilizados para manutenção do CISNORDESTE/SC, na seguinte proporção:

a) R\$ 10.774,80 para despesas correntes com pessoal e encargos sociais do CISNORDESTE/SC;

b) R\$ 3.591,60 para outras despesas correntes do CISNORDESTE/SC;

c) -- para investimentos do CISNORDESTE/SC.

12.9 - As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias do CONSORCIADO CONTRATANTE:

12.9.1 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.1:

91.04.10.303.0056.6.013.3.3.71.70

12.9.2 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.2, alínea a:

91.04.10.303.0056.6.013.3.1.71.70

12.9.3 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.2, alínea b:

91.04.10.303.0056.6.013.3.1.71.70

12.9.4 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.2, alínea c: ---

DA POLÍTICA DE PREÇOS FRENTE AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

CLÁUSULA TREZE: Os valores dos serviços de saúde contratados com terceiros serão publicados pelo CISNORDESTE/SC, que deverá manter informações atualizadas na Internet.

13.1 - Sempre que possível, avaliadas as condições de demanda e oferta, o CISNORDESTE/SC aplicará os preços definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas contratações realizadas com os prestadores de serviços para o atendimento do objeto deste contrato.

13.2 - Sendo impossível a contratação de prestadores aos preços registrados na tabela SUS, ou inexistindo referência de preço para determinado objeto, é facultado ao CISNORDESTE/SC a realização de licitação pública a fim de obter a proposta mais vantajosa ou, desde que legalmente possível, a realização de credenciamento, cujo preço deverá ser estabelecido mediante justificativa técnica do CISNORDESTE/SC.

13.3 - Caso haja reajuste na tabela do SUS (Sistema Único de Saúde), devidamente publicado no Diário Oficial da União (DOU), o CISNORDESTE/SC reajustará os valores dos serviços contratados.

13.4 - Nos casos previstos no item 13.2 ou sempre que houver complementação financeira sobre os valores constantes na tabela do SUS, será devido reajuste dos valores previstos nos contratos firmados pelo CISNORDESTE/SC com terceiros, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.192/2001.

13.5 - O Conselho Administrativo deliberará sobre a revisão de preços dos serviços de saúde contratados com terceiros nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUATORZE: Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, o CISNORDESTE/SC poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço objeto deste contrato, bem como a implantação de projetos associados.

14.1 - Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, inclusive observando o previsto nas Leis 8.987/95, 9.074/95, 9.790/99 e 11.079/04, conforme o caso.

14.2 - O CISNORDESTE/SC, sempre que solicitado, deverá disponibilizar ao CONSORCIADO CONTRATANTE toda a documentação relacionada, ainda que indiretamente, ao presente contrato.

14.3 - O CISNORDESTE/SC, dentro de sua política de ação, manterá constantes estudos visando ao aprimoramento e ampliação do serviço público contratado.

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINZE: A atividade de fiscalização dos prestadores de serviços contratados será realizada pelo CISNORDESTE/SC.

15.1 - O CISNORDESTE/SC, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, deverá encaminhar informações ao CONSORCIADO CONTRATANTE sobre os aspectos técnicos, operacionais, administrativos e financeiros do serviço prestado no ano anterior, mediante os relatórios, demonstrativos e documentos a seguir descritos:

15.1.1 - relação dos usuários beneficiados, contendo, no mínimo, o nome completo, o procedimento realizado, data do atendimento, número da guia de autorização do procedimento, valor e código do procedimento, bem como viabilizará, a pedido, acesso aos demais dados pessoais dos pacientes cadastrados pelo CONSORCIADO CONTRATANTE no sistema de informática como: nome do paciente, data de nascimento, nome da mãe e demais dados que o CONSORCIADO CONTRATANTE lançar no sistema.

15.1.2 - demonstrações contábeis devidamente assinadas, com o maior nível de detalhamento que o sistema contábil permitir.

OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

CLÁUSULA DEZESSEIS: Além das obrigações disciplinadas nas cláusulas específicas, são obrigações decorrentes do presente contrato:

16.1 - do CONSORCIADO CONTRATANTE:

16.1.1 - entregar os valores no montante e forma pactuados;

16.1.2 - submeter-se à fiscalização dos órgãos do sistema de controle interno, bem como pelos órgãos de controle externo e ao controle social;

16.2 - do CISNORDESTE/SC:

16.2.1 - aplicar os recursos conforme o previsto e de acordo com seu orçamento;

16.2.2 - submeter-se à fiscalização dos órgãos do sistema de controle interno, bem como pelos órgãos de controle externo e ao controle social;

16.2.3 - dar publicidade aos usuários dos benefícios do serviço previsto no presente contrato.

PENALIDADES

CLÁUSULA DEZESSETE: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste contrato, sujeita o CONSORCIADO CONTRATANTE, às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público, Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05.

EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DEZOITO: O presente contrato será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

18.1 - advento do seu termo final;

18.2 - distrato;

18.3 - rescisão motivada, em caso de falta grave ou comprovado inadimplemento das obrigações previstas, desde que previamente apurado e decidido em regular processo administrativo;

18.4 - extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pelo CISNORDESTE/SC;

18.5 - decisão judicial transitada em julgado.

PUBLICAÇÃO E REGISTRO

CLÁUSULA DEZENOVE: Dentro de 20 (vinte) dias que se seguirem à assinatura deste contrato, as partes providenciarão a sua publicação, mediante extrato, nos termos do art. 61 § único, da Lei 8.666/93.

FORO

CLÁUSULA VINTE: Fica eleito o Foro da Comarca de Joinville/SC para dirimir conflitos ou solucionar controvérsias relativas ao presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.1 - Para plena eficácia jurídica, o CONSORCIADO CONTRATANTE e o CISNORDESTE/SC, por seus representantes legais, datam e assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentais que, cientes do seu conteúdo, também subscrevem, para que se produzam os regulares efeitos.

Joinville/SC, 05 de janeiro de 2015.

José Chaves Prefeito Municipal de Garuva/SC Presidente do CISNORDESTE/SC CONSÓRCIO	Carolina da Costa Telma Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONSORCIADO CONTRATANTE
---------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

1) _____

Nome: Ana Maria Groff Jansen

CPF: 345.290.129-72

2) _____

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 11.815 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.815 DE 23 DE MARÇO DE 2015

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 11.814 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 11.814 de 20 de Março de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 20 de Março de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC,
23 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 16/2015 GENEROS E MAT LIMPEZA CAPS - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07/04/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA USO DO CAPS CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 24 de março de 2015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

DECRETO Nº. 7.261/15 DE 17/03/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.261/15 DE 17/03/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais) nos projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 -GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 04-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 -GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 02-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.262/15 DE 19/03/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.143/15

DECRETO Nº 7.262/15 DE 19/03/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.143/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.143/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.263/15 DE 19/03/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.144/2015

DECRETO Nº 7.263/15 DE 19/03/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.144/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 72.756,75 (setenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.144/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.264/15 DE 19/03/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.145/15

DECRETO Nº 7.264/15 DE 19/03/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.145/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei

Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.145/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.265/15 DE 19/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.146/15**

DECRETO Nº 7.265/15 DE 19/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.146/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.146/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.266/15 DE 19/03/15 REGULAMENTA
LEI Nº. 4.147/15**

DECRETO Nº 7.266/15 DE 19/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.147/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.147/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.267/15 DE 19/03/15 REGULAMENTA
LEI Nº. 4.148/15**

DECRETO Nº 7.267/15 DE 19/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.148/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRTA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 133.295,09 (cento e trinta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e nove centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.148/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.143/15 DE 19/03/2015 AUTORIZA A
INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 4.143/2015 DE 19/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 38 - Manutenção da Secretaria de Ind. Comércio e Turismo

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

Função: 11 - Trabalho

Subfunção: 334 - Fomento do Trabalho

Recursos: 126 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 38 - Manutenção da Secretaria de Ind. Comércio e Turismo

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

Função: 11 - Trabalho

Subfunção: 334 - Fomento do Trabalho

Recursos: 126 - Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ./ATIV.: 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

Elemento Desp.: 137 - 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 50.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ./ATIV.: 2.032 - Realização de Eventos em Geral

Elemento Desp.: 92 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 50.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.144/2015 DE 19/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.144/2015 DE 19/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 - Manutenção do Fundo de Saúde - Recursos do Estado

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.070

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 624 - Transferência de Recursos de Convênios

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 - Manutenção do Fundo de Saúde - Recursos do Estado

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.070

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 624 - Transferência de Recursos de Convênios

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 72.756,75 (setenta e dois mil setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.070 - Manutenção do Fundo de Saúde - Recursos do Estado

Elemento Desp.: 34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0023.00007 1 - Aplicações Diretas R\$ 72.756,75

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.145/2015 DE 19/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.145/2015 DE 19/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.075 - Manutenção do Programa de Atenção Básica PAB

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 622 - Atenção Básica - PAB Fixo - Recursos Exercício Anterior

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.075 - Manutenção do Programa de Atenção Básica PAB

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 622 - Atenção Básica - PAB Fixo - Recursos Exercício Anterior

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional

especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.075 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elemento Desp.: 35 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0064.000008 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 60.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.146/2015 DE 19/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.146/2015 DE 19/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 1.052- Obras, Reformas e Ampliações das Unidades de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 622 - Atenção Básica - PAB Fixo - Recursos Exercício Anterior

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 1.052- Obras, Reformas e Ampliações das Unidades de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 622 - Atenção Básica - PAB Fixo - Recursos Exercício Anterior

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser

aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 1.052- Obras, Reformas e Ampliações das Unidades de Saúde

Elemento Desp.: 32 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.000008 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.147/2015 DE 19/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.147/2015 DE 19/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 1.052- Obras, Reformas e Ampliações das Unidades de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 622 - Atenção Básica - PAB Fixo - Recursos Exercício Anterior

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 1.052- Obras, Reformas e Ampliações das Unidades de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 622 - Atenção Básica - PAB Fixo - Recursos Exercício Anterior

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ./ATIV.: 1.052- Obras, Reformas e Ampliações das Unidades de Saúde

Elemento Desp.: 32 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.000008 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.148/2015 DE 19/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.148/2015 DE 19/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.067 - Manutenção dos Programas CAPS e MAC/FAE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 623 - Atenção de Média e Alta Complexidade - Recursos Exercício Anterior

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.067 - Manutenção dos Programas CAPS e MAC/FAE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 623 - Atenção de Média e Alta Complexidade - Recursos Exercício Anterior

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 133.295,09 (cento e trinta e três mil duzentos e noventa e cinco reais e nove centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.067 - Manutenção dos Programas CAPS e MAC/FAE

Elemento Desp.: 33 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.000068 - Aplicações Diretas R\$ 133.295,09

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.149/15 DE 19/03/2015 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.149/15 DE 19/03/2015

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Fundo Municipal do Idoso, a conceder auxílio financeiro ao Serviço Social do Comércio - SESC, CNPJ 03.603.595/0001-68, no valor de R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais) para execução do projeto "Grupos Interativos/Intergeracionais".

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 2.088 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

ELEM. DE DESPESA: 132 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080.

VALOR: R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.150/15 DE 19/03/2015 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.150/15 DE 19/03/2015

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Fundo Municipal do Idoso, a conceder auxílio financeiro à Associação Brasileira de Pa Kua, CNPJ 00.495.988/0001-07, no valor de R\$ 48.339,00 (quarenta e oito mil trezentos e trinta e nove reais) para execução do projeto "Tai Chi para a Melhor Idade".

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 2.088 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

ELEM. DE DESPESA: 132 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080.

VALOR: R\$ 48.339,00 (quarenta e oito mil trezentos e trinta e nove reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.151/15 DE 19/03/2015 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4.151/15 DE 19/03/2015

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência, a conceder auxílio financeiro à Associação Comunitária Esportiva Camponovense, CNPJ 10.216.324/0001-15, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) para execução de projeto de popularização do tênis de mesa.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
PROJ./ATIV.: 2.046 - Manutenção do FIA - Fundo da Infância e da Adolescência
ELEM. DE DESPESA: 7 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080.
VALOR: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.152/15 DE 19/03/2015 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.152/15 DE 19/03/2015

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência, a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ 83.516.682/0001-17, no valor de R\$ 19.610,98 (dezenove mil seiscentos e dez reais e noventa e oito centavos) para execução do projeto "Primeiros Passos".

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
PROJ./ATIV.: 2.046 - Manutenção do FIA - Fundo da Infância e da Adolescência
ELEM. DE DESPESA: 7 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080.
VALOR: R\$ 19.610,98 (dezenove mil seiscentos e dez reais e noventa e oito centavos)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO Nº 26/2015**

MOÇÃO Nº 26/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais a pedido do Vereador Maurílio Castro Campagnoni, manifesta integral e irrestrita parabenização ao...

"GRUPO DE PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS ANTIGOS DE CAMPOS NOVOS/SC"

Pela organização e recepção do Encontro realizado nos dias 14 e 15 de Março de 2015 na Praça Lauro Muller.

Evento este considerado como um dos melhores encontros do Sul do País.

Mais uma vez Campos Novos mostrou a história através dos veículos. Muitas lembranças vieram a tona, passeando se via o carro que foi do papai, do avô, do bisavô.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os integrantes do Grupo de Proprietários de Veículos Antigos de nosso município, desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos e nos futuros eventos.

Sala das Sessões, em 18/03/2015.

Maurílio Castro Campagnoni

1º Secretário

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

BALANCETE MÊS 01/2015**SANTA CATARINA**
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 1/8

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	376.379,50D	239.447,28	140.217,50	475.609,28D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	0,00	239.447,28	140.217,50	99.228,78D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00	239.447,28	140.217,50	99.228,78D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	0,00	235.257,28	140.217,50	95.039,78D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	235.257,28	140.217,50	95.039,78D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÊNTURAS	0,00	235.257,28	140.217,50	95.039,78D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÊNTURAS	0,00	235.257,28	140.217,50	95.039,78D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	0,00	235.257,28	140.217,50	95.039,78D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	235.257,28	140.217,50	95.039,78D
1.1.3			DEBÊNTURAS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	200,00	0,00	200,00D
1.1.3.1			ADANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	0,00	200,00	0,00	200,00D
1.1.3.1.1			ADANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	200,00	0,00	200,00D
1.1.3.1.1.1	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	200,00	0,00	200,00D
1.1.9			VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	3.990,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	0,00	3.990,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3.1	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.990,00	0,00	3.990,00D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	376.379,50D	0,00	0,00	376.379,50D
1.2.3			MOBILIZADO	376.379,50D	0,00	0,00	376.379,50D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	257.518,68D	0,00	0,00	257.518,68D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	257.518,68D	0,00	0,00	257.518,68D
1.2.3.1.1.1			MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	61.757,06D	0,00	0,00	61.757,06D
1.2.3.1.1.1.1	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.2.3.1.1.1.1.1	P	P	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.297,00D	0,00	0,00	2.297,00D
1.2.3.1.1.1.1.1.1	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	0,00	0,00	48.372,06D
1.2.3.1.1.1.1.1.1.1	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	0,00	0,00	48.372,06D
1.2.3.1.1.2			BENS DE INFORMÁTICA	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.2.1			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.2.1.1	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.3			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	124.465,91D	0,00	0,00	124.465,91D
1.2.3.1.1.3.1	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.2.3.1.1.3.1.1	P	P	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.2.3.1.1.3.1.1.1	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	84.364,49D	0,00	0,00	84.364,49D
1.2.3.1.1.4			MATERIAS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	20.036,80D	0,00	0,00	20.036,80D
1.2.3.1.1.4.1	P	P	COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRÁFICAS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.2.3.1.1.4.1.1	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.2.3.1.1.5			DEBÊNTURAS BENS MÓVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.5.1	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.2.3.1.1.5.1.1	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.1	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.1.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.2.1.1.1.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.2.1.1.1.1.1	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.2.1.1.1.1.1.1	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 28

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	164.933,22	164.946,89	376.393,17C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	0,00	164.933,22	164.946,89	13,67C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAK	0,00	123.887,46	123.887,46	0,00
2.1.1.1			PESSOALA PAGAR	0,00	81.607,38	81.607,38	0,00
2.1.1.1.1			PESSOALA A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	81.607,38	81.607,38	0,00
2.1.1.1.1.01			PESSOALA A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	81.607,38	81.607,38	0,00
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	81.607,38	81.607,38	0,00
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	42.280,08	42.280,08	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	42.280,08	42.280,08	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	42.280,08	42.280,08	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	15.877,43	15.877,43	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	15.877,43	15.877,43	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	15.877,43	15.877,43	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	15.877,43	15.877,43	0,00
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	15.877,43	15.877,43	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	25.168,33	25.182,00	13,67C
2.1.8.1			VALORES RESSTITUÍVEIS	0,00	25.168,33	25.182,00	13,67C
2.1.8.8			VALORES RESSTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	25.168,33	25.182,00	13,67C
2.1.8.8.1			CONSIGNAÇÕES	0,00	24.702,05	24.715,72	13,67C
2.1.8.8.1.01			INSS	0,00	4.935,52	4.935,52	0,00
2.1.8.8.1.01.02 (43538)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	13.357,64	13.357,64	0,00
2.1.8.8.1.01.04	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	13.357,64	13.357,64	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	F	ISS	0,00	0,00	13,67	13,67C
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	6.408,89	6.408,89	0,00
2.1.8.8.1.01.99	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	4.084,68	4.084,68	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47983)	P	F	SICOOB CREDITAMPLOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.324,21	2.324,21	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47987)	P	F	DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	466,28	466,28	0,00
2.1.8.8.1.04	P	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	466,28	466,28	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P					

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 38

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	135.574,89	0,00	135.574,89D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	0,00	98.555,33	0,00	98.555,33D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00	81.607,38	0,00	81.607,38D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	81.607,38	0,00	81.607,38D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	0,00	81.607,38	0,00	81.607,38D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	81.165,91	0,00	81.165,91D
3.1.1.1.1.01.01	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	81.165,91	0,00	81.165,91D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	441,47	0,00	441,47D
3.1.1.1.1.02.03	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	441,47	0,00	441,47D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	16.947,95	0,00	16.947,95D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00	16.947,95	0,00	16.947,95D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OF-SS - UNIÃO	0,00	16.947,95	0,00	16.947,95D
3.1.2.2.3.01	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	16.947,95	0,00	16.947,95D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	25.332,13	0,00	25.332,13D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	25.332,13	0,00	25.332,13D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	0,00	25.332,13	0,00	25.332,13D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	25.332,13	0,00	25.332,13D
3.2.1.1.1.01	P		PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	0,00	25.332,13	0,00	25.332,13D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	11.687,43	0,00	11.687,43D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.278,67	0,00	1.278,67D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	0,00	1.278,67	0,00	1.278,67D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.278,67	0,00	1.278,67D
3.3.1.1.1.17	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	290,00	0,00	290,00D
3.3.1.1.1.22	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	586,15	0,00	586,15D
3.3.1.1.1.99	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	402,52	0,00	402,52D
3.3.2			SERVIÇOS	0,00	10.408,76	0,00	10.408,76D
3.3.2.1			DIÁRIAS	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00D
3.3.2.1.1.01.01	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	7.608,76	0,00	7.608,76D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	7.608,76	0,00	7.608,76D
3.3.2.3.1.08	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	0,00	1.132,12	0,00	1.132,12D
3.3.2.3.1.10	P		LOCAÇÕES	0,00	1.280,63	0,00	1.280,63D
3.3.2.3.1.11	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	647,10	0,00	647,10D
3.3.2.3.1.99	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	4.548,91	0,00	4.548,91D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 4/8

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 58

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)	0		CRÉDITO INICIAL	0,00	2.817.500,00	0,00	2.817.500,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 68

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	419.294,67	3.236.794,67	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	419.294,67	3.236.794,67	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00	419.294,67	3.236.794,67	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00	419.294,67	3.236.794,67	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	139.764,89	2.817.500,00	2.677.735,11C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	0,00	279.529,78	419.294,67	139.764,89C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	139.764,89	139.764,89	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	139.764,89	139.764,89	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	139.764,89	139.764,89C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 78

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	0,00	2.517.449,37	2.281.992,09	235.457,28D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	2.517.249,37	2.281.992,09	235.257,28D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00	2.517.249,37	2.281.992,09	235.257,28D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	2.517.249,37	2.281.992,09	235.257,28D
7.9			OUTROS CONTROLES	0,00	200,00	0,00	200,00D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00	200,00	0,00	200,00D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00	200,00	0,00	200,00D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	0,00	200,00	0,00	200,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro
Página: 88

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	0,00	2.727.387,65	2.962.844,93	235.457,28C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	2.727.387,65	2.962.844,93	235.257,28C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00	2.727.387,65	2.962.844,93	235.257,28C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	2.727.387,65	2.962.844,93	235.257,28C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	2.250.389,70	2.345.425,81	95.026,11C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	0,00	2.244.969,68	2.339.995,79	95.026,11C
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - CRÉDITOS	0,00	5.430,02	5.430,02	0,00
8.2.1.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	139.764,89	139.764,89	0,00
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	337.236,73	337.236,73	13.67C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	139.764,89	139.764,89	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RENTENCÕES	0,00	196.991,89	197.005,56	13.67C
8.2.1.1.3.03 (46737)	C		COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00	466,28	466,28	0,00
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	0,00	140.217,50	140.217,50C
8.9			OUTROS CONTROLES	0,00	0,00	200,00	200,00C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00	0,00	200,00	200,00C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍT	0,00	0,00	200,00	200,00C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	0,00	0,00	200,00	200,00C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	0,00	0,00	200,00	200,00C
TOTAL:				0,00	9.021.587,08	9.021.587,08	0,00

CAMPOS NOVOS, 24/03/2015

NELSON CARAFA
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRCSC 26419/O-6

BALANCETE MÊS 02/2015**SANTA CATARINA**
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 1/8

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	475.609,28D	236.215,33	171.054,30	540.770,31D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	99.229,78D	236.805,33	171.054,30	163.980,81D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95.039,78D	236.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	95.039,78D	236.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	95.039,78D	236.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÊS CONTAS	95.039,78D	236.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÊS CONTAS	95.039,78D	236.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	95.039,78D	236.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	95.039,78D	236.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.3			DEBÊS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS - CONSOLIDAÇÃO	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1.1.02 (42150)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	376.379,50D	410,00	0,00	376.789,50D
1.2.3			MOBILIZADO	376.379,50D	410,00	0,00	376.789,50D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	257.518,68D	410,00	0,00	257.928,68D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	257.518,68D	410,00	0,00	257.928,68D
1.2.3.1.1.01			MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	61.757,06D	410,00	0,00	62.167,06D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.2.3.1.1.01.05 (42868)	P	P	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.297,00D	0,00	0,00	2.297,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	410,00	0,00	48.782,06D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	410,00	0,00	48.782,06D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	124.465,91D	0,00	0,00	124.465,91D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	84.364,49D	0,00	0,00	84.364,49D
1.2.3.1.1.04			MATERIAS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	20.036,80D	0,00	0,00	20.036,80D
1.2.3.1.1.04.02 (42898)	P	P	COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRÁFICAS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.2.3.1.1.99			DEBÊS BENS MÓVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.2.3.1.1.99.99.02 (42929)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01.02 (43010)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 28

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.393,17C	197.823,94	197.909,14	376.478,37C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	13,67C	197.823,94	197.909,14	98,87C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAK	0,00	148.951,11	148.951,11	0,00
2.1.1.1			PESSOALA PAGAR	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1			PESSOALA PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1.01			PESSOALA PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13,67C	27.836,99	27.922,19	98,87C
2.1.8.1			VALORES RESSTITUÍVEIS	13,67C	27.836,99	27.922,19	98,87C
2.1.8.1.1			VALORES RESSTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	13,67C	27.836,99	27.922,19	98,87C
2.1.8.1.1.01			CONSIGNAÇÕES	0,00	27.053,55	27.138,75	98,87C
2.1.8.1.1.01.02 (43538)	P	F	INSS	0,00	6.751,51	6.751,51	0,00
2.1.8.8.1.01.04	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	13.670,72	13.670,72	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	13.670,72	13.670,72	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	ISS	13,67C	0,00	85,20	98,87C
2.1.8.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	6.631,32	6.631,32	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47983)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	3.910,38	3.910,38	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47987)	P	F	SICOOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	783,44	783,44	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	783,44	783,44	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 38

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	135.574,89D	189.715,17	0,00	305.290,06D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	98.555,33D	123.618,98	0,00	222.174,31D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - O	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	81.165,91D	101.446,03	0,00	182.611,94D
3.1.1.1.1.01.01 (44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	81.165,91D	101.446,03	0,00	182.611,94D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	441,47D	859,19	0,00	1.300,66D
3.1.1.1.1.02.03 (44236)	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	441,47D	859,19	0,00	1.300,66D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OF-SS - UNIÃO	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1.1.01 (44423)	P		PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.687,43D	20.764,06	0,00	32.451,49D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.278,67D	2.899,65	0,00	4.178,32D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	1.278,67D	2.899,65	0,00	4.178,32D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	289,93	0,00	289,93D
3.3.1.1.1.01 (44500)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	290,00D	0,00	0,00	290,00D
3.3.1.1.1.17 (44514)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	437,80	0,00	437,80D
3.3.1.1.1.22 (44519)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	586,15D	173,00	0,00	759,15D
3.3.1.1.1.26 (44523)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	886,00	0,00	886,00D
3.3.1.1.1.99 (44596)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	402,52D	1.122,92	0,00	1.525,44D
3.3.2			SERVIÇOS	10.408,76D	17.864,41	0,00	28.273,17D
3.3.2.1			DIÁRIAS	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1.01.01 (44572)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	7.608,76D	14.695,30	0,00	22.304,06D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	7.608,76D	14.695,30	0,00	22.304,06D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	0,00	120,00	0,00	120,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	1.132,12D	1.061,18	0,00	2.193,30D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	1.280,63D	1.280,63	0,00	2.561,26D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	647,10D	665,00	0,00	1.312,10D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	450,00	0,00	450,00D
3.3.2.3.1.31 (44665)	P		SERVIÇOMEDICO - HOSPITALAR,ODONTOL E LABORATORIAIS	0,00	120,00	0,00	120,00D
3.3.2.3.1.46 (44680)	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	0,00	1.435,00	0,00	1.435,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	4.548,91D	9.563,49	0,00	14.112,40D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 4/8

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 58

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)	0		CRÉDITO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 68

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)	0		CRÉDITO DISPONÍVEL	2.677.735,11C	169.956,06	30,89	2.507.809,94C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	139.764,89C	340.004,79	509.929,96	309.690,06C
6.2.2.1.3.01 (46267)	0		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	0		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	0		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	139.764,89C	30,89	169.956,06	309.690,06C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 78

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	235.457,28D	235.774,44	400,00	470.831,72D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.9			OUTROS CONTROLES	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	200,00D	200,00	400,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 88

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	235.457,28C	539.764,72	775.139,16	470.831,72C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	95.026,11C	171.522,94	236.388,77	159.891,94C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	95.026,11C	171.522,94	236.388,77	159.891,94C
8.2.1.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	13.67C	197.823,94	197.909,14	98,87C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	13,67C	27.053,55	27.138,75	98,87C
8.2.1.1.3.03 (46737)	C		COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00	783,44	783,44	0,00
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	140.217,50C	30,89	170.654,30	310.840,91C
8.9			OUTROS CONTROLES	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	200,00C	400,00	200,00	0,00
TOTAL:				0,00	1.889.254,45	1.889.254,45	0,00C

CAMPOS NOVOS, 24/03/2015

NELSON CARAFA
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 18

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	475.609,28D	236.215,33	171.054,30	540.770,31D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	99.229,78D	235.805,33	171.054,30	163.980,81D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBITAIS CONTAS	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1.04			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBITAIS CONTAS	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.19.00.04.01			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.19.00.04.01.000001 (47936)	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.3			DEBITOS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS - CONSOLID	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1.1.02 (42190)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	200,00	200,00	400,00	0,00
1.1.9			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.2			ATIVO NAO CIRCULANTE	376.379,50D	410,00	0,00	376.789,50D
1.2.3			MOBILIZADO	376.379,50D	410,00	0,00	376.789,50D
1.2.3.1			BENS MOVEIS	257.518,68D	410,00	0,00	257.928,68D
1.2.3.1.1			BENS MOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	257.518,68D	410,00	0,00	257.928,68D
1.2.3.1.1.01			MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	61.757,06D	410,00	0,00	62.167,06D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.2.3.1.1.01.05 (42868)	P	P	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.297,00D	0,00	0,00	2.297,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	410,00	0,00	48.782,06D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	410,00	0,00	48.782,06D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.03			MOVEIS E UTENSILIOS	124.465,91D	0,00	0,00	124.465,91D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITÓRIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	84.364,49D	0,00	0,00	84.364,49D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	20.036,80D	0,00	0,00	20.036,80D
1.2.3.1.1.04.02 (42898)	P	P	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.2.3.1.1.99			DEBITAS BENS MOVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MOVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.2.3.1.1.99.99.02 (42929)	P	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.2.3.2			BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOL	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01.02 (43010)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 28

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.393,17C	197.823,94	197.909,14	376.478,37C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	13,67C	197.823,94	197.909,14	98,87C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAK	0,00	148.951,11	148.951,11	0,00
2.1.1.1			PESSOALA PAGAR	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1			PESSOALA PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1.01			PESSOALA PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.8.1			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13,67C	27.836,99	27.922,19	98,87C
2.1.8.1.01			VALORES RESSTITUÍVEIS	13,67C	27.836,99	27.922,19	98,87C
2.1.8.1.01.02 (43538)			VALORES RESSTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	13,67C	27.053,55	27.138,75	98,87C
2.1.8.1.01.04	P	F	INSS	0,00	6.751,51	6.751,51	0,00
2.1.8.1.01.04.03 (47959)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	13.670,72	13.670,72	0,00
2.1.8.1.01.08 (43544)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	13.670,72	13.670,72	0,00
2.1.8.1.01.99 (47983)	P	F	ISS	13,67C	0,00	85,20	98,87C
2.1.8.1.01.99.01 (47987)	P	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	6.631,32	6.631,32	0,00
2.1.8.1.04.03 (43566)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	3.910,38	3.910,38	0,00
2.3			SICOOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.3.1			DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	783,44	783,44	0,00
2.3.1.1			DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	783,44	783,44	0,00
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 38

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	135.574,89D	189.715,17	0,00	305.290,06D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	98.555,33D	123.618,98	0,00	222.174,31D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	81.165,91D	101.446,03	0,00	182.611,94D
3.1.1.1.1.01.01 (44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	81.165,91D	101.446,03	0,00	182.611,94D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	441,47D	859,19	0,00	1.300,66D
3.1.1.1.1.02.03 (44236)	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	441,47D	859,19	0,00	1.300,66D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OF-SS - UNIÃO	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1.1.01 (44423)	P		PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.687,43D	20.764,06	0,00	32.451,49D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.278,67D	2.899,65	0,00	4.178,32D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	1.278,67D	2.899,65	0,00	4.178,32D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	289,93	0,00	289,93D
3.3.1.1.1.01 (44500)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	290,00D	0,00	0,00	290,00D
3.3.1.1.1.17 (44514)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	437,80	0,00	437,80D
3.3.1.1.1.22 (44519)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	586,15D	173,00	0,00	759,15D
3.3.1.1.1.26 (44523)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	886,00	0,00	886,00D
3.3.1.1.1.99 (44596)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	402,52D	1.122,92	0,00	1.525,44D
3.3.2			SERVIÇOS	10.408,76D	17.864,41	0,00	28.273,17D
3.3.2.1			DIÁRIAS	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1.01.01 (44572)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	7.608,76D	14.695,30	0,00	22.304,06D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	7.608,76D	14.695,30	0,00	22.304,06D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	0,00	120,00	0,00	120,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	1.132,12D	1.061,18	0,00	2.193,30D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	1.280,63D	1.280,63	0,00	2.561,26D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	647,10D	665,00	0,00	1.312,10D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	450,00	0,00	450,00D
3.3.2.3.1.31 (44665)	P		SERVI-MEDICO - HOSPITALAR, ODONTOL E LABORATORIAIS	0,00	120,00	0,00	120,00D
3.3.2.3.1.46 (44680)	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	0,00	1.435,00	0,00	1.435,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	4.548,91D	9.563,49	0,00	14.112,40D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 4/8

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 58

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)	0		CRÉDITO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 68

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)	0		CRÉDITO DISPONÍVEL	2.677.735,11C	169.956,06	30,89	2.507.809,94C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	139.764,89C	340.004,79	509.929,96	309.690,06C
6.2.2.1.3.01 (46267)	0		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	0		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	0		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	139.764,89C	30,89	169.956,06	309.690,06C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 78

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	235.457,28D	235.774,44	400,00	470.831,72D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.9			OUTROS CONTROLES	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	200,00D	200,00	400,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 88

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	235.457,28C	539.764,72	775.139,16	470.831,72C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	95.026,11C	171.522,94	236.388,77	159.891,94C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	95.026,11C	171.522,94	236.388,77	159.891,94C
8.2.1.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	13.67C	197.823,94	197.909,14	98,87C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	13,67C	27.053,55	27.138,75	98,87C
8.2.1.1.3.03 (46737)	C		COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00	783,44	783,44	0,00
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	140.217,50C	30,89	170.654,30	310.840,91C
8.9			OUTROS CONTROLES	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	200,00C	400,00	200,00	0,00
TOTAL:				0,00	1.889.254,45	1.889.254,45	0,00C

CAMPOS NOVOS, 24/03/2015

NELSON CARAFA
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 18

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	475.609,28D	236.215,33	171.054,30	540.770,31D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	99.229,78D	235.805,33	171.054,30	163.980,81D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBITAIS CONTAS	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBITAIS CONTAS	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	95.039,78D	235.605,33	170.654,30	159.990,81D
1.1.3			DEBITOS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	200,00D	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	200,00D	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS - CONSOLID	200,00D	200,00	400,00	0,00
1.1.3.1.1.1	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	200,00D	200,00	400,00	0,00
1.1.9			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	3.990,00D	0,00	0,00	3.990,00D
1.2			ATIVO NAO CIRCULANTE	376.379,50D	410,00	0,00	376.789,50D
1.2.3			MOBILIZADO	376.379,50D	410,00	0,00	376.789,50D
1.2.3.1			BENS MOVEIS	257.518,68D	410,00	0,00	257.928,68D
1.2.3.1.1			BENS MOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	257.518,68D	410,00	0,00	257.928,68D
1.2.3.1.1.1			MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	61.757,06D	410,00	0,00	62.167,06D
1.2.3.1.1.1.1	P	P	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.2.3.1.1.1.1.1	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	2.297,00D	0,00	0,00	2.297,00D
1.2.3.1.1.1.1.1.1	P	P	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	48.372,06D	410,00	0,00	48.782,06D
1.2.3.1.1.1.1.1.1.1	P	P	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	410,00	0,00	48.782,06D
1.2.3.1.1.1.1.1.1.1.1	P	P	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.372,06D	410,00	0,00	48.782,06D
1.2.3.1.1.2			BENS DE INFORMATICA	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.2.1			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.2.1.1	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.2.3.1.1.3			MOVEIS E UTENSILIOS	124.465,91D	0,00	0,00	124.465,91D
1.2.3.1.1.3.1			APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.2.3.1.1.3.1.1	P	P	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.2.3.1.1.3.1.1.1	P	P	MOBILIARIO EM GERAL	84.364,49D	0,00	0,00	84.364,49D
1.2.3.1.1.4			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	20.036,80D	0,00	0,00	20.036,80D
1.2.3.1.1.4.1	P	P	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.2.3.1.1.4.1.1	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.2.3.1.1.5			DEBITOS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.5.1	P	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.2.3.1.1.5.1.1	P	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.2.3.2			BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.1			INSTALACOES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOL	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.1			(-) DEPRECAÇÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.1.1	P	P	(-) DEPRECAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMATICA	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 28

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.393,17C	197.823,94	197.909,14	376.478,37C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	13,67C	197.823,94	197.909,14	98,87C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAK	0,00	148.951,11	148.951,11	0,00
2.1.1.1			PESSOALA PAGAR	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1			PESSOALA PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1.01			PESSOALA PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	102.305,22	102.305,22	0,00
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	46.645,89	46.645,89	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	21.035,84	21.035,84	0,00
2.1.8.1			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13,67C	27.836,99	27.922,19	98,87C
2.1.8.1.01			VALORES RESSTITUÍVEIS	13,67C	27.836,99	27.922,19	98,87C
2.1.8.1.01.02 (43538)			VALORES RESSTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	13,67C	27.053,55	27.138,75	98,87C
2.1.8.1.01.04	P	F	INSS	0,00	6.751,51	6.751,51	0,00
2.1.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	13.670,72	13.670,72	0,00
2.1.8.1.01.08 (43544)	P	F	ISS	13,67C	0,00	85,20	98,87C
2.1.8.1.01.99.01 (47983)	P	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	6.631,32	6.631,32	0,00
2.1.8.1.01.99.05 (47987)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	3.910,38	3.910,38	0,00
2.1.8.1.04			SICOOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.1.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	783,44	783,44	0,00
2.3			DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	783,44	783,44	0,00
2.3.1			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 38

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	135.574,89D	189.715,17	0,00	305.290,06D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	98.555,33D	123.618,98	0,00	222.174,31D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL-ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - O	81.607,38D	102.305,22	0,00	183.912,60D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	81.165,91D	101.446,03	0,00	182.611,94D
3.1.1.1.1.01.01	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	81.165,91D	101.446,03	0,00	182.611,94D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	441,47D	859,19	0,00	1.300,66D
3.1.1.1.1.02.03	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	441,47D	859,19	0,00	1.300,66D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OF-SS - UNIÃO	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.1.2.2.3.01	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	16.947,95D	21.313,76	0,00	38.261,71D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.2.1.1.1.01	P		PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	25.332,13D	25.332,13	0,00	50.664,26D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.687,43D	20.764,06	0,00	32.451,49D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.278,67D	2.899,65	0,00	4.178,32D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	1.278,67D	2.899,65	0,00	4.178,32D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	289,93	0,00	289,93D
3.3.1.1.1.01	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	290,00D	0,00	0,00	290,00D
3.3.1.1.1.17	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.1.1.1.21	P		MATERIAL DE COXA E COZINHA	586,15D	437,80	0,00	437,80D
3.3.1.1.1.22	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	173,00	0,00	793,15D
3.3.1.1.1.26	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	402,52D	886,00	0,00	886,00D
3.3.1.1.1.99	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	10.408,76D	1.122,92	0,00	1.525,44D
3.3.2			SERVIÇOS	2.800,00D	17.864,41	0,00	28.273,17D
3.3.2.1			DIÁRIAS	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.1.1.01.01	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	2.800,00D	2.800,00	0,00	5.600,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.2.1.99	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	0,00	369,11	0,00	369,11D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	7.608,76D	14.695,30	0,00	22.304,06D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	7.608,76D	14.695,30	0,00	22.304,06D
3.3.2.3.1.05	P		PUBLICIDADE	0,00	120,00	0,00	120,00D
3.3.2.3.1.08	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS	1.132,12D	1.061,18	0,00	2.193,30D
3.3.2.3.1.10	P		LOCAÇÕES	1.280,63D	1.280,63	0,00	2.561,28D
3.3.2.3.1.11	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	647,10D	665,00	0,00	1.312,10D
3.3.2.3.1.30	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	450,00	0,00	450,00D
3.3.2.3.1.31	P		SERVIÇO MEDICO - HOSPITALAR, ODONTOL E LABORATORIAIS	0,00	120,00	0,00	120,00D
3.3.2.3.1.46	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	0,00	1.435,00	0,00	1.435,00D
3.3.2.3.1.99	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	4.548,91D	9.563,49	0,00	14.112,40D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 4/8

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	234.791,00C	0,00	234.791,00	469.582,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 58

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)	0		CRÉDITO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 68

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.817.500,00C	509.960,85	509.960,85	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	2.677.735,11C	169.956,06	30,89	2.507.809,94C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	139.764,89C	340.004,79	509.929,96	309.690,06C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	139.764,89C	30,89	169.956,06	309.690,06C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 78

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	235.457,28D	235.774,44	400,00	470.831,72D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	235.257,28D	235.574,44	0,00	470.831,72D
7.9			OUTROS CONTROLES	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00D	200,00	400,00	0,00
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	200,00D	200,00	400,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro
Página: 88

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	235.457,28C	539.764,72	775.139,16	470.831,72C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	235.257,28C	539.364,72	774.939,16	470.831,72C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	95.026,11C	171.522,94	236.388,77	159.891,94C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	95.026,11C	171.522,94	236.388,77	159.891,94C
8.2.1.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	13.67C	197.823,94	197.909,14	98,87C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	169.986,95	169.986,95	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	13,67C	27.053,55	27.138,75	98,87C
8.2.1.1.3.03 (46737)	C		COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00	783,44	783,44	0,00
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	140.217,50C	30,89	170.654,30	310.840,91C
8.9			OUTROS CONTROLES	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	200,00C	400,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	200,00C	400,00	200,00	0,00
TOTAL:				0,00	1.889.254,45	1.889.254,45	0,00C

CAMPOS NOVOS, 24/03/2015

NELSON CARAFA
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 32/2015 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
EDITAL DE LICITAÇÃO 32/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

OBJETO: Solicitamos a confecção do Processo de Dispensa de Licitação, da: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, empresa pública Estadual, com personalidade jurídica- de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída na forma do art. 99 da Lei Estadual nº 8.245 de 18 de abril de 1991, alterada nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, em consonância ao Art. 38, inciso III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri. A empresa foi criada antes da Lei de Licitações e Contratos, (Lei 8.666 de 21 de junho de 1993), e inclui em suas atividades como única empresa pública devidamente registrada que planeja, coordena, controla e executa de forma descentralizada, a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia Agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina, cuja dispensa está fundamentada nos incisos VIII do art. 24 da mencionada lei. CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI. VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.797,00 (Dezesseis mil e setecentos e noventa e sete reais). FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93.

Canelinha, 20 de março de 2015.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município.

EXTRATO EDITAL 33/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 33/2015
MODALIDADE: Concorrência Pública nº 01/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a doação de bem imóvel de propriedade do Município, com encargos e cláusula de reversão, para finalidade específica de instalação ou realocação de empresa, para fomentar o desenvolvimento econômico, com vistas à geração de emprego e renda, com área total de 5.533,24 m² (cinco mil quinhentos e trinta e três metros e vinte e quatro decímetros quadrados), situada na Rua Ari Justino Pereira, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas - SC. PROPOSTA: O recebimento das propostas encerrará às 10:00 horas do dia 28/05/2015, marcada a abertura da sessão para o mesmo dia e horário, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1.683, Canelinha - SC. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 24 de março de 2015.
ANTONIO DA SILVA
Prefeito do Município.

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 18/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/15
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/15
CONTRATADO: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR. VALOR DA DESPESA: R\$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais)

DATA: 24/03/15
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

TERMO DO CONVÊNIO Nº 02/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 02/2015 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a Associação da Terceira Idade de Canoinhas - ATICA . OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a junção de esforços entre os Convenientes, visando a valorização de ações no sentido de melhorar o atendimento das pessoas idosas residentes no município de Canoinhas. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 10.150,00 (dez mil, cento e cinquenta reais), correspondentes à totalidade do repasse anual, a ser pago em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria , pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Srª. Vilma Maria de Souza Kotelak, pela Associação da Terceira Idade de Canoinhas - ATICA

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 1/20

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 116.772,00

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETARIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 311043103 - MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP 1.20X1.20X0.60 M - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	4,000	0,0000	428,8550	1.715,42	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	4,000	0,0000	453,0950	1.812,38	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	4,000	0,0000	662,4650	2.649,86	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	4,000	0,0000	416,2725	1.665,09	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	30DOMPEL	4,000	0,0000	449,8200	1.799,28	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	4,000	0,0000	409,0000	1.636,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	4,000	0,0000	540,0000	2.160,00	Desclassif.	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	4,000	0,0000	561,7500	2.247,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	4,000	0,0000	590,0000	2.360,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	4,000	0,0000	670,0000	2.680,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	4,000	0,0000	671,0000	2.684,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	4,000	0,0000	684,0000	2.736,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	4,000	0,0000	684,0000	2.736,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	4,000	0,0000	684,6000	2.738,40	Desclassif.	0

Item.....: 2 - 311043104 - MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP 1.00X1.00X0.60 - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	50,000	0,0000	416,2736	20.813,68	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	50,000	0,0000	428,2961	21.414,81	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	50,000	0,0000	296,6274	14.831,37	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	50,000	0,0000	387,2344	19.361,72	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	50,000	0,0000	430,6771	21.533,86	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	50,000	0,0000	335,0000	16.750,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	50,000	0,0000	535,5000	26.775,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	50,000	0,0000	580,0000	29.000,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	50,000	0,0000	590,0000	29.500,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	50,000	0,0000	641,0000	32.050,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	50,000	0,0000	642,0000	32.100,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00		
Licitação.....:		14/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITORIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMARIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HMDI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 2 - 311043104 - MESA PARA ESCRITORIO EM MDP 1,00X1,00X0,60 - Unidade: UN								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	50,000	0,0000	654,0000	32.700,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	50,000	0,0000	654,0000	32.700,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	50,000	0,0000	654,6500	32.732,50	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 311043105 - MESA PARA ESCRITORIO EM MDP COR CRISTAL COM BORDA CINZA - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	4,000	0,0000	398,8481	1.595,39	Venceu	1 *****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	4,000	0,0000	428,2961	1.713,18	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	NILMAR	4,000	0,0000	296,6274	1.186,51	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	4,000	0,0000	309,7875	1.239,15	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	4,000	0,0000	416,3212	1.665,28	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	4,000	0,0000	335,0000	1.340,00	Não cotou	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	4,000	0,0000	450,0000	1.800,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	4,000	0,0000	490,0000	1.960,00	Desclassif.	0
16564	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	4,000	0,0000	498,7500	1.995,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Behiaki	4,000	0,0000	610,0000	2.440,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	4,000	0,0000	611,0000	2.444,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	4,000	0,0000	623,0000	2.492,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	4,000	0,0000	623,0000	2.492,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	4,000	0,0000	623,4800	2.493,92	Desclassif.	0
Item.....: 4 - 311043106 - MESA PARA ESCRITORIO EM MDP COR GELO COM BORDA GELO - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	4,000	0,0000	401,7524	1.607,01	Venceu	1 *****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	4,000	0,0000	428,2961	1.713,18	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	NILMAR	4,000	0,0000	296,6274	1.186,51	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	4,000	0,0000	367,8727	1.471,49	Perdeu	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 311043106 - MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP COR GELO COM BORDA GELO - Unidade: UN

16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	4,000	0,0000	421,1065	1.684,43	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	4,000	0,0000	335,0000	1.340,00	Não cotou	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	4,000	0,0000	450,0000	1.800,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	4,000	0,0000	490,0000	1.960,00	Desclassif.	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	4,000	0,0000	498,7500	1.995,00	Desclassif.	0
15994	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	4,000	0,0000	610,0000	2.440,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	4,000	0,0000	611,0000	2.444,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	4,000	0,0000	623,0000	2.492,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	4,000	0,0000	623,0000	2.492,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	4,000	0,0000	623,4800	2.493,92	Desclassif.	0

Item.....: 5 - 311043107 - MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP 0.90X1.40X0.60M - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	3,000	0,0000	440,4755	1.321,43	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	3,000	0,0000	465,4977	1.396,49	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	NILMAR	3,000	0,0000	415,2783	1.245,83	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	3,000	0,0000	425,9578	1.277,87	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	3,000	0,0000	532,1254	1.596,38	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	3,000	0,0000	445,0000	1.335,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	3,000	0,0000	484,0000	1.452,00	Desclassif.	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	3,000	0,0000	561,7500	1.685,25	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	3,000	0,0000	590,0000	1.770,00	Desclassif.	0
15994	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	3,000	0,0000	779,0000	2.337,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	3,000	0,0000	779,0000	2.337,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	3,000	0,0000	795,0000	2.385,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	3,000	0,0000	795,0000	2.385,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	3,000	0,0000	795,0000	2.385,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 6 - 311043108 - MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP 1.35X1.20X0.60M - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	5,000	0,0000	471,4540	2.357,27	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	5,000	0,0000	465,4977	2.327,49	Perdeu	2
16400	KIMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	5,000	0,0000	375,7280	1.878,64	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	5,000	0,0000	329,1492	1.645,75	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	5,000	0,0000	382,8241	1.914,12	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	5,000	0,0000	365,0000	1.825,00	Não cotou	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	5,000	0,0000	450,0000	2.250,00	Desclassif.	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	5,000	0,0000	474,6000	2.373,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	5,000	0,0000	560,0000	2.800,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	5,000	0,0000	560,0000	2.800,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	5,000	0,0000	570,0000	2.850,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	5,000	0,0000	572,0000	2.860,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	5,000	0,0000	572,0000	2.860,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	5,000	0,0000	572,0000	2.860,00	Desclassif.	0

Item.....: 7 - 311043109 - MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP 1.60X0.60 - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	5,000	0,0000	402,8463	2.014,23	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	5,000	0,0000	274,7200	1.373,60	Perdeu	2
16400	KIMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	5,000	0,0000	257,0771	1.285,39	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	5,000	0,0000	271,0641	1.355,32	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	5,000	0,0000	282,3327	1.411,66	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	5,000	0,0000	265,0000	1.325,00	Não cotou	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	5,000	0,0000	350,0000	1.750,00	Desclassif.	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	5,000	0,0000	374,8500	1.874,25	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	5,000	0,0000	390,0000	1.950,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	5,000	0,0000	408,0000	2.040,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	5,000	0,0000	408,0000	2.040,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00		
Licitação.....:		14/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITORIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 7 - 311043109 - MESA PARA ESCRITORIO EM MDP 1,60X0,60 - Unidade: UN								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	5,000	0,0000	416,0000	2.080,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	5,000	0,0000	416,0000	2.080,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	5,000	0,0000	416,1300	2.080,65	Desclassif.	0
Item.....: 8 - 311043110 - MESA PARA ESCRITORIO EM MDP 1,20X0,60 - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	13,000	0,0000	373,6781	4.857,82	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	13,000	0,0000	251,8267	3.273,75	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	13,000	0,0000	276,8522	3.599,08	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	13,000	0,0000	259,4470	3.372,81	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	13,000	0,0000	258,4062	3.359,28	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	13,000	0,0000	235,0000	3.055,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	13,000	0,0000	299,2500	3.890,25	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	13,000	0,0000	300,0000	3.900,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	13,000	0,0000	364,0000	4.732,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Behiaki	13,000	0,0000	378,0000	4.914,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Un Iverso dos Moveis	13,000	0,0000	378,0000	4.914,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	13,000	0,0000	385,0000	5.005,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	13,000	0,0000	386,0000	5.018,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	13,000	0,0000	386,0000	5.018,00	Desclassif.	0
Item.....: 9 - 311043111 - MESA PARA ESCRITORIO EM MDP 1,20X0,60M COR CRISTAL - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	1,000	0,0000	373,6781	373,68	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	1,000	0,0000	251,8267	251,83	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	1,000	0,0000	276,8522	276,85	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	1,000	0,0000	249,7662	249,77	Perdeu	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 9 - 311043111 - MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP 1.20X0.60M COR CRISTAL - Unidade: UN

16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	1,000	0,0000	258,4062	258,41	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	1,000	0,0000	275,0000	275,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	1,000	0,0000	299,2500	299,25	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	1,000	0,0000	300,0000	300,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	1,000	0,0000	340,0000	340,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	1,000	0,0000	378,0000	378,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	1,000	0,0000	378,0000	378,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	1,000	0,0000	385,0000	385,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	1,000	0,0000	386,0000	386,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	1,000	0,0000	386,0000	386,00	Desclassif.	0

Item.....: 10 - 40773 - MESA RETANGULAR 160.4 X 90.4 CM H=77.5 CM - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	1,000	0,0000	629,2507	629,25	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	PRISMO	1,000	0,0000	497,9300	497,93	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	NILMAR	1,000	0,0000	504,2666	504,27	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	1,000	0,0000	629,2559	629,26	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	1,000	0,0000	602,9479	602,95	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	1,000	0,0000	600,0000	600,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	1,000	0,0000	637,0000	637,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	1,000	0,0000	637,0000	637,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	1,000	0,0000	637,0000	637,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	1,000	0,0000	650,0000	650,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	1,000	0,0000	650,0000	650,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	villa fort	1,000	0,0000	650,0000	650,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	1,000	0,0000	650,0000	650,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 11 - 28680 - ARMÁRIO ALTO FECHADO DUAS PORTAS COR TABACO - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	34,000	0,0000	286,5511	9.742,74	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	34,000	0,0000	284,2589	9.664,80	Perdeu	2
16400	KIMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	34,000	0,0000	375,7280	12.774,75	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	34,000	0,0000	309,7875	10.532,78	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	34,000	0,0000	287,1180	9.762,01	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	34,000	0,0000	335,0000	11.390,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	34,000	0,0000	349,6900	11.889,46	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	34,000	0,0000	350,0000	11.900,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	34,000	0,0000	380,0000	12.920,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	34,000	0,0000	391,0000	13.294,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	34,000	0,0000	391,0000	13.294,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	34,000	0,0000	398,0000	13.532,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	34,000	0,0000	399,0000	13.566,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	34,000	0,0000	399,0000	13.566,00	Desclassif.	0

Item.....: 12 - 311043112 - ARMÁRIO FECHADO DUAS PORTAS COR CRISTAL - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	4,000	0,0000	266,2215	1.064,89	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	4,000	0,0000	284,2589	1.137,04	Perdeu	2
16400	KIMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	4,000	0,0000	375,7280	1.502,91	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	4,000	0,0000	309,7875	1.239,15	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	4,000	0,0000	282,3327	1.129,33	Perdeu	5
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	4,000	0,0000	230,0000	920,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	4,000	0,0000	300,0000	1.200,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	4,000	0,0000	320,0000	1.280,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	4,000	0,0000	349,6500	1.398,60	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	4,000	0,0000	391,0000	1.564,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	4,000	0,0000	391,0000	1.564,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00		
Licitação.....:		14/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 12 - 311043112 - ARMÁRIO FECHADO DUAS PORTAS COR CRISTAL - Unidade: UN								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	4,000	0,0000	398,0000	1.592,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	4,000	0,0000	399,0000	1.596,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	4,000	0,0000	399,0000	1.596,00	Desclassif.	0
Item.....: 13 - 311043113 - ARMÁRIO FECHADO DUAS PORTAS COR GELO - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	3,000	0,0000	311,3145	933,94	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	3,000	0,0000	284,2589	852,78	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	3,000	0,0000	375,7280	1.127,18	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	3,000	0,0000	309,7875	929,36	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	3,000	0,0000	282,3327	847,00	Perdeu	5
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	3,000	0,0000	300,0000	900,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	3,000	0,0000	305,0000	915,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	3,000	0,0000	320,0000	960,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	3,000	0,0000	349,6500	1.048,95	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Behiaki	3,000	0,0000	391,0000	1.173,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	3,000	0,0000	391,0000	1.173,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	3,000	0,0000	398,0000	1.194,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	3,000	0,0000	399,0000	1.197,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	3,000	0,0000	399,0000	1.197,00	Desclassif.	0
Item.....: 14 - 311043114 - BALCAO FECHADO EM MDP COR TABACO - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	42,000	0,0000	169,4137	7.115,38	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	42,000	0,0000	188,8700	7.932,54	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	42,000	0,0000	197,7516	8.305,57	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	42,000	0,0000	203,2980	8.538,52	Perdeu	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HMDI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 14 - 311043114 - BALCAO FECHADO EM MDP COR TABACO - Unidade: UN

16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	42,000	0,0000	172,2708	7.235,37	Perdeu	5
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	42,000	0,0000	175,3500	7.364,70	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	42,000	0,0000	205,0000	8.610,00	Não cotou	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	42,000	0,0000	215,0000	9.030,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	42,000	0,0000	215,6000	9.055,20	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	42,000	0,0000	216,0000	9.072,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	42,000	0,0000	220,0000	9.240,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOIMMEL - ME	SANI MNOVEIS	42,000	0,0000	220,0000	9.240,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	42,000	0,0000	220,0000	9.240,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	42,000	0,0000	220,0000	9.240,00	Desclassif.	0

Item.....: 15 - 311043115 - BALCAO FECHADO EM MDP COR CRISTAL - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	11,000	0,0000	169,4137	1.863,55	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	11,000	0,0000	188,8700	2.077,57	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	NILMAR	11,000	0,0000	197,7516	2.175,27	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	11,000	0,0000	203,2980	2.236,28	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	11,000	0,0000	172,2708	1.894,98	Perdeu	5
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	11,000	0,0000	175,3500	1.928,85	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	11,000	0,0000	190,0000	2.090,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	11,000	0,0000	199,0000	2.189,00	Não cotou	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	11,000	0,0000	215,0000	2.365,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	11,000	0,0000	216,0000	2.376,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	11,000	0,0000	220,0000	2.420,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOIMMEL - ME	SANI MNOVEIS	11,000	0,0000	220,0000	2.420,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	11,000	0,0000	220,0000	2.420,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	11,000	0,0000	220,0000	2.420,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00		
Licitação.....:		14/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITORIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMARIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMARIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETARIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16 - 311043116 - BALCAO FECHADO EM MDP COR GELO - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	6,000	0,0000	164,5733	987,44	Venceu	1 *****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	6,000	0,0000	188,8700	1.133,22	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÊVEIS LTDA ME	NILMAR	6,000	0,0000	207,6392	1.245,84	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	6,000	0,0000	203,2980	1.219,79	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	6,000	0,0000	172,2708	1.033,62	Perdeu	5
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	6,000	0,0000	175,3500	1.052,10	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	6,000	0,0000	190,0000	1.140,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	6,000	0,0000	200,0000	1.200,00	Não cotou	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	6,000	0,0000	215,0000	1.290,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	6,000	0,0000	216,0000	1.296,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	6,000	0,0000	220,0000	1.320,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	6,000	0,0000	220,0000	1.320,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	6,000	0,0000	220,0000	1.320,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	6,000	0,0000	220,0000	1.320,00	Desclassif.	0
Item.....: 17 - 311043119 - ARQUIVO EM MDP COR TABACO 0.47X0.71 - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	16,000	0,0000	279,7745	4.476,39	Venceu	1 *****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	16,000	0,0000	293,7978	4.700,76	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÊVEIS LTDA ME	NILMAR	16,000	0,0000	375,7280	6.011,65	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	16,000	0,0000	309,7875	4.956,60	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	16,000	0,0000	320,6152	5.129,84	Perdeu	5
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	16,000	0,0000	310,0000	4.960,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	16,000	0,0000	350,0000	5.600,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	16,000	0,0000	380,0000	6.080,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	16,000	0,0000	399,0000	6.384,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	16,000	0,0000	449,0000	7.184,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	16,000	0,0000	450,0000	7.200,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00		
Licitação.....:		14/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HMDI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17 - 311043119 - ARQUIVO EM MDP COR TABACO 0.47X0.71 - Unidade: UN								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	16,000	0,0000	455,0000	7.280,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	16,000	0,0000	459,0000	7.344,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	16,000	0,0000	459,0000	7.344,00	Desclassif.	0
Item.....: 18 - 311043120 - ARQUIVO EM MDP COR GELO 0.47X0.71 - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	2,000	0,0000	329,1465	658,29	Venceu	1 *****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	2,000	0,0000	293,7978	587,60	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	NILMAR	2,000	0,0000	395,5032	791,01	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	2,000	0,0000	309,7875	619,58	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	2,000	0,0000	320,6152	641,23	Perdeu	5
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	2,000	0,0000	256,0000	512,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	2,000	0,0000	300,0000	600,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	2,000	0,0000	350,0000	700,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	2,000	0,0000	399,0000	798,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Behiaki	2,000	0,0000	449,0000	898,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	2,000	0,0000	450,0000	900,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Behiaki	2,000	0,0000	455,0000	910,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	2,000	0,0000	459,0000	918,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	2,000	0,0000	459,0000	918,00	Desclassif.	0
Item.....: 19 - 6098 - ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	METALPONTA	6,000	0,0000	470,8344	2.825,01	Venceu	1 *****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	MOVAG	6,000	0,0000	437,8350	2.627,01	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	W3	6,000	0,0000	444,9411	2.669,65	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	6,000	0,0000	579,8835	3.479,30	Perdeu	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00		
Licitação.....:		14/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMARIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMARIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETARIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19	-	6098	-	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS	-	Unidade: UN		
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	6,000	0,0000	439,2906	2.635,74	Perdeu	5
15736	M. MOBILE EIRELI	RCH	6,000	0,0000	310,0000	1.860,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	IVI	6,000	0,0000	399,0000	2.394,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	MOVAG	6,000	0,0000	420,0000	2.520,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	GGL	6,000	0,0000	449,0000	2.694,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	6,000	0,0000	449,8200	2.698,92	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Universo dos Moveis	6,000	0,0000	450,0000	2.700,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	W3	6,000	0,0000	459,0000	2.754,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	6,000	0,0000	459,0000	2.754,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	lunasa	6,000	0,0000	459,0000	2.754,00	Desclassif.	0
Item.....: 20	-	6474	-	ARMARIO GUARDA VOLUME EM AÇO	-	Unidade: UN		
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	METALPONTA	2,000	0,0000	474,3582	948,72	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	MOVAG	2,000	0,0000	499,8377	999,68	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	W3	2,000	0,0000	593,2548	1.186,51	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	2,000	0,0000	637,9686	1.275,94	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	RCH	2,000	0,0000	578,0643	1.156,13	Perdeu	5
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	MOVAG	2,000	0,0000	420,0000	840,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	IVI	2,000	0,0000	459,0000	918,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	RCH	2,000	0,0000	580,0000	1.160,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	GGL	2,000	0,0000	592,0000	1.184,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	2,000	0,0000	592,4100	1.184,82	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	W3	2,000	0,0000	604,0000	1.208,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	lunasa	2,000	0,0000	604,0000	1.208,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Ponta Sul	2,000	0,0000	604,0000	1.208,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	2,000	0,0000	604,5000	1.209,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21 - 311043121 - MOVEL COM RODÍZIO COR TABACO COM BORDA TABACO - Unidade: UN

12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	STILLO MÓVEIS	8,000	0,0000	203,2964	1.626,37	Venceu	1 ****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	8,000	0,0000	227,0255	1.816,20	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	NILMAR	8,000	0,0000	370,7842	2.966,27	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	8,000	0,0000	212,9789	1.703,83	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	8,000	0,0000	344,5417	2.756,33	Perdeu	5
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	AJUZ PROJETADO	8,000	0,0000	275,1000	2.200,80	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILR	8,000	0,0000	296,0000	2.368,00	Desclassif.	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	MSI MOVEIS	8,000	0,0000	300,0000	2.400,00	Não cotou	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	8,000	0,0000	350,0000	2.800,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Belniaki	8,000	0,0000	372,0000	2.976,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Belniaki	8,000	0,0000	380,0000	3.040,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	8,000	0,0000	380,0000	3.040,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	criativa	8,000	0,0000	380,0000	3.040,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Porta Sul	8,000	0,0000	380,0000	3.040,00	Desclassif.	0

Item.....: 22 - 24912 - CADEIRA GIRATÓRIA TIPO SECRETÁRIA COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN

16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	PROVALLE	14,000	0,0000	121,5800	1.702,12	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	14,000	0,0000	105,4600	1.476,44	Perdeu	2
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	14,000	0,0000	154,0229	2.156,32	Perdeu	3
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		14,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		14,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME		14,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	14,000	0,0000	154,0000	2.156,00	Desclassif.	0
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	SIDFLEX	14,000	0,0000	157,0200	2.198,28	Inabilitado	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	SIDFLEX	14,000	0,0000	161,7000	2.263,80	Desclassif.	0
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP		14,000	0,0000	197,0000	2.758,00	Desclassif.	0
16400	KMW COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME	RHODES	14,000	0,0000	230,0000	3.220,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00					
Licitação.....:		14/2015 - PR									
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação			
Item.....: 22 - 24912 - CADEIRA GIRATÓRIA TIPO SECRETÁRIA COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN											
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	SIDFLEX	14,000	0,0000	233,0000	3.262,00	Desclassif.	0			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	pethiflex	14,000	0,0000	238,0000	3.332,00	Desclassif.	0			
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	PETHIFLEX	14,000	0,0000	238,0300	3.332,42	Desclassif.	0			
Item.....: 23 - 30825 - CADEIRA GIRATÓRIA TIPO DIRETOR - Unidade: UN											
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	PROVALLE	100,000	0,0000	189,1245	18.912,45	Venceu	1	*****		
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	100,000	0,0000	198,7507	19.875,07	Perdeu	2			
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	100,000	0,0000	211,7815	21.178,15	Perdeu	3			
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	SIDFLEX	100,000	0,0000	211,7000	21.170,00	Inabilitado	0			
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP		100,000	0,0000	227,5000	22.750,00	Desclassif.	0			
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	SIDFLEX	100,000	0,0000	238,3500	23.835,00	Desclassif.	0			
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	100,000	0,0000	245,0000	24.500,00	Desclassif.	0			
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	RHODES	100,000	0,0000	320,0000	32.000,00	Desclassif.	0			
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	SIDFLEX	100,000	0,0000	324,0000	32.400,00	Desclassif.	0			
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	PETHIFLEX	100,000	0,0000	330,0000	33.000,00	Desclassif.	0			
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	pethiflex	100,000	0,0000	330,0000	33.000,00	Desclassif.	0			
Item.....: 24 - 30806 - CADEIRA FIXA ESTILO DIRETOR COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN											
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	PROVALLE	82,000	0,0000	148,5978	12.185,02	Venceu	1	*****		
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	82,000	0,0000	145,2097	11.907,20	Perdeu	2			
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	82,000	0,0000	165,0245	13.532,01	Perdeu	3			
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		82,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 24 - 30806 - CADEIRA FIXA ESTILO DIRETOR COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN

16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		82,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME		82,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	SIDFLEX	82,000	0,0000	149,1000	12.226,20	Desclassif.	0
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	SIDFLEX	82,000	0,0000	162,4800	13.323,36	Inabilitado	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	82,000	0,0000	190,0000	15.580,00	Desclassif.	0
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	RHODES	82,000	0,0000	205,0000	16.810,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	SIDFLEX	82,000	0,0000	206,0000	16.892,00	Desclassif.	0
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP		82,000	0,0000	207,0000	16.974,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	PETHIFLEX	82,000	0,0000	210,0000	17.220,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	pethiflex	82,000	0,0000	210,0000	17.220,00	Desclassif.	0

Item.....: 25 - 311043122 - CADEIRA GIRATORIA ESTILO PRESIDENTE COM ESPUMA INJETADA - Unidade: UN

16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	PROVALLE	6,000	0,0000	220,8452	1.323,87	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	6,000	0,0000	210,9191	1.265,51	Perdeu	2
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	6,000	0,0000	221,8663	1.331,20	Perdeu	3
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	SIDFLEX	6,000	0,0000	236,5200	1.419,12	Inabilitado	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	SIDFLEX	6,000	0,0000	247,8000	1.486,80	Desclassif.	0
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP		6,000	0,0000	257,0000	1.542,00	Desclassif.	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	6,000	0,0000	270,0000	1.620,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	SIDFLEX	6,000	0,0000	385,0000	2.310,00	Desclassif.	0
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	RHODES	6,000	0,0000	390,0000	2.340,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	PETHIFLEX	6,000	0,0000	392,0000	2.352,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	pethiflex	6,000	0,0000	392,0000	2.352,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 26 - 311043123 - CADEIRA GIRATORIA ESTILO PRESIDENTE - COURO ECOLÓGICO - Unidade: UN

16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	PROVALLE	2,000	0,0000	405,2668	810,53	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	2,000	0,0000	365,0523	730,10	Perdeu	2
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	BLUME OFFICE	2,000	0,0000	447,3998	894,80	Perdeu	3
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	2,000	0,0000	445,0000	890,00	Desclassif.	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	SIDFLEX	2,000	0,0000	505,0500	1.010,10	Desclassif.	0
11753	SUPRMOVEIS LTDA. EPP		2,000	0,0000	520,0000	1.040,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	SIDFLEX	2,000	0,0000	588,0000	1.176,00	Desclassif.	0
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	RHODES	2,000	0,0000	590,0000	1.180,00	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	PETHIFLEX	2,000	0,0000	600,0000	1.200,00	Desclassif.	0
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	SIDFLEX	2,000	0,0000	600,0000	1.200,00	Inabilitado	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	pethiflex	2,000	0,0000	600,0000	1.200,00	Desclassif.	0

Item.....: 27 - 311043124 - POLTRONA COM RODÍZIO, COURINO, COR PRETA - Unidade: UN

16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	PROVALLE	13,000	0,0000	351,2312	4.566,01	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	M.MOBILE	13,000	0,0000	365,0523	4.745,68	Perdeu	2
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	DISMACENTER	13,000	0,0000	185,1942	2.407,52	Perdeu	3
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		13,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		13,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME		13,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11753	SUPRMOVEIS LTDA. EPP		13,000	0,0000	400,0000	5.200,00	Desclassif.	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	SIDFLEX	13,000	0,0000	446,2500	5.801,25	Desclassif.	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	DOMPEL	13,000	0,0000	499,0000	6.487,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	SIDFLEX	13,000	0,0000	500,0000	6.500,00	Desclassif.	0
16400	KMW COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME	RHODES	13,000	0,0000	505,0000	6.565,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00		
Licitação.....:		14/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 27 - 311043124 - POLTRONA COM RODÍZIO, COWRINO, COR PRETA - Unidade: UN								
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	PETHIFLEX	13,000	0,0000	510,0000	6.630,00	Desclassif.	0
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	SIDFLEX	13,000	0,0000	510,0000	6.630,00	Inabilitado	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	pethiflex	13,000	0,0000	510,0000	6.630,00	Desclassif.	0
Item.....: 28 - 35403 - Estante de Aço - Unidade: UN								
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP	METALPONTA	26,000	0,0000	125,8501	3.272,10	Venceu	1 *****
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	MOVAG	26,000	0,0000	138,3139	3.596,16	Perdeu	2
16400	KMW COMÉRCIO DE MÉVEIS LTDA ME	W3	26,000	0,0000	138,4261	3.599,08	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	SUPRIMOVEIS	26,000	0,0000	174,2555	4.530,64	Perdeu	4
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME	RCH	26,000	0,0000	141,6449	3.682,77	Perdeu	5
16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	IVI	26,000	0,0000	125,0000	3.250,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS	MOVAG	26,000	0,0000	135,4500	3.521,70	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	W3	26,000	0,0000	145,0000	3.770,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	RCH	26,000	0,0000	145,0000	3.770,00	Desclassif.	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	GGL	26,000	0,0000	145,0000	3.770,00	Desclassif.	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME	MARIA HELENA	26,000	0,0000	145,0400	3.771,04	Desclassif.	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME	SANI MNOVEIS	26,000	0,0000	148,0000	3.848,00	Desclassif.	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	lunasa	26,000	0,0000	148,0000	3.848,00	Desclassif.	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME	Ponta Sul	26,000	0,0000	148,0000	3.848,00	Desclassif.	0

Item.....: 29 - 6250 - TELEVISOR 60" CFE ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL. - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	samsung	1,000	0,0000	3.600,0000	3.600,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/20

Processo / Ano:		26/2015		Processo Administrativo:		116.772,00													
Licitação.....:		14/2015 - PR																	
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL																	
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMARIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMARIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETARIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.																	
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação			
Item.....: 29		-		6250		- TELEVISOR 60" CFE ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL		-		Unidade: UN									
12287		TODT MOVEIS LTDA - EPP						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
12368		DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
15736		M. MOBILE EIRELI		NÃO COTADO				1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
15894		IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
16400		KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
16552		ALA COMERCIO LTDA- ME						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
16553		JOAO ROBERTO RIBAS ME						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
16554		W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
16555		GISIANE MATILDE VIEIRA - ME						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
16556		MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME						1,000		0,0000		0,00		Não cotou		0			
Item.....: 30		-		311043392		- CABO HDMI 1.50 M - Unidade: UN													
16555		GISIANE MATILDE VIEIRA - ME		DEX				2,000		0,0000		19,5000		39,00		Venceu		1 *****	
11753		SUPRIMOVEIS LTDA. EPP						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
12189		JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
12285		CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
12287		TODT MOVEIS LTDA - EPP						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
12368		DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
15736		M. MOBILE EIRELI		NÃO COTADO				2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
15894		IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16400		KMW COMÉRCIO DE MEVEIS LTDA ME						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16552		ALA COMERCIO LTDA- ME						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16553		JOAO ROBERTO RIBAS ME						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16554		W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16556		MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME						2,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 31 - 311043393 - CONJUNTO EXTENSOR HDMI FULL HD - Unidade: C.J

16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	DEX	1,000	0,0000	784,0000	784,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 32 - 311043394 - CABO ADAPTADOR HDMI MACHO PARA VGA FEMEA CONVERSOR AUDIO R.L - Unidade: UN

16555	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	DEX	1,000	0,0000	49,0000	49,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12285	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12287	TODT MOVEIS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15894	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16400	KMW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16552	ALA COMERCIO LTDA- ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/20

Processo / Ano: 26/2015 Processo Administrativo: 116.772,00

Licitação.....: 14/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMÁRIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODÍZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 32 - 311043394 - CABO ADAPTADOR HDMI MACHO PARA VGA FEMEA CONVERSOR AUDIO R L - Unidade: UN

16553	JOAO ROBERTO RIBAS ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16554	W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16556	MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 43/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 74,40
Licitação.....: 25/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAJOTAS DE CONCRETO, SEXTAVADAS, SENDO 5.000 M2 TAMANHO 30X30X8 E 5.000 M2 TAMANHO 30X30X10, DESTINADAS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS A SEREM UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO OU RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS DE LAJOTA.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 16951	- LAJOTA SEXTAVADA EM CONCRETO. 30 X 30 X 8 CM - Unidade: M2						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	36,9500	36,95	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	37,3000	37,30	Perdeu	2
Item.....: 2	- 20034	- LAJOTAS 30 X 30 X 10 - Unidade: M2						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	37,4500	37,45	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	37,5000	37,50	Perdeu	2

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	- Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	- SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	- PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	- EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	- EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	- 28.754/SC
VANESSA LANGER -	- CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Edital 010/2015

EDITAL Nº 010, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre as diretrizes do processo de escolha dos representantes das entidades não governamentais para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA - Gestão 2015/2017.

ANDEVIR ISGANZELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições legais, com base na os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e na Lei Municipal nº 3.150 de 30 de outubro de 2014 e Decreto Municipal nº 163 de 05 de novembro de 2014 e Decreto Municipal nº 164 de 05 de novembro de 2014, torna público a ASSEMBLEIA GERAL a realizar-se no dia 08 de abril de 2015, às 18 horas, na Sala de Reuniões Casa do Cidadão, situada na Avenida XV de Novembro, nº 350, Centro de Capinzal - SC, ficando assim CONVOCADOS todas as associações, movimentos sociais e entidades legalmente constituídas, com sede no Município de Capinzal para a escolha de representantes da sociedade civil (organizações não governamentais) para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA - Gestão 2015/2017.

E para que chegue ao conhecimento de todas as entidades e associações legalmente constituídas com sede no Município de Capinzal, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado no Mural Público no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sede da Prefeitura, bem como nas sedes das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Capinzal, SC, em 24 de março de 2015.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0082/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0082/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: LUCAS ROBERTO HELLER - ME	
Valor.....: 52.954,20 (cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)	
Vigência.....: Início: 20/03/2015 Término: 21/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0011/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015.	
Capinzal, 23 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0083/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0083/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: AGRO LIDER LTDA	
Valor.....: 45.936,00 (quarenta e cinco mil novecentos e trinta e seis reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015 Processo_Licitatório.....: 00051 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades de controle de Mosquito Borrachudo, realizado pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0084/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0084/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: LUCAS ROBERTO HELLER - ME	
Valor.....: 46.444,20 (quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0085/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0085/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: LUCAS ROBERTO HELLER - ME	
Valor.....: 56.800,80 (cinquenta e seis mil e oitocentos reais e oitenta centavos)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0086/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0086/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: LUCAS ROBERTO HELLER - ME	
Valor.....: 374.361,30 (trezentos e setenta e quatro mil trezentos e sessenta e um reais e trinta centavos)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0087/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0087/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: LUCAS ROBERTO HELLER - ME	
Valor.....: 40.318,40 (quarenta mil trezentos e dezoito reais e quarenta centavos)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0088/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0088/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: LUCAS ROBERTO HELLER - ME	
Valor.....: 58.508,80 (cinquenta e oito mil quinhentos e oito reais e oitenta centavos)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0089/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 089/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: TRANSPORTES NATALIO LTDA ME	
Valor.....: 52.830,00 (cinquenta e dois mil oitocentos e trinta reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC ERRATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 0079/2015**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na Edição de número 1708, página 251, do dia 23/03/2015, no extrato do contrato nº 0079/2015, referente ao Processo Licitatório nº 0011/2015;

Onde se lê:

VALOR: 374.361,30 (trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta centavos)

Leia-se:

VALOR: 50.837,70 (cinquenta mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta centavos)

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C144

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº.: TA 001/2015 C144 - Contrato Nº: 0144/2013	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA - EPP	
Valor.....: 0,00 (zero)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 30/04/2015	
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2013 Processo_Licitatório.....: 00051 / 2013	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aditamento do valor de R\$ 3.185,62 (três mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), pela inclusão na obra, em conformidade com a solicitação, justificativas, parecer técnico e parecer jurídico em anexo, e, ainda, a autorização legal prevista no Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93.	
Capinzal, 24 de Março de 2015	

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C184

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: TA 001/2015 C184 - Contrato Nº: 0184/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: NG QUADRATEC CONSTRUÇOES ESPORTIVAS LTDA - EPP
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/07/2015
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
10/2014 Processo_Licitatório.....: 000115 / 2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação da
vigência do contrato original, com termo final na data de 23/07/2015,
conforme solicitação da empresa responsável, da secretaria responsável
e parecer jurídico em anexo.

Capinzal, 24 de Março de 2015

Catanduvras**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.055, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº 2.055, de 18 de fevereiro de 2015.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras -SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103, c/c alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal; art. 2º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e art. 182, § 3º, art. 30, e art. 5º, XXIV, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina, mantém em funcionamento no Perímetro Urbano desta cidade de Catanduvras-SC, uma Subestação de Energia Elétrica, sendo que atualmente executa projeto de instalação de uma Rede de Distribuição, visando o abastecimento da indústria de alimentos Aurora, localizada no município de Joaçaba-SC;

CONSIDERANDO, que o projeto de instalação prevê que o traçado da rede se estenda pelo perímetro urbano dessa cidade, iniciando-se pela Rua Rui Barbosa, e seguindo pelo seu prolongamento, sobre as chácaras urbanas pertencentes às famílias Giacomini/Bortolon, Paviani, Paganini e Ozório, até alcançar a rua central do Loteamento Colina Verde;

CONSIDERANDO, que há na atualidade uma crescente demanda de acesso a: a) ao Loteamento Colina Verde (Imobiliária Casa-grande) e adjacências; b) propriedades agrícolas; c) futuro loteamento industrial da família Breda e d) outros usuários, em face das restrições apontadas pelo DNIT no que diz ao acesso pela Rodovia BR 282, desde a Estrada Municipal Fazendinha, prolongando-se até o trevo de acesso a Jaborá;

CONSIDERANDO, ainda, que em face da existência de áreas urbanas ainda não loteadas, naquela Região, haverá ampliação da demanda por acesso viário.

CONSIDERANDO, que, por outro viés, o prolongamento da Rua Rui Barbosa até alcançar o Loteamento "Colina Verde" mostra-se natural e imprescindível ao escoamento viário daquela região até o Centro da cidade de Catanduvras, já contando este prolongamento com a Rede de Energia Elétrica constante do projeto da Celesc;

CONSIDERANDO, que, com a construção do viaduto sobre a Rod. BR 282, no Km 409,5, dentro do Perímetro Urbano de Catanduvras -SC, haverá a facilitação do acesso aos moradores do Loteamento Colina Verde e adjacências e outros citados acima, seguindo-se pela Rua Rui Barbosa;

CONSIDERANDO, que o prolongamento da Rua Rui Barbosa, se estende sobre o terreno constante da Matrícula nº 0836, pertencente a Pedrinho Giacomini e Lucimar Fátima Bortolon; pelo terreno constante da Matrícula nº 0776, pertencente a Pedro Paviani, ou a quem de direito; pelo terreno constante da Matrícula nº 2.311, denominado "Colônia Três Irmãos", pertencente a Adão Pedro Paganini e outros; e pelo terreno constante da Matrícula nº 1.598, pertencente a Antonio Ozório Neto e outros, todos registradas no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvras-SC;

CONSIDERANDO, que diante da situação acima descortinada, para facilitar a mobilidade urbana, e a implantação de obras de infraestrutura, outra solução não há senão em promover-se a

expropriação do traçado da Rua em cada uma das áreas acima descritas e que compete ao Município, de acordo com o previsto na alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal, promover a desapropriação;

CONSIDERANDO, que em procedimento administrativo prévio, restou indicado objetivamente: a) a adequação e a necessidade das áreas a serem desapropriadas para a satisfação da necessidade coletiva de Catanduvas-SC, para ordenar e possibilitar obras de infraestrutura no referido prolongamento da Rua; e b) os encargos a que deve satisfazer e os recursos econômico-financeiros de que dispõe o Município;

CONSIDERANDO, a existência de situação fática configurando causa jurídica hábil a acarretar a expropriação do bem, como a elencada na letra "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como a existência da necessidade, adequação e proporcionalidade;

CONSIDERANDO, a não existência de outra solução dotada de menor lesividade, tanto ao interesse do expropriado, tanto quanto aos interesses públicos municipais;

CONSIDERANDO, a existência de autorização orçamentária constante do Orçamento Municipal do exercício de 2015, cumprindo assim com as determinações constante do art. 167, I e II da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO, finalmente, que da mesma forma, Decretos Municipais próprios, haverão de proceder a desapropriação dos demais trechos do prolongamento da Rua; e a natureza constitutiva do presente ato,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a ser efetivada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por ser necessário à mobilização urbana e obras de infraestrutura, parte da área do imóvel situado no prolongamento da Rua Rui Barbosa, nesta cidade de Catanduvas-SC, assim descrito: "Um terreno com área irregular localizado no prolongamento da Rua Rui Barbosa, nesta cidade de Catanduvas-SC, com área superficial de 2.316,23m² (dois mil, trezentos e dezesseis metros e vinte e três centímetros quadrados), com topografia média-plana e as seguintes medidas topográficas e confrontações: "Partindo do marco 10, deste, segue por linha seca, dividindo-o com o IMÓVEL RURAL 0776 EDSON PAVIANI, GERSON PAVIANI, SIMONE PAVIANI LUVISON, RONALDO LUVISON, USUFRUTUÁRIOS: PEDRO PAVIANI E LOURDES GASPARINI PAVIANI (PROLONGAMENTO DA RUA RUI BARBOSA); Daí segue por linha seca confrontando com o IMÓVEL RURAL 0776 EDSON PAVIANI, GERSON PAVIANI, SIMONE PAVIANI LUVISON, RONALDO LUVISON, USUFRUTUÁRIOS: PEDRO PAVIANI E LOURDES GASPARINI PAVIANI (PROLONGAMENTO DA RUA RUI BARBOSA) com o azimute de 81º59'50" e a distância de 22,16 m. até o marco '5' (E=433654.289 m e N=7004496.690 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL MATRÍCULA 2.311 ADÃO PEDRO PAGANINI, SÔNIA DE FÁTIMA BAZANELLA PAGANINI, GESSY PAGANINI, TEREZINHA APARECIDA DE QUADROS PAGANINI, JAIR PAGANINI com o azimute de 197º29'59" e a distância de 113,52 m até o marco '4' (E=433620.155 m e N=7004388.429 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL MATRÍCULA 2.311 ADÃO PEDRO PAGANINI, SÔNIA DE FÁTIMA BAZANELLA PAGANINI, GESSY PAGANINI, TEREZINHA APARECIDA DE QUADROS PAGANINI, JAIR PAGANINI com o azimute de 107º30'24" e a distância de 8,87 m até o marco '3' (E=433628.598 m e N=7004385.765 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL MATRÍCULA 1.598 ANTONIO OZÓRIO NETO E EDITE RUDOLF OZORIO (PROLONGAMENTO DA RUA RUI BARBOSA com o azimute de 268º45'00" e a distância de 30,47 m até o marco '11' (E=433598.135 m e

N=7004385.100 m); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL MATRÍCULA 2.311 ADÃO PEDRO PAGANINI, SÔNIA DE FÁTIMA BAZANELLA PAGANINI, GESSY PAGANINI, TEREZINHA APARECIDA DE QUADROS PAGANINI, JAIR PAGANINI com o azimute de 17º29'59" e a distância de 113,77 m até o marco '10' (E=433632.346 m e N=7004493.605 m), início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área de 2.316,23 m².

Art. 2º De acordo com o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, justifica-se a dimensão da área a ser desapropriada, pela necessidade de abranger toda a área relativa ao prolongamento da Rua Rui Barbosa, no limite do imóvel.

Art. 3º Em face de a área ora desapropriada integrar o sistema viário urbano do município, como acima consta, bem como a necessidade de se proceder ao seu nivelamento definitivo para a instalação da rede no leito definitivo da Rua Rui Babosa, EMITE-SE o MUNICÍPIO NA POSSE PROVISÓRIA da área do imóvel acima descrita de acordo com o disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a proceder e promover os atos subsequentes ao presente decreto expropriatório, destinados à formalização da desapropriação propriamente dita, convocando-se o proprietário do imóvel a ser expropriado para, no processo administrativo, norteado das garantias constitucionais, em que poderão ser discutidos temas pertinentes, dirimir eventuais pontos controvertidos, notadamente, a tentativa de formalização de acordo com a dispensa de indenização.

Art. 5º Fica afetada como bem de uso comum do povo, a área desapropriada, à manutenção do prolongamento da Rua Rui Barbosa.

Art. 6º Atribui-se, para efeitos meramente fiscais, o valor da área expropriada, em R\$ 23.162,30 (vinte e três mil, cento e sessenta e dois reais e trinta centavos), de acordo com os parâmetros encontrados pela Comissão de Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 2.019, de 10 de outubro de 2014.

Art. 7º As despesas decorrentes do cumprimento da presente medida, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
15.451 Infraestrutura Urbana
15.451.0046 SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA
15.451.0046.1.0037000 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS

Art. 8º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 18 de fevereiro de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE/2015

Página: 1 de 2
24/03/2015 09:27

Camara Municipal de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			%	Até o Bimestre (c)	SALDO
			No Bimestre (b)	(b/a)	(c/a)			
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	122.130,86	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	-	-	-	-	-	-	122.130,86	-122.130,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-

Camara Municipal de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	1.214.100,00	1.214.100,00	123.745,97	123.745,97	1.090.354,03	122.130,86	122.130,86	1.091.969,14	132.196,79
Despesas Correntes	979.800,00	979.800,00	121.974,37	121.974,37	857.825,63	120.359,26	120.359,26	859.440,74	130.425,19
Pessoal E Encargos Sociais	703.326,00	703.326,00	97.400,44	97.400,44	605.925,56	97.400,44	97.400,44	605.925,56	107.466,37
Outras Despesas Correntes	276.474,00	276.474,00	24.573,93	24.573,93	251.900,07	22.958,82	22.958,82	253.515,18	22.958,82
Despesas De Capital	234.300,00	234.300,00	1.771,60	1.771,60	232.528,40	1.771,60	1.771,60	232.528,40	1.771,60
Investimentos	234.300,00	234.300,00	1.771,60	1.771,60	232.528,40	1.771,60	1.771,60	232.528,40	1.771,60
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(XI)(VIII+IX)	1.214.100,00	1.214.100,00	123.745,97	123.745,97	1.090.354,03	122.130,86	122.130,86	1.091.969,14	132.196,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(XI+XII)	1.214.100,00	1.214.100,00	123.745,97	123.745,97	1.090.354,03	122.130,86	122.130,86	1.091.969,14	132.196,79
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	1.214.100,00	1.214.100,00	123.745,97	123.745,97	1.090.354,03	122.130,86	122.130,86	1.091.969,14	132.196,79

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Mar/2015, 09h e 21m.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Página: 1 de 1
24/03/2015 09:28

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA Legislativa	1.214.100,00	1.214.100,00	123.745,97	123.745,97	100,00	1.090.354,03	122.130,86	122.130,86	100,00	1.091.969,14
Ação Legislativa	1.214.100,00	1.214.100,00	123.745,97	123.745,97	100,00	1.090.354,03	122.130,86	122.130,86	100,00	1.091.969,14
DESPESAS INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	1.214.100,00	1.214.100,00	123.745,97	123.745,97	100,00	1.090.354,03	122.130,86	122.130,86	100,00	1.091.969,14

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Mar/2015, 09h e 23m.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VII(LRF, Art.53, inciso V)									
Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS									
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Em 31 de dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Em 31 de dezembro de 2014
	Em Exercícios Anteriores						Em Exercícios Anteriores		
									Saldo Total (a+b)
Não existem registros a serem impressos.									
LEGISLATIVO									
Poder Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Mar/2015, 09h e 23m.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Página: 1 de 2
24/03/2015 09:28

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		0,00			
Previsão Atualizada da Receita		0,00			
Receitas Realizadas		0,00			
Déficit Orçamentário		122.130,86			
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)					
DESPESAS					
Dotação Inicial		1.214.100,00			
Créditos Adicionais		0,00			
Dotação Atualizada		1.214.100,00			
Despesas Empenhadas		123.745,97			
Despesas Liquidadas		122.130,86			
Despesas Pagas		122.130,86			
Superávit Orçamentário		-			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre			
Despesas Empenhadas		123.745,97			
Despesas Liquidadas		122.130,86			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL					
Receita Corrente Líquida		0,00			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre			
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no	Resultado Apurado	% em Relação a Meta	
		Anexo de Metas	Até o Bimestre		
		Fiscais da LDO			
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-85.423,71		
Resultado Primário		0,00	-122.130,86		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo
			até o bimestre	até o bimestre	a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Executivo</i>		0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Legislativo</i>		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Executivo</i>		0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Legislativo</i>		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2 de 2
24/03/2015 09:28

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre			
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%		
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio				
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida	1.771,60	232.528,40		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00		0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Mar/2015, 09h e 24m.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 02 CONTRATO 13/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 02 AO CONTRATO Nº. 13/2014.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a Empresa JUCINEIA ZANTEDESCHI 00948151943 com sede na(o) Rua Águas de Chapecó nº 203E, Bairro Eldorado no Município de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.368.445/0001-94 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 02/2014, Pregão Presencial Nº 02/2014, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2014, visando a correção dos valores, de conformidade com as normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 3,82% (três vírgula oitenta e dois por cento) correspondente ao índice IGPM/IBGE acumulado nos últimos 12 meses (março/2014 a fevereiro/2015). Com o acréscimo o valor mensal dos serviços passa de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) para R\$ 1.453,48 (um mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos) mensais, de conformidade com a Cláusula Quinta do contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 10 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA	JUCINEIA ZANTEDESCHI
Prefeito Municipal	00948151943
	Contratada

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

ADITIVO 03 CONTRATO 09/2013

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 03 AO CONTRATO Nº. 09/2013

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa MEDTAB SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA, com sede na(o) Rua XV de novembro nº 720 sala 01, centro no Município de São Carlos - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.831.954/0001-95, neste ato representado por seu representante legal Senhor FÁBIO BET, resolvem, aditar o Contrato Originário nº 09/2013 vinculado ao Processo de Licitação Nº. 05/2013, CONVITE P/COMPRAS E

SERVICOS Nº 01/2013, visando à correção dos valores, sujeição às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 3,82% (três vírgula oitenta e dois por cento) correspondente ao índice IGPM acumulado nos últimos 12 meses (março/2014 a fevereiro/2015). Com o acréscimo o valor mensal dos serviços passa de R\$ 1.588,52 (um mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 1.649,20 (um mil seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos) mensais, de conformidade com a Cláusula Quinta do contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 10 de março de 2015.

VILMAR FOPPA	MEDTAB SEGURANÇA NO
Prefeito Municipal	TRABALHO LTDA
Contratada	

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

ADITIVO 05 CONTRATO 18/2012

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 05 AO CONTRATO Nº. 18/2012.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a Pessoa Física FABRICIO LUCAS ZAMADEI, residente na(o) Rua José Marcon, Nº 115 E, na Cidade de Chapecó - SC, inscrito no CPF sob o nº. 056.524.269-50, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, de comum acordo, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2012, visando a correção dos valores, de conformidade com as normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas..

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento) correspondente ao índice IPCA/IBGE acumulado nos últimos 12 meses (março/2014 a fevereiro/2015). Com o acréscimo o valor mensal dos serviços passa de R\$ 2.139,90 (dois mil cento e trinta e nove reais e noventa centavos) para R\$ 2.299,32 (dois mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos) de conformidade com a Cláusula Quinta do contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os

representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 10 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA F
Prefeito Municipal

ABRÍCIO LUCAS ZAMADEI
Contratado

Testemunhas:

1) Nome:

2) Nome:

CPF:

CPF:

ADITIVO 05 CONTRATO 15/2012

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 05 AO CONTRATO Nº. 15/2012.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a Pessoa Física MARINA PIZZI, com sede na(o) Rua Dom Pedro I nº 748D, na Cidade de Chapecó - SC, inscrita no CPF sob o nº. 009.649.989-39, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2012, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 3,82% (três virgula oitenta e dois por cento) correspondente ao índice IGPM acumulado nos últimos 12 meses (março/2014 a fevereiro/2015). Com o acréscimo o valor mensal dos serviços passa de R\$ 2.004,65 (dois mil quatro reais e sessenta e cinco centavos) para R\$ 2.081,22 (um mil oitenta e um reais e vinte e dois centavos) mensais, de conformidade com a Cláusula Quinta do contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 10 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

MARINA PIZZI
Contratada

Testemunhas:

1) Nome:

2) Nome:

CPF:

CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO 19/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 19/2015

Edital: Pregão Presencial Nº.: 09/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - (SCFV).

Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 07 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 07 de Abril de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Condá, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 24 DE MARÇO DE 2015.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA RP 07/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº.: 07/2015

Detentora: TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI – EPP.

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGENS FISCALIZADA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade Estimada	Valor Unit.	Valor Total	
1	Semente de aveia preta fiscalizada	Kg	RZ Embrapa 139	55.000	1,13	62.150,00	

Vigência : Início : 20/03/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 03/2015.

CAXAMBU DO SUL, 20 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 08/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº.: 08/2015

Detentora: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA.

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGENS FISCALIZADA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade Estimada	Valor Unit.	Valor Total	
2	Semente de aveia branca fiscalizada	Kg	URS GURIA	20.000	0,98	19.600,00	

Vigência : Início : 20/03/2015 Término : 31/12/2015.
Licitação.....: Pregão Presencial nº 03/2015.

CAXAMBU DO SUL, 20 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

LEI 1.340/2015

LEI Nº 1.340/2015

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO VII DA LEI MUNICIPAL Nº 811, DE 22/07/1996, QUE INSTITUIU O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

VILMAR FOPPA, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. O inciso VII, do artigo 3º, da Lei Municipal nº 811, de 22 de julho de 1996, que instituiu o Fundo Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

VII - Assinar toda a documentação do Fundo Municipal de Saúde, com exceção de cheques, vez que estes serão assinados pelo Prefeito Municipal e pelo responsável pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 24 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

LEI 1.341/2015

LEI Nº 1.341/2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL À FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE CAXAMBU DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado mediante Convênio de Cooperação, conceder Subvenção Social à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Selvino Burtet, Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 82.804.592/0001-69, na forma prescrita no art. 16 da Lei nº 4.320/64, destinada a custear despesas com manutenção visando à continuidade dos serviços médico/hospitalar essencial ao atendimento geral da população do Município de Caxambu do Sul/SC. Parágrafo Único - Fica a Fazenda Pública Municipal autorizada a despesar, com a Subvenção Social, a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), em 02 (Duas) parcelas no importe de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) cada uma, sendo a primeira repassada no dia 31.03.2015, e a segunda no dia 30.04.2015, para atender aos custos de manutenção dos serviços mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º O instrumento de convênio será firmado pelo prazo de 90 (Noventa) dias, sendo admitida a prorrogação, por igual período,

mediante a celebração de Termo Aditivo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unid. Orçamentária: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: 2003 - Manutenção Geral da Secretaria de Administração

Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos/ Recursos Ordinários

Valor: 60.000,00
(Sessenta mil reais)

Art. 4º Para recebimento dos recursos, a Fundação deverá protocolar junto ao Poder Executivo Municipal, processo de habilitação contendo:

a) Termo de Convênio devidamente assinado;

b) Plano de Aplicação;

c) Cópia do Estatuto Social;

d) Cópia do CNPJ atualizado;

e) Ata da eleição e posse da atual Diretoria, devidamente registrada;

Art. 5º A prestação de contas deverá ser na forma e prazo definidos no instrumento de convênio.

Art. 6º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, na Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2015, aprovada pela Lei Municipal nº 1.334/14, de 07 de novembro de 2014, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unid. Orçamentária: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: 2003 - Manutenção Geral da Secretaria de Administração

Modalidade/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos/ Recursos Ordinários

Valor: 60.000,00
(Sessenta mil reais)

Art. 7º Para fazer frente ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 6º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação Orçamentária conforme segue:

D.R	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
0.1.00	Recursos Ordinários	60.000,00
VALOR TOTAL		60.000,00

Fonte: Setor Contabilidade - Município de Caxambu do Sul-SC

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 24 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

LEI 1342/2015

LEI Nº 1.342/2015

"DISPÕE SOBRE INSERÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSO NO PPA 2014/2017, LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2015 E AUTORIZA REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à inclusão da Modalidade de Aplicação de Recursos 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe no Plano Plurianual - PPA 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 1.278/2013, de 03 de junho de 2013, na Ação nº 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal.

Art. 2º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à inclusão da Modalidade de Aplicação de Recursos 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, do exercício de 2015, aprovada pela Lei Municipal nº 1.321/2014, de 14 de julho de 2014, na Ação nº 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal.

Art. 3º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à inclusão da Modalidade de Aplicação de Recursos 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe na Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2015, aprovada pela Lei Municipal nº 1.334/2014, de 07 de novembro de 2014, na Ação nº 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal.

Art. 4º. - Resta autorizado o Executivo Municipal a proceder suplementação de Dotação no Orçamento Geral do Município de 2015, no valor de R\$ 2.280,00 (Dois mil, duzentos e oitenta reais), na seguinte Dotação Orçamentária:

Entidade: 02 - CÂMARA MUNICIPAL

Órgão: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unid. Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Processo Legislativo

Atividade: 2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Modalidade/Recurso: 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe / Recursos Ordinários

Valor:R\$ 2.280,00 (Dois mil, duzentos e oitenta reais)

Art. 5º. - Como contrapartida das suplementações de que trata o art. 4º da presente, serão utilizados os recursos provenientes da anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unid. Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Processo Legislativo

Atividade: 2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00 - Aplicação Direta / Recursos Ordinários

Valor:R\$ 2.280,00 (Dois mil, duzentos e oitenta reais)

Art. 6º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 24 de março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 173/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº. 173/2015
CONSTITUI COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com as disposições do art. 9º da Lei Federal nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e inciso I do art. 14 do Decreto Federal nº 5.209 de 17 de setembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 10.836/2004;

RESOLVE:

Art.1º Constituir Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família, do Município de Chapadão do Lageado/SC.

Art. 2º Para compor o Comitê de que trata o art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

- a) Cleide Joanita Machado Franzen - Enfermeira - Matrícula nº 2273/05
- b) Jaciara Rode Assing- Operadora master sisvan- Matrícula nº 2639/01

II - Representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social e CRAS:

- a) Adriana Martins - Operador Master CadÚnico - Matrícula nº 2421/04
- b) Simone Iara da Silveira- Assistente Social- Matrícula nº 2606/01
- c) Deize Regina dos Santos Cruz- representante CRAS- Matrícula nº1131/01

III - Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes:

- a) Meirelein Grach Machado - Operadora Master - Matrícula nº 1575/06

Art. 3º O Comitê nomeado no art. 2º do presente Decreto, terá como responsabilidade informar os dados solicitados pelos aplicativos dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação.

§ 1º Trocar informações entre os diferentes setores (saúde, assistência social e educação) para avaliar as ações efetuadas e manter os dados atualizados garantindo o fluxo de informações, junto aos respectivos Ministérios.

§ 2º Os representantes de cada secretaria têm o dever de informar os dados com fidedignidade pertinente a cada área, conforme Lei Federal nº 10.836, 09 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.209 de 17 de setembro de 2014.

Art. 4º O Comitê deverá reunir-se trimestralmente ou extraordinariamente em casos excepcionais.

Art. 5º A função dos representantes do Comitê Gestor Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família é considerado serviço de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

171.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 171/2015

- Considerando, os efeitos da Portaria n. 141/2015 de 02/03/2015, que concede Licença Maternidade , a Servidora Publica Julie Mara de Oliveira.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 01/2014/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário MAIRA WEISS, para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 20 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Artes nas turmas do 1º ao 5º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental, pelo período de 24.03.2015 a 29.06.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 24 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

172.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 172/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 01/2014/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário MAIRA WEISS, para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 10 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Artes na área de Educação Infantil na turma do Pré Escolar, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 24.03.2015 a 18.12.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 24 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

174.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 174/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Auxiliar Administrativo, ALINE DA SILVEIRA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 27 de março de 2015, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de março de 2015.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em Exercício.

175.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 175/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Publico nº. 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato aprovado no Concurso Público nº. 02/2014, para preenchimento do cargo de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de março de 2015.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO

CLAS.	NOME	CARGO
4º	Jair Correia	Operador de Equipamento – 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 24 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL Nº 02/2015 - SMECE

estado de santa catarina
municipio de chapadão do lageado
EDITAL Nº 02/2015 - SMECE

ORLANDO PAUL, Prefeito Municipal em Exercício de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 085/99 e alterações posteriores, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009, torna público pelo presente Edital, as normas para Chamada Pública, em razão de esgotamento da listagem de classificados no Processo Seletivo Nº 01/2014/SMECE.

A chamada para admissão em caráter temporário (ACT), havendo esgotamento da lista de classificados no processo seletivo Edital nº 01/2014/SMECE será feita mediante Chamada Pública, a ser expedida pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, que deverá ser amplamente divulgada, utilizando-se dos meios disponíveis (site oficial da Prefeitura, mural público, escolas, radio, entre outros).

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES divulgará o quadro de vagas, a carga horária, o local de trabalho e o motivo da contratação.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, no mesmo ato, expedirá Chamada Pública, convocando os candidatos que manifestarem interesse em assumir as vagas disponíveis, dentro de suas habilitações, respeitados todos os critérios e pré-requisitos no Edital.

A Comissão Especial designada pela Portaria nº 163/2015, responsável pela operacionalização do Edital nº 02/2015 - SMECE deverá proceder à chamada Pública das vagas remanescentes após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram vaga.

Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no dia 30.03.2015 (segunda-feira) às 09h00min, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação, comprovante de tempo de serviço no município (se houver) e/ou comprovante de tempo de atuação na disciplina da vaga pleiteada, emitido pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura.

Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes candidatos obedecerá aos seguintes critérios:

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS:

1º Diploma de Licenciatura Plena, na disciplina da vaga;

2º Certificado de Ensino Médio, frequentando Curso Superior, em Licenciatura Plena, na disciplina da vaga;

3º) Certificado de Ensino Médio, com Curso Superior em Licenciatura Plena, em qualquer disciplina e/ ou área de ensino;

4º) Certificado de Ensino Médio, frequentando Curso Superior em Licenciatura Plena, em qualquer disciplina e/ ou área de ensino;

5º) Certificado de Ensino Médio.

ANOS INICIAIS:

1º) Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia;

2º) Certificado de magistério, frequentando Curso Superior em Pedagogia;

3º) Certificado de magistério com Habilitação em anos iniciais;

4º) Certificado de Ensino Médio, frequentando Curso Superior em Pedagogia;

5º) Certificado de Ensino Médio, frequentando Curso Superior em Licenciatura Plena, em qualquer disciplina e/ ou área de ensino;

6º) Certificado de Ensino Médio.

Havendo dois ou mais candidatos classificados em um mesmo item acima, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior tempo de serviço na área de atuação e/ ou disciplina da vaga (mediante apresentação do respectivo comprovante);
- b) Maior tempo de serviço no Município de Chapadão do Lageado (mediante apresentação do respectivo comprovante);
- c) Maior idade.

Maiores esclarecimentos serão fornecidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Chapadão do Lageado, 24 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

CHAMADA PÚBLICA ACTS/2015
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

QUADRO DE VAGAS

FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	MOTIVO DA CONTRATAÇÃO
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	Escolas Municipais	20	Substituição em razão de Licença Gestação.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	Escolas Municipais	15	Substituição em razão de Licença Tratamento de Saúde.

Comunicamos aos candidatos interessados que a chamada pública será realizada na data, horário e local abaixo informado:

Data: 30/03/2015 (segunda-feira)

Horário: às 9:00 horas

Local: Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Município de Chapadão do Lageado, situada na Rua Alan Regis Inácio, Centro. (atrás da Prefeitura)

Chapadão do Lageado, 24 de março de 2015.

EMERSON HOFFMANN

Secretário de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 22/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 22/2015.

Vigência: 18/03/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 87/2014.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Recauchutadora de Pneus Neri Ltda EPP
Valor: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais);

Objeto: O presente contrato tem por objeto para contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município, de acordo com as especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca
1	RECAPAGEM DE PNEU 1400X24 COM NO MINIMO 34CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 9CM DE LARGURA DE GARRA. 24 LONAS	Un	2,00	Levorin
2	DUPLAGEM DE PNEU 1400X24	Un	2,00	Rubbernew
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400X24	Un	4,00	Rubbernew
9	RECAPAGEM DE PNEU 215/75R17,5 BORRACHUDO FRIO COM 15MM DE 13,5MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	Un	12,00	Rubbernew
10	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75R17,5	Un	6,00	Rubbernew

DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 23/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 23/2015.

Vigência: 23/03/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 15/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JHM Movimentações Terrestres Ltda ME
Valor: R\$ 14.578,94 (quatorze mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Objeto: O presente contrato tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa à contratação de serviços de horas de escavadeira hidráulica, com fornecimento pela contratada de operador habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
2	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, COM NO MINIMO 13 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTIVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	Hr	76,8

DATA DA ASSINATURA: 23 de março de 2015.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 24/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 24/2015.
Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015
Processo Licitatório nº 28/2015.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JARDEL BATISTI ME
Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais);
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de madeira serrada quadrada e em pranchas a serem utilizadas na construção de pontes e bueiros nas localidades do Município, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde
1	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA QUADRADA 12 x 8 COM 3,5 MT DE	m³	2,00
2	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA EM PRANCHAS 6 x 30 COM 4,00 MT DE COMPRIMENTO.	m³	12,00

DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2015.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em exercício

Cocal do Sul**PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/PMCS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Fraldas Geriátricas e Infantis, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 23/04/2015.

Abertura: Dia 23/04/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 24 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PMCS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços, para aquisições futuras, de paver e pisos de concreto, para uso na manutenção de ruas e calçadas do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 09/04/2015.

Abertura: Dia 09/04/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 24 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2015-PMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 3/2015 - PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de material de expediente, de artesanato e didático para a Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e suas unidades, com recursos oriundos dos convênios (IGD/PBF, PAIF, SCFV, PAEFI, PAC I), estaduais (Básica Custeio, CREAS Custeio e Abrigo Custeio) e suas reprogramações. Conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 14/04/2015

Início da Sessão: dia 14/04/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 24 de março de 2015.

LAURI GARBOSSA

Secretário SEDES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO-FMAS SC VINCULOS 2ª 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/PVB-SCFV, repasse no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), referente programa Fortalecimento de Vínculos.

Concórdia SC, 24 de março de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor e Ordenador do FMAS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2015

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Eliza Tebaldi Borsatti, Diretora de Finanças, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 24 de março de 2015, referente a prestação de assistência técnica para leitura e elaboração de quesitos, emissão de parecer

técnico e acompanhamento geral referente a produção de prova pericial junto aos autos dos processos judiciais nº 019.11.001.195-1 e nº 019.11.000.152-1, a favor do senhor: ANTONIO CARLOS COELHO, no valor total de R\$ 7.990,00 (sete mil e novecentos noventa reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 2618/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.618, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, o servidor ANDERSON GUZZATTO.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor ANDERSON GUZZATTO, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de março de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

DECRETO 2619/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.619, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, o servidor FRANCISCO LUIZ CAMPANIN.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor FRANCISCO LUIZ CAMPANIN, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de março de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015

PROCESSO Nº 01/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

OBJETO: Credenciar empresas de rádio e de jornal para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

ABERTURA DO CREDENCIAMENTO: a partir de 26 de abril de 2015.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: www.cvc.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 - Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2524.

Concórdia SC, 23 de março de 2015.

MAURO MENDES

Presidente

RESOLUÇÃO 407/2015

RESOLUÇÃO Nº 407, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Constitui comissão para recebimento e análise das solicitações de credenciamento de empresas de rádio e de jornal para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para recebimento e análise das solicitações de credenciamento de empresas de rádio e de jornal para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 2º Nomear os servidores Neuri Comin, Zenite T. Michelin Farina e Edila Gracieli Souza, para comporem a comissão.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º A Comissão deverá analisar a documentação apresentada pelos interessados de acordo com o que dispõe o Edital de Credenciamento nº 1/2015, a Lei Federal nº 8.666/93 e legislação pertinente à matéria.

Parágrafo único. Julgada regular a documentação, a Comissão providenciará a elaboração e assinatura do Contrato de Credenciamento.

Art. 4º A Comissão terá amplo poderes para resolver os casos omissos no Edital de Credenciamento nº 1/2015.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 18 de março de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

Cordilheira Alta**PREFEITURA****DECRETO N. 122/2015**

DECRETO Nº 122/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil, reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.032 - Ampliação e Manutenção do Sistema Municipal de Água.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 113

Fonte de Recursos: 1.0.00 - Ordinários - R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 09 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 131/2015

DECRETO Nº 131/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. VALDEMAR NECKER DE MOURA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 132/2015

DECRETO Nº 132/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI , lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 133/2015

DECRETO Nº 133/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. ANA PAULA BIESSEK , lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 134/2015

4CRETO Nº 134/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. ARLETE DAL SANTO GROLLI , lotada na Secretaria Municipal de Educação, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 135/2015

DECRETO Nº 135/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. OSMAR BREANCINI, ocupante do cargo de Motorista , lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente , por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 136/2015

DECRETO Nº 136/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. FABIANO MORESCO, ocupante do cargo de Motorista , lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura , por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 137/2015

DECRETO Nº 137/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista , lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura , por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 138/2015

DECRETO Nº 138/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. MIGUEL DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura , por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 139/2015

DECRETO Nº 139/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. JOÃO DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura , por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 140/2015

DECRETO Nº 140/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 141/2015

DECRETO Nº 141/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. MÁRCIA ZANETTE Assistente de Farmácia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 142/2015

DECRETO Nº 142/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. MÁRCIA DALAGASPERINA BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 624/2013.

Art. 4º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 143/2015

DECRETO Nº 143/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 147/2015

DECRETO Nº 147/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1141/2015,

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.018 - Pavimentação Asfáltica.
Modalidade de Aplicação: 449000 - 97
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 143.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade : 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.
Modalidade de Aplicação: 329000 - 141
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 60.000,00

Projeto/Atividade : 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.
Modalidade de Aplicação: 329000 - 142
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 83.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

LEI N. 1141/2015 " ABERTURA CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

LEI N. 1141, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.018 - Pavimentação Asfáltica.
Modalidade de Aplicação: 449000 - 97
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 143.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade : 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 - 141

Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 60.000,00

Projeto/Atividade : 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 - 142

Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 83.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 016/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 016/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.
MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015. NÚMERO CONTRATO: 006/2015
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/02/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental do Município de Coronel Martins, na linha 02 (dois), a que se refere o item 2 (dois)- DO OBJETO- do edital do Pregão Presencial nº 002/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 006/2015, firmado em 20 de fevereiro de 2015, fica corrigido a partir desta data, no percentual de 5,63% (cinco inteiros e sessenta e três centésimos por cento), cujo valor passará a ser de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos), por quilômetro rodado, perfazendo um total de 97,1 (noventa e sete quilômetros e cem metros) Km/dia, conforme planilha de controle a ser controlada pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 15.249.189/0001-28
CONTRATADO: JOSETE SCHUSTER ZAPAROLI

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 018/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 018/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 033/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a aquisição de uma roçadeira para trator com deslocamento lateral, tamanho de 1,80cm, roda reguladora de altura de corte, carda com embreagem de proteção, trabalho centralizado e deslocado, carda com proteção plástica, corrente de corte para solo pedregoso, corrente de 3º ponto e proteção traseira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 02.730.048/0001-80
CONTRATADO: Altair Fabro & Cia Ltda Me.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 019/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 019/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO 2015.
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 036/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma ensiladeira 12 facas, com comando hidráulico, quebra grãos, produção de 20 a 30 toneladas por hora, rotação de tomada de força de 540RPM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 04.002.219/0001-80
CONTRATADO: Marisa Aparecida de Lima Bortoluzzi.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 020/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 020/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 037/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma carreta agrícola basculante hidráulica, fabricadas em chapa de aço, rodado tandem, capacidade mínima de 6 toneladas, engate rápido, pneus novos, pé de apoio regulável e móvel com espessura camisa pistão 111mm, espessura haste pistão 58mm, curso pistão 1,76m, medida chassi superior 50x200x50x350mmx1/4, medida chassi inferior 50x200x50x300mmx1/4, espessura assoalho 3mm, medidas assoalho 2000x3500, espessura tampas laterais 2mm, dimensões caçamba 2mx3,5x1,06 altura largura entre pneus: 2,35 e pintura em PU.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato- Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato- Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 05.852.250/0001-73
CONTRATADO: Vanderlei de Freitas Epp.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 021 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 021 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 035/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma grade aradora intermediária com controle remoto rodado simples, com pneus 7.50x16, pistão hidráulico de levante, mancal a graxa, com 16 discos de 26 polegadas, côncavos, com espaçamentos entre discos de 27 cm e uma plantadeira de arrasto, com reservatório de fertilizantes construído em polietileno anticorrosivo, acionado por rosca sem fim, com plataforma de operação e acesso. Possui reservatório de semente individual para cada linha de plantio, mecanismo dosador de sementes, universal, sistema de corte de palha com disco de corte, com pressão de corte e profundidade através de mola helicoidal. Com sistema de condução de fertilizantes através de sulcador pula pedra, com 4 linhas para o cultivo de milho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato- Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA: (1/2): 2 CNPJ: 02.730.048/0001-80
CONTRATADO: Altair Fabro & Cia Ltda Me

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 017/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 017/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 006/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/02/2013

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental do Município de Coronel Martins, na linha 3 (três), a que se refere o item 3 (três) do edital de Pregão Presencial nº 004/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 17.459.523/0001-01
CONTRATADO: ATILA JUNIOR ZAPAROLI.

PORTARIA Nº. 046 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 046 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

RATIFICA FÉRIAS JÁ GOZADAS POR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o cumprimento do período aquisitivo para gozo das férias;

Considerando que, efetivamente, a servidora gozou as férias nos dias 05/01/2015 a 03/02/2015 e, por lapso, não foi formulada portaria para concessão;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

RATIFICA:

Art. 1º As férias da servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, já gozadas no período de 05/01/2015 à 03/02/2015 (30 dias).

Nome	Cargo	Referência
Roseli Garbin	Servente	30/03/2013 à 27/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 13 de março de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO -
PROCESSO 17/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 17/2014
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 01239/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, ATRAVÉS DE CENTIMETRO/COLUNA, PRETO E BRANCO, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA - ME

CNPJ: 11.416.624/0001-00

Processo Licitatório nº 17/2014 - Pregão Presencial

Valor total: 79.000,00

Vigência: 31/03/2014 a 31/12/2015

Correia Pinto/SC 25 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
64/2015**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Link Máquinas S/A, com o valor total de R\$ 3.729,88 (Três mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MOTONIVELADORA VOLVO G930, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos";

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XIV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 24 de março de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XIV dou como aprovada.

Curitibanos, 24 de março de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 24 de março de 2015.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Ermo**PREFEITURA****LEI Nº 379, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

LEI Nº 379, de 24 de março de 2015.

Autoriza o Município de Ermo a Firmar Convenio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc de Criciúma em Conjunto com o Criciúma Esporte Clube e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Ermo autorizado a firmar convênio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC de Criciúma, em conjunto com o CRICIUMA ESPORTE CLUBE, para fins de estruturar e organizar escolinha de futebol com o fim de proporcionar formação/educação de atletas do Município voltados ao desenvolvimento do esporte amador.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores em caráter temporário, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para atendimento ao caput do artigo 1º e as atividades relacionadas à formação/educação de atletas do Município voltados ao desenvolvimento do esporte amador, até o limite das vagas, conforme especificado abaixo:

Nº de Vagas	Cargo	Carga horária	Vencimento (R\$)
02	Monitor	20 hs semanais	821,50

§ 1º A formação/educação de atletas de que trata o caput deste artigo, visa a participação do Município nos jogos Escolares da Região do Vale do Araranguá - JERVA, Moleque Bom de Bola e outros eventos esportivos do calendário Estadual e Regional, em que o Município vier a participar.

§ 2º A vigência dos contratos para os servidores a serem contratados para os cargos autorizados pela presente Lei limita-se a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 3º O servidor contratado temporariamente fica sujeito ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para efeito de vínculo empregatício e ao Regimento Geral da Previdência Social, para efeito da legislação previdenciária e Lei Municipal nº 120 de 03 de outubro de 2001.

Art. 4º A contratação poderá dar-se para o cumprimento de 20 ou 40 horas semanais, com a remuneração correspondente, sendo reajustada no mesmo índice e data dos servidores públicos municipais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de março de 2015.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 176/PMF/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 176/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 31/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/09/2015

3ª Publicação.

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
(Multientidades)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 49/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 24 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 063, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 063, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

APROVA O REGULAMENTO DO CONCURSO CULTURAL DE CONFEÇÃO DOS TRAJES DA RAINHA E PRINCESAS DA HEIMATFEST E NOMEIA COMISSÃO DE JULGAMENTO DO CONCURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento do concurso cultural de confecção dos trajes da rainha e princesas da Heimatfest.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a comissão de julgamento do concurso cultural de confecção dos trajes da Rainha e Princesas da Heimatfest:

- a) Anderson Wernke;
- b) André Zanoni;
- c) Andressa Westrup Wernke;
- d) Carlene da Silva Forgiarini;
- e) Carlos Alberto Arns Filho;
- f) Elisandra Colombo Donato;
- g) Jadna Colombo;
- h) Lilian Arns Topanotti;
- i) Marilda Casagrande Alexandre.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 063, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

REGULAMENTO DO CONCURSO CULTURAL**TRAJE DA RAINHA E PRINCESAS HEIMATFEST**

CLÁUSULA 1 - Este é um concurso de caráter exclusivamente cultural, sem qualquer modalidade de sorteio, pagamento ou premiação, nem vinculado à aquisição ou uso de qualquer bem, direito ou serviço, que será realizado no período de 01 a 30 de abril de 2015.

CLÁUSULA 2 - Podem participar do concurso: pessoas físicas com conhecimentos em moda e estilo.

CLÁUSULA 3 - Para participar, os interessados deverão desenhar as roupas da Rainha e das duas Princesas da VII Heimatfest - Festa das Origens que acontecerá em Forquilha de 08 a 12 de outubro de 2015. O material deve ser entregue na Secretaria de Cultura Esporte e Turismo (centro de eventos) junto com a ficha de inscrição até o dia 30 de abril de 2015. O material não será devolvido ao final do concurso.

CLÁUSULA 4 - Os participantes devem privilegiar e valorizar as etnia ALEMÃ, etnia colonizadora do município de Forquilha.

CLÁUSULA 5 - Os participantes deverão obrigatoriamente sugerir os acessórios, tecidos com amostra, cores e aviamentos do traje.

CLÁUSULA 6 - O traje da Rainha e das Princesas deve ser diferente um do outro.

CLÁUSULA 7 - A avaliação dos trajes será feita de forma coletiva, havendo apenas um vencedor com seu conjunto de três trajes.

CLÁUSULA 8 - A escolha dos vencedores do concurso será feita pela subcomissão de Rainhas e Princesas da VII Heimatfest e levará em conta os seguintes critérios: adequação ao tema da festa, criatividade e beleza.

CLÁUSULA 9 - A comissão se dá o direito de opinar junto ao vencedor sobre acessórios e pequenos detalhes do traje.

CLÁUSULA 10 - O vencedor terá as roupas confeccionadas e usadas pela Rainha e Princesas durante os dias da festa, divulgação nos meios de comunicação, durante as apresentações da Rainha e Princesas na festa o nome do vencedor será divulgado como criador dos trajes.

CLÁUSULA 11 - O vencedor do concurso autoriza o uso do seu nome e fotos nos materiais de divulgação do concurso e do resultado, sem ônus de espécie alguma para os seus organizadores.

CLÁUSULA 12 - O resultado do concurso será divulgado no dia 11 de Julho de 2015 durante a escolha da Rainha e Princesas da VII Heimatfest. O vencedor do concurso será chamado durante a realização do evento para apresentar os trajes de sua criação.

CLÁUSULA 13 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Julgadora deste regulamento.

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15PMF33

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF33
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : 5.637,00 (cinco mil seiscentos e trinta e sete reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 31/10/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA ATIVIDADES (OFICINAS) DESENVOLVIDAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF34

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF34
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: MARCELO DE OLIVEIRA TECIDOS - ME
Valor : 13.338,90 (treze mil trezentos e trinta e oito reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 31/10/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA ATIVIDADES (OFICINAS) DESENVOLVIDAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0005-2015 DOM

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0005/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2015 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de reforma do Estádio Macieirão Edir Preste Valin, com fornecimento de todo material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 10.04.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. Recursos: Convênio nº 1012398-24/2013, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério dos Esportes, representado pela Caixa Econômica Federal e de contrapartida Recursos Próprios 1.0800. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de março de 2015.
Ivo BIAZZOLO
Prefeito Municipal.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006_2015 RP 0003-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0006/2015 - FMS
Registro de Preços nº 0003/2015
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos, folders e cartazes, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, SAMU, CAPS e Laboratório Municipal de Próteses Dentárias. Validade da Ata de Registro de Preço: de abril a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 08.04.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de março de 2015.
Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040_2015-PMF RP 0022

Aviso do Pregão Presencial nº 0040/2015 - PMF
Registro de Preços Nº 0022/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais diversos de uso veterinário, para atendimento ao Programa de Inseminação Artificial, que faz parte do PISA - Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas. Validade da Ata de Registro de Preços: de abril a julho de 2015 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 08.04.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de março de 2015.
Ivo BIAZZOLO
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041_2015-PMF RP 0023

Aviso do Pregão Presencial nº 0041/2015 - PMF
Registro de Preços Nº 0023/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa para prestação de serviços de caminhão munck, para utilização Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão participante (SANEFRAI) durante o período de abril julho de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: de abril a julho de 2015 Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 09.04.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia

na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15PMF22 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF22
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: JULIO JENOVENCIO FERREIRA DOS SANTOS ME
Valor : 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA APRESENTAÇÃO DE CERIMONIAL, PROTOCOLO, GRAVAÇÃO DE ÁUDIO COM LOCUÇÃO PARA PRODUÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE CARÁTER INSTITUCIONAL, DESTINADA A DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS E CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPORTES, CULTURA, LAZER, OBRAS, SERVIÇOS, FESTIVIDADES MUNICIPAIS E OUTROS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE MARÇO A DEZEMBRO.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15PMF30 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF30
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : 12.599,15 (doze mil quinhentos e noventa e nove reais e quinze centavos)
Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS E DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL), NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15PMF31 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF31
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA
Valor : 4.289,58 (quatro mil duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)
Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS E DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS

DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL), NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15PMF32 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF32
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
Valor : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE AUM APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 55.000 BTUS PARA INSTALAÇÃO NA SEDE DA ORTIFRAI.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

DECRETO Nº 057/2015

DECRETO Nº 057, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA A PERMISSÃO DE USO DE CANAL 7 DA ESTAÇÃO RECEPTORA DE SINAIS DE TV VIA SATÉLITE OUTORGADA AO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 95, § 3º; Considerando o constante na instrução do Processo Administrativo nº 3660/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada, a TELEVISÃO XANXERÊ LTDA - RIC RECORD, inscrita no CPNJ sob n. 80.746.647/0001-04, a permissão de uso, a título precário, do Canal 7, outorgado ao município através da licença para serviço especial de repetição de televisão de estação receptora de sinais de TV transmitidos via satélite (Processo n. 80.217/80), por prazo indeterminado.

Art. 2º. A interessada deverá instalar transmissores e demais equipamentos, bem como realizar a manutenção, para propiciar a população fraiburguense sinal de qualidade, assumindo as demais obrigações constantes do PA n. 3660/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 24 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 058/2015

DECRETO Nº 058, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2285 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0900 (13)	R\$	100.000,00
Total	R\$	100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE MARÇO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE ACT Nº 008-2015 - PROFESSOR

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0008 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, nas funções públicas de PROFESSOR nas seguintes áreas de atuação e disciplina da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Atendimento Educacional Especializado e Intérprete de Libras quadro geral e quadro especial de inscrições. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 30 de março a 11 de dezembro de 2015, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 24 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0877/2015

PORTARIA Nº 0877, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de FATIMA APARECIDA CAMARGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 071.657.989-86, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0878/2015

PORTARIA Nº 0878, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de LURDES DE OLIVEIRA DE ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 649.920.639-34, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0879/2015

PORTARIA N.º 0879, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 022/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO ARCANGELO PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.637.899-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2015 até 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0880/2015

PORTARIA N.º 0880, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 0055/SAF/2003

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a data da publicação da portaria n.º 0055/SAF, de 27 de novembro de 2003 que exonerou o servidor ANDREY JULIANO CORRÊA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 020.358.689-12, nomeado para o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, ficando: Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2003, nesta Secretaria de Administração e Planejamento.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0055/SAF, de 27 de novembro de 2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0881/2015

PORTARIA N.º 0881, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.606.449-03, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15PMF18

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF18 - Contrato Nº: AT14PMF102

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES

ELÉTRICAS LTDA

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA.AT15PMF19

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF19 - Contrato Nº: AT14PMF115

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES

ELÉTRICAS LTDA

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 30/09/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA.AT15PMF20**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF20 - Contrato Nº: AT14PMF113
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 30/09/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA.AT15PMF21**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF21 - Contrato Nº: AT14PMF117
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA
Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 31/08/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF55**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF55 - Contrato Nº: CT14PMF141
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 10/04/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 10 DE ABRIL DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF56**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF56 - Contrato Nº: CT10PMF145
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2010
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 2.1 DO REFERIDO CONTRATO E ART. 65, INC. I, ALÍNEA "B" DA LEI 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO NO ITINERÁRIO 19B LINHA 3, REFERENTE AO ACRÉSCIMO NO TRAJETO DA LINHA, PASSANDO PELO ASSENTAMENTO DANDARA.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF57**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF57 - Contrato Nº: CT12PMF11
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/01/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2011
Objeto : CONFORME PREVISÃO DA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO EPIGRAFADO, FICA REAJUSTADO COM BASE NO IGP-M DOS ÚLTIMOS DOZE (12) MESES O VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA EDUCAÇÃO ESCOLA NO PERCENTUAL DE 3,8499%.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF58**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF58 - Contrato Nº: CT14PMF100
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 16/05/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:11/2014
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA PARA ATÉ A DATA DE 16 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF59**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF59 - Contrato Nº: CT14PMF111
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 29/05/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv.

Engenharia Nº.: 14/2014

Objeto : CONSIDERANDO QUE NÃO HOUVE AUTORIZAÇÃO DO BADESC PARA O INÍCIO DA OBRA, SENDO QUE OS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS ESTÃO SOB ANÁLISE DAQUELA AGÊNCIA DE FOMENTO, E, ESTANDO O MUNICÍPIO NO AGUARDO DA MANIFESTAÇÃO POR PARTE DO MESMO, RESOLVE PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 29 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF60**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF60 - Contrato Nº: CT14PMF186
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COOPERTRINTA-COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA

Valor : 4.323,00 (quatro mil trezentos e vinte e três reais)

Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 31/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 156/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, A PEDIDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 01.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF61**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF61 - Contrato Nº: CT14PMF166
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 28/05/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 21/2014

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA PARA ATÉ A DATA DE 28 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 24 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2015

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e, nos termos do artigo 32, IV, da Lei Orgânica do Município, eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, relativas ao exercício de 2013, consubstanciadas no Balanço Anual Consolidado e Relatórios do Controle Interno, de acordo com o Parecer Prévio nº 0068/2014, extraídos do Processo nº PCP - 14/00059949 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Fica a Presidência da Câmara Municipal de Fraiburgo autorizada a comunicar ao Tribunal de Contas Estado de Santa Catarina, o resultado do presente julgamento.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 24 de março de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TP002/2015

AVISO LICITAÇÃO DESERTA
TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTA a Tomada de Preço nº 002/2015 que teve por objeto a contratação de empresa para execução de Tratamento Superficial Betuminoso em trechos de vias não pavimentadas no bairro Areias de Palhocinha, no município de Garopaba, correspondendo a uma área total de 8.372,00 m² (aproximadamente 1,196 Km de extensão e 7m de largura).

Garopaba, 24 de março de 2015
Rafael de Souza
Presidente CPL

EXTRATO DO CONTRATO Nº017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 017/2015. Processo nº 031/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: ROSIVÂNIO MATIAS DE SOUZA - ME; CNPJ: 11.002.519/0001-25; Objeto: Execução de drenagem e pavimentação com peças pré moldada de concreto, de trecho da Rua João Joaquim da Silva, no município de Garopaba; Valor Total: R\$ 444.520,49 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e vinte reais e quarenta e nove centavos). Data da Assinatura: 23/03/2015.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015
FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 003/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Janaina Tais da Rocha	CLASSIFICADA

CARGO: OPERADOR DE TRATOR

POSIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
001	Marcelo Costa Gonçalves	CLASSIFICADO
002	Andre Wilson de Oliveira	DECLASSIFICADO
003	Filipe Soares Nunes	DECLASSIFICADO
004	Roger Minervina Marcelino	DECLASSIFICADO

CARGO: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

POSIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
001	Ricardo José Cardoso	CLASSIFICADO
002	Claudiomiro da Silva	CLASSIFICADO
003	Edevaldo Sebastião	DECLASSIFICADO
004	Andre Wilson de Oliveira	DECLASSIFICADO

005	Filipe Soares Nunes	DECLASSIFICADO
006	Roger Minervina	DECLASSIFICADO

CARGO: MESTRE DE OBRAS

POSIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	
001	Manoel Constante	CLASSIFICADO
002	Samuel Guedes	DECLASSIFICADO

Garopaba, 20 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 25/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 09/2015

PORTARIA Nº 09/2015
AUTORIZA SERVIDOR PARA CONDUZIR VEÍCULO LOCADO PELA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Autorizar o Senhor LUCEMAR CARDOSO, matrícula nº 117, RG 4469372 SSP/SC, Carteira Nacional de Habilitação nº 02005290103, a conduzir os veículos de placas QHL 8701 Toyota/ corola, e QHE 0851 VW/voyage, locados pela Câmara Municipal de Garopaba, conforme Pregão Presencial nº 01/2015, contrato nº 02/2015, para serviço exclusivo do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Servidor deverá se responsabilizar pelas eventuais infrações ocorridas no trânsito quando o veículo estiver sob sua direção.

Art. A autorização de que trata esta Portaria tem validade durante a vigência do contrato nº 02/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 24 de março de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Diretor Administrativo
Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL Nº 02/2015

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Nº Inscrição	Nome Candidato	Tempo de Serviço	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Média Final
ENSINO RELIGIOSO					
NÃO HABILITADO - NÍVEL I					
44	JOÃO SEBASTIÃO DA SILVA	0,00	7,75	9,00	5,58
20	SOLANGE ALVES DOS SANTOS	7,50	3,00	6,00	5,50
45	ANDERSON GONÇALVES LEITE	0,73	5,00	10,00	5,24
3	JULIANE FRANCINE UMLAUF	0,20	5,00	9,00	4,73
29	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS	0,40	3,00	10,00	4,47
7	THAYNA DAYANE RAZINI	0,00	5,00	7,00	4,00
2	JOSÉ ALCIR DE ARAÚJO	0,25	2,00	9,00	3,75
13	SIRLEI DA APARECIDA CARDOSO ALEIXO	0,63	2,00	8,00	3,54
18	DORALICE DE LIMA BARRETO	0,00	0,00	9,00	3,00
4	LEVY MULLER JUNIOR	0,63	3,07	5,00	2,90
6	IVONE DARUCESKI	0,20	3,00	5,00	2,73
16	JÉSSICA BUENO DA ROSA	0,20	3,00	5,00	2,73
32	GISELY VIEIRA DA CUNHA	0,00	3,00	5,00	2,67
12	LUCILENE DE FÁTIMA MACHADO	0,00	0,00	7,00	2,33
43	MARIA REGINA DA SILVA	2,30	0,00	4,00	2,10
30	JOSIANE SARAMENTO	0,00	0,00	6,00	2,00
DESCLASSIFICADOS					
15	SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA	0,85	9,00	0,00	3,28
36	HENRIQUE OLIVEIRA		5,00	3,00	2,67
24	ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE	0,20	5,00	1,00	2,07
35	MARCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO	0,20	5,00	0,00	1,73
5	EVANETE MARCELINO	0,00	5,00	0,00	1,67
SUPERVISÃO					
1	DEISE CRISTINA DA COSTA	2,66	9,00	10,00	7,22
14	SCHEILA REGINA LINO	1,63	10,00	7,00	6,21
39	SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE	0,00	10,00	7,00	5,67
42	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	0,80	9,00	6,00	5,27
19	MARIA MARGARIDA DE SOUZA	0,40	0,00	8,00	2,80
DESCLASSIFICADO					
8	LINDOMAR SILVA DE JESUS	1,50	6,00	0,00	2,50
MATEMÁTICA					
HABILITADO - NÍVEL II					
17	MARIA DE FÁTIMA DE LIMA BARRETO	1,33	8,25	8,00	5,86
9	BRUNA SALES	0,20	0,00	6,00	2,07

NÃO HABILITADO - NÍVEL I

27	DANIELE DA SILVA DE LIMA	0,00	0,00	6,00	2,00
----	--------------------------	------	------	------	------

DESCLASSIFICADO

26	MARCIA ODETE DA SILVA	0,20	0,00	0,00	0,07
----	-----------------------	------	------	------	------

INGLÊS

HABILITADO - NÍVEL II

33	RENATA BONTORIN CHAVES	0,73	7,40	9,00	5,71
----	------------------------	------	------	------	------

22	RENATA VANESSA DE SANTANA	4,00	0,00	7,00	3,67
----	---------------------------	------	------	------	------

41	ROSENILDA DO CARMO RODRIGUES	2,06	0,00	7,00	3,02
----	------------------------------	------	------	------	------

EDUCAÇÃO FÍSICA

HABILITADO - NÍVEL II

10	JULIO CESAR MENDES RIBAS	4,67	2,50	5,00	4,06
----	--------------------------	------	------	------	------

28	ZENILDE STAMM	0,00	0,00	8,00	2,67
----	---------------	------	------	------	------

47	ALBERTO DE MORAES	0,00	0,00	7,00	2,33
----	-------------------	------	------	------	------

11	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVEIRA	0,00	0,00	4,00	1,33
----	-------------------------------	------	------	------	------

21	LEOMAR FERNANDO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00
----	--------------------------	------	------	------	------

NÃO HABILITADO - NÍVEL I

37	ISTELLA BRENDA HEIN HUBNER	0,20	2,93	6,00	3,04
----	----------------------------	------	------	------	------

46	RODRIGO REINERT	0,00	0,00	9,00	3,00
----	-----------------	------	------	------	------

34	JANAYNA DA SILVA RODRIGUES	0,00	2,00	5,00	2,33
----	----------------------------	------	------	------	------

Adriane Beatriz Moecke Galando
Presidente da Comissão
Portaria 035/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 92/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 92/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL II DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 19/03/2015 A 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1849,53 (Hum mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO

CONTRATADA

PORTARIA Nº 44/2015

PORTARIA Nº. 044 de 19 de março de 2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DA SERVIDORA MARILDA RAMOS DO CARGO DE ORIENTADORA ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, processo nº 1054/2015.
RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar a pedido, MARILDA RAMOS, portadora de RG nº. 2.513.634-8 e CPF nº. 555.982.269-87, do cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, nomeada em 08 de março de 2006, através da Portaria 065/2006, e declara vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 19 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 02/2015**

DECRETO Nº 2/2015

Institui o horário de expediente externo do Poder Legislativo de Garuva.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva usando de suas atribuições legais e regimentais em especial ao artigo 50 § 1º, inciso XIV e § 3º inciso II do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º - Institui o horário de expediente externo do Poder Legislativo Municipal:

Segunda-feira:
Das 14:00 as 20:00 horas.

Terça à Sexta-Feira:
Das 07:00 às 13:00 horas.

Parágrafo Único - O setor de protocolo do Poder Legislativo funcionará da seguinte forma:
Segunda-Feira:
Das 14:00 as 20:00 horas

Terça à Sexta-Feira:
09:00 às 19:00 horas

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2015, revoga-se o Decreto 01/2015.

Gabinete do Presidente, em 23 de março de 2015.
Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

Gaspar**PREFEITURA****ERRATA AO DECRETO Nº 6.244, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015**

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do DECRETO Nº 6.244, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015, veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1686, de 19 de fevereiro de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê em seu artigo primeiro:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ANA CLAUDIA MABA	ASSISTENTE SOCIAL	40	4º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Leia-se:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ANA CLAUDIA MABA	ASSISTENTE SOCIAL	40	4º	SECRETARIA DE SAÚDE

Gaspar, 23 DE MARÇO DE 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

ERRATA AO DECRETO Nº 6.729 DE 03 DE MARÇO DE 2015

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.729 de 03 de março de 2015, veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1697, de 6 de março de 2013, nos seguintes termos:

Onde se lê em seu artigo primeiro:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
MARISTELLA MATOS VIEIRA	ESCRITURÁRIA	40	4º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
THAIS SIMONE FRANCA BURTULI	PSICÓLOGA	40	5º	SECRETARIA DE SAÚDE

Leia-se:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
MARISTELLA MATOS VIEIRA	ESCRITURÁRIA	40	4º	SECRETARIA DE SAÚDE
THAIS SIMONE FRANCA BURTULI	PSICÓLOGA	40	5º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Gaspar, 23 DE MARÇO DE 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos**SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****EXTRATO AO CONTRATO 003/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2015

CONTRATANTE - SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO - EMPREITEIRA PAVICON LTDA

DO OBJETO - REFORMA DO RESERVATÓRIO DE 125.000 LTS, AMPLIAÇÃO DA BARRAGEM DENOMINADA "NAGIBE", ASSENTAMENTO DE TUBOS PAD - DN 150MM, COM FORNECIMENTO DO MESMO E ABERTURA NA LAGE DO RESERVATÓRIO DE 500.000 LTS, NA LOCALIDADE DA FAZENDA DA ARMAÇÃO EM GOVERNADOR CELSO RAMOS

VALOR TOTAL R\$ = 136.915,54 (Cento e trinta e seis mil novecentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA - 20/03/2015 a 20/06/2015

DOTAÇÃO - (8) 33.90.39.16

FUDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite Nº 004/2015

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF 020/2015 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 020, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0364	Aplicações Diretas	R\$	3.500,00
3.3.90.00. 00. 00. 00.3156	Aplicações Diretas	R\$	118,71

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente aos seguintes recursos:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0364	Atenção Básica - Superávit Financeiro	R\$	3.500,00
3156	Atenção Básica - Programa Saúde na Escola - PSE - Superávit Financeiro	R\$	118,71

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
24 de Março de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 24 de Março de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 021/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 021, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

07.00	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01	DEPARTAMETNO DE ESPORTE E TURISMO		
2.028	APOIO A EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3132	Aplicações Diretas	R\$	2.118,84

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
3132	Transferência de Convênios - União - Superávit Financeiro	R\$	2.118,84

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
24 de Março de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 24 de Março de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

CÂMARA MUNICIPAL

Município de Guaraciaba - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO 1º BIMESTRE DE 2015

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º)

RECEITAS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS CORRENTES					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizante					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizante					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (VI)					—	—	—	—	131,024,84	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)					0,00	0,00	0,00	0,00	131,024,84	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)					—	0,00	—	—	0,00	—	—	—
Superávit Financeiro					—	0,00	—	—	0,00	—	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais					—	0,00	—	—	0,00	—	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.013.500,00	0,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	12,93
DESPESAS CORRENTES	945.900,00	0,00	945.900,00	153.174,44	153.174,44	130.434,84	130.434,84	13,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	690.000,00	0,00	690.000,00	109.828,67	109.828,67	109.828,67	109.828,67	15,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	255.900,00	0,00	255.900,00	43.345,77	43.345,77	20.606,17	20.606,17	8,05
DESPESAS DE CAPITAL	67.600,00	0,00	67.600,00	590,00	590,00	590,00	590,00	0,87

Continua 1/2

Município de Guaraciaba - SC
CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.013.500,00	0,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	882.475,16
INVESTIMENTOS	67.600,00	0,00	67.600,00	590,00	590,00	590,00	590,00	67.010,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.013.500,00	0,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	882.475,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.013.500,00	0,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	882.475,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.013.500,00	0,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	882.475,16

FONTE:

Guaraciaba, 24/03/2015

Claudioinero Maldaner
Presidente

Lizete Maria Neltzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.013.500,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	100,00	12,93	882.475,16
	Legislativa	1.013.500,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	100,00	12,93
Ação Legislativa	1.013.500,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	100,00	12,93	882.475,16
TOTAL (III) = (I + II)	1.013.500,00	1.013.500,00	153.764,44	153.764,44	131.024,84	131.024,84	100,00	12,93	882.475,16

FONTE:

Guaraciaba, 24/03/2015

Claudioomiro Maklaner
Presidente

Lizele Maria Neltzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

11 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Guaraciaba - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	0,00
Previsão Atualizada		—	0,00
Receitas Realizadas		0,00	0,00
Déficit Orçamentário		—	131.024,84
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	1.013.500,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	1.013.500,00
Despesas Empenhadas		153.764,44	153.764,44
Despesas Liquidadas		131.024,84	131.024,84
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		153.764,44	153.764,44
Despesas Liquidadas		131.024,84	131.024,84
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			0,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-40.734,88
Resultado Primário		0,00	-131.024,84
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		590,00	67.010,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2048
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Guaraciaba - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Guaraciaba, 24/03/2015

Claudioiro Maldaner
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Inscritos		Inscritos		Inscritos	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Saldo
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 24/03/2015

Claudioomiro Maldaner
Presidente

Lizete Maria Nalitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	40.734,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	40.734,88
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	-40.734,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	-40.734,88

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-40.734,88	-40.734,88

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 24/03/2015

Claudiomiro Maldaner
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	945.900,00	130.434,84	130.434,84	115.218,99
Pessoal e Encargos Sociais	690.000,00	109.828,67	109.828,67	106.817,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	255.900,00	20.606,17	20.606,17	8.401,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	945.900,00	130.434,84	130.434,84	115.218,99
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	67.600,00	590,00	590,00	0,00
Investimentos	67.600,00	590,00	590,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	67.600,00	590,00	590,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	67.600,00	590,00	590,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	1.013.500,00	131.024,84	131.024,84	115.218,99
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.013.500,00	-131.024,84	-131.024,84	-115.218,99
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Guaraciaba, 24/03/2015

Claudio Mirol Maldaner
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Guaramirim

PREFEITURA

4 CHAMADA AMOSTRA MERENDA 03 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE CHAMADA DE AMOSTRAS DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão – Registro de Preços - 03/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.
4º CHAMADA
Conforme Ordem de Classificação, fica as empresas, itens e valores relacionados abaixo, a apresentarem suas amostras de produtos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis , ou seja 25 de Março de 2015 até as 16:00 na Secretaria de Educação de Guaramirim :
ITEM QUE NÃO APRESENTOU AMOSTRA
ITEM 31 CHÁ SABOR PÊSSEGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPES- SO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUI- NHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15G). Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talosde erva-mate.Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legis- lação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente. SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP - 130 UN R\$ 3,50
Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim. sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433
GUARAMIRIM (SC), 23/03/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 40 A 43, FMS 20 E 21, FMAS 12 E 13

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 40/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: ANDERSON PALU SARTURI ME
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para ma-
nutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal
e Policia Militar do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 15.508,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 41/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: PNEU BOM LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para ma-
nutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal
e Policia Militar do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 32.200,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 42/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES EPP
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para ma-
nutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal
e Policia Militar do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 77.460,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 43/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: GBA PNEUS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para manutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal e Polícia Militar do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 42.348,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 20/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: GBA PNEUS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 2.520,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Vera Lurdes Segat,
Secretária Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 21/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES EPP
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 37.280,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Vera Lurdes Segat,
Secretária Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 12/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: GBA PNEUS LTDA
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 1.600,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 13/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: ANDERSON PALU SARTURI ME
OBJETO: Aquisição de pneus, colarinho e câmaras de ar para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul,
VALOR: R\$ 790,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2015..
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 429/2015

PORTARIA Nº 429/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ADRIANA CHIAMOLERA (Matr. 3681), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de maio de 2013 e 20 de maio de 2014, para serem gozadas a contar de 17 de março de 2015 a 15 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 430/2015

PORTARIA Nº 430/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ROSEMILDA HERICKS RAMPON (Matr. 2567), nascida aos 15/03/1978, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/A, anexo XI, a partir de 20 de março de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 431/2015

PORTARIA Nº 431/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora LUCINÉIA REGINA MACHADO (Matr. 423), nascida aos 18/03/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/E, anexo XI, a partir de 20 de março de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 432/2015

PORTARIA Nº 432/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (Matr. 729), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2013 e 05 de maio de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de março de 2015 a 18 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 433/2015

PORTARIA Nº 433/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, ao Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), nascido aos 22/03/1971, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/A, anexo XI, a partir de 23 de março de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 434/2015

PORTARIA Nº 434/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 23 de março de 2015 até 18 de setembro de 2015, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora MACLEISE MARINELLO (Matr. 3589), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 435/2015

PORTARIA Nº 435/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora ALINE DA CRUZ WUDARSKI DA ROSA (Matr. 4112), a partir de 23 de março de 2015, aprovada e classificada em 1º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade

com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Terapeuta Ocupacional, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com a LC Nº 293/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 436/2015

PORTARIA Nº 436/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora JANETE RODRIGUES (Matr. 4113), para exercer a função de Segundo Professor de AEE - Atendimento Educacional Especializado, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 23 de março de 2015 até o término do ano letivo de 2015, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 014/2015/SMECE, de 18 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 437/2015

PORTARIA Nº 437/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de março de 2015, do servidor FERNANDO HERRMANN (Matr. 3048), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 438/2015

PORTARIA Nº 438/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de março de 2015, da servidora VANESA RICARDO DA SILVA DE LIMA (Matr. 2787), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 439/2015

PORTARIA Nº 439/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora DIVA ZARPELON TREVISOL (Matr. 3088), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 23 de março de 2015 a 27 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 440/2015

PORTARIA Nº 440/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor OLMES GHIGGI (Matr. 802), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de maio de 2013 e 02 de maio de 2014, para serem gozadas a contar de 23 de março de 2015 a 21 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 441/2015

PORTARIA Nº 441/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 206/2015, da Servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 3880), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, sendo que a mesma passou a substituir a Servidora Solange de Fátima Pontes, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 23 de fevereiro de 2015 a 06 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 442/2015

PORTARIA Nº 442/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 441/2015, da Servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 3880), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, sendo que a mesma passou a

substituir a Servidora Marizete Andolphacto, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 09 de março de 2015 a 20 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 443/2015

PORTARIA Nº 443/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JUNE BAHU ROVEA (Matr. 332), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 9, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 23 de março de 2015 a 03 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 444/2015

PORTARIA Nº 444/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 442/2015, da Servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 3880), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, sendo que a mesma passou a substituir a Servidora June Bahu Rovea, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 23 de março de 2015 a 20 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 445/2015

PORTARIA Nº 445/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora KARLA CRISTINA MAGRO (Matr. 4114), a partir de 24 de março de 2015, aprovada e classificada em 1º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Fisioterapeuta, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com a LC Nº 293/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 446/2015

PORTARIA Nº 446/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, o Servidor VANDERLEI DE OLIVEIRA ALVES (Matr. 3775), a partir de 24 de março de 2015, o qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 447/2015

PORTARIA Nº 447/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os efeitos da Portaria Nº 444/2015, da Servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 3880), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Marizete Aparecida Dalmédico, a contar de 24 de

março de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 448/2015

PORTARIA Nº 448/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora SHEILA APARECIDA MARTINAZZO PAGLIOSA (Matr. 4115), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição à servidora June Bahu Rovea, que se encontra em gozo de licença prêmio, a partir de 24 de março de 2015, até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, reclassificada em 127º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 449/2015

PORTARIA Nº 449/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 890/2010, a qual designava a Servidora KATIA FATIMA GIACOMELLI HACK (Matr. 1392), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Procuradora, Nível/Referência - 12/2/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, para responder como Responsável pelo PROCON.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****PL 017**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015
SRP: 009/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registrar preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados, de fraldas geriátricas e infantis, para distribuição gratuita, pelo FMS de Ibiam, por um período de doze meses.

Entrega dos envelopes: até o dia 08/04/2015 até às 07:45 horas

Abertura dos envelopes: 08/04/2015 às 08:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 24 de Março de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota**PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO PRG 026 - 2015 MULTIENTIDADES
- REGISTRO DE PREÇO - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**

PROCESSO Nº. 95/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Educação

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Esporte

Fundação Municipal Cultural

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (DIÁRIA E MENSAL) COM OU SEM MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, SENDO EVENTUAL A CONTRATAÇÃO DO ITEM, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 08/04/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 08/04/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na integra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 25 de março de 2015.

Imarui**PREFEITURA****AVISO DE CANCELAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMI Nº. 001/2015**

O Município de Imaruí através da Prefeitura Municipal por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, comunica para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO da Concorrência Pública 001/2015, referente a contratação de empresa para levantamento e identificação dos possíveis créditos sonegados quanto ao ISSQN de empresa operantes no território do município, por motivos de inconsistências no Edital.

Imaruí, 24 de Março de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****PORTARIA PMI/GGP Nº 178/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 178, de 23 de março de 2015.
Dispõe sobre a Demissão de Geólogo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido através do Processo Seletivo Simplificado Edital PMI/CERSP/ PSS/Nº - 15/2014 e PORTARIA PMI/DGP Nº 412/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Demissão
Rafael Lehnen	Geólogo – 40h	828.916.130-15	19/08/2014	30/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de março de 2015.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 179/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 179, de 23 de março de 2015.
Dispõe sobre a Demissão de Médico - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em caráter emergencial por tempo determinado, para a manutenção dos serviços públicos de saúde, no exercício do cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Demissão
Ivandro Teixeira Romagna	Médico - ESF	014.832.179-81	01/04/2013	30/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 180/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 180, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Médica Ginecologista - NASF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em caráter emergencial por tempo determinado, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 131/2013, para a manutenção dos serviços públicos de saúde, no exercício do cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Demissão
Flávia Moreno	Médica Ginecologista	572.026.210-		
Lahude	NASF	53	01/04/2013	30/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 181/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 181, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 22 de outubro de 2014, através do Processo Seletivo Público Edital

- 04/2012 e PORTARIA PMI/DGP Nº 503/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Sara Jane Leandro	Servente Merendeira 40h	067.974.459-22	24/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 182/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 182, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a Exoneração de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. DAIANE FERREIRA DA SILVA, Assessora IV, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 060.933.769-66, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 120, de 25 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de Assessora IV junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de março de 2015.

Imbituba, 23 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 183/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 183, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 18 de fevereiro de 2015, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014 e PORTARIA PMI/GGP Nº 135/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Terezinha Damázio	Professora II – 20h	454.763.229-49	01/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 184/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 184, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a substituição de servidora de carreira do magistério para a função gratificada de Coordenadora de Centro Municipal de Educação Infantil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. MARILÉIA DA SILVA QUERINO ALVES, brasileira, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o nº 521.049.749-68, no cargo de Coordenadora Municipal de Educação Infantil - Cidália Soares Menezes (Roça Grande), a partir de 16 de março de 2015, em substituição a servidora Maria Helena Alves Cardoso, brasileira, Professora I - 20h, inscrita no CPF sob o nº 578.550.569-04, que encontra-se afastada temporariamente por licença-prêmio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de março de 2015.

Imbituba, 23 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 185/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 185, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira em função gratificada de Gerente, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor de carreira abaixo descrito, na função gratificada de Gerente, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Meio Ambiente	SEDES	Hemerson Mafra	018.942.299-83	02/03/2015

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a data de sua nomeação.

Imbituba, 23 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 186/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 186, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 18/2014 e Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2015, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Dejane Garcia Valgenski	Professora I – 20h	888.393.469-53	PSS 01/2015	16/03/2015
Dejane Garcia Valgenski	Professora I – 20h	888.393.469-53	PSS 18/2014	16/03/2015
Rosângela da Rocha Berto de Oliveira	Professora I – 20h	897.936.179-34	PSS 01/2015	18/03/2015
Gabriela Galvan	Professora I – 20h	028.538.549-65	PSS 01/2015	20/03/2015
Rita de Cássia Vieira Fortunato	Professora I – 40h	025.809.659-47	PSS 01/2015	20/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 08 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais eletrônicos para o funcionamento da casa lar do município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária SEAST

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 09/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 08/2015, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Dilson Petrasen Junior

Pregoeiro Oficial

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 24/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 24/2015 cujo objeto é aquisição de material de consumo para uso da SEAPI.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 08 de abril de 2015, às 14:00 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da SEAPI

PUBLICAÇÃO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2015(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO 31/2015

PREGÃO 21/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu pregoeiro oficial, COMUNICA a todos os interessados que está SUSPENSA, a abertura do Pregão Presencial a epígrafe após parecer da Procuradoria-geral do município, em análise ao pedido de impugnação protocolado pela empresa DICAVE - GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA.

Comunicamos ainda, que posteriormente será encaminhada a todas as empresas que retiraram o edital da licitação supracitada novos encaminhamentos.

Imbituba, 12 de março de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 067/2015

CONTRATO Nº 067/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E ANGELA EMÍLIA FINARDI, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, ANGELA EMÍLIA FINARDI, brasileira, casada, professora, diretora e produtora, inscrita no CPF sob nº 902.132.709-00 e Cédula de Identidade nº 1.758.683-SSP/SC, residente à Rua Henrique Schenkel, nº 180, Bairro Iririu, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 043/2015 - Termo de Inexigibilidade 008/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Ângela Emília Finardi, para ministrar palestras de formação continuada para os professores da educação infantil da rede municipal de ensino. A palestra tem o tema "Contação de Histórias", conforme proposta em anexo. Capacitação com carga horária de 14 (catorze) horas/aula.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total contratado é de R\$2.000,00 (dois mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 02 (duas) parcelas, nos dias 30 de março de 2015 e 30 de julho de 2015, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente do Município de Indaial.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu

pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data da conclusão de cada etapa, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente da Prefeitura Municipal de Indaial.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreeajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais

Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente contrato é de 17 de março de 2015 até 01 de agosto de 2015.

7.1.2.As palestras serão executadas em 02 (dois) encontros, em 17/03 e 20/07/2015,na Secretaria de Educação, situada à Rua Leoberto Leal, 191 - Fundos, Bairro Tapajós, no município de Indaial/SC.

7.1.3.O contrato terá seu vencimento após decorrido o prazo do item 7.1. e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

7.1.4.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•05.01.012.365.005.2110.339036990000.01190000 - FUNDEB

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.9. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.9.1.Constituem motivo para afastamento e/ou dispensa de empregado:

a) - ato de improbidade;

b) - incontinência de conduta ou mau procedimento;

c) - negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) - condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) - desídia no desempenho das respectivas funções;

f) - embriaguez habitual ou em serviço;

g) - violação de segredo da empresa;

h) - ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) - abandono de emprego;

j) - ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) - ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) - prática constante de jogos de azar.

m) - prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

9.10.Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.12. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.13. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 043/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 008/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da

seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda,

quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4.As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6.Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7.As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8.Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:

13.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3.A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;

c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;

j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,

k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 17 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ANGELA EMÍLIA FINARDI Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DOMUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CONTRATO Nº 068/2015

CONTRATO Nº 068/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E A EMPRESA ZERO A DEZ DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, ZERO A DEZ DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.140.448/0001-88, estabelecida à Praça Octaviano Botelho de Souza, nº 990, sala 02, Bairro Centro, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo - Estado de São Paulo, neste ato representada por sua representante legal Sra. Suely Amaral Mello, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob nº 868.486.908-72, e RG nº 5973720-IIRGDSP, residente à Rua Rosalino Bellini, nº 254, Bairro Jardim Centenário, na cidade de São Carlos - Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 042/2015 - Termo de Inexigibilidade 007/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Doutora Suely Amaral Mello, para ministrar palestras de formação continuada para os professores da educação infantil da rede municipal de ensino. A palestra tem o tema "Culturas na Educação Infantil". Capacitação com carga horária de 12 (doze) horas/aula.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total contratado é de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 02 (duas) parcelas, nos dias 30 de março de 2015 e 30 de julho 015, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente do Município de Indaial.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data da conclusão de cada etapa, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente da Prefeitura Municipal de Indaial.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrealizáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente contrato é de 17 de março de 2015 até 01 de agosto de 2015.

7.1.2.As palestras serão executadas em 02 (dois) encontros, em 17/03 e 20/07/2015, na UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci - Teatro da Vinci, situada à BR 470, no 1.040, Km 71 - Bairro Benedito - CEP: 89130-000, no município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

7.1.3.O contrato terá seu vencimento após decorrido o prazo do item 7.1. e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

7.1.4.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•05.01.012.365.005.2110.339036990000.01190000 - FUNDEB

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos

profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.9. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.9.1.Constituem motivo para afastamento e/ou dispensa de empregado:

a) - ato de improbidade;

b) - incontinência de conduta ou mau procedimento;

c) - negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) - condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) - desídia no desempenho das respectivas funções;

f) - embriaguez habitual ou em serviço;

g) - violação de segredo da empresa;

h) - ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) - abandono de emprego;

j) - ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) - ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) - prática constante de jogos de azar.

m) - prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

9.10.Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.12. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.13. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 042/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 007/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato,

registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4.As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6.Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7.As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8.Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:

13.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3.A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou

litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;

c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;

j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,

k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 17 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ZERO A DEZ DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME Suely Amaral Mello Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CONTRATO Nº 069/2015

CONTRATO Nº 069/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA BOB MAQUINAS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SAEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BOB MAQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.976.325/0001-79, com sede na rua Hipolito Pflger, nº 3.463, bairro Rio Caveiras, na cidade de Biguaçu - Estado de Santa representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Renato Melo Garcia, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Iano, nº 1.471, bairro Barreiros, cidade de São José - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 031/2015 - Edital de Pregão nº 015/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de um trator carregadeira compacta com implementos, conforme quantitativos e especificações do quadro a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	01	Unid.	Trator carregadeira compacta, nova e sem uso.	122.610,00	122.610,00
02	01	Unid.	Implemento vassoura recolhedor mecânica.	14.695,00	14.695,00
03	01	Unid.	Implemento capinadeira mecânica.	14.695,00	14.695,00
VALOR TOTAL GERAL:				R\$ 152.000,00	

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00 horas, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2015:

•22.01.017.512.022.1332.449052400000.01645502 - Convênio CASAN

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1.O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3.Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 1644-6 - Conta 26.389-3

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para

restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1.O prazo do presente contrato é de 20 de março de 2015 até 18 de maio de 2015.

8.1.1.O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4.O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8.Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 031/2015 - Edital de Pregão nº 015/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório

de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento,

em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 20 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BOB MAQUINAS LTDA Renato Melo Garcia Contratada
----------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
---------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 070/2015

CONTRATO Nº 070/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.104.289/0001-41, com sede na rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 5.571, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Renaldo Manske, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 381.417.019-91 e Cédula de Identidade nº 950.398-6 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 11063, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 012/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação dos serviços, de forma contínua, da manutenção preventiva e corretiva, na área mecânica, elétrica, hidráulica, funilaria, pintura, tapeçaria, geometria, balanceamento e cambagem, incluindo acessórios, incluindo o fornecimento de peças e a realização da mão de obra, para caminhões, máquinas agrícolas e de construção e utilitários leves, com motores à diesel, de acordo com a tabela que segue:

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
LOTE 01					
01	Mão-de-obra da manutenção preventiva e corretiva, na área mecânica, elétrica, hidráulica, funilaria, pintura, tapeçaria, geometria, balanceamento e cambagem, incluindo acessórios, para pequenos utilitários, caminhões e ônibus com motores à diesel.	2.600	Hora	R\$50,00	R\$130.000,00
02	Fornecimento de peças para a manutenção preventiva e corretiva, na área mecânica, elétrica, hidráulica, funilaria, pintura, tapeçaria, geometria, balanceamento e cambagem, incluindo acessórios, para pequenos utilitários, caminhões e ônibus com motores à diesel.	01	Unid.	R\$360.000,00	R\$360.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01:				R\$ 490.000,00	
LOTE 02					
03	Mão-de-obra da manutenção preventiva e corretiva, na área mecânica, elétrica, hidráulica, funilaria, pintura, tapeçaria, geometria, balanceamento e cambagem, incluindo acessórios, para tratores agrícolas e de construção, com motores à diesel.	2.500	Hora	R\$60,00	R\$150.000,00
04	Fornecimento de peças para a manutenção preventiva e corretiva, na área mecânica, elétrica, hidráulica, funilaria, pintura, tapeçaria, geometria, balanceamento e cambagem, incluindo acessórios, para tratores agrícolas e de construção, com motores à diesel.	01	Unid.	R\$410.000,00	R\$410.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02:				R\$ 560.000,00	

3.1.1.As especificações e procedimentos detalhados dos serviços mencionados acima, estão inseridos no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.Os serviços serão realizados na oficina mecânica da licitante que vier a ser contratada.

3.2.2.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$1.050,000 (um milhão e cinquenta mil reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte

integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015, e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 02.01.004.122.002.2027.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.01.004.122.002.2027.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.361.005.2105.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.361.005.2105.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.367.005.2115.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.367.005.2115.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 06.01.020.122.006.2152.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 06.01.020.122.006.2152.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 08.01.015.451.008.2208.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 08.01.015.451.008.2208.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.181.009.2231.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.181.009.2231.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.181.009.2231.339039190000.01000006 - DEMUTTIN II - Polícia Militar
- 09.02.015.181.009.2231.339030390000.01000006 - DEMUTTIN II - Polícia Militar
- 09.02.015.181.009.2231.339039190000.01540000 - Convênio Trânsito - Militar
- 09.02.015.181.009.2231.339030390000.01540000 - Convênio Trânsito - Militar
- 09.02.015.182.009.2238.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.182.009.2238.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.182.009.2238.339039190000.01000002 - Recurso Próprio/Bomb. Volun.
- 09.02.015.182.009.2238.339030390000.01000002 - Recurso Próprio/Bomb. Volun.
- 10.02.017.512.010.2262.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 10.02.017.512.010.2262.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 10.03.017.512.010.2264.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 10.03.017.512.010.2264.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.2332.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.2332.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.2332.339039190000.01245502 - CASAN
- 22.01.017.512.022.2332.339030390000.01245502 - CASAN
- 26.01.006.182.026.2420.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 26.01.006.182.026.2420.339030390000.01000000 - Recurso Próprio
- 30.01.010.301.030.2441.339039190000.01020000 - Recurso Próprio/Saúde
- 30.01.010.301.030.2441.339039390000.01020000 - Recurso

Próprio/Saúde

- 30.01.010.301.030.2441.339039190000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2441.339039390000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.302.030.2446.339039190000.01572001 - SAMU/ União
- 30.01.010.302.030.2446.339039390000.01572001 - SAMU/ União
- 31.01.008.244.031.2517.339039190000.01520023 - Proteção Social Básica/SCFV
- 31.01.008.244.031.2517.339039390000.01520023 - Proteção Social Básica/SCFV
- 31.01.008.244.031.2517.339039190000.01520024 - Proteção Social Básica/PBF
- 31.01.008.244.031.2517.339039390000.01520024 - Proteção Social Básica/PBF
- 31.01.008.244.031.2517.339039190000.03520008 - Proteção Social Básica/E.A.
- 31.01.008.244.031.2517.339039390000.03520008 - Proteção Social Básica/E.A.
- 31.02.008.244.031.2518.339039190000.01000000 - Recurso Próprio
- 31.02.008.244.031.2518.339039390000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1.O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia cotando a partir da conclusão da realização de cada serviço, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da CONTRATANTE.

6.2.Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3.Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4.Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5.Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6.O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 3154-2 - Conta 13440-6

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato, referentes à mão de obra, serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que

originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 23 de março de 2015 até 23 de março de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para

os quais se fixarão prazos específicos.

9.9.Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11.Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 012/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-10430.

9.12.Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE.

9.13.Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quanto à realização dos serviços à CONTRATANTE.

9.13.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3.Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito)

horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior,

regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu

critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital, exceto quando houver autorização expressa da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 23 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDALIA Sérgio Almir dos Santos Contratante	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Renaldo Manske Contratada
----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador de Defesa Civil
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir Jose de Faveri Secretário Municipal

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETARIA DE SAÚDE Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CONTRATO Nº 071/2015

CONTRATO Nº 071/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E EMPRESA BLOCPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BLOCPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.319.481/0001-53, com sede, na rua General Osório, nº 4.568, sala 02, bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Tarquinio Chiquetti, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 767.501.249/68 e Cédula de Identidade nº 2.250.093-6/SESP-SC, residente domiciliado na rua General Osório, nº 4.699, Apto 603, bairro Salto Weissbach, cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 015/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 004/2015-10430.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação em blocos de concreto intertravados, da via e passeios, da Rua Itapema, com extensão de 165,00 metros (início: interseção com a Rua das Nações - estaca 0+0,00 PP; término: próximo à residência no 180 - estaca 8+5,00 PF), conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

2.1.1. Execução do Contrato de Repasse no 809109/2014/Ministério das Cidades/Caixa - Processo no 2622.1016558-78/2014.

3.2. A obra será executada na Rua Itapema - Bairro Rio Morto - CEP: 89130-000, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 25 de março de 2015 até 10 de outubro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

5.1.1.A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, às condições de Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Jurídica e Econômico-Financeira, bem como o atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato. A qualificação técnica deverá ser compatível aos serviços/obras que irá executar.

6.5.Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1.O valor total do presente contrato é de R\$226.957,70 (duzentos e vinte e seis mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, sendo que no dia seguinte do término do período, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços realizados no período, juntamente com a cópia dos boletins diários da obra.

8.1.1.A Fiscalização efetuará a conferência das planilhas, efetuando eventuais correções, e atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. No caso de correção da planilha, a CONTRATADA deverá apresentar nova planilha de medição devidamente corrigida.

8.1.2.A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal correspondente aos valores dos serviços executados, conforme planilha aprovada.

8.1.3.Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco 791
Agência 3269
Conta 3074-8

CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

9.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC - Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

9.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda,

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1.As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 23.01.015.451.023.1383.449051980000.01000000 - Recurso Próprio
- 23.01.015.451.023.1383.449051980000.01345465 - União/Pav. Rua Itapema

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS

11.1.Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2.Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT

12.1.No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD).

12.2.O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1.Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3.À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4.Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato

desabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1.Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2.Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3.A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4.A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1.A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras;

15.1.3. Registro do Cadastro Específico do INSS - CEI, ou o comprovante de sua inexistência, conforme legislação vigente;

15.2.A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

15.3.A Licitante deverá apresentar, no último boletim de medição, um Laudo Técnico de Controle Tecnológico, e apensado a ele virão

os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da CONTRATANTE, sem que a elas se limitem:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvam sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição;

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior;

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização;

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 015/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 004/2015-10430;

17.1.13. Realizar a guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE;

17.1.14. Se necessário, realizar o controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais dos serviços, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos; e,

17.1.15. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução de modo a prejudicar o andamento normal das obras;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado, conforme o caso;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito

de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.4 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou por atos lesivos à Administração Pública Municipal, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância da cláusula sexta deste contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "g" e "h", do item 20.1.2.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.1.5. Além das sanções previstas nos itens 20.1.1 à 20.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 12.846/13.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal de 1988, e a legislação correlata.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, ou à 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, prevalecendo o limite do último.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em

razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, todos os documentos e informações da proposta de preços da CONTRATADA, apresentados no Processo Licitatório nº 015/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 004/2015-10430.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL -

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- l) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- m) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- n) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil;
- o) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BLOCO PAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA Tarquínio Chiquetti Contratada
----------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 196/2015 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FERNANDA PALUDO, matrícula 1639-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 02/03/2015 a 31/03/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 27 de fevereiro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 197/2015 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDUARDO ZANATTA, Matrícula 2384-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.235.062 e do CPF 070.780.239-35, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 158/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Março de 2015.

Ipumirim - SC, 27 de fevereiro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 2788/ 2015

Decreto nº 2.788/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 18.298,68 (Dezoito mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0255 (85)	Aplicações Diretas	R\$ 18.298,68
T O T A L R\$ 18.298,68		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 255 - Recursos Transferências da União, repasse nº 0403.013-73/2012/PAC-MDA-PRONAT/CAIXA, Desenvolvimento Agrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO 2789/ 2015

Decreto nº 2.789/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

01– PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (84)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
T O T A L R\$ 20.000,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01– PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (81)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
T O T A L R\$ 20.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 06/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Lech & Cia Ltda e Joao Silvestre Jacobovski ME.

Irineópolis, 20 de março de 2015.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: FM Pneus Ltda.

Irineópolis, 24 de março de 2015.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE OUTORGA Nº 01/2014

1º TERMO ADITIVO AO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO Nº 01/2014

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Permitente, e de outro lado a empresa EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.480.943/0001-00, com sede situada na Rua 8 de Março, nº 28, Sala 01, Centro, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Dirceu de Oliveira, portador do CPF nº 622.286.929-72 e RG nº 4715323 SSPPR, a seguir denominado PERMISSONARIO, acórdão e ajustam firmar o presente TERMO aditivo nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento Licitatório n.º 07/2014, modalidade Concorrência Pública nº 01/2014 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 01/2014, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31/12/2015.

Parágrafo Único - O presente contrato poderá ser rescindido conforme o previsto nos Artigos 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Permissionária pagará à Permitente o reajuste de R\$ 88,40 (Oitenta e oito reais e quarenta centavos), conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e Cláusula Segunda do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 01/2014. O valor para pagamento da permissão mensal de uso do bem público passará a ser de R\$ 1.088,40 (um mil oitenta e oito reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis - SC, 18 de março de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL
PERMITENTE

DIRCEU DE OLIVEIRA
EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME
PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:

Nome: Cassiana Lais Brand Rodrigues
Nome: Patricia Fabiane Fronczak

CPF: 073.684.699-95
CPF: 037.425.669-11

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATO Nº 07/2015

Contratante - Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada - Fermiano Coelho Neto

Objeto - Contratação de um Instrutor de música para atuar junto aos Grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, atendendo crianças e adolescentes, banda e fanfarra do CRAS, conforme "Projeto Descobrimos Valores".

Valor - R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Vigência - 02/03/2015 a 29/05/2015.

Base Legal - Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO Nº 08/2015

Contratante - Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada - Ana Flávia Nicolotti

Objeto - Contratação de uma Instrutora de dança para atuar junto aos Grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, atendendo crianças e adolescentes, em números musicais, incluindo a apresentação do CRAS na Amostra de Dança Municipal.

Valor - R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Vigência - 02/03/2015 a 29/05/2015.

Base Legal - Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 098/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 098/2015.

"Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 057/2012 de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013 de 19/04/2013, e dá outras providências".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. - Fica instituída no Anexo VI - QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, estabelecido pela Lei Complementar nº 057/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, a Função Gratificada de Responsável pela Direção de Serviços Contábeis na forma estabelecida no quadro abaixo, com a finalidade de atuar na direção, coordenação e execução das atividades contábeis da Administração Direta.

Denominação	Número de Vagas	Valor
Responsável pela Direção dos Serviços Contábeis	1	1.188,54

Art. 2º. - Com a aprovação da inclusão prevista na presente Lei, fica consequentemente alterado o Anexo VI da Lei Complementar nº 057/2012 - QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, o qual passará a ter a redação definida no Anexo único, parte integrante desta Lei Complementar:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Irineópolis - SC, em 24 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 098/2015 - ANEXO ÚNICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2012

ANEXO VI

I. QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA

MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Denominação	Número de Vagas	Valor
Direção	5	432,20
Chefia I	10	432,20
Chefia II	5	216,10
Assessoramento	2	432,20
Responsável pela Direção Técnica do Corpo Clínico da Secretaria Municipal de Saúde (Unidade Sanitária Central e Postos de Saúde)	01	1.080,49
Responsável pela Direção Técnica do Corpo Clínico do Hospital Municipal Bom Jesus	01	1.080,49
Responsável pela Direção dos Serviços Contábeis	01	1.188,54

PORTARIA Nº 105/2015

PORTARIA Nº. 105/2015.

DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1º -Dispensar a pedido, em data de 10/03/2015, a servidora ELISABETE SILVEIRA, nascida em 31/10/1979, portadora do CPF nº 035.504.749-70, RG. nº 4.662.241 SESP/SC, das atividades de Professora ACT (20h/sem), para a qual foi contratada através da Portaria nº 038/2015 de 09/02/2015.

Art 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 16 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

LEI N. 2377/2015

Lei nº 2.377/2015, de 24 de Março de 2015.

Altera dispositivos da Lei Municipal n. 2.250, de 18 de dezembro de 2012, e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que coloca em apreciação e votação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º Os arts. 7º, 21, 25, 29, 33, 41, 42, da Lei Municipal n. 2.250, de 18 de dezembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

II -

a)1 (um) representante a ser indicado de forma conjunta pelos clubes de serviços;

b)1 (um) representante a ser indicado de forma conjunta pelas associações constituídas no Município;

.....

d)Revogado.” (NR)

“Art. 21

.....

III - residir no Município de Itá, Estado de Santa Catarina, há pelo menos 1 (um) ano antes do pleito, mediante comprovante;

V- reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 1 (um) ano no trato direto com crianças e adolescentes, atestado por órgãos ou entidades em que atuaram nos últimos 5 (cinco) anos;

VII - ser aprovado em avaliação psicológica.” (NR)

“Art. 25

.....

§ 2º Revogado.”

“Art. 29

.....

§ 2º O curso de aperfeiçoamento previsto no § 1º deste artigo deverá ter no mínimo 40 (quarenta) horas, o qual deverá ter frequência integral por parte de cada membro do Conselho Tutelar.”(NR)

“Art. 33

.....

Parágrafo único. Revogado.”

“Art. 41. A remuneração do Conselheiro Tutelar será de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais a partir do mandato que se iniciará em 2016, quantia essa que será revisada anualmente, na mesma data e proporção, em relação aos vencimentos dos servidores públicos municipais.” (NR)

Parágrafo único. Revogado.”

“Art. 42

.....

.....

.....

VI - Revogado;

§ 1º O saldo de remuneração e férias proporcionais serão pagas em pecúnia nos casos de término de mandato, renúncia ou destituição de mandato.

.....

.....

§ 3º Não haverá pagamento de plantões ou de horas de sobreaviso,

haja vista que a dedicação do Conselheiro Tutelar é exclusiva e em tempo integral, conforme escala de trabalho a ser definida, na forma legal.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 24 de Março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2378/2015

Lei nº 2.378/2015, de 24 de Março de 2015.

AUTORIZA BAIXAR E ALIENAR BENS MÓVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores discutiu, votou, aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a baixar do Patrimônio Público Municipal e, alienar os seguintes bens móveis, no estado de conservação em que se encontram:

I - Caminhão Basculante, VW/14.150, Placas LYN2523, Chassi 9BWXTAEZ4VRB00634, Ano 1997, Modelo 1997, Cor Branca, Renavam 674158334, registrado no patrimônio municipal nº 1120;

II - Caminhão Basculante, M. Benz/LK 1313, Placas MAL8956, Chassi 9BM345021GB716308, Ano 1986, Modelo 1986, Cor Azul, Renavam 555004953, registrado no patrimônio municipal nº 1126;

III - Camioneta Toyota Bandeirante, Placas MAW1737, Chassi OJ81396, Ano 1986, Modelo 1986, Cor Branca, Renavam 555011534, registrado no patrimônio municipal nº 1134;

VI - Automóvel GM/Celta, Placas MBO6753, Chassi 9BGRD-08Z02G155844, Ano 2002, Modelo 2002, Cor Branca, Renavam 781815789, registrado no patrimônio municipal nº 11682;

VII - Caminhão Tanque, VW/17.300, Placas MAY8654, Chassi 9BWY2VTUXYRY06532, Ano 2000, Modelo 2000, Cor Branca, Renavam 739742590, registrado no patrimônio municipal nº 9367;

VIII - Retroescavadeira Randon, Modelo RK-406B, Tração 4X4, Motor Quatro Cilindros Turbo com 90hp's, Ano 2009, Cor Amarela, com concha 12", registrada no patrimônio municipal nº 8780;

IX - Trator Agrícola de Pneus New Holland TL75, registrado no patrimônio municipal nº 4206.

Parágrafo Único. Os bens serão levados a leilão público, com ampla divulgação.

Art. 2º A receita proveniente da alienação será devidamente contabilizada no Orçamento Municipal e aplicada na forma estabelecida na Lei 4.320/64 e na LC 101/2000.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 24 de Março de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

LICITACAO Nº 12/2015

Processo Licitatório nº 12/2015, Pregão Presencial nº 12/2015; Objeto: Registro de Preços para aquisição de Uniformes, Jalecos, Camisetas e Coletes para uso dos profissionais das Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 13 de abril de 2015; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 13 de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1893.

Itaiópolis, 24 de março de 2015.
Eliseu Alexandre Gabardo
Secretário Municipal de Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO N. 49, DE 24 DE MARÇO DE 2015

DECRETO N. 49, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2015, por conta do "Superavit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939, de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga-SC, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2015, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte Fonte de Recursos: 174 - Rec. Tes. Exercício Anterior - Convênios Assistenciais, no valor de R\$ 75.623,20.

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social

31.90.00.00.00.00.00.0174 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0174 - Aplicações Diretas R\$ 53.623,20

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 24 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 46, DE 23 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 46, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS) De Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o constante na Lei Municipal nº 1438 de 08.11.1991 c/c a Lei Municipal nº 2820 de 15.03.2013;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) DE ITAPIRANGA, conforme segue:

I. REPRESENTANTES DO GOVERNO :

a) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular Luis Carlos Steffenon

Suplente Clair Maria Heck Heinen

b) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular Lori Bourscheid

Suplente Simone da Luz Reichert

c) DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

Titular Claudia Luisa Stefanello

Suplente Cleonice dos Santos Becker

d) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

Titular Diego Zampiva

Suplente Eusébio A. Tavares Filho

e) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA:

Titular Tiago Rohden

Suplente Alberto Lengert

II. REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

a) INSTITUIÇÃO HOSPITALAR LOCAL

Titular Célia Petry

Suplente Alexandre Gomes Ribas

III. REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

a) DO NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF

Titular Lisnei Wesendonk Carati

Suplente Samira de Freitas Bolsi

b) DAS ENFERMEIRAS E TÉCNICAS EM ENFERMAGEM:

Titular Roseli Inês Puhl

Suplente Vera Roseli Pohren Steffenon

c) DOS MÉDICOS E ODONTÓLOGOS:

Titular Ricardo Moraes Guedes

Suplente Leonardo Weber Fabião

d) DAS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE:

Titular Claudina Mayer

Suplente Bernadete Elena Etges Petzold

IV. REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

a) DA PASTORAL DA SAÚDE

Titular Lidia Wernke Seger

Suplente Inez Petry

b) DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS

Titular Noeli Maraska Herschaft

Suplente Waldemar Schroeder

c) DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Titular Márcia Neumann

Suplente Olavo José Welter

d) DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES URBANOS

Titular Iara Marlene Soares da Luz

Suplente Angelo Altair Venzo Encarnação

e) DA ASSOCIAÇÃO DE INDIVÍDUOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Titular Cristina Schroeder

Suplente Carolina Beatriz Fernandes Sobrinho

f) DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE

Titular Lauro Nedel

Suplente Cacilda Wiggers

g) ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - ASSEMIT

Titular Cesar Henrique Casagrande de Moura

Suplente Angélica Baptestel

h) DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Titular Crescência Hickmann

Suplente Adélia Schmitz

i) DAS IGREJAS

Titular Ivete Teresinha Schimunek

Suplente Mirna Klein

j) DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCAL

Titular Jamile Block Araldi Macagnan

Suplente Débora Eliana Teichmann Krolikowski

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente

o Decreto nº 34, de 23 de fevereiro de 2012.

ITAPIRANGA - SC, 23 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

DECRETO Nº 47, DE 23 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 47, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Delega atribuições ao Secretário Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 e 74 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art.1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Secretário Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos, Artemio Antonio Scalon, matrícula nº 9979/5 para cumulativamente, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, de 24 a 26 de março de 2015, período de viagem do Secretário Alberto Lengert, matrícula nº 14460/04, a Florianópolis participar de Seminário sobre indicadores econômicos e sociais de valor adicionado do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 23 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

DECRETO Nº 48, DE 23 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 48, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Recebe bens imóveis em doação sem encargo

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o artigo 14, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto pelo Prejulgado nº 1566 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: "Desde que a legislação municipal não vede, é admissível ao Município o recebimento de bens através de doação, todavia, deve o mesmo proceder à análise da conveniência, considerando-se a relação custo/benefício do bem doado. Caso não haja disciplina na Lei Orgânica ou em legislação municipal, nada impede que a aceitação da doação, ainda que com encargo, seja efetivada através de ato do Chefe do Poder Executivo";

CONSIDERANDO que a Administração Pública, para receber bens imóveis por doação, não necessita de lei autorizadora, salvo se com encargo. (Diogenes Gasparini, Direito Administrativo, 9 ed., São Paulo, Saraiva, 2004);

CONSIDERANDO que no presente caso, trata-se de doação pura e simples sem encargos de bem imóvel por particular ao Município de Itapiranga;

DECRETA:

Art. 1º Receber em doação, pura e simples e sem encargo, os seguintes bens imóveis:

I - LOTE URBANO Nº 13, da Quadra nº 13, da Viela Leo Preis, do Loteamento São Cristóvão, situado na cidade de Itapiranga, com área de 468,62m², sem benfeitorias, confrontando: ao NORTE, em 17,00 metros, com o lote urbano nº 14, e em 24,00 metros, com os lotes urbanos nº 02 e nº 03; ao SUL, em 39,31 metros, com o lote urbano nº 12; ao LESTE, em 10,50 metros, com parte do lote rural nº 2; e ao OESTE, em 12,00 metros, com a Viela Leo Preis, e em 5,00 metros, com o lote urbano nº 14, de propriedade de FRANCIS MAITON TESSARO, brasileiro, solteiro, maior, advogado, inscrito no CPF sob o nº 043.873.519-69, que é objeto da Matrícula nº 13.179, do Cartório de Registro de moveis da cidade e comarca de Itapiranga;

II - PARTE DO LOTE RURAL Nº 2, da Linha Cotovelo, situado neste município de Itapiranga, com área de 764,49m², sem benfeitorias, confrontando: ao NORTE, em 36,00 metros, com os lotes urbanos nº 4, nº 5 e nº 6, todos da quadra nº 13, do loteamento São Cristóvão; ao LESTE, em 14,00 metros, com o lote urbano nº 10, da quadra nº 13, do loteamento São Cristóvão; ao SUESTE, em 38,45 metros, com terras do lote rural nº 2; ao OESTE, em 13,00 metros, com o lote urbano nº 11, da quadra nº 13, do loteamento São Cristóvão; ao NOROESTE, em 4,76 metros com o lote nº 12, da quadra nº 13, do loteamento São Cristóvão; e novamente ao OESTE, em 10,50 metros, com o lote nº 13, do loteamento São Cristóvão, de propriedade de GUIDO STAUB, inscrito no CPF sob o nº 148.304.429-72 e sua esposa VITÓRIA MARIA GIEHL GASSEN STAUB, inscrita no CPF sob o nº 060.681.298-96; composta pela área desmembrada do imóvel objeto da Matrícula nº 13.179, do Cartório de Registro de moveis da cidade e comarca de Itapiranga.

Arti. 2º O valor venal atribuído ao imóvel constituído pelo lote urbano nº 13, da quadra nº 13, com área de 468,62m² é de R\$ 30.846,91 (trinta mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos), e ao imóvel constituído por parte do lote rural nº 2, da Linha Cotovelo, situado neste município de Itapiranga, com área de 764,49m² é de R\$ 1.509,68 (um mil, quinhentos e nove reais e sessenta e oito centavos).

Art. 3º A partir da publicação do presente Decreto fica o Poder Executivo autorizado, em nome do Município de Itapiranga, a efetuar o registro dos bens no Patrimônio do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 24 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

LEI Nº 2.972, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2.972, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Institui o Programa de Abertura, Ampliação, Reforma e Limpeza de Açudes, Tanques, Viveiros e Reservatórios de Água, nas propriedades rurais do município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa de abertura, ampliação, reforma e limpeza de açudes, tanques, viveiros e reservatórios de água nas propriedades do Município de Itapiranga - SC, com a finalidade melhorar a qualidade da água, aumentar o volume de armazenamento de água e incentivar a produção comercial de peixes, através do subsídio de horas máquinas.

Art. 2º Para a execução do Programa fica o Poder Executivo Municipal autorizado a disponibilizar máquinas, bem como serviços técnicos para acompanhamento do programa e assistência técnica nas propriedades.

Art. 3º Para aplicação da presente Lei, cada produtor rural poderá receber o subsídio de até 12 horas de serviço de escavadeira hidráulica ao valor de até 0,4 UFM por hora trabalhada por ano.

Art. 4º O excedente do limite de horas estabelecido no art. 3º poderá ser de até 50% (cinquenta por cento).
Parágrafo único. O valor da hora máquina das horas excedentes será de até 0,8 UFM.

Art. 5º Após a execução do serviço o Município, através do setor de tributos, emitirá boleto bancário para pagamento do serviço em nome do produtor.

§1º O pagamento do serviço poderá ser a vista ou em até 03 (três) parcelas mensais subsequentes ao serviço.

§2º Os produtores deverão fazer sua inscrição na Secretaria Municipal da Agricultura para elaboração do cronograma de propriedades a serem atendidas.

Art. 6º Para a execução do serviço, todas as questões inerentes à legislação ambiental, serão de responsabilidade do beneficiário.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta do orçamento municipal, em cada exercício ocorrente.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei por decreto.

Art. 9º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 24 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá**PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 2415/2015 NOMEIA CHEFIA DA DIVISÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2415/2015

Data: 24 de março de 2015.

NOMEIA CHEFIA DA DIVISÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. SOLAMIR COELHO, no cargo de Chefe da Divisão de atividades administrativas, da Procuradoria Jurídica.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2409/2015 NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MOBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO NO CONTROLE A DENGUE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - SC.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2409/2015

Data: 18 de março de 2015

NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MOBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO NO CONTROLE A DENGUE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue do Município de Itapoá - SC, composto pelas seguintes representações:

I - Cristian Angelo Grassi - Titular - Secretaria Municipal de Saúde
Susinei Ribeiro Schultz - Suplente - Secretaria Municipal de Saúde

II - Thales Aimone - Titular - Vigilância Sanitária
Joricilda Borba Ledoux - Suplente - Vigilância Sanitária

III - Priscila de Araújo Carneiro - Titular - Vigilância Epidemiológica
Janayna Gomes Silvino - Suplente - Vigilância Epidemiológica

IV - a) Giancarlo Falchetti - Titular - USF Pontal do Norte
Antonio José Dias - Suplente - USF Pontal do Norte

b) Carla Aparecida Rusiska - Titular - USF Itapoá
Pedro Istanislau Alves - Suplente - USF Itapoá

c) Ariadne Alessandra Nascimento - Titular - USF Itapema do Norte
Neuzi Terezinha Cordeiro Machado - Suplente - USF Itapema do Norte

d) Daniele Santos Kuroba - Titular - USF Samambaia
Lidia Matilde Pereira - Suplente - USF Samambaia

e) Daiane Sitadela - Titular - USF Barra do Saí
Mônica Deunio Olkoski - Suplente - USF Barra do Saí

f) Antonio Paulo Tercziany - Titular - P.A 24 horas
Paulo José Hening - Suplente - P.A 24 horas

V - Francis Ledoux de Oliveira - Titular - Secretaria de Planejamento e Urbanismo
José Luiz Reis de Souza - Suplente - Secretaria de Planejamento e Urbanismo

VI - Jacqueline Paese - Titular - Secretaria de Educação Municipal
Sandra Maria Dani Benk - Suplente - Secretaria de Educação Municipal

VII - Ana Luiza Valente - Titular - Secretaria de Assistência Social
Flavia Jordana Sanches - Suplente - Secretaria de Assistência Social

VIII - Fábio Jerônimo do Carmo - Titular - Corpo de Bombeiros Municipal
Emerson Jorge da Luz - Suplente - Corpo de Bombeiros Municipal

IX - Rodrigo Ceccin - Titular - Secretaria de Meio Ambiente
Ana Paula Camargo - Suplente - Secretaria de Meio Ambiente

X - Euclides Goulart Sanches - Titular - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jeferson Rubens Garcia - Suplente - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

XI - Sidnei Pires do Amaral - Titular - Concessionária de coleta de lixo
Lenilson Francisco Fogagnolo - Suplente - Concessionária de coleta de lixo

XII - Lana Rosélia Quadros Bevilaqua - Titular - Conselho Municipal de Saúde
Dorothe Edda Niederheitmann - Suplente - Conselho Municipal de Saúde

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2411/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2411/2015

Data: 18 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/12/2015, de 18 de março de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$

1.641.402,81 (hum milhão seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e um centavos), conforme segue: Suplementações

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

00401220002.2008 Convênio com a Secretaria de Segurança Pública

33390 Aplicações Diretas (413) DR 30000
..... R\$ 37.000,00

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

05.02 Departamento de Finanças

00401220003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças

33390 Aplicações Diretas (423) DR 30000
..... R\$ 294.834,37

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

01504510009.2076 Ensaibramento de Vias Públicas

33390 Aplicações Diretas (414) DR 30000
..... R\$ 960.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

01203610021.2090 Manutenção da Secretaria de Educação

33390 Aplicações Diretas (420) DR 30100
..... R\$ 291.045,39

13.03 Ensino Fundamental /EJA

01203660021.2107 Manutenção do EJA

33390 Aplicações Diretas (422) DR 63706
..... R\$ 4.460,28

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33390 Aplicações Diretas (421) DR 30201
..... R\$ 50.000,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

0802440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (397) DR 30000
..... R\$ 4.062,77

Total das Suplementações
..... R\$ 1.641.402,81

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2412 /2015 NOMEIA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2412 /2015

Data: 19 de março de 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando o Art. 23 da Constituição Federal; a Portaria nº 448/2003 do Ministério da Fazenda; a Lei Complementar Municipal nº 008/2004; o anexo V do Decreto Municipal nº 515/2004; a Instrução Normativa do

Controle Interno Municipal nº 04/2012 e a C.I nº 10/2014 - CPPM,

DECRETA

Art.1º Fica nomeada a Comissão de Patrimônio Público Municipal, com objetivo de administrar o patrimônio público municipal, com a seguinte composição:

Titulares:

1. Maurício Deunísio OlkoskiPresidente
2. Daiane BatistaSecretária
3. Cenita Schizzi Dani
4. Susinei Ribeiro Schultz
5. Nelson Harres e Pires Godoy

Suplentes:

1. Volnice Margarete da Cunha Steil
2. Mônica Siqueira Frizzo
3. Isabela Raicik Dutra Pohl

Parágrafo único. Para assessorar a Comissão ficam estabelecidos que o responsável pela verificação, inventário, e prestação de informações, sempre que solicitados, acerca dos bens existentes no Setor, será qualquer servidor que esteja lotado na unidade onde houver necessidade de apoio.

Art. 2º Por Patrimônio Público se subentende todos os bens móveis existentes em todos os órgãos públicos, Autarquias, e os alocados em Entidades por cessão de uso ou em uso por funcionários ali lotados, e os bens imóveis de propriedade do Município.

Art. 3º Estabelece-se à Comissão, além do preceituado em leis:

- I. Reunir-se sempre que necessário, a convite do Presidente;
 - II. Lavar em ata todas as deliberações tomadas em reunião;
 - III. Manter o inventário dos bens públicos municipais atualizados, e em sistema informatizado;
 - IV. Cumprir o estabelecido no anexo V do Decreto Municipal nº 515/2004 e demais preceitos legais;
 - V. Atuar junto ao Setor de Compras de forma a receber informações sobre toda e qualquer aquisição que deva ser registrado como bem patrimonial;
 - VI. Registrar a movimentação de bens entre setores;
 - VII. Elaborar plano de manutenção preventiva dos bens móveis e imóveis;
 - VIII. Comunicar à Controladoria Interna os eventuais desvios, irregularidades ou falta de bens cadastrados.
 - IX. Promover avaliações de bens patrimoniais móveis e imóveis, para fins de inclusão e alienação;
 - X. Efetuar sindicâncias para apuração de fatos sobre a movimentação de bens patrimoniais, encaminhando parecer para a Procuradoria Jurídica e cópia para a Controladoria.
- Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 1964/2013.

Itapoá (SC), 19 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2413/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2413/2015

Data: 23 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/14/2015, de 23 de março de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 202.993,38 (duzentos e dois mil novecentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos), conforme segue:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

01203610021.2093 Merenda Escolar

33390 Aplicações Diretas (417) DR 63701
..... R\$ 2.394,81

01203610021.2094 Transporte Escolar Municipal

33390 Aplicações Diretas (418) DR 63705
..... R\$ 8.421,09

01203610021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental

33190 Aplicações Diretas (416) DR 61800
..... R\$ 113.429,00

13.02 Ensino Infantil

01203650021.2101 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil

33190 Aplicações Diretas (419) DR 61800
..... R\$ 75.619,72

13.06 Ensino Especial

01203670021.2133 Convênio com a APAE

33350 Transf à Inst. Privadas s/ fins lucrativos (415) DR 30100 ...
..... R\$ 3.128,76

Total das Suplementações
..... R\$ 202.993,38

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2414/2015 FIXA VALORES DE DIÁRIAS, NOS TERMOS DO ART. 54, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2014.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2414/2015

Data: 23 de março de 2015.

FIXA VALORES DE DIÁRIAS, NOS TERMOS DO ART. 54, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 52, Inciso IV, Alínea "b", da Lei Complementar nº 44/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica fixado os valores das diárias em conformidade com o disposto no art. 52, Inciso IV, Alínea "b", da Lei Complementar nº 44/2014, descritos no ANEXO I do presente decreto.

Art. 2º Em caso de viagens com veículos oficiais, sem pernoite, será indenizado meia diária.

Art. 3º Em caso de viagens com veículos particulares, será indenizado a diária integral.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e Revoga o Decreto Municipal nº 2400/2015.

Itapoá (SC), 23 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ANEXO I

Capital Nacional

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.200,00

Demais Servidores R\$ 800,00

Cidades com distância superior a 500 Km da Sede do Município

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.000,00

Demais Servidores R\$ 600,00

Cidades com distância superior a 200 Km da Sede do Município

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 700,00

Demais Servidores R\$ 250,00

Cidades com distância superior a 100Km da Sede do Município

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 380,00

Demais Servidores R\$ 150,00

Cidades com distância Inferior a 100Km da Sede do Município

Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 200,00

Demais Servidores R\$ 80,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO EDITAL 018/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 18/2015

Matemática

Class.	Protocolo	Nome	Habilitados
1	01	Maria Lucia Cordeiro	Graduada
2	02	Ronaldo Leopoldo Villwock	Graduado
3	03	Leonardo Pereto Franco de Oliveira	Estudante

Itapoá, 23 de março de 2015

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 19/2015.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 19/2015.

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 17/2015 para complementação do quadro de Professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, em um período compreendido entre 30/03/2015 a 18/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 25 de março de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

Vagas	Área	CH
1	Arte	40h
1	Educação Física	20h

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando escolaridade, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 26 de março de 2015 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

- 1- Cédula de Identidade (RG)
- 2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- 3- Título de Eleitor
- 4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)
- 5- Certidão de nascimento ou casamento
- 6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)
- 7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação
- 8- Uma foto recente
- 9- Comprovante de residência
- 10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- 11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)
- 12- Certidão de Nascimento dos Filhos
- 13- Certidão de Regularização do CPF (internet)
- 14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 18- Tipagem sanguínea
- 19- Laudo médico
- 20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:
- 21- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 24 de março de 2015.
Terezinha Fávaro da Silveira
Secretaria de Educação

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 013/2015 – RECEPCIONISTA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 013/2015 - RECEPCIONISTA

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Recepcionista

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Sueli Eulalia Quadros	93
2º	Ticiane Reis Abrantes	91
3º	Daniella Terezinha Pagnoncelli	90
4º	Marlon E. De Carvalho	89
5º	Juliana Cardoso Corbetta	88
6º	Natalia Fernanda Bezerra Pirola	87
7º	Amanda Barbosa da Silva	87
8º	Ingrid Meirjurgem Saad	86
9º	Gabriele de Melo Machado	85
10º	Thaila Geisy Kuboski	84
11º	Michele Dayse da Silva	83
12º	Jean Cromacio da Silva	83
13º	Vanessa Pereira Schmoeller	83
14º	Marcia Rosa da Costa Correa	81
15º	Larissa Carvalho	81
16º	Dalila Afonso da Silva	81
17º	Juliane Maia Mendes de Oliveira	79
18º	Cilene Rosilene Bezerra	79
19º	Regina Gloria dos Santos Martins	78
20º	Fabricio Campana Peres	77
21º	Bruna de Pauli Almeida	77
22º	Fernanda Oliveira da Paixão Belinelli	76
23º	Jacqueline Reis de Lima Marquete	74
24º	Fernanda Fallgatter da Silveira	74
25º	Cristiane do Socorro Costa da Silva	73
26º	Cristiane Aparecida Moro	72
27º	Mari Iolanda Kohlbeck	72
CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
28º	Sussimara da Silva	72
29º	Adelyne Angelica Hagge	72
30º	Ana Denise Moreira	71
31º	Leda Bertoli Alexandrino	70
32º	Silvane Lindebeck	70
33º	Talita Aparecida Coelho Chagas	70
34º	Sonia Aparecida dos Santos	69
35º	Liziany de Fatima Koppe	69
36º	Jaqueline Ivanski	69
37º	Francine Ramos	69
38º	Natalia Dani Benck	69
39º	Tassiane Cordeiro	68
40º	Monaliza Maia da Luz	68
41º	Eveliny de Souza Silva	67
42º	Caroline Pereira	67
43º	Regina Missel Vasques	66
44º	Patricia de Oliveira	66
45º	Kelli Vanusa Lemonie	66
46º	Jhanefer Fernandes dos Santos	66
47º	Hellye Jacqueline Wojakevicz	65
48º	Luciana Pedrosa Spricigo	65
49º	Jhessica Galante Cabral de Jezuz	65
50º	Mariana de Souza Gonsalves	65

51º	Caoany Olegario Schendroski	65
52º	Gisele Aparecida de Oliveira	64
53º	Leticia da Silva Bucoff Gonçalves	63
54º	Marilize Nunes de Jesus da Silva	62
55º	Thais Vicente da Silva Vargas	61

Itapoá, 24 de Março de 2015.

Marciane Rech

Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima

Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz

Agente Administrativo II

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 044 DE 16 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 044 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1.022:Construção, Ampliação Unidade, Aquisição de Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação:4.4.90.00.00.06.0697(26) - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), depositados na Agência 1084 - CEF e conta corrente n.º 624.029-1, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 16 de março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 045 DE 16 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 045 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139, e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

DECRETA:

Ar. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I.1º de janeiro, quinta-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II.02 de janeiro, sexta-feira (ponto facultativo);
- III.16 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV.17 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- V.02 de abril, quinta-feira (ponto facultativo);
- VI.03 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- VII.20 de abril, segunda-feira (ponto facultativo);
- VIII.21 de abril, terça-feira, Tiradentes (feriado nacional);
- IX.01 de maio, sexta-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- X.04 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- XI.23 de julho, quinta-feira, Emancipação Política do Município (feriado municipal);
- XII.07 de setembro, segunda-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XIII.01 de outubro, quinta-feira, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);
- XIV.12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XV.28 de outubro, quarta-feira, dia do Servidor Público (ponto facultativo);
- XVI.02 de novembro, segunda-feira, Finados (feriado nacional);
- XVII.15 de novembro, domingo, Proclamação da República (feriado nacional);
- XVIII.24 de dezembro, quinta-feira, véspera de natal (ponto facultativo);
- XIX.25 de dezembro, sexta-feira, Natal (feriado nacional);
- XX.31 de dezembro, quinta-feira, véspera de ano novo (ponto facultativo);

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 002 de 05 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado - (SC), 16 de março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Joaçaba**PREFEITURA****53/2013 PMJ TA 02**

CONTRATO Nº 53/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 211, sala 106, no Município de Maravilha - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº 1.717.885-1 - SESP/SC.e CPF nº 665.162.939-53, residente e domiciliado na Avenida Presidente Kennedy, 509 - Bairro Padre Antonio, na cidade de Maravilha - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 53/2013/PMJ, firmado em 01 de abril de 2013, proveniente do Processo de Licitação nº 11/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Concorrência nº 01/2013/PMJ, homologado em 20/03/2013, cujo objeto é "a prestação pela CONTRATADA de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Joaçaba", onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Os valores contratados, constantes do contrato original, ficam reajustados em 13,4776%, correspondentes a variação do INPC (IBGE) no período de março/2013 a fevereiro/2015, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2015, conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTDE. MENSAL ESTIMADA	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
	600,00	ton	1.1.Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais	139,24	158,00
1	600,00	ton	1.2.Operação, manutenção e monitoramento de Aterro Sanitário.	98,21	111,45
2	300,00	km	Varrição manual de vias e logradouros públicos	97,66	110,82
3	1,00	Eqp	Fornecimento de Equipe Apoio	79.848,32	90.610,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 3.426.312,00 (três milhões quatrocentos e vinte e seis mil trezentos e doze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 24 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

DECRETO Nº 4.746 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4.746 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de

R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, no Orçamento Municipal Vigente:

Órgão: 20 - Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável

Atividade: 2.115 - Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.000

Valor: R\$ 400.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são proveniente da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 20 - Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável
Unidade Orçamentária: 02 - Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável
Comer. Turismo e Inovação

Atividade: 1.060 - Aquisição de Terrenos para área Industrial
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.000

Valor: R\$ 400.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 23 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO: 04/2015 - FME

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO: 04/2015 - FME	VALOR: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
Concedente: Fundo Municipal de Esportes CNPJ: 21.672.486/0001-84	Beneficiário: Associação Pró Tênis de Mesa - APTM CNPJ: 11.087.307/0001-98
Objeto: O presente Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mútua cooperação, para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, a ser executado pelo FOMENTADO	Previsão orçamentária: Proj./Atividade: 2128. Manutenção das Ativ. de Esportivas Modalidade Aplicação: 212 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000
Lei de Autorização: Nº 4.555 / 2014	Data: Joaçaba, 24 de março de 2015.
Superintendente: Rony Edson Lenz	Presidente: Isac Luiz Ribeiro

EXTRATO PL 05/2015/FMS - DL 01/2015/FMS - HOMOLOGADO EM 24-03-2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5 / 2015 - FMS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1 / 2015 - FMS

1 - DO OBJETO

Locação de imóvel de propriedade de MARIA ALVANI FIORENTIN VOLPATO, compreendendo uma sala comercial denominada Loja nº 01, localizada no pavimento térreo do Condomínio Edifício Wilmar Volpato, situado na Avenida Santa Terezinha, nº 1.728, bairro Menino Deus, matrícula nº 30.549 - Registro de Imóveis 1º Ofício,

destinado à instalação de Unidade de Saúde.

2 - DA JUSTIFICATIVA

O imóvel de atende plenamente às necessidades para instalação da Unidade de Saúde naquele bairro.

Além disso, não existem nas imediações ou no interior do bairro outros imóveis disponíveis para locação.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à localização do imóvel, bem como justificativa quanto ao valor que, conforme laudo de avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

4 - DO LOCADOR

MARIA ALVANI FIORENTIN VOLPATO, residente e domiciliada na Rua Almirante Barroso, bairro Tobias, em Joaçaba, SC, portadora da C.I. nº 217.729-SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob nº 219.214.589-68.

5 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) e a contratação no período de 12 meses a contar da data da assinatura do contrato.

6 - DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência de 12 meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado se de interesse das partes.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.122 - BLATB - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 25 de fevereiro de 2015.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ademir Luiz Righi
Secretário

EXTRATO PL 26/2015/PMJ - TP 05/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 5/2015/PMJ

Objeto: A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura:

Dia 14/04/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 14/04/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
VENILTON ROGÉRIO TELES
Secretário

LEI Nº 4.592 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.592 DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI Nº 4.064 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010."

O Prefeito do Município de Joaçaba

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica revogada em todos os seus termos a Lei nº 4.064 de 10 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.593 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.593 DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, no Orçamento Municipal Vigente:

Órgão: 20 - Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável
Atividade: 2.115 - Manutenção da Frota Agrícola
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000
Valor: R\$ 400.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são proveniente da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 20 - Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável
Unidade Orçamentária: 02 - Secretaria Munic. De Desen Indus. Comer. Turismo e Inovação
Atividade: 1.060 - Aquisição de Terrenos para área Industrial
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 000
Valor: R\$
400.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 23 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.594 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.594 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A AFETAR IMÓVEL AO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a afetar ao Fundo Municipal Habitação e Interesse Social do Município de Joaçaba o imóvel a seguir descrito:

- um terreno Constituído do Lote 12 da quadra "C" do loteamento Jardim Itália, situado na Rua nº02 na cidade de Joaçaba-SC, com área de trezentos e sessenta metros quadrados (360,00m²), sem benfeitorias, confrontando :Frente na extensão de 12,00 m com a Rua nº02,fundos na extensão de 12,00m com uma área verde, e lado direito na extensão de 30,00m com o lote nº 13, e lado esquerdo na extensão de 30,00m com o lote nº11. Matrícula nº 20.912. Registro de Imóveis 1º Ofício de Joaçaba.

- um terreno constituído do Lote 13 da Quadra "C" do Loteamento jardim Itália, situado na Rua nº02 na cidade de Joaçaba SC, com área de quatrocentos e oitenta metros quadrados (480,00m²),sem benfeitorias, confrontando: Frente na extensão de 27,00 m com a Rua nº02, Fundos na extensão de 05ms.com uma área verde, e lado Direito na extensão de 38 ms.com terras de Osni Heberle, e lado esquerdo na extensão de 30ms.com o lote nº12. Matrícula nº 20.913. Registro de Imóveis 1º Ofício de Joaçaba.

- um terreno urbano constituído de lote nº 08 da quadra "N" do Loteamento Jardim Itália, situado na Rua nº 09 na cidade de Joaçaba - SC, com área de quinhentos e quarenta metros quadrados (540,00m²), sem benfeitorias, confrontando: Frente na extensão de 18,00m2 com a Rua nº 09, Fundos na extensão de 18ms. com o lote nº 10, Lado Direito na extensão de 30,00m com o lote nº 09 e Lado Esquerdo na extensão de 30,00m com uma área pública. Matrícula nº 21.004. Registro de Imóveis 1º Ofício de Joaçaba.

- um terreno urbano constituído do lote nº 09 da quadra "N" do loteamento Jardim Itália situado na Rua nº 09 na cidade de Joaçaba -SC, com área de quatrocentos e cinquenta metros quadrados (450,00m²),sem benfeitorias ,confrontando: Frente na extensão

de 20,00m com a Rua nº09,Fundos na extensão de 10,00m com o lote nº10, lado Direito na extensão de 31,00m com área verde nº05 e lado esquerdo na extensão de 30,00 m com o lote nº08. Matrícula nº 21.005. Registro de Imóveis 1º Ofício de Joaçaba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 23 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.595 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.595 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"DISPOE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 4.188/2011 QUE TRATA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social de Joaçaba, Herval D´Oeste e Luzerna - ASAPREV, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI :

Art. 1ºFica alterado o artigo 1º da Lei nº 4.188/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social de Joaçaba, Herval D´Oeste e Luzerna - ASAPREV, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 05.477.897/0001-62, objetivando a Permissão de Uso de parte do imóvel de propriedade do Município, situado na Rua Cassemiro Meneghini, Bairro Vila Pedrini (antiga Escola Municipal Rotary Fritz Lucht) - Matrícula nº 12.194 do Registro Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba.

Art. 2ºFica alterado o artigo 2º da Lei n.º4.188/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O prazo de vigência do termo de Permissão de Uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, se do interesse das partes.

Parágrafo Único - Rescinde-se a permissão no caso de extinção da ASAPREV, ainda que não de corrido o prazo do "caput".

Art. 3º Fica a entidade beneficiária autorizada a promover reformas e ampliações no referido imóvel, sendo que as despesas provenientes destas correrão por conta da entidade.

Art. 4º.Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

ATA REG PREÇO 03/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como, para as unidades dos ESF's, CEM e SAMU.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Oxigênio Medicinal 1 - 3 m³ (PPU - recarga) - destinado a recarga de cilindros nas Unidades de Saúde e Ambulâncias	M³	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LT (7004)	LINDE	0	18,5000	1		
			WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (8034)		0	18,8000	2		
2	Oxigênio Medicinal (por m3) - destinado a recarga de cilindros utilizados para oxigenoterapia domiciliar de pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde. O cilindro, bem como seus acessórios (fluxômetro e regulador), deverá ser fornecido pela empresa contratada, em regime de comodato, ao paciente da Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de utilização do mesmo.	M³	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LT (7004)	LINDE	0	5,6000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como, para as unidades dos ESF's, CEM e SAMU.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (8034)		0	5,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como, para as unidades dos ESF's, CEM e SAMU.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015
PROCESSO Nº 8/2015
(7004) - OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LT
(8034) - WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Joaçaba, 20 de Março de 2015.

SIMAE - JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 012/2014 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0012/2014

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0051/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando à contratação de empresa(s) para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinada à manutenção de veículos e máquinas da frota do SIMAE, durante o exercício financeiro de 2014/2015.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

a) execução de reparos, conservação e recuperação de automóveis;

b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	FORNECEDOR	Preço Unit.	Preço Total
1	300,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	18,00	5.400,00
2	150,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	17,00	2.550,00

3	30,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	22,00	660,00
---	-------	----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------	-------	--------

4	50,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	30,00	1.500,00
5	180,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	16,90	3.042,00
6	60,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	17,00	1.020,00

7	60,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	17,00	1.020,00
8	100,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO	MECÂNICA SPIER LTDA - ME	31,50	3.150,00
9	40,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	19,50	780,00

10	20,00	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	18,50	370,00
11	20,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	19,50	390,00
12	20,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SEM PLACA MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA	CESAR AUGUSTO SILOCCIHI	32,00	640,00

13	100,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	31,00	3.100,00
14	80,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	50,00	4.000,00
15	90,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	CESAR AUGUSTO SILOCCIHI	36,00	3.240,00
16	50,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO VOLKS LTDA - ME	39,50	1.975,00
17	200,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	15.800,00
18	100,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	80,00	8.000,00
19	40,00	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	65,00	2.600,00
20	60,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD: LZN-4621 FORD F4000 TURBO 4.3T CAMINHÃO TANQUE - ANO 1998 DIESEL TECNICA ESGOTO MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	36,00	2.160,00

21	150,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA S/PLACAS VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	68,50	10.275,00
----	--------	----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------	-------	-----------

22	90,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA S/PLACAS VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	87,50	7.875,00
23	60,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA S/PLACAS VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO	CESAR AUGUSTO SILOCCHI	36,00	2.160,00
24	30,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	2.370,00
25	20,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	80,00	1.600,00
26	20,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	68,50	1.370,00
27	15,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	CESAR AUGUSTO SILOCCHI	36,00	540,00
28	60,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,50	4.770,00
29	40,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	80,00	3.200,00
30	40,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	67,00	2.680,00
31	40,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA RENAULT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO	CESAR AUGUSTO SILOCCHI	36,00	1.440,00
32	150,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA - ME	23,90	3.585,00

33	200,00	SV	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA - ME	23,90	4.780,00
34	100,00	SV	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	MIRANDA & MIRANDA C DE PEC E SERV EM MEC PES LTDA	64,00	6.400,00
35	100,00	SV	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO	RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA - ME	32,90	3.290,00

36	100,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	BRANDAO MOTO PEÇAS LTDA	35,00	3.500,00
37	100,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	BRANDAO MOTO PEÇAS LTDA	38,00	3.800,00
38	50,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	BRANDAO MOTO PEÇAS LTDA	38,00	1.900,00

39	20,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TÉCNICA ÁGUA MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TÉCNICA ÁGUA MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 TÉCNICA ÁGUA	CESAR AUGUSTO SILOCCIHI	34,00	680,00
Total						127.612,00

1.3 O regime da execução do contrato é indireta - empreitada por preço unitário.

1.4 O presente Contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o SIMAE a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

1.5 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.5.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.5.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5.3 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.5.1.

2.DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0051/2014 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3.VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4.DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da Administração, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 A CONTRATADA retirará o veículo a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.1 Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo em até duas horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.2 Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.3 O transporte dos veículos deverá ser realizado em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados a Contratante;

4.3 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser por este preparado;

4.3.1 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- nome, código do fabricante do veículo e quantidade de peças;
- número de horas dos serviços a serem executados;
- prazo para realização dos serviços;
- placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

4.3.2 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após veículos estar disponível;

4.4 Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços;

4.5 A CONTRATADA poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal conforme disposto no Anexo do edital.

4.6. No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.7 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

a)Provisoriamente: A recepção provisória dos veículos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para conduzir o veículo, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do veículo, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;

b)Definitivamente: A recepção definitiva dos veículos será feita pelo motorista, designado pela Administração para conduzir o referido veículo, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.8 Após o aceite definitivo, o gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

4.9 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

4.10 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus Anexos.

4.11 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

- a) 3 (três) mil quilômetros para serviços prestados;
- b) 3 (três) meses para peças e acessórios comprados no balcão; e
- c) 3 (três) mil quilômetros para peças e acessórios instalados na oficina.

4.12 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato, até o termo final, conforme definidos nas letras: "a", "b" e "c";

5.DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a.O pagamento será efetuado a partir do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por veículo (marca, modelo/ano e nº. da placa), em até 05 (CINCO) dias após entrega da nota fiscal a contento.

b.Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança:

a)Os comprovantes de regularidade perante o INSS e o FGTS.

c.Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

d. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

e. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.6 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 20612062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.14.01

ELEMENTO: 3.3.90.39.19

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras além das previstas no Anexo I do Edital:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

c) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução do contrato; para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) veículo(s);

d) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;

e) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

7.2 O não cumprimento dos prazos estipulados no Edital e seus Anexos poderão resultar na suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

7.3 Será facultado a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I do Edital.

7.4 A inobservância das exigências presentes nesse Contrato acarretará na aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a

Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 30 de dezembro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier

Pregoeira

Equipe de Apoio

Mônica Saraiva RomaniGraciela P. Bordin da Rosa

Representantes das empresas:

Edson Eger

AUTO VOLKS LTDA - ME

Raul de Miranda

MIRANDA & MIRANDA C.DE PEÇ E SERV.EM MEC.PES LTDA

Algeu Dorlizeti Rodrigues Fabricio

RODRI MAQ MECANICA PESADA LTDA - ME

Neusa Angelina Vila Lobus

AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME

Varmo Spier

MECANICA SPIER LTDA - ME

Luiz Carlos Ferreira Brandão

BRANDÃO MOTOS PEÇAS LTDA - ME

Cesar Augusto Silochi

CESAR AUGUSTO SILOCHI - ME

BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO 2015**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.230.310,52	ORÇAMENTÁRIAS	696.561,13
RECEITA PATRIMONIAL	63.643,75	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	623.238,57
RECEITA DE SERVIÇOS	1.085.995,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	365.476,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68.523,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	238.952,31
RECEITA DE SERVIÇOS	12.146,24	INVESTIMENTOS	18.810,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,00	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	73.322,56
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	73.322,56
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.814.106,68	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.214.307,60
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	153.134,35	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	241.292,01
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	702.543,23	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	959.801,52
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	958.429,10	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	844.545,37
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	168.668,70
SALDOS ANTERIORES	7.900.297,98	SALDOS ATUAIS	8.033.914,55
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.775.389,85	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.969.015,60
BANCO C/ MOVIMENTO	122.014,64	BANCO C/ MOVIMENTO	61.987,46
POUPANÇA	2.893,49	POUPANÇA	2.911,49
TOTAL	10.944.715,18	TOTAL	10.944.783,28

JOACABA, 24/03/2015

 ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

 PATRICIA CALLEGARI WARKEN
 Contadora CRC SC 029205/O-3

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2015 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 42/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com o Sr. GERALDO CORREA BASTOS, inscrito no CPF sob n.º 002.432.238-54 sito à Rua Ceará, 439 - Bairro São Cristovão - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua Zeca Neves, Nº 29 - Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pelo Balcão cidadão, pelo valor de R\$ 3.128,91 (três mil, cento e vinte e oito reais e noventa e um centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 24 de Março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 24 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2013 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, com sede à Rua Monte Castelo n.º 209 - CEP: 88.501.060 - fone: 3222.3959, inscrita no CNPJ sob n.º 78.490.653/0001-93, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação do imóvel sito à Rua Luiz Floriano Junior sem número - nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o CRAS 5 de Lages.

DA VIGÊNCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES-SC, 31 de Dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 09/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0001.50, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um Prédio, com 26 salas , 02 auditórios, estacionamento , cozinha, de propriedade da Contratada, sito à Av. Papa João XXIII n.º 1115 - Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages,SC, para instalação do Sede Administrativa da Secretaria Municipal da Educação.

DA VIGENCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 103/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 103/2103 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA WALMA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.404.969/0001-30, com sede nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um barracão, sito à Av, Belizário Ramos, lado impar e Rua Alagoas e Rua Sergipe - nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o setor de veículos da PML.

DA VIGÊNCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 12/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: IONE TEREZINHA FERREIRA SELL, inscrita no CPF/MF sob n.º 862.430.473-20, RG 4725806, residente à Rua Reinoldo Rau, 263/102, Jaraguá do Sul, SC - CEP: 89.251.600.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Monte Castelo, 40, nesta cidade de Lages/SC, onde está instalado o NIAP e o Atendimento Psicossocial.

DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 155/2013 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 155/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: VALERIA WERNER AMARAL SENS, inscrita no CPF sob n.º 646.555.639-15, residente e domiciliada nesta cidade - SC. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação do imóvel sito à Rua Caetano Vieira da Costa, 883 - medindo 223 m², onde está instalada a Farmácia Popular do Brasil.

DA VIGÊNCIA

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias:

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 16/2013 - 3º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

LOCADORA: DEPARTAMENTO REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina, com sede na Rod. Admar Gonzaga, n.º 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis-SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente é a locação de um terreno urbano, com benfeitorias para fins educacionais, por parte do LOCADOR ao LOCATÁRIO do imóvel de propriedade deste, localizado à Rua

Independência, bairro Gethal, no município de Lages/SC, com as seguintes características: um terreno com área total 8.360,75m², sendo 825,69m² de área construída, cujas medidas e confrontações encontram-se descritas na matrícula n.º 13.902, do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Lages/SC.

DA VIGÊNCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 17/2013 - 3º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SOCIEDADE BENEFICIENTE ISLÂMICA DE LAGES, inscrita no CNPJ n.º 83.509.901/0001-30, com sede à Rua Benjamin Constant, 120, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Av. Castelo Branco, 340 - CEP: 88.509-300- nesta cidade de Lages, SC, onde será instalado um Centro de Educação Infantil Municipal.

DA VIGÊNCIA

Fica Prorrogada por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 189/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 189/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, inscrita no CNPJ n.º 84.950.633/0024-47, com sede nesta cidade de Lages/SC.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação do Centro Social da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, sito à Rua Evilásio Ribeiro Koeche, bairro da Penha, onde funciona o Anexo da Creche Bem te Vi.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus

jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 28/2013 - 3º TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.
CONTRATADO: ELCI PEREIRA BORGES, inscrito no CPF/MF sob nº 069.243.609-04 - RG 630.951-8, residente e domiciliado nesta cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO
Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Eleutério da Silva Furtado, sem numero, nesta cidade de Lages/SC, onde será instalado um anexo da Escola Antonio Joaquim Henriques.

DA VIGÊNCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias
As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.
Antônio arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 33/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 33/2013 - 3º TERMO ADITIVO
MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: Sra. MARIA DA GRAÇA LEAL VIEIRA, CPF n.º 347.849.009-00, C.I. nº 636.461-6, residente e domiciliada em Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO
Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Baependi, 300, nesta cidade de Lages, SC, medindo 261,68m², onde está instalado a Escola Básica Municipal Chapeuzinho Vermelho.

DA VIGENCIA

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias.
As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.
Antônio arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2013 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 60/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADO: ELIDIO ADALBERTO HERTIG, inscrito no CPF/MF sob n.º 032.275.619-72, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Moises Furtado nº 155, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde será instalada a Diretoria de Trânsito e Escola de Trânsito de Lages.

DA VIGENCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de dezembro de 2014
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

PP 40 E 41-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 40-2015 PML

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 22/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 127.927,74

Modalidade: PP 41-2015 PML

Objeto: Aquisição de Aparelhos para Reposição em Academias da Terceira Idade

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 23/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 29.299,45

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 24 de março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PE 03-2015 SMS**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015 SMS

OBJETO:AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a alteração que se faz necessária:

LEIA-SE NO SUBITEM:

13.3 De Entrega, em até 45 (quarenta e cinco) dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, Praça Leoberto Leal, 20 - Centro - Lages/SC;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 24 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****EDITAL DE PREGAO Nº11/2015 FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº11/2015 FMS

PROCESSO Nº11/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 07 de abril de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Materiais diversos para campanhas de conscientização para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de março de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº36/2015 PMLM

Inexigibilidade de Licitação Nº36/2015 PMLM

PROCESSO Nº36/2015

Objeto: Inexigibilidade de Licitação de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de LAURO MULLER/SC., conforme resolução Nº. 26 do FNDE, conforme credenciamento por chamada publica 01/2015 PMLM.

Contratada: BLASIO ROHLING

Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Valor: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais), a ser dividido entre todos credenciados.

Vigencia: 23/03/2015 a 31/12/2015.

Lauro Muller, 23 de março de 2015.

JAIR F. MADEIRA.

Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Régis

PREFEITURA

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2014

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2014 Concorrência CC1/2014

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA

Objeto: Presente aditivo, altera a cláusula Terceira do Contrato n. 47/2014, aditando o prazo de vigência do contrato até 30 de Maio de 2015, Também justificada pelo art. 57, paragrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 12 de Dezembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito municipal

DECRETO Nº 020/2015

DECRETO Nº 020/2015, de 03 de Março de 2015.

"Aprova Desmembramento dos Lotes, localizados as margens da Rodovia Municipal LR 446-Linha Comum na cidade de Lebon Régis-SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de dois lotes sendo um de 4.000 m² e outro com 8.000 m² a partir da área do lote 01 da quadra 130 do constante da matrícula 3.110 do Cartório de Registro de Imóveis de Lebon Régis, localizados as margens da Rodovia Municipal LR-446- Linha Comum, de propriedade de Valdir Jesus de Mello Primo, com área de terra superficial de 99.572,55 m² (noventa e nove mil e quinhentos e setenta e dois metros quadrados cinquenta e cinco decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: uma linha medindo 395,521 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal que liga Lebon Régis a localidade denominada de "Comum" ;

Sul: formado por três linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita: 122,40 metros lineares, confrontando com terrenos do Patrimônio Municipal e 148,00 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 114 de propriedade de Moacir Klug medindo 30,00 metros lineares

Lote 17 da quadra 115 de propriedade de Elizabete Rosane Malagoli medindo 30,00 metros lineares.

Lote 18 da quadra 115 de propriedade de Maria J. dos Prazeres de Lima medindo 30,00 metros lineares.

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos medindo 30,00 metros lineares.

Rua Ovídio Gomes na extensão de 14,00 metros lineares.

Rua Ataliba Granemann na extensão de 14,00 metros lineares.

E ainda uma linha medindo 266,90 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 16 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos - medindo 12,00 metros lineares

Lote 15 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos -- medindo 12,00 metros lineares.

Lote 14 da quadra 116 de propriedade de Alzemiro Ferreira — medindo 12,00 metros lineares.

Lote 13 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 12 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 11 da quadra 116 de propriedade de Irini A. do Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 10 da quadra 116 de propriedade de Paulo Alves Delgado - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 9 da quadra 116 de propriedade de Juvenal Caetano - medindo 12 metros lineares.

Lote 8 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo medindo - 12,00 metros lineares.

Lote 7 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 6 da quadra 116 de propriedade de Nelson Soares - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 5 da quadra 116 de propriedade Odair José Augustin de Oliveira - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 4 da quadra 116 de propriedade de Delaide Prudente Ribeiro - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 3 da quadra 116 de propriedade de Idalina Prudente da Rocha - medindo 12,00 metros lineares

Lote 2 da quadra 116 de propriedade de Rose da Aparecida Nunes da Silva - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 2 da quadra 117 de propriedade de José Vanderlei Gonçalves Cordeiro - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 3 da quadra 117 de propriedade de Nadir Maiberg - medindo 12,40 metros lineares.

Lote 4 da quadra 117 de propriedade de Walmor Gonçalves Pontes - medindo 12,50 metros lineares.

Rua Onofre Pedro dos Santos na extensão de 14,00 metros lineares.

Portanto na face sul temos um perímetro de 537,30 metros lineares.

Leste: Iniciando-se na face norte confronta-se com terrenos de propriedade de Valdir Jesus de Mello Primo e objeto das matrículas 2569, 2571, e 2573, com uma linha medindo 355, 907 metros lineares. Mais uma linha quebrada na continuidade da anterior medindo 88,00 metros lineares confrontando-se com terrenos de Abel Scheffmacher de Souza. Portanto na face leste temos um perímetro de 443, 907 metros lineares;

Oeste: Com três linhas quebradas a partir da face norte e medindo respectivamente 97,70 metros lineares, outra com 108,20 metros lineares estas duas se confrontando com terrenos de Getúlio Vargas de Moraes e uma última medindo 17,431 metros lineares e esta última confrontando-se com terreno do mesmo de uma Estrada municipal que encontra a Rua Anibal Cordeiro da Rocha. Portanto o perímetro na face oeste é de 223, 331 metros lineares.

Art. 2º - Do imóvel original descrito acima será realizado desmembramento do Lote 02 quadra 130 localizado na Rodovia Municipal LR-446- Linha Comum bairro Loteamento Mello nesta cidade de Lebon Régis - SC com área desmembrada de 8.000,00 metros quadrados com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: formado por três linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita (de quem esta no lote olhando para a rodovia LR-446) 26,009 metros lineares, 20,30 metros lineares e 31,17 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal LR-446 Linha Comum. Portanto a face Norte mede 77,479 metros

lineares;

Sul: formado por uma linha reta medindo 78,121 metros lineares e confronta-se com o lote remanescente designado de lote 01 da quadra 130 de propriedade do Sr. Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello

Leste: formado por uma linha reta medindo 102,626 metros lineares e confronta-se com o lote remanescente designado de lote 01 da quadra 130 medindo 56,213 e mais 46,413 confrontando-se com o lote desmembrado de nº 3 da quadra 130, ambos de propriedade do Sr Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello.

Oeste: formado por uma linha reta medindo 97,70 metros lineares e confronta-se com o terreno de propriedade de Getúlio Vargas de Moraes.

Art. 3º - Do imóvel original descrito no Art. 1º será realizado desmembramento do Lote 03 da quadra 130 - Rodovia municipal LR-446 Linha Comum- Bairro Loteamento Mello em Lebon Régis- SC. Área do lote desmembrado: 4.000,00 metros quadrados. Possui as seguintes confrontações:

Norte: formado por duas linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita (de quem esta no lote olhando para a Rodovia LR-446) 33,40 metros lineares, 55,77 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal LR- 446 Linha Comum. Portanto a face Norte mede 89,17 metros lineares;

Sul: formado por uma linha medindo 84, 243 metros lineares e confronta-se com o lote 01 da quadra 130 (lote remanescente) de propriedade do Sr. Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello;

Leste: formado por uma linha reta medindo 49, 472 metros lineares e confronta-se com o lote remanescente designado de lote 01 da quadra 130 de propriedade do Sr Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello;

Oeste: formado por uma linha reta medindo 46,413 metros lineares e confronta-se com o lote desmembrado designado de lote 02 da quadra 130 de propriedade do Sr Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello.

Art. 4º - Do lote descrito no art. 1º fica uma área Remanescente Lote 01 da quadra 130 - Rodovia Municipal LR - 446, Linha Comum - Bairro Loteamento Mello em Lebon Régis - SC. Área do lote desmembrado: 87.572,55 metros quadrados e possui as seguintes confrontações:

Norte: uma linha medindo 228,872 metros lineares e confrontando-se com a Rodovia Municipal denominada LR - 446 - Linha Comum - na cidade de Lebon Régis;

Sul: formado por três linhas quebradas medindo respectivamente da esquerda para a direita: 122,40 metros lineares, confrontando com terrenos do Patrimônio Municipal e 148,00 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 114 de propriedade de Moacir Klug medindo 30,00 metros lineares.

Lote 17 da quadra 115 de propriedade de Elizabete Rosane Malagoli medindo 30,00 metros lineares.

Lote 18 da quadra 115 de propriedade de Maria J. dos Prazeres de Lima medindo 30,00 metros lineares.

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos medindo 30,00 metros lineares.

Rua Ovídio Gomes na extensão de 14,00 metros lineares.

Rua Ataliba Granemann na extensão de 14,00 metros lineares.

E ainda uma linha medindo 266,90 metros lineares confrontando-se com:

Lote 17 da quadra 116 de propriedade de Edson Luiz Dias dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 16 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 15 da quadra 116 de propriedade de Elizete Aparecida dos Santos - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 14 da quadra 116 de propriedade de Alzemiro Ferreira - medindo 12,00 metros lineares

Lote 13 da quadra 116 de propriedade Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 12 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 11 da quadra 116 de propriedade de Irini A. dos Santos Granemann - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 10 da quadra 116 de propriedade de Paulo Alves Delgado - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 9 da quadra 116 de propriedade de Juvenal Caetano - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 8 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo medindo - 12,00 metros lineares.

Lote 7 da quadra 116 de propriedade de Adelaide Paes de Azevedo - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 6 da quadra 116 de propriedade de Nelson Soares - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 5 da quadra 116 de propriedade de Odair José Augustin de Oliveira - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 4 da quadra 116 de propriedade de Delaide Prudente Ribeiro - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 3 da quadra 116 de propriedade de Idalina Prudente da Rocha - medindo 12,00 metros lineares.

Lote 2 da quadra 116 de propriedade de Rose da Aparecida Nunes da Silva - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 2 da quadra 117 de propriedade de José Vanderlei Gonçalves Cordeiro - medindo 24,00 metros lineares.

Lote 4 da quadra 117 de propriedade de Walmor Gonçalves Pontes - medindo 12,50 metros lineares.

Rua Onofre Pedro dos Santos na extensão de 14,00 metros lineares.

Portanto na face sul temos um perímetro de 537,30 metros lineares.

Leste: Iniciando-se na face norte confronta-se com terrenos de propriedade de Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello e objeto das matrículas 2569, 2571, e 2573, com uma linha medindo 355,907 metros lineares. Mais uma linha

quebrada na continuidade da anterior medindo 88,00 metros lineares;

Oeste: Com seis linhas quebradas a partir da face norte e medindo respectivamente 49,472 e 84,243 metros lineares e confronta-se com o lote 03 da quadra 130 (lote desmembrado) de propriedade do Sr. Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello. Outras duas medindo 56,213 e 78,121 metros lineares do lote 02 da quadra 130 (lote desmembrado) de propriedade do Sr. Valdir Jesus de Mello Primo e sua esposa Janildes Lagos de Mello. E outra linha medindo 108,20 metros lineares se confrontando com terrenos de Getúlio Vargas de Moraes e uma última medindo 17,431 metros lineares e esta última confrontando-se com terreno do mesmo de uma Estrada municipal que encontra a Rua Anibal Cordeiro da Rocha. Portanto o perímetro na face oeste é de 393,68 metros lineares.

Art.5º- A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010 possuindo lotes e originando áreas dentro das especificações dadas pela citada lei em especial está localizada no perímetro urbano, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica, Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Elias Boçois - CREA/SC 019.388-7.

Art.6º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 03 de março de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 025/2015

DECRETO Nº 025/2015, de 23 de março de 2015.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação - CME."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal da Educação - CME conforme abaixo especifica:

a)Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Titular - Eny Aparecida Tramontina Cofferri;
Suplente - Eliane Garcia

b)Representante da Secretaria Municipal do Bem Estar Social:

Titular - Tatiana Aparecida dos Santos Rosa
Suplente - Paola Daiana Ziem

c)Representante da Educação Básica Pública Estadual:

Titular - Cynthia Regina de Lima
Suplente - Karin Regina Risson Webber

d)Representante do Poder Judiciário:

Titular - Sandra Regina Ribeiro Cruz
Suplente - Cristiane Capelin

e)Representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:

Titular - Ivani Terezinha Melo Xavier
Suplente - Edenir Furtado Marafigo

f)Representante do Legislativo Municipal:

Titular - Everaldo Kogikoski
Suplente - Carlos Ivan Zanotto

g)Representante das APPs das Escolas da Rede Municipal de Ensino

Titular - Sirlei Granemann de Oliveira
Suplente - Marinez Aparecida Fabian

h)Representante das APPs das Escolas da Rede Estadual de Ensino:

Titular - Adelinda Roseli Turossi
Suplente - Michele Padilha Silveira

i)Representante das Entidades de Atendimento de Portadores de Necessidades Especiais:

Titular - Cecília de Almeida França
Suplente - Flávia Varela Webber

j)Representante do Sindicato Rural

Titular - Terezinha Ferlin Rizzo
Suplente - Marcelo Spautz

k) Representante das Entidades Classistas com Atividades Inerentes ao Comércio.

Titular - Paulo Borges
Suplente - Nilce Dias Martins

l)Representante de Associação Assistencial dedicadas ao Internamento e Acompanhamento Educacional de Menores:

Titular - Sarlete Ribeiro
Suplente - Eloir Preto

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições do Decreto Nº 070/2012 - de 28 de junho de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 23 de março de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****LEI N.º 1.138/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.138, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

“Transforma a numeração do parágrafo único do Art. 7º e acresce-lhe § 2º na Lei Municipal nº 1.036 de 12 de fevereiro de 2014 e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O parágrafo único do Art. 8º da Lei Complementar Nº 1.036 de 12 de fevereiro de 2014, fica transformado em parágrafo primeiro (§ 1º).

Art. 2º O Art. 8º da Lei Complementar nº 1.036 de 12 de fevereiro de 2014 passa a vigorar acrescido do seguinte:

§ 2º O inciso II deste artigo não se aplica nas hipóteses do contratado ser o único aprovado em regular processo seletivo simplificado, mediante justificativa da necessidade imperiosa da sua função.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.139/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.139, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

“Fixa a ajuda de custo dos médicos de sobreaviso não residentes no município e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Aos médicos de sobreaviso não residentes no município, além dos valores a que se referem às Leis Municipais nº 725/2010, com alterações das Leis Municipais nº 815/2011 e 1.046/2014, poderá ser paga a importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) correspondente ao sobreaviso de final de semana, e R\$ 500,00 (quinhentos reais) correspondente ao sobreaviso diário de segunda à sexta-feira, a título de ajuda de custo para locomoção, pernoite e alimentação, ficando a administração municipal proibida de pagar a terceiros, quaisquer valores ou despesas realizadas pelos contratados.

Art. 2º Os médicos não residentes no município obrigam-se a permanecer à disposição dos pacientes e da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, na sede do município, só lhes sendo permitido afastar-se mediante expressa autorização do Secretário, em virtude de compromisso firmado.

Art. 3º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul**PREFEITURA****CREDENCIAMENTO UNIVERSAL FMS 02/2015 - SERVIÇOS PSIQUIATRIA E PSICOTERAPIA**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO UNIVERSAL DE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM PSIQUIATRIA E PSICOTERAPIA - Nº 02/2015

Ronaldo Piscini, Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul - SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Credenciamento de Prestadores de serviços médicos com especialização em Concentração em Psiquiatria e Psicoterapia. O credenciamento inicia-se a partir do dia 26 de março de 2015. A retirada do Edital, bem como demais esclarecimentos e informações aos interessados, poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 25 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

PREGÃO PRESENCIAL 18/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação, para o Ginásio Municipal de Esportes, tendo em vista a realização do 9º Festival Interestadual de Interpretação da Música de Lindóia do Sul, as 08:30 horas do dia 08 de abril de 2015, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 24 de março de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 02/2015 CMAS - FEAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA
RESOLUÇÃO Nº 02/2015

Dispõe sobre o Cofinanciamento de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para melhoria da gestão e da prestação de serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, transferidos ao Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar prestação de contas apresentada em decorrência da correta aplicação dos recursos do Governo Estadual para melhoria da gestão e da prestação de Proteção Social Básica e Proteção Social de Alta Complexidade no ano de 2014.

Art. 2º Reprogramar 100% do total dos recursos remanescentes recebidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social no ano de 2014.

Art. 3º Aprovar a devolução dos recursos remanescentes referente ao exercício de 2013 ao Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 4º Revogam-se as disposições ao contrário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul/SC, 24 de Março de 2015

Alan Junior Pizzatto

Presidente do CMAS em Exercício

Luzerna

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2015 ITL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE LUZERNA - ITL
CHAMADA PÚBLICA 01/2015

A Prefeitura Municipal de Luzerna, através da Incubadora Tecnológica - Luzerna torna pública que estão abertas inscrições para seleção de empreendimentos, visando à participação em seu Programa de Incubação de Empresas nos termos desta Chamada Pública.

1. Objetivo do Edital

O Objetivo deste Edital é a seleção de empreendimentos inovadores que visem à criação e desenvolvimento de empresas nos seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos de modo a assegurar o seu fortalecimento e a melhoria de seu desempenho.

2. Áreas Preferenciais a Incubação

Empreendimentos de desenvolvimento de tecnologias inovadoras, principalmente nas áreas da engenharia biomédica, florestas renováveis, metal mecânico, energias renováveis, tecnologia da informação, automação, tecnologia em agronegócios, entre outras tecnologias em evidência.

3. Das Inscrições**3.1. Prazo para inscrições**

O período para inscrições estará aberto de 16/03/2015 a 28/12/2015, de segunda a sexta-feira, nos horários das 8:00h às 11:30h e 13:30h às 17:30h.

3.2. Período e Local

As inscrições serão protocoladas na recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna ou por correspondência expressa para o seguinte endereço: Incubadora Tecnológica de Luzerna - Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC.

3.3. Taxa de Inscrição

A taxa de inscrição para o processo de incubação é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

3.3.1 O valor acima deverá ser depositado na conta bancária abaixo e deverá cobrir parcialmente os custos de reprodução, divulgação e operacionalização desta Chamada.

Banco do Brasil 001 | Agência: 5450-x | Conta Corrente: 30100-0

3.4. Documentação e proposta**3.4.1 Para empresas a serem constituídas**

- a) Requerimento de inscrição (conforme Anexo I);
- b) Cópia da Identidade e CPF dos proponentes;
- c) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- d) Proposta de empreendimento (conforme Anexo II) ou plano de negócios devidamente estruturado.

3.4.2 Para empresas já constituídas

- a) Requerimento de inscrição (conforme Anexo I) em nome do sócio-administrador;
- b) Cópia da Identidade e CPF dos sócios;
- c) Cópia do contrato social;
- d) Cópia do cartão CNPJ;
- e) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

f) Proposta de empreendimento (conforme Anexo II) ou plano de negócios devidamente estruturado.

3.4.3 Conformidade das CND's

Quando do ingresso da empresa na Incubadora, para empresas já constituídas, será realizada a consulta da situação de débitos estaduais por meio do CNPJ da empresa, portanto a mesma deverá estar em dia com as obrigações legais estando sujeita à desclassificação caso haja débitos em nome da empresa.

3.4.4 As propostas de empreendimento apresentadas no formato de um plano de negócios estão isentas da apresentação do Anexo II.

3.5 Durante a fase de análise das propostas os candidatos poderão ser convocados para exposição do projeto para a comissão de avaliação ad hoc.

4. Condições de participação

As propostas poderão ser apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo. Deverão ter como objetivo o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, caracterizados pelo seu conteúdo inovador, por uma empresa já existente ou a ser constituída.

5. Vagas Oferecidas

As vagas serão oferecidas conforme demanda e/ou disponibilidade de módulos na Incubadora.

5.1.Modalidade: Empresa Residente

Apoiar empreendedores, para criação ou continuidade de novos negócios, ou micro e pequenas empresas da cadeia de suprimento de médias e grandes empresas, ou ainda braços de P&D&I de médias e grandes empresas, na forma de novas micro ou pequenas empresas, que tenham interesse em desenvolver um produto ou linhas de produtos ou serviços na Incubadora Tecnológica de Luzerna.

6. Cronograma

6.1. Para efeitos deste edital fica estabelecido o presente cronograma.

Evento	Data/Período
Publicação do Edital	30/03/2015
Inscrições	30/03/2015 até 28/12/2015

6.1.1. A avaliação das propostas e publicação do resultado de análise se dará em até quarenta e cinco dias da apresentação da proposta.

6.1.2. A contratação se dará em até 30 dias da data de divulgação dos resultados ou assim que houver disponibilidade de espaço para incubação.

6.2. Após a contratação a empresa terá o prazo de 30 dias para se instalar na Incubadora.

7. Recursos

7.1 - Caberá recurso, da seleção final, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da divulgação dos resultados.

7.1.1 - O recurso deve ser protocolado junto a recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna, Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

8. Apoio disponibilizado pela Incubadora

A Incubadora Tecnológica - Luzerna oferecerá os seguintes apoios as empresas incubadas:

- a) Cessão de uma sala individual mobiliada e com infra estrutura de informática;
 - b) Infra estrutura para uso compartilhado, composto de: recepção com secretaria, linha de telefone, acesso a rede de internet, computador, segurança, banheiros, sala de reuniões, auditório e limpeza das áreas comuns;
 - c) Integração com as entidades de ensino e pesquisa, órgãos públicos e empresariais, para acesso às informações científicas e tecnológicas e serviços tecnológicos com preços reduzidos;
 - d) Assessoria na elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento;
 - e) Facilidade no acesso aos produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Incubadora;
 - f) Orientação na elaboração e atualização do Plano Estratégico e do Plano de Negócios;
 - g) Orientação no registro de propriedade industrial/intelectual;
 - h) Orientação nas estratégias de divulgação e comercialização de produtos e serviços;
- 8.1. As propostas aprovadas e instaladas na Incubadora terão um custo mensal a título de utilização do sistema compartilhado de incubação.

9. Processo de seleção

9.1. As propostas serão julgadas pela Comissão ad hoc com base nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	NOTA	PESO
I - Clareza e objetividade da proposta Compatibilidade com os objetivos da incubadora e afinidade com as áreas de atuação	1 a 5	10
II - Potencial de mercado	1 a 5	20
III - Grau de inovação e tecnologia	1 a 5	20
IV - Qualificação dos proponentes	1 a 5	10
V - Impacto sócio econômico e ambiental	1 a 5	15
VI - Estágio do desenvolvimento do produto/serviço	1 a 5	10

9.2. As propostas serão selecionadas se atingirem ao menos 70% (setenta por cento) da pontuação total.

9.3. A critério da Incubadora Tecnológica de Luzerna, nenhum projeto poderá ser aprovado, bem como, poderão ser aprovados projetos que aguardarão vaga em escala decrescente de prioridade, em caso de preenchimento dos módulos disponíveis e existirem candidatos aptos.

10. Validade do Processo de Seleção

O processo de seleção é válido somente por seis meses, a contar a data de entrega da proposta de inscrição.

11. Revogação ou Anulação

A Incubadora Tecnológica de Luzerna poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular a presente Chamada Pública, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

12. Condições Gerais

12.1 Serão considerados inscritos no processo de seleção, os candidatos que registrarem suas propostas na recepção da Incubadora Tecnológica - Luzerna, dentro do prazo estipulado, devidamente acompanhada dos documentos relacionados no item 3.4 desta chamada e, comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, ou seja, que atenderem às exigências da chamada pública.

12.2 Todas as informações recebidas dos candidatos serão tratadas como confidenciais pela Incubadora Tecnológica - Luzerna;

12.3. Em qualquer fase do processo de seleção, a Incubadora Tecnológica - Luzerna poderá se fazer representar por parte de seus membros ou por consultores;

12.4 A critério da Incubadora Tecnológica - Luzerna poderá ser proposto ao candidato incubação em modalidade distinta daquela que se inscreveu, em função da avaliação realizada no processo de seleção, ficando o enquadramento sujeito a concordância do proponente; bem como enquadramento distinto quando o candidato inscreveu-se na modalidade de utilização do espaço fabril;

12.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Incubadora Tecnológica de Luzerna em consonância com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Luzerna;

12.6 O prazo de impugnação aos termos do presente edital são de 03 (três) dias úteis;

13. Divulgação dos Resultados

13.1 Os resultados do processo de seleção serão fixados no mural da Prefeitura Municipal de Luzerna e na Incubadora Tecnológica - Luzerna e também informados por e-mail aos participantes. Todos os resultados e chamadas estarão disponíveis no site do Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

13.2 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada Pública podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: atendimento@incubadoraluzerna.com.br.

Luzerna(SC), 23 de Março de 2015.

Moisés Diersmann
Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA 01/2015
ANEXO I

Luzerna, XX de xxx de 2015.

Ao Gestor da
Incubadora Tecnológica de Luzerna

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu, xxxxxxxx, CPF xxxxxxxxxxxx, residente na rua/nº xxxxxxxx, cidade xxxxxxxx, telefone xxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxxxx, manifesto meu interesse em concorrer a uma vaga para participação no Programa de Incubação de Empresas na Incubadora Tecnológica de Luzerna com a proposta e demais documentos anexos para ser julgada pela comissão de avaliação ad hoc. Declaro ainda que conheço e concordo com os termos da Chamada Pública 01/2015.

Atenciosamente,

Xxxxxxxxxxxx (nome)
Assinatura

ANEXO II**PROPOSTA DE EMPREENDIMENTO**

Preencha as informações abaixo com clareza e objetividade. Para facilitar o entendimento, cada item possui pequeno texto explicativo indicando os aspectos a serem considerados para o correto preenchimento.

1.INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1Selecione a categoria de empreendimento

() Empresa a ser constituída () Empresa já constituída

1.2Nome da empresa ou do futuro empreendimento

--

1.3Informações sobre os proponentes/sócios

Proponente/sócio 1.

Nome:	CPF:
Endereço:	
Cidade/UF:	Fone: ()
Formação acadêmica:	
E-mail:	
% de participação na empresa:	

Proponente/sócio 2.

Nome:	CPF:
Endereço:	
Cidade/UF:	Fone: ()
Formação acadêmica:	
E-mail:	
% de participação na empresa:	

Acrescente mais quadros se necessário.

1.4Parcerias (informe nos campos abaixo as instituições/empresas parceiras do seu empreendimento).

Parceiro 1

Nome:
Informações de contato:
Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização...

Parceiro 2

Nome:
Informações de contato:
Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização...

Acrescente mais quadros se necessário.

1.5 Para empresa já constituída, preencha o quadro abaixo.

Razão Social:	
Nome Fantasia:	
Endereço completo:	
CNPJ:	IE:
E-mail:	Website:
Fone: ()	

1.6 Para fins desta Chamada Pública informe uma pessoa para contato (esta pessoa será responsável pelas informações trocadas com a Incubadora e comissão ad hoc).

Nome:	
E-mail:	Fone: ()

2.DESCRICÃO DO NEGÓCIO

2.1Tipo de negócio

Descreva os tipos de produtos/processos/serviços a serem desenvolvidos. Apresente características técnicas e/ou operacionais, a existência de algum protótipo/modelo preliminar. Descreva sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra o projeto. Quais os benefícios que o cliente terá com seu produto. Descrever como nasceu a ideia do empreendimento.

2.2Concorrência

Quais são os concorrentes diretos de seu empreendimento (quantitativo e alguns nomes mais significativos)? Identifique negócios que competirão de alguma forma com seu produto/serviço. Qual o tamanho de seus concorrentes?

2.3. Grau de inovação e tecnologia

Descreva qual o diferencial competitivo de seu produto/processo/serviço em relação ao mercado já existente. Quais as tecnologias envolvidas.

2.4. Características do mercado

Descrever a oportunidade de mercado identificada, o mercado potencial para os produtos/processo/serviços, contendo informações sobre a oportunidade de negócio, tamanho do mercado a ser explorado (estimativa), potenciais clientes, tendência de crescimento, necessidades a serem atendidas, viabilidade econômica, entre outros itens que achar pertinente.

2.5.Área predominante de atuação do empreendimento

Descrever a atividade econômica que o empreendimento atuará e possíveis relações com outros setores econômicos da região do Meio Oeste de Santa Catarina.

2.6Impacto do empreendimento

Descreva aqui os prováveis impactos do seu empreendimento quanto a geração de emprego e renda. Descreva sobre eventuais impactos sociais e ambientais.

3.RECURSOS

3.1 Investimentos necessários

Descreva a necessidade de capital bem como, se for o caso, os equipamentos, treinamentos, recursos humanos e instalações para implementação e operacionalização do negócio. Apresente dados gerais de investimento fixo e capital de giro.

3.2 Disponibilidade de capital

Quantificar a disponibilidade de recursos financeiros para a implantação da empresa, seu funcionamento e investimento de risco.

4.VIABILIDADE TÉCNICA

Descreva a equipe que atuará no empreendimento e quais são os papéis a serem desempenhados pelos participantes. Descreva como a experiência e conhecimento de cada membro contribuirá para o sucesso do empreendimento.

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Que apoio que a empresa espera da incubadora e porque esse apoio é importante para o negócio?

5.2 Quantos sócios e colaboradores participarão diretamente das rotinas de operação da empresa?

5.3 Quantos sócios / colaboradores estarão presentes frequentemente nas instalações da empresa na incubadora?

5.4 Quais as dificuldades esperadas?

5.5. Anexar o requerimento de inscrição (Anexo I).
Xxxxxx, xx de xxxx de 2015.

Proponente XXX

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 002/2015 ITL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE LUZERNA - ITL
Chamada Pública 02/2015

A Prefeitura Municipal de Luzerna, através da Incubadora Tecnológica - Luzerna torna pública que estão abertas inscrições para seleção de empreendimentos alinhados a setores estratégicos e necessidades das empresas incubadas na Incubadora Tecnológica de Luzerna.

1. Objetivo do Edital

O Objetivo deste Edital é a seleção de empreendimentos já constituídos ou a serem constituídos em setores estratégicos que visem o fortalecimento da cadeia de produtos e serviços disponíveis na Incubadora Tecnológica Luzerna.

2. Áreas Preferenciais

Empreendimentos que atuem nas seguintes áreas

- Design do produto (criação, desenvolvimento, configuração, conceitos de design de produtos);
- Tecnologia da Informação (desenvolvimento de softwares);
- Publicidade e propaganda (desenvolvimento de vídeos, animações gráficas, websites, material publicitário);
- Representação comercial;
- Consultoria e assessoria em mercados;
- Negócios sociais (conforme definição feita pela organização)

Porvir - <http://porvir.org/wiki/negocios-sociais>;
- Empresas prestadoras de serviço de registro de marcas e patentes.

3. Das Inscrições

3.1. Prazo para inscrições

O período para inscrições estará aberto de 16/03/2015 a 28/12/2015, de segunda a sexta-feira, nos horários das 8:00h às 11:30h e 13:30h às 17:30h.

3.2. Período e Local

As inscrições serão protocoladas na recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna ou por correspondência expressa para o seguinte endereço: Incubadora Tecnológica de Luzerna - Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC.

3.3. Taxa de Inscrição

A taxa de inscrição para o processo é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

3.3.1 O valor acima deverá ser depositado na conta bancária abaixo e deverá cobrir parcialmente os custos de reprodução, divulgação e operacionalização desta Chamada.

Banco do Brasil 001 | Agência: 5450-x | Conta Corrente: 30100-0

3.4. Documentação e proposta

3.4.1 Para empresas a serem constituídas

- a) Requerimento de inscrição (conforme Anexo I);
- b) Cópia da Identidade e CPF dos proponentes;
- c) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- d) Proposta de empreendimento (conforme Anexo II) ou plano de negócios devidamente estruturado.

3.4.2 Para empresas já constituídas

- a) Requerimento de inscrição (conforme Anexo I) em nome do sócio-administrador;
- b) Cópia da Identidade e CPF dos sócios;
- c) Cópia do contrato social;
- d) Cópia do cartão CNPJ;
- f) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- h) Proposta de empreendimento (conforme Anexo II) ou plano de negócios devidamente estruturado;
- i) Material publicitário expondo os produtos e/ou serviços (se houver).

3.4.3 Conformidade das CND's

Quando do ingresso da empresa na Incubadora, para empresas já constituídas, será realizada a consulta da situação de débitos estaduais por meio do CNPJ da empresa, portanto a mesma deverá estar em dia com as obrigações legais estando sujeita à desclassificação caso haja débitos em nome da empresa.

3.5 Durante a fase de análise das propostas os candidatos poderão ser convocados para exposição do projeto para a comissão de avaliação ad hoc.

4. Condições de participação

As propostas poderão ser apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo. Deverão ter como objetivo a execução de serviços nas áreas de preferência elencadas no Item 2 da presente Chamada.

5. Vagas Oferecidas

As vagas serão oferecidas conforme demanda e/ou disponibilidade de espaço.

5.1.Modalidade: Empresa Parceira

Apoiar empreendedores, para criação ou continuidade de novos

negócios, ou micro e pequenas empresas da cadeia de suprimento de médias e grandes empresas, ou ainda braços de P&D&I de médias e grandes empresas, na forma de novas micro ou pequenas empresas, que tenham interesse em se instalar na Incubadora Tecnológica de Luzerna e oferecer seus serviços e produtos.

6. Cronograma

6.1. Para efeitos deste edital fica estabelecido o presente cronograma.

Evento	Data/Período
Publicação do Edital	30/03/2015
Inscrições	30/03/2015 até 28/12/2015

6.1.1. A avaliação das propostas e publicação do resultado de análise se dará em até trinta dias da apresentação da proposta.

6.1.2. A contratação se dará em até 30 dias da data de divulgação dos resultados ou assim que houver disponibilidade de espaço para incubação.

6.2. Após a contratação a empresa terá o prazo de 30 dias para se instalar na Incubadora.

7. Recursos

7.1 - Caberá recurso, da seleção final, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da divulgação dos resultados.

7.1.1 - O recurso deve ser protocolado junto a recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna, Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

8. Apoio disponibilizado pela Incubadora

A Incubadora Tecnológica - Luzerna oferecerá os seguintes apoios as empresas incubadas:

- a) Cessão de uma sala individual mobiliada e com cabeamento para instalação de infra estrutura de informática;
- b) Infra estrutura para uso compartilhado, composto de: recepção com secretaria, acesso a rede de internet, computador, segurança, banheiros, sala de reuniões e limpeza das áreas comuns;
- c) Auditório para conferências, palestras, exposições e afins, mediante agendamento e pagamento de taxa de utilização;
- d) Integração com as entidades de ensino e pesquisa, órgãos públicos e empresariais, para acesso às informações científicas e tecnológicas e serviços tecnológicos com preços reduzidos;
- e) Possibilidade de assessoria na elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento;
- f) Facilidade no acesso aos produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Incubadora;
- g) Possibilidade de orientação na elaboração e atualização do Plano Estratégico e do Plano de Negócios;
- h) Possibilidade de orientação no registro de propriedade industrial/intelectual;
- i) Possibilidade de orientação nas estratégias de divulgação e comercialização de produtos e serviços;

8.1. As propostas aprovadas e instaladas na Incubadora terão um custo mensal a título de utilização do sistema compartilhado de incubação.

9. Processo de seleção

9.1. As propostas serão julgadas pela Comissão ad hoc com base nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	NOTA	PESO
I - Clareza e objetividade da proposta Compatibilidade com os objetivos da incubadora e afinidade com as áreas de atuação	1 a 5	10
II - Potencial de mercado	1 a 5	20
III - Grau de inovação e tecnologia	1 a 5	10
IV - Qualificação dos proponentes	1 a 5	10
V - Impacto sócio econômico e ambiental	1 a 5	20
VI - Estágio do desenvolvimento do produto/serviço	1 a 5	20

9.2. As propostas serão selecionadas se atingirem ao menos 70% (setenta por cento) da pontuação total.

9.3. A critério da Incubadora Tecnológica de Luzerna, nenhum projeto poderá ser aprovado, bem como, poderão ser aprovados projetos que aguardarão vaga em escala decrescente de prioridade, em caso de preenchimento dos módulos disponíveis e existirem candidatos aptos.

9.4. Caso haja empate na avaliação das empresas e impossibilidade de instalação das duas em virtude das limitações do espaço, os critérios de seleção (desempate) dar-se-ão por um modelo composto das seguintes frentes:

- a) Área de atuação estar alinhada aos eixos de desenvolvimento da ITL e de suas empresas;
- b) Disponibilidade do espaço requerido;
- c) Possibilidades de contrapartida: Reforma das salas com capital próprio, resultando em abatimento temporário na taxa de incubação; Grau de desconto de produtos e serviços para outras empresas incubadas.

10. Validade do Processo de Seleção

O processo de seleção é válido somente por seis meses, a contar a data de entrega da proposta de inscrição.

11. Revogação ou Anulação

A Incubadora Tecnológica de Luzerna poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular a presente Chamada Pública, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

12. Condições Gerais

12.1 Serão considerados inscritos no processo de seleção, os candidatos que registrarem suas propostas na recepção da Incubadora Tecnológica - Luzerna, dentro do prazo estipulado, devidamente acompanhada dos documentos relacionados no item 3.4 desta chamada e, comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, ou seja, que atenderem às exigências da chamada pública.

12.2 Todas as informações recebidas dos candidatos serão tratadas como confidenciais pela Incubadora Tecnológica - Luzerna;

12.3. Em qualquer fase do processo de seleção, a Incubadora Tecnológica - Luzerna poderá se fazer representar por parte de seus membros ou por consultores;

12.4 A critério da Incubadora Tecnológica - Luzerna poderá ser proposto ao candidato incubação em modalidade distinta daquela que se inscreveu, em função da avaliação realizada no processo de

seleção, ficando o enquadramento sujeito a concordância do proponente; bem como enquadramento distinto quando o candidato inscreveu-se na modalidade de utilização do espaço fabril;

12.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Incubadora Tecnológica de Luzerna em consonância com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Luzerna;

12.6 O prazo de impugnação aos termos do presente edital são de 03 (três) dias úteis;

13. Divulgação dos Resultados

13.1 Os resultados do processo de seleção serão fixados no mural da Prefeitura Municipal de Luzerna e na Incubadora Tecnológica - Luzerna e também informados por e-mail aos participantes. Todos os resultados e chamadas estarão disponíveis no site do Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

13.2 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada Pública podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: atendimento@incubadoraluzerna.com.br.

Luzerna, 23 de Março de 2015.

Moisés Diersmann
Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA 02/2015
ANEXO I

Luzerna, XX de xxx de 2015.

Ao Gestor da
Incubadora Tecnológica de Luzerna

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu, xxxxxxxx, CPF xxxxxxxxxxxx, residente na rua/nº xxxxxxxx, cidade xxxxxxxx, telefone xxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxxxx, manifesto meu interesse em concorrer a uma vaga para participação no Programa de Incubação de Empresas na Incubadora Tecnológica de Luzerna com a proposta e demais documentos anexos para ser julgada pela comissão de avaliação ad hoc. Declaro ainda que conheço e concordo com os termos da Chamada Pública 02/2014.

Atenciosamente,

Xxxxxxxxxxxx (nome)
Assinatura

ANEXO II PROPOSTA DE EMPREENDIMENTO

Preencha as informações abaixo com clareza e objetividade. Para facilitar o entendimento, cada item possui pequeno texto explicativo indicando os aspectos a serem considerados para o correto preenchimento.

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1 Selecione a categoria de empreendimento
() Empresa a ser constituída () Empresa já constituída

1.2 Nome da empresa ou do futuro empreendimento

1.3 Informações sobre os proponentes/sócios**Proponente/sócio 1.**

Nome:	CPF:
Endereço:	
Cidade/UF:	Fone: ()
Formação acadêmica:	
E-mail:	
% de participação na empresa:	

Proponente/sócio 2.

Nome:	CPF:
Endereço:	
Cidade/UF:	Fone: ()
Formação acadêmica:	
E-mail:	
% de participação na empresa:	

Acrescente mais quadros se necessário.

1.4 Parcerias (informe nos campos abaixo as instituições/empresas parceiras do seu empreendimento)**Parceiro 1**

Nome:
Informações de contato:
Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização...

Parceiro 2

Nome:
Informações de contato:
Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização...

Acrescente mais quadros se necessário.

1.5 Para empresa já constituída, preencha o quadro abaixo.

Razão Social:	
Nome Fantasia:	
Endereço completo:	
CNPJ:	IE:
E-mail:	Website:
Fone: ()	

1.6 Para fins desta Chamada Pública informe uma pessoa para contato (esta pessoa será responsável pelas informações trocadas com a Incubadora e comissão ad hoc)

Nome:	
E-mail:	Fone: ()

2.DESCRICÃO DO NEGÓCIO**2.1 Tipo de negócio**

Descreva os tipos de produtos/processos/serviços a serem desenvolvidos. Apresente características técnicas e/ou operacionais, a existência de algum protótipo/modelo preliminar. Descreva sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra o projeto. Quais os benefícios que o cliente terá com seu produto. Descrever como nasceu a ideia do empreendimento.

2.2 Grau de inovação e tecnologia

Descreva, se houver, qual o diferencial competitivo de seu produto/processo/serviço em relação ao mercado já existente. Quais as tecnologias envolvidas.

2.3 Concorrência

Quais são os concorrentes diretos de seu empreendimento (quantitativo e alguns nomes mais significativos)? Identifique negócios que competirão de alguma forma com seu produto/serviço. Qual o tamanho de seus concorrentes?

2.4 Características do mercado

Descrever a oportunidade de mercado identificada, o mercado potencial para os produtos/processo/serviços, contendo informações sobre a oportunidade de negócio, tamanho do mercado a ser explorado (estimativa), potenciais clientes, tendência de crescimento, necessidades a serem atendidas, viabilidade econômica, entre outros itens que achar pertinente.

2.5 Área predominante de atuação do empreendimento

- () Design do produto (criação, desenvolvimento, configuração, conceitos de design de produtos);
- () Tecnologia da Informação (desenvolvimento de softwares);
- () Publicidade e propaganda (desenvolvimento de vídeos, animações gráficas, websites, material publicitário);
- () Representação comercial;
- () Consultoria e assessoria em mercados;
- () Negócios Sociais;
- () Empresas prestadoras de serviço de registro de marcas e patentes.

Descrever de que forma o empreendimento atuará na atividade econômica acima e possíveis relações com outros setores econômicos da região do Meio Oeste de Santa Catarina.

2.6 Impacto do empreendimento

Descreva aqui os prováveis impactos do seu empreendimento quanto a geração de emprego e renda. Descreva sobre eventuais impactos sociais e ambientais.

3.RECURSOS**3.1 Investimentos necessários**

Descreva a necessidade de capital bem como, se for o caso, os equipamentos, treinamentos, recursos humanos e instalações para implementação e operacionalização do negócio. Apresente dados gerais de investimento fixo e capital de giro.

3.2 Disponibilidade de capital

Quantificar a disponibilidade de recursos financeiros para a implantação da empresa, seu funcionamento e investimento de risco.

4.VIABILIDADE TÉCNICA

Descreva a equipe que atuará no empreendimento e quais são os papéis a serem desempenhados pelos participantes. Descreva como a experiência e conhecimento de cada membro contribuirá para o sucesso do empreendimento.

5.INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Que apoio que a empresa espera da incubadora e porque esse apoio é importante para o negócio?

5.2 Quantos sócios e colaboradores participarão diretamente das rotinas de operação da empresa?

5.3 Quantos sócios / colaboradores estarão presentes frequentemente nas instalações da empresa na incubadora?

5.4 Quais as dificuldades esperadas?

5.5 Anexar o requerimento de inscrição (Anexo I).
Xxxxxx, xx de xxxx de 2015.

Proponente XXX

BALANCETE FINANCEIRO FMAS 02.2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	13.421,77	ORÇAMENTÁRIAS	40.182,70
RECEITA PATRIMONIAL	734,27	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	40.182,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.687,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.955,54
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.863,16
		INVESTIMENTOS	7.364,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	30.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	30.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	83.690,23	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	95.815,95
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.059,70	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.079,81
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	40.356,70	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	39.447,83
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	39.273,83	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	52.288,31
SALDOS ANTERIORES	124.433,09	SALDOS ATUAIS	115.546,44
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.877,56	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.663,47
BANCOS C/ VINCULADAS	122.555,53	BANCOS C/ VINCULADAS	111.882,97
TOTAL	251.545,09	TOTAL	251.545,09

Luzerna, 24/03/2015

DEBORA TAIS MENLAK
RESPONSÁVEL PELOS EMPENHOS

DREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36461

BALANCETE FINANCEIRO FMDCAL 02.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Fevereiro
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	59,00	ORÇAMENTÁRIAS	-0,40
RECEITA PATRIMONIAL	59,00	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-0,40
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.673,60
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-5.674,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.300,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.300,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.321,16	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.601,29
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9,83	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9,83
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	10.243,60	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	10.735,73
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.067,73	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.855,73
SALDOS ANTERIORES	10.516,47	SALDOS ATUAIS	11.595,74
BANCO C/ MOVIMENTO	10.516,47	BANCO C/ MOVIMENTO	11.595,74
TOTAL	25.196,63	TOTAL	25.196,63

Luzerna, 24/03/2015

 ANGELO BRANDALISE JUNIOR
 GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AD

 DREONE FELSKI MENDES
 CONTADOR - CRC/SC 36.461

BALANCETE FINANCEIRO FMS 02.2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	37.304,59	ORÇAMENTÁRIAS	423.605,42
RECEITA TRIBUTÁRIA	42,50	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	423.605,42
RECEITA PATRIMONIAL	4.420,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	137.588,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.841,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	189.333,50
		INVESTIMENTOS	96.683,80
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	170.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	170.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	751.949,17	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	600.945,43
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.128,21	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	20.388,04
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	482.086,12	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	303.869,53
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	248.734,84	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	264.560,80
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	7.029,15
		RP PROCESSADOS PAGOS	5.097,91
SALDOS ANTERIORES	843.063,57	SALDOS ATUAIS	777.766,48
BANCO C/ MOVIMENTO	60.749,01	BANCO C/ MOVIMENTO	16.091,03
BANCOS C/ VINCULADAS	782.314,56	BANCOS C/ VINCULADAS	761.675,45
TOTAL	1.802.317,33	TOTAL	1.802.317,33

Luzerna, 24/03/2015

WALMOR S. DRESCH N. STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDEDREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

BALANCETE FINANCEIRO PML 02.2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.305.771,30	ORÇAMENTÁRIAS	1.091.998,74
RECEITA TRIBUTÁRIA	186.078,20	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.091.998,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.747,81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	486.939,14
RECEITA PATRIMONIAL	19.822,97	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.155,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.338.509,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	582.240,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.228,10	INVESTIMENTOS	12.905,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.750,48	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.759,07
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-69.300,60		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-215.845,65		
DEDUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-219,04		
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	251.466,67
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	251.466,67
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.192.853,93	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.286.130,59
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	38,03	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.468,98
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	88.594,79	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	86.267,17
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.199.493,74	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	982.147,28
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	2.759,07	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	2.759,07
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	901.968,30	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	820.509,80
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	392.978,29
SALDOS ANTERIORES	2.756.609,83	SALDOS ATUAIS	2.625.639,06
BANCO C/ MOVIMENTO	724.052,63	BANCO C/ MOVIMENTO	924.286,91
BANCOS C/ VINCULADAS	2.032.557,20	BANCOS C/ VINCULADAS	1.701.352,15
TOTAL	6.255.235,06	TOTAL	6.255.235,06

Luzerna, 24/03/2015

 MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 1 BIMESTRE/2015

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95	14.817.154,29
RECEITAS CORRENTES	17.450.000,00	17.450.000,00	2.803.179,74	16,06	2.803.179,74	16,06	14.646.820,26
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.287.226,75	1.287.226,75	213.280,33	16,57	213.280,33	16,57	1.073.946,42
IMPOSTOS	893.343,75	893.343,75	199.668,72	22,35	199.668,72	22,35	693.675,03
TAXAS	373.883,00	373.883,00	13.571,44	3,63	13.571,44	3,63	360.311,56
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	40,17	0,20	40,17	0,20	19.959,83
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	26.747,81	9,91	26.747,81	9,91	243.252,19
Contrib, p/ custeio do serviço de iluminação public	270.000,00	270.000,00	26.747,81	9,91	26.747,81	9,91	243.252,19
RECEITA PATRIMONIAL	140.863,93	140.863,93	47.518,74	33,73	47.518,74	33,73	93.345,19
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	1.600,53	16,01	1.600,53	16,01	8.399,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	118.179,08	118.179,08	42.535,75	35,99	42.535,75	35,99	75.643,33
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.000,00	2.000,00	352,40	17,62	352,40	17,62	1.647,60
Receita da Cessão de Direitos	10.684,85	10.684,85	3.030,06	28,36	3.030,06	28,36	7.654,79
RECEITA DE SERVIÇOS	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.607.899,32	15.607.899,32	2.464.595,43	15,79	2.464.595,43	15,79	13.143.303,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.601.899,32	15.601.899,32	2.464.595,43	15,80	2.464.595,43	15,80	13.137.303,89
Transf. de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	132.810,00	132.810,00	51.037,43	38,43	51.037,43	38,43	81.772,57
Multas e Juros de Mora	71.410,00	71.410,00	29.200,90	40,89	29.200,90	40,89	42.209,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200,00	200,00	1.402,99	701,50	1.402,99	701,50	-1.202,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.200,00	48.200,00	19.766,06	41,01	19.766,06	41,01	28.433,94
RECEITAS DIVERSAS	13.000,00	13.000,00	667,48	5,13	667,48	5,13	12.332,52
RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00	180.000,00	9.665,97	5,37	9.665,97	5,37	170.334,03
ALIENAÇÃO DE BENS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	9.665,97	0,00	9.665,97	0,00	-9.665,97
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95	14.817.154,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	464.844,89	—	—	23.147,81	—
Superávit Financeiro	—	464.844,89	—	—	23.147,81	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
							% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	12,16	15.894.085,55
DESPESAS CORRENTES	16.545.962,00	178.973,70	16.724.935,70	5.841.269,34	5.841.269,34	2.161.229,03	12,92	14.563.706,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.958.404,10	25.994,60	8.984.398,70	1.518.926,35	1.518.926,35	1.508.325,55	16,79	7.476.073,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	94.000,00	0,00	94.000,00	14.590,64	14.590,64	14.590,64	15,52	79.409,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.493.557,90	152.979,10	7.646.537,00	4.307.752,35	4.307.752,35	638.312,84	8,35	7.008.224,16
DESPESAS DE CAPITAL	1.052.313,00	285.871,19	1.338.184,19	198.072,11	198.072,11	39.530,31	2,95	1.298.653,88
INVESTIMENTOS	1.023.313,00	285.871,19	1.309.184,19	192.921,80	192.921,80	34.380,00	2,63	1.274.804,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	29.000,00	0,00	29.000,00	5.150,31	5.150,31	5.150,31	17,76	23.849,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.725,00	0,00	31.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.725,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	12,16	15.894.085,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	15.894.085,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	612.086,37	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.812.845,71	15.894.085,55

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	MOISE DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL	PAULA BÜTTNER COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8		

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95
RECEITAS CORRENTES	17.450.000,00	17.450.000,00	2.803.179,74	16,06	2.803.179,74	16,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.287.226,75	1.287.226,75	213.280,33	16,57	213.280,33	16,57
IMPOSTOS	893.343,75	893.343,75	199.668,72	22,35	199.668,72	22,35
TAXAS	373.883,00	373.883,00	13.571,44	3,63	13.571,44	3,63
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	40,17	0,20	40,17	0,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	26.747,81	9,91	26.747,81	9,91
Contrib. p/ custeio do serviço de iluminação pública	270.000,00	270.000,00	26.747,81	9,91	26.747,81	9,91
RECEITA PATRIMONIAL	140.863,93	140.863,93	47.518,74	33,73	47.518,74	33,73
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	1.600,53	16,01	1.600,53	16,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	118.179,08	118.179,08	42.535,75	35,99	42.535,75	35,99
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.000,00	2.000,00	352,40	17,62	352,40	17,62
Receita da Cessão de Direitos	10.684,85	10.684,85	3.030,06	28,36	3.030,06	28,36
RECEITA DE SERVIÇOS	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.607.899,32	15.607.899,32	2.464.595,43	15,79	2.464.595,43	15,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.601.899,32	15.601.899,32	2.464.595,43	15,80	2.464.595,43	15,80
Transf. de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	132.810,00	132.810,00	51.037,43	38,43	51.037,43	38,43
Multas e Juros de Mora	71.410,00	71.410,00	29.200,90	40,89	29.200,90	40,89
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200,00	200,00	1.402,99	701,50	1.402,99	701,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.200,00	48.200,00	19.766,06	41,01	19.766,06	41,01
RECEITAS DIVERSAS	13.000,00	13.000,00	667,48	5,13	667,48	5,13
RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00	180.000,00	9.665,97	5,37	9.665,97	5,37
ALIENAÇÃO DE BENS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	9.665,97	0,00	9.665,97	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.630.000,00	17.630.000,00	2.812.845,71	15,95	2.812.845,71	15,95
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	464.844,89	—	—	23.147,81	—
Superávit Financeiro	—	464.844,89	—	—	23.147,81	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/a)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	34,11	2.200.759,34	2.200.759,34	12,16	15.894.085,55
DESPESAS CORRENTES	16.545.962,00	178.973,70	16.724.935,70	5.841.269,34	5.841.269,34	35,54	2.161.229,03	2.161.229,03	12,92	14.563.706,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.958.404,10	25.994,60	8.984.398,70	1.518.926,35	1.518.926,35	16,79	1.508.325,55	1.508.325,55	16,79	7.476.073,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	94.000,00	0,00	94.000,00	14.590,64	14.590,64	15,52	14.590,64	14.590,64	15,52	79.409,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.493.557,90	152.979,10	7.646.537,00	4.307.752,35	4.307.752,35	56,34	638.312,84	638.312,84	8,35	7.008.224,16
DESPESAS DE CAPITAL	1.052.313,00	285.871,19	1.338.184,19	198.072,11	198.072,11	18,61	39.530,31	39.530,31	2,95	1.298.653,88
INVESTIMENTOS	1.023.313,00	285.871,19	1.309.184,19	192.921,80	192.921,80	18,61	34.380,00	34.380,00	2,63	1.274.804,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	29.000,00	0,00	29.000,00	5.150,31	5.150,31	17,76	5.150,31	5.150,31	17,76	23.849,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.725,00	0,00	31.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.725,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	34,11	2.200.759,34	2.200.759,34	12,16	15.894.085,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	15.894.085,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	612.086,37	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.630.000,00	464.844,89	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.812.845,71	15.894.085,55

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL	PAULA BUTTNER COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8		

COMPRAS FMAS 02.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANDREIA LORENZI - ME	Armário semi-aberto 0,90x0,50x1,60m com 02 (duas) portas, 02	54	1,000	329,0000	329,00
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA LOCACAO DE 03 MAQUINAS COLORIDAS PARA S	96	763,000	0,4100	312,83
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	97	2.325,000	0,0382	88,82
EDILSON RETZ	DIÁRIA	94	2,500	95,0000	237,50
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	TRANSPORTE DESCONTINUADO DE PASSAGEIROS	57	290,000	4,0000	1,160,00
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Clask placa MLU 9996	56	1,000	324,7583	324,76
GMI SOM E ACESSORIOS LTDA	RECEPTOR DE TV	72	1,000	560,0000	560,00
JOVIANE COLOMBELLI	DIÁRIA	74	2,500	140,0000	350,00
LEANDRO CORRADI ME	CREME PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS	65	2,000	9,5400	19,08
LEANDRO CORRADI ME	PACOTE DE FRALDAS DESCARTÁVEIS - TAMANHO P	65	2,000	24,6500	49,30
LEANDRO CORRADI ME	SABONETE NEUTRO	65	1,000	3,7500	3,75
LEANDRO CORRADI ME	SHAMPOO	65	1,000	10,3400	10,34
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA GRANDE (COM FAROFA, BANANA, FRUTAS)	73	17,000	10,5000	178,50
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA SALETE (COM FAROFA, BANANA, FRUTAS)	77	12,000	10,5000	126,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	GROSTOLI	73	2,000	11,2000	22,40
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	GROSTOLI	77	2,000	11,2000	22,40
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	MINI SANDUÍCHES (CONTENDO: PÃO TIPO FRANCÊS, APRESUNTADO E Q	73	120,000	2,0000	240,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	MINI SANDUÍCHES (CONTENDO: PÃO TIPO FRANCÊS, APRESUNTADO E Q	77	265,000	2,0000	530,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PÃO TIPO FRANCÊS PEQUENO	77	2,000	8,2500	16,50
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	REFRIGERANTE 2 LITROS DE BOA QUALIDADE	73	27,000	6,0000	162,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	REFRIGERANTE 2 LITROS DE BOA QUALIDADE	77	23,000	6,0000	138,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	SONHO COM RECHEIO ASSADO (DOCE DE LEITE E GOIABADA)	73	172,000	1,9500	335,40
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	BODY DE BEBÊ COM MANGA	64	2,000	12,5000	25,00
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	COBERTOR	64	1,000	59,5000	59,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	CONJUNTO CANELADO DE BLUSA E CALÇA LONGO	64	2,000	12,5000	25,00
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	CONJUNTO CASAQUINHO E CALÇA DE SOFT	64	1,000	49,5000	49,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	JOGO DE LENÇOL E FRONHA	64	1,000	14,5000	14,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	MACACÃO COM MANGAS	64	1,000	19,5000	19,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	MACACÃO COM MANGAS	64	1,000	22,5000	22,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	MACACÃO SEM MANGAS	64	2,000	18,5000	37,00
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	MANTA DE LINHA OU ALGODÃO	64	1,000	39,5000	39,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	PAPES DE MEIA	64	2,000	1,9500	3,90
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	TOALHA FELPUDA	64	1,000	19,5000	19,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	TOALHINHAS HIGIÊNICAS	64	1,000	9,5000	9,50
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	AÇUCAR REFINADO EMBALAGEM PLASTICA DE 5KG	59	3,000	8,9100	26,73
MERCADO RZ LTDA	ERVA MATE, 1ª QUALIDADE	59	15,000	8,7500	131,25
MERCADO RZ LTDA	SUCO EM PO - PACOTE C/ 500 GR	59	10,000	2,3000	23,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MICHELE LUCIANE T. DA SILVA TEDESCO	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	76	1,000	180,0000	180,00
MICHELE LUCIANE T. DA SILVA TEDESCO	DIÁRIA	75	2,500	140,0000	350,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CERA LIQUIDA VERMELHA, PARA TODOS OS TIPOS DE PISO. COMPOSIC	60	10,000	1,9800	19,80
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	91	1,000	39,4300	39,43
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	93	1,000	734,2100	734,21
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM C/01 LT- CLORO ATIVO	61	12,000	0,9200	11,04
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CAFÉ TORRADO E MOIDO	62	24,000	5,9500	142,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CHÁ DE DIVERSOS SABORES	62	20,000	2,2900	45,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	COPO DESCARTÁVEL 180 ml	63	50,000	2,1900	109,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FLANELA AMARELA, DIMENSÃO 38 X 58 CM 100% ALGODÃO, COSTURA N	61	10,000	0,9800	9,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FÓSFORO EXTRA LONGOS COM 50 UN	63	3,000	1,1900	3,57
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO GRANDE	63	20,000	0,9500	19,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	62	98,000	2,2900	224,42
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	61	48,000	1,0100	48,48
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA 100% FIBRA NATURA	61	100,000	5,5000	550,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SABAO EM PO BIODEGRADAVEL GRÃO AZUL CONVENCIONAL, MULTIPLA	61	20,000	3,1900	63,80
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	58	15,000	4,3400	65,10
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	58	24,000	0,9100	21,84
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	NOTEBOOK com as seguintes especificações mínimas:	66	1,000	1,575,0000	1,575,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	NOTEBOOK com as seguintes especificações mínimas:	69	1,000	1,575,0000	1,575,00
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	TOLDO 6,30x2,75m	70	1,000	2,930,0000	2,930,00
SUPERMERCADO LUZERNA LTDA ME	BOMBOM - PACOTE DE 01 KG		9,000	29,4900	265,41
TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA -	Balcão 0,90x0,50x0,75m com 02 (duas) portas, com tampo de 25	55	1,000	275,0000	275,00
TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA -	Mesa delta (L) de 1,40x1,60x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afas	55	1,000	680,0000	680,00
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	67	3,000	290,6500	871,95
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	68	11,000	61,8500	680,35
Total Geral do Mês -->					17.203,76

COMPRAS FMS 02.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A G KIENEN & CIA LTDA	Amoxicilina ácido Clavulânico 500/125MG Comp	260	900,000	0,8400	756,00
A G KIENEN & CIA LTDA	CARBAMAZEPINA 200 MG	373	9,000,000	0,0760	684,00
A G KIENEN & CIA LTDA	MELOXICAN 15 mg INJETAVEL	261	100,000	1,6500	165,00
A G KIENEN & CIA LTDA	METOPROLOL COMP 50 MG	260	600,000	1,1000	660,00
A G KIENEN & CIA LTDA	VIT B12 5.000 mcg + DEXAMETASONA 1,5 mg + DIPIRONA	261	50,000	8,9800	449,00
ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	- APARELHO DE AR CONDICIONADO MÍNIMO DE 9.000 BTUS	248	1,000	1.700,0000	1.700,00
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	LEVODOPA 200MG + BENZERAZIDA 50MG - COMP	327	6,000,000	0,6000	3,600,00
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	OXIMETRO DE PULSO PERIFERICO-DEDO	308	3,000	234,0000	702,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	Antidolipina Comp 5MG generico	329	15,000,000	0,0280	420,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	BICARBONATO DE SÓDIO	275	2,000	23,3000	46,60
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	CANETA ALTA ROTAÇÃO	275	1,000	519,0000	519,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	CARPULE	276	5,000	34,5000	172,50
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	ESPELHOS BUCAIS Nº5	275	12,000	2,9000	34,80
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	ESPELHOS BUCAIS Nº5	276	12,000	2,9000	34,80
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	FIXADOR CITOLOGICO 30 ml - com bico dosador para gotas	300	15,000	2,8500	42,75
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	GLIBENCLAMIDA COMP 5MG GENERICO	329	2,000,000	0,0280	56,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	KIT DE SAUDE BUCAL INFANTIL	275	450,000	7,6000	3,420,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	OBTURADOR TEMPORÁRIO	275	1,000	10,7000	10,70
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	PARACETAMOL COMP 500MG GENERICO	329	20,000,000	0,0320	640,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	PORTA MATRIZ TOFFLEMAYER	275	2,000	21,3000	42,60
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	SONDA EXPLORADORA Nº 5	275	3,000	5,4500	16,35
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 250 ML EM FRASCO RÍGIDO	300	150,000	2,3900	358,50
ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	ASSENTO SANITÁRIO	307	4,000	16,9000	67,60
ANDRADE, PASSINI COMRGO DE MATERIAIS LTI	PROCESSADOR:	388	2,000	389,0000	778,00
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	CLOPIDOGREL 75 MG CPR	374	2,800,000	0,3680	1,030,40
ANGELO JOÃO HAFNER	Cilindro de fechadura	250	1,000	20,0000	20,00
ANGELO JOÃO HAFNER	COPIA DE CHAVE	251	2,000	6,0000	12,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO	CLONAZEPAN 2,0 MG	381	4,800,000	0,0720	345,60
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO	Dcanoato de Haloperidol 50 mg/ml solução injetavel	381	15,000	6,4610	96,92
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM DE COMP 10 MG	381	1,000,000	0,3550	355,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO	ISSOSSORBIDA DINITRATO COMP SUBLINGUAL 5 MG	381	1,000,000	0,1710	171,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO	LEVOMEPROMAZINA 25MG	381	2,000,000	0,2340	468,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO	Nimesulida 100 MG CPR	381	9,600,000	0,0390	374,40
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	CONCERTO DE PNEU	336	1,000	12,0000	12,00
CARBONI VEICULOS LTDA	FILTRO DE ÓLEO	314	1,000	33,6600	33,66
CARBONI VEICULOS LTDA	ÓLEO MOTOR 5W30 SINTETICO	314	4,500	30,6300	137,84
CARBONI VEICULOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TROCA DE ÓLEO	314	1,000	58,2000	58,20
CDIPSUL - CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	294	1,000	328,7500	328,75
CENTERMEDH- COM. DE PROD. HOSPITALARES I	HIDROCLOROTIAZIDA COMP 25MG GENERICO	330	15,000,000	0,0240	360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES I	IMIPRAMINA - CLORIDRATO 25 MG - COMP	324	3.000,000	0,1390	417,00
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES I	METFORMINA COMP 500MG GENERICO	330	10.000,000	0,0470	470,00
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES I	SIN/ASTATINA 20 MG	330	10.000,000	0,0590	590,00
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES I	Sinvastina 40 mg	330	2.000,000	0,1080	216,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	338	1,000	2,190,000	2,190,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	339	1,000	154,170	154,17
CHAPAÇÃO E PINTURA AUTO TECNICA LTDA	CONCERTO DE PARACHOQUE DIANTEIRO	409	1,000	400,000	400,00
CHAPAÇÃO E PINTURA AUTO TECNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONCERTO DE BANCO	368	1,000	80,000	80,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	COLAGENASE POMADA C/ CLORANFENICOL 30G	262	30,000	10,3900	311,70
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	315	1,000	1,662,160	1,662,16
CLINICA MEDICA DANIEL D AVILA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS	273	1,000	250,000	250,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Clonazepam - gotas 2,5/ML	328	200,000	1,4200	284,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 2MG/5ML 100ML GENERICO	264	200,000	0,8500	170,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	FIBRINOLISINA+DESOXIRIBONUCLEASE POMADA DERMATOLOGICA 10G	265	10,000	17,9500	179,50
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Fluoxetina - 20 MG - genérica	328	3.150,000	0,0540	170,10
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	LITO CARBONATO COMP 300 MG	328	1.500,000	0,0920	138,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	255	1,000	100,0000	100,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	255	1,000	110,0000	110,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	379	1,000	110,0000	110,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CAIXA ORGANIZADORA GRANDE	312	5,000	34,0000	170,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CAIXA ORGANIZADORA PEQUENA	312	4,000	13,0000	52,00
COSEMS- CONS. SECRETARIAS MUNICIP. SAUDE	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE	313	1,000	580,0000	580,00
DAMED1 DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENT	DIMETICONA GOTAS 75MG/ML 10ML GENERICO	325	200,000	0,6690	133,80
DAMED1 DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENT	METOPROLOL COMP 25 MG	325	2.250,000	0,5790	1,302,75
DIAMANTE SUPERMERCADO LTDA - EPP	AVEIA FLOCOS 500GR	384	9,000	4,7000	42,30
DIAMANTE SUPERMERCADO LTDA - EPP	FARELO DE TRIGO	384	12,000	3,6500	43,80
DIAMANTE SUPERMERCADO LTDA - EPP	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL 500GR	384	8,000	4,2000	33,60
DIAMANTE SUPERMERCADO LTDA - EPP	FUBA 1KG	384	3,000	1,9900	5,97
DIAMANTE SUPERMERCADO LTDA - EPP	Gergilim embalagem com 200 g	384	6,000	8,9900	53,94
DIAMANTE SUPERMERCADO LTDA - EPP	GERMEN DE TRIGO 500GR	384	12,000	5,7000	68,40
DIAMANTE SUPERMERCADO LTDA - EPP	PROTEINA DE SOJA	384	6,000	5,7000	34,20
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA LOCAÇÃO DE 03 MAQUINAS COLORIDAS PARA S	410	582,000	0,4100	238,62
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA LOCAÇÃO DE 03 MAQUINAS COLORIDAS PARA S	411	1.527,000	0,4100	626,07
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	412	254,000	0,0382	9,70
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	412	271,000	0,0382	10,35
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	412	842,000	0,0382	32,16
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	412	5.020,000	0,0382	191,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	412	2.970,000	0,0382	113,45
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	412	187,000	0,0382	7,14
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	412	1.155,000	0,0382	44,12
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ATADURA DE CREPOM 06 CM, 13 CM ² , MEDINDO 06 CM LARGURA COM	297	20,000	3,1500	63,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ATADURA DE CREPOM 15, 13 FIOS CM ² , MEDINDO 15 CM DE LARGURA	297	30,000	7,9800	239,40
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ATADURA ELASTICA 10 CM PACOTE COM 12 UNIDADES	297	10,000	8,0000	80,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ATADURA ELASTICA 15 CM PACOTE COM 12 UNIDADES	297	10,000	14,0000	140,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FENOBRITAL COMP 100MG	299	1.500,000	0,0640	96,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	GAZE HIDROFILA 7,5 x 7,5 ABERTA 15 x 30 CONSTITUIDA DE TECID	380	42,000	15,0000	630,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LUVA CIRURGICA Nº 6.5	301	30,000	0,6900	20,70
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LUVA CIRURGICA Nº 8.0	301	30,000	0,6750	20,25
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LUVA CIRURGICA Nº 8.5	301	30,000	0,6750	20,25
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO G (CAIXA COM 50 PARES)	301	12,000	10,4000	124,80
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO M (CAIXA COM 50 PARES)	301	24,000	10,4000	249,60
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO P (CAIXA COM 50 PARES)	301	10,000	10,4000	104,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	SACO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO 50 LITROS	301	50,000	0,1200	6,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	SACO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO 50 LITROS	323	50,000	0,1200	6,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTD	CIPROFLOXACINO-COMP 500MG EMBALAGEM PRIMARIA FRACIONAVEL	383	700,000	0,2820	197,40
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTD	METOCLOPRAMIDA COMP 10 MG	383	4.000,000	0,0530	212,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTD	MICONAZOL CREME 60GR 2% VAGINAL GENERICO	383	50,000	4,4000	220,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTD	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 27,9 G	383	500,000	0,3590	179,50
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA .	DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL 60GR GENERICO	405	200,000	2,2000	440,00
DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP	MICRO COMPUTADOR: Configurações Mínimas:	387	2,000	2.700,0000	5.400,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	228	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	241	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	257	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	319	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	227	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	240	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	254	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	256	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	304	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	317	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	318	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	332	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	408	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	INDENIZAÇÕES	290	1,000	95,0000	95,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Bloco de Passagem Luzerna x Joaçaba	337	3,000	146,2500	438,75
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Bloco de Passagem Vila Kenedy e Roça Grande	337	1,000	97,5000	97,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ELETREICISTA	365	23,500	15,0000	352,50
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Chevrolet Celta 1.0 8 v MPFI	237	1,000	145,8990	145,90
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Renault Sandero Authentique 1.0	238	1,000	162,5682	162,57
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Volkswagen Gol City 1.0 8 v Total	237	1,000	151,9824	151,98
GENTE SEGURADORA SA	Seguro total Doble placa MKU 8736	237	1,000	529,2918	529,29
GENTE SEGURADORA SA	Seguro total Renault Master Furgao Longo 2.5 DCI-	237	1,000	2.230,5868	2.230,59
GENTE SEGURADORA SA	Seguro total Renault Master Minibus Executivo 2.5 DCI	237	1,000	2.291,0773	2.291,08
GENTE SEGURADORA SA	Seguro total Volkswagen Novo Gol 1.0 8 v	237	1,000	362,9429	362,94
GENTE SEGURADORA SA	Seguro total Volkswagen Santana 1.8 MI placa	237	1,000	510,3885	510,39
GRAFICA AMERICA LTDA ME	CARIMBO DE 5,5 X 2,0 CM - MODELO 4913	296	2,000	40,0000	80,00
GRAFICA AMERICA LTDA ME	CARIMBO DE 5,6 X 3,5 CM - MODELO 4926	296	1,000	50,0000	50,00
GRAFICA AMERICA LTDA ME	RELÓGIO DE PAREDE	310	2,000	15,0000	30,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	340	1,000	790,0000	790,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	341	1,000	47,0000	47,00
INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULACAO - EIR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	372	1,000	200,0000	200,00
LA. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCR	HARD DISK INTERNO PARA DESKTOP:	390	2,000	191,0000	382,00
LA. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCR	MONITOR LCD DE 18,5" widescreen; Base com ajuste de altura m	396	2,000	460,0000	920,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	APLICADOR DESCARTÁVEL	278	1,000	9,7000	9,70
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA 1011	278	5,000	5,4500	27,25
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA 1012	278	5,000	5,4500	27,25
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA 1013	278	5,000	5,4500	27,25
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA 1014	278	5,000	5,4500	27,25
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA 1015	278	5,000	5,4500	27,25
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA 1016	278	5,000	5,4500	27,25
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA CHAMA DE VELA 3118	278	5,000	5,4500	27,25
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA CHAMA DE VELA 3118	279	6,000	5,4500	32,70
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA CILINDRICA 1090	279	6,000	5,4500	32,70
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROCA DIAMANTADA CILINDRICA 1091	279	6,000	5,4500	32,70
LA DALLA PORTA JUNIOR	BROMAZEPAN - 3MG	385	3,000,000	0,0440	132,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	CONDICIONADOR DENTAL GEL	279	5,000	4,1500	20,75
LA DALLA PORTA JUNIOR	DICLOFENACO POTASSICO COMP 50 MG	266	5,000,000	0,0290	145,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	FIO DENTAL	278	1,000	8,1500	8,15
LA DALLA PORTA JUNIOR	FIO DENTAL	279	2,000	8,1500	16,30
LA DALLA PORTA JUNIOR	FIXADOR DE RAIO X	278	6,000	15,5000	93,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	Fluconazol - comp 150 MG	385	1,000,000	0,1690	169,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	INDICADORES BIOLÓGICOS (PROCESSADOS A VAPORE)	278	30,000	40,9000	1.227,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO	278	1,000	81,2000	81,20
LA DALLA PORTA JUNIOR	PARACETAMOL COMP 750MG GENERICO	326	15,000,000	0,0400	600,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	PASTA PROFILÁTICA	278	1,000	7,0000	7,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LA DALLA PORTA JUNIOR	PELÍCULA DE PAIO X (ADULTO)	278	1,000	116,99000	116,99
LA DALLA PORTA JUNIOR	RESINA A3.5 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	279	2,000	70,00000	140,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	ROLETE DE ALGODÃO	279	10,000	1,85000	18,50
LA DALLA PORTA JUNIOR	TIRA DE CARBONO	279	6,000	6,35000	38,10
LA DALLA PORTA JUNIOR	VERNIZ COM FLUOR	278	1,000	21,50000	21,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	230	1,000	100,00000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	247	1,000	100,00000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	253	1,000	100,00000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	292	1,000	200,00000	200,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	377	1,000	100,00000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	407	1,000	250,00000	250,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	229	1,000	95,00000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	242	0,500	95,00000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	246	1,000	95,00000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	252	1,000	95,00000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	286	0,500	95,00000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	291	1,000	95,00000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	311	0,500	95,00000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	320	0,500	95,00000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	342	0,500	95,00000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	376	1,000	95,00000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	393	0,500	95,00000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	406	1,000	95,00000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	306	1,000	100,00000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	392	1,000	180,00000	180,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	231	0,500	95,00000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	249	1,000	95,00000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	258	1,000	95,00000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	293	0,500	95,00000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	295	1,000	95,00000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	305	1,000	95,00000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	316	0,500	95,00000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	333	0,500	95,00000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	375	0,500	95,00000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	391	1,000	95,00000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	401	0,500	95,00000	47,50
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS F	AZITROMICINA 40MG/ML - 600MG SUSPENSÃO - GENERICO	382	100,000	2,59000	259,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS F	LORATADINA COMP 10 MG	263	1,200,000	0,0470	56,40
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS F	LOSARTANA POTASSICA COMP 50MG GENERICO	382	30,000,000	0,0390	1,170,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS F	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA 5MG/G+250UI/G 10G	263	100,000	0,8300	83,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS F	NORFLOXACINO COMP 400 MG	263	1,000,000	0,1300	130,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS F	PROPRANOLOL COMP 40MG GENERICO	263	10,000,000	0,0150	150,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	Atenolol Comp 25MG generico	369	10,000,000	0,0200	200,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	BROMOPRIDA - COMP. 10MG - GENERICO	369	2,000,000	0,0940	188,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	EXTRATO SECO DE GINKGO BILOBA - COMP 80 MG	369	3,000,000	0,1390	417,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	369	7,920,000	0,1030	815,76
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	LEVOTIROXINA SODICA 75 MCG	268	3,000,000	0,1340	402,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG	369	7,920,000	0,1080	855,36
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG	369	11,880,000	0,1190	1,413,72
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	LORATADINA XPE 1MG/ML GENERICO	267	200,000	1,6000	320,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	AMORTECEDOR DIANTEIRO	322	2,000	92,0000	184,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	COMPRESSOR	322	1,000	1,400,0000	1,400,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	CORREIA	322	1,000	39,0000	39,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	KIT BATENTE E COIFA AMORT.	322	2,000	16,0000	32,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	MOTOR PASSO	366	1,000	78,0000	78,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PASTILHAS DE FREIO	322	1,000	36,0000	36,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	REGULADOR DE VOLTAGEM	322	1,000	134,0000	134,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	ROLAMENTO	322	1,000	24,0000	24,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	ROLAMENTO	322	1,000	10,0000	10,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	321	22,500	28,0000	630,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	367	2,000	28,0000	56,00
MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	TECIDO	272	20,000	14,9500	299,00
MERCADO RZ LTDA	ÁGUA MINERAL SEM SIFÃO - 20 LITROS	269	10,000	9,9500	99,50
MERCADO RZ LTDA	ERVA MATE, 1ª QUALIDADE	269	10,000	8,7500	87,50
MERCADO RZ LTDA	SUCO EM PO - PACOTE C/ 500 GR	269	12,000	2,3000	27,60
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	ATADURA DE CREPOM 10 CM, 13 FIOS CM², MEDINDO 10 CM DE LARGU	298	30,000	9,3300	279,90
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	ATADURA DE CREPOM DE 03 CM. 13 CM ², MEDINDO 03 CM DE LARGUR	298	10,000	6,2000	62,00
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MEDICOS HOSPI	298	2,000	85,0000	170,00
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	ESPARADRAPO 10 cm x 4,5 METROS	303	5,000	3,6400	18,20
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	ESPARADRAPO 5,0 cm x 4,5 METROS	303	10,000	2,1000	21,00
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	FITA MÉTRICA 1,5 METROS PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS	309	10,000	2,2500	22,50
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	FRASCO PARA SOLUÇÃO - Tamanho G- AMOTOLIA	303	8,000	2,1400	17,12
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	SONDA URETERAL Nº 12	303	600,000	0,3690	221,40
METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITAL	UROPEN DISPOSITIVO NA FORMA DE SONDA EXTERNA QUE UNE PRESERV	298	10,000	2,1000	21,00
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE	COOPERAÇÃO FINANCEIRA - UPA 24h	334	12,000	8,869,5000	106,434,00
N.R. COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA ME	CONSRTO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM	331	1,000	182,5000	182,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NEP - NUCLEO ESPECIALIZADO DE PEDIATRIA S	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	287	1,000	250,0000	250,00
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACOLA PLÁSTICA 25x34 - COM 1000 UNIDADES	270	3,000	21,5300	64,59
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	ANESTÉSICO LOCAL C/ VASOCONSTRICTOR. COM CADA MIL CONTEND	281	1,000	47,4000	47,40
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	APLICADOR DE AMÁLGAMA - PLÁSTICO	281	1,000	10,6000	10,60
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	BROCA BAIXA ROTAÇÃO HL Nº 4	281	6,000	4,5500	27,30
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	BROCA BAIXA ROTAÇÃO HL Nº 6	281	6,000	4,5500	27,30
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	BROCA BAIXA ROTAÇÃO HL Nº 8	281	12,000	4,5500	54,60
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	DEDEIRA DE BORRACHA	281	2,000	2,2000	4,40
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	EMBALAGEM AUTO SELANTE PARA AUTOCLAVE 7cm x 23cm	281	1,000	18,0000	18,00
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	ESCOVAS DE ROBSON	281	10,000	1,1500	11,50
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	FIO RETRATOR DE GENGIVA	281	1,000	24,0000	24,00
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO COM TRIPLA PRESA	277	1,000	125,4200	125,42
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	PONTAS MONTADAS PARA POLIMENTO DE RESINA TIPO CHAMA	281	10,000	9,7000	97,00
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	RESINA B2 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZAVEL	281	1,000	70,0000	70,00
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	SELANTE INCOLOR	281	2,000	24,5000	49,00
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	TIRAS DE POLIESTER	281	1,000	1,4900	1,49
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	TRICRESOL FORMALINA	281	1,000	7,8500	7,85
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	259	1,000	338,7800	338,78
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	271	32,000	1,0100	32,32
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS; FOLHA INTERCALADA 100% FIBRA NATURA	271	105,000	5,5000	577,50
PAPELARIA DEWATICA LTDA	NOBREAK 600 VA	284	2,000	315,0000	630,00
PAPELARIA DEWATICA LTDA	NOBREAK 600 VA	285	1,000	315,0000	315,00
PELLUSER SERVICOS MEDICOS LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	378	1,000	150,0000	150,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	AGULHA 25 x 07 DESCARTÁVEL COM BISEL TRIFAÇETADO	302	500,000	0,0430	21,50
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESPEGULO VAGINAL DESCARTÁVEL MÉDIO	302	100,000	0,7400	74,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGA DESC. 20 ml SEM AGULHA	302	200,000	0,2800	56,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGA DESC. 3 ml SEM AGULHA	302	500,000	0,1790	89,50
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGA DESC. PARA INSULINA 1ML COM AGULHA	302	300,000	0,7900	237,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 12	302	20,000	1,7000	34,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TUBO PLÁSTICO PARA COLETA DE SANGUE SEM ANTICOAGULANTE	302	20,000	0,4400	8,80
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	Atenolol Comp 50MG genérico	403	30,000,000	0,0255	765,00
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	BROMAZEPAN 6 MG	404	2,000,000	0,0580	116,00
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	DICLOFENACO SODICO 75 mg/03 ml INJETAVEL	404	150,000	0,5480	82,20
RODRIGO ROSA SAMPAIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	371	1,000	150,0000	150,00
RUMAR AUTOMOVEIS LTDA	01 VEICULO DE PASSEIO SEDAN	280	1,000	42,950,0000	42,950,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	01 VEICULO DE PASSEIO SEDAN	282	1,000	42,950,0000	42,950,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	Dexametasona - creme dermatológico 0.1 % - 10G - genérico	370	200,000	0,6050	121,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	ENALAPRIL COMP 10 MG	370	5,000,000	0,0460	230,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SERVITOM SERV. TOM. COMP. CORPO INTEIRO .	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	239	1,000	120,0000	120,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	ADESIVO DENTAL	274	1,000	119,0000	119,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	ADESIVO DENTAL	283	1,000	119,0000	119,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	ANESTÉSICO TÓPICO	283	1,000	6,9700	6,97
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA ALTA ROTAÇÃO 10 - 14HL	274	3,000	5,2700	15,81
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA ALTA ROTAÇÃO 10 - 16 HL	274	3,000	5,2700	15,81
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA ALTA ROTAÇÃO Nº 02	274	3,000	4,8500	14,55
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA CARBIDE Nº 02	274	3,000	7,2300	21,69
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA CARBIDE Nº 04	274	3,000	4,2300	12,69
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA CARBIDE Nº 06	274	3,000	7,2300	21,69
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA P/ ACABAMENTO EM RESINA 3168 F	274	3,000	5,4500	16,35
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA 3118 F	274	3,000	5,4500	16,35
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA 3118 F	283	6,000	5,4500	32,70
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO EM RESINA 1112 F	274	3,000	5,4500	16,35
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO EM RESINA 1190 F	274	3,000	5,4500	16,35
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO EM RESINA 2135 F	274	3,000	5,4500	16,35
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO EM RESINA 2135 F	283	6,000	5,4500	32,70
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO EM RESINA 3195 F	274	3,000	5,4500	16,35
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	BROCA PARA ACABAMENTO EM RESINA 3195 F	283	6,000	5,4500	32,70
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	LIXA DE METAL	283	1,000	7,5000	7,50
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	LIXA PARA RESINA GRANA GROSSA	283	1,000	33,0000	33,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	PIÇA CLÍNICA	283	3,000	14,1900	42,57
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	RESINA A2 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	274	1,000	70,0000	70,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	RESINA A2 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	283	2,000	70,0000	140,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	RESINA A3 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	274	1,000	70,0000	70,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	RESINA A3 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	283	1,000	70,0000	70,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	REVELADOR DE PLACA BACTERIANA EM PASTILHAS	283	5,000	21,0000	105,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	REVELADOR DE RAO X	283	6,000	6,5000	39,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOX	SUGADORES DESCARTÁVEIS	274	10,000	4,2000	42,00
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	COLETA DE MEDICAMENTOS VENCIDOS	398	111,900	6,0000	671,40
TLB CLINICA S/S LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	245	1,000	300,0000	300,00
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	243	11,000	875,4600	9.630,06
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	244	11,000	113,4400	1.247,84
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	MEMORIA PARA COMPUTADOR: com capacidade mínima	389	2,000	149,5000	299,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PLACA MÃE:	389	2,000	179,9000	359,80
VITAL PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	FITA PARA GLICEMIA CAPILAR	402	5,000,000	0,3800	1,900,00
Total Geral do Mês →					279.782,25

COMPRAS PML 02.2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Página: 1/13

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	- APARELHO DE AR CONDICIONADO MÍNIMO DE 9.000 BTUS	570	1,000	1.700,0000	1.700,00
ANDERSON DALCIN - MEI	SERVIÇOS DE PEQUENAS MANUTENÇÕES	737	4,000	29,0000	116,00
ANDERSON DALCIN - MEI	SERVIÇOS DE PEQUENAS MANUTENÇÕES	738	9,000	29,0000	261,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO	680	30,000	1,9900	59,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO	689	20,000	1,9900	39,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO	698	15,000	1,9900	29,85
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BOLACHA (TIPO MARIA)	699	20,000	6,9500	139,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO	680	10,000	6,4500	64,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO	689	4,000	6,4500	25,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO	698	5,000	6,4500	32,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CHOCOLATE EM PO SOLUVEL 32 %	680	5,000	6,6600	33,30
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE LEITE	680	5,000	8,9000	44,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE LEITE	689	12,000	8,9000	106,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE LEITE	698	6,000	8,9000	53,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	698	15,000	1,9400	29,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GELATINA (SABORES VARIADOS)	680	150,000	0,8400	126,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GELATINA (SABORES VARIADOS)	689	230,000	0,8400	193,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GELATINA (SABORES VARIADOS)	698	200,000	0,8400	168,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE	689	20,000	5,4500	109,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE	698	20,000	5,4500	109,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	POLVILHO AZEDO	680	5,000	3,4400	17,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	POLVILHO AZEDO	689	5,000	3,4400	17,20
ARNALDO HACK	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA	553	3,000	35,0000	105,00
ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO RURAL DE LU	AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES		1,000	80,000,0000	80,000,00
ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO RURAL DE LU	AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES		1,000	80,000,0000	80,000,00
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 03 - Matutino	706	630,000	4,9600	3.124,80
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 04 - Vespertino	706	688,000	4,9600	3.412,48
AUTOMATIC IND. COM. EQUIP.ELETRICOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUSÃO DE 04 PONTOS DE FIBRA ÓPTICA	525	4,000	60,0000	240,00
BETHA SISTEMAS LTDA	Implantação do sistema Betha Biblioteca	526	1,000	2.483,3900	2.483,39
BETHA SISTEMAS LTDA	Reembolso das despesas de deslocamento no suporte	517	20,000	0,6730	13,46
BETHA SISTEMAS LTDA	SERVIÇO TECNICO	517	6,000	67,3600	404,16
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	499	1,000	1.187,0000	1.187,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	500	1,000	3.038,0000	3.038,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	501	1,000	12,0000	12,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	502	1,000	25,0000	25,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	554	1,000	96,0000	96,00
CARDINAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	LIXEIRA AÇO CARBONO		5,000	1.350,0000	6.750,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	557	1,000	4.041,0100	4.041,01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	558	1,000	294,0000	294,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	559	1,000	790,0000	790,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	560	1,000	49,0000	49,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	561	1,000	1,400,0000	1,400,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	562	1,000	98,0000	98,00
CHAPEAÇÃO E PINTURA AUTO TECNICA LTDA	MÁQUINA VIDRO	664	1,000	55,0000	55,00
CHAPEAÇÃO E PINTURA AUTO TECNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	663	1,500	40,0000	60,00
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE		1,000	1,097,9000	1,097,90
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	528	1,000	548,9900	548,99
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE	687	75,000	5,7000	427,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE	696	30,000	5,7000	171,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE	697	30,000	5,7000	171,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABOBRINHA VERDE	687	2,500	3,1500	7,88
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABOBRINHA VERDE	697	4,000	3,1500	12,60
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ACELGA VERDE	696	5,000	3,8000	19,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ACELGA VERDE	697	10,000	3,8000	38,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ALFACE VERDE	687	8,000	3,8000	30,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ALFACE VERDE	697	15,000	1,5000	22,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ALFACE VERDE	696	30,000	1,5000	45,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ALFACE VERDE	697	16,000	1,5000	24,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA	687	75,000	1,8500	138,75
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA	696	120,000	1,8500	222,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA	697	50,000	1,8500	92,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BATATA SALSA LAVADA	687	2,500	8,7000	21,75
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BROCOLIS VERDE	687	25,000	4,1000	102,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BROCOLIS VERDE	696	30,000	4,1000	123,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BROCOLIS VERDE	697	10,000	4,1000	41,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	CENOURA	687	15,000	3,1000	46,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	CENOURA	696	5,000	3,1000	15,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	CENOURA	697	5,000	3,1000	15,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	COUVE-FLOR	687	25,000	4,0000	100,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	COUVE-FLOR	697	10,000	4,0000	40,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	FELJAO MULATO	687	10,000	5,3000	53,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	FELJAO MULATO	697	10,000	5,3000	53,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	FELJÃO PRETO	697	10,000	3,0000	30,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	KIWI	687	6,000	15,0000	90,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LARANJA	687	40,000	2,2000	88,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LARANJA	696	40,000	2,2000	88,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LARANJA	697	20,000	2,2000	44,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO	687	30,000	3,7000	111,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO	696	40,000	3,7000	148,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO	697	20,000	3,7000	74,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELANCIA	687	40,000	1,4000	56,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELANCIA	696	200,000	1,4000	280,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELANCIA	697	140,000	1,4000	196,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO	687	30,000	3,9000	117,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO	696	40,000	3,9000	156,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO	697	20,000	3,9000	78,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MORANGO	687	15,000	14,5000	217,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PEPINO	687	15,000	2,8000	42,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PEPINO	697	10,000	2,8000	28,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PERA D'AGUA	687	15,000	8,7000	130,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO	687	2,000	8,5000	17,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO	696	1,000	8,5000	8,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO	697	1,000	8,5000	8,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	REPOLHO	687	15,000	1,8000	27,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	REPOLHO	696	20,000	1,8000	36,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	REPOLHO	697	10,000	1,8000	18,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)	687	15,000	1,7000	25,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)	696	15,000	1,7000	25,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)	697	15,000	1,7000	25,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	UVA ROXA OU VERDE	687	30,000	6,8000	204,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	VAGEM	697	4,000	9,0000	36,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 100cm CA-1	457	5,000	290,0000	1,450,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 40x100cm	457	20,000	35,0000	700,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 50x100cm	457	20,000	55,0000	1,100,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 80X100 cm	457	5,000	180,0000	900,00
CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA	TUBO CONCRETO 30x100cm	688	50,000	27,8000	1,390,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARI	CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO ENTRE O MUNICIPIO DE LUZER		12,000	232,5000	2,790,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARI	CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO ENTRE O MUNICIPIO DE LUZER		12,000	817,5000	9,810,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARI	CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO ENTRE O MUNICIPIO DE LUZER		12,000	450,0000	5,400,00
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CON	FIO CORTE QUADRADO	460	312,000	0,8500	265,20
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CON	FIO PARA CORTADOR DE GRAMA	460	215,000	0,7500	161,25
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CON	LINHA VERDE REDONDO	460	29,500	0,6000	17,70
CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	MENSALIDADE	466	1,000	150,0000	150,00
DE MARCO LTDA	ELEM. FILTRO DE AR	465	1,000	125,4600	125,46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DE MARCO LTDA	FILTRO DE AR	465	1,000	46,0800	46,08
DE MARCO LTDA	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	465	1,000	46,2800	46,28
DE MARCO LTDA	FILTRO OLEO	465	1,000	48,9500	48,95
DE MARCO LTDA	JUNTA DE VEDAÇÃO DO CARTER	465	1,000	8,2900	8,29
DE MARCO LTDA	KIT REVISÃO	465	1,000	46,0000	46,00
DE MARCO LTDA	OLEO 10W40	466	4,000	31,0000	124,00
DE MARCO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REVISÃO 30.000 KM	467	1,000	200,6000	200,60
DE MARCO LTDA	VELA DE IGNIÇÃO	465	4,000	35,8000	143,20
DEDETIZADORA JOACABENSE LTDA	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	485	1,000	410,0000	410,00
DEDETIZADORA JOACABENSE LTDA	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	486	1,000	3,910,0000	3,910,00
DEDETIZADORA JOACABENSE LTDA	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	487	1,000	890,0000	890,00
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA LOCACAO DE 03 MAQUINAS COLORIDAS PARA S	721	229,000	0,4100	93,89
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA LOCACAO DE 03 MAQUINAS COLORIDAS PARA S	724	838,000	0,4100	343,58
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA LOCACAO DE 03 MAQUINAS COLORIDAS PARA S	729	850,000	0,4100	348,50
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	718	2,248,000	0,0382	85,87
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	719	804,000	0,0382	30,71
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	720	554,000	0,0382	21,16
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	722	8,835,000	0,0382	337,50
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	723	3,527,000	0,0382	134,73
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	723	7,320,000	0,0382	279,62
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	725	4,952,000	0,0382	189,17
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	726	2,248,000	0,0382	85,87
DREONE FELSKI MENDES	ADIANTEMENTO PARA LOCOMOÇÃO	710	1,000	1,100,0000	1,100,00
DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP	MICRO COMPUTADOR: Configurações Mínimas:	566	3,000	2,700,0000	8,100,00
EMPRETERIA DE CONSTRUCAO CIVIL OLIVEIRA	SERVIÇO DE CONserto E REPOSIÇÃO DE PARALELEPIPEDOS	574	420,000	39,5000	16,590,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Linha 02 - Matutino	707	420,000	5,0000	2,100,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Linha 12 - Matutino	707	630,000	5,2200	3,288,60
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Linha 13 - Vespertino	707	224,000	5,2500	1,176,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	PASSAGEM DE ESTUDANTE	728	2,112,000	1,1700	2,471,04
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	TRANSPORTE DESCONTINUADO DE PASSAGEIROS	569	23,000	4,0000	92,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	TRANSPORTE DESCONTINUADO DE PASSAGEIROS	579	168,000	4,0000	672,00
ESQUADRIAS ICOOFER LTDA	ALVORADA MADEIRA	671	4,800	55,0000	264,00
ESQUADRIAS ICOOFER LTDA	ARRUELA	671	3,000	20,0000	60,00
ESQUADRIAS ICOOFER LTDA	MATERIAL ESPECIAL	671	52,100	13,2300	689,28
ESQUADRIAS ICOOFER LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RETIRADA E REFORMA DE TOLDOS DA ES	672	1,000	2,250,0000	2,250,00
ESQUADRIAS ICOOFER LTDA	REBITE	671	300,000	0,1500	45,00
ESQUADRIAS ICOOFER LTDA	TINTA METALICA	671	5,000	50,0000	250,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ESQUADRIAS ICOFER LTDA	TUBO 20 X 30 1,20	671	4,000	48,0000	192,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA	GLP DE GAS COM 13 kg	712	1,000	46,0000	46,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA	RECARGA DE BOTILHAO DE GAS P45	571	2,000	219,0000	438,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA	RECARGA DE BOTILHAO DE GAS P45	572	7,000	219,0000	1,533,00
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇO DE MANUTENCAO DE ELETREICISTA		17,000	15,0000	255,00
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇO DE MANUTENCAO DE ELETREICISTA	735	20,000	15,0000	300,00
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇO DE MANUTENCAO DE ELETREICISTA	736	17,000	15,0000	255,00
FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP	Agência de publicidade	662	1,000	1,000,0000	1,000,00
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FORD F - NAC/1300/2P/3P PLACA LZC 7		1,000	434,7754	434,78
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros VW 15 (Diesel) 180 TB/2p/3P		1,000	434,7754	434,78
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FIAT PALIO FIRE PLACA MMK 9934		1,000	238,1813	238,18
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FIAT STRADA CAB. SIMP. 1.5 WORKIN/2P		1,000	215,4974	215,50
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FIAT UNO 1.0 MILLE FIRE FLEX 4P/5P		1,000	230,6200	230,62
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FIAT UNO 1.0 MILLE FIRE FLEX 4P/5P		1,000	215,4974	215,50
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Fiat/Palio WK Attrac. 1.4 placa		1,000	238,1813	238,18
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FORD CARGO 2422 6x4 2P/3P PLACA JNK		1,000	434,7754	434,78
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FORD CARGO 2428 E		1,000	434,7754	434,78
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FORD CARGO 2428 E TB 6x2/2P/3P		1,000	434,7754	434,78
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FORD F NAC /1200/2P/3P PLACA MAU 503		1,000	434,7754	434,78
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS FORD F -NAC/1300/2P/3P PLACA LZC 735		1,000	434,7754	434,78
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Ford Pampa 1.8 I /2p/3p		1,000	215,4974	215,50
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros M. Benz Altron 2729 6x4		1,000	510,3885	510,39
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Reb. Trivellato placa AID 5305		1,000	510,3885	510,39
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros Volkswagen Gol City 1.0 8 v Total		1,000	219,2780	219,28
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS VW GOL 1.0 CITY (TREND) T. 4P/5P		1,000	223,0587	223,06
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS VW GOL 1.0 TOTAL FLEX (G5)/4P/5P		1,000	223,0587	223,06
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO CONTRA TERCEIROS VW KOMBI 1.4 STD TOTAL FLEX	727	1,000	578,4403	578,44
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros VW Kombi 1.6 STD (Escolar)/4p/5p		1,000	578,4403	578,44
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros VW Santana 1.8 MI (Nova Série) /4p/5		1,000	257,0846	257,08
GENTE SEGURADORA SA	Seguro contra terceiros VW Saveiro 1.6 Total flex (G5)/2p/3p		1,000	223,0587	223,06
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO TOTAL MARCOPOLLO VOLARE V-8 (Escolar longo) / QQ	727	1,000	1,848,7406	1,848,74
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO TOTAL FIAT/MICRO ONIBUS CITY CLASS	727	1,000	1,826,0567	1,826,06
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO TOTAL GM VECTRA 2.0 ELEGANCE FLEXPOW 4P/5P PLACA MHX		1,000	812,8410	812,84
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO TOTAL MARCOPOLLO VOLARE EXECUTIVO V-5/QQ PLACA MHQ	727	1,000	1,353,4747	1,353,47
GENTE SEGURADORA SA	Seguro total Peugeot Boxer Furgão 350 2.3 HDI	727	1,000	1,644,5852	1,644,59
GENTE SEGURADORA SA	SEGURO TOTAL VW KOMBI 1.6. STD MI/4P/5P PLACA CSQ 3722		1,000	884,6734	884,67
GM SOM E ACESSORIOS LTDA	CONTROLE RTHT 433	495	1,000	35,0000	35,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GM SOM E ACESSORIOS LTDA	RECEPTOR 680TX	495	1,000	210,0000	210,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	ALHO TIPO 5	686	1,000	14,6000	14,60
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	ALHO TIPO 5	695	1,000	14,6000	14,60
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	ALHO TIPO 5	699	1,000	14,6000	14,60
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	BATATA INGLESIA LAVADA	686	20,000	2,9500	59,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	BATATA INGLESIA LAVADA	699	40,000	2,9500	118,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	BETERRABA	686	10,000	2,6500	26,50
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	BETERRABA	699	6,000	2,6500	15,90
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	CEBOLA	686	25,000	2,6000	65,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	CEBOLA	695	30,000	2,6000	78,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	CEBOLA	699	30,000	2,6000	78,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	CHUCHU VERDE,	686	6,000	2,8400	17,04
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	CHUCHU VERDE,	699	6,000	2,8400	17,04
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	MAÇA GALA OU FUGI	686	30,000	4,4000	132,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	MAÇA GALA OU FUGI	695	80,000	4,4000	352,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	MAÇA GALA OU FUGI	699	20,000	4,4000	88,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	MANGA	686	16,000	3,6000	57,60
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	MANGA	695	40,000	3,6000	144,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	MANGA	699	20,000	3,6000	72,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)	686	16,000	4,4500	71,20
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)	695	5,000	4,4500	22,25
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)	699	20,000	4,4500	89,00
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	TOMATE -	686	30,000	3,8500	115,50
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	TOMATE -	695	30,000	3,8500	115,50
GUILHERME BRAGHIROLLI ME	TOMATE -	699	30,000	3,8500	115,50
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	686	1,000	2,026,6700	2,026,67
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	687	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	688	1,000	513,3300	513,33
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	699	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	660	1,000	8,065,4400	8,065,44
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	661	1,000	611,0000	611,00
INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS SAO CARLC	SUCO DE UVA NATURAL	681	3,000	9,6500	28,95
INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS SAO CARLC	SUCO DE UVA NATURAL	691	10,000	9,6500	96,50
INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS SAO CARLC	SUCO DE UVA NATURAL	700	10,000	9,6500	96,50
JESSICA LUANA HAMMEIER	Contratação de nutricionista, com registro no respectivo	705	100,000	30,0000	3,000,00
JK PNEUS LTDA	PNEU 175/70 R. 14	545	4,000	180,0000	720,00
JUDITE DELLAI MEI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONCERTO DE ROÇADEIRA, MOTOSSERRA	461	1,000	488,0000	488,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA CASEIRA GRANDE - FATIADA	682	15,000	10,1500	152,25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA CASEIRA GRANDE - FATIADA	693	40,000	10,1500	406,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA CASEIRA GRANDE - FATIADA	702	25,000	10,1500	253,75
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO	692	15,000	5,0000	75,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO	693	40,000	5,0000	200,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO	702	25,000	5,0000	125,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO TIPO FRANCES	692	15,000	8,0000	120,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	BOMBA INJETORA	575	1,000	7,796,0000	7,796,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	CAMISA	504	1,000	1,100,0000	1,100,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	DENTE CONCHA	504	5,000	72,0000	360,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	EMBOLO	504	1,000	274,0000	274,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	FOLHA MOLA AUXILIAR	503	1,000	278,0000	278,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	FOLHA MOLA DIANTEIRA 1	503	1,000	289,0000	289,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	HASTE	504	1,000	810,0000	810,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	HASTE	504	1,000	780,0000	780,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	JOGO JUNTA	507	1,000	880,0000	880,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	KIT COMPLETO CUBO DIANTEIRO	576	1,000	4,486,0000	4,486,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	PINO CENTRO 1/2 X 8	503	1,000	12,0000	12,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	PISTÃO MOTOR	507	4,000	957,0000	3,828,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	REPARO CILINDRO LEVANTE	504	1,000	180,0000	180,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	TAMPA	504	1,000	282,0000	282,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BOCAL DE PORCELANA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA E-40	459	2,000	4,8000	9,60
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BRAÇO ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PUBLICA, AÇO CARBONO 1010-1020,	459	2,000	58,0000	116,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CABO FLEXIVEL 2.5MM²	459	23,000	0,6000	13,80
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CHAVE ILUMINAÇÃO PUBLICA 1 X 50A, 198/242V, 60Hz, CONECTOR M	459	1,000	115,0000	115,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO260 MM, PADRÃO	459	4,000	15,9000	63,60
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CELESC				
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 230MM, PADRÃO	459	4,000	18,0000	72,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CELESC				
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONECTOR AMPACTINHO TIPO I	459	6,000	2,6000	15,60
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONECTOR AMPACTINHO TIPO III	459	1,000	1,5000	1,50
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONECTOR DE PERFURAÇÃO (CONECTOR PIRING), PARA	459	3,000	4,5000	13,50
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	UTILIZAÇÃO E				
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	FITA ISOLANTE ADESIVA, PVC, ESPESURA 0,19MM, LARGURA 19MM,	459	6,000	2,4000	14,40
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVO	459	1,000	16,2000	16,20
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W - 220V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOI	459	11,000	14,8000	162,80
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO, 70W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVO	459	13,000	11,5000	149,50
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LUMINARIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, ALUMINIO	459	2,000	68,0000	136,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	ESTAMPAD				
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	Manutenção das redes de iluminação pública e dos ginásio	458	35,000	72,0000	2,520,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONADO 1010-1020, 16 X	459	4,000	5,2000	20,80
	300M				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 100 MM	459	5,000	2,2000	11,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 250MM,	459	1,000	4,3000	4,30
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SÓDIO 150 W- 220 V	459	1,000	38,0000	38,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SÓDIO 250 W - 220	459	7,000	47,0000	329,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SÓDIO 70W - 220 V,	459	10,000	25,0000	250,00
MARCELO COSTA BEBER	DIÁRIA	578	0,500	230,0000	115,00
MARIA JUREIMA IAGHER DOS SANTOS ME	Serviço de conserto de bocas de lobos	731	50,000	25,0000	1,250,00
MARIA JUREIMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	732	9,000	30,0000	270,00
MARIA JUREIMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO DE BOCAS DE LOBOS	731	11,500	29,0000	333,50
MARIA JUREIMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS HIDTROSSANITÁRIOS	733	10,000	22,0000	220,00
MARIA JUREIMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS HIDTROSSANITÁRIOS	734	20,000	22,0000	440,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC		76,000	58,6648	4,458,52
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC	505	14,000	55,0000	770,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC	506	50,000	55,0000	2,750,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC		49,000	55,0000	2,695,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS	505	108,000	50,7102	5,476,70
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS		40,000	50,7102	2,028,41
MECANICA FACIN LTDA - ME	AMORTECEDOR DIANTEIRO	669	2,000	292,0000	584,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	BATERIA PARA VEÍCULO	512	1,000	320,0000	320,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	BOBINA	665	1,000	71,0000	71,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	CABO DE IGNIÇÃO	541	1,000	162,0000	162,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	CABO DE IGNIÇÃO	665	1,000	95,0000	95,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	COXIM SUPERIOR DO AMORTECEDOR	669	2,000	226,0000	452,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	665	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	KIT BATENTE E COIFA AMORT.	669	1,000	115,0000	115,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	LAMPADA 1 POLO P21W		1,000	2,5000	2,50
MECANICA FACIN LTDA - ME	LAMPADA H4 12342 CN		1,000	13,0000	13,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	LAMPADA PARA VEÍCULO	512	1,000	2,5000	2,50
MECANICA FACIN LTDA - ME	MOTOR PASSO	665	1,000	78,0000	78,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PALHETA	512	1,000	39,0000	39,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PARAFUSO	541	2,000	1,8000	3,60
MECANICA FACIN LTDA - ME	PIVO DE SUSPENSÃO	512	1,000	40,0000	40,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PORCA	541	2,000	0,5000	1,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	666	6,500	28,0000	182,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	670	8,000	28,0000	224,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	511	4,000	28,0000	112,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	539	2,000	28,0000	56,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	540	3,500	28,0000	98,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SONDA LAMBDA	665	1,000	221,0000	221,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	TAMPA DO DISTRIBUIDOR	541	1,000	52,0000	52,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	VG 07/4p VTER		1,000	680,0000	680,00
MERCADO RZ LTDA	AÇÚCAR DE BAUNILHA	690	1,000	11,0000	11,00
MERCADO RZ LTDA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS	534	50,000	0,6800	34,00
MERCADO RZ LTDA	APRESUNTADO FATIADO	683	2,000	15,7500	31,50
MERCADO RZ LTDA	APRESUNTADO FATIADO	690	10,000	15,7500	157,50
MERCADO RZ LTDA	APRESUNTADO FATIADO	704	10,000	15,7500	157,50
MERCADO RZ LTDA	AVEIA EM FLOCOS	683	2,000	3,0500	6,10
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)	683	12,000	11,0000	132,00
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)	690	20,000	11,0000	220,00
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)	704	10,000	11,0000	110,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA DE 2a, ISCAS DE PALETA	704	14,000	13,1500	184,10
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRE COXA INTERFOLHADA)	683	20,000	5,4500	109,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRE COXA INTERFOLHADA)	704	14,000	5,4500	76,30
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO MOIDA	704	14,000	12,3000	172,20
MERCADO RZ LTDA	COCO RALADO SEM AÇÚCAR	683	10,000	3,4000	34,00
MERCADO RZ LTDA	COCO RALADO SEM AÇÚCAR	690	5,000	3,4000	17,00
MERCADO RZ LTDA	ERVA MATE, 1º QUALIDADE	534	30,000	8,7500	262,50
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE MANDIOCA	704	3,000	5,4000	16,20
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)	683	5,000	1,9000	9,50
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)	690	10,000	1,9000	19,00
MERCADO RZ LTDA	FILE DE TILAPIA (INTERFOLHADO)	683	10,000	26,9000	269,00
MERCADO RZ LTDA	FLOCOS DE MILHO	683	5,000	5,4500	27,25
MERCADO RZ LTDA	FLOCOS DE MILHO	690	20,000	5,4500	109,00
MERCADO RZ LTDA	GOIABADA	683	2,000	5,7000	11,40
MERCADO RZ LTDA	LINGUICA CALABRESA	683	1,000	18,1500	18,15
MERCADO RZ LTDA	LINGUICA CALABRESA	690	1,000	18,1500	18,15
MERCADO RZ LTDA	LINGUICA CALABRESA	704	1,000	18,1500	18,15
MERCADO RZ LTDA	MANTEIGA COLONIAL	683	2,000	11,0000	22,00
MERCADO RZ LTDA	MARGARINA	683	3,000	3,4000	10,20
MERCADO RZ LTDA	MARGARINA	690	6,000	3,4000	20,40
MERCADO RZ LTDA	MEL DE ABELHA	683	2,000	16,2000	32,40
MERCADO RZ LTDA	MELADO DE CANA	683	2,000	9,4000	18,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO RZ LTDA	MILHO EM CONSERVA	704	10,000	1,7000	17,00
MERCADO RZ LTDA	MILHO PARA CANJICA	683	5,000	3,3000	16,50
MERCADO RZ LTDA	OLEO DE SOJA	683	10,000	3,1200	31,20
MERCADO RZ LTDA	OLEO DE SOJA	690	10,000	3,1200	31,20
MERCADO RZ LTDA	OLEO DE SOJA	704	10,000	3,1200	31,20
MERCADO RZ LTDA	QUEIJO PRATO FATIADO	683	2,000	21,0000	42,00
MERCADO RZ LTDA	QUEIJO PRATO FATIADO	690	10,000	21,0000	210,00
MERCADO RZ LTDA	QUEIJO PRATO FATIADO	704	10,000	21,0000	210,00
MERCADO RZ LTDA	VINAGRE TINTO	690	6,000	2,2500	13,50
MICHEL FABRICIO MOTT - DESPACHANTE	LICENCIAMENTO	489	1,000	80,0000	80,00
MOISES DIERSMANN	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	493	1,000	120,0000	120,00
MOISES DIERSMANN	ADIANTAMENTO PARA ESTACIONAMENTO	492	1,000	70,0000	70,00
MOISES DIERSMANN	ADIANTAMENTO PARA LOCOMOÇÃO	491	1,000	250,0000	250,00
MOISES DIERSMANN	ADIANTAMENTO PARA LOCOMOÇÃO	494	1,000	1,783,6000	1,783,60
MOISES DIERSMANN	DIÁRIA	490	3,000	435,0000	1,305,00
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	488	1,000	852,8900	852,89
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	513	1,000	105,7000	105,70
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	514	1,000	343,6000	343,60
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	515	1,000	255,8600	255,86
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	516	1,000	532,3600	532,36
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	Serviços continuados de serviços gerais de limpeza e roçadas	667	6,000	3,928,1200	23,568,72
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	Serviços continuados de serviços gerais de limpeza e roçadas	667	6,000	3,928,1200	23,568,72
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	Serviços continuados de serviços gerais de limpeza e roçadas	667	6,000	3,928,1200	23,568,72
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	Serviços continuados de varrição manual de vias e logradouro	667	6,000	3,928,1300	23,568,78
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	Serviços continuados de varrição manual de vias e logradouro	667	6,000	3,928,1300	23,568,78
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ACUCAR REFINADO	684	25,000	1,8600	46,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ACUCAR REFINADO	692	10,000	1,8600	18,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ACUCAR REFINADO	703	20,000	1,8600	37,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM C/01 LT- CLORO ATIVO	535	15,000	0,9200	13,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM C/01 LT- CLORO ATIVO	536	15,000	0,9200	13,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM C/01 LT- CLORO ATIVO	537	15,000	0,9200	13,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁLCOOL 96 GRAUS	535	50,000	3,3900	169,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁLCOOL 96 GRAUS	536	20,000	3,3900	67,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁLCOOL 96 GRAUS	537	50,000	3,3900	169,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BANHA	684	1,000	4,9800	4,98
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BANHA	692	1,000	4,9800	4,98
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BANHA	703	1,000	4,9800	4,98
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BEBIDA LACTEA	684	75,000	2,6900	201,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BEBIDA LACTEA	692	120,000	2,6900	322,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BEBIDA LACTEA	703	90,000	2,6900	242,10
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO	684	10,000	20,7900	207,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO	703	10,000	20,7900	207,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BOLACHA SALGADA (TIPO APERITIVO)	684	12,000	8,3200	99,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BOLACHA SALGADA (TIPO APERITIVO)	692	20,000	8,3200	166,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BOLACHA SALGADA (TIPO APERITIVO)	703	10,000	8,3200	83,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BOLACHA SALGADA (TIPO APERITIVO)	684	10,000	1,6700	16,70
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CANELA EM CASCA	703	14,000	12,4500	174,30
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA	703	14,000	10,9600	153,44
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CARNE DE SUJINO (QUARTO)	684	0,200	103,5000	20,70
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CHÁ	692	1,000	103,5000	103,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CHÁ	703	1,000	103,5000	103,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CHÁ	684	8,000	3,1100	24,88
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)	692	4,000	3,1100	12,44
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)	703	2,000	3,1100	6,22
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)	703	2,000	6,8100	13,62
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE UHT	684	6,000	1,8800	11,28
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ERVILHA EM CONSERVA	703	10,000	1,8800	18,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ERVILHA EM CONSERVA	684	4,000	5,8900	23,56
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO	703	8,200	5,8900	48,30
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO	684	2,000	2,7900	5,58
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	703	3,000	2,7900	8,37
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	684	4,000	15,3000	61,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO GRANDE	538	150,000	0,9500	142,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LEITE CONDENSADO	684	5,000	2,9800	14,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LEITE CONDENSADO	692	5,000	2,9800	14,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LENTILHA	684	3,000	7,9000	23,70
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LENTILHA	692	10,000	7,9000	79,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LENTILHA	703	10,000	7,9000	79,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LIMPADOR PARA LIMPEZA PESADA COM CLORO ATIVO - 500 ml	536	30,000	2,8900	86,70
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MILHO PARA PIPOCA	703	10,000	3,4900	34,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MORTADELA SEM GORDURA (FATIADA)	684	2,000	8,3400	16,68
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	535	100,000	1,0100	101,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	536	100,000	1,0100	101,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	537	100,000	1,0100	101,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA 100% FIBRA NATURA	555	50,000	5,5000	275,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO	684	1,000	40,4900	40,49

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO	692	1,000	40,4900	40,49
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO	703	1,000	40,4900	40,49
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAGU.	692	12,000	3,6600	43,92
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO A BASE DE SOJA	684	4,000	6,1400	24,56
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO A BASE DE SOJA	692	6,000	6,1400	36,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO CONCENTRADO	684	6,000	6,1900	37,14
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO CONCENTRADO	692	10,000	6,1900	61,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO CONCENTRADO	703	20,000	6,1900	123,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	VINAGRE DE MACA	684	6,000	2,1800	13,08
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	VINAGRE DE MACA	692	6,000	2,1800	13,08
PAPELARIA DEMATICA LTDA	NOBREAK 600 VA	529	1,000	315,0000	315,00
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	530	30,000	4,3400	130,20
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	531	30,000	4,3400	130,20
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	532	13,000	4,3400	56,42
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	533	30,000	4,3400	130,20
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	530	30,000	0,9100	27,30
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	531	30,000	0,9100	27,30
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	532	50,000	0,9100	45,50
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	533	30,000	0,9100	27,30
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	PAPEL HIGIÊNICO 300MT x 10CM	532	200,000	2,0800	416,00
PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPE	PAPEL HIGIÊNICO 300MT x 10CM	533	100,000	2,0800	208,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	BLOCO AUTOADESIVO 76X102	463	30,000	1,5500	46,50
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	PAPEL SULFITE ALCALINO 75g/m2 - a4 BRANCO - PACOTE COM 500 F	462	100,000	9,7800	978,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	PAPEL SULFITE ALCALINO 75g/m2 - a4 BRANCO - PACOTE COM 500 F	463	100,000	9,7800	978,00
SO VIDROS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	498	1,000	120,0000	120,00
SO VIDROS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	524	1,000	250,0000	250,00
SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES ERELI -	AÇUCAR MASCAVO	688	2,000	7,4800	14,96
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C	685	455,000	2,1900	996,45
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C	694	280,000	2,1900	613,20
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C	701	180,000	2,1900	394,20
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 06 - Matutino	708	450,000	4,0800	1,836,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 07 - Vespertino	708	592,000	4,0800	2,415,36
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 08 - Matutino	708	300,000	3,7100	1,113,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 09 - Vespertino	708	416,000	3,7100	1,543,36
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 10 - Matutino	708	1,080,000	3,8500	4,158,00
TRANSPORTES NITZ LTDA	Linha 01 - Matutino	709	750,000	5,2400	3,930,00
TRANSPORTES NITZ LTDA	Linha 11 - Vespertino	709	800,000	5,2400	4,192,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/13

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	468	1,000	1.375,2200	1.375,22
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	469	1,000	800,3600	800,36
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	470	1,000	100,0000	100,00
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	471	1,000	1.255,1000	1.255,10
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,		1,000	680,3500	680,35
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	473	1,000	8.997,0100	8.997,01
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	474	1,000	3.940,0900	3.940,09
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,		1,000	1.098,6800	1.098,68
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	476	1,000	574,8600	574,86
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	477	1,000	1.455,3000	1.455,30
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	478	1,000	12.140,2600	12.140,26
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	479	1,000	1.247,8400	1.247,84
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	480	1,000	4.376,6800	4.376,68
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	481	1,000	1.520,7500	1.520,75
UNIMED JOACABA COOPERATIVA DE TRABALHO	Contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço,	482	1,000	31.545,8000	31.545,80
VALI CAROLINA SPIER	ADIANTEAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	456	1,000	200,0000	200,00
VALTER GEHM ME	ABRAÇADEIRA	509	6,000	0,4000	2,40
VALTER GEHM ME	BATERIA PARA VEÍCULO	508	1,000	510,0000	510,00
VALTER GEHM ME	BOMBA GASOLINA	542	1,000	25,5000	25,50
VALTER GEHM ME	BOTÃO PARTIDA	542	1,000	11,6000	11,60
VALTER GEHM ME	CABO PP	509	3,000	2,9000	8,70
VALTER GEHM ME	CHICOTE REPARO 2 VIAS	542	1,000	13,9000	13,90
VALTER GEHM ME	HORIMETRO 52MM	509	1,000	153,2000	153,20
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEÍCULO	509	1,000	12,0000	12,00
VALTER GEHM ME	LUVA PARA TERMINAL 7500A	509	3,000	0,2000	0,60
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONS	510	2,900	40,0000	100,00
VALTER GEHM ME	TERMINAL FEMEA	509	3,000	0,4000	1,20
Total Geral do Mês —>				609.386,81	

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 1 BIMESTRE/2015

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16
Legislativa	590.000,00	590.000,00	94.441,77	94.441,77	71.748,86	71.748,86	3,26	12,16
Ação Legislativa	590.000,00	590.000,00	94.441,77	94.441,77	71.748,86	71.748,86	3,26	12,16
Administração	2.827.871,00	2.827.871,00	939.948,04	939.948,04	369.722,65	369.722,65	16,80	13,07
Administração Geral	2.428.609,00	2.428.609,00	845.640,07	845.640,07	314.246,50	314.246,50	14,28	12,94
Administração Financeira	333.232,00	333.232,00	87.759,71	87.759,71	51.199,88	51.199,88	2,33	15,36
Controle Interno	66.030,00	66.030,00	6.548,26	6.548,26	4.276,27	4.276,27	0,19	6,48
Segurança Pública	86.603,00	92.983,00	22.196,97	22.196,97	13.305,74	13.305,74	0,60	14,31
Policimento	86.600,00	92.980,00	22.196,97	22.196,97	13.305,74	13.305,74	0,60	14,31
Defesa Civil	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	705.209,00	741.622,44	159.990,60	159.990,60	91.782,99	91.782,99	4,17	12,38
Assistência ao Idoso	59.031,00	59.031,00	2.931,20	2.931,20	938,30	938,30	0,04	1,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	107.901,00	117.903,84	22.988,28	22.988,28	8.580,31	8.580,31	0,39	7,28
Assistência Comunitária	538.277,00	564.687,60	134.071,12	134.071,12	82.264,38	82.264,38	3,74	14,57
Saúde	3.239.651,80	3.450.551,80	1.419.485,23	1.419.485,23	459.605,70	459.605,70	20,88	13,32
Atenção Básica	3.185.367,80	3.396.267,80	1.406.061,34	1.406.061,34	452.007,21	452.007,21	20,54	13,31
Vigilância Sanitária	46.084,00	46.084,00	13.141,68	13.141,68	7.316,28	7.316,28	0,33	15,88
Vigilância Epidemiológica	1.700,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	6.500,00	6.500,00	282,21	282,21	282,21	282,21	0,01	4,34
Trabalho	30.000,00	30.000,00	9.592,40	9.592,40	92,40	92,40	0,00	0,31
Relação de Trabalho	30.000,00	30.000,00	9.592,40	9.592,40	92,40	92,40	0,00	0,31
Educação	5.615.111,00	5.615.722,06	1.524.638,92	1.524.638,92	746.148,26	746.148,26	33,90	13,29
Alimentação e Nutrição	394.580,00	395.191,06	90.443,85	90.443,85	29.163,68	29.163,68	1,33	7,38
Ensino Fundamental	3.995.391,00	3.995.391,00	1.067.420,11	1.067.420,11	530.986,05	530.986,05	24,13	13,29
Ensino Profissional	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	80.000,00	80.000,00	2.471,04	2.471,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.048.140,00	1.048.140,00	364.303,92	364.303,92	185.998,53	185.998,53	8,45	17,75
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	224.500,00	224.500,00	7.500,00	7.500,00	3.750,00	3.750,00	0,17	1,67
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16
Difusão Cultural	224.500,00	224.500,00	7.500,00	7.500,00	3.750,00	3.750,00	0,17	1,67
Urbanismo	200.500,00	200.500,00	7.500,00	7.500,00	3.750,00	3.750,00	0,17	1,87
Infra-Estrutura Urbana	1.576.407,10	1.786.941,43	936.780,23	936.780,23	184.429,56	184.429,56	8,38	10,32
Serviços Urbanos	100.002,00	264.740,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.468.405,10	1.514.201,04	933.280,23	933.280,23	184.065,25	184.065,25	8,36	12,16
Habituação	8.000,00	8.000,00	3.500,00	3.500,00	364,31	364,31	0,02	4,55
Administração Geral	102.002,00	102.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	100.002,00	100.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	986.900,00	986.900,00	366.436,50	366.436,50	80.697,56	80.697,56	3,67	8,18
Promoção da Produção Agropecuária	915.900,00	915.900,00	365.136,50	365.136,50	80.125,17	80.125,17	3,64	8,75
Indústria	71.000,00	71.000,00	1.300,00	1.300,00	572,39	572,39	0,03	0,81
Promoção Industrial	135.562,00	135.562,00	32.084,28	32.084,28	10.749,63	10.749,63	0,49	7,93
Comércio e Serviços	135.562,00	135.562,00	32.084,28	32.084,28	10.749,63	10.749,63	0,49	7,93
Promoção Comercial	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	906.558,10	906.558,10	340.138,18	340.138,18	111.816,27	111.816,27	5,08	12,33
Desporto e Lazer	906.558,10	906.558,10	340.138,18	340.138,18	111.816,27	111.816,27	5,08	12,33
Desporto Comunitário	242.900,00	242.900,00	35.361,32	35.361,32	16.503,62	16.503,62	0,75	6,79
Encargos Especiais	242.900,00	242.900,00	35.361,32	35.361,32	16.503,62	16.503,62	0,75	6,79
Serviço da Dívida Interna	254.000,00	254.006,06	150.747,01	150.747,01	40.406,10	40.406,10	1,84	15,91
Outras Transferências	123.000,00	123.000,00	19.740,95	19.740,95	19.740,95	19.740,95	0,90	16,05
	131.000,00	131.006,06	131.006,06	131.006,06	20.665,15	20.665,15	0,94	15,77

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.725,00	31.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR	MOISES DIERSMANN	PAULA BÜTTNER
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	PREFEITO MUNICIPAL	COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

1¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16
Legislativa	590.000,00	590.000,00	94.441,77	94.441,77	71.748,86	71.748,86	3,26	12,16
Ação Legislativa	590.000,00	590.000,00	94.441,77	94.441,77	71.748,86	71.748,86	3,26	12,16
Administração	2.827.871,00	2.827.871,00	939.948,04	939.948,04	369.722,65	369.722,65	16,80	13,07
Administração Geral	2.428.609,00	2.428.609,00	845.640,07	845.640,07	314.246,50	314.246,50	14,28	12,94
Administração Financeira	333.232,00	333.232,00	87.759,71	87.759,71	51.199,88	51.199,88	2,33	15,36
Controle Interno	66.030,00	66.030,00	6.548,26	6.548,26	4.276,27	4.276,27	0,19	6,48
Segurança Pública	86.603,00	92.983,00	22.196,97	22.196,97	13.305,74	13.305,74	0,60	14,31
Policimento	86.600,00	92.980,00	22.196,97	22.196,97	13.305,74	13.305,74	0,60	14,31
Defesa Civil	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
Assistência Social	705.209,00	741.622,44	159.990,60	159.990,60	91.782,99	91.782,99	4,17	12,38
Assistência ao Idoso	59.031,00	59.031,00	2.931,20	2.931,20	938,30	938,30	0,04	1,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	107.901,00	117.903,84	22.988,28	22.988,28	8.580,31	8.580,31	0,39	7,28
Assistência Comunitária	538.277,00	564.687,60	134.071,12	134.071,12	82.284,38	82.284,38	3,74	14,57
Saúde	3.239.651,80	3.450.551,80	1.419.485,23	1.419.485,23	459.605,70	459.605,70	20,88	13,32
Atenção Básica	3.185.367,80	3.396.267,80	1.406.061,34	1.406.061,34	452.007,21	452.007,21	20,54	13,31
Vigilância Sanitária	46.084,00	46.084,00	13.141,68	13.141,68	7.316,28	7.316,28	0,33	15,88
Vigilância Epidemiológica	1.700,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	6.500,00	6.500,00	282,21	282,21	282,21	282,21	0,01	4,34
Trabalho	30.000,00	30.000,00	9.592,40	9.592,40	92,40	92,40	0,00	0,31
Relação de Trabalho	30.000,00	30.000,00	9.592,40	9.592,40	92,40	92,40	0,00	0,31
Educação	5.615.111,00	5.615.722,06	1.524.638,92	1.524.638,92	746.148,26	746.148,26	33,90	13,29
Alimentação e Nutrição	394.580,00	395.191,06	90.443,85	90.443,85	29.163,68	29.163,68	1,33	7,38
Ensino Fundamental	3.995.391,00	3.995.391,00	1.067.420,11	1.067.420,11	530.986,05	530.986,05	24,13	13,29
Ensino Profissional	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	80.000,00	80.000,00	2.471,04	2.471,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.048.140,00	1.048.140,00	364.303,92	364.303,92	185.998,53	185.998,53	8,45	17,75
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	224.500,00	224.500,00	7.500,00	7.500,00	3.750,00	3.750,00	0,17	1,67
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Cultura	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16
Difusão Cultural	224.500,00	224.500,00	7.500,00	7.500,00	3.750,00	3.750,00	0,17	1,67
Urbanismo	200.500,00	200.500,00	7.500,00	7.500,00	3.750,00	3.750,00	0,17	1,87
Infra-Estrutura Urbana	1.576.407,10	1.786.941,43	936.780,23	936.780,23	184.429,56	184.429,56	8,38	10,32
Serviços Urbanos	100.002,00	264.740,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.468.405,10	1.514.201,04	933.280,23	933.280,23	184.065,25	184.065,25	8,36	12,16
Habituação	8.000,00	8.000,00	3.500,00	3.500,00	364,31	364,31	0,02	4,55
Administração Geral	102.002,00	102.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	100.002,00	100.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	986.900,00	986.900,00	366.436,50	366.436,50	80.697,56	80.697,56	3,67	8,18
Promoção da Produção Agropecuária	915.900,00	915.900,00	365.136,50	365.136,50	80.125,17	80.125,17	3,64	8,75
Indústria	71.000,00	71.000,00	1.300,00	1.300,00	572,39	572,39	0,03	0,81
Promoção Industrial	135.562,00	135.562,00	32.084,28	32.084,28	10.749,63	10.749,63	0,49	7,93
Comércio e Serviços	135.562,00	135.562,00	32.084,28	32.084,28	10.749,63	10.749,63	0,49	7,93
Promoção Comercial	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	906.558,10	906.558,10	340.138,18	340.138,18	111.816,27	111.816,27	5,08	12,33
Desporto e Lazer	906.558,10	906.558,10	340.138,18	340.138,18	111.816,27	111.816,27	5,08	12,33
Desporto Comunitário	242.900,00	242.900,00	35.361,32	35.361,32	16.503,62	16.503,62	0,75	6,79
Encargos Especiais	242.900,00	242.900,00	35.361,32	35.361,32	16.503,62	16.503,62	0,75	6,79
Serviço da Dívida Interna	254.000,00	254.006,06	150.747,01	150.747,01	40.406,10	40.406,10	1,84	15,91
Outras Transferências	123.000,00	123.000,00	19.740,95	19.740,95	19.740,95	19.740,95	0,90	16,05
	131.000,00	131.006,06	131.006,06	131.006,06	20.665,15	20.665,15	0,94	15,77

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.725,00	31.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.630.000,00	18.094.844,89	6.039.341,45	6.039.341,45	2.200.759,34	2.200.759,34	100,00	12,16

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR	MOISES DIERSMANN	PAULA BÜTTNER
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	PREFEITO MUNICIPAL	COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 1 BIMESTRE/2015

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.534.731,57	1.599.853,00	1.708.928,59	1.367.694,05	1.258.313,30	1.437.086,41	1.369.857,50	1.450.258,61	1.563.278,63	1.885.480,45	1.676.943,67	1.634.005,78	18.517.722,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	265.274,94	191.930,14	132.253,94	97.516,69	107.094,67	107.770,33	84.945,34	113.514,36	95.953,36	120.008,50	96.460,23	168.120,70	1.646.504,92
IRPJ	118.609,22	52.286,44	20.460,05	8.910,81	11.063,32	9.953,54	1.648,75	696,30	408,61	3.792,79	0,00	73.668,53	301.532,36
IRPJ-F	18.103,70	17.462,34	16.897,76	13.285,40	17.416,45	17.650,76	18.170,79	17.885,21	32.134,60	20.286,59	18.736,75	25.103,76	238.216,11
ISS	39.272,51	41.933,75	46.571,52	48.614,27	48.135,36	55.033,46	47.393,97	66.441,08	50.313,12	62.288,83	62.944,46	68.401,16	637.304,49
ITEL	3.346,20	2.944,00	8.035,46	2.825,00	8.446,00	7.664,00	10.690,00	21.149,14	7.085,20	19.290,00	10.400,66	9.692,00	111.547,68
Outras Receitas Tributárias	114.949,01	77.403,61	60.199,13	18.883,21	22.000,54	17.468,57	7.090,83	7.342,85	6.000,83	15.000,09	4.355,36	9.255,25	399.904,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	21.063,20	21.466,33	19.914,70	21.101,72	20.081,76	22.527,65	20.547,98	0,00	26.523,07	54.446,40	0,00	26.747,81	254.460,62
RECEITA PATRIMONIAL	24.244,16	24.960,75	25.625,64	31.245,64	30.028,88	25.480,50	16.675,72	55.091,21	21.840,69	20.898,58	22.297,66	24.871,42	329.250,85
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	4.820,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.740,50	0,00	1.834,00	0,00	0,00	8.594,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.179.027,25	1.333.749,59	1.497.492,22	1.201.306,91	1.124.568,47	1.270.470,31	1.228.953,31	1.268.488,04	1.410.735,02	1.671.791,15	1.519.037,67	1.384.037,75	16.089.658,69
Cota-Parte do FPM	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.933,64	491.732,96	793.936,07	599.339,67	611.605,61	5.885.628,35
Cota-Parte do ICMS	408.737,19	398.634,93	405.029,37	411.094,81	392.024,19	400.785,33	429.799,89	443.062,42	488.817,41	470.699,30	472.893,15	421.078,02	5.132.706,01
Cota-Parte do IPVA	51.640,00	56.802,23	62.008,43	57.763,52	58.729,95	57.595,70	50.333,57	54.701,37	76.379,77	21.046,69	31.272,36	40.418,70	618.756,29
Cota-Parte do ITR	12,78	0,00	29,27	25,48	76,48	60,45	1.023,61	3.105,42	155,65	46,76	23,44	61,87	4.621,21
Outras Transferências Correntes	129.789,47	232.363,78	221.288,07	79.297,01	107.026,97	141.864,10	129.118,98	190.266,21	106.795,23	141.945,36	175.151,54	91.549,84	1.716.469,14
Transferências da LC 87/1989	5.600,88	6.098,87	6.633,52	6.318,08	6.490,64	6.690,42	6.296,04	6.742,51	7.742,42	7.639,50	9.859,22	5.865,05	81.976,15
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.789,09	1.789,09	1.789,09	1.789,09	1.789,09	1.789,09	1.789,09	1.789,09	3.578,18	0,00	0,00	17.890,90
Transferências do FUNDEB	206.453,64	208.014,59	227.445,17	215.238,93	199.304,62	213.195,17	217.599,31	227.317,18	237.330,59	235.789,29	230.713,29	213.258,86	2.631.620,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.102,32	12.846,19	13.443,09	16.321,09	15.036,52	10.847,52	11.735,25	11.424,26	8.225,49	25.692,02	39.146,11	12.226,10	192.252,96
DEDUÇÕES (II)	168.556,63	178.705,61	209.751,57	181.354,00	163.647,16	183.082,02	176.452,78	176.190,72	213.323,27	208.695,39	222.514,60	146.326,01	2.226.550,76
Dedução Convênio Polícia Civil para formação do Fu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38,92	-71,20	-110,12
Dedução Convênio Polícia Militar para formação do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38,92	-71,20	-110,12
Dedução Convênio Transito para formação do Funst	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-41,90	-76,64	-118,54
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	168.556,63	178.705,61	209.751,57	181.354,00	163.647,16	183.082,02	176.452,78	176.190,72	213.323,27	208.695,39	222.634,34	215.845,65	2.238.190,14
Dedução do IPTU de descontos de imóveis bens e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.194,71	-10.194,71
Dedução do IPTU de descontos de imóveis bens e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16.991,19	-16.991,19
Dedução do IPTU de descontos de imóveis bens e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.776,64	-40.776,64
Dedução do IPTU de descontos por pagamento em oia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-84,94	-84,94
Dedução do IPTU de descontos por pagamento em oia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	+141,36	+141,36
Dedução do IPTU de descontos por pagamento em oia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-339,34	-339,34
ITBI - Recursos ASPIS 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-115,53	-115,53
ITBI - Recursos MDE 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-192,56	-192,56
ITBI - Recursos próprios 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-462,13	-462,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.366.174,94	1.411.147,39	1.499.176,02	1.186.340,05	1.133.166,14	1.254.014,39	1.193.404,72	1.274.077,89	1.349.955,36	1.686.804,06	1.454.429,07	1.487.679,77	16.289.171,80

PAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA INES DALQUIMO DALLA COSTA
CONTADOR(A) - CRCSC 0203940-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO 1BIMESTRE/2015

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	957.943,75	957.943,75	216.912,62	216.912,62	22,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	309.800,00	309.800,00	18.309,74	18.309,74	5,91
1.1.1- IPTU	253.800,00	253.800,00	73.668,53	73.668,53	29,03
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	35,68	35,68	3,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	35.000,00	35.000,00	9.007,33	9.007,33	25,74
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	4.128,58	4.128,58	20,64
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(68.530,38)	(68.530,38)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	41.000,00	41.000,00	19.322,44	19.322,44	47,13
1.2.1- ITBI	41.000,00	41.000,00	20.092,66	20.092,66	49,01
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(770,22)	(770,22)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	368.600,00	368.600,00	135.417,93	135.417,93	36,74
1.3.1- ISS	360.000,00	360.000,00	131.345,62	131.345,62	36,48
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.800,00	1.800,00	306,98	306,98	17,05
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	3.523,75	3.523,75	70,47
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.800,00	1.800,00	241,58	241,58	13,42
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	238.543,75	238.543,75	43.862,51	43.862,51	18,39
1.4.1- IRRF	238.543,75	238.543,75	43.862,51	43.862,51	18,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.938.782,00	13.938.782,00	2.192.402,09	2.192.402,09	15,73
2.1- Cota-Parte FPM	6.922.500,00	6.922.500,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.922.500,00	6.922.500,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.353.193,00	6.353.193,00	893.761,17	893.761,17	14,07
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	24.469,00	24.469,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	75.000,00	75.000,00	15.723,27	15.723,27	20,96
2.5- Cota-Parte ITR	500,00	500,00	85,31	85,31	17,06
2.6- Cota-Parte IPVA	563.120,00	563.120,00	71.691,06	71.691,06	12,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.896.725,75	14.896.725,75	2.409.314,71	2.409.314,71	16,17
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	398.200,00	398.200,00	101.683,60	101.683,60	25,54
5.1- Transferências do Salário-Educação	270.000,00	270.000,00	88.971,10	88.971,10	32,95
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	102.000,00	102.000,00	9.306,00	9.306,00	9,12
5.4- Transferências Diretas - FNATE	26.000,00	26.000,00	3.292,75	3.292,75	12,66
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	200,00	200,00	113,75	113,75	56,88
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	314.680,00	314.680,00	1.886,37	1.886,37	0,60
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	712.880,00	712.880,00	103.569,97	103.569,97	14,53
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.785.799,48	2.785.799,48	438.479,99	438.479,99	15,74
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.384.500,00	1.384.500,00	242.228,19	242.228,19	17,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.270.638,60	1.270.638,60	178.752,05	178.752,05	14,07
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.936,88	2.936,88	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	15.000,00	15.000,00	3.144,66	3.144,66	20,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	100,00	100,00	17,05	17,05	17,05
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	112.624,00	112.624,00	14.338,04	14.338,04	12,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.808.000,00	2.808.000,00	446.172,49	446.172,49	15,89
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.800.000,00	2.800.000,00	443.972,15	443.972,15	15,86
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.000,00	8.000,00	2.200,34	2.200,34	27,50
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	14.200,52	14.200,52	5.492,16	5.492,16	38,68
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.846.800,00	1.846.800,00	188.241,45	188.241,45	9,11
13.1- Com Educação Infantil	667.940,00	667.940,00	58.899,21	58.899,21	8,52
13.2- Com Ensino Fundamental	1.178.860,00	1.178.860,00	111.342,24	111.342,24	9,44
14- OUTRAS DESPESAS	961.200,00	961.200,00	50.062,67	50.062,67	5,21
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	961.200,00	961.200,00	50.062,67	50.062,67	5,21
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.808.000,00	2.808.000,00	218.304,12	218.304,12	7,77
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					218.304,12
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					37,71
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					11,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					51,07
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.724.181,44	3.724.181,44	602.328,68	602.328,68	16,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.141.520,00	1.141.520,00	194.023,23	194.023,23	17,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.746.111,00	3.746.111,00	545.677,53	545.677,53	14,57
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.140.080,00	2.140.080,00	161.404,91	161.404,91	7,54
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.606.051,00	1.606.051,00	384.272,62	384.272,62	23,93
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.887.631,00	4.887.631,00	739.700,76	739.700,76	15,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.492,16
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.200,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					7.692,50
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					732.008,26
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,38
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	271.000,00	271.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	188.880,00	188.491,08	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	459.880,00	460.491,08	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.347.511,00	5.348.122,08	739.700,76	739.700,76	13,83

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	443.972,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	218.196,64	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	218.196,64	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.200,34	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	227.975,85	0,00

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

PAULA BUTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional"³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 1BIMESTRE/2015

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	214.104,40	214.104,40	208.954,09
DEDUÇÕES (II)	3.214.663,38	3.214.663,38	3.373.612,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.322.221,53	3.322.221,53	3.557.326,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	107.558,15	107.558,15	183.714,77
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.000.558,98	-3.000.558,98	-3.164.658,12
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.000.558,98	-3.000.558,98	-3.164.658,12

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2015 (C - A)
VALOR	-164.099,14	-164.099,14

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-147.500,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

PAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 1 BIMESTRE/2015

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.331.920,92	2.760.643,99	2.760.643,99	2.711.710,87
Receita Tributária	1.287.226,75	213.280,33	213.280,33	160.958,72
I.P.T.U.	253.800,00	5.138,15	5.138,15	11.930,70
I.S.S.	360.000,00	131.345,62	131.345,62	70.647,24
I.T.B.I.	41.000,00	19.322,44	19.322,44	4.878,68
I.R.R.F.	238.543,75	43.862,51	43.862,51	47.181,28
Outras Receitas Tributárias	393.883,00	13.611,61	13.611,61	26.320,82
Receita de Contribuição	270.000,00	26.747,81	26.747,81	40.812,89
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	270.000,00	26.747,81	26.747,81	40.812,89
Receita Patrimonial Líquida	22.784,85	4.982,99	4.982,99	2.244,01
Receita Patrimonial	140.863,93	47.518,74	47.518,74	42.708,18
(-) Aplicações Financeiras	118.079,08	42.535,75	42.535,75	40.464,17
Transferências Correntes	15.607.899,32	2.464.595,43	2.464.595,43	2.476.409,55
F.P.M.	5.538.000,00	968.913,09	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	5.082.554,40	715.009,12	715.009,12	661.100,12
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.987.344,92	780.673,22	780.673,22	831.289,95
Demais Receitas Correntes	144.010,00	51.037,43	51.037,43	31.285,70
Dívida Ativa	48.200,00	19.766,06	19.766,06	10.315,00
Diversas Receitas Correntes	95.810,00	31.271,37	31.271,37	20.970,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	180.000,00	9.665,97	9.665,97	44.499,10
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	9.665,97	9.665,97	0,00
Alienação de Ativos (V)	180.000,00	0,00	0,00	37.909,60
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	6.589,50
Convênios	0,00	0,00	0,00	6.589,50
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	6.589,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.331.920,92	2.760.643,99	2.760.643,99	2.718.300,37

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.724.935,70	2.161.229,03	2.161.229,03	1.993.762,30
Pessoal e Encargos Sociais	8.984.398,70	1.508.325,55	1.508.325,55	1.277.279,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	94.000,00	14.590,64	14.590,64	14.770,35
Outras Despesas Correntes	7.646.537,00	638.312,84	638.312,84	701.712,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.630.935,70	2.146.638,39	2.146.638,39	1.978.991,95
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.338.184,19	39.530,31	39.530,31	44.316,02
Investimentos	1.309.184,19	34.380,00	34.380,00	40.074,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	29.000,00	5.150,31	5.150,31	4.241,62
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.309.184,19	34.380,00	34.380,00	40.074,40

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	31.725,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.971.844,89	2.181.018,39	2.181.018,39	2.019.066,35
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-639.923,97	579.625,60	579.625,60	699.234,02
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	1.731.292,25
Superávit Financeiro	-	-	0,00	1.731.292,25
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-175.079,08

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

PAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.331.920,92	2.760.643,99	2.760.643,99	2.711.710,87
Receita Tributária	1.287.226,75	213.280,33	213.280,33	160.958,72
I.P.T.U.	253.800,00	5.138,15	5.138,15	11.930,70
I.S.S.	360.000,00	131.345,62	131.345,62	70.647,24
I.T.B.I.	41.000,00	19.322,44	19.322,44	4.878,68
I.R.R.F.	238.543,75	43.862,51	43.862,51	47.181,28
Outras Receitas Tributárias	393.883,00	13.611,61	13.611,61	26.320,82
Receita de Contribuição	270.000,00	26.747,81	26.747,81	40.812,89
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	270.000,00	26.747,81	26.747,81	40.812,89
Receita Patrimonial Líquida	22.784,85	4.982,99	4.982,99	2.244,01
Receita Patrimonial	140.863,93	47.518,74	47.518,74	42.708,18
(-) Aplicações Financeiras	118.079,08	42.535,75	42.535,75	40.464,17
Transferências Correntes	15.607.899,32	2.464.595,43	2.464.595,43	2.476.409,55
F.P.M.	5.538.000,00	968.913,09	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	5.082.554,40	715.009,12	715.009,12	661.100,12
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.987.344,92	780.673,22	780.673,22	831.289,95
Demais Receitas Correntes	144.010,00	51.037,43	51.037,43	31.285,70
Dívida Ativa	48.200,00	19.766,06	19.766,06	10.315,00
Diversas Receitas Correntes	95.810,00	31.271,37	31.271,37	20.970,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	180.000,00	9.665,97	9.665,97	44.499,10
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	9.665,97	9.665,97	0,00
Alienação de Ativos (V)	180.000,00	0,00	0,00	37.909,60
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	6.589,50
Convênios	0,00	0,00	0,00	6.589,50
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	6.589,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.331.920,92	2.760.643,99	2.760.643,99	2.718.300,37

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.724.935,70	2.161.229,03	2.161.229,03	1.993.762,30
Pessoal e Encargos Sociais	8.984.398,70	1.508.325,55	1.508.325,55	1.277.279,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	94.000,00	14.590,64	14.590,64	14.770,35
Outras Despesas Correntes	7.646.537,00	638.312,84	638.312,84	701.712,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.630.935,70	2.146.638,39	2.146.638,39	1.978.991,95
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.338.184,19	39.530,31	39.530,31	44.316,02
Investimentos	1.309.184,19	34.380,00	34.380,00	40.074,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	29.000,00	5.150,31	5.150,31	4.241,62
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.309.184,19	34.380,00	34.380,00	40.074,40

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	31.725,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.971.844,89	2.181.018,39	2.181.018,39	2.019.066,35
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-639.923,97	579.625,60	579.625,60	699.234,02
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	1.731.292,25
Superávit Financeiro	-	-	0,00	1.731.292,25
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-175.079,08

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

PAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 1 BIMESTRE/2015

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	107.588,15	89.427,71	-	18.130,44	36.480,27	1.445.633,09	453.904,89
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	107.588,15	89.427,71	0,00	18.130,44	36.480,27	1.445.633,09	453.904,89
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	0,00	80.769,16	80.769,16	0,00	0,00	30,27	145.639,85	58.568,92
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	1.288,00	0,00	0,00	1.288,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	1.123,44	0,00	0,00	1.123,44	0,00	209.620,95	1.767,70
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	12.106,55	8.608,55	0,00	3.498,00	9.450,00	11.080,19	589,98
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	12.221,00	0,00	0,00	12.221,00	27.000,00	989.092,10	392.978,29
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	107.588,15	89.427,71	0,00	18.130,44	36.480,27	1.445.633,09	453.904,89

FONTE:

Luzerna, 24/03/2015

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL	PAULA BUTTNER COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8		

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO 1BIMESTRE/2015

Município de Luzerna - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	17.630.000,00
Previsão Atualizada			—	17.630.000,00
Receitas Realizadas			2.812.845,71	2.812.845,71
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	23.147,81
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	17.630.000,00
Créditos Adicionais			—	464.844,89
Dotação Atualizada			—	18.094.844,89
Despesas Empenhadas			6.039.341,45	6.039.341,45
Despesas Liquidadas			2.200.759,34	2.200.759,34
Superavit Orçamentário			—	612.086,37
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			6.039.341,45	6.039.341,45
Despesas Liquidadas			2.200.759,34	2.200.759,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				16.289.171,80
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)			0,00	0,00
Liquidadas			0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-147.500,00	-164.099,14	111,25
Resultado Primário		-175.079,08	579.625,60	-331,07
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.482.113,36	9.949,18	411.239,95	1.060.924,23
EXECUTIVO	1.482.113,36	9.949,18	411.239,95	1.060.924,23
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	107.558,15	0,00	89.427,71	18.130,44
EXECUTIVO	107.558,15	0,00	89.427,71	18.130,44
TOTAL:	1.589.671,51	9.949,18	500.667,66	1.079.054,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		732.008,26	25%	30,38
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		168.241,45	60%	37,71
Liquidadas		168.241,45		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			39.530,31	1.298.653,88

Continua 1/2

Município de Luzerna - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	180.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	194.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		380.195,56	15,00	0,00
Liquidadas		380.195,56		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 14/03 A 23/03/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 1/2
Data: 24/03/2015
Hora: 15:22:43
Período: 14/03/2015 - 23/03/2015**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 16/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.107,56
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	738,38
Total de recursos recebidos em 16/03/2015:			1.845,94

Recursos recebidos em: 17/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	927,87
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	618,58
Total de recursos recebidos em 17/03/2015:			1.546,45

Recursos recebidos em: 18/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	716,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.074,16
Total de recursos recebidos em 18/03/2015:			1.790,27

Recursos recebidos em: 19/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.304,53
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	869,69
Total de recursos recebidos em 19/03/2015:			2.174,22

Recursos recebidos em: 20/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.812,06
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	7.556,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	30.225,97
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	5.718,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	12.594,16
Total de recursos recebidos em 20/03/2015:			59.906,78

Recursos recebidos em: 23/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.530,08

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2

Data: 24/03/2015

Hora: 15:22:43

Período: 14/03/2015 - 23/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 23/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.795,12
Total de recursos recebidos em 23/03/2015:			11.325,20

TOTAL GERAL:	78.588,86
---------------------	------------------

Luzerna, SC, 24 de março de 2015.

Recebido em ____/____/____.

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa gráfica para impressão de informativo das ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 08/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4102

LEI MUNICIPAL Nº. 4102

DE 18 DE MARÇO DE 2015.

INCLUI O ANEXO II À LEI Nº. 3.967, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, ESPECIFICAMENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o anexo II à Lei nº. 3.967, de 11 de dezembro de 2013, que trata do Plano Plurianual do Município de Mafra para o quadriênio 2014/2017, especificamente para os exercícios de 2015 e 2016, passando a vigorar com os novos valores e programas de Governo nele consignados.

Art. 2º O Plano Plurianual do exercício de 2015 do Município de Mafra permanece totalizado em R\$ 183.640.101,95 (cento e oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e um reais e noventa e cinco centavos), e para o exercício de 2016, o Plano Plurianual será totalizado em R\$ 152.469.319,00 (cento e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e trezentos e dezenove reais), conforme discriminação do anexo que acompanha a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 18 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4103

LEI MUNICIPAL Nº. 4103

DE 18 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 4.051, DE 30 DE OUTUBRO DE 2.014, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os anexos I e III da Lei nº. 4.051 de 30 de outubro de 2.014, ficam substituídos pelos anexos que acompanham esta Lei, passando a vigorar com os novos valores nele consignados.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2.015 do Município está totalizada em R\$ 183.640.101,95 (cento e oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e um reais e noventa e cinco centavos), conforme discriminação dos anexos que acompanham a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 4.059, de 11 de novembro de 2014.

Mafra/SC, 18 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4104

LEI MUNICIPAL Nº. 4104

DE 18 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 4.073, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA GERAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 4.073, de 10 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A receita se constitui pela arrecadação de Receitas Tributárias, Patrimoniais, de Serviços e Outras Receitas Correntes e de Capital e através das Transferências Correntes, oriundas da participação na arrecadação dos impostos federais, estaduais e de outras transferências da União e do Estado, na forma da legislação vigente e especificadas no Resumo Geral da Receita - Anexo 01, que acompanha a presente Lei, com os seguintes valores:

1	Receitas Correntes	Descrição	Valor R\$
	1100	Receita Tributária	28.181.000,00
	1200	Receita de Contribuições	5.327.250,00
	1300	Receita Patrimonial	6.942.749,73
	1600	Receita de Serviços	50.000,00
	1700	Transferências Correntes	121.671.358,72
	1900	Outras Receitas Correntes	12.419.720,00
		Total	174.592.078,45

7	Receitas Correntes Intra-orçamentárias	Descrição	Valor R\$
	7200	Receita de Contribuições	5.680.878,00
	7900	Outras Receitas Correntes	2.835.000,00
		Total	8.515.878,00

2	Receitas de Capital	Descrição	Valor R\$
	2100	Operações de Crédito	7.364.958,28
	2300	Amortização de Empréstimos	1.541.062,24
	2400	Transferências de Capital	5.468.124,98
		Total	14.374.145,50

Total da Receita Bruta	197.482.101,95
(-) Deduções da Receita	13.842.000,00
Total da Receita Líquida	183.640.101,95

Art. 2º Os anexos I e II da Lei nº 4.073, de 10 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I

Resumo Geral da Receita

(96) 1990.99.00.00 R\$ 5.318.000,00

(100) 2119.00.00.00 R\$ 7.364.958,28

Anexo II

Balancete da despesa

Órgão: 19. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 19.2 Programas de Desenvolvimento Econômico

041220019.2.187Aquisição de Bens Imóveis para Incentivo Empresarial

4.4.90.00.00 Aplicações diretas

343 Fonte: 0.100 Recursos Ordinários

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 18 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4105

Lei MUNICIPAL nº. 4105

DE 18 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO 'CLUBE ECOLÓGICO CANFOREIRA' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição Financeira ao 'Clube Ecológico Canforeira', entidade civil de direito privado, com sede a Rua Protógenes Vieira, nº. 700, centro, em Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 00.476.372/0001-99, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 2.070, de 25 de agosto de 1995.

Art. 2º A contribuição de que trata o art. 1º desta Lei, tem por objeto a manutenção do Abrigo de Cachorros Amigo Fiel, através do projeto 'Humano de Raça Adota Vira-Lata'.

Art. 3º O Município de Mafra repassará ao 'Clube Ecológico Canforeira', o valor global de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), com a primeira parcela para o dia 25 de março de 2015 e as demais para o dia 15 de cada mês subsequente, finalizando a última parcela em 15 de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC nº 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento

09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento

041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade

(54) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 18 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

ANEXO DA LEI MUNICIPAL 4102

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017



ÓRGÃO: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
UNIDADE: 19.02 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROGRAMA: 041220019.2.187000 - AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA INCENTIVO EMPRESARIAL

	2015		2016		2017	
	META	D.R	META	D.R	META	D.R
AÇÕES	FINANCEIRA		FINANCEIRA		FINANCEIRA	
Aquisição de bens imóveis	3.000.000,00	100	2.000.000,00	100	0,00	0
Total	3.000.000,00	100	2.000.000,00	100	0,00	0

Resumo	2015	2016	2017
4490	3.000.000,00	2.000.000,00	0,00
Total D.R	3.000.000,00	2.000.000,00	0,00

Total Geral do Órgão	2015	2016	2017
	3.725.000,00	2.385.875,00	405.178,25

LEI 4103 - PL 005 - ALTERAÇÃO DA LDO - ANEXOS I**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO****ANEXO I****ART. 4º § 1º DA LRF****METAS FISCAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, 2016 e 2017.**

Especificação	R\$ reais		
	2015	2016	2017
Receita (I)	181.640.102	150.469.319	156.385.245
Receita de Aplicação	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Receita Total	183.640.102	152.469.319	158.385.245
Despesa (II)	180.640.102	149.469.319	155.385.245
Despesa de Juros e Encargos	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Despesa Total	183.640.102	152.469.319	158.385.245
Resultado Primário	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Resultado Nominal	-973.587	-5.423.587	-5.423.587
Dívida Pública Consolidada	7.850.000	7.000.000	7.000.000
Dívida Pública Consolidada Líquida	1.050.000	-930.000	-930.000

LEI 4103 - PL 005 - ALTERAÇÃO DA LDO - ANEXOS III

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
ANEXO III
ART. 4º § 2º INCISO II DA LRF
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$ reais

Especificação	Metas Previstas									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita (I)	107.718.562	129.869.499	20,56	162.134.423	24,84	181.640.102	12,03	150.469.319	-17,16	156.385.245
Receita de aplicação	4.488.273	12.000.000	167,36	2.000.000	-83,33	2.000.000	0,00	2.000.000	0,00	2.000.000
Receita Total	112.206.835	141.869.499	26,44	164.134.423	15,69	183.640.102	11,88	152.469.319	-16,97	158.385.245
Despesa (II)	104.256.835	128.400.000	23,16	161.134.423	25,49	180.640.102	12,11	149.469.319	-17,26	155.385.245
Despesa de juros e encargos	7.950.000	13.469.499	69,43	3.000.000	-77,73	3.000.000	0,00	3.000.000	0,00	3.000.000
Despesa Total	112.206.835	141.869.499	26,44	164.134.423	15,69	183.640.102	11,88	152.469.319	-16,97	158.385.245
Resultado Primário (I-II)	3.461.727	1.469.499	-57,55	1.000.000	-31,95	1.000.000	0,00	1.000.000	0,00	1.000.000
Resultado Nominal	-2.600.000	800.000	-130,77	1.125.000	40,63	-973.587	-186,54	-5.423.587	457,07	-5.423.587
Dívida Pública Consolidada	6.500.000	9.250.000	42,31	8.750.000	-5,41	7.850.000	-10,29	7.000.000	-10,83	7.000.000

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 157/2015

PORTARIA Nº 157 DE 23 DE MARÇO DE 2015.
DESIGNA ENGENHEIRO CIVIL PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO EM CERTAME LICITATÓRIO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o senhor Rafael Savi Costa, portador do CPF nº 059.320.869-20, documento de identidade nº 5.045.996 SSP/SC, profissão Engenheiro Civil registrado no CREA/SC sob o nº 119529-1, para atuar como responsável técnico para acompanhar a visita técnica e emitir atestado, referente a licitação nº 10/2015, modalidade Concorrência Pública, que tem como objeto a Construção de Unidade Escolar com 12 Salas - Padrão FNDE.

Parágrafo único - A visita técnica será realizada na Rua: Antônio Manoel Farias, esquina com a Rua Antônio Machado, Centro do município de Maracajá/SC, no dia 26/03/2015 às 14:00horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 23 de março de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 23 de março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

CO 40.2014 AD 40.4 - PRAZO - PAV. R. VICTOR BRAMORSKI

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 40/2014
QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 40/4
Processo Licitatório nº. 43/2014
Tomada de Preços O. S. Engª. nº.4/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA RUA VICTOR BRAMORSKI - TRECHO 3, fica prorrogado, tendo como início da vigência dia 01 de Abril de 2015, findando em 30 de Maio de 2015.

Massaranduba, 24 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CO 9.2015 - CALCULO ATUARIAL - CAIXA ECON. FEDERAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 9/2015
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 13/2015
Dispensa de Licitação nº.01/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA.
CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OBJETO: prestação serviços técnicos especializados em previdência.
VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência: O presente contrato terá vigência de 105 (cento e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.

Massaranduba, 18 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

DECRETO Nº 3084/2015

DECRETO Nº 3084/2015
Dispõe sobre o Regimento Interno Estabelecido para o Museu Municipal de Massaranduba

O Prefeito Municipal de Massaranduba/SC Mario Fernando Reinke, no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno estabelecido para o Museu Municipal de Massaranduba, órgão vinculado a Secretaria da Educação, Cultura, Esportes e Turismo da Prefeitura Municipal de Massaranduba, criado através da Lei Municipal nº 1236/2010, de 22 de outubro de 2010.

CAPÍTULO I

Dos objetivos

- I - a valorização da dignidade humana;
- II - promover e integrar estudos voltados à reconstrução da memória histórica e sociocultural do município e da região;
- III - coletar e preservar acervos históricos, cuidando de sua

restauração, organização, conservação e divulgação;
IV - desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória histórica e sócio-cultural de Massaranduba e região;
V - promover a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
VI-promover a ação educativa com escolas, terceira idade, grupos organizados, bem como demais entidades.

CAPÍTULO II

Do desenvolvimento dos objetivos

I - preservar, restaurar e salvaguardar o acervo histórico;
II - organizar e promover ações educativas, tendo o acervo como o centro de suas atividades, proporcionando a reflexão crítica e a transformação da realidade social cumprindo assim a função social do Museu;
III - promover a documentação e classificação do acervo;
IV- a política de aquisição do acervo fundamenta-se na aquisição de objetos que sejam historicamente referentes ao município de Massaranduba e região, tais como; fotografias antigas, representando aspectos e vistas gerais da cidade, e de seus logradouros e equipamentos urbanos, fotos e objetos de moradores da cidade, valorizando as diversas culturas, enfim, artefatos que são testemunhas da história do município e região.
V- criar uma reserva técnica, ou seja, um espaço físico para o armazenamento das peças do acervo que não estão em exposição que assegure as condições físicas dos equipamentos.

CAPÍTULO III

Da coordenação e administração do museu

I - compete ao coordenador (a), designado pelo Prefeito Municipal e portador de curso superior na área das ciências humanas, e que tenha vínculo efetivo com a prefeitura Municipal de Massaranduba exercer a supervisão de todas as atividades do Museu. A Área Administrativa ficará diretamente subordinada à coordenação do Museu;
II-elaborar um cronograma de atividades envolvendo comunidade e museu;
III-acompanhar os projetos e trabalhos do Museu, no sentido de propiciar a realização da programação prevista;
IV-delegar as funções aos demais funcionários do Museu;
V - elaborar o relatório anual das atividades do Museu;
VI-coordenar a promoção de eventos culturais e de outras atividades do museu.
VII - coordenar a ação educativa do Museu

CAPÍTULO IV

Do acesso

I - O Museu é aberto a toda a comunidade que fica isenta de qualquer cobrança de ingressos.

CAPÍTULO V

Do pessoal

I - O Museu terá um (a) coordenador (a) e um (a) estagiário(a).
II - O Museu possibilitará uma política de capacitação de sua equipe.

CAPÍTULO VI

Da ação educativa

I - atividades pedagógicas visando melhor aproveitamento da potencialidade educacional dos acervos do Museu, bem como das exposições realizadas " in loco", sendo estas temporárias, de curta ou de longa duração ;
II - identificar e contatar o público alvo, objeto das atividades educativas, desenvolvendo técnicas de divulgação específicas para públicos escolares e não escolares;
III - promover, periodicamente, a avaliação das atividades

específicas desenvolvidas na área;

IV - elaborar, anualmente, programa de trabalho, cujos projetos educacionais levem à eficácia da Área e ao atendimento de seus objetivos, entendendo as especificidades das ações educativas dentro dos parâmetros da Educação Não Formal;
V - divulgar os resultados de suas atividades;

CAPÍTULO VII

Da administração e recursos financeiros

II - o Museu Municipal de Massaranduba está subordinado à Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

II- o orçamento será previsto anualmente conforme lei municipal LOA

CAPÍTULO VIII

Das demais atividades que serão promovidas pelo Museu

I - promover feiras e exposições de produtos artesanais e coloniais como forma de valorização da cultura imaterial dos grupos que conhecem e preservam esses saberes.

II - a organização desses eventos fica a cargo do coordenador da instituição

CAPÍTULO IX

Da aquisição, do empréstimo de objetos e registros documentais para o acervo do Museu

I - a aquisição de objetos e registros documentais sejam eles sonoros, iconográficos, textuais, materiais para o acervo poderá ocorrer por doação, legado, compra ou permuta.

II-para cada aquisição, a qualquer título, lavrar-se-á um termo.

III - as exposições de curta duração, serão em sua maioria, de acervos emprestados de particulares ou de outras instituições museológicas.

CAPÍTULO X

Do acesso, agendamento e funcionamento das atividades

I - A programação das atividades, incluindo exposições, assim como a utilização do espaço museológico será de responsabilidade da coordenação do Museu,

II - Cabe à direção do Museu determinar o horário e os dias de semana em que o Museu estará aberto à visitação pública;

III-as ações educativas devem ser agendadas com antecedência;

IV-cabe ao coordenador do museu estimular os agendamentos.

CAPÍTULO XI

Da política do acervo

I - O acervo museológico poderá ser consultado para pesquisa, sendo vedados os empréstimos;

II - a reprodução do material escrito e fotográfico será permitida em caso de pesquisa mediante autorização da coordenação do Museu;

III - a política de Acervo será constantemente avaliada pela equipe da Secretária a qual está subordinado e pelo museólogo que prestará acessória, juntamente com a coordenação do Museu;

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais

I - o Museu Municipal de Massaranduba poderá receber patrocínios financeiros e doações para projetos específicos a serem desenvolvidos pelo Museu em parceria com outros órgãos públicos e com instituições privadas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 23 de março de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 128/2015

PORTARIA n.º 128/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal SONIA ELZI SARTORI MANFREDINI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 129/2015

PORTARIA n.º 129/2015

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 117/2015 da Senhorita JÉSSICA ZEGERINO GOMES, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Sonia Elzi Sartori Manfredini, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****DECRETO Nº 0104/2015**

Decreto nº 104/2015 de 23/03/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 106/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 106/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS, ESTRADAS E AGRICULTURA, DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor das empresas:

Empresa	Valor Total Homologado
NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	110.100,00
TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI	155.100,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 23 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0105/2015

Decreto nº 105/2015 de 23/03/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 107/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 107/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MODELO

- SC, adjudicado a favor das empresas

Empresa	Valor Total Homologado
AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA ME	11.139,50
IDROMOL - IND MECANICA LTDA. - ME	46.592,90

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 23 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0106/2015

Decreto nº 106/2015 de 23/03/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 108/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 108/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS REALIZAÇÕES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR, adjudicado a favor das empresas:

Empresa	Valor Total Homologado
AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA ME	18.420,00
IDROMOL - IND MECANICA LTDA. - ME	215.350,00
GB VEÍCULOS LTDA - ME	16.500,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 23 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 099/2015

'DECRETO Nº 099/2015 DE 13/03/2015

DISPÕE SOBRE O DESCONTO A SER CONCEDIDO E RESPECTIVA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DA PLANTA DE VALORES DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, de conformidade com as disposições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2189/2014,

Considerando as disposições da Lei Municipal 2189/2014, em especial dos vencimentos da planta de valores,

Considerando a necessidade e interesse público de prorrogação para efetiva conferência de cadastros, lançamentos, cálculo, emissão e entrega dos carnês pelo setor de tributação,

Decreta:

Art. 1º - Fica Prorrogado o prazo do Calendário da Planta de Valores do Município de Modelo SC, de conformidade com a Lei Municipal 2189/2014, ficando alteradas as datas mencionadas, constantes do art. 8º e § 1º, passando a vigorar de conformidade com o disposto abaixo:

1.IPTU E TAXAS DE COLETA DE LIXO E taxa do FUNREBOM:

Tributo: IPTU/TAXA DE COLETA DE LIXO E DO FUNREBOM	DATA DE VENCIMENTO
1ª PARCELA E COTA ÚNICA	16.06.2015
2ª PARCELA	16.07.2015
3ª PARCELA	16.08.2015
4ª PARCELA	16.09.2015
5ª PARCELA	16.10.2015
6ª PARCELA	16.11.2015

2. ISS:

Tributo: ISS	Data de vencimento
Parcelas mensais	Dia 15 do mês subsequente ao fato gerador e conforme previsto no código tributário municipal

3. ITBI:

Tributo: ITBI	Data vencimento
ITBI	Antecipadamente ao registro dos imóveis – conforme código tributário municipal e estabelecido nesta lei

4. TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E OU PERMANÊNCIA NOLOCAL:

Tributo: Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e ou Permanência no Local	Data de vencimento/Parcela Única: 30.05.2015
-------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

§ 1º - A data de vencimento, das parcelas relativas aos meses de janeiro, fevereiro, março, Abril e Maio de 2015, referente ao ISS, fica fixada para 16.06.2015.

Art. 2º - Ficam igualmente prorrogados para data de 30/05/2014, os prazos de pagamento relativo às Taxas, Serviços e Impostos Municipais, com vencimento no mês de abril de 2014.

Art. 3º - Fica concedido desconto de 15% (Quinze por cento) no pagamento à vista/cota única, calculado sobre o valor do IPTU e das taxas constantes do carne do IPTU 2015 e da mesma forma, o desconto de 5% (cinco por cento) nas parcelas com pagamento até o vencimento. Parágrafo Único - O desconto de que trata o caput deste artigo é para o valor devido do Imposto Predial e ou Territorial Urbano/IPTU.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 13 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

NOTAS PRELIMINARES CONCURSO PÚBLICO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

Nos termos do Edital nº 001/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública e a Comissão de Acompanhamento do concurso público da PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, TORNAM PÚBLICAS AS NOTAS PRELIMINARES, conforme abaixo:

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108436	RAFAEL FELIPE ESCHER	1,60	0,80	0,20	4,40	7,00	--	--	7,00	1º	CLASSIFICADO(A)	30/12/1995
108178	WILLIAN LOIR SCHLOSSER TERNUS	1,20	0,60	0,40	4,00	6,20	--	--	6,20	2º	CLASSIFICADO(A)	13/02/1997
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108161	BRUNA FERNANDA KUSTER RAUEN	1,60	0,40	1,00	3,60	6,60	--	--	6,60	1º	CLASSIFICADO(A)	14/03/1987
108364	ALTAIR EVANDRO RINTZEL	1,20	0,40	0,40	3,60	5,60	--	--	5,60	2º	CLASSIFICADO(A)	15/05/1994
108467	JANETE TIECKER	0,40	0,20	0,80	3,60	5,00	--	--	5,00	3º	CLASSIFICADO(A)	03/05/1984
108286	ELISANDRA ANA JUNGES	1,20	--	0,60	3,20	5,00	--	--	5,00	4º	CLASSIFICADO(A)	26/07/1984
108110	NEIVA TE-REZINHA DE CAMPOS DA COSTA	1,20	--	0,40	2,40	4,00	--	--	4,00	--	DECLASSIFICADO(A)	30/06/1976
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTENOS												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	CONHEC ESPECÍFICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108484	IVETE MARIA PLETSCH DA LUZ	0,40	--	0,60	3,60	4,60	--	--	4,60	1º	CLASSIFICADO(A)	25/04/1969

108202	ELIANE RODRIGUES DA SILVA	0,40	0,20	0,40	3,20	4,20	--	--	4,20	2°	CLASSIFICA-DO(A)	16/12/1975
108387	JULIETA ORTIZ	0,40	0,60	0,60	0,80	2,40	--	--	2,40	--	DESCLASSIFICADO(A)	04/04/1981
AUXILIAR EDUCACIONAL												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108188	JULIANE PICCOLI SCHMITT	1,20	0,40	0,80	4,80	7,20	--	--	7,20	1°	CLASSIFICA-DO(A)	02/09/1995
108296	CATIANE APARECIDA BEGNINI	1,20	--	0,60	5,20	7,00	--	--	7,00	2°	CLASSIFICA-DO(A)	01/01/1991
108193	AMANDA BATISTA BORGES	0,80	--	0,60	4,80	6,20	--	--	6,20	3°	CLASSIFICA-DO(A)	12/05/1986
108246	VERONICE STRAPAZZON BALDIN	1,20	--	1,00	4,00	6,20	--	--	6,20	4°	CLASSIFICA-DO(A)	19/02/1981
108220	DIANA CHAVES	1,60	0,20	0,80	3,60	6,20	--	--	6,20	5°	CLASSIFICA-DO(A)	23/12/1981
108267	IVETE REGINA RINTZEL	1,60	0,60	0,80	3,20	6,20	--	--	6,20	6°	CLASSIFICA-DO(A)	29/12/1992
108320	JULIANA WERLANG	0,40	0,20	0,60	4,80	6,00	--	--	6,00	7°	CLASSIFICA-DO(A)	16/06/1984
108107	JANICE BILLIG	1,20	0,20	1,00	3,60	6,00	--	--	6,00	8°	CLASSIFICA-DO(A)	29/01/1992
108372	JUCIÉLI VANI	1,20	--	0,60	4,00	5,80	--	--	5,80	9°	CLASSIFICA-DO(A)	16/06/1992
108065	CRISTIANA MARLI PFEIFFER	1,20	0,20	0,40	4,00	5,80	--	--	5,80	10°	CLASSIFICA-DO(A)	26/08/1987
108216	ROSILENE TRAVERSINI BIRK	1,60	0,20	0,60	3,20	5,60	--	--	5,60	11°	CLASSIFICA-DO(A)	13/03/1975
108060	PATRÍCIA BIGOLIN GRANZOTO	0,80	--	0,60	4,00	5,40	--	--	5,40	12°	CLASSIFICA-DO(A)	08/10/1985
108377	ELIZETE PAVALICINI RAUBER	1,20	0,20	0,40	2,80	4,60	0,50	--	5,10	13°	CLASSIFICA-DO(A)	08/12/1976
108366	JAINE ANDRESSA ALBANI	0,40	0,40	0,80	3,20	4,80	--	--	4,80	--	DESCLASSIFICADO(A)	05/01/1995
108374	ADILCI SIEBAUER	0,80	--	0,20	3,20	4,20	0,50	--	4,70	--	DESCLASSIFICADO(A)	05/07/1985
108455	SANDRA LIANI PULTER	0,80	0,20	0,60	2,40	4,00	--	--	4,00	--	DESCLASSIFICADO(A)	07/06/1980
108268	JUCELIA APARECIDA DE QUADRO	--	0,20	0,60	2,40	3,20	0,50	--	3,70	--	DESCLASSIFICADO(A)	01/05/1988
108337	ANDRESSA NEMERSKI	0,80	0,20	0,20	2,40	3,60	--	--	3,60	--	DESCLASSIFICADO(A)	30/03/1995
108066	CINAIDE BALDINA LAMBRECHT	0,80	--	0,60	2,00	3,40	--	--	3,40	--	DESCLASSIFICADO(A)	07/09/1972
108076	DONISETE EUZÉBIO	0,40	0,20	0,40	2,00	3,00	--	--	3,00	--	DESCLASSIFICADO(A)	09/07/1986
108386	SIMONE DEOLIVEIRA STEFFENS	0,40	0,20	0,20	2,00	2,80	--	--	2,80	--	DESCLASSIFICADO(A)	13/12/1989
108258	DAIANE MICHELE SCHUH	0,80	0,20	0,40	1,20	2,60	--	--	2,60	--	DESCLASSIFICADO(A)	10/07/1989

108410	ELOISE KNORST	--	--	--	--	--	--	--	--	--	DESCLASSIFICADO(A)	25/08/1991
MOTORISTA												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	CONHEC ESPECÍFICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108062	GELSON SIMAO	1,60	0,60	1,00	5,60	8,80	--	9,00	8,90	1º	CLASSIFICADO(A)	15/06/1986
108098	MAURÍCIO HENRIQUE RAUBER	2,00	1,00	0,80	5,20	9,00	--	8,50	8,75	2º	CLASSIFICADO(A)	20/12/1982
108063	GILSON HISTER	1,60	0,80	0,60	4,80	7,80	--	9,50	8,65	3º	CLASSIFICADO(A)	24/08/1990
108382	ADEMIR SOUZA LEITE TURMINA	2,00	0,40	0,60	4,40	7,40	--	9,50	8,45	4º	CLASSIFICADO(A)	17/01/1985
108376	JOSIMAR MACHADO	1,20	0,80	0,60	6,00	8,60	--	8,00	8,30	5º	CLASSIFICADO(A)	26/06/1987
108243	SILVANDRO CECATTO	0,80	0,40	0,80	5,20	7,20	--	9,00	8,10	6º	CLASSIFICADO(A)	18/03/1981
108396	ARCIZIO NICOLAU WERNER	1,20	0,60	1,00	4,80	7,60	--	8,50	8,05	7º	CLASSIFICADO(A)	30/12/1961
108225	JUCIANO GREGORIO WRZESINSKI	1,20	0,80	0,80	4,80	7,60	--	8,50	8,05	8º	CLASSIFICADO(A)	15/01/1985
108165	CLAIRTON JOSÉ BEVILAQUA	1,20	0,60	0,40	4,80	7,00	--	9,00	8,00	9º	CLASSIFICADO(A)	14/04/1972
108490	ERIVELTO JOSÉ PISONI	1,60	0,60	0,80	5,20	8,20	--	7,50	7,85	10º	CLASSIFICADO(A)	14/03/1983
108327	TIAGO MARTINS	1,20	0,60	0,40	4,40	6,60	--	9,00	7,80	11º	CLASSIFICADO(A)	31/05/1989
108400	ELTON BAUERMANN	1,20	0,40	0,60	4,00	6,20	--	9,00	7,60	12º	CLASSIFICADO(A)	08/07/1962
108224	IVANOR NASCIMENTO	0,80	0,60	0,60	4,80	6,80	--	7,50	7,15	13º	CLASSIFICADO(A)	17/11/1981
108276	JOEL FERNANDO EBERHART	1,60	0,20	0,60	4,80	7,20	--	7,00	7,10	14º	CLASSIFICADO(A)	15/06/1984
108389	ERALDO FACCO	--	0,40	1,00	2,80	4,20	--	9,50	6,85	15º	CLASSIFICADO(A)	08/12/1961
108434	CLAUDEMIR TEODORO	0,80	0,40	0,80	3,60	5,60	--	7,50	6,55	16º	CLASSIFICADO(A)	26/12/1986
108064	JOEL MACIEL	1,20	0,40	0,60	2,40	4,60	--	7,50	6,05	17º	CLASSIFICADO(A)	04/05/1992
108402	ALMERINDO JOSE RINTZEL	--	0,20	0,40	2,40	3,00	--	9,00	6,00	18º	CLASSIFICADO(A)	31/03/1980
108295	RODRIGO ALBERTO RAUBER	2,00	1,00	1,00	5,60	9,60	--	--	4,80	—	DESCLASSIFICADO(A)	16/04/1985
108132	JOSE CELSO SEIBEL	--	--	--	--	--	--	--	--	--	—	—
108388	LIAMARA DE SOUZA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	—	—
108129	JULIANO TOMALOK	--	--	--	--	--	--	--	--	--	—	—
108393	GUSTAVO NUNES PORTILLA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	—	—
108124	JUNIOR CARLOS BOIANI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	—	—

OPERADOR DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	CONHEC ESPECÍFICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108391	GEOVANI LUIS ALBANI	1,60	0,80	1,00	5,60	9,00	--	8,00	8,50	1º	CLASSIFICADO(A)	19/04/1990
108282	VOLNEI ALBANI	1,60	0,80	0,60	3,60	6,60	--	9,25	7,93	2º	CLASSIFICADO(A)	15/08/1976
108477	JOSEMAR VALENTE	0,80	0,40	0,80	4,00	6,00	--	9,50	7,75	3º	CLASSIFICADO(A)	20/06/1986
108271	NELVO ALBANI	1,20	1,00	0,40	3,60	6,20	--	9,00	7,60	4º	CLASSIFICADO(A)	03/05/1975
108443	ANDREI ZANCO	1,60	0,60	0,80	5,60	8,60	--	5,00	6,80	5º	CLASSIFICADO(A)	22/06/1991
108378	ALDAIR VALDECIR WALL	1,60	0,80	0,60	5,20	8,20	--	4,25	6,23	6º	CLASSIFICADO(A)	09/03/1985
108367	ANDRE CARLOS SCHLOSSER	0,40	--	0,20	5,20	5,80	--	6,25	6,03	7º	CLASSIFICADO(A)	09/08/1986
108466	JEAN CARLO NERES	2,00	1,00	0,20	4,00	7,20	--	4,00	5,60	8º	DECLASSIFICADO(A)	16/12/1993
108067	EVAIR RODRIGO KOTTWITZ	2,00	0,80	0,80	4,80	8,40	--	--	4,20	9º	DECLASSIFICADO(A)	28/12/1993
108380	MARCELO FICAGNA	1,60	0,60	0,80	4,80	7,80	--	--	3,90	---	DECLASSIFICADO(A)	03/01/1991
108265	LEOCIR JOSÉ CANTELE	--	0,40	0,40	3,20	4,00	--	--	2,00	--	DECLASSIFICADO(A)	19/03/1970
108227	JEFFERSON LUIZ DA COSTA MORAES	--	--	--	--	--	--	--	--	--	DECLASSIFICADO(A)	28/06/1989

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108135	DANIELA FRANDOLOSO MARINS	1,20	0,60	0,20	6,65	8,65	0,50	--	9,15	1º	CLASSIFICADO(A)	19/09/1985
108177	CRISTIANE FUZINATO	1,00	0,40	--	6,30	7,70	0,50	--	8,20	2º	CLASSIFICADO(A)	16/03/1983
108175	ADRIELI OLTRAMARI	1,00	0,60	0,60	5,95	8,15	--	--	8,15	3º	CLASSIFICADO(A)	20/03/1992
108379	SIRLEI MARINS DA COSTA	1,40	0,20	0,40	5,60	7,60	0,50	--	8,10	4º	CLASSIFICADO(A)	04/04/1980
108488	MIRTES PESCADOR SGANZERLA	1,20	--	0,40	5,95	7,55	0,50	--	8,05	5º	CLASSIFICADO(A)	14/07/1965
108319	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	1,40	0,20	0,40	5,25	7,25	0,50	--	7,75	6º	CLASSIFICADO(A)	08/11/1990
108403	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA	1,00	0,20	0,40	5,60	7,20	0,50	--	7,70	7º	CLASSIFICADO(A)	01/02/1991
108394	MARGARETE SCHLINTWEIN TURELLA	1,00	0,20	--	5,95	7,15	0,50	--	7,65	8º	CLASSIFICADO(A)	05/07/1965
108078	VIVIANE BALDIN	0,80	--	0,40	5,95	7,15	0,50	--	7,65	9º	CLASSIFICADO(A)	03/01/1979

108468	SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS	1,00	0,20	0,20	5,60	7,00	0,50	--	7,50	10°	CLASSIFICADO(A)	15/12/1979
108071	DIANA CENTA BERNARDY	0,80	--	0,20	5,95	6,95	0,50	--	7,45	11°	CLASSIFICADO(A)	03/04/1990
108108	CLAISE TERESINHA KRAEMER CERZOLLI	0,80	0,20	0,40	5,95	7,35	--	--	7,35	12°	CLASSIFICADO(A)	02/05/1993
108075	ROSANE CRISTINA JACOBY	0,60	0,20	0,40	5,60	6,80	0,50	--	7,30	13°	CLASSIFICADO(A)	07/10/1979
108077	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	1,40	0,20	0,20	4,90	6,70	0,50	--	7,20	14°	CLASSIFICADO(A)	23/02/1963
108395	LOVANI TEREZINHA BARON	0,80	--	0,20	5,60	6,60	0,50	--	7,10	15°	CLASSIFICADO(A)	24/10/1963
108405	CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER	0,80	0,20	0,40	5,60	7,00	--	--	7,00	16°	CLASSIFICADO(A)	10/02/1990
108384	NILDA SALETE CUOCHINSKI	1,20	0,20	0,20	4,90	6,50	0,50	--	7,00	17°	CLASSIFICADO(A)	08/03/1975
108336	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT	1,00	0,20	0,40	4,90	6,50	0,50	--	7,00	18°	CLASSIFICADO(A)	17/08/1976
108287	LUCIA ILETE KIRCH FRANDOLOSO	1,00	0,40	0,20	4,90	6,50	0,50	--	7,00	19°	CLASSIFICADO(A)	17/05/1969
108331	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	0,80	0,20	0,20	5,60	6,80	--	--	6,80	20°	CLASSIFICADO(A)	24/10/1983
108261	GRAZIANE FRIGO HASLINGER	1,40	--	0,20	4,55	6,15	0,50	--	6,65	21°	CLASSIFICADO(A)	18/01/1985
108192	GLACI BALDIN SIEBAUER	1,00	0,40	0,20	4,55	6,15	0,50	--	6,65	22°	CLASSIFICADO(A)	17/10/1972
108312	MAGALI CARMEN SIGNOR	0,60	0,20	0,20	5,60	6,60	--	--	6,60	23°	CLASSIFICADO(A)	16/08/1966
108444	SANDRA LETICIA SCHUSTER LAMBRECHT	1,20	0,20	0,20	4,90	6,50	--	--	6,50	24°	CLASSIFICADO(A)	18/01/1988
108061	LÚCIA EUZÉBIO	1,00	--	0,60	4,90	6,50	--	--	6,50	25°	CLASSIFICADO(A)	11/08/1983
108381	ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPI	1,00	0,40	0,40	4,20	6,00	0,50	--	6,50	26°	CLASSIFICADO(A)	14/05/1969
108215	MIRIAM FREY CECATTO	1,00	0,40	0,20	4,20	5,80	0,50	--	6,30	27°	CLASSIFICADO(A)	12/04/1972
108330	ROSANE VALENTE FREY	0,80	0,20	0,20	4,55	5,75	0,50	--	6,25	28°	CLASSIFICADO(A)	28/12/1978
108478	MARINÊS MARIA KEGLER EBERHART	0,60	--	0,20	4,90	5,70	0,50	--	6,20	29°	CLASSIFICADO(A)	20/08/1978

108210	RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA	0,60	--	0,20	4,90	5,70	0,50	--	6,20	30°	CLASSIFICADO(A)	15/01/1990
108385	DERLICE TURMINA	1,20	0,20	0,40	3,85	5,65	0,50	--	6,15	31°	CLASSIFICADO(A)	10/01/1983
108328	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER	1,20	--	0,20	4,20	5,60	0,50	--	6,10	32°	CLASSIFICADO(A)	31/10/1975
108365	JANETE TEREZINHA EBERHARDT	1,00	--	0,20	4,20	5,40	0,50	--	5,90	33°	CLASSIFICADO(A)	20/03/1986
108407	MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA	0,60	0,60	--	4,20	5,40	0,50	--	5,90	34°	CLASSIFICADO(A)	28/06/1977
108194	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	0,80	--	0,40	3,85	5,05	0,50	--	5,55	35°	CLASSIFICADO(A)	16/06/1988
108257	MARISA SALETE VIEIRA GRAEFF	0,80	0,20	0,20	3,85	5,05	0,50	--	5,55	36°	CLASSIFICADO(A)	08/03/1982
108370	ROSANGELA KNORST DEOTTI	0,80	0,20	0,20	3,50	4,70	0,50	--	5,20	37°	CLASSIFICADO(A)	15/06/1966
108438	VANESSA DA SILVA	1,20	0,40	0,20	3,15	4,95	--	--	4,95	--	DECLASSIFICADO(A)	18/01/1990
108279	ELIZETE MÜLLER SCATOLIN	0,80	--	0,20	3,15	4,15	0,50	--	4,65	--	DECLASSIFICADO(A)	24/10/1966
108139	MAILA PATRICIA NAZARIO ROCHA	0,80	0,20	--	3,15	4,15	--	--	4,15	--	DECLASSIFICADO(A)	16/02/1984
108074	HELLEN ALVES DE ANDRADE	--	--	--	--	--	--	--	--	--	DECLASSIFICADO(A)	06/05/1992

Modelo, SC, 23 de março de 2015.

PORTARIA Nº 022/2015

PORTARIA Nº 022/2015 DE 11.03.2015.

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, no Departamento da Educação do Município de Modelo - SC, sendo de segunda à sexta-feira, observada a carga horária semanal de conformidade com a nomeação respectiva do servidor, nos horários, conforme abaixo especificado:

1. Ensino Fundamental

1.1 Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller

1.1.1 Cargos comissionados e administrativos

Turno matutino: 07:30 às 11:30

Turno vespertino: 13:15 às 17:15

1.1.2 Coordenação - Educação de Jovens e Adultos - EJA

Turno Noturno: 18:30 às 22:30

1.1.3 Serviços gerais

- Jornada 01:

Turno Matutino: 06:45 às 10:45

Turno Vespertino: 13:00 às 17:00

- Jornada 02:

Turno Matutino: 09:00 às 13:00

Turno Vespertino: 14:30 às 18:30

1.1.4 Motoristas - Transporte Escolar

- Jornada 01:

Turno Matutino: 06:45 às 09:45 e 11:15 às 13:30

Turno Vespertino: 15:45 às 18:30

- Jornada 02:

Turno Matutino: 10:30 às 13:30

Turno Vespertino: 14:30 às 19:30

1.1.5 Professor Educação Física

- Jornada 01: (20 horas semanais)

Turno Matutino:

Terça e Quinta-feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Terça e quinta-feira: 13:15 às 17:15

Quarta- feira: 07:30 às 11:30

- Jornada 02:

Turno matutino:

Segunda - feira: 09:15 às 11:30

Quarta e sexta-feira: 07:30 às 11:30

Turno vespertino:

Segunda - feira: 13:15 às 15:50

Quarta - feira: 13:15 às 17:15

Sexta - feira: 14:11 às 17:15

1.1.6 Professor de Artes (20 horas semanais)

Turno Matutino:

Quarta, quinta e sexta-feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Quinta, e sexta-feira: 13:15 às 17:15

1.1.7 Professor de Inglês

Turno Matutino:

Segunda, quarta e quinta-feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Terça e sexta-feira: 13:15 às 17:15

1.1.8 Professor de Informática

Turno Matutino:

quarta, quinta, sexta-feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Quarta e sexta : 13:15 às 17:15

2. Educação Infantil

2.1 Centro de Educação Infantil Pequeno Lar

2.1.1 Cargos comissionados e administrativos

Turno matutino: 07:45 às 11:45

Turno vespertino: 14:00 às 18:00

2.1.2 Serviços Gerais

- Jornada 01:

Turno Matutino: 06:30 às 10:30

Turno Vespertino: 12:30 às 16:30

- Jornada 02:

Turno Matutino: 09:00 às 13:00

Turno Vespertino: 14:30 às 18:30

2.1.3 Professoras

- Jornada 01:

Turno Matutino: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30

2.1.4 Estagiários

- Jornada 01:

Turno matutino: 06:45 às 12:45

Turno vespertino: 12:20 às 18:20

2.2 Jardim de Infância Cantinho Alegre

2.2.1 Professores

- Jornada 01:

Turno matutino: 07:30 às 11:30

Turno vespertino: 13:15 às 17:15

2.2.2 Serviços Gerais

- Jornada 01:

Matutino: 07:00 às 10:30

Vespertino: 13:00 às 17:30

- Jornada 02:

Matutino: 07:30 às 10:30

Vespertino: 12:30 às 17:30

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 11 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

VISTO, CONFERIDO E DE ACORDO:

Jussane M T Frandoloso
Diretora Municipal de Educação

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 032/2015

PORTARIA Nº 032/2015 de 17.03.2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor CLEITON LUIZ ONGHERO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado no Departamento Municipal de Educação, para desempenho de função gratificada, a partir de março de 2015, conforme abaixo especificado:

Código - FG/Denominação:

Função Gratificada: FG - 4 - 100 % sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho da coordenação das atividades da equipe de motoristas no Departamento de Educação no Município de Modelo - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 17 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

PORTARIA Nº 033/2015

PORTARIA Nº 033/2015 de 23.03.2015.
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER, nomeada pelo Decreto nº 056/2015, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde do Município de Modelo/SC, a partir desta data.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 23 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Navegantes

PREFEITURA

11ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO.

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 021/2015

EDITAL DE 11ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR (A) DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, INTERPRETE DE LIBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública décima primeira chamada dos candidatos do Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014 para o provimento das funções de professor (a) de educação infantil, professor(a) das séries finais do ensino fundamental, interprete de libras.

1.Da Chamada

1.1.Serão chamados para o provimento a partir de MARÇO de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO	CH	PERÍODO
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	20	MAT/VESP
INTERPRETE DE LIBRAS	30	VESP

1.3.A chamada, para escolha de vagas e entrega de documentos, acontecerá no mês de MARÇO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	26/03	8:30	PREFEITURA NAVEGANTES
INTERPRETE DE LIBRAS	26/03	8:30	PREFEITURA NAVEGANTES

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1.Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2.Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital,item 5., os seguintes documentos:

a.Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b.1 Foto 3X4

c.2 Cópias do documento de identidade;

d.2 Cópias do CPF;

e.Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)) ;

f.2 Cópias do Comprovante de Residência;

g.Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h.Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i.Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j.Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k.Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital ,no

item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l.Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
m.Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO devesse apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n.Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
o.Certidão de Nascimento dos dependentes;

p.1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q.1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r.Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s.1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

t.1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u.1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);

v.1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w.1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

x.Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

2.3.O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4.A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A contratação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3.Dos candidatos a serem chamados

3.1.Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental Disciplina - EDUCAÇÃO FÍSICA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	JOAQUIM EDUARDO DE OLIVEIRA
02	RICARDO FELIPE BEBER
03	SILVANDRO LUIS DE ASSIS
04	ANDRÉ RIBAS BORELLA
05	EVERTON KEMPNER
06	ANDRIUS INACIO

3.2.Cargo: INTERPRETE DE LIBRAS (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	CAMILA FRANCISCO
02	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO
03	CRISTIANE VICENTE

4.Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	25/03	08:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
INTERPRETE DE LIBRAS	25/03	08:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

5.Da entrega de documentos:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	26/03	08:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
INTERPRETE DE LIBRAS	26/03	08:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

6.Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 20 de março de 2015.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Benilde Perão
Secretária da Administração e Logística

12ª. CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 022/2015

EDITAL DE 12ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a décima segunda chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2013 para o provimento das funções de Professor de Educação Infantil.

Da Chamada

1.1.Serão chamados para o provimento a partir de abril de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº001/2013, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04	20	MAT/VESP

1.3.A chamada para a entrega de documentos acontecerá no mês de MARÇO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	31/03	08:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES

2. Das Exigências para a Contratação

2.1.Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2.Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a.Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b.1 Foto 3X4

c.2 Cópias do documento de identidade;

d.2 Cópias do CPF;

e.Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp));

f.2 Cópias do Comprovante de Residência;

g.Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h.Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i.Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j.Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k.Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital, no item 4., na Junta Médica, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l.Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m.Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO deverá apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n.Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o.Certidão de Nascimento dos dependentes;

p.1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q.1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r.Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s.1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;

t.1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u.1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);

v.1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w.1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;

x.Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4.A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3.Dos candidatos a serem chamados

3.1.Cargo: Professor de Educação Infantil - 20h - 001/2013 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	ELIDIANE TAMAGNO
02	MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS
03	ELIANE PACHECO RODRIGUES
04	DEISE CARDOSO

4.Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	30/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

5.Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	31/03	08:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

6.Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 24 de março de 2015.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Benilde Perão
Secretária da Administração e

ATA II - TOMADA DE PREÇO Nº 36/2015 PMN

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 36/2015 - ABERTURA PROPOSTA

Reaberta a sessão conforme agendado anteriormente no site da prefeitura municipal de navegantes e DOM, as 8:35h do dia 24/03/2015, em sessão pública, para abertura do envelope de proposta do licitante que havia sido habilitado, (Sona construtora ltda ME) após as considerações de praxe, na presença dos membros da comissão, e dos interessados, foi aberto o envelope e constatado que a licitante atendeu com a exigência do edital, valor global R\$ 383.502,86. finalizada a sessão, encaminha os autos à autoridade competente

DOUGLAS LEMOS - - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOZESITE DOS SANTOS -- MEMBRO

RAUL COUTO NETO -- MEMBRO

FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO- - MEMBRO

LEILA MENGARDA - - MEMBRO

NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015

ATA II PREGÃO PRESENCIAL 39/2015 PMN

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - R.P PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

AO(S) 24 DE MARÇO DE 2015, ÀS 08:30 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA EQUIPE DE APOIO:

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, SEM PRESENÇA DOS LICITANTES, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA CLASSIFICADA; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME CNPJ Nº, 13.060.647/0001-50 SENDO CONSTATADO QUE O VENCEDOR FOI O LICITANTE EM 2º COLOCADO NOS ITEM 5 (AVEIA), 17 (FLOCOS DE MILHO), 20 (MACARRÃO PARAFUSO) E 21 (MACARRÃO PARAFUSO TRICOLOR), CONSTATADO QUE A EMPRESA ATENDEU COM O SOLICITADO NO EDITAL, NÃO HAVENDO MENÇÃO E RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA

EQUIPE DE APOIO:

JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FRANCIELE JUSTINO

PEDRO PAULO

NAVEGANTES SC, 24 DE MARÇO DE 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 03/2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 03/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 03/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 03/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENE-ROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME

Valor Total: R\$ 914.900,00.

Vigência: 02/03/2016.

A Ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Prefeitura Municipal de Navegantes.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 22/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 22/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 022/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 022/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (MACADAME, AREIA, PÓ DE BRITA, BRITA E PEDRA RACHÃO) PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, NAS OBRAS E NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: INDÚSTRIA E COM. PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA.

Valor: R\$ 720.450,00.

Fornecedor: BALNEÁRIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Valor: R\$ 1.375.570,00

Fornecedor: ELTON FERREIRA EPP.

Valor: R\$ 1.169.250,00.

Vigência: 24/03/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 24 de março de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GULOSEIMAS) PARA REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, FESTAS EM DATAS COMEMORATIVAS E DEMAIS ATIVIDADES, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL CRAS I - BAIRRO SÃO PAULO E CRAS II - BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 07/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de março de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E MANUTENÇÃO DE SEMÁFOROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/04/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 07/04/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 24 de março de 2015.
Ilma Sra.
ROSANGELA PERES FRANÇA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 003/2013, para a função de LEITURISTA DO DAE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 24 de março de 2015.

Ilmo Sr.
JAN PIERRE HENCKEL
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 003/2013, para a função de LEITURISTA DO DAE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

EXTRATO CONTRATUAL Nº 038/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 038/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA.

CNPJ: 02.089.950/0001-60.

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 016/2015*

Fundamento: Art. 24, inciso II, Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 02/01/2015 - 31/12/2015.

RECURSOS: 2.115 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Valor: R\$ 7.670,00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS (IMPRESSÃO DUPLEX DE FATURAS DE ÁGUAS) PARA ENVIO POR CORREIO PARA OS CLIENTES OPTANTES PELA ENTREGA EM ENDEREÇO ALTERNADO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2015.

Secretaria de Administração / Departamento de Compras e Licitações.

PORTARIA 198 NOMEAÇÕES POR CONCURSO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA Nº 198 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Alessandro Medeiros Bernardo para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 12/2/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 615 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Talita Rodrigues Heusi para exercer o cargo de Psicóloga do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 23/2/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 633 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Gilmar Chagas de Chagas para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 4/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE FEVEREIRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 668 DE 2 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Jaqueline Gabriela de Jesus para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 2/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N° 669 DE 2 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Douglas Goelzer para exercer o cargo de Farmacêutico com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

- lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 25/2/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 670 DE 2 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Cátia Celeste Júlio Martins para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 27/2/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 671 DE 2 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Lourdes Pinheiro do Carmo para exercer o cargo de Assistente Social com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 26/2/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 731 DE 4 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Ednei Araújo de Queiroz para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 2/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 732 DE 4 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Viviane Santos de Souza Ferreira para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 3/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 733 DE 4 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Suzana Tieme Morais para exercer o cargo de Nutricionista do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 2/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 735 DE 4 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Vladimir Silva dos Santos para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 3/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 744 DE 5 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor José Carlos de Lima para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 24/2/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 747 DE 6 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Iara Cristina Balaban Rodrigues para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 5/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 873 DE 9 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor João de Souza Carolina para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 4/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 875 DE 9 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Adalberto Jorge Nascimento Filho para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 5/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 948 DE 12 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Eliana da Silva Feitosa para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 10/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 949 DE 12 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Osvaldo Ghiotto Júnior para exercer o cargo de Operador de Máquina de Grande Porte, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 12/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 967 DE 13 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Luciano Cleber Furlan para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 10/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 968 DE 13 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR A POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora Edkeyt Eufrásio Andrade Cardoso para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 11/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 968 DE 13 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR A POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora Edkeyt Eufrásio Andrade Cardoso para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 11/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 969 DE 13 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Alan Manoel Guimarães para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 11/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1014 DE 16 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora Valdirene da Silva Soares para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 16/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1044 DE 17 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor João Jorge Santos da Silva para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 16/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 16/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1074 DE 20 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Altino Gois Neiciak para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 20/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1075 DE 20 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor João Paulino Claudino para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 20/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1088 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Sebastião Pereira para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 24/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 24/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1110 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Franciane Machado Botelho para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 19/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1121 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Leila Mara dos Santos para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 19/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1122 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Manuella Brighenti Bergamaschi para exercer o cargo de Médica Cirurgiã Geral com 20 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 23/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1123 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Josemara do Amaral para exercer o cargo de Assistente Social com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 19/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1124 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Carina Pohlmann Habermann para exercer o cargo de Psicóloga com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 20/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1135 DE 24 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Alvelina Luiza de Souza para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 24/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA DE ADMISSÃO 3383/2013

PORTARIA Nº. 3383 DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º, RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SHERON LUBNA BECK, para exercer a função Professora de Ensino Fundamental, na disciplina de Matemática, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2013

Nova Trento**PREFEITURA****DECRETO Nº 047/2015**

DECRETO nº 047/2015

convoca os aprovados no processo seletivo 10/2014 E NO CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2015 que nominam para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 25 de março de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observando o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º A efetiva contratação dos convocados dar-se-á a partir do dia 25 do mês de março de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 23 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR IUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 047/2015)

CARGO: MOTORISTA II

Classificação	Nome completo
01	Vanderlei João Scalvin
02	Diego Trepach da Silva

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
03	Andrea Parma Montibeller
04	Tatiana de Oliveira de Lima

TERMO DE RETIFICAÇÃO - PP019/2015**TERMO DE RETIFICAÇÃO**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 032/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

OBJETO: Contratação de Seguro para os Veículos da Frota Municipal da Prefeitura de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme especificações e quantidades estimadas constantes dos Anexos I e II.

O Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, informa que foi procedida a RETIFICAÇÃO de data referente ao Edital supra referido, conforme segue:

Da Alteração:

O Presente Termo visa a alteração da data de abertura do certame.

Justificativa: O Pregoeiro Oficial da Administração estará ausente por motivo de força maior.

Considerando a presente retificação, altera-se a data de recebimento de documentação e proposta para dia 13 de abril de 2015 as 09:30 horas.

Nova Trento, 24 de março de 2015.

Aprigio José Botameli

Presidente da Comissão de Licitações

Novo Horizonte**PREFEITURA****EXTRATO DO PL FMS Nº 004/15-PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS Nº 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO P/USO NOS GABINETES ODONTOLÓGICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 08/04/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01 Centro, nos dias úteis, das 7:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 25 de Março de 2015.

DIRCEU MEZOMO

Secretário/Gestor do FMS.

Orleans**PREFEITURA****AVISO Nº 67/2015 RECAPE DE PNEUS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

Tipo : Menor Preço/Por Item

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Recebimento das Propostas: até o dia 15/04/2015 às 13h 45m.

Abertura das Propostas: dia 15/04/2015, às 14h 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 23 de Março de 2015.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

AVISO Nº 68/2015 MEDICINA DO TRABALHO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

Tipo : Menor Preço/Por Item

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA CONFEÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT E DO PROGRAMA AOS RISCOS AMBIENTAIS - PPRA.

Recebimento das Propostas: até o dia 15/04/2015 às 15h 45m.

Abertura das Propostas: dia 15/04/2015, às 16h 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 24 de Março de 2015.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

ERRATA CONVITE 0006

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
ERRATA DE CONVITE 0006/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Convite Objeto: Contratação de pessoa física formada na área enfermagem para prestação de serviço junto a Unidade Básica de Saúde do município de Ouro Verde-SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de abril a dezembro de 2015. Entrega dos Envelopes: Onde se lê as 09h00min dia 01 de março de 2015. Passa a ser 11h00min do dia 01 de abril de 2015. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Onde se lê às 09h05 min dia 01 de março de 2015. Passa a ser 11h05min do dia 01 de abril de 2015. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 25 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO E ATAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0026/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO: JULIANE TEDESCO GOULART - MEI
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instrução de dança e atividade física para crianças, adolescentes, inseridos nos programas sociais, educacionais, com carga horária de 20 horas semanais, com a disponibilização de profissional habilitado. Valor certo e ajustado de R\$:13.300,00 (treze mil e trezentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 13 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0027/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: JULIANE TEDESCO GOULART - MEI
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Educador físico para desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida dos grupos da área da saúde com carga horária de 20 horas semanais. Valor certo e ajustado de R\$:13.300,00 (treze mil e trezentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 13 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0028/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto: Contratação de seguros para frota de veículos do município de Ouro Verde. Valor certo e ajustado de R\$:19.462,16 (dezenove mil quatrocentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 18 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0029/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto: Contratação de seguros para frota de veículos do município de Ouro Verde. Valor certo e ajustado de R\$:9.742,99 (nove mil setecentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 18 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0030/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto: Contratação de seguros para frota de veículos do município de Ouro Verde. Valor certo e ajustado de R\$:3.294,80 (três mil duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 18 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº016/2015
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa ELOIZE CRISTINA ANDRES-ME.
Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de Materiais para cursos, Materiais Permanente, uniformes para os programa e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem e secretaria de educação do Município de Ouro Verde/ SC. Valor total registrado R\$:17.780,00. Data da assinatura:16/03/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 16 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº016/2015
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa HC SUPRIMENTOS LTDA ME
Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de Materiais para cursos, Materiais Permanente, uniformes para os programa e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem e secretaria de educação do Município de Ouro Verde/ SC. Valor total registrado R\$:54.790,00. Data da assinatura:16/03/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 16 de março de 2015.
Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº016/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MAQUIMA-LHAS COM.REP.LTDA

Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de Materiais para cursos, Materiais Permanente, uniformes para os programa e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem e secretaria de educação do Município de Ouro Verde/ SC.Valor total registrado R\$:42.585,40. Data da assinatura:16/03/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 16 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº016/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MB CATA-RINENSE LTDA ME

Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de Materiais para cursos, Materiais Permanente, uniformes para os programa e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem e secretaria de educação do Município de Ouro Verde/ SC.Valor total registrado R\$:24.259,00. Data da assinatura:16/03/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 16 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº016/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa SUPERA UNIFORMES IND. COM.TEXTIL LTDA - ME

Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de Materiais para cursos, Materiais Permanente, uniformes para os programa e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem e secretaria de educação do Município de Ouro Verde/ SC.Valor total registrado R\$:16.395,50. Data da assinatura:16/03/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 16 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº016/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa VILSON RODRIGUES VILSINHO ME

Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de Materiais para cursos, Materiais Permanente, uniformes para os programa e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem e secretaria de educação do Município de Ouro Verde/ SC.Valor total registrado R\$:53.839,83. Data da assinatura:16/03/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 16 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 0001/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO - COLÉGIO LA SALLE

Objeto: O Município de Ouro Verde,compromete-se em repassar - na forma da Lei Municipal nº. 923/2015 -, à SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO - COLÉGIO LA SALLE, referente ao pagamento de parte dos custos com encargos educacionais dos alunos.Valor certo e ajustado em R\$: 30.120,00 (trinta mil, cento e vinte reais) Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 23 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0734/2015.

PORTARIA Nº. 0734/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAM MEURER DE OLIVEIRA, matrícula nº. 125041-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 03 (três) mês, com efeitos a contar de 02/03/2015 à 02/06/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0743/2015.

PORTARIA Nº. 0743/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para ALBA TEREZINHA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0762/2015.

PORTARIA Nº. 0762/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
801803-8	Janze Helena de Melo	R\$ 900,00	Diretor CEI Boli-nhas de Sabão

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

LEI Nº 4.160, DE 06 DE JANEIRO DE 2015

LEI Nº 4.160, de 06 de janeiro de 2015.

DESAFETA BEM PÚBLICO E AUTORIZA PERMUTA. Área Verde. Loteamento Cidade Universitária Colinas Pedra Branca.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar da destinação de Área Verde uma fração de terreno, denominado de área "A", com a seguinte descrição:

a) Área "A" localizada no Loteamento Cidade Universitária Colinas Pedra Branca II, neste município de Palhoça, designado por Área Verde do Loteamento Cidade Universitária Pedra Branca II, sendo um fração de área com 3.293,06 m², distante 45,30m da esquina formada pela RUA B05 - RUA DOS ATOBÁS (LADO PAR) com a CC-04 (AVENIDA DAS UNIVERSIDADES) (LADO PAR), partindo-se do vértice C2 com coordenadas E=729713.5306 e N=6942858.3739, seguindo com azimute 120°59'57" e distância 16.79m chega-se ao vértice 3 com coordenadas E=729727.9241 e N=6942849.7257. Deste com azimute de 121°51'58" e distância 52.00m chega-se ao vértice D1 com coordenadas E=729772.0889 e N=6942822.2718, perfazendo um total de 68.79m confrontando com ELESBÃO WIESE. Deste com azimute de 191°23'37" e distância 39.01m chega-se ao vértice D2 com coordenadas E=729764.3821 e N=6942784.0281, confrontando com ÁREA VERDE 1. Deste com azimute de 281°22'44" e distância 64.52m chega-se ao vértice D3 com coordenadas E=729701.1303 e N=6942796.7575, confrontando com RUA B05 (RUA DOS ATOBÁS). Deste com azimute de 11°22'44" e distância 62.85m chega-se ao vértice C2, ponto origem deste memorial, confrontando com ÁREA VERDE 1, registrado sob Matrícula nº 76.196, Livro 2 -QZ, Página 1, Ano 2013,

no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a afetar como Área Verde os seguintes imóveis, denominados de Imóveis "B" e "C", com a seguinte descrição:

a) Imóvel "B" localizado na Cidade Universitária Pedra Branca, localizado no lado par da Estrada Municipal Sertão do Imaruim e distante 100,00m da esquina formada com a Rua Ver. Jacob Knabben da Silva, designado por área "C" com área de 2.424,33 m² (dois mil quatrocentos e vinte e quatro metros e trinta e três decímetros quadrados) e com as seguintes descrições: Frente a leste, partindo do vértice D10, deste confrontando neste trecho, rumo de 9°51'23"SO chega-se ao vértice V8; Lateral direita ao norte, partindo do vértice D9, deste confrontando neste trecho, com terras de Sergio Augusto Haeming, seguindo distância de 83,51m e rumo de 81°09'32"NE chega-se ao vértice D10; Fundos a oeste, partindo do marco 18, deste confrontando neste trecho com terras de Pedra Branca Ltda., seguindo com distância de 17,71m e rumo de 1°28'08"NE, chega-se ao marco D9; Lateral esquerda ao sul, partindo do vértice V8, deste confrontando neste trecho, parte com terras de Pedro Alcício da Silva e parte com terras de Lindolfo Raulino dos Santos, seguindo com distância de 76,55m e rumo de 81°00'24"NO chega-se ao vértice 18, de propriedade da empresa Pedra Branca Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.401.372/0001-29, com sede na Travessa dos Pessegueiros, nº 111, neste Município, imóvel registrado sob Matrícula nº 47.929, Livro 2 -JS, Fls. 102, ano 2009, no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

b) Imóvel "C" sem benfeitorias, com superfície de 868,67m², constante do lote nº 29, da quadra AH-23, do Loteamento Cidade Universitária Colinas da Pedra Branca, situado à Rua dos Sabiás, no Bairro Fazenda, em Palhoça/SC, com as seguintes confrontações: ao norte, fundos 40,17 metros com os lotes nºs 06,07,08 e 09; ao sul, frente 12,87 metros com a rua dos sabiás; ao leste, lado esquerdo 30,81 metros com o lote nº 27; e ao oeste, lado direito 44,83 metros com o lote nº 25, de propriedade da empresa Pedra Branca Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.401.372/0001-29, com sede na Travessa dos Pessegueiros, nº 111, neste Município, imóvel registrado sob Matrícula nº 52.084, Livro 2 - LR, Fls. 1, ano 2010, no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a Área "A", prevista na alínea "a" do artigo 1º, pelos Imóveis "B" e "C" previstos nas alíneas "a" e "b" do artigo 2º, ambos desta Lei, conforme consta em anexo.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado a caracterizar os imóveis dados em permuta, denominados como Imóveis "B" e "C" como bem público, designado como Área Verde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 06 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 0708/2014.

PORTARIA Nº. 0708/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LEONIA PFLEGER HOFFMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Tricô e Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0709/2014.

PORTARIA Nº. 0709/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALCILENE VIEIRA AREAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a Máquina, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0710/2014.

PORTARIA Nº. 0710/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JANETE WEBER SEBASTIÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0711/2014.

PORTARIA Nº. 0711/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ILIETE OLGA GONZAGA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Tricô e Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0712/2014.

PORTARIA Nº. 0712/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELA MARIA PENHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SE-MEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Patch Colagem, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0713/2014.

PORTARIA Nº. 0713/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELOISA ELENA PASSOS GALDINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0714/2015.

PORTARIA Nº. 0714/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RECONTRATAR ZURILDA VENTURA THIESEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Bráulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/12/2014 a 01/02/2015, sendo que a servidora se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0715/2015.

PORTARIA Nº. 0715/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DAIANA CAROLINA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0716/2015.

PORTARIA Nº. 0716/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROCHELE FARIOLI BERTONI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 02/02/2016.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0717/2015.

PORTARIA Nº. 0717/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BARBARA DOS SANTOS SAKR, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 02/02/2016.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0718/2015.

PORTARIA Nº. 0718/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CIBELE DE OLIVEIRA FRANÇA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 02/02/2016.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0719/2015.

PORTARIA Nº. 0719/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 02/02/2016.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0720/2015.

PORTARIA Nº. 0720/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para TATIANE ELI SILVEIRA PIERRI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0721/2015.

PORTARIA Nº. 0721/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SAMIR MANOEL MEDEIROS NETO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0722/2015.

PORTARIA Nº. 0722/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SANDRA REGINA DE MACEDO MOREIRA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0723/2015.

PORTARIA Nº. 0723/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA MENDES CALVETE SOARES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Julia Divanir Leão que se encontra em Processo de Aposentadoria.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0724/2015.

PORTARIA Nº. 0724/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3840 de 12 de dezembro de 2013, que Contratou Por Tempo Determinado a servidora ANDREZA DA SILVA VIEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 03/01/2014 a 28/02/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0725/2015.

PORTARIA Nº. 0725/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1649 de 01 de julho de 2009, que Exonerou a servidora EZINI DE FATIMA GASPAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data que deveria ser 17/07/2009, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0726/2015.

PORTARIA Nº. 0726/2015.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES do servidor ELIEL VEIGA DA SILVA, matrícula nº. 801109, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, com efeitos a contar de 06/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0727/2015.

PORTARIA Nº. 0727/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Marco Aurelio Brasil	744373154

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0728/2015.

PORTARIA Nº. 0728/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Jorge Luiz Pimentel	317395623

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0729/2015.

PORTARIA Nº. 0729/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) NADIA MODESTA VIDAL, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 09/02/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0730/2015.

PORTARIA Nº. 0730/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
200311-1	Matheus de Lima Leite	R\$ 800,00
3745318-1	Sued Alflen Zimmermann da Rosa	R\$ 500,00
400972-1	Volnei Felício Pereira	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0731/2015.

PORTARIA Nº. 0731/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para EDIVANÉ LUCIA VERARDI DUTRA, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/01/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0732/2015.

PORTARIA Nº. 0732/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para GABRIELA CAMPOS DE SOUSA, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0733/2015.

PORTARIA Nº. 0733/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para REJANE DUARTE COMELLI, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0735/2015.

PORTARIA Nº. 0735/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIOLA MAREGA DE VALGAS, matrícula nº. 210299-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 05/06/2006 a 05/06/2011, por 03 (três) mês, com efeitos a contar de 06/02/2015 à 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0736/2015.

PORTARIA Nº. 0736/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE HILDA DE FARIAS DA SILVA, matrícula nº. 800221-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao

quinquênio de 12/07/2002 a 12/07/2007, por 03 (três) mês, com efeitos a contar de 03/02/2015 à 03/05/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0737/2014.

PORTARIA Nº. 0737/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEBORA ADNILZA ANGELO, matrícula nº. 006, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/01/2001 a 08/01/2006, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 23/02/2015 à 23/04/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0738/2015.

PORTARIA Nº. 0738/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SOLANGE ANTUNES PAZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Programa Sócio Educativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0739/2015.

PORTARIA Nº. 0739/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GIANE DA SILVA NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0740/2015.

PORTARIA Nº. 0740/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SONIA MARA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/01/2015 a 05/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0741/2015.

PORTARIA Nº. 0741/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIANA DE MELLO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/

semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Jardim Eldorado, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/02/2015 a 16/02/2016.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0742/2015.

PORTARIA Nº. 0742/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
120133-1	Marisa Maria de Melo	R\$ 950,00	Diretor CEI Criança Feliz

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0744/2015.

PORTARIA Nº. 0744/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para JANZE HELENA DE MELO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0745/2015.

PORTARIA Nº. 0745/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para MILENE DOMINGUES BATISTA SANTINI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0746/2015.

PORTARIA Nº. 0746/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para RODNEI ALVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0748/2015.

PORTARIA Nº. 0748/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIETE SCHEIDT GOULART, matrícula nº. 800178-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2003 a 01/08/2008, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 02/03/2015 à 03/05/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0749/2015.**

PORTARIA Nº. 0749/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARCIA JOANILDES ANTERO FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 02/01/2015 a 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0750/2015.**

PORTARIA Nº. 0750/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AMANDA DANNIELY LUIZ RAMOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de

Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0751/2015.**

PORTARIA Nº. 0751/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO THALIA CAROLINY CAETANO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0752/2015.**

PORTARIA Nº. 0752/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 05 de janeiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402348-1	Alexandra de Jesus Livramento	20%
401990-5	Valmira de Souza Hermann	20%

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0753/2015.

PORTARIA Nº. 0753/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARIA APARECIDA BERRETA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/01/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0754/2015.

PORTARIA Nº. 0754/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para CRISTIANA LOBATO FORTUNATO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/01/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0755/2015.

PORTARIA Nº. 0755/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ELISANGELA DA SILVA LANDRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/01/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0756/2015.

PORTARIA Nº. 0756/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para DIOCLEIA DOS SANTOS REUS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0757/2015.

PORTARIA Nº. 0757/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para MARIA DE LOURDES FONTOURA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0758/2015.

PORTARIA Nº. 0758/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para MAURECI DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0759/2015.

PORTARIA Nº. 0759/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
124478-1	Alba Terezinha da Silva	R\$ 1.000,00	Diretor CEI Vovó Maria

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0760/2015.

PORTARIA Nº. 0760/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
800781-1	Diocleia dos Santos Réus	R\$ 1.500,00	Diretor CAIC

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0761/2015.

PORTARIA Nº. 0761/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
210496-7	Gabriela Campos de Souza	R\$ 900,00	Diretor ER Isabel Botelho de Paulo

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0763/2015.

PORTARIA Nº. 0763/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para o servidor RODRIGO PERES AMANDIO, matrícula nº. 500916-1, titular do cargo de Motorista, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 06/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0764/2015.**

PORTARIA Nº. 0764/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para LISANDRA MELLO DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0765/2015.**

PORTARIA Nº. 0765/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para MARIA GABRIELA ABREU, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0767/2015.**

PORTARIA Nº. 0767/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALTAIR ALTAMIRO DA SILVA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Ciências Contábeis, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora ExecutivaMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0768/2015.**

PORTARIA Nº. 0768/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DENIS LIBERATO DELFINO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Metodologia Ensino Matemática, Estatística, Estatística Aplicada a Educação, Educação de Jovens e Adultos, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora ExecutivaMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0769/2015.

PORTARIA Nº. 0769/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR RENATA CAVALLAZZI ZIMMER, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Teoria Geral da Administração, Plano de Negócios, Consultoria em Turismo, Estágio I, Empreendedorismo Criatividade e Inovação, Orientação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0770/2015.

PORTARIA Nº. 0770/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MIRIAN ADRIANA BRANCO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/semanais, Disciplina Ciências Sociais 1 e 2, Sociologia, Gestão Educacional, Políticas Públicas de Educação e Legislação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0771/2015.

PORTARIA Nº. 0771/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MAURO ROQUE DE SOUZA JUNIOR, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Direito Tributário, Conciliação, Mediação e Arbitragem, Municipalização: Gestão Local, Orientação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0772/2015.

PORTARIA Nº. 0772/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOICI LILIAN RODRIGUES, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Empreendedorismo Aplicado ao Turismo, Empreendedorismo e Criatividade, Empreendedorismo, Modelo de Gestão, Plano de Negócios, Gestão de Pessoas, Estágio I, diagnóstico Organizacional, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0773/2015.

PORTARIA Nº. 0773/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SINOMAR DE ARAUJO LOPES, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/semanais, Disciplina Economia, Cenários Econômicos, Pesquisa Extensão, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0774/2015.

PORTARIA Nº. 0774/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR HORACIO DUTRA MELLO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Estágio 3, Currículo, Avaliação, Planejamento Educacional, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0775/2015.

PORTARIA Nº. 0775/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARINES DA CONCEIÇÃO WALKOWSKI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Gestão de Alimentos e Bebidas, Gestão de Meios de Hospedagem, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0776/2015.

PORTARIA Nº. 0776/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRE LUIZ DOS SANTOS, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Espanhol I, II e III, Prática do Espanhol, Programa Maturidade e Núcleo de Línguas, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0777/2015.

PORTARIA Nº. 0777/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA FERNANDA DIOGO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Psicologia da Educação, Aprendizagem e Desenvolvimento, Neurologia, Maturidade, Oficina Pedagógica, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0778/2015.

PORTARIA Nº. 0778/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCELO JOSE CAVALCANTI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Administração e mercado de Trabalho, Projeto TCC, Gestão Estratégica de Pessoas e Orientação TCC, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0779/2015.

PORTARIA Nº. 0779/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANO MAFRA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Metodologia Científica, Inglês 1,2,3 e 4, Metodologia de Pesquisa em Administração, Inglês (maturidade), com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0780/2015.

PORTARIA Nº. 0780/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE MACHADO MORETTO CESCONETTO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Ferramentas de Gestão, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0781/2015.

PORTARIA Nº. 0781/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCOS ANTONIO DE SOUZA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Gestão de Potenciais, Tópicos Especiais, Turismo em Palhoça, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0782/2015.

PORTARIA Nº. 0782/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDRESA DALILA GONZAGA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0783/2015.

PORTARIA Nº. 0783/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Aldo Jorge da Rosa Junior	15	20	02/02/2015 a 18/12/2015
Jucelia Inês Weber	05	10	02/02/2015 a 18/12/2015
Karina Zolia Jacomelli	30	40	02/02/2015 a 18/12/2015
Maria Benta da Silva	20	40	02/02/2015 a 18/12/2015
Sandra Regina Matos	20	40	02/02/2015 a 18/12/2015
Shirley Karla Dias Verissimo	20	40	02/02/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0784/2015.

PORTARIA Nº. 0784/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a composição da "Comissão para cumprimento do item 9.3 da Cláusula Nona do Contrato nº. 097/2014, instituída pela Portaria 2351/2014:

Artigo 2º - Atribuições:

- Exercer, em nome da contratante toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização do serviço contratado;
- Analisar os Boletins de Atendimento a fim de identificar a real necessidade da manutenção evolutiva requisitada, mantendo o controle dos custos envolvidos para tal;
- Padronizar os documentos gerados pelo sistema, definindo formatação e conteúdo conforme a necessidade dos usuários;
- Padronizar e normatizar os privilégios de acesso ao sistema em consonância com as atribuições dos servidores;
- Estudar o sistema com a finalidade de utilizar ferramentas já disponíveis em processos da prefeitura, bem como, planejamento da evolução do uso do sistema.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

NOME	SECRETARIA
Anderson Medeiros	Diretoria de Informática
Cristina Schwinden	Secretaria de Administração
Michelle Silveira Volpato Ribeiro	Diretoria Geral de Recursos Humanos
Nelson Ferreira Rocha Neto	Secretaria de Finanças
Tarsyane Zenilda da Silva	Secretaria da Receita

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0785/2015.

PORTARIA Nº. 0785/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) PAULA REGINA CRUZ PESSI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0786/2015.

PORTARIA Nº. 0786/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CHRISTINNA MARIA MEDEIROS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0787/2015.

PORTARIA Nº. 0787/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DE FATIMA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0789/2015.

PORTARIA Nº. 0789/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DIEGO RIBEIRO DEFREYN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0790/2015.

PORTARIA Nº. 0790/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VALMIRIA BORGES CORREA GOUVEIA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0791/2015.

PORTARIA Nº. 0791/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSEANE PAMPLONA WEBER, matrícula nº. 800220-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/01/2008 a 14/01/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/04/2015 à 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0792/2015.

PORTARIA Nº. 0792/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE PAMPLONA WEBER, matrícula nº. 300143-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/01/2004 a 13/01/2009, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 02/03/2015 à 02/06/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0793/2015.

PORTARIA Nº. 0793/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) ANA LUCIA DORNELLES SCHOELLER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0794/2015.

PORTARIA Nº. 0794/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) AUREA ALESSANDRA GERLACH titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0795/2015.

PORTARIA Nº. 0795/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) RENATO VALDECIR KUSS titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0796/2015.

PORTARIA Nº. 0796/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) ROSIMAR MARIA CORREA titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0797/2015.

PORTARIA Nº. 0797/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) VALMIRA ROSA MARTINS titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0798/2015.

PORTARIA Nº. 0798/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA MARTINS titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0799/2015.

PORTARIA Nº. 0799/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) ATANIL DE MEDEIROS WAGNER FILHO titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0800/2015.

PORTARIA Nº. 0800/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) SIMONE JULIA GARCIA DA SILVA titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PREGÃO PRESENCIAL 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 08 de abril de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares deste Município, no Sistema de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de março de 2015.

PREGOEIRA.

PREGÃO PRESENCIAL 39/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 09 de abril de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Pães para Secretaria de Assistência social, no Sistema de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de março de 2015.

PREGOEIRA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2015 – Pregão
Presencial 07/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
MODELO PNEUS. OBJETO: Aquisição de pneus novos (primeira vida),
devidamente certificados pelo INMETRO, para equiparem os veículos
oficiais da Secretaria Municipal de Saúde deste Município.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: MODELO PNEUS LTDA				CNPJ: 94.510.682/0001-26	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pneu para motocicleta BIZ, dimensão 60/100/17, construção diagonal, estrutura normal, traseiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
1	12,00	UN	BS32 04L 33L RINALDI	R\$107,0000	R\$1.284,0000
Especificação: Pneu para motocicleta twister, dimensão 130/70/17, construção diagonal, estrutura normal, traseiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
7	4,00	UN	RINALDI - HB 37 62T	R\$355,0000	R\$1.420,0000
Especificação: Pneu para veículo Fiat uno mille, dimensão 165/70 R13, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
10	66,00	UN	SEIBERLING 50079S	R\$128,0000	R\$8.448,0000
Especificação: Pneu para veículo boxer, dimensão 205/75/R15, construção radial, reforçado, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
13	8,00	UN	FIRESTONE DESTINATION AT97S	R\$411,0000	R\$3.288,0000
Especificação: Pneu para veículo Ford Ranger, dimensão 255/70/R16, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
15	8,00	UN	BRIDGESTONE DUELER HT 111H	R\$443,0000	R\$3.544,0000
Valor Total		(dezessete mil e novecentos e oitenta e quatro reais)			R\$17.984,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2015 – Pregão
 Presencial 07/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E
 LUBRIFICANTES LTDA. OBJETO: Aquisição de pneus novos
 (primeira vida), devidamente certificados pelo INMETRO, para
 equiparem os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde deste
 Município.
 DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA				CNPJ: 10.727.591/0001-57	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pneu para motocicleta BIZ, dimensão 80/100/14, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
2	12,00	UN	LEVORIN M/C REINF 49L MATRIX	R\$120,0000	R\$1.440,0000
Especificação: Pneu para motocicleta titan ES e KS 150 e FAN 125, dimensão 275/R18, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
3	28,00	UN	LEVORIN M/C REINF 48P Azonic Evolution	R\$124,9000	R\$3.497,2000
Especificação: Pneu para motocicleta titan ES e KS 150, Cargo 125 e FAN 125, dimensão 90/90 R18, construção diagonal, estrutura normal, traseiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
4	36,00	UN	LEVORIN M/C REINF 57P Azonic Evolution	R\$134,9000	R\$4.856,4000
Especificação: Pneu para motocicleta titan KS 150 e Cargo 125, dimensão 80/100/R18, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
5	8,00	UN	LEVORIN M/C 47P MATRIX	R\$199,0000	R\$1.592,0000
Especificação: Pneu para motocicleta twister, dimensão 100/80/17, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
6	4,00	UN	LEVORIN M/C 52H MATRIX SPORT	R\$251,9000	R\$1.007,6000
Especificação: Pneu para veículo fiesta sedan e dobrô, dimensão 175/70/R14, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
8	66,00	UN	JK TYRE JKVECTRA84T	R\$213,9000	R\$14.117,4000
Especificação: Pneu para veículo kangoo, dimensão 165/70/R14, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
9	20,00	UN	TRIANGLE TR 928	R\$205,9000	R\$4.118,0000
Especificação: Pneu para veículo Logan e Livina, dimensão 185/65/R15, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					

11	28,00	UN	SAILUN ATREZZO SH402	R\$226,9000	R\$6.353,2000
Especificação: Pneu para veículo máster, boxer, ducato e ford transit, dimensão 205/75/R16, construção radial, reforçado, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
12	56,00	UN	SAILUN COMERCIO VX1 110/108R	R\$439,9000	R\$24.634,4000
Especificação: Pneu para veículo siena fire flex, dimensão 175/65/R14, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
14	8,00	UN	SAILUN ATREZZO SH402	R\$245,9000	R\$1.967,2000
Valor Total		(sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta centavos)			R\$63.583,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
PRATIDONADUZZI E CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o
Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede
Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA				CNPJ: 73.856.593/0001-66	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aciclovir 50mg/g creme derm., bisnaga de 10g					
3	500,00	BN	PRATI-DONADUZZI	R\$1,5700	R\$785,0000
Especificação: Amoxicilina 500mg					
9	320000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0980	R\$31.360,0000
Especificação: Dipirona 500mg					
39	800000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0600	R\$48.000,0000
Especificação: Fluconazol 150mg					
49	8000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,1590	R\$1.272,0000
Especificação: Furosemida 40mg.					
52	900000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0309	R\$27.810,0000
Especificação: Metformina 850mg					
74	1600000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0635	R\$101.600,0000
Especificação: Miconazol 20mg/g creme vaginal, com 80g, com 07 aplicadores.					
75	600,00	TB	PRATI-DONADUZZI	R\$4,2000	R\$2.520,0000
Especificação: Vitamina B1 300 mg					
110	20000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0790	R\$1.580,0000
Valor Total		(duzentos e quatorze mil e novecentos e vinte e sete reais)			R\$214.927,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO:
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 02.520.829/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alendronato de sódio 70 mg,					
6	22000,00	COMP	Delta	R\$0,3290	R\$7.238,0000
Valor Total		(sete mil e duzentos e trinta e oito reais)			R\$7.238,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO:
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 05.782.733/0001-49	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Torval CR 500mg, caixa com 30 comp.					
103	60,00	CX	TORRENT	R\$14,6700	R\$880,2000
Valor Total		(oitocentos e oitenta reais e vinte centavos)			R\$880,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA				CNPJ: 44.734.671/0004-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clonazepam 2,5mg/ml, frasco com 20ml.					
23	80,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$7,5800	R\$606,4000
Especificação: Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml					
25	6000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$0,8400	R\$5.040,0000
Especificação: Haloperidol 5mg					
59	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1200	R\$24.000,0000
Especificação: Hidralazina 20mg c/1ml					
112	2000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,4970	R\$6.994,0000
Valor Total		(trinta e seis mil, seiscientos e quarenta reais e quarenta centavos)			R\$36.640,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2015 – Pregão
 Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA.
 OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
 Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
 Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
 DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 26.921.908/0002-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Daflon, caixa com 30 comp.					
31	40,00	CX	SERVIER	R\$7,2300	R\$289,2000
Especificação: Lyrica 150mg c/ 28 cp					
69	25,00	CX	PFIZER	R\$94,1900	R\$2.354,7500
Especificação: Lyrica 75mg c/28cp.					
70	80,00	CX	PFIZER	R\$61,4100	R\$4.912,8000
Especificação: Olmetec 20 mg, cx. c/ 30 comp.					
82	30,00	CX	PFIZER	R\$56,6500	R\$1.699,5000
Especificação: Xalacom 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml					
106	70,00	FRS	PFIZER	R\$48,5700	R\$3.399,9000
Especificação: Xalatan 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml					
107	40,00	FRS	PFIZER	R\$43,2300	R\$1.729,2000
Especificação: Verutex b 15g					
109	15,00	TB	LEO	R\$42,7800	R\$641,7000
Valor Total		(quinze mil, vinte e sete reais e cinco centavos)			R\$15.027,05

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
LICIMED DISTRIB. MED. CORRELATO PROD. MED. HOSP. LTDA
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: LICIMED DISTRIB.MEDIC.CORRELATO PROD.MÉD.HOSP LTDA				CNPJ: 04.071.245/0001-60	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Betatrinta					
15	50,00	AMP	EUROFARMA	R\$8,1200	R\$406,0000
Especificação: Mantidan 100 mg, caixa com 20 comp.					
71	80,00	CX	EUROFARMA	R\$6,4000	R\$512,0000
Especificação: Miocalven D, caixa com 60 saches					
73	20,00	CX	CHIESI	R\$66,6000	R\$1.332,0000
Valor Total		(dois mil e duzentos e cinquenta reais)			R\$2.250,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2015 – Pregão
 Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
 OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
 Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
 Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
 DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA				CNPJ: 81.706.251/0001-98	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aciclovir 200 mg					
4	1200,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,1000	R\$120,0000
Especificação: Agua destilada 10 ml injetável					
5	8000,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,1499	R\$1.199,2000
Especificação: Alivium 100 mg/ml, frasco com 20 ml					
7	60,00	FRS	HYPERMARCAS	R\$11,9800	R\$718,8000
Especificação: Amoxilina+Ácido clavulâmico 500/125 mg					
10	200000,00	COMP	SANDOZ	R\$0,8600	R\$172.000,0000
Especificação: Domperidona 10 mg, caixa com 30 comp.					
40	40,00	CX	MEDLEY	R\$5,1000	R\$204,0000
Especificação: Furoato de mometasona pomada 20gr.					
51	75,00	TB	EUROFARMA	R\$9,7000	R\$727,5000
Especificação: Lactulose 120ml					
65	120,00	FRS	NATURELIFE	R\$5,9900	R\$718,8000
Especificação: Losartana potássica 50mg					
68	2300000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0360	R\$82.800,0000
Especificação: Otoporin frasco com 10 ml					
84	50,00	FRS	FARMOQUIMICA	R\$9,3500	R\$467,5000
Especificação: Vitamina E 400UI c/30cp					

111	24,00	CX	NATULAB	R\$5,9900	R\$143,7600
Valor Total		(duzentos e cinquenta e nove mil, noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos)			R\$259.099,56

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO:
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 09.944.371/0001-04					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dipirona 500 mg/5 ml, amp. c/ 2 ml					
35	15000,00	AMP	TEUTO	R\$0,4500	R\$6.750,0000
Especificação: Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses					
91	12000,00	FRS	TEUTO	R\$3,1000	R\$37.200,0000
Valor Total		(quarenta e três mil e novecentos e cinquenta reais)			R\$43.950,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSP. LTDA. OBJETO:
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA CNPJ: 79.250.676/0001-93					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Enbrel de 50 mg, com 04 ampolas					
47	20,00	CX	ENBREL PFS 50MG - WYETH	R\$4.850,8700	R\$97.017,4000
Valor Total		(noventa e sete mil, dezessete reais e quarenta centavos)			R\$97.017,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA OBJETO:
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carvedilol 12,5 mg, caixa com 30 comp.					
20	50,00	CX	TORRENT	R\$12,3720	R\$618,6000
Especificação: Fenitoína 100mg.					
48	200000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0962	R\$19.240,0000
Especificação: ITRACONAZOL 100 MG					
60	1000,00	COMP	NEOQUIMICA	R\$0,4674	R\$467,4000
Especificação: Isossorbida, dinitrato 5mg sublingua.					
61	100000,00	COMP	BALDACCI	R\$0,2470	R\$24.700,0000
Especificação: Levonorgestrel 0,75mg, caixa com 2comprimidos					
66	2000,00	CX	UNIÃO QUIMICA	R\$2,7490	R\$5.498,0000
Especificação: Nortriptilina 25mg					
81	100000,00	COMP	RANBAXY	R\$0,2749	R\$27.490,0000
Especificação: Succinil colin 100mg injetável					
93	200,00	AMP	ARISTON	R\$8,9347	R\$1.786,9400
Valor Total		(setenta e nove mil, oitocentos reais e noventa e quatro centavos)			R\$79.800,94

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91 FILIAL.					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido valpróico 50 mg/ml, frasco com 100 ml					
1	6000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$2,0000	R\$12.000,0000
Especificação: Amiodarona 200mg					
8	130000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,2200	R\$28.600,0000
Especificação: Brometo de ipatrópio 0,25mg/ml sol inal. 20ml.					
17	2000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$0,5700	R\$1.140,0000
Especificação: Carbamazepina xarope 20mg/ml					
19	2500,00	FRS	MEDLEY	R\$5,8000	R\$14.500,0000
Especificação: Dexametasona, acetato 4mg + cianocobalamina 2,5mg + tiamina 50 mg + piridoxina 50 mg/ml c/3 ml					
32	3000,00	AMP	MERCK	R\$8,0000	R\$24.000,0000
Especificação: Sulfadiazina 500mg					
95	4000,00	COMP	SOBRAL	R\$0,1450	R\$580,0000
Valor Total		(oitenta mil e oitocentos e vinte reais)			R\$80.820,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2015 – Pregão
Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALATES LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.
DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 94.516.671/0002-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Glicose 25% 10ml					
55	2000,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,1850	R\$370,0000
Especificação: Glicose 50% 10 ml					
56	2000,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,0200	R\$40,0000
Especificação: Medroxiprogesterona, acetato 10 mg					
72	2000,00	COMP	E.M.S.	R\$0,7500	R\$1.500,0000
Valor Total		(um mil e novecentos e dez reais)			R\$1.910,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº43/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº43/2015 – Pregão
Presencial 09/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de fórmulas
lácteas, para atender crianças de 0 á 02 anos, que apresentam
comprometimento no estado nutricional.
DATA: 24/03/2015 à 23/03/2016.

Nome da Empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA				CNPJ: 03.612.312/0004-97	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fórmula Infantil Extensamente Hidrolisada, apresentada em latas de 400gr.					
5	2400000,00	GR	APTAMIL PEPTI	R\$0,0950	R\$228.000,0000
Valor Total		(duzentos e vinte e oito mil reais)			R\$228.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2015 – Pregão
Presencial 09/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
PFG COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de fórmulas lácteas,
para atender crianças de 0 á 02 anos, que apresentam comprometimento
no estado nutricional.
DATA: 24/03/2015 à 23/03/2016.

Nome da Empresa: P F G COMERCIAL LTDA. - ME				CNPJ: 20.438.684/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fórmula Infantil de Partida, apresentada em latas de 400gr.					
1	1600000,00	GR	Nestogeno 1/ Nestlé	R\$0,0190	R\$30.400,0000
Especificação: Fórmula Infantil de Sequência, apresentada em latas de 400gr.					
2	1200000,00	GR	NESTOGENO 2/NESTLÉ	R\$0,0200	R\$24.000,0000
Especificação: Fórmula Infantil Isenta de Lactose, apresentada em latas de 400gr.					
3	1600000,00	GR	NAN SL /NESTLÉ	R\$0,0400	R\$64.000,0000
Especificação: Fórmula a Base de Proteína Isolada de Soja, apresentada em latas de 400gr.					
4	1200000,00	GR	NAN SOY/NESTLÉ	R\$0,0220	R\$26.400,0000
Valor Total		(cento e quarenta e quatro mil e oitocentos reais)			R\$144.800,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 13/2015 - Registro de Preços, objeto: aquisição de fórmula infantil para atendimento de crianças de 0 a 02 anos de idade, que apresentam comprometimento no estado nutricional, atendidas pelo Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais da Secretaria Municipal de Saúde, bem como para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, no dia 07 de abril de 2015, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 - Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 24 de março de 2015.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 14/2015 - Registro de Preços, objeto: aquisição de materiais de consumo e permanente laboratoriais para uso no Laboratório Municipal, deste Município, no dia 08 de abril de 2015, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas e no dia 14 de abril de 2015, às 13:30h, lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 - Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 24 de março de 2015.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palmitos**PREFEITURA****DECRETO 016/15**

DECRETO Nº. 016/2015. De 19 de fevereiro de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura e Esportes
Projeto: 2.017 - Manutenção das Atividades do Esporte
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(85)
R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura e Esportes
Projeto: 2.017 - Manutenção das Atividades do Esporte
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(86)
R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

DECRETO Nº. 016/2015.
De 19 de fevereiro de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 19 de fevereiro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 030/15

<p>DECRETO Nº 030/2015. De 16 de março de 2015.</p>	<p>ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PALMITOS-SC, EM ATENDIMENTO AO QUE ESTABELECE O ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.</p>
---------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º. Ficam pelo presente Decreto estabelecidos os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizado pelo Poder Executivo Municipal, quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 213.324,09 (Duzentos e treze mil, trezentos e vinte e quatro reais e nove centavos) apurados no período de janeiro a fevereiro de 2015.

Art. 2º. Em cumprimento ao que determina o art. 9º da Lei Municipal nº 3.708/2013, de 06 de novembro de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias fica bloqueada as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

1. Prefeitura Municipal de Palmitos - R\$ 109.050,10

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento
Proj./Ativ. 1004 - Reforma ou Ampliação do Centro Administrativo
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 (7) R\$ 31.249,86
TOTAL R\$ 31.249,86

DECRETO Nº 030/2015.
De 16 de março de 2015.

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação
Proj./Ativ. 2009 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) R\$ 25.009,25
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0092.0 (44) R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 27.009,25

06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

04.01 Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Proj./Ativ. 2022 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0091.0 (102) R\$ 2.196,07
TOTAL R\$ 2.196,07

08. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01 Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Proj./Ativ. 2028 - Manutenção de Convênios de Trânsito
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0008.0 (134) R\$ 1.945,21
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0028.0 (135) R\$ 1.806,20
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0029.0 (136) R\$ 1.687,56

TOTAL R\$ 5.438,97

08. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02 Departamento de Transportes e Serviços Viários
Proj./Ativ. 2.032 - Manutenção do Departamento de Transportes
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0013.0 (156) R\$ 39.961,46
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0044.0 (158) R\$ 3.194,49
TOTAL R\$ 43.155,95
DECRETO Nº 030/2015.
De 16 de março de 2015.
2. Fundo Municipal de Saúde de Palmitos - R\$ 82.898,24

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 1.025 - Aquisição de veículos, Equipamentos e Material Permanente
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 (4) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.036 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0039.0 (30) R\$ 4.939,15
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0093.0 (33) R\$ 1.662,32
TOTAL R\$ 6.601,47

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.034 - Manutenção das Atividades do CEO
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035.0 (12) R\$ 10.988,28
TOTAL R\$ 10.988,28

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.038 - Manutenção do CAPS
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.0 (51) R\$ 4.841,97
TOTAL R\$ 4.841,97

DECRETO Nº 030/2015.

De 16 de março de 2015.

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.025 - Manutenção dos Programas PSF/PACS/Saúde Bucal
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0040.0 (44) R\$ 31.668,10
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 (24) R\$ 383,58
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0037.0 (47) R\$ 2.457,17
TOTAL R\$ 34.508,85

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.039 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.0 (55) R\$ 5.894,89
TOTAL R\$ 5.894,89

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.040 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0098.0 (62) R\$ 62,78
TOTAL R\$ 62,78

3. Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos - R\$ 21.375,75

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2047 - Manutenção das Atividades do CRAS/PAIF

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0007.0 (22) R\$ 11.864,94
TOTAL R\$ 11.864,94
DECRETO Nº 030/2015.
De 16 de março de 2015.
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2049 - Manutenção das Atividades do CREAS/PFMC II
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (32) R\$ 6.397,90
TOTAL R\$ 6.397,90

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.048 - Apoio Financeiro a APAE de Palmitos
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0022.0 (27) R\$ 1.605,12
TOTAL R\$ 1.605,12

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0025.0 (16) R\$ 849,36
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0094.0 (15) R\$ 658,43
TOTAL R\$ 1.507,79
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 16 de março de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 014/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 014/2015, Objeto: Execução das obras de conclusão do Trevo de Acesso na Rodovia BR 116, Km 58, nesta municipalidade, em conformidade com o anexo I do Edital de Licitação, incluindo o fornecimento de materiais, Mão de obra e equipamentos. Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, totalizando o montante de R\$ 154.917,83 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e três centavos). Vigência: O prazo de execução da obra será correspondente ao prazo de 90 (noventa) dias.

Papanduva, 23 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 01/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 01/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: MARVI COM. DE COMBUSTIVEL LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA COMUM, OLEO DIESEL E OLEO S10)
VALOR: R\$ 122.526,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO PR Nº 27/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.64, (14) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0071
(15) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0095,
(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 02/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 02/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE (AMESC)
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NO POSTO DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, PELO CONSORCIO AMESC
VALOR: R\$ 174.911,61
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO DL Nº 01/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (13) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.67, (15) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0095,
(18) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0064,
(19) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0095,
(20) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696,

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 03/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE (AMESC)
OBJETO: SERVIÇOS AMBULATORIAIS, EXAMES, DA POPULAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR: R\$ 209.489,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO DL Nº 02/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (17) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696,
(20) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696,

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 04/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE (AMESC)
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TAXA DE UTILIZAÇÃO - CIS AMESC. DA POPULAÇÃO DESTE MUNICIPIO DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DE SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR: R\$ 18.000,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO DL Nº 03/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (11) 2.031.3.3.50.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 05/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: HOSPICLIN COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL HOSPITALAR ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE SANITARIA CENTRAL E DE BELLA TORRES.
VALOR: R\$ 53.693,10
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO PR Nº 28/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.64
(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 06/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 06/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADO: LA DALLA PORTA JUNIOR
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE SANITARIA CENTRAL E DE BELLA TORRES.
VALOR: R\$ 12.460,44
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO PR Nº 28/2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.64
(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 07/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: PLASMEDIC COM. DE MAT. USO MEDICO E LAB. LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE SANITARIA CENTRAL E DE BELLA TORRES.

VALOR: R\$ 9.607,60

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO PR Nº 28/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.64

(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 08/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 08/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO HOSPICLIN COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL HOSPITALAR ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA USO NO ATENDIMENTO MEDICO ODONTOLOGICO PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE SANITARIA CENTRAL E DE BELLA TORRES.

VALOR: R\$ 50.307,42

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO PR Nº 29/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.64

(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 09/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 09/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: LA DALLA PORTA JUNIOR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA USO NO ATENDIMENTO MEDICO ODONTOLOGICO PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE SANITARIA CENTRAL E DE BELLA TORRES.

VALOR: R\$ 18.722,22

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO PR Nº 29/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (12) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.64

(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 10/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 10/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: FABIO DE BITENCOURT BATISTA

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA MEDINDO APROXIMADAMENTE 88 MTS², NA RUA NEREU RAMOS - BAIRRO CENTRO - PASSO DE TORRES - SC, PARA INSTALAÇÃO DA SALA DE FISIOTERAPIA, E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SÉC. DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO

VALOR: R\$ 16.173,24

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO DL Nº 04/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (14) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0071

(17) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 11/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 11/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: COLIX SOLUÇÕES PARA RESIDUOS LTDA EPP

OBJETO: SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL(INCINERAÇÃO) DOS RESIDUOS DE SERVIÇO DE SAUDE ("LIXO HOSPITALAR")

VALOR: R\$ 7.980,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (12) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0064

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 12/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 12/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: ECCO SAUDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA ME

OBJETO: Elaboração do LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho elaborado por profissional Engenheiro Ambiental, especialista em Segurança do trabalho Sr Valter Dagostin Junior CREA/SC 084399-4; Elaboração do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; Avaliação de Luminosidade com luxímetro; Avaliação de Ruído com Dosímetro; Avaliação qualitativa de poeira; Avaliação qualitativa de produtos químicos.

VALOR: R\$ 1.100,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (17) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00.0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 13/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 13/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: CALDIERARO E SILVA SAUDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA ME

OBJETO: Elaboração do PCMSO - programa de controle médico de saúde ocupacional por médico do trabalho; emissão de ASO - atestado de saúde ocupacional para exame admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, demissional e abono de atestado.

VALOR: R\$ 2.460,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (17) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

PASSO DE TORRES, 05 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 14/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 14/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO / FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS

OBJETO: PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DOS ATOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/ SC.

VALOR: R\$ 3.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (17) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

PASSO DE TORRES, 23 DE JANEIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 15/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 15/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: VITAL PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição de Fitas para a verificação de glicemia capilar para atender as necessidades das unidades de saúde do município no ano de 2015, conforme adesão a Licitação nº 2322/2014, na modalidade de Pregão (Presencial), Processo PSES nº 24625/2014 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/Fundo.

VALOR: R\$ 13.680,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (17) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

PASSO DE TORRES, 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 16/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 16/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: WGS SISTEMA LTDA - ME

OBJETO: LOCAÇÃO DO SISTEMA AL - SIGA (AL - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE)

VALOR: R\$ 6.600,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (17) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

PASSO DE TORRES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO 1-01/2015 FMS

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: MARVI COM. DE COMBUSTIVEL LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL E ÓLEO S10)

VALOR: Combustível (óleo diesel) fica aditivado em 0,25 centavos, valor inicial R\$ 2,66 passando para R\$ 2,91 preço por litro, e gasolina comum fica aditivado em 0,42 centavos, valor inicial R\$ 3,10 passando para R\$ 3,52 preço por litro, o diesel S10 fica aditivado em 0,20 centavos, valor inicial 2,84 passando para R\$ 3,04 por litro.

PASSO DE TORRES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação

Objeto: Manutenção do sistema de som do plenário da Câmara de Vereadores.

Contratada: Alencar Leffa Policarpo ME CNPJ: 05.812.411/0001-03

Processo Administrativo: 01/2015

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 24 de março de 2015.

Pedro Paulo Bitencourt

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Passos Maia**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 0033/2015**

EXTRATO CONTRATO n. 0033/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0020/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0013/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: AGROPECUÁRIA DRESCH LTDA ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de 500 (quinhentos) horas durante todo o período de vigência deste instrumento, de serviços com Trator de Esteira, com peso operacional igual ou superior a 13 toneladas, equipado com relógio para controle de horas, lâmina e garfo frontal, em perfeitas condições operacionais, conforme cronograma de trabalho a ser estabelecido oportunamente pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Valor: Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), relativo às 500 (quinhentas horas) durante todo o período de vigência do contrato

Vigência: Presente contrato vigorará após sua assinatura vigorando até 30 de setembro de 2015.

Passos Maia, SC, 24 de março de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 0034/2015

EXTRATO CONTRATO n.0034/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0014/2015

CHAMADA PUBLICA n. 0001/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES FAMILIARES DE PASSOS MAIA, SC - COPERFAM

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o exercício de 2015 do município de Passos Maia - SC.

Valor: Pelos produtos a serem entregues a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de R\$ 58.698,50 (cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 24 de março de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****3º TERMO ADITIVO Nº 35/2015 -PMP**

3º Termo aditivo nº 35/2015- PMP

Ao Contrato nº 198/2013 PMP

Licitação: Processo Adm. nº 67/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 07/2013 - PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Nereu Ramos, nº 19, salas 01 e 02, Centro - Penha/SC.

Os signatários deste instrumento do 3º Termo aditivo nº 35/2015, de um lado, José Jader Domingues Leal, portador da carteira de identidade de nº 5.661.134 SSP/SC e inscrito no CPF de nº 049.749.648-87, residente e domiciliado à Rua Nilo Anastácio Vieira, 10, Centro, Penha/SC e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Mário Guaracy de Souza, E.E Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 198/2013 PMP fica aditado do dia 19.03.2015 até o dia 19.03.2016.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato administrativo nº 198/2013 PMP ficará reajustado para R\$ 1.671,09 (Um mil, seiscentos e setenta e um reais e zero nove centavos) mensais, conforme índice IPCA(IBGE).

Cujo pagamento correrá por conta da seguinte dotação:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal da Administração

Unidade: 03.01 - Departamento de Técnico Administrativo

Funcional: 04.122.0002 - Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção e Funcionamento do Departamento Técnico Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Código reduzido: 000027

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 24 de Março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

E.E PREFEITO

JOSÉ JADER DOMINGUES LEAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

CPF: 095.172.079-13

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015 – PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015 - PMP
Pregão Presencial nº 08/2015 - PMP, Processo Licitatório nº 13/2015 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA SER INSTALADO NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

Assinatura da Ata: 24/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: RODRIGUES DO AMARAL E AMARAL LTDA-ME

Valor R\$:11.705,00 (onze mil, setecentos e cinco reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site www.penha.sc.gov.br

Mário Guaracy de Souza

E.E Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 309/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 309/2015 - RH/PMP

Contratado (A) MICHELI APARECIDA DA SILVA, na função de Servente/Merendeira, início em 24/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 24 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 310/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 310/2015 - RH/PMP

Contratado (A) VANDERLEIA DE BORBA, na função de Servente/Merendeira, início em 25/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 25 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 311/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 311/2015 - RH/PMP

Contratado (A) MINERVINA DOS SANTOS TAVARES, na função de Servente/Merendeira, início em 25/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 25 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 312/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 312/2015 - RH/PMP

Contratado (A) KARINA SANDRA TOMAZ, na função de Servente/Merendeira, início em 25/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 25 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 51/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 51/2015 - RH/FMS

Contratado (A): BEM-HUR JUNQUEIRA DE BARROS, na função de Médico Plantonista, início em 23/03/2015 e término em 22/03/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 23 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 52/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 52/2015 - RH/FMS

Contratado (A): WALNER GARCIA CLAJUS OLIVEIRA, na função de Médico Plantonista, início em 23/03/2015 e término em 22/03/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 23 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2274/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2274/2015

EXONERA: a Sra. DENISE ISBEL SAGÁS GONÇALVES, do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, da Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, da Secretaria de Educação a contar desta data.

Penha/SC, 24 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

DISPÕE SOBRE PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE PENHA GESTÃO 2016/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMCAD PENHA /SC

Dispõe sobre o Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Penha Conforme Resolução Nº002/2012 de 25 de janeiro de 2012

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC-COMCAD, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº .8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº1.268 de 25 de agosto de 1993, e considerando a deliberação datada de 25 de janeiro de 2012.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Comissão Especial Eleitoral do COMCAD para realização das Eleições do Conselho Tutelar de Penha - Gestão 2016/2019.

Art.2º. A Comissão será paritária e formada por dois conselheiros governamentais e dois conselheiros não-governamentais:

- Antonio Bertoldi - Rotary Club - Presidente do COMCAD - Iana Carla Pinto - Secretaria Municipal de Saúde - Almir Rogério dos Santos - Secretaria de Fazenda e Tributação - Rosiane do Carmo Souza de Souza - Coordenadora do Instituto Beto Carrero

Art.3º. A comissão especial eleitoral terá as seguintes atribuições:

I - analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar , no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação , candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios; II - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito , que firmarão compromisso de respeitá-las , sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local ; III - estimular e facilitar o encaminhamento de notícia de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem ; IV - analisar e decidir , em primeira instância administrativa ,os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação ;

V - providenciar a confecção das cédulas de votação ,conforme modelo a ser aprovado , se for o caso ;

VI - escolher e divulgar os locais de votação;

VII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos público municipais , os mesários e escrutinadores ,bem como seus respectivos suplentes , que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação , na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração; VIII - divulgar, imediatamente após a apuração , o resultado oficial da votação; e

IX - resolver os casos omissos.

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 16 de março de 2015.

Antônio Bertoldi

Presidente COMCAD/Penha

Peritiba**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 18/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 10/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 18/2015 - Pregão Presencial 10/2015.

Objeto: Contratação de empresa para implementação de um programa de melhoria contínua do desempenho da Administração Municipal, com ênfase à qualidade dos serviços oferecidos à população, relacionamento - interno e externo - e atendimento ao público.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 06/04/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até as 08h15min do dia 06/04/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 25 de Março de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 19/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 11/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 19/2015 - Pregão Presencial 11/2015.

Objeto: Aquisição de 1 kit de captura de imagem (WebCam, coletor de assinatura, coletor de digital) para utilização na emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS informatizada, 15 suporte para monitor para Secretaria da Administração e 1 Microcomputador para o Centro Educacional Professor José Arlindo Winter.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 06/04/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 06/04/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

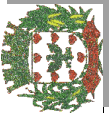
Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 25 de Março de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2015



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença
3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	1.794.665,54				1.794.665,54				1.794.665,54		1.794.672,30		10.768.000,00	
3.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	864.343,12				864.343,12				864.343,12		864.344,40		5.186.060,00	
3.1.71.0.0.0.0.0.0.0.0	Transf. a Consórcios Públicos	5.456,62				5.456,62				5.456,62		5.456,90		32.740,00	
3.1.90.0.0.0.0.0.0.0.0	Aplicacoes Diretas	858.886,50				858.886,50				858.886,50		858.887,50		5.153.320,00	
3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	8.999,98				8.999,98				8.999,98		9.000,10		54.000,00	
3.2.90.0.0.0.0.0.0.0.0	Aplicacoes Diretas	8.999,98				8.999,98				8.999,98		9.000,10		54.000,00	
3.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	921.322,44				921.322,44				921.322,44		921.327,80		5.527.940,00	
3.3.20.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferencias a Uniao	21.666,66				21.666,66				21.666,66		21.666,70		130.000,00	
3.3.50.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	148.783,16				148.783,16				148.783,16		148.784,20		892.700,00	
3.3.71.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências a Consórcios Públicos	8.059,96				8.059,96				8.059,96		8.060,20		48.360,00	
3.3.90.0.0.0.0.0.0.0.0	Aplicacoes Diretas	742.146,00				742.146,00				742.146,00		742.150,00		4.452.880,00	
3.3.93.0.0.0.0.0.0.0.0	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	666,66				666,66				666,66		666,70		4.000,00	
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	303.666,12				303.666,12				303.666,12		303.669,40		1.822.000,00	
4.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	INVESTIMENTOS	234.582,86				234.582,86				234.582,86		234.585,70		1.407.500,00	
4.4.50.0.0.0.0.0.0.0.0	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	9.499,96				9.499,96				9.499,96		9.500,20		57.000,00	
4.4.71.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências a Consórcios Públicos	333,32				333,32				333,32		333,40		2.000,00	
4.4.90.0.0.0.0.0.0.0.0	Aplicacoes Diretas	224.749,58				224.749,58				224.749,58		224.752,10		1.348.500,00	
4.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	INVERSOES FINANCEIRAS	39.999,94				39.999,94				39.999,94		40.000,30		240.000,00	
4.5.90.0.0.0.0.0.0.0.0	Aplicacoes Diretas	39.999,94				39.999,94				39.999,94		40.000,30		240.000,00	
4.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	AMORTIZACAO DA DIVIDA	29.083,32				29.083,32				29.083,32		29.083,40		174.500,00	
4.6.90.0.0.0.0.0.0.0.0	Aplicacoes Diretas	29.083,32				29.083,32				29.083,32		29.083,40		174.500,00	
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66				4.166,66				4.166,66		4.166,70		25.000,00	
9.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66				4.166,66				4.166,66		4.166,70		25.000,00	
9.9.99.0.0.0.0.0.0.0.0	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.166,66				4.166,66				4.166,66		4.166,70		25.000,00	
Total Geral		2.102.498,32				2.102.498,32				2.102.498,32		2.102.508,40		12.615.000,00	

PERITIBA , 30/01/2015

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

VANDERLEI ROBERTO PICININI
Contador CRC-023918-SC

METAS BIMETRAIS DE ARRECAÇÃO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA**

Metas Bimetais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: PERITIBA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	2.929.372,38	2.386.696,44	2.729.018,32	2.343.042,90	2.274.211,52	3.050.964,44	15.713.306,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.909.830,93	2.362.492,41	2.693.266,04	2.316.951,13	2.251.169,29	3.019.596,20	15.553.306,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	40.206,88	52.860,97	129.738,24	32.943,47	32.463,39	63.287,05	351.500,00
4.1.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	16.782,69	13.704,82	117.845,96	29.512,29	28.576,09	59.578,15	266.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	15.358,18	12.097,42	116.266,93	27.437,30	26.629,81	57.210,36	255.000,00
4.1.1.1.2.01.00.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rur	0,00	0,00	76.396,92	10.744,78	1.314,48	1.543,82	90.000,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. U	0,00	0,00	45.937,84	6.343,53	790,36	928,27	54.000,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. U	0,00	0,00	19.140,83	2.643,10	329,31	386,76	22.500,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. U	0,00	0,00	11.318,25	1.758,15	194,81	228,79	13.500,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer	4.703,86	6.056,17	33.770,86	5.687,06	15.504,73	44.277,32	110.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRFF s/ os Rendimentos do Trabalho - 6	2.822,31	3.633,69	20.262,52	3.412,23	9.302,85	26.566,40	66.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRFF s/ os Rendimentos do Trabalho - 2	1.175,97	1.514,05	8.442,71	1.421,77	3.876,17	11.069,33	27.500,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRFF s/ os Rendimentos do Trabalho - 1	705,58	908,43	5.065,63	853,06	2.325,71	6.641,59	16.500,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imo	10.654,32	6.041,25	6.099,15	11.005,46	9.810,60	11.389,22	55.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im	6.392,59	3.624,76	3.659,49	6.603,27	5.886,36	6.833,53	33.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im	2.663,58	1.510,31	1.524,79	2.751,37	2.452,65	2.847,30	13.750,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im	1.598,15	906,18	914,87	1.650,82	1.471,59	1.708,39	8.250,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.424,51	1.607,40	1.579,03	2.074,99	1.946,28	2.367,79	11.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natur	1.424,51	1.607,40	1.579,03	2.074,99	1.946,28	2.367,79	11.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat.	855,02	965,22	945,26	1.245,34	1.168,09	1.421,07	6.600,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Naturezi	356,30	401,46	394,00	519,07	486,87	592,30	2.750,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Naturezi	213,19	240,72	239,77	310,58	291,32	354,42	1.850,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	23.424,19	39.156,15	11.892,28	3.431,18	3.887,30	3.708,90	85.500,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	23.424,19	30.100,62	4.624,84	3.431,18	2.942,83	2.576,34	67.100,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitári	1.003,49	3.655,01	1.024,15	730,95	386,69	299,71	7.100,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/I	21.985,50	25.822,91	2.779,33	1.796,11	1.524,25	1.091,90	55.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	435,20	622,70	821,36	904,12	1.031,89	1.184,73	5.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	9.055,53	7.267,44	0,00	944,47	1.132,56	18.400,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	0,00	9.055,53	7.267,44	0,00	944,47	1.132,56	18.400,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Expediente	0,00	0,00	7.267,44	0,00	0,00	1.132,56	8.400,00
4.1.1.2.2.99.02.01.00.00	Taxa de Expediente	0,00	0,00	7.267,44	0,00	0,00	1.132,56	8.400,00
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Taxa de Outros Serviços	0,00	9.055,53	0,00	0,00	944,47	0,00	10.000,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.616,43	23.675,50	22.215,70	17.860,01	22.876,57	21.755,79	132.000,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	161,60	434,40	596,00	0,00	323,22	484,78	2.000,00
4.1.2.1.0.38.00.00.00.00	Contrib Social sobre o Lucro das Pessoas	161,60	434,40	596,00	0,00	323,22	484,78	2.000,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuições para o FIA	161,60	434,40	596,00	0,00	323,22	484,78	2.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO C	23.454,83	23.241,10	21.619,70	17.860,01	22.553,35	21.271,01	130.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminaçã	23.454,83	23.241,10	21.619,70	17.860,01	22.553,35	21.271,01	130.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	9.762,00	13.116,57	8.269,24	9.618,70	4.789,94	4.443,55	50.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	9.762,00	13.116,57	8.269,24	9.618,70	4.789,94	4.443,55	50.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	9.762,00	13.116,57	8.269,24	9.618,70	4.789,94	4.443,55	50.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinc	9.762,00	13.116,57	8.269,24	9.618,70	4.789,94	4.443,55	50.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rend. Aplicação - Recursos não Vinculad	9.762,00	13.116,57	8.269,24	9.618,70	4.789,94	4.443,55	50.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3

Município: PERITIBA

Exercício de 2015

[illegible]

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: PERITIBA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.	3.662,72	6.353,75	5.449,84	5.449,84	5.449,84	6.334,01	32.700,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C	2.197,62	3.812,26	3.269,90	3.269,90	3.269,91	3.800,41	19.620,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C	915,68	1.588,43	1.362,46	1.362,46	1.362,46	1.583,51	8.175,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C	549,42	953,06	817,48	817,48	817,47	950,09	4.905,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	681.964,82	686.279,76	684.464,02	684.837,80	713.487,60	761.566,00	4.212.600,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	658.104,27	672.377,41	671.961,67	673.249,07	721.937,28	749.970,30	4.147.600,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	367.231,85	372.400,04	373.313,77	363.326,50	400.480,59	433.247,25	2.310.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	152.993,33	155.146,49	155.652,55	151.366,32	166.845,16	180.496,15	962.500,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	91.795,98	93.087,88	93.391,53	90.819,77	100.107,10	108.297,74	577.500,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	22.101,72	26.232,18	24.378,80	28.264,76	26.768,56	10.253,98	138.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	9.133,06	10.779,30	10.219,50	11.848,47	11.221,24	4.298,43	57.500,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	5.479,83	6.467,60	6.131,70	7.109,08	6.732,75	2.579,04	34.500,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60	4.853,76	4.596,43	5.324,29	5.293,30	5.493,59	6.478,63	32.040,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25	2.022,40	1.915,18	2.218,45	2.205,54	2.289,00	2.699,43	13.350,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15	1.213,45	1.149,11	1.331,08	1.323,32	1.373,39	1.619,65	8.010,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio F	1.278,89	603,20	0,00	11.692,01	625,90	0,00	14.200,00
4.1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compem. Finan. (25%	23.693,89	13.735,69	12.335,69	6.867,85	-8.833,12	4.200,00	52.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.01	Farmácia Basica Estado	2.800,00	2.800,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	4.200,00	14.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.02	Cies - Cofinanciamento em Saúde	20.893,89	10.935,69	10.935,69	5.467,85	-10.233,12	0,00	38.000,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transf. do SUAS Estado	0,00	0,00	0,00	4.554,22	216,78	7.229,00	12.000,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.01	Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	4.554,22	216,78	7.229,00	12.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências da União	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENT	198.862,74	190.476,03	199.761,14	173.652,35	214.141,60	213.106,14	1.190.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.01.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	119.317,63	114.285,63	119.856,69	104.191,42	128.484,96	127.863,67	714.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.02.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	79.545,11	76.190,40	79.904,45	69.460,93	85.656,64	85.242,47	476.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	18.908,54	23.161,52	19.573,23	18.904,48	9.452,23	90.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Enti	0,00	18.908,54	23.161,52	19.573,23	18.904,48	9.452,23	90.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin. Programas d	0,00	18.908,54	23.161,52	19.573,23	18.904,48	9.452,23	90.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.996,01	16.579,45	19.723,45	13.543,20	13.947,48	24.426,41	106.216,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.765,66	2.439,63	2.084,93	2.585,04	2.602,54	3.042,20	14.520,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	52,14	246,16	167,90	256,69	243,76	353,35	1.320,00
4.1.9.1.1.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Imp. Propriedade Ter	0,00	0,00	24,04	56,75	42,89	96,32	220,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	0,00	0,00	14,42	34,03	25,73	57,82	132,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	0,00	0,00	6,00	14,17	10,72	24,11	55,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	0,00	0,00	3,62	8,55	6,44	14,39	33,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	52,14	246,16	143,86	199,94	200,87	257,03	1.100,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributo	31,25	147,74	86,26	119,93	120,54	154,28	660,00
4.1.9.1.1.99.02.00.00.00	Parc. - Multas e Juros de Mora de Outros	12,99	61,56	35,92	49,94	50,23	64,36	275,00
4.1.9.1.1.99.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	7,90	36,86	21,68	30,07	30,10	38,39	165,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos T	825,65	1.131,26	1.142,77	1.174,26	816,35	1.109,71	6.200,00
4.1.9.1.3.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTR	825,65	1.131,26	1.142,77	1.174,26	816,35	1.109,71	6.200,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - €	93,13	125,47	216,44	112,63	86,08	26,25	660,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: PERITIBA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 2 ^o	38,80	52,28	90,18	46,93	35,86	10,95	275,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 1 ^o	23,30	31,35	54,11	28,17	21,52	6,55	165,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 6 ^o	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	60,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 2 ^o	4,16	4,16	4,16	4,16	4,16	4,20	25,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 1 ^o	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	15,00
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tril	398,58	541,98	458,09	580,51	392,79	628,05	3.000,00
4.1.9.1.3.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tril	159,45	227,20	192,03	243,35	164,65	263,32	1.250,00
4.1.9.1.3.99.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tril	95,73	136,32	115,26	146,01	98,79	157,89	750,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	253,27	378,38	281,69	421,11	506,34	659,21	2.500,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	253,27	378,38	281,69	421,11	506,34	659,21	2.500,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	634,60	683,83	492,57	732,98	1.036,09	919,93	4.500,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	634,60	683,83	492,57	732,98	1.036,09	919,93	4.500,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVÍDUA ATIVA	13.534,66	10.947,45	5.454,33	4.469,55	4.670,19	4.923,82	44.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributária	9.368,00	6.780,79	1.287,67	302,89	503,53	757,12	19.000,00
4.1.9.3.1.06.00.00.00.00	Receita da Div. Ativa do Imposto s/ Exporte	333,37	370,70	732,40	302,89	503,53	757,11	3.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	200,02	222,42	439,43	181,73	302,13	454,27	1.800,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	83,34	92,67	183,10	75,72	125,88	189,29	750,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	50,01	55,61	109,87	45,44	75,52	113,55	450,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	9.034,63	6.410,09	555,27	0,00	0,00	0,01	16.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo:	5.451,56	3.817,73	330,71	0,00	0,00	0,00	9.600,00
4.1.9.3.1.99.02.00.00.00	Parc. - Receita da Dívida Ativa de Outros	2.239,60	1.620,06	140,33	0,00	0,00	0,01	4.000,00
4.1.9.3.1.99.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos - 15%	1.343,47	972,30	84,23	0,00	0,00	0,00	2.400,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rei	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	2.695,69	3.192,37	12.184,19	6.488,61	6.674,75	16.460,39	47.696,00
4.1.9.9.0.27.00.00.00.00	Disponibilidades de Recursos do Fundo Sc	2.695,69	3.192,37	12.184,19	6.488,61	6.674,75	16.460,39	47.696,00
4.1.9.9.0.99.99.00.00.00	Outras Receitas Diversas	2.695,69	3.192,37	12.184,19	6.488,61	6.674,75	16.460,39	47.696,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	19.541,45	24.204,03	35.752,28	26.091,77	23.042,23	31.368,24	160.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	19.541,45	24.204,03	35.752,28	26.091,77	23.042,23	31.368,24	160.000,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	17.882,55	20.185,04	34.193,82	24.332,44	22.037,91	31.368,24	150.000,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Benf	17.882,55	20.185,04	34.193,82	24.332,44	22.037,91	31.368,24	150.000,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	1.658,90	4.018,99	1.558,46	1.759,33	1.004,32	0,00	10.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-460.320,86	-373.808,77	-431.119,78	-358.497,29	-357.878,42	-451.680,88	-2.433.306,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-460.320,86	-373.808,77	-431.119,78	-358.497,29	-357.878,42	-451.680,88	-2.433.306,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-460.320,86	-373.808,77	-431.119,78	-358.497,29	-357.878,42	-451.680,88	-2.433.306,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-460.320,86	-373.808,77	-431.119,78	-358.497,29	-357.878,42	-451.680,88	-2.433.306,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências d	-329.755,02	-239.648,69	-297.026,19	-226.479,37	-212.981,24	-300.815,49	-1.606.706,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências d	-329.023,28	-238.379,32	-295.937,41	-225.390,59	-211.892,47	-299.542,93	-1.600.166,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação F	-329.019,58	-238.378,03	-295.936,19	-225.389,34	-211.737,85	-299.539,01	-1.600.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUN	-3,70	-1,29	-1,22	-1,25	-154,62	-3,92	-166,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Desi	-731,74	-1.269,37	-1.088,78	-1.088,78	-1.088,77	-1.272,56	-6.540,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos	-130.565,84	-134.160,08	-134.093,59	-132.017,92	-144.897,18	-150.865,39	-826.600,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PERITIBA - PREFEITURA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: PERITIBA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência de	-130.565,84	-134.160,08	-134.093,59	-132.017,92	-144.897,18	-150.865,39	-826.600,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUI	-121.876,75	-124.239,29	-124.573,90	-121.216,82	-133.615,75	-144.477,49	-770.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do F	-7.301,60	-8.632,77	-8.086,70	-9.363,18	-9.214,51	-3.401,24	-46.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUI	-1.387,49	-1.288,02	-1.432,99	-1.437,92	-2.066,92	-2.986,66	-10.600,00
TOTAL GERAL:		2.469.051,52	2.012.887,67	2.297.898,54	1.984.545,61	1.916.333,10	2.599.283,56	13.280.000,00

PERITIBA , 30/01/2015

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

VANDERLEI ROBERTO PICININI
Contador CRC-023918-SC

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

O Município de Pinheiro Preto, através do Prefeito Municipal, faz saber a todos os interessados, que o edital de processo seletivo nº 02/2015, passou a vigorar com as seguintes alterações:

Fica incluída a seguinte função:

- Profissional de Apoio I, 20 horas semanais, com remuneração de R\$ 739,43.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 10/04/2015, licitação modalidade Pregão Presencial nº 021/2015. Objeto: Aquisição de um Rolo Compactador de Solo. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO, NO DIA 10/04/2015, CUJO CREDENCIAMENTO OCORRERÁ das 09:45 às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.186, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.186, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

03	Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
3001	Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
3001.10	Saúde
3001.10.301	Atenção Básica
3001.10.301.9	Saúde com Qualidade
3001.10.301.9.2.53	Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - Estado
3390-0000	Aplicações Diretas
.....	R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0338

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) conforme abaixo discriminado;

03	Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
3001	Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
3001.10	Saúde
3001.10.301	Atenção Básica
3001.10.301.9	Saúde com Qualidade
3001.10.301.9.2.53	Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - Estado
4490-0000	Aplicações Diretas
.....	R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0338

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.194, DE 23 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.194, DE 23 DE MARÇO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte NATALICIO ANTONIO BETTEGA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 296.596.049-04, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Centro, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 018/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de Março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114, DE 11 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 114, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 018/2015 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a contratação de farmacêutica através da Portaria nº 113 de 11 de março de 20105, bem como o fato de ainda não ter sido realizado o certame, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 018/2015, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

CANCELA CONTRATO Nº 178/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que referido contrato não chegou a ser firmado,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado sem efeito o nº de contrato 178/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119 DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 119 DE 23 DE MARÇO DE 2015

EXONERA SIRLEI APARECIDA DENARDI, EXERCENTE DE FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, SIRLEI APARECIDA DENARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 077.787.139-42, da função em caráter temporário de Profissional de Apoio I - ÁREA II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de Março de 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 121, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SIRLEI APARECIDA DENARDI PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR REGENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SIREI APARECIDA DENARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 077.787.139-42, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente para educação infantil e ensino fundamental - Área I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 20 de março de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de março DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA OLIVETE VESCOVI DALL'BOSCO PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFISSIONA DE APOIO II.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear OLIVETE VESCOVI DALL'BOSCO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº. 484.221.779-00, para exercer a função em caráter temporário de Profissional de Apoio II, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 23 de março de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de março DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 120, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 120, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA, 01 (Hum) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente período aquisitivo de março de 2008 a março de 2013, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 23/03/2015 a 22/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 23 de março DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2013.

IVAN BOGONI, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais: Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e promulgou o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art.1º - Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto -SC, referente ao exercício de 2013, conforme Parecer MPJTC nº 27134/2014, exarado no Processo Nº PCP 14/00122900 pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, 24 DE MARÇO de 2015.

IVAN BOGONI

Presidente

ALDIR RECH

Vice- Presidente

MAURO NEY OSMARIN

1º Secretário

ODAIR VAILATTI

2º Secretário

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 020/2015.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS DE ALINHAMENTOS E DEMARCAÇÃO DE PROPRIEDADES LINDEIRAS AS VIAS PÚBLICAS E LEVANTAMENTO / ELABORAÇÃO DE PROJETOS TOPOGRÁFICOS DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, TAIS COMO: PROJETOS DE LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO, LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO, DESMEMBRAMENTO, UNIFICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE ÁREA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.
Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 09/04/2015.
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 09/04/2015.
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 25 de Março de 2015.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE

1º RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 06/2015

I RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2015

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que ALTERA:

Página 01 do Edital

Onde se lê:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h:00 min. do dia 01/04/2015.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 27/03/2015 às 08h:01min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10h:00 min. do dia 01/04/2015.

Leia-se:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h:00 min. do dia

01/04/2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 01/04/2015 às 08h:01min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10h:00 min. do dia 01/04/2015.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e para que este produza os seus efeitos conforme Lei 8.666/93, art. 21, III, § 4, mantendo-se a mesmas datas e horário fixados.

Os interessados poderão obter maiores informações no Departamento de Licitações e Compras do SAMAE - POMERODE e no endereço eletrônico: www.bll.org.br e pomerode.sc.gov.br ou 3387 2550

Pomerode, 24 de Março de 2015.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 010/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2015- FMS PREGÃO PRESENCIAL
N.º 09/2015 - FMS

O Município de

Ponte Serrada, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DE FORMA PARCELADA, PARA SER UTILIZADO CONFORME A NECESSIDADE NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 13/04/2015.

Abertura: às 14h00min horas do dia 13/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 24 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 032/2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0032/2015 DISPENSA de Licitação nº 005/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de concurso público referente a eleição do Conselho Tutelar de Ponte Serrada/SC, conforme requisição da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: INSTITUTO BARRIGA VERDE

Endereço: Taió - Santa Catarina CEP: 89190-000

CNPJ: 08.072.361/0001-55

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93
Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: de 24 de março a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 24 de março de 2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

LC 171/2015 (REFIS)

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a recuperação de créditos da Fazenda

Pública Municipal e a regularização fiscal dos contribuintes que se encontram em situação de inadimplência.

Art. 2º. O REFIS consiste na consolidação de todos os débitos das pessoas físicas e jurídicas, independentemente de sua origem, vencidos até 31/12/2014, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado e o saldo de parcelamentos anteriores.

Art. 3º. O ingresso ao Programa REFIS dar-se-á através da livre opção do sujeito passivo.

§ 1º - A opção poderá ser formalizada até o dia 30/07/2015.

§ 2º - O sujeito passivo deverá, por ocasião da opção, relacionar todos os débitos tributários ainda não confessados ou autuados.

§ 3º- Os débitos existentes em nome do optante, bem como aqueles relacionados na opção, serão consolidados tendo por base a data do pedido de ingresso no Programa REFIS.

§ 4º- A consolidação abrangerá todos os tributos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros moratórios, correção monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em dívida ativa, qualquer que seja a fase de cobrança.

§ 5º- Para fins de consolidação, os juros de mora e as multas serão reduzidos, na seguinte proporção:

a) 100% (cento por cento) para pagamento a vista;

b) 80% (noventa por cento) para parcelamento em até 15 vezes;

c) 40% (quarenta por cento) para parcelamento em até 24 vezes;

§ 6º - A pessoa jurídica que suceder a outra e for responsável por tributos devidos pela sucedida, na hipótese dos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional, deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

Art. 4º. A opção pelo REFIS sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido;

III - autorização de acesso irrestrito aos fiscais e agentes municipais, às informações relativas à movimentação financeira, ocorrida a partir da data da opção, respeitada a legislação aplicável;

IV- pagamento regular de todas as parcelas de débitos não incluídos na consolidação, bem assim aqueles decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente.

Art. 5º. O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo, à qual caberá:

I - elaborar formulário especial sob o título TERMO DE OPÇÃO/REFIS, contendo, além da opção, campos próprios destinados à apuração, consolidação e confissão de débitos;

II - receber e processar os termos de opção;

III - conferir as informações e, no caso de dúvidas, poderá diligenciar junto ao requerente, quer requisitando sua escrituração contábil, livro caixa, talonários de notas fiscais, declaração de rendimentos para Receita Federal, contratos e outros documentos idôneos que entender necessários, quer investigando diretamente onde se encontrarem tais documentos.

Art. 6º. O sujeito passivo, optante pelo REFIS será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas no art.4º;

II - constatação, caracterizada por lançamento de ofício de débito não incluído na confissão, desde que configurado o dolo do contribuinte, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias,

contados da ciência do lançamento ou decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

III - declaração de insolvência ou decretação de falência ou, ainda, extinção por liquidação da pessoa jurídica;

IV - prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

§ 1º - A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

§ 2º - Da decisão que excluir o optante do REFIS caberá recurso para o Chefe do Executivo Municipal.

Art. 7º. Considera-se ínfimo, para efeitos de cancelamento na forma prevista no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal n. 101/2000, os débitos cujo valor por exercício financeiro seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 8º. Ficam remidos todos os créditos, inscritos ou a inscrever em dívida ativa, relativos ao mesmo contribuinte, declarados ou devidos por estimativa, até a data da publicação desta Lei, desde que o somatório dos seus valores, seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único: A remissão de que trata o caput deste artigo estende-se aos créditos tributários que já estão sendo cobrados judicialmente, ficando autorizado o requerimento de extinção do processo, com base no art. 794, II, do CPC.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2015 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública - 003/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, compreendendo: Remoção de resíduos orgânicos, capinação, roçada manual e mecanizada, limpeza de lixeiras de ruas, pinturas de bancos, rótulas, meio fios, pontes, postes e demais locais determinados pela Secretaria de Obras do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I (Termo de Referência) do Edital.

Recebimento das Propostas: Até as 09:00 horas do dia 23/04/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 23/04/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

PREGÃO – 014/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - 014/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de levantamento patrimonial do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I (Termo de Referência) do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 07/04/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 07/04/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 013.2015**

RESOLUÇÃO Nº 013/2015

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea "j" do Regimento Interno e artigo 115, §1º da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica Constituída a Comissão Especial pelo prazo de 30 (trinta) dias, a fim de apurar possível crime de responsabilidade do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - O escopo de constituição desta Comissão Especial é a possível prática de crime de responsabilidade prevista no artigo 1º, inciso XIV do Decreto Lei nº 201/67, que tipifica como crime, negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.

ART. 2º - A possível prática do crime de responsabilidade tipificado acima, decorre-se da publicação do Decreto Municipal nº 1319/2015, onde institui as Secretarias Municipais de Comunicação e Secretaria Municipal de Participação Popular, além de definir atribuições aos secretários, sem a devida observância do disposto no artigo 57, inciso V da Lei Orgânica Municipal, que menciona a competência do Poder Legislativo dispor sobre a aludida matéria.

ART. 3º - A Comissão Especial será composta de três Vereadores, sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Relator e 01 (um) Membro.

ART. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de março de 2015.
Jonas Amadeu Raulino
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 014.2015

RESOLUÇÃO Nº 014/2015

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea "j" do Regimento Interno e artigo 115, §1º da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Nos termos da Resolução nº 013/2015, fica composta pelos seguintes membros, a Comissão Especial:

I- Presidente: Frank Max Marques - PTB

II- Relator: Elias Cabral - SD

III- Membro: João Mendes - PP

ART. 2º - Fica também nomeado como Membro Técnico do Poder Legislativo, com o intuito de assessorar juridicamente os trabalhos da presente Comissão, o Drº João José da Cruz Neto, inscrito na OAB/SC 22590, ocupante do cargo de Diretor Jurídico.

ART. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de março de 2015.
Jonas Amadeu Raulino
Presidente

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 683/2015

DECRETO Nº 683, de 24 de março 2015.

Nomeia Grupo de Trabalho, com vistas à elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Grupo de Trabalho, composto por servidores públicos e representantes da sociedade civil, abaixo relacionados, tendo a responsabilidade de coordenar, acompanhar e encaminhar ações com vistas à elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme disposto na Legislação Federal:

I- Pyerre Castellano Pereira - Secretaria Municipal de Administração e Esporte;

II- Adriana Weber - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável e Meio Ambiente;

III- Lubina Oleinik - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

IV- Adriely Aparecida de Brito - Secretaria Municipal de Educação;

V- Ricardo Dragoni - Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade;

VI- Cláudio Tilgner de Souza - Secretaria Municipal de Planejamento;

VII- Ocimar Olivetti - Secretaria Municipal de Saúde;

VIII- Guilherme Gaiovicz - Ecovale Tratamento de Resíduos Urbanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 026/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 026/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda. - EPP.

Objeto: Fornecimento de material de expediente para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental". Valor Total: R\$ 696,88 (Seis centos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 008/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de março de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda. - ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 027/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 027/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.

Objeto: Fornecimento de material de expediente para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental". Valor Total: R\$ 1.563,42 (Um mil quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 008/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de março de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Luis Kaminski - ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 028/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 028/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Recier José Gregório- ME.

Objeto: Fornecimento de material de expediente para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental". Valor Total: R\$ 2.020,20 (Dois Mil e vinte reais e vinte centavos).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 008/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de março de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Recier José Gregório - ME.

Contratada

PORTARIA N.º 247/2015 - RH

PORTARIA Nº 247, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de março a 16 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jorge Sérgio Schwartz, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, (Projeto Basquete do Futuro), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 244/2015 - RH

PORTARIA Nº 244, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Caroline Moysés de Souza, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 245/2015 - RH

PORTARIA Nº 245, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 02 de março de 2015 a 01 de março de 2016, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, Adriano Saldanha Baran, para o emprego público de Médico do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, para atender a demanda do sistema de saúde e em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde do Jardim Bela Vista, São Bernardo do Campo e Vice King, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 246/2015 - RH

PORTARIA Nº 246, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de março a 16 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rubens Ientz Junior, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Atleta do Futuro - PAF, conforme convenio firmado entre o Serviço Social da Indústria - Sesi Unidade Regional de Caçador e o município de Porto União.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 248/2015 - RH

PORTARIA Nº 248, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de março a 16 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, José Claudio Walkiu, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, (Projeto Futsal), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 249/2015 - RH

PORTARIA Nº 249, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de março a 16 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cordovan Frederico de Melo Neto, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, (Projeto Basquete do Futuro), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 250/2015 - RH

PORTARIA Nº 250, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Elisandro da Silva, aprovado em 26º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 251/2015 - RH

PORTARIA Nº 251, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Pela Vigilância Epidemiológica de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Maria Inês Stonoga Zielinski, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 059, de 22 de janeiro de 2013.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 252/2015 - RH

PORTARIA Nº 252, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Por Programas Institucionais de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Thais Aparecida Jung, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 253/2015 - RH

PORTARIA Nº 253, de 02 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de março a 01 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido

na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, José dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Augusto Gonçalves que se encontra em férias de 30 (trinta) dias.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 254/2015 - RH

PORTARIA Nº 254, de 03 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Anísia Kozakiewicz, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 255/2015 - RH

PORTARIA Nº 255, de 05 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sandra Bendlin Micalichen Budek, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 256/2015 - RH

PORTARIA Nº 256, de 06 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Terezinha Alves de Lima, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 257/2015 - RH

PORTARIA Nº 257, de 06 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, José Jucelino Homczynski, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 258/2015 - RH

PORTARIA Nº 258, de 06 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Luciano Sydlowski, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 260/2015 - RH

PORTARIA Nº 260, de 09 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR VACANCIA, de acordo com o Artigo 56, Inciso VIII, da Lei Municipal 2055/94, de uma vaga para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, em razão do falecimento da servidora Eliane Bradoski dos Santos, que a ocupava.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 261/2015 - RH

PORTARIA Nº 261, de 09 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Vandir Lucinei Schwarz, aprovado em 27º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 262/2015 - RH

PORTARIA Nº 262, de 09 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº

001/2013, Valdemar Pacheco Filho, aprovado em 28º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 263/2015 - RH

PORTARIA Nº 263, de 11 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 11 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Deividson Luiz Okopnik, ocupante do cargo de Técnico em Informática, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 264/2015 - RH

PORTARIA Nº 264, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 a 27 de março de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marina Antunes dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora contratada Angélica Sabriana Ferreira que está afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10%

do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Comezinho da Vida, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 265/2015 - RH

PORTARIA Nº 265, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 de março a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Arislaine Maria Polika, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão do pedido de rescisão de contrato de Anisia Kozakiewicz, a qual estava em vaga vinculada da professora Leila de Fátima Longo Ruaro que está exercendo a função de diretora de escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Jangada, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 266/2015 - RH

PORTARIA Nº 266, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 23 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daniele Angela Missau, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 267/2015 - RH

PORTARIA Nº 267, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de março a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora contratada Daniele Angela Missau, (Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em razão de pedido de exoneração da professora Cristiane Stefani Debacker e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2015.

Porto União, SC em 12 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 268/2015 - RH

PORTARIA Nº 268, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marla Kaline Schorr Jung, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Elaine de Oliveira Carvalho que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 269/2015 - RH

PORTARIA Nº 269, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de março a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Grazieli Tatiana Wollmann, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no recém-inaugurado Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 270/2015 - RH

PORTARIA Nº 270, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de março a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Silvana Aparecida Chagas Serpa, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Leonilda Blaskowski que passou a atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 271/2015 - RH

PORTARIA Nº 271, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de março a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido

na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daniela Renata Holovate, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Cleide Maria Rosa Gregório, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Berçário Maria Luiza Waldraff, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 272/2015 - RH

PORTARIA Nº 272, de 12 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de março a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Luciana Aparecida dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa AABB Comunidade com atividades pedagógicas.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2015.

Porto União - SC, em 12 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 273/2015 - RH

PORTARIA Nº 273, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 04 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de maio de 2003 a maio de 2008, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Wilson José Roiek, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 274/2015 - RH

PORTARIA Nº 274, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Cacia Regiane Ciukailo Schratzenstaller, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 275/2015 - RH

PORTARIA Nº 275, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 281, de 18 de fevereiro de 2013, que designa Marcelo Heimann para exercer o cargo de provimento em comissão Coordenador de Serviços do Distrito de Santa Cruz do Timbó.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 276/2015 - RH

PORTARIA Nº 276, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 097, de 01 de fevereiro de 2013, que designa Alfonso Vezaro para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Mecânica e Manutenção Pesada.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 277/2015 - RH

PORTARIA Nº 277, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 092, de 01 de fevereiro de 2013, que designa Artur Bolting para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Manutenção de Pontes e Galerias.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 278/2015 - RH

PORTARIA Nº 278, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Paula dos Santos Ramos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Fernanda Padilha Vaz Alves de Lima que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 279/2015 - RH

PORTARIA Nº 279, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de fevereiro a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria Claudiceia Braun, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Edi Aparecida de Lima Mitzko que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 280/2015 - RH

PORTARIA Nº 280, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Felipe Rosenthal Rabelo, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 281/2015 - RH

PORTARIA Nº 281, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de fevereiro a 09 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Emmanuela de Cassia Freitas Schumann, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Giceli Aparecida Gonçalves que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 282/2015 - RH

PORTARIA Nº 282, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de março a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Janete Ribas da Silva Godoy, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Adriane Sander Grossl que passou a atuar no apoio pedagógico, sendo 20 horas semanais no Núcleo Educacional da Lança e 10 horas semanais no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 283/2015 - RH

PORTARIA Nº 283, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marta dos Santos de Lima, para exercer as funções do cargo de Professor

Docente Educação Infantil com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 284/2015 - RH

PORTARIA Nº 284, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Siane Pereira Andreiov, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 285/2015 - RH

PORTARIA Nº 285, de 13 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Débora Rodrigues, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE em diversos Núcleos de Educação Infantil do município.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto aos Núcleos de Educação Infantil Castelo Encantado, Criança Feliz, Albertina Brauchner e Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 286/2015 - RH

PORTARIA Nº 286, de 16 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Marcelo Heimann, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Distrito de Santa Cruz do Timbó, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 287/2015 - RH

PORTARIA Nº 287, de 16 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Alfonso Vezaro, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Encarregado Geral de Mecânica e Manutenção Leves e Pesadas, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 288/2015 - RH

PORTARIA Nº 288, de 16 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Artur Bolting, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Superintendente de Manutenção de Pontes, Galerias e Obras Públicas, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 014/2015

PORTARIA Nº 014, de 23 de março de 2015.

Dispõe sobre a regulamentação das atividades relativas à política de administração de pessoal, através da Secretaria Municipal de Administração e Esporte, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "g" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Regular, a teor do disposto no Artigo 12 da Lei Municipal nº 1.764, de 27 de novembro de 1991, as atividades relativas à política de administração de pessoal através da Secretaria Municipal de Administração e Esporte, a qual compete, entre outras funções:

I- recrutar, selecionar, admitir e treinar o pessoal que virá a

pertencer ao quadro do Poder Executivo;

II- registrar a movimentação de pessoal, como registro de admissão ou demissão, anotações funcionais e remuneração;

III- providenciar o cumprimento das obrigações e encargos sociais, na forma estabelecida;

IV- elaborar e aplicar concurso público para a admissão de pessoal, necessário ao bom desempenho do Município;

V- realizar enquadramento e reenquadramento, transposição, promoção funcional, acesso, transferência e alteração de registro jurídico do pessoal pertencente ao quadro do Poder Executivo;

VI- controlar a carga horária e o ponto dos servidores municipais;

VII- promover sindicância, processos disciplinares e administrativos para apurar denúncia de possíveis irregularidades cometidas por servidor municipal;

VIII- conceder férias e licenças regulares;

IX- conceder mérito funcional e elogio após ato do Prefeito;

X- aplicar penalidades disciplinares ao servidor municipal incurso e lícito previsto em lei;

XI- lavrar apostilamentos funcionais;

XII- promover e executar os serviços relativos à segurança básica necessária ao trabalho;

XIII- desincumbir-se de outras atividades que lhe forem delegadas na forma da lei.

Art. 2º Sem prejuízo de atendimento às demais Secretarias, esta Portaria destina-se a dar conhecimento específico da legislação em epígrafe à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 015/2015

PORTARIA Nº 015, de 24 de março de 2015.

Dispõe sobre Designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 85 - A, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, sem ônus para o Município, a Servidora FERNANDA PAOLA STASIAK DE MOURA CAMARGO TORMA, Matrícula nº 5918/II/R, como Agente de Desenvolvimento Local junto ao SEBRAE, para monitoramento e aplicação da Lei Geral das Mídias e Pequenas Empresas, no Município de Porto União (SC).

Art. 2º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º O Agente de Desenvolvimento, no desempenho das suas atribuições, deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel

de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I- residir na área da comunidade em que atuar;
- II- haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e
- III- haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 3º Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

- I- articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Município;
- II- organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Município;
- III- identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- IV- montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- V- manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;
- VI- manter registro organizado de todas as suas atividades;
- VII- auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
- VIII- realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º Esta Portaria é regida especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências, no que lhe for complementar.

Art. 5º Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, sendo revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 003/2015- FAS
Pregão Presencial 003/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Mercado Kosera Ltda - ME,
Recier José Gregório - ME,
Regis Comércio de Brinquedos Ltda - ME,
Supera Uniformes Ind. E Com. Têxtil Ltda - ME.

Porto União SC, 24 de março de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 021/2015- Prefeitura
Pregão Presencial 008/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda. - EPP,
Luis Kaminski - ME,
Recier José Gregório - ME.

Porto União SC, 12 de março de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 013 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE POUSO REDONDO
EXTRATO CONTRATO

Pregão Presencial n. 01/2015
Contrato Nº. 013/2015

Objeto: Aquisição de uma carreta semirreboque basculante reta nova, 3 eixos, na cor branca, com capacidade mínima de 25m3, Okm, 2014 ou superior, reforçada, de alta resistência, para transporte de minérios, areia, brita, cascalho, rachão, etc., Conforme convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento.

Valor do contrato R\$ 84.500,00 (Oitenta e quatro mil e quinhentos reais).

Data assinatura: 05 de Março de 2015.

Pouso Redondo, 24 de Março de 2015.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

RESPOSTA HABILITAÇÃO CC 01 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545 1133
www.pousoredondo.sc.gov.br
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

RESPOSTA HABILITAÇÃO AO EDITAL CC Nº01/2015

Processo Licitatório n.º 04 /2015, Modalidade: Concorrência Pública tipo "menor preço Global"

Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de Quadra Poliesportiva coberta, com área total de 748,00m , a ser construída na Localidade de Alto Pombinhas.

Referente: HABILITAÇÃO.

As empresas METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, A.R.G INDUSTRIAL LTDA E CONSTRUTORA F&F LTDA ME, manifestaram na ata de pareceres expedida pela Comissão de Licitação, recurso, onde se questiona basicamente os seguintes itens do edital em epígrafe:

1) Insurge-se as empresas ora recorrente contra o Item 4 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 01), subitem 4.1, Letra L, que diz o seguinte:

l) Indicação do pessoal técnico para o acompanhamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, cuja equipe deverá ser composta, no mínimo, pelo proposto da obra exigido na letra k acima e, ainda, por um engenheiro de segurança do trabalho ou um técnico de Segurança do trabalho, um mestre de obras e um técnico em edificações, mediante apresentação de relação nominal acompanhada das respectivas carteiras de trabalho no caso de empregados ou contrato social ou certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, no caso de sócio.

Quanto ao pedido formulado pela empresa impugnante à de se

apresentar somente a este Lei nº 8.666/93 do qual todo e qualquer participante deve estar legalmente adequado para participar do certame.

Conforme disposto na Lei nº 8.666/93, além dos requisitos já constantes no edital a de se analisar os seguintes artigos:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - [...]

II - qualificação técnica;

[...]

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Por derradeiro é de competência exclusiva do interessado em participar do certame apresentar dentro do prazo estabelecido em edital as exigências contidas no edital.

Não há de se falar em vícios em edital, quando tão somente solicita quadro de técnicos devidamente habilitados para atender aos requisitos mínimos para construção de obra, onde explicitamente há necessidade de profissionais devidamente habilitados.

Bem como não configura ato arbitrário atender aos dispositivos legais, que por si só deixam claro a forma de habilitação, competitividade e exigências mínimas para atendimento.

Tendo em vista todo o exposto recebemos o presente recurso eis que tempestiva e no mérito, considerando que os fatos citados pela recorrente não possuem amparo legal, bem como, que os requisitos exigidos no item 4.1 do edital de concorrência constituem critérios objetivos e encontram previsão legal Lei nº 8.666/93, deve o recurso ser INDEFERIDO, para tanto, as EMPRESAS QUE NÃO APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE A QUALQUER UM DESSES PROFISSIONAIS ESTA DESABILITADA PARA SEGUIR ADIANTE NO CERTAME.

Dos fatos e da Decisão: A empresa METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, não apresentou indicação dos profissionais Mestre de Obras e Técnico em edificações, em consequência também não apresentou vínculo dos mesmos com a empresa; a empresa ainda não apresentou Atestado de visita ou declaração de conhecimento do local da obra, expedida por profissional competente, Declarando a comissão a empresa DESABILITADA.

A empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, não apresentou indicação dos profissionais Engenheiro de segurança do trabalho ou um técnico de Segurança do trabalho, um mestre de obras e um técnico em edificações, em consequência também não apresentou vínculo dos mesmos com a empresa. Declarando

a comissão a empresa DESABILITADA.

A empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, apresentou declaração de isenção de Inscrição estadual, o que não é possível para realizar da obra, pois a Licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, portanto em análise a documentação, declarando a comissão a empresa DESABILITADA.

As empresas CONSTRUTORA F&F LTDA ME E A.R.G INDUSTRIAL LTDA, portanto estão, HABILITADAS para a fase seguinte, que será abertura das Propostas de Preços, pois em análise a documentação pela comissão de licitações, preenchem todos os requisitos constantes no edital.

Fica aberto o prazo para apresentação dos recursos a partir desta data.

Pouso Redondo, 23 de Março de 2015.

GUILHERME GOLLE FLORIANI

Presidente Comissão Municipal de Licitações

ERIVALDO EIGEN

Membro

EMERSON FRANCISCO DE SOUZA

Membro

RETIFICAÇÃO CC 02 2015 - CEI BOA VISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 05/2015

CONCORRÊNCIA P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº02/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o edital, acima citado, de objeto: Construção Centro Educacional Infantil Boa Vista, com área de 1.023,62m², a ser edificada à Rua Augusto Peters, Bairro Boa Vista, Pouso Redondo/SC., Fica alterado o item 1.5. As licitantes deverão apresentar Garantia de Proposta, com validade mínima de 60 (sessenta) dias, até o dia 25 de Março de 2015, na Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado para esta Concorrência Pública, ANEXO III, que é R\$ 17.146,46 (Dezessete mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos), podendo a proponente optar pelas seguintes modalidades, juntando o respectivo comprovante no envelope de habilitação.

a) caução em dinheiro; b) títulos da dívida pública; c) seguro-garantia ou fiança bancária. . As demais cláusulas, permanecem inalteradas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 23 de Março de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015

CARTA CONVITE Nº 05/2015

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 14:00 (quatorze horas), do dia 02 (dois) de abril de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para CARTA CONVITE, que tem como objeto a recuperação da bomba injetora e conserto do motor do caminhão prancha, placa LZH 8717, marca modelo mercedes benz, ano 1981, inscrição patrimonial nº 1698, constando no Anexo I do presente Edital as peças de reposição e conserto. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 24 DE MARÇO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4606, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4606, de 19 de março de 2015.
"NOMEIA CARMEM PEZENTI MATIAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 2.947, de 09/12/1994, na Lei Complementar nº 287, de 16/09/2014, na Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 com suas alterações posteriores, na Resolução CONANDA nº 28/2009, na Resolução CONANDA nº 152/2012 e na Resolução do CMDCA nº 02/2015, de 16 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Nomear CARMEM PEZENTI MATIAS para a partir de 19/03/2015, exercer o cargo de conselheira tutelar, nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto nº 4463, de 10 de dezembro de 2014, em virtude de desistência do Conselheiro Osmar Caxoeira.
----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO.
19 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4607, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4607, de 19 de março de 2015.
"SUBSTITUI MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 221, da Lei Complementar n.º 110/2003,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados, em substituição, para compor a Comissão Municipal para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e das Edificações, de acordo com o Artigo 221, da Lei Complementar n.º 110/2003, os seguintes membros:

V - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:
- Iara Palladino Maia, Substitui Jailson Roberto de Oliveira.

VI - Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda do Departamento de Arrecadação:
- Patricia Raquel Mayr - Suplente;

SECRETÁRIO DA COMISSÃO

- Airton Carlos Dahmer, substitui Patricia Raquel Mayr.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
19 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
Secretário Municipal da Fazenda em Exercício

DECRETO Nº 4609, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4609, de 19 de março de 2015.
"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Municipal nº 4.707, de 18/04/2008 e no Decreto nº 1.620, de 17/01/2011,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica nomeado para compor a Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, os membros abaixo relacionados, em atendimento ao artigo 2º da Lei Municipal nº 5.554, de 22 de dezembro de 2014, conforme segue:
----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

I - 04 (quatro) membros do Departamento da Secretaria Municipal de Administração:

- MAISA DA LUZ – Titular
- CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA -Suplente

- AMAURI DE SOUSA FREITAS JUNIOR - Titular
- VANESSA FEY – Suplente

- PEDRO ERNESTO RODRIGUES - Titular
- DEBORA ROIWAS - Suplente

- VALMIR RUBLESKI - Titular
- VIVIANE MARIA WEHRMEISTER – Suplente

II – 02 (dois) membros do Gabinete do Prefeito:

- PATRICIA CLAUDINO DOS SANTOS – Titular
- OLDINA TILLMANN- Suplente

- RONALDO DA ROCHA - Titular
- LUIZ CARLOS NIENKOTTER- Suplente

III - 02 (dois) membros da Secretaria Municipal da Fazenda:

- MICHEL RESENDES – Titular.
- ISABEL CRISTINA SCHARF – Suplente.

- RUBIA CRISTINA MOHR – Titular
- PATRICIA NICOLLADELLI GILI - Suplente

IV – 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação:

- DIEGO DA SILVA OSSEMER – Titular
- AFONSO CARLOS NEVES – Suplente.

V – 01(um) membro da Secretaria Municipal de Saúde:

- MARCELA NASÁRIO - Titular
- JAILSON ROBERTO DE OLIVEIRA - Suplente

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO.
19 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4610, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4610, de 20 de março de 2015.
"SUSPENDE A COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA DAS SEGUINTE TRAVESSAS: MÔNACO E CONSELHEIRO, LOCALIZADAS NO BAIRRO TABOÃO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 221, da

Lei Complementar n.º 110/2003,

DECRETA:

Art.1º - Ficam suspensos os lançamentos das Contribuições de Melhoria, das Travessas Mônaco e Conselheiro, localizadas no Bairro Taboão, tendo em vista irregularidades na execução das obras de pavimentação com lajotas, bem como, da constatação da necessidade de refazer o serviço, apurados mediante ação do Departamento de Fiscalização de Obras Públicas, da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - O prazo da suspensão, nos termos do Art. 1º, será de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação do presente decreto;

Parágrafo Único - O pagamento na Cota Única, bem como, os parcelamentos efetuados até a presente data, terão o vencimento prorrogado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
20 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
Secretário Municipal da Fazenda em Exercício

DECRETO Nº 4612, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4612, de 23 de março de 2015.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 405.211,90 (quatrocentos e cinco mil, duzentos e onze reais e noventa centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Salário Educação	R\$ 405.211,90	
	TOTAL	R\$ 405.211,90	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4613, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4613, de 23 de março de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 168.164,25 (cento e sessenta e oito mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.087	Bifab – Farmácia Básica		
3.3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03020000	Sup. Rec. Recursos da Saúde	R\$	168.164,25
	TOTAL	R\$	168.164,25

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4615, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4615, de 24 de março de 2015.

"EXONERA E NOMEIA VANESSA MARIA BASTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 23/03/2015, a servidora

VANESSA MARIA BASTOS, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração. E nomeada, para a partir de 24/03/2015, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LEI 5.563

LEI Nº 5.563, de 20 de março de 2015.

"DENOMINA 'AMBROSIO FRONZA' RUA SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica denominada "AmbrosioFronza" a rua sem denominação que inicia na lateral da Rodovia BR-470, medindo 624,00 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Itoupava, conforme levantamento topográfico, parte integrante da presente Lei.
----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	----------------------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO

20 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR Nº 299

LEI COMPLEMENTAR Nº 299, de 03 de março de 2015.

"ALTERA ART. 71 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Altera o art. 71 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul, que passa a vigorar com a seguinte redação:
----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

"Art. 71. [...]

I - representante do Departamento de Projetos;
..." (NR)

Art. 2º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
03 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 034/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria em administração. Gabinete do Prefeito.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/04/2015, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 08/04/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 24 de março de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2014.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2014.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O CLUBE DE MORADORES DO BAIRRO VALADA SÃO PAULO, VISANDO A ADMINISTRAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DO BAIRRO VALADA SÃO PAULO.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, nesta cidade, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, inscrito no CPF sob o nº 292.826.679-87, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.781.328/0001-10, com sede na Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, S/N, bairro Valada São Paulo, neste município de Rio do Sul-SC, doravante denominada CLUBE, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Armando

Antonio Censi, brasileiro, portador do RG nº 282.817-DF, celebram o presente CONVÊNIO de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO para consecução do objeto do presente convênio, obriga-se a transferir ao CLUBE a administração do ginásio de esportes do Bairro Valada São Paulo, constante da matrícula nº 25.554 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CLUBE ficará responsável pela contratação/execução das benfeitorias necessárias no imóvel ora cedido, não cabendo ao MUNICÍPIO efetuar qualquer tipo de indenização.

PARÁGRAFO ÚNICO - O CLUBE somente poderá executar as benfeitorias úteis e voluptuárias se previamente autorizadas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA

O CLUBE ficará responsável pela Administração do Ginásio, podendo para tanto terceirizar serviços, ficando neste caso, responsável pelos pagamentos salariais e de todos os encargos trabalhistas e sociais decorrentes das contratações necessárias para a consecução do objeto deste convênio;

CLÁUSULA QUARTA

O CLUBE, através de sua Diretoria, exercerá a Administração do Ginásio de forma gratuita e sem qualquer tipo de remuneração, permitindo sempre que for necessário, que o MUNICÍPIO, através de seu funcionários ou prepostos, efetue a fiscalização da correta aplicação dos recursos e a averiguação quanto ao perfeito cumprimento do objeto do presente instrumento;

CLÁUSULA QUINTA

O CLUBE deverá colocar a disposição da comunidade o uso do Ginásio para a realização de eventos comunitários de forma gratuita, podendo tão somente exigir o ressarcimento das despesas referente ao uso.

CLÁUSULA SEXTA

O presente Convênio vigorará até 31 de dezembro de 2.018, quando então poderá ser renovado mediante simples aditivo, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando para isso notificação judicial ou extra-judicial com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

Todas as benfeitorias existentes sobre o imóvel construídas com recursos próprios do MUNICÍPIO permanecem de sua propriedade, mesmo as que venham a ser construídas na vigência do presente; enquanto que todas as benfeitorias construídas pelo CLUBE continuarão sendo de sua propriedade e posse nas seguintes condições:

a - Em caso de rescisão por parte do MUNICÍPIO, o CLUBE retirará as benfeitorias removíveis e as demais irremovíveis não serão indenizadas.

b - Em caso de rescisão por parte do CLUBE, a mesmo retirará os bens removíveis, sendo que os irremovíveis passarão ao patrimônio do MUNICÍPIO.

c - A partir da assinatura deste, quaisquer construções que vieram a ser construídas pelo CLUBE serão motivo de autorização expressa por parte do MUNICÍPIO e sem direito de ressarcimento ou indenização numa eventual rescisão do presente.

CLÁUSULA OITAVA

O MUNICÍPIO poderá a qualquer tempo solicitar as instalações do Ginásio para a promoção de eventos ou em caso de necessidades outras, comunicando sempre o CLUBE com o mínimo de 07 (sete) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA

O CLUBE além das obrigações já assumidas, compromete-se a defender a posse do imóvel, objeto do presente convênio, fazendo todo tempo a necessária comunicação ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

Fica eleito o Fôro da Comarca de Rio do sul para derimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio;

E, por estarem de acordo, as partes firmam este documento, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Rio do Sul (SC), 18 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Município de Rio do Sul

ARMANDO ANTONIO CENSI
Presidente do São Paulo Futebol Clube

Testemunhas:

1 -	2 -
.....
Daniel Juppa da Silva	Frederico Machado Heissler
CPF: 054.890.789-79	CPF: 035.329.749-67

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.376, DE 24 DE MARÇO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1376, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Homologa Termo de Convênio nº 5 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul e o Clube das Mães Lar da Menina para execução dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 5 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul e o Clube das Mães Lar da Menina, visando à contratação do Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade referente ao acolhimento institucional na modalidade de abrigo para crianças e adolescentes do município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 24 de março de 2015.
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Mesa

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 02/2015

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2.015

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2.015

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Jeferson Alexandre Vieira, resolve registrar os preços da Empresa Boni Comércio de Equipamentos e Móveis para Escritório EIRELI ME, neste ato representada pelo Sr. Benildo Boni. A presente ata tem por objeto o Registro de Preço para aquisição Futura de cadeiras executivas giratórias, conforme Item 2, do Pregão CMRS/SC nº 01/2.015.

QTDE. TOTAL	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	<p>Cadeira Executiva Giratória com apóia-braços;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assento em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 13 mm de espessura e com espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 40 a 50 Kg/m³ com 50 mm de espessura média; - Encosto em Estrutura injetada em polipropileno copolímero, espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 45 a 50 Kg/m³ com 40 mm de espessura média; - Capa do assento e do encosto em tecido de polipropileno; - Contra capa do assento e do encosto injetadas em polipropileno copolímero, montadas por parafusos, auxiliando em futuras manutenções; - Apoia braços, corpo em polipropileno copolímero injetado, com alma de aço SAE 1020 pintada, regulagem de altura com botão, totalizando 7 posições e 85 mm de curso. - Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes de aço com pino do rodízio soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em polipropileno copolímero na cor preta com sistema de encaixe plástico entre cone da aranha e a coluna, apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, semiesfera plástica injetada junto a estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos; - Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás; - Telescópico injetado em polipropileno copolímero texturizado, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna; - Mecanismo com sistema reclinador do encosto, de estrutura monobloco, soldado por processo MIG em célula robotizada, com assento fixo tendo 3° de inclinação e 2 furações para fixação do assento com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm. Suporte do encosto com regulagem de altura automática através de catraca, totalizando 80 mm de curso. - Os componentes metálicos devem possuir tratamento de superfície com fosfato de zinco, executado em linha automática de oito tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; - A tinta utilizada para a pintura deverá ser em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), W-eco, atendendo norma Européia RoHS, isenta de metais pesados, na cor preto liso semi-brilho, com camada de 60 microns, onde todas as peças são curadas em estufa, à temperatura de 200 °C. - A poltrona deverá estar em conformidade com as normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. - Dimensões aproximadas da Cadeira: <ul style="list-style-type: none"> - Altura do Encosto: 350 mm; - Largura do Encosto: 410 mm; - Profundidade do Assento: 420 mm; - Largura do Assento: 460 mm; - Profundidade total da cadeira: 700 mm; - Altura total da cadeira: 820 - 1020 mm; - Altura do Assento: 420 - 540 mm; - Largura total da cadeira: 700 mm. - Apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos sob pena de desclassificação: <ul style="list-style-type: none"> - Certificado de Produto, segundo a Norma ABNT NBR 13962/2006, emitido por um organismo certificador de produto, acreditado pelo INMETRO. Autenticado em cartório. - Análise Ergonômica dos Produtos, segundo a Norma ABNT NR 17, emitida por Ergonomista certificada pela ABERGO (Associação Brasileira de Ergonomia). Autenticado em cartório. - Cópia do certificado ABERGO do responsável pela Análise Ergonômica. Autenticado em cartório. - Termo de Garantia de até 6 anos contra defeitos de fabricação na estrutura metálica, e 01 ano nos componentes e acabamento cromado, quando houver. - Relatório de Ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição á névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, ref. A NBR 8094. - CREA Certidão de Registro de Pessoa Física do Fabricante. - CREA Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do Fabricante. 	R\$ 348,6667	R\$ 5.230,00
VALOR TOTAL DO ITEM			R\$ 5.230,00

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.
Data de assinatura: 23 de março de 2.015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA	
Presidente Câmara Municipal de Rio do Sul	
BENILDO BONI	
Boni Comércio de Equipamentos e Móveis para Escritório EIRELI ME	

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL - CONTRATO Nº 02/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2012

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça 25 de julho, nº 01, Rio do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.622.985/0001-14, inscrição Estadual Isenta, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, portador da Carteira de Identidade nº. 24.929.778, CPF nº. 727.283.459-53, e a empresa FUNDAÇÃO OSNY JOSÉ GONÇALVES - TV BELA ALIANÇA CANAL 7, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Alameda Aristiliano Ramos, nº 28, município de Rio do Sul - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 72.448.640/001-70, Inscrição Estadual nº 252.653.203, neste ato representada pelo Sr. RUBENS GONÇALVES, Diretor Geral,

Considerando que o objeto principal do Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2012 é a transmissão das Sessões Plenárias da Câmara Municipal, em TV aberta, AO VIVO;

Considerando a Resolução nº 779, de 3 de março de 2015, que modifica o Regimento Interno da Câmara Municipal, alterando o horário das Sessões Plenárias da Câmara para as 19 horas, às segundas-feiras;

Considerando a expressa impossibilidade da Contratada em continuar a transmitir as Sessões da Câmara, às segundas-feiras, AO VIVO, em virtude de já possuir grade consolidada há 17 anos, nesse horário;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindindo, a partir de 4 de abril de 2015, o Contrato de Prestação de Serviços nº 2/2012, firmado entre a Câmara Municipal de Rio do Sul e a empresa Fundação Osny José Gonçalves - TV Bela Aliança Canal 7.

CLÁUSULA SEGUNDA

A presente rescisão dá-se por ato amigável das partes, nos termos do art. 78, XII da Lei Federal nº 8.666/93 c/c item 10.1, alínea "b" do Contrato de Prestação de Serviços nº 2.2012.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas e subscritas.

Rio do Sul, 16 de março de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIERA	RUBENS GONÇALVES
Presid. da Câmara Municipal de Rio do Sul	Fundação Osny José Gonçalves
	TV Bela Aliança Canal 7

Testemunhas:

Nome	Nome
CPF/MF	CPF/MF

Salto Veloso

PREFEITURA

CONVÊNIO 004/2015

Convênio 004/2015

Conveniente - O Município de Salto Veloso

Conveniada - Associação da Terceira Idade Amigos Para Sempre
Objeto - Auxílio financeiro para pagamento de manutenção e promoção de atividades voltadas a inclusão, entretenimento e lazer dos idosos do município de Salto Veloso.

Valor Mensal - R\$ 3.711,60 (três mil, setecentos e onze reais e sessenta centavos).

Prazo - 02/03/2015 a 31/12/2015.

Salto Veloso, 02 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 013/2015 - DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 013/2015 - DE 19 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.000,00

Fonte: 1136.00000

RED: 46

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 19 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 014/2015 - DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 014/2015 - DE 19 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1119.00000

RED: 144

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1118.00000

RED: 34

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 19 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL, COM VÍNCULO E INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO MUNICÍPIO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL -CMPC- GESTÃO 2015/2017.

Considerando a Lei Municipal 964/2014, de 11 de novembro de 2014, que regulamenta o Sistema Municipal de Cultura e institui a criação do Conselho Municipal de Política Cultural do município de Santa Rosa do Sul, vimos convidar a sociedade civil para participar da Audiência Pública que elegerá os membros representantes (titulares e suplentes) nas áreas abaixo relacionadas:

Sociedade Civil:

09 membros incluindo titulares e suplentes representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

- 01 Representante da área de Artes Visuais e Cênicas do município;
- 02 Representantes dos Artesãos do município;
- 01 Representante dos Músicos do município;
- 01 Representante da área de Dança do município;
- 01 Representante da área da Educação
- 01 Representante da Feira da Agricultura Familiar;
- 01 Representante do Museu do Instituto Federal Catarinense-IFC

A Audiência realizar-se-á no dia 30 de março de 2015, às 08h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal, a Audiência Pública para Eleição dos novos membros representantes, titulares e suplentes, dos Segmentos indicados para compor CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - GESTÃO 2015/2017.

LEI Nº 977, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 977, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Altera a Lei nº 45, de 20 de agosto de 1990, que dispõe sobre o quadro de pessoal da administração do Município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I e IV da Lei nº 45, de 20 de agosto de 1990, passam a vigorar acrescido da seguinte vaga:

GRUPO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
I ANS	Psicólogo II	1	20 Hs	928,24
I ANS	Psicólogo III	1	30 Hs	1.392,36

Art. 2º Fica criado o cargo em comissão de Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, do grupo DAS1, nível DAS-2.

Art. 3º Para suprir o cargo de Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS fica criado 01 (uma) vaga no quadro de pessoal, Anexos I e IV da Lei nº 45, de 20 de agosto de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 058/2015 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 062/2015

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1237/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

02.000 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Adm. Superior do Mun.				
8	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
19	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
75	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
121	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), a seguir especificados:

02.000 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Adm. Superior do Mun.				
7	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
17	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
74	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
119	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
ASSESSORIA EM PROJETOS
Matricula nº 136/8

PUBLICAÇÃO PROCESSO 38/2015

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 38/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 22/2015, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 15:10 horas do dia 07/04/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 15:15 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001. Santa Terezinha do Progresso (SC), 24/03/2015. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

RETIFICACAO DA PUBLICAÇÃO DO PL 312015 FMS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 31/2015 PREGÃO PRESENCIAL N. 5/2015. O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR) PROVENIENTE DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 07/04/15, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:15 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001, ou no Site: www.staterezhinaprogreso.sc.gov.br. Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/03/2015. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 27/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 35/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 27/2015.
Objeto: Aquisição de uniforme escolar para ser distribuído gratuitamente para os alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica do Município e para os alunos da Creche Municipal Cantinho da Alegria.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 06 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 06 de abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 23 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 28/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 36/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 28/2015.
Objeto: Aquisição de refeições, tendo como cardápio principal porco a pizza e porco à paraguaia, em comemoração a semana do Município, Festa do Porco a Pizza que será realizada no dia 20 de abril de 2015, com entrada gratuita para os munícipes de Santiago do Sul, tendo como local o Centro de Eventos, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.773/2015 de 16 de março de 2015.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 23 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 73/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 73/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 24 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DE ABRIGOS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS E PASSEIOS, NOS BAIRROS BRASILIA E SERRA ALTA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME ANEXOS.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 09 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 87/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 10 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE LANCHES E CONGÊNERES PARA EVENTOS NOS CRAS, PRONATEC, CREAS E FAMÍLIAS DE APOIO CONFORME DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 20 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de hora técnica para manutenção de microcomputadores/ impressoras e demais equipamentos de informática da 2ª CBM. FUNREBOM/BOMBEIROS, conforme Convênio nº 11.291/2011-7 de 29/08/2011 e de acordo com a Compra Direta nº 356/2015 de 24 de fevereiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 1.350,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses e 07 (sete) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2015.

ASS: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de passes escolares para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 51/2015 de 27 de fevereiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 1.310.812,80 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de fevereiro de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de passes para profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação Infantil para o período de março a dezembro de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 71/2015 de 06 de março de 2015.

DO VALOR: R\$ 270.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a contar de 01/03/2015.

São Bento do Sul, 06 de março de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 25/2015**

Tomada de Preços nº 25/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 25/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 12:00 horas do dia 10 de abril de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de atualização cadastral do setor comercial, sendo incluso a atualização dos usuários do serviço de distribuição de água tratada, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(97) 3.3.90.39.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO CLASSIFICADOS CONCURSO
001/2014**

CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 01/2014

O Prefeito do Município de São Carlos - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2014, vem por meio desta, CONVOCAR OS CANDIDATOS(AS) NOS CARGOS A SEGUIR.

CANDIDATO	CARGO
SAMUEL GUILHERME ARENHART	AGENTE ADMINISTRATIVO
MATHEUS BOCHI FRARE	ENGENHEIRO CIVIL
ANDRÉ EDUARDO PIGNAT	FARMACÊUTICO
LUANA DANIELLI GIONGO	FONOAUDIÓLOGO
ROSELÉIA KLAUS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
AMANDA OLIVEIRA SCHEID	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
SIRLEI SCHLEICHER ROSSETTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
MAICON TAFAREL HERBERT	PINTOR
KISLA ZAMIGNAN	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
FÁBIO KAISER	AGENTE DE DEFESA CIVIL
SIMONE TREVISAN STAATZMANN SCHUSTER	AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
CAROLINE DE AZEREDO UES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Os convocados(as) deverão comparecer no prazo de 30 dias a contar da data de publicação desta convocação, no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura de São Carlos, sito na Rua Demétrio Lorenz, 747, centro, para apresentação, entrega dos documentos constantes do edital do concurso e agendamento de exames de saúde pré-admissionais, tudo em conformidade do edital de abertura do concurso público municipal.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, apresentando votos de estima e apreço.

São Carlos - SC, 06 de março de 2015.

Cleomar Weber Kuhn

Prefeito

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO 008 SINASC-PAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 008 de 16/02/2015 (TERCEIRO TERMO ADITIVO).

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 063/2013 Tomada de Preços 015/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos contrato PREFE n. 003, de 06/01/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda
CNPJ: 07.150.434/0001-17

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 21/06/2015

ADITIVO 011 DE 2015 SETEP 03 RUAS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO PREFE N. 011 DE 25/02/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 059/2014 Tomada de Preços 004/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do Contrato PREFE 051 de 24 de junho de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

CNPJ: 83.665.141/0001-50

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03/05/2015

ADITIVO 012 TERRAMAX- PAV. MARATÁ

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE N. 012 de 25/02/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 060/2014 Tomada de Preços 005/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do contrato n. 047 de 20/06/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Terramax Construções e Obras Ltda

CNPJ: 04.406.660/0001-28

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 04/07/2015

ADITIVO 013 SABER INFORMÁTICA

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015

QUARTO TERMO ADITIVO: PREFE n. 013 de 25/02/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/02/2015

DESCRIÇÃO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 054 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 576,00 mensais

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: SABER INFORMÁTICA LTDA

CNPJ nº 00.744.497/0001-52

DATA FINAL VIGÊNCIA: 23/06/2015

ADITIVO 013-A OBJETIVAS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 013-A de 25/02/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 108/2014 Modalidade: Dispensa de Licitação n. 052/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA do Contrato PREFE 064, de 18 de setembro de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA. EPP

CPF/CNPJ: 00.849.426/0001-14

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 30/04/2015

ADITIVO 014 SINALTEC PORTAL PRAZO 01

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

QUINTO TERMO ADITIVO: PREFE N. 014 DE 03/03/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 034/2013 Modalidade: Tomada de Preços n. 007/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Do Prazo do Contrato PREFE 048 de 20/08/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda

CPF/CNPJ: 02.898.145/0001-87

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 04/04/2015

ADITIVO 016 CONTINENTAL - VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 016 DE 13/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 080/2013, Tomada de Preços n. 016/2013

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA- DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE do contrato PREFE n. 002 de 02/01/2014

VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.924,69

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

CPF/CNPJ: 04.328.816/001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

ADITIVO 017 JORNAL DO POVO - VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE n. 017/2015 de 16/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 011/2014 - Convite n. 001/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, do contrato PREFE n. 014 de 24 de fevereiro de 2014.

VALOR MENSAL DO ADITIVO: R\$ 129,71
 RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
 CONTRATADO: JORNAL DO POVO LTDA
 CPF/CNPJ: 80.076.326/0001-31
 DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 011 MAPFRE SEGUROS

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
 MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015
 NÚMERO CONTRATO: PREFE 011 DE 13/02/2015
 VALOR: R\$ 78.900,00
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/02/2015
 DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA TODOS OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS.
 RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
 CONTRATANTE: Município de São Domingos - SC
 CNPJ: 83.009.894.001-08
 CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
 CNPJ n. 61.074.175/0001-38,
 DATA FINAL VIGÊNCIA: 18/02/2016

DEC 1903 DE 17 03 2015 MOVIMENTAÇÃO FMS

DECRETO Nº 1903, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;
 DECRETA:
 Art. 1º Abre crédito adicional, pela movimentação de dotações no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte programação de despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	09	01.0002	500.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão anulados parcialmente da dotação a seguir, remanejados da previsão inicial da fonte de recursos próprios - 0.1.0002:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	06	01.0002	500.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), em 17 de março de 2015.
 Alcimar de Oliveira
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
 Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1908 DE 18 03 15 NOMEIA GILMAR ANTONIO BRANDALIZE PARA O CARGO DE CONSULTOR TECNICO.

DECRETO Nº 1908, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
 Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Gilmar Antonio Brandalize, para exercer o cargo de Consultor Técnico, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.04, Nível CC-02, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília/DF para São Domingos/SC, 18 de março de 2015.
 Alcimar de Oliveira
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
 Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1909 DE 23 03 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1906 DE 18 03 15 A NOMEAÇÃO VALDECIR FERREIRA MOTORISTA

DECRETO Nº 1909, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1897, de 11 de março de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que o servidor nomeado pelo Decreto nº 1906, de 18 de março de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 657 /2015, de 18/03/2015;

- Considerando que caso o candidato não deseje assumir a vaga a que foi nomeado de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1897, de 11 de março de 2015, que nomeou Valdecir Ferreira, para exercer o cargo de Motorista, ficando o candidato reclassificado para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1910 DE 23 03 2015 SUPERÁVIT ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 1910, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pelo superávit financeiro, cria a modalidade de aplicação e adiciona o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
03.122.1003.2.035 – Realização de Eventos Comemorativos Municipais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	180	03.0000	140.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), da Fonte de Recursos 03.0000 - recursos ordinários.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1911 DE 24 03 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1865 DE 23 02 15 A NOMEAÇÃO CLAUDIR SOUZA

DECRETO Nº 1911, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1865, de 23 de fevereiro de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, com base no Edital de Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que o servidor nomeado pelo Decreto nº 1865, de 23 de fevereiro de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 597 /2015, de 10/03/2015;

- Considerando que caso o candidato não deseje assumir a vaga a que foi nomeado de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que no ato da posse o candidato preenchia os requisitos exigidos para assumir o cargo;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1865, de 23 de fevereiro de 2015, que nomeou Claudir de Souza, para exercer o cargo de Motorista, ficando o candidato reclassificado para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1912 DE 24 03 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO ANGELO MARCANTE PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 1912, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Angelo Marcante, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1913 DE 24 03 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO PAULO DOS SANTOS PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 1913, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Paulo dos Santos, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO 005-15-LOCAÇÃO SISTEMA DE INFORMÁTICA.

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS CNPJ: 00.442.100/0001-78 RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380 C.E.P.: 89835-000 - São Domingos - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2015 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2015 Data do Processo: 24/03/2015

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 5/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº. 300/2015, de 26/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 31/03/2015, às 08:00 horas, no endereço, RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380, São Domingos-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 3/2015-DL na modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos oficiais da Camara Municipal de Vereadores de São Domingos SC.

São Domingos, 24 de Março de 2015.

BEATRIZ HENNERICH
Presidente da Comissão de Licitação

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2015 - Processo nº 017/2015. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica de diversas ruas do Loteamento Lisboa (Rua Aveiro, Rua Beja, Rua Santarem, Rua Vila Real, travessa "V" e travessa "X"), na cidade de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 27 de abril de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 27 de abril de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

CONTRATO/CT: Nº 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 030/2015 - TP 040/2014 - Processo 442/2014 - Contratado: CONSEAL CONSTRUÇÃO ENGENHARIA E AVALIAÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em perícia e avaliações técnicas nas construções das unidades escolares pertencentes a Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$90.214,65 - noventa mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos. Data da Assinatura do Contrato: 02 de março de 2015.

DECRETO Nº 4054/2015

DECRETO Nº 4054/2015

DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS DE COMPETÊNCIA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 incisos II e IV da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS/SJ necessita ajustar um instrumento normativo que regule os procedimentos para apuração de infrações ambientais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.605/1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 6.514/2008 estabelece procedimentos para apuração de infrações ambientais;

CONSIDERANDO que o artigo 124, parágrafo 3º e o artigo 127, parágrafo 2º, ambos do Decreto Federal nº 6.514/2008 prevêm que o órgão ambiental indicará, em ato próprio, a autoridade responsável pelo julgamento da Defesa e do Recurso Administrativos;

CONSIDERANDO o princípio da simetria na aplicação, daquilo que for compatível, dos dispositivos previstos na Lei Federal nº 9.784/1999, Lei Federal nº 9.605/98 e Decreto Federal nº 6.514 / 2008;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3, inciso VI, da Lei Municipal nº 3048/1997 que criou a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Agricultura - FMA/Pedra Branca, hoje tida como FMADS/SJ;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13 da Lei Municipal nº 4428/2006 que autoriza a instituição, organização e regulamentação das juntas Administrativas de Recursos de Infrações Ambientais - JARIAS;

CONSIDERANDO os preceitos do Regimento Interno da FMADS/SJ, aprovado pelo Decreto Municipal nº 6.434/1997, que estabelece as competências do Superintendente, Superintendente Adjunto, Diretores, Assessoria Jurídica e dos diversos setores da FMADS/SJ;

CONSIDERANDO que a FMADS/SJ faz parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e possui a competência para aplicação das legislações de proteção e melhoria da qualidade ambiental;

DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º O presente decreto estabelece os procedimentos administrativos para a apuração de infrações ambientais por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição de sanções, a defesa, o recurso e os procedimentos preliminares à cobrança de créditos oriundos de sanções pecuniárias.

Art. 2º Os procedimentos administrativos para apuração de infrações ambientais no âmbito desta Fundação, observarão, entre outros, os princípios da legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, bem como os critérios indicados no parágrafo único do artigo 2º da Lei n.º 9.784/1999.

CAPÍTULO II - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE:

Seção I: Das Disposições Gerais

Art. 3º Considera-se infração administrativa ambiental, nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998 toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 4º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades; e

X - restritiva de direitos.

Parágrafo único. Quando constatado dano ambiental passível de recuperação as sanções aplicadas ao Autuado, após instrução e julgamento do Auto de Infração, deverão ser acompanhadas do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou outra medida que assegure a efetiva recuperação do dano ambiental a ser aprovado pela autoridade ambiental em processo apartado.

Seção II: Do Auto de Infração

Art. 5º Constatada a ocorrência de infração ambiental, será lavrado Auto de Infração Ambiental, do qual deverá ser dado ciência ao Autuado assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A lavratura do Auto de Infração Ambiental será realizada pela Guarda Municipal - Setor Ambiental, que tem como finalidade proteger o meio ambiente, conforme artigo 2, alínea "a" da Lei nº 4.144/2004, ou Fiscal Ambiental ou outro agente ambiental com delegação para esta finalidade.

Art. 6º O agente Autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções cabíveis de acordo com a Lei Federal nº 9.605/1998 e Decreto Federal nº 6.514/2008, bem como, a:

- I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- II - antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
- III - situação econômica do infrator.

Parágrafo único. O agente Autuante e os servidores lotados na Fundação Municipal deverão indicar ainda a extensão do dano através de Relatório de Fiscalização Ambiental e ou Laudo de Vistoria, atribuindo assim unidades de medida para cada recurso ambiental objeto do auto de infração.

Art. 7º O auto de infração, que será lavrado em formulário próprio por agente formalmente designado para a função de fiscalizar, deverá conter:

- I - nome, matrícula funcional e indicação do decreto de designação do agente autuante;
- II - nome, endereço completo, CPF ou CNPJ, naturalidade e telefone do autuado;
- III - descrição clara e inequívoca da irregularidade constatada;
- IV - data, hora e local da infração, quando possível sua constatação;
- V - dia e hora da autuação;
- VI - descrição das medidas administrativas cautelares aplicadas; e
- VII - indicação dos dispositivos infringidos, das sanções aplicáveis e do valor da multa, se for o caso.

§1º O auto de infração não será considerado nulo ou viciado caso a obtenção de todos os dados previstos no inciso II não se faça possível.

§2º O auto de infração deverá ser lavrado, de forma individualizada, para cada pessoa que tenha participado da prática da infração, devendo o agente autuante indicar as sanções na medida da culpabilidade de cada autuado.

Art. 8º Sempre que constatado que uma atividade e/ou obra passível de regularização está sendo realizada sem a devida licença ambiental deverá o Agente Autuante exarar auto de infração com a penalidade de advertência, como forma de garantir que dentro do prazo de defesa o Autuado proceda com a entrada do devido processo licenciatório, salvo determinação superior ou risco de agravamento do dano ambiental.

Art. 9º As penalidades de embargo de obra, suspensão de atividades e apreensão de produtos deverão, independente de outras ocasiões em que se verifique a necessidade, ser aplicadas sempre

que ficar constatado que a parte interessada descumpriu por mais de uma vez a solicitação da FMADS/SJ necessária para o licenciamento da obra/atividade.

Parágrafo único. Se o descumprimento do caput permanecer, o processo para emissão da licença ou autorização deverá, após decisão do Superintendente, ser arquivado por falta de interesse da parte e o processo para apuração de infração ambiental seguirá seu trâmite normal.

Art. 10º Todo descumprimento, total ou parcial de embargo ou suspensão de atividade, deverá ser comunicado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina para apuração de crime.

Subseção I: Da Intimação do Auto de Infração

Art. 11. O Autuado será intimado da lavratura do Auto de Infração pessoalmente, por seu representante legal, por carta registrada com aviso de recebimento ou por edital, nos casos em que o infrator estiver em lugar incerto e não sabido.

§1º Caso a intimação por via postal seja devolvida com a indicação de que a entrega não foi possível, o setor Apoio Administrativo, nesta ordem:

- I- buscará atualizar o endereço consultando, caso entenda necessário, a Secretaria da Receita Municipal - Setor de Cadastro Imobiliário e, constatando sua alteração, promoverá nova intimação;
- II- intimará o procurador constituído nos autos;
- III- caso novamente frustrada a tentativa de intimação, intimará o autuado por meio de edital.

§2º Quando o serviço postal indicar a recusa no recebimento, o autuado será considerado intimado.

Art. 12. Caso o Autuado se recuse a dar ciência do auto de infração, o agente Autuante certificará o ocorrido na presença de duas testemunhas e o entregará ao Autuado, fazendo constar no Relatório de Fiscalização Ambiental o ocorrido.

Parágrafo único. A certidão de recusa caracteriza a ciência do autuado quanto ao auto de infração e dá início à contagem do prazo para apresentação de defesa.

Art. 13. No caso de ausência do autuado ou preposto no local da lavratura do auto de infração e conhecido o seu endereço ou localização, poderá ser realizada a entrega pessoal ou o envio dos documentos por via postal com aviso de recebimento.

Seção III: Do Relatório de Fiscalização Ambiental

Art. 14. O Relatório de Fiscalização Ambiental - RFA é o documento sintético no qual o agente Autuante descreve os fatos apurados na ação fiscalizatória e objetiva subsidiar o julgamento da Infração Ambiental.

§ 1º Concluída a ação fiscalizatória, o agente Autuante deverá elaborar o Relatório de Fiscalização Ambiental com todos os elementos necessários para esclarecer os fatos envolvidos na infração.

§ 2º O Relatório de Fiscalização Ambiental deverá conter além da identificação do local e informações do responsável, a descrição detalhada do fato que gerou o Auto de Infração Ambiental - AI e o registro fotográfico da obra, serviço ou atividade.

§ 3º Para complementar o Relatório de Fiscalização Ambiental poderá ser utilizado o Cadastro de Contribuintes, programas de captação de imagem de satélite e outros meios digitais disponíveis.

§ 4º O Relatório de Fiscalização Ambiental deverá obrigatoriamente

menção a fundamentação legal das exigências e penalidades aplicadas.

§ 5º O Relatório de Fiscalização Ambiental deverá ser redigido em duas vias de igual teor e forma e arquivado em pastas individuais com as seguintes destinações:

- a) 1ª via: Processo Administrativo para apuração da infração ambiental;
- b) 2ª via: Arquivo.

Seção IV: Das Medidas Administrativas Cautelares:

Subseção I: Disposições Gerais

Art. 15. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no exercício do poder de polícia administrativa, poderá aplicar as seguintes medidas administrativas cautelares:

- I - apreensão;
- II - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;
- III - destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração;
- IV - demolição;
- V - suspensão de venda ou fabricação de produto; e
- VI - suspensão parcial ou total de atividades.

Parágrafo único. As medidas de que trata este artigo são dotadas de autoexecutoriedade e têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Subseção II: Da Apreensão

Art. 16. Os produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos e veículos de qualquer natureza utilizados na infração serão objeto de medida administrativa cautelar de apreensão, salvo impossibilidade justificada.

Art. 17. O termo de apreensão deverá indicar com exatidão os bens apreendidos, isolando-os e individualizando-os, fazendo referência as suas características intrínsecas e seus valores pecuniários, caso sejam mensuráveis.

§1º A guarda pela própria FMADS/SJ ou o depósito dos bens apreendidos serão indicados no termo de apreensão, o qual, além de conter as informações descritas abaixo, preferencialmente, ser acompanhado de registro fotográfico dos bens e do local de armazenamento:

I - em se tratando de guarda:

- a) a unidade administrativa da FMADS/SJ responsável pela guarda dos bens;
- b) nome, matrícula funcional e assinatura do servidor responsável pelo recebimento dos bens;
- c) indicação do auto de infração originário;
- d) data e hora da lavratura;
- e) descrição clara dos bens e de suas condições;
- f) indicação e descrição do local e das condições de armazenamento; e
- g) valor dos bens.

II - em se tratando de depósito:

- a) nome, matrícula funcional e assinatura da autoridade responsável pela entrega;
- b) nome, endereço completo, CPF ou CNPJ, naturalidade, filiação, telefone, endereço eletrônico e assinatura do depositário;
- c) indicação do auto de infração originário;
- d) data e hora da lavratura;
- e) descrição clara dos bens e de suas condições;
- f) indicação e descrição do local do depósito e das condições de armazenamento; e
- g) valor dos bens depositados.

§2º O termo a que se refere o caput será lavrado em 4 (quatro) vias.

Art. 18. Os bens objeto de medida administrativa cautelar de apreensão deverão ficar sob a guarda da FMADS/SJ, podendo, excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário até o julgamento do processo administrativo, ressalvadas as hipóteses do art. 33.

§1º A entrega de bens apreendidos a fiel depositário deverá ser justificada pela autoridade responsável pela decisão.

§2º Em caso de recusa ou impossibilidade de nomeação de depositário, não sendo possível a retirada dos bens apreendidos, o agente autuante intimará o proprietário ou ocupante do local e os demais presentes, por meio de notificação, para que se abstenham de remover ou alterar a situação dos bens até que sejam devidamente destinados.

Art. 19. Excepcionalmente, o depósito poderá ser confiado ao próprio autuado, desde que a posse dos bens não traga risco de utilização em novas infrações.

§ 1º O encargo de depósito deverá ser expressamente aceito e pessoalmente recebido.

§ 2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§ 3º Os órgãos ou entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositários serão preferencialmente contemplados caso a destinação do bem seja a doação.

Art. 20. A autoridade ambiental responsável pelo julgamento do processo poderá, caso as circunstâncias assim recomendem, alterar a guarda, substituir o depositário ou revogar o depósito.

Art. 21. Na mensuração do valor do bem apreendido considerar-se-á o valor de mercado, aferido de qualquer meio que divulgue a comercialização de bens de mesma natureza, tais como jornais, sítios de internet, informações obtidas junto a estabelecimentos comerciais, dentre outros.

Parágrafo único. Na impossibilidade de mensuração do valor do bem no ato da apreensão, a avaliação deverá ocorrer na primeira oportunidade em que for possível realizá-la, hipótese em que o autuado, caso já tenha oferecido defesa, poderá manifestar-se sobre o valor aferido até a apresentação das alegações finais.

Art. 22. A autoridade ambiental responsável pelo julgamento do processo, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá, enquanto o auto de infração estiver em suas respectivas alçadas, autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem objeto de apreensão poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado ou para promover a recomposição do dano ambiental.

Art. 23. Após a apreensão, a autoridade ambiental responsável pelo julgamento do processo, levando em conta a natureza dos bens apreendidos e considerando o risco de perecimento, poderá, mesmo antes do julgamento, promover a destinação sumária dos bens apreendidos mediante:

- I - venda;
- II - doação; e
- III - destruição ou inutilização dos bens apreendidos já sob guarda

ou depósito.

Art. 24. Quando a guarda ou depósito de bens objeto de apreensão forem inviáveis econômica ou operacionalmente ou ante o risco iminente de perecimento, a autoridade ambiental poderá promover a sua doação para órgãos e entidades públicas de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal, militar e social, bem como para outras entidades sem fins lucrativos de caráter beneficente.

Subseção III: Do Embargo

Art. 25. Em caso de medida administrativa cautelar de embargo, o termo de embargo deverá conter a delimitação da área ou local embargado, mediante a indicação de suas coordenadas geográficas, e a descrição das atividades a serem paralisadas.

Parágrafo único. Quando houver embargo de área, deverá ser anexada ao auto de infração a poligonal georreferenciada da extensão embargada.

Art. 26. O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas tem por objetivo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada, devendo restringir-se exclusivamente ao local onde se verificou a prática do ilícito.

§1º Quando o autuado, no mesmo local, realizar atividades regulares e irregulares, o embargo limitar-se-á àquelas irregulares, salvo quando houver impossibilidade de dissociação ou risco de continuidade infracional.

§2º Constatada a existência de desmatamento ou queimada irregulares, o agente autuante aplicará medida administrativa cautelar de embargo sobre quaisquer obras ou atividades existentes na área objeto da infração, com exceção das atividades de subsistência.

Art. 27. Nos casos em que o responsável pela infração administrativa ou o detentor do imóvel onde foi praticada a infração for indeterminado, desconhecido ou possuir domicílio indefinido, a autoridade julgadora adotará as providências necessárias para que o extrato da medida administrativa cautelar de embargo seja publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 28. A medida cautelar de embargo será levantada pela autoridade competente:

- I - mediante a apresentação, por parte do interessado, de documentos que certifiquem a legalidade e regularidade da atividade realizada na área embargada;
- II - após a realização de vistoria por meio da qual seja demonstrada a insubsistência do fato que a motivou; e
- III - caso sua aplicação tenha sido motivada pela ausência de autorização para o licenciamento, mediante laudo técnico elaborado ou corroborado por equipe da FMADS/SJ que demonstre a inexistência de risco para o meio ambiente.

Art. 29. Verificado o descumprimento ou a violação do embargo, o agente de fiscalização atuará o infrator pela prática do ilícito previsto no art. 79 do Decreto 6.514/2008, e aplicará as medidas administrativas cautelares pertinentes, devendo, ainda, comunicar o ocorrido ao órgão competente do Ministério Público no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo único. O novo auto de infração será objeto de processo administrativo próprio, o qual deverá ser relacionado ao processo originário nos sistemas corporativos.

Subseção IV: Da Destruição ou Inutilização

Art. 30. Os produtos, inclusive madeiras, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser objeto de medida administrativa cautelar de destruição ou inutilização quando:

I - a medida for necessária para evitar o seu uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte, guarda ou depósito forem inviáveis em face das circunstâncias;

II - possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização; ou

III - a própria natureza do bem impossibilitar sua utilização para fins lícitos.

§1º Na hipótese do caput, o agente autuante descreverá detalhadamente os produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração, registrando-os em meio fotográfico, e aferirá seus valores pecuniários, quando mensuráveis.

§2º As circunstâncias que derem causa à destruição ou inutilização serão expressamente certificadas pelo agente autuante e corroboradas por pelo menos dois outros servidores da FMADS/SJ, que figurarão como testemunhas.

§ 3º Na aferição do valor dos produtos, subprodutos ou instrumentos a seres destruídos ou inutilizados, será levado em consideração os seus valores de mercado, colhidos em qualquer meio que divulgue a comercialização de bens de mesma natureza, tais como classificados de jornais, sítios de comercialização na Internet, informações obtidas junto a estabelecimentos comerciais, dentre outros.

Subseção V: Da Demolição

Art. 31. No ato de fiscalização, o agente autuante poderá, excepcionalmente, aplicar medida administrativa cautelar de demolição de obra, edificação ou construção não habitada e utilizada diretamente para a infração ambiental, nos casos em que se constatar que a ausência da demolição importará em iminente risco de agravamento do dano ambiental ou de graves riscos à saúde.

§1º A demolição, que poderá ser executada pelo infrator, pela FMADS/SJ ou por terceiro autorizado, deverá ser detalhadamente descrita, registrada em meio fotográfico e ter seus custos devidamente mensurados e documentados.

§2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator.

§3º As circunstâncias que derem causa à demolição serão expressamente certificadas pelo agente autuante e corroboradas por pelo menos dois outros servidores da FMADS/SJ, que figurarão como testemunhas.

Subseção VI: Das Demais Medidas Administrativas Cautelares

Art. 32. A medida administrativa cautelar de suspensão de venda ou fabricação de produto visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 33. A medida administrativa cautelar de suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 34. Na hipótese de aplicação das medidas administrativas previstas nesta Subseção, o auto de infração deverá conter a descrição das atividades efetivamente suspensas ou dos produtos ou

subprodutos cuja venda ou fabricação serão sustadas.

Art. 35. As medidas administrativas cautelares previstas nesta Subseção só deverão ser adotadas quando as demais medidas aplicáveis não forem suficientes para que os objetivos descritos nos arts. 32 e 33 sejam alcançados.

CAPÍTULO III - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS:

Seção I: Das Disposições Gerais:

Art. 36. Após a aplicação do Auto de Infração Ambiental - AI será instaurado o processo administrativo para apuração da infração ambiental no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o mesmo receber um número e ser cadastrado junto ao sistema da FMADS/SJ.

§ 1º O processo a que se refere este artigo será instaurado no Setor Apoio Administrativo e deverá conter os seguintes documentos:

- I - Segunda via do auto de infração ambiental;
- II - Relatório de Fiscalização Ambiental - RFA;
- III - Documentos necessários a instrução do processo, tais como mapas, escrituras, alvarás, entre outros;
- IV - Fotografias, quando for o caso;

Art. 37. Cada auto de infração ambiental ensejará a instauração de um processo administrativo, por mais que se trate do mesmo caso. Sendo os autos de infração referentes à mesma infração, os processos administrativos serão apensados.

Art. 38. O processo deverá ter suas páginas numeradas seqüencialmente e rubricadas pelo setor Apoio Administrativo.

Art. 39. Não serão conhecidos, em qualquer fase do processo, requerimentos ou petições não previstos nos procedimentos e prazos estabelecidos neste Decreto ou no Decreto 6.514/2008, podendo os mesmos ser desentranhados e devolvidos ao requerente sem análise.

Parágrafo único. Somente serão conhecidos e analisados, fora dos prazos estabelecidos, requerimentos cuja finalidade seja a adoção de medidas urgentes visando a resguardar o meio ambiente ou no caso de fato novo que possa alterar o julgamento do processo.

Art. 40. Todo processo aberto deverá passar pela Superintendência da FMADS/SJ para ciência e análise prévia do suposto dano ambiental.

Art. 41. Constatada a gravidade do dano, pela Superintendência ou pelo Agente Autuante, será encaminhado o processo para a Diretoria Operacional para que seja realizada vistoria técnica e parecer a respeito.

Art. 42. O processo a que se refere este artigo, instaurado no Setor Apoio Administrativo, aguardará neste setor o transcorrer do prazo de 20 (vinte) dias para apresentação da defesa administrativa e findo prazo será encaminhado ao Superintendência para providências.

Seção II: Da Defesa Administrativa

Art. 43. O Autuado poderá no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da autuação, oferecer Defesa Administrativa contra o auto de infração, conforme disposto na Lei Federal nº 9.605/1998, artigo 71, inciso I e Decreto Federal nº 6.514/2008(ou legislação que o substitua), artigo 113.

§ 1º Será aplicado o desconto de 30 % (trinta por cento) de que trata o art. 113 do Decreto Federal nº 6.514/2008(ou legislação

que o substitua), sempre que o Autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 2º O pagamento realizado fora do prazo indicado, mas ainda no decorrer do processo, contará com o desconto de 30 % (trinta por cento) sob o valor corrigido da penalidade.

Art. 44. O Autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Art. 45. A Defesa não será conhecida quando apresentada:

- I - fora do prazo;
- II - por quem não seja legitimado;
- III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente, ou;
- IV - sem o preenchimento dos requisitos indicados no artigo 19 deste Decreto.

Art. 46. A defesa, assim como as demais petições, será protocolizada no Protocolo da FMADS/SJ, que a encaminhará imediatamente ao Setor Apoio Administrativo para que proceda a sua juntada no processo administrativo correspondente.

Parágrafo Único: Não serão aceitos protocolos realizados fora da FMADS/SJ.

Art. 47. A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no Auto de Infração Ambiental e termos que o acompanham, bem como a indicação do número do processo administrativo a ser juntada, do número do Auto de Infração combatido e das provas que o Autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas.

Parágrafo Único: A entrada do processo de licenciamento não exime o Autuado de apresentar a sua defesa administrativa.

Art. 48. Transcorrido o prazo para apresentação da Defesa, o Diretor Operacional dará continuidade a fase de instrução do processo e verificará a necessidade da elaboração de manifestação técnica, jurídica e/ou contradita do agente Autuante.

§ 1º Necessitando de manifestação técnica e/ou jurídica o Diretor Operacional a solicitará por despacho no processo, motivando tecnicamente.

§ 2º Após a manifestação técnica e/ou jurídica ser anexada ao processo o mesmo será encaminhado para o Superintendente Adjunto que iniciará a 1ª Fase de julgamento da Infração Ambiental.

Art. 49. Com base no art. 124, § 3º do Decreto Federal nº 6.514/2008, o julgamento em primeiro grau será realizado pelo Superintendente Adjunto.

Parágrafo único. A decisão do Superintendente Adjunto não se vinculará às sanções aplicadas pelo agente Autuante e nas avaliações preliminares, ou ao valor da multa, podendo, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitando os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente, conforme definido no art. 123 do Decreto Federal nº 6.514 / 2008.

Art. 50. No caso de impedimento legal do Superintendente Adjunto, o Superintendente devidamente fundamentado indicará a Autoridade Julgadora para o caso específico.

Art. 51. A decisão da Autoridade Julgadora de primeiro grau estará sujeita ao reexame necessário sempre que acolher, parcial ou integralmente, a defesa do Autuado e não houver Recurso Administrativo.

Parágrafo único. Nos casos de reexame necessário o processo será encaminhado para a JARIA e seguirá o procedimento daquela junta de recursos.

Art. 52. Antes do julgamento da infração, a autoridade ambiental deverá verificar a existência de auto de infração anterior confirmado em julgamento, para fins de reincidência e aplicação do agravamento da nova penalidade.

Art. 53. Julgado o auto de infração, o Autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para apresentação de Recurso Administrativo.

Parágrafo único. A notificação de que trata este artigo será remetida pelo Setor Apoio Administrativo da FMADS/SJ, sendo que o ofício será redigido pela autoridade julgadora.

Art. 54. Nos casos em que a decisão administrativa determinar o pagamento de multa, deverá o Autuado ser cientificado de que poderá retirar o boleto para pagamento diretamente na sede da FMADS/SJ.

Parágrafo único. O pagamento realizado no prazo do recurso administrativo contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 126, parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Art. 55. Enviada a notificação o processo aguardará no Setor Apoio Administrativo da FMADS/SJ a apresentação do Recurso pelo prazo de 20 (vinte) dias.

Seção III: Do Recurso Administrativo

Art. 56. Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá Recurso Administrativo no prazo de 20 (vinte) dias, nos moldes do que preceitua a Lei Federal nº 9.605/1998, artigo 71, inciso III e Decreto Federal nº 6.514/2008, artigo 127.

Art. 57. O recurso administrativo não será conhecido quando apresentado:

- I - fora do prazo;
- II - por quem não seja legitimado;
- III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente, ou;
- IV - sem o preenchimento dos requisitos indicados no artigo 31 deste Decreto.

Art. 58. Assim como a defesa administrativa, o recurso administrativo será protocolizado no Protocolo da FMADS/SJ, que o encaminhará imediatamente ao Setor Apoio Administrativo para que proceda a sua juntada no processo administrativo correspondente.

Parágrafo Único: Não serão aceitos protocolos realizados fora da FMADS/SJ.

Art. 59. O recurso administrativo será formulado por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto na decisão administrativa de primeiro grau, bem como a indicação do número do processo administrativo a ser juntado, do número do Auto de Infração combatido e dos documentos que o Autuado pretende juntar, devidamente justificados.

Art. 60. Nos casos em que não ocorrer apresentação de Recurso, o processo administrativo será encaminhado para o Superintendente da FMADS/SJ para que inicie a fase de cumprimento da decisão administrativa.

Art. 61. O Recurso Administrativo será dirigido a Autoridade Julgadora que o receberá, no seu efeito devolutivo ou suspensivo, e o

remeterá a Junta Administrativa de Recurso de Infração Ambiental - JARIA.

Parágrafo Único. Quanto a penalidade de multa o efeito suspensivo será automático.

Art. 62. A autoridade superior responsável pelo julgamento do Recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Art. 63. As multas estarão sujeitas à atualização monetária desde a lavratura do auto de infração até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

Art. 64. Após o julgamento, a JARIA restituirá o processo ao órgão ambiental de origem, para que efetue a notificação do interessado, dando ciência da decisão proferida nos termos do artigo 9, parágrafos 2º e 3º deste Decreto.

Art. 65. Os processos administrativos instaurados anteriormente a data de vigência deste Decreto, obedecerão os trâmites aqui estabelecidos.

Art. 66. Os casos omissos nesta Decreto Municipal terão seu encaminhamento administrativo definido pelo Superintendente da FMADS/SJ, à luz dos critérios técnicos e legais aplicáveis a cada caso.

Art. 67. Fica revogado o Decreto Municipal n.º 22.343/2006 e os demais decretos e dispositivos que contrariem o presente Decreto.

Art. 68. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal em São José/SC, 25 de fevereiro de 2015
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA
Superintendente do FMADS

• ANEXO ÚNICO

Art. 1º Considera-se infração administrativa ambiental, nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998 toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 2º A fiscalização do cumprimento desta Resolução e demais normas de proteção ambiental será exercida pela FMADS/SJ através da Guarda Municipal - Setor Ambiental e pelos Técnicos integrantes da FMADS/SJ.

Parágrafo único. A competência para exercício da fiscalização de que trata este artigo não exclui a de outros órgãos ou entidades federais ou estaduais no que se relaciona com a proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Art. 3º Na lavratura do Auto de Infração Ambiental - AI deverá ser observado pelo Fiscal de Meio Ambiente a descrição sumária dos fatos constitutivos da infração ambiental, a identificação do responsável/Autuado, a indicação do prazo para defesa administrativa, capitulação, penalidades, valor da multa, considerando a abrangência e a gravidade da infração e os danos dela resultantes.

Parágrafo único. Na apuração da infração ambiental, o Fiscal de Meio Ambiente, deverá identificar a autoria e a materialidade da violação da norma ambiental.

Art. 4º Para a constatação da infração ambiental serão adotadas

as providências fiscalizatórias com a realização de vistoria, observando os procedimentos abaixo relacionados:

a. Identificar corretamente a localização da infração ambiental, através de croqui, quantificando a área atingida e outros objetos jurídicos lesados, tais como quantidade de vegetação ou árvores, metro cúbico de terra removida, área construída, afastamento do curso d'água e largura deste, etc.;

a. Apresentar-se previamente como Fiscal de Meio Ambiente da FMADS/SJ, portando colete e respectiva credencial funcional;

a. Identificar o responsável pela infração ambiental;

a. Agir com objetividade e tratar as pessoas com urbanidade;

a. Coletar dados e informações da infração ambiental;

a. Solicitar documentos no caso de obra, serviço ou atividade;

a. Atentar para a existência de alvará, autorização, licenciamento ambiental, quando couber;

a. Analisar a documentação quando apresentada;

a. Verificar a relação da legislação em vigor com os danos ambientais identificados;

a. Identificar as irregularidades e dispositivos legais infringidos e informar ao responsável;

a. Lavrar o Auto de Infração Ambiental - AI, coletar informações do responsável (CPF/CNPJ) e solicitar a assinatura do mesmo;

§ 1º Constatada a irregularidade e/ou dano ambiental, o Fiscal de Meio Ambiente deverá comunicar imediatamente ao responsável ou a outras pessoas que estejam na obra, serviço ou atividade a imediata paralisação (embargo preventivo);

§ 2º Sempre que possível, ocorrendo a paralisação/embargo preventivo da atividade deverão ser apreendidos materiais e ferramentas que possam possibilitar a continuidade dos trabalhos;

§ 3º Havendo, no curso da ação fiscalizatória, a constatação da existência de alvará urbanístico, autorização ou licenciamento ambiental, o Fiscal de Meio Ambiente deverá comunicar o fato imediatamente ao seu superior hierárquico.

Art. 5º Como regra o Auto de Infração Ambiental - AI deverá ser entregue pessoalmente ao responsável/Autuado, ou no caso de impossibilidade, deverá ser enviado via postal através de Aviso de Recebimento - AR, ou outro meio válido que assegure a certeza da ciência do notificado.

§ 1º O Auto de Infração Ambiental - AI deverá ser preenchido em todos os campos de forma legível, sem emendas ou rasuras.

§ 2º O Fiscal de Meio Ambiente deverá assinar e solicitar a assinatura do responsável no ato da lavratura e no caso de recusa, o fato deverá ser registrado no campo específico e certificado por duas testemunhas.

§ 3º No caso do responsável/Autuado receber, mas recusar-se a assinar o Auto de Infração Ambiental - AI, o fato deverá ser registrado no campo específico e certificado por duas testemunhas.

§ 4º No caso de recusa de recebimento pelo responsável/Autuado, a via correspondente do Auto de Infração Ambiental - AI deverá ser remetida, por via postal com o Aviso de Recebimento - AR, ou outro meio válido que assegure a certeza da ciência do notificado.

§ 5º No caso de ausência do responsável, o fato deverá ser registrado e a via correspondente do Auto de Infração Ambiental deverá ser remetida, conforme especificado no caput deste artigo.

Art. 6º O Auto de Infração Ambiental será lavrado em 3 (três) vias, de igual teor, observando o correto preenchimento dos campos próprios, com as seguintes destinações:

I - 1ª via: Responsável/Autuado;

II - 2ª via: Diretor Operacional para que tome conhecimento e determine a instauração do Processo Administrativo.

III - 3ª via: Bloco, controle do Fiscal de Meio Ambiente.

§ 1º Ocorrendo erro de preenchimento do Auto de Infração Ambiental, o mesmo deverá ser anulado, mantendo todas as vias anuladas no bloco, devendo ser lavrado outro auto com as correções que se fizerem necessárias.

Art. 7º Após a lavratura do Auto de Infração Ambiental será instaurado o Processo Administrativo para apuração da infração ambiental nos termos desta Resolução.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA
Superintendente do FMADS

DECRETO Nº 4153/2015

DECRETO Nº 4153/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ALINE MARIA TOMAZ do cargo de Assessor II - Administrativo - CCM 2, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4154/2015

DECRETO Nº 4154/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora REGINA CÉLIA STOLK FRANCISCO do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4155/2015

DECRETO Nº 4155/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor NORBERTO JOSÉ MURARO do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4156/2015

DECRETO Nº 4156/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARLUZA MARIA CADORE DE SOUZA do cargo de Assessor I Administrativo - CCM 01, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4157/2015

DECRETO Nº 4157/2015
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, GABRIEL COSTA HACKBARTH, matrícula: 35.621-2, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 21 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4168/2015

DECRETO Nº 4168/2015
CESSÃO DE SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Convênio de Cooperação Técnico-Institucional firmado entre a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e o Município de São José,

CONSIDERANDO, a solicitação da Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, por meio do Ofício GABS/SST N.º 100/2015, para que o servidor ocupe cargo em provimento de Comissão no Estado.

DECRETA:

Art. 1º - Fica à disposição da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, o servidor municipal EVERALDO ODILIO LEITE, matrícula N.º 170020, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com ônus para o destino, até o dia 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4169/2015

DECRETO Nº 4169/2015
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora ISABELA APARECIDA KUHNEN MEIRELLES, matrícula 1.910-0, a função gratificada de Supervisor de Setor, nível FG-SU.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4173/2015

DECRETO Nº 4173/2015
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor GILMAR DE BRITO do cargo em comissão de Direção II dos Centros de Saúde - CCM 05, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4174/2015

DECRETO Nº 4174/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor OSMAR PEDRO STEIMBACH do cargo de Assessor IV Administrativo - CCM 03, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4175/2015

DECRETO Nº 4175/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado OSMAR PEDRO STEIMBACH para exercer o cargo em comissão de Direção II dos Centros de Saúde - CCM 05, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4176/2015

DECRETO Nº 4176/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CHARLES AUGUSTO MACÁRIO do cargo de Assessor I Administrativo - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4178/2015

DECRETO Nº 4178/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado CHARLES AUGUSTO MACÁRIO para exercer o cargo em comissão de Assessor IV Administrativo - CCM 03, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL Nº. 011/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 011/2015/FUNDESJ

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES VISITANTES POR TEMPO DETERMINADO - EDITAL Nº 008/2015/FUNDESJ - APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ - Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado após a análise dos recursos citados abaixo, nos termos do Edital nº 008/2015/FUNDESJ, é o constante no Anexo Único.

Recursos Recebidos:

Inscrição nº 013 - Processo 294/15 - CPF do candidato: 057.687.479-58

Situação do Recurso: Indeferido.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 23 de março de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO ÚNICO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 008/2015/FUNDESJ

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência nos Anos Iniciais

Vaga 1.1 – Disciplina: Educação na Perspectiva Inclusiva	
Inscrição	CPF do Candidato
004	023.437.409-84
007	009.245.799-19
010	417.660.169-87
018	422.549.570-15

Vaga 1.2 – Disciplina: Seminários de Aprofundamento: Literatura, Artes Visuais, Música, Mídias, Oficina de Materiais Lúdicos, Cultura Africana

Inscrição	CPF do Candidato
001	976.388.200-10
003	022.015.944-06

Vaga 1.3 – Disciplina: Linguagens Integradoras: Língua Portuguesa, Literatura e Arte	
Inscrição	CPF do Candidato
008	356.260.469-68
017	724.177.300-49

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência na Educação Infantil

Vaga 2.1 – Disciplina: Linguagens Brincadeira e Interação	
Inscrição	CPF do Candidato
006	548.457.939-20
011	977.218.080-49
019	422.549.570-15

Vaga 2.2 – Disciplina: Linguagem: Oralidade e Escrita	
Inscrição	CPF do Candidato
012	044.163.659-42
014	958.795.010-00
015	724.177.300-49
026	356.260.469-68

Vaga 2.3 – Disciplina: Metodologia de Pesquisa com Crianças	
Inscrição	CPF do Candidato
005	023.437.409-84
022	783.614.279-53
024	469.322.329-87

Vaga 2.4 – Disciplina: Linguagem, Expressão e Arte: Musical, Cênicas e Visual	
Inscrição	CPF do Candidato
009	954.552.720-04

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 008/2015/FUNDESJ

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência nos Anos Iniciais

Vaga 1.3 – Disciplina: Linguagens Integradoras: Língua Portuguesa, Literatura e Arte	
Inscrição	CPF do Candidato
016	007.195.770-71

Motivo do Indeferimento da Inscrição: candidato não apresentou comprovação de 1 (um) ano de serviço no magistério superior, conforme requisito exigido no Edital.

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência na Educação Infantil

Vaga 2.1 – Disciplina: Linguagens Brincadeira e Interação	
Inscrição	CPF do Candidato
021	867.761.931-34

Motivo do Indeferimento da Inscrição: candidato não apresentou comprovação de 1 (um) ano de serviço no magistério superior, conforme requisito exigido no Edital.

Vaga 2.2 – Disciplina: Linguagem: Oralidade e Escrita	
Inscrição	CPF do Candidato
013	057.687.479-58
020	024.430.709-13
025	874.324.719-91

Motivo do Indeferimento da Inscrição: candidatos não apresentaram comprovação de 1 (um) ano de serviço no magistério superior, conforme requisito exigido no Edital.

Vaga 2.3 – Disciplina: Metodologia de Pesquisa com Crianças	
Inscrição	CPF do Candidato
002	022.342.769-18
023	455.271.139-34

Motivo do Indeferimento da Inscrição: candidatos não apresentaram comprovação de 1 (um) ano de serviço no magistério superior, conforme requisito exigido no Edital.

EDITAL Nº. 012/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 012/2015/FUNDESJ

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES VISITANTES - EDITAL Nº 008/2015/FUNDESJ

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ - Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A classificação final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 008/2015/FUNDESJ. É o constante no anexo único.

2. Período de recursos: 24/03/2015.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 23 de fevereiro de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 008/2015/FUNDESJ

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência nos Anos Iniciais

Vaga 1.1 – Disciplina: Educação na Perspectiva Inclusiva

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
004	023.437.409-84	348,3	10,00	1º
010	417.660.169-87	227,0	6,52	2º
007	009.245.799-19	203,3	5,84	3º
018	422.549.570-15	134,0	3,85	4º

Vaga 1.2 – Disciplina: Seminários de Aprofundamento: Literatura, Artes Visuais, Música, Mídias, Oficina de Materiais Lúdicos, Cultura Africana

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
001	976.388.200-10	268,1	10,00	1º
003	022.015.944-06	97,0	3,62	2º

Vaga 1.3 – Disciplina: Linguagens Integradoras: Língua Portuguesa, Literatura e Arte

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
008	356.260.469-68	479,5	10,00	1º
017	724.177.300-49	69,5	1,45	2º

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência na Educação Infantil

Vaga 2.1 – Disciplina: Linguagens Brincadeira e Interação

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
006	548.457.939-20	425,0	10,00	1º
019	422.549.570-15	134,0	3,15	2º
011	977.218.080-49	86,3	2,03	3º

Vaga 2.2 – Disciplina: Linguagem: Oralidade e Escrita

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
026	356.260.469-68	331,5	10,00	1º
014	958.795.010-00	88,5	2,67	2º
012	044.163.659-42	86,0	2,59	3º
015	724.177.300-49	69,5	2,10	4º

Vaga 2.3 – Disciplina: Metodologia de Pesquisa com Crianças

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
005	023.437.409-84	348,0	10,00	1º
022	783.614.279-53	200,5	5,76	2º
024	469.322.329-87	169,2	4,86	3º

Vaga 2.4 – Disciplina: Linguagem, Expressão e Arte: Musical, Cênicas e Visual

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
009	954.552.720-04	80,0	10,00	1º

A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do candidato, em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$$NFPT = PBC \times 10 / PB$$

Onde: NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as)

ERRATA A ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2014 - RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA A ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2014 - RETIFICADO - Processo nº 408/2014 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 23/03/2015, ONDE SE LÊ: "ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 23 de abril de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 23 de abril de 2014." LEIA-SE: "ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 23 de abril de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 23 de abril de 2015." Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras..

FÓRUM MUNICIPAL DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

CONVOCA Ç Ã O

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, usando da competência que lhe confere o artigo 3º, § 3º da Lei nº 4.047, de 17 de novembro de 2003, resolve CONVOCAR, Entidades de Defesa de Direitos, juridicamente constituída, em regular funcionamento e com atuação no município de São José, para participarem do Fórum Municipal das Entidades Não Governamentais com vistas à eleição de um representante de Entidade de Defesa de Direitos, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPD/SJ, para o biênio 2013/2015, que será realizado no dia 23 de abril de 2015, às 14 horas, na Casa dos Conselhos de Direitos de São José, localizada na Rua Coronel Américo, nº25, Barreiros, São José, fone (48)3249-3668.

São José, 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

FORUM MUNICIPAL DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO JOSÉ

ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO DE ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL PARA COMPOR O CMPD/SJ (BIÊNIO 2013 A 2015).

Informações gerais:

Data: 23/04/2015

Local: CASA DOS CONSELHOS DE DIREITOS, situado na Rua: Coronel Américo, Nº 25, Barreiros - São José/SC (ao lado da Cantina Zabet) - Fone: (48) 3249-3668.

Horário: 14h

- Inscrição de uma Entidade de Defesa de Direitos para suprir a

vacância e participar do processo eleitoral para compor o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência.

- Cada entidade participará com um REPRESENTANTE, sendo que poderão participar na condição de ouvintes quaisquer pessoas/entidades interessadas;

- As entidades estarão concorrendo à vaga destinada a sua categoria de atuação, conforme inciso II do artigo 1º e artigo 2º da Lei Municipal n.º 4.922/2009;

- A entidade será eleita mediante sorteio, sendo que o representante da entidade deverá estar presente.

CRITÉRIOS PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL DO FÓRUM E CANDIDATAR-SE PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO JOSÉ:

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO

I - Fotocópia do Estatuto devidamente registrado;

II - Fotocópia da Ata de fundação;

III - Fotocópia da Ata da última eleição;

IV - Carta do Presidente da Entidade indicando o seu representante;

V - CNPJ.

Obs. 1- Não serão aceitas inscrições após as 17h do dia 13/04/2015.

2- Os documentos deverão ser encaminhados antecipadamente para a Secretaria Executiva dos Conselhos de Direitos (CASA DOS CONSELHOS DE DIREITOS), situado na Rua: Coronel Américo, Nº 25, Barreiros - São José/SC (ao lado da Cantina Zabot).

Mais esclarecimentos pelo telefone: (48) 3249-3668 com Joice/Geofilho.

São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 066 DE 25 DE MARÇO DE 2015

INSTITUI O JARDIM BOTÂNICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AMBOS VINCULADOS À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A presente Lei Complementar destina-se estabelecer as normas de instituição do Jardim Botânico Municipal de São José e do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

CAPÍTULO I

DO JARDIM BOTÂNICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Art. 2º - Fica instituído o Jardim Botânico Municipal de São José - JBMSJ, diretamente vinculado à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo único - A Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável será responsável pela implantação, planejamento e administração do Jardim Botânico de São José, sem prejuízo das suas demais atribuições.

Art. 3º - O Jardim Botânico Municipal tem por finalidade desenvolver atividades de pesquisa, programas e projetos de conservação e desenvolvimento da flora, com ênfase na flora regional, observadas as diretrizes da política de meio ambiente do Município e demais normas pertinentes nas esferas municipal, estadual e federal.

§ 1º - Entende-se como Jardim Botânico a área protegida, constituída, no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do país, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente.

§ 2º - O Jardim Botânico Municipal terá por objetivo:

I - promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

II - proteger, inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - manter bancos de germoplasma ex situ e reservas genéticas in situ;

IV - realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando à plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;

V - promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais, internacionais e estrangeiros;

VI - estimular e promover a capacitação de recursos humanos.

Art. 4º - O Jardim Botânico Municipal de São José reger-se-á pelas disposições da presente Lei Complementar, pelas normas da Fundação Municipal de Meio Ambiente e por regimento interno a ser homologado por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único - No regimento interno do Jardim Botânico, estarão descritas todas as competências, regulamentos e demais procedimentos administrativos próprios.

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente:

I - determinar a orientação geral dos trabalhos do Jardim Botânico Municipal, observadas as diretrizes da política municipal do meio ambiente e demais normas das esferas municipal, estadual e federal;

II - aprovar o regimento interno do Jardim Botânico Municipal;

III - propor alterações ao regimento interno do Jardim Botânico e submetê-lo à homologação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - Para gerir as unidades de conservação e o Jardim Botânico Municipal, fica criada a estrutura administrativa, no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

I - Diretoria de Unidades de Conservação, com as seguintes atribuições:

a) coordenar a implantação e realizar a administração das unidades de conservação ambiental, hortos e viveiros de plantas pertencentes ao Município e à Fundação do Meio Ambiente, subordinando-se aos atos e determinações do Superintendente da Fundação;

b) coordenar a implantação e exercer a administração do Jardim Botânico Municipal de São José e de outras unidades semelhantes que vierem a ser instituídas, subordinando-se aos atos e determinações do Superintendente da Fundação;

c) cumprir e fazer cumprir atos, orientações e diretrizes da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando-lhe contas de suas ações, atividades e projetos desenvolvidos;

II - Gerência Técnica de Unidades de Conservação, com as seguintes atribuições:

a) adotar as medidas necessárias ao gerenciamento técnico das unidades de conservação ambiental, hortos e viveiros de plantas pertencentes ao Município e à Fundação do Meio Ambiente;

b) promover as medidas necessárias ao gerenciamento técnico do Jardim Botânico Municipal de São José e de outras unidades semelhantes que vierem a ser instituídas;

c) acatar atos e determinações da Diretoria de Unidades de Conservação, prestando-lhe contas de suas ações, atividades e projetos desenvolvidos.

Parágrafo único - A fim de compor a estrutura administrativa descrita no caput e incisos deste artigo, ficam criados, no Anexo VIII da Lei Complementar nº 014/2004, com as alterações oriundas da Lei Complementar nº 032/2009, os seguintes cargos de provimento em comissão, com lotação na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

CARGO	FUNÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE
Diretor	de Unidades de Conservação	CCM-7	01
Gerente Técnico	de Unidades de Conservação	CCM-6	01

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

Art. 8º - Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - dotações orçamentárias a ele destinadas;

II - créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III - produto de multas impostas por infração à legislação ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente;

IV - receitas decorrentes do licenciamento ambiental promovido pela Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

V - doações de pessoas físicas e jurídicas;

VI - doações de entidades nacionais e internacionais;

VII - recursos oriundos de acordos, termos de ajustamento de conduta, contratos, consórcios e convênios;

VIII - preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

IX - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

X - indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XI - compensação financeira ambiental;

XII - outras receitas eventuais.

Parágrafo único - As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, administrada e gerida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

Art. 10 - O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e suas contas submetidas à apreciação do mencionado Conselho e do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 11 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I - custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II - custear e financiar a aquisição de bens e serviços destinados à consecução da missão institucional da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

III - financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não-governamentais que visem:

a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;

b) o desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;

c) o treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;

d) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;

e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente;

f) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 12 - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas legislações federal, estadual ou municipal vigentes.

Art. 13 - As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - Observado o disposto na legislação pertinente, a Chefe do Poder Executivo fica autorizada a:

I - efetuar a doação, sem encargos, para a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da:

a) Área Institucional nº 06 do Loteamento Residencial Jardim Botânico de São José, com área total equivalente a 2.321,40m², matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São José/SC sob o nº 86.455, de propriedade do Município de São José;

b) Área Verde nº 11 do Loteamento Residencial Jardim Botânico de São José, com área total equivalente a 4.849,86m², matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São José/SC sob o nº 86.470, de propriedade do Município de São José;

II - receber, por meio de doação sem encargos, em nome da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para instalação do Jardim Botânico Municipal de São José, os seguintes bens:

a) uma edificação com área total equivalente a 755,44m², destinada à sede administrativa e ao museu/espço de exposições do Jardim Botânico, e uma estufa de plantas com área total correspondente a 63,24m², destinada à atividade operacional do Jardim Botânico Municipal, ambas situadas sobre a Área Institucional nº 06, descrita na alínea "a" do inciso anterior;

b) uma edificação que abriga um anfiteatro ao ar livre, destinado à atividade operacional do Jardim Botânico Municipal, situado sobre a Área Verde nº 11, descrita na alínea "b" do inciso anterior;

c) uma área de terras com 160.500,50m², localizada na Rua Acefino Pereira, s/nº, com perímetro de 2.866,99m, limítrofe ao Loteamento Residencial Jardim Botânico de São José;

III - abrir créditos especiais para atender despesas decorrentes da implantação e manutenção do Jardim Botânico Municipal, do

Fundo Municipal do Meio Ambiente e das demais disposições da presente Lei Complementar.

Art. 15 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com exceção dos artigos 3º, 4º e 14 que produzirão efeitos a partir de 31 de julho de 2015, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LEI N.º 5.470 DE 20 DE MARÇO DE 2015

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº. 4.742, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica alterado o Artigo 1.º da Lei Ordinária Municipal de n.º 4.742 de 18 de fevereiro de 2009, passando a vigorar com a seguinte alteração conforme abaixo:

“Art. 1.º - Fica alterada a adequação e o uso da área constante do Anexo I, do Plano Diretor, Lei 1.605/85, de 17 de abril de 1985, parte da ARP - Área Residencial Predominante, delimitada pela Lei n.º 4.097/2003, da área compreendida entre a Rua das Embaúbas, até o encontro com a APL - Área de Preservação Limitada, extremado com esta até junção à Rua Coletor Irineu Comelli, seguindo até a AMS - Área Mista de Serviço (Marginal da BR 101) e parte da ARP - Área Residencial Predominante, delimitada pela Lei 4.209/2004, da área compreendida pelo ponto de coordenadas E=733411.6092 e N=6943481.1433 sobre o eixo da Rua Coletor Irineu Comelli; deste pelo eixo da Rua Coletor Irineu Comelli até o ponto de coordenadas E=733457.2298 e N=6943348.8045; deste em linha reta e seca até o ponto de coordenadas E=733618.2755 e N=6943526.628 sobre o eixo da Rua Madre Joana de Gusmão; deste pelo eixo da Rua Madre Joana de Gusmão até o ponto de coordenadas E=733504.5503 e N=6943589.781 e deste em linha reta e seca até o ponto inicial sobre o eixo da Rua Coletor Irineu Comelli”.

Paço Municipal, em São José (SC), 20 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO Nº. 005/2015.

RESOLUÇÃO Nº. 005/2015.

APROVA A ALTERAÇÃO DA NOVA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA, SIMONIA APARECIDA GOMES MARTINS COMO SECRETÁRIA GERAL DO CMDCA/SJ, PARA O MANDATO DE 13 DE AGOSTO DE 2014 ATÉ 13 DE MAIO DE 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 13 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO que o Regimento Interno prevê que o mandato da Mesa Diretora é de um ano;

CONSIDERANDO que o mandato dos atuais Conselheiros encerrará em maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a nova composição da Mesa Diretora do CMDCA/SJ, para o mandato de 13 de agosto de 2014 até 13 de maio de 2015, conforme listado abaixo:

Presidente: LILIANE FERREIRA DA SILVA;

Vice-Presidente: CÍNTIA NOÊMIA SALLES;

Secretária Geral: SIMONIA APARECIDA GOMES MARTINS

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

São José, 24 de março de 2015.

LILIANE FERREIRA DA SILVA

Presidente do CMDCA/SJ

TERMO ADITIVO/TA Nº 049/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 049/2014-01 - DL 005/2014 - Processo 009/2014 - Locador: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Caetano José Ferreira, esquina com a Rua Jair Vieira, nº 076, Kobrasol - São José/SC, destinado à ampliação das instalações do Centro Universitário São José - USJ. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 049/2014 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 21/02/2015. Reajuste: fica reajustado o valor do Contrato nº 049/2014 pelo índice do IGPM - FGV, referente ao período de 02/2014 a 01/2015, o qual corresponde ao percentual de 3,67%. Data da assinatura: 19 de fevereiro de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 079/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 079/2014-01 - TP 002/2014 - Processo 012/2014 - Contratado: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da rua Lindolfo Francisco de Melo e travessa, no bairro Santo Antônio. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 079/2014 por mais 60 (sessenta) dias, com efeitos a partir de 25/06/2014 para o prazo de execução e de 25/08/2014 para o prazo de vigência. Supressão: Ficam suprimidos os itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.6 do Contrato original, os quais equivalem a 8,10% e importam em R\$ 20.749,66 (vinte mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos). Acréscimo Qualitativo: O Contrato nº 079/2014 fica alterado qualitativamente no percentual de 23.04%, cujo valor corresponde a R\$ 59.033,75 (cinquenta e nove mil, trinta e três reais e setenta e cinco centavos). Acréscimo Quantitativo: O Contrato original fica alterado quantitativamente no percentual de 1,96%%, cujo valor importa em R\$ 3.052,68 (três mil, cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos). Valor: O valor total do Contrato nº 079/2014 vigorará a partir deste Termo com o valor de R\$ 299.484,05 (duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos). Data da assinatura: 13 de novembro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 080/2013-04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 080/2013-04 - PR 007/2013 - Processo 015/2013 - Contratado: GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Empresa para locação de 02 (duas) escavadeiras hidráulicas com motorista, 01 (uma) retro escavadeira com motorista, 01 (um) caminhão basculante de no mínimo 6 (seis) m³ com motorista e 01 (um) caminhão basculante de no mínimo 10 (dez) m³ com motorista para serem utilizados no desassoreamento de rios, valas, córregos e canais do Município de São José/SC. Readequação Quantitativa de Valor: Fica acrescido R\$ 54.750,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos e cinquenta reais) ao Contrato nº 080/2013, essa readequação quantitativa representa uma variação de 22,73% (vinte e dois vírgula setenta e três por cento), conforme justificativa exarada pela Secretaria de Infraestrutura. Assim passando a vigorar o valor total do Contrato original em R\$ 295.650,00 (duzentos e noventa e cinco mil e seiscentos e cinquenta reais). Data da assinatura: 12 de fevereiro de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 156/2011-04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 156/2011-04 - DL 006/2011 - Processo 035/2011 - Locador: VILSON VIDOMAR SILVA. Objeto: Locação de imóvel localizado na travessa crispim gabriel souza, nº 66, Centro - São José/SC, com uma área de 369,54 m², e um prédio comercial, sendo que no primeiro pavimento uma área de 143,99 m², no segundo pavimento uma área de 173,64 m² e quadra de esportes (ático) com uma área de 177,20 m², e mais uma área com parque e solário com 226,17 m², num total de 721 m². Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 156/2011 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 12/03/2015. Valor: O locador renuncia a qualquer reajuste dos últimos 12 (doze) meses. Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2015.

TERMO DE AFETAÇÃO DE BEM IMÓVEL AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

TERMO DE AFETAÇÃO DE BEM IMÓVEL AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

INSTRUMENTO DE AFETAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARTE DE IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA ACIONI SOUZA FILHO, PRAIA COMPRIDA, NESTA CIDADE.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adelianna Dal Pont, e pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Orvino Coelho de Ávila, RESOLVE afetar ao serviço público municipal, com a finalidade de construção e instalação da nova sede do Poder Legislativo Municipal, a área de 4.994,87 m² (quatro mil novecentos e noventa e quatro vírgula oitenta e sete metros quadrados), com perímetro de 332,12 m (trezentos e trinta e dois vírgula doze metros), integrante de uma área maior cedida pela União por meio do Contrato de Cessão celebrado em 26 de junho de 2014, lavrado às folhas 153 a 175 do livro 12 da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, conforme Portaria Autorizativa MPOG nº 207, de 05 de junho de 2014, possuindo a área afetada a seguinte descrição: Partindo-se do vértice 1 com coordenadas X= 734559.8413 e Y=6944187.7493, seguindo com azimute 116°20'16" e distância 26,20m chega-se ao vértice 2

com coordenadas X=734583.3254 e Y=6944176.1234. Deste com azimute de 134°35'55" e distância 8,90m chega-se ao vértice 3 com coordenadas X=734589.6155 e Y=6944169.9208, perfazendo um total de 35,10m confrontando com Rua José da Costa Vaz. Deste com azimute de 233°12'51" e distância 131,15m chega-se ao vértice 4 com coordenadas X=734484.5762 e Y=6944091.3819, confrontando com Avenida Acioni de Souza Filho. Deste com azimute de 325°55'28" e distância 48,55m chega-se ao vértice 5 com coordenadas X=734457.3771 e Y= 6944131.5918. Deste com azimute de 338°45'19" e distância 0,55m chega-se ao vértice 6 com coordenadas X=734457.1775 e Y=6944132.1053, perfazendo um total de 49,10m confrontando com Futuras Instalações Tribunal Regional do Trabalho. Deste com azimute de 61°32'32" e distância 116,77m chega-se ao vértice 1, ponto de origem deste memorial, confrontando com Bistek Supermercados. Por força do presente Termo de Afetação de Bem Imóvel ao Serviço Público Municipal, os Poderes Executivo e Legislativo, por seus respectivos representantes, resolvem que caberá ao Poder Legislativo Municipal a gestão da área ora afetada, assim como a observância das normas inerentes à cessão realizada pela União ao Município. E, para constar, eu, _____, Clóvis Renato Squio, Procurador Geral do Município, lavrei o presente termo em três vias de igual teor e forma que vai assinado pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Paço Municipal, em São José (SC), 19 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT	ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeita Municipal	Presidente da Câmara Municipal

Testemunhas:

Ass: _____	Ass: _____
Nome:SANDERSON ALMECI DE JESUS	Nome:NERI OSWALDO DO AMARAL
CPF: _____	CPF: _____

TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2010, CONCORRÊNCIA 001/2010, CONTRATO 262/2010

TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2010, CONCORRÊNCIA 001/2010, CONTRATO 262/2010

É objeto do presente apostilamento a alteração da cláusula segunda do contrato nº 262/2010, a qual versa sobre a fiscalização do contrato, sendo que a mesma passa a ser de responsabilidade da servidora Cintia Luciane de Quadros Fagundes - Matrícula nº 22.720 - CREA/SC nº 086945-2.

A presente fiscalização se dá com data retroativa a 01 de março de 2015.

O apostilamento não alcançará as demais cláusulas contratuais.

São José/SC, 23 de março de 2015.

RODRIGO DE ANDRADE

Secretário Executivo de Projetos Especiais

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/SJ

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o processo de avaliação clínica diagnóstica e o atendimento reabilitatório dos educandos da Rede Municipal de Ensino

VIGÊNCIA: 03/2015 a 12/2015.

LOCAL E DATA: São José, SC, 25 de Fevereiro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Méri Terezinha de Melo Hang e Amélia Inácia de Medeiros Ludwig.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 57/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 57/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO BELA VISTA

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 56 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José, SC, 10 de Março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Méri Terezinha de Melo Hang e Peri Ouriques

TERMO DE CONVÊNIO Nº 63/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 63/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO DE FORQUILHAS.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 65 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José, SC, 20 de Março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Méri Terezinha de Melo Hang e Inocência de Lima

CÂMARA MUNICIPAL**ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL N.02/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 010/2015

Objeto:

A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Terceirizados na Câmara Municipal de São José/SC, conforme a relação dos postos previstos no Anexo I do Edital.

A íntegra do edital estará disponível no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/editais>

Abre-se o presente edital com data período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 08/04/2015 às 14h:-00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 08/04/2015 às 14h30min.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 23 de março de 2015

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA

Diretora de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 13.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 13.2015

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Conveniente: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS MATE AMARGO

Valor Total: R\$10.000,00 (dez mil reais)

Vigência: Início: 18/03/2015 a 18/05/2015.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto auxiliar no pagamento de despesas do evento: 11º Rodeio Crioulo Interestadual, a ser realizado no Parque de Exposições Balduino Schneider, dias 20, 21 e 22 de março de 2015, com auxílio no pagamento de aluguel de animais utilizados nas competições tradicionais do evento, promovendo o nome do município e levando, em evidência, as atividades tradicionais do grupo para todos os Cedrenses.

DECRETO Nº. 001/2015 - SF

DECRETO Nº. 001/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 8º, II, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ -PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"56" 3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$55.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), Recursos Atenção Básica - PMAQ, Fonte 1.0038, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ -PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"53" 3.1.90.11.00.00.1.0038 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$55.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de janeiro de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 27 de janeiro de 2015.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 002/2015 - SF

DECRETO Nº. 002/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.168.900,92 (hum milhão, cento e sessenta e oito mil, novecentos reais e noventa e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

"393" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações
..... R\$ 1.168.900,92

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDAM, Fonte 1.0000 no valor de R\$ 1.168.900,92 (hum milhão, cento e sessenta e oito mil, novecentos reais e noventa e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de janeiro de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 27 de janeiro de 2015.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 003/2015 - SF

DECRETO Nº. 003/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.4317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.039,16 (dois mil e trinta e nove reais com dezesseis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"59" 3.3.90.39.00.00.1.0023 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$ 2.039,16

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizados os recurso relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso Convênio reforma UBS/Cidade, Fonte 1.0023, no valor de R\$ 2.039,16 (dois mil e trinta e nove reais com dezesseis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de fevereiro de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de fevereiro de 2015.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 028/2015 - SF

DECRETO Nº. 028/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO
"325" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica....R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO
"324" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 029/2015 - SF

DECRETO Nº. 029/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"30" 3.3.50.43.00.00.1.0002 Subvenções Sociais
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), Recursos Transferências de Impostos - Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"27" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Subvenções Sociais
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 050/2015 - SF

DECRETO Nº. 050/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.040 DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
"414" 3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$27.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE MARÇO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 051/2015 - SF

DECRETO Nº. 051/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
03	DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR	
1.039	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS	
"404"	4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações	
		R\$9.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE MARÇO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EXTRATO CHAMADA PUBLICA N.35/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de São José do Cedro - SC

Processo Licitatório N.35/2015

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Chamada Pública n.01/2015, para Credenciamento, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e convidam os Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais a apresentarem propostas de preços para "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar/PNAE, conforme Lei Federal 11.947/2009, resolução CD/FNDE nº038/2009, resolução CD/FNDE nº 025/2012, resolução CD/FNDE nº 26/2013". Apresentação da habilitação e proposta será até dia 14/04/2015 as 17:00 horas, no departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:45 as 11:45 e das 13:30 as 17:30 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, ou por e-mail: compras@prefcedro.sc.gov.br, ou informações pelo fone 49 36430247. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.34/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº34/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 34/2015, Edital de Pregão Nº 34/2015, Objeto: contratação de seguro para o veículo ônibus, placa qhj-9681, da secretaria da educação, visando assegurar os usuários, o patrimônio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 07/04/2015. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 07/04/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				Até o Bimestre/2014	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS			DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

28/02/2015

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

28/02/2015

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII RUDIMAR CESAR WINTER DÉBORA PAGNO
PREFEITO CONTROLE INTERNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-4

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	30.930.078,91
Previsão Atualizada		—	30.930.078,91
Receitas Realizadas		5.696.005,01	5.696.005,01
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	147.477,57
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	30.930.078,91
Créditos Adicionais		—	2.892.483,51
Dotação Atualizada		—	33.822.562,42
Despesas Empenhadas		10.834.055,57	10.834.055,57
Despesas Liquidadas		4.591.060,00	4.591.060,00
Superavit Orçamentário		—	1.104.945,01
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		10.834.055,57	10.834.055,57
Despesas Liquidadas		4.591.060,00	4.591.060,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			30.338.434,66
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-2.899.696,10	-1.123.334,44
Resultado Primário		797.288,11	1.251.461,67
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.155.587,91	0,00	203.091,85
EXECUTIVO	1.155.587,91	0,00	203.091,85
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	627,50	0,00	582,50
EXECUTIVO	627,50	0,00	582,50
TOTAL:	1.156.215,41	0,00	203.674,35
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		777.262,66	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		569.859,40	60%
Liquidadas		569.859,40	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	

Continua 1/2

28/02/2015



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			201.518,26	5.642.178,85
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	56.339,15
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	60.292,73
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	981.560,50	15,00		26,23
Liquidadas	981.560,50			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 0372

28/02/2015



RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.930.078,91	30.930.078,91	5.696.005,01	18,42	5.696.005,01	18,42	25.234.073,90
RECEITAS CORRENTES	30.603.739,76	30.603.739,76	5.450.155,01	17,81	5.450.155,01	17,81	25.153.584,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.588.492,77	2.588.492,77	267.355,65	10,33	267.355,65	10,33	2.321.137,12
IMPOSTOS	1.977.465,45	1.977.465,45	251.111,27	12,70	251.111,27	12,70	1.726.354,18
TAXAS	220.754,82	220.754,82	11.990,63	5,43	11.990,63	5,43	208.764,19
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	390.272,50	390.272,50	4.253,75	1,09	4.253,75	1,09	386.018,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	381.900,00	381.900,00	93.801,97	24,56	93.801,97	24,56	288.098,03
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	381.900,00	381.900,00	93.801,97	24,56	93.801,97	24,56	288.098,03
RECEITA PATRIMONIAL	159.907,74	159.907,74	41.366,08	25,87	41.366,08	25,87	118.541,66
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	159.907,74	159.907,74	41.366,08	25,87	41.366,08	25,87	118.541,66
RECEITA DE SERVIÇOS	2.471.131,16	2.471.131,16	501.590,97	20,30	501.590,97	20,30	1.969.540,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.735.121,68	24.735.121,68	4.147.012,80	16,77	4.147.012,80	16,77	20.588.108,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.635.662,99	24.635.662,99	4.129.295,06	16,76	4.129.295,06	16,76	20.506.367,93
Transf. de Conv.	99.458,69	99.458,69	17.717,74	17,81	17.717,74	17,81	81.740,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	267.186,41	267.186,41	399.027,54	149,34	399.027,54	149,34	-131.841,13
Multas e Juros de Mora	43.010,24	43.010,24	11.451,57	26,63	11.451,57	26,63	31.558,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	346.278,50	0,00	346.278,50	0,00	-346.278,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	70.051,72	70.051,72	21.456,24	30,63	21.456,24	30,63	48.595,48
RECEITAS DIVERSAS	154.124,45	154.124,45	19.841,23	12,87	19.841,23	12,87	134.283,22
RECEITAS DE CAPITAL	326.339,15	326.339,15	245.850,00	75,34	245.850,00	75,34	80.489,15
ALIENAÇÃO DE BENS	56.339,15	56.339,15	0,00	0,00	0,00	0,00	56.339,15
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	46.089,15	46.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	46.089,15
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.250,00	10.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.250,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	270.000,00	270.000,00	245.850,00	91,06	245.850,00	91,06	24.150,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	105.000,00	105.000,00	245.850,00	234,14	245.850,00	234,14	-140.850,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.930.078,91	30.930.078,91	5.696.005,01	18,42	5.696.005,01	18,42	25.234.073,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

28/02/2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.930.078,91	30.930.078,91	5.696.005,01	18,42	5.696.005,01	18,42
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.930.078,91	30.930.078,91	5.696.005,01	18,42	5.696.005,01	18,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	428.963,35	—	—	147.477,57	—
Superávit Financeiro	—	428.963,35	—	—	147.477,57	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.930.078,91	2.892.483,51	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	4.591.060,00	13,57
DESPESAS CORRENTES	27.688.562,42	276.302,89	27.964.865,31	7.921.586,64	7.921.586,64	4.389.541,74	4.389.541,74	15,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.975.745,78	-75.003,77	13.900.742,01	2.521.370,52	2.521.370,52	2.424.137,79	2.424.137,79	17,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	263.605,00	0,00	263.605,00	26.450,98	26.450,98	26.450,98	26.450,98	10,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.449.211,64	351.306,66	13.800.518,30	5.373.765,14	5.373.765,14	1.938.952,97	1.938.952,97	14,05
DESPESAS DE CAPITAL	3.227.516,49	2.616.180,62	5.843.697,11	2.912.468,93	2.912.468,93	201.518,26	201.518,26	3,45
INVESTIMENTOS	2.477.516,49	2.616.180,62	5.093.697,11	2.751.037,17	2.751.037,17	40.086,50	40.086,50	0,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00	0,00	750.000,00	161.431,76	161.431,76	161.431,76	161.431,76	21,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.930.078,91	2.892.483,51	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	4.591.060,00	13,57

Continua 2/3

28/02/2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.930.078,91	2.892.483,51	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	4.591.060,00	29.231.502,42
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.104.945,01	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.930.078,91	2.892.483,51	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	5.696.005,01	29.231.502,42

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	30.443.832,02	5.408.788,93	5.408.788,93	4.632.801,70
Receita Tributária	2.588.492,77	267.355,65	267.355,65	263.404,48
I.P.T.U.	798.433,74	1.419,10	1.419,10	2.156,36
I.S.S.	585.576,36	116.619,67	116.619,67	97.185,17
I.T.B.I.	218.145,23	32.949,38	32.949,38	47.779,10
I.R.R.F.	375.310,12	100.123,12	100.123,12	82.370,73
Outras Receitas Tributárias	611.027,32	16.244,38	16.244,38	33.913,12
Receita de Contribuição	381.900,00	93.801,97	93.801,97	72.225,71
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	381.900,00	93.801,97	93.801,97	72.225,71
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	159.907,74	41.366,08	41.366,08	38.081,42
(-) Aplicações Financeiras	159.907,74	41.366,08	41.366,08	38.081,42
Transferências Correntes	24.735.121,68	4.147.012,80	4.147.012,80	3.991.819,65
F.P.M.	8.124.613,70	1.615.528,39	1.615.528,39	1.640.032,42
I.C.M.S.	6.370.307,72	1.017.826,48	1.017.826,48	943.285,11
Convênios	99.458,69	17.717,74	17.717,74	16.607,20
Outras Transferências Correntes	10.140.741,57	1.495.940,19	1.495.940,19	1.391.894,92
Demais Receitas Correntes	2.738.317,57	900.618,51	900.618,51	305.351,86
Divida Ativa	70.051,72	21.456,24	21.456,24	19.001,75
Diversas Receitas Correntes	2.668.265,85	879.162,27	879.162,27	286.350,11
RECEITAS DE CAPITAL (II)	326.339,15	245.850,00	245.850,00	1.115.147,63
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	969.730,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	56.339,15	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	270.000,00	245.850,00	245.850,00	145.417,63
Convênios	105.000,00	245.850,00	245.850,00	145.200,00
Outras Transferências de Capital	165.000,00	0,00	0,00	217,63
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	270.000,00	245.850,00	245.850,00	145.417,63
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	30.713.832,02	5.654.638,93	5.654.638,93	4.778.219,33
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	27.964.865,31	4.389.541,74	4.389.541,74	3.549.322,79
Pessoal e Encargos Sociais	13.900.742,01	2.424.137,79	2.424.137,79	2.123.064,39
Juros e Encargos da Dívida (IX)	263.605,00	26.450,98	26.450,98	26.740,61
Outras Despesas Correntes	13.800.518,30	1.938.952,97	1.938.952,97	1.399.517,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	27.701.260,31	4.363.090,76	4.363.090,76	3.522.582,18
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.843.697,11	201.518,26	201.518,26	1.189.285,00
Investimentos	5.093.697,11	40.086,50	40.086,50	1.069.748,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	750.000,00	161.431,76	161.431,76	119.536,71
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.093.697,11	40.086,50	40.086,50	1.069.748,29

28/02/2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	14.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.808.957,42	4.403.177,26	4.403.177,26	4.592.330,47
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.095.125,40	1.251.461,67	1.251.461,67	185.888,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	1.591.822,18
Superávit Financeiro	-	-	0,00	1.591.822,18
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				797.288,11

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.769.453,94	1.769.453,94	1.608.022,18
DEDUÇÕES (II)	3.669.334,39	3.669.334,39	4.642.874,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.669.961,89	3.669.961,89	4.651.235,69
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	627,50	627,50	8.361,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.899.880,45	-1.899.880,45	-3.034.852,35
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	99.449,64	99.449,64	87.812,18
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.999.330,09	-1.999.330,09	-3.122.664,53

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2015 (C - A)
VALOR	-1.123.334,44	-1.123.334,44

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.899.696,10

<u>RÉGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em 31 de Dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	627,50	-	45,00	221.522,61	934.065,30	210.874,00	203.091,85	-
EXECUTIVO	0,00	627,50	0,00	45,00	221.522,61	934.065,30	210.874,00	203.091,85	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	186.685,57	12.971,17	127.911,35	126.411,35	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.355,26	8.176,39	8.164,39	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	34,00	34.937,85	17.187,74	15.687,74	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	880,00	520.903,75	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	25.590,00	277.834,52	22.819,97	22.819,97	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.565,15	7.590,15	2.822,05	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.991,00	11.991,00	11.991,00	0,00
SECRETARIADOS ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.617,04	38.206,60	15.197,40	15.195,35	0,00
SECRETARIADOS TRANSPORTES E OBRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	627,50	0,00	45,00	221.522,61	934.065,30	210.874,00	203.091,85	0,00
FONTE:									

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DEBORA PAGNO CONTADOR(A) CRC/SC 037204/00
--------------------------------------------	------------------------------------------	----------------------------------------------

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.060.380,52	2.060.380,52	265.431,86	12,88		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	820.329,81	820.329,81	1.419,10	0,17		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	218.145,23	218.145,23	32.949,38	15,10		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	585.576,36	585.576,36	116.619,67	19,92		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	375.310,12	375.310,12	100.123,12	26,68		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.166,33	9.166,33	371,98	4,06		
Dívida Ativa dos Impostos	37.021,35	37.021,35	9.420,63	25,45		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	14.831,32	14.831,32	4.527,98	30,53		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.499.214,88	19.499.214,88	3.476.789,86	17,83		
Cota-Parte FPM	10.145.242,73	10.145.242,73	2.018.618,77	19,90		
Cota-Parte ITR	3.102,21	3.102,21	27,69	0,89		
Cota-Parte IPVA	1.295.756,24	1.295.756,24	163.835,25	12,64		
Cota-Parte ICMS	7.875.384,65	7.875.384,65	1.272.282,74	16,16		
Cota-Parte IP-Exportação	120.544,89	120.544,89	22.025,41	18,27		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	59.184,16	59.184,16	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	59.184,16	59.184,16	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.559.595,40	21.559.595,40	3.742.221,72	17,36		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.861.085,68	2.861.085,68	340.048,00	11,89		
Provenientes da União	2.257.853,56	2.257.853,56	309.131,59	13,69		
Provenientes dos Estados	596.250,83	596.250,83	29.578,07	4,96		
Provenientes de Outros Municípios	6.981,29	6.981,29	1.338,34	19,17		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	89.762,00	89.762,00	1.572,48	1,75		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.005.847,68	3.005.847,68	341.620,48	11,37		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.199.746,64	7.201.795,80	2.142.197,65	29,75	1.266.697,97	17,59
Pessoal e Encargos Sociais	4.202.946,63	4.102.946,63	784.656,17	19,12	772.686,17	18,83
Outras Despesas Correntes	2.996.800,01	3.098.839,17	1.357.541,48	43,81	494.011,80	15,94

Continua 1/4

28/02/2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
		7.201.785,80	2.142.197,65	29,75	1.266.697,97	17,59
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	482.381,03	482.381,03	14.296,00	2,96	36,00	0,01
	482.381,03	482.381,03	14.296,00	2,96	36,00	0,01
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.682.127,67	7.684.166,83	2.156.493,65	28,06	1.266.733,97	16,48
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.983.822,68	2.985.861,84	528.642,20	24,51	285.173,47	22,51
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.861.168,68	2.863.207,84	528.642,20	24,51	285.173,47	22,51
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	122.654,00	122.654,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.983.822,68	2.985.861,84	528.642,20	24,51	285.173,47	22,51
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.698.304,99	4.698.304,99	1.627.851,45	75,49	981.560,50	77,49
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³						
420.227,24						

28/02/2015

Continua 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)
				0,00	0,00
TOTAL (VIII)				0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO	
				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
				-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.268.100,77	7.270.139,93	2.083.447,15	96,61	1.237.717,11	97,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	165.000,00	165.000,00	55.650,00	2,58	28.692,30	2,27
Vigilância Sanitária	13.989,78	13.989,78	4.016,50	0,19	16,50	0,00
Vigilância Epidemiológica	36.515,83	36.515,83	13.380,00	0,62	308,06	0,02
Outras Subfunções	198.521,29	198.521,29	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.682.127,67	7.684.166,83	2.156.493,65	100,00	1.266.733,97	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Sistema Integrado de Administração Municipal - SIAM - versão 1.0.0 - 14/03/2015

Continua 3/4

28/02/2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

o No último bimestre, será utilizada a fórmula $V(n+1) - (10 \times III(n+1))$

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 0372
--------------------------------------------	------------------------------------------	---------------------------------------

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.843.697,11	201.518,26	0,00	5.642.178,85
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.843.697,11	201.518,26	0,00	5.642.178,85
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.843.697,11	-201.518,26		-5.642.178,85

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	56.339,15	0,00	56.339,15
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.250,00	0,00	10.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	46.089,15	0,00	46.089,15
TOTAL	56.339,15	0,00	56.339,15

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	60.292,73	0,00	0,00	60.292,73
Investimentos	60.292,73	0,00	0,00	60.292,73
TOTAL	60.292,73	0,00	0,00	60.292,73

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	27.037,16	0,00	27.037,16

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA														
IPTU														
IR-RF														
I.S.S.														
I.T.E.D.														
Outras Receitas Tributárias														
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
RECEITA PATRIMONIAL														
RECEITA AGROPECUÁRIA														
RECEITA INDUSTRIAL														
RECEITA DE SERVIÇOS														
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
Cota-Parte do FPM														
Cota-Parte do ICMS														
Cota-Parte do IPVA														
Cota-Parte do ITR														
Outras Transferências Correntes														
Transferências da LC 61/1989														
Transferências da LC 87/1996														
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB														
OUTRAS RECEITAS CORRENTES														
DEDUÇÕES (II)														
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)														
FONTE:														
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015														

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DEBORA PAGNO
CONTADOR(A) CRC/SC 0372040-0

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	56.339,15	0,00	56.339,15
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.250,00	0,00	10.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	46.089,15	0,00	46.089,15
TOTAL	56.339,15	0,00	56.339,15

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	60.292,73	0,00	0,00	60.292,73
Investimentos	60.292,73	0,00	0,00	60.292,73
TOTAL	60.292,73	0,00	0,00	60.292,73

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	27.037,16	0,00	27.037,16

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

28/02/2015



RREO - 1º BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.060.380,52	2.060.380,52	265.431,86	265.431,86	12,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	872.736,20	872.736,20	12.488,37	12.488,37	1,43
1.1.1- IPTU	820.329,81	820.329,81	1.419,10	1.419,10	0,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.158,86	8.158,86	158,36	158,36	1,94
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.805,52	30.805,52	6.815,70	6.815,70	22,12
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	13.442,01	13.442,01	4.095,21	4.095,21	30,47
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	218.145,23	218.145,23	32.949,38	32.949,38	15,10
1.2.1- ITBI	218.145,23	218.145,23	32.949,38	32.949,38	15,10
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	594.188,97	594.188,97	119.870,99	119.870,99	20,17
1.3.1- ISS	585.576,36	585.576,36	116.619,67	116.619,67	19,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.007,47	1.007,47	213,62	213,62	21,20
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	6.215,83	6.215,83	2.604,93	2.604,93	41,91
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.389,31	1.389,31	432,77	432,77	31,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	375.310,12	375.310,12	100.123,12	100.123,12	26,68
1.4.1- IRRF	375.310,12	375.310,12	100.123,12	100.123,12	26,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.499.214,88	19.499.214,88	3.476.789,86	3.476.789,86	17,83
2.1- Cota-Parte FPM	10.145.242,73	10.145.242,73	2.018.618,77	2.018.618,77	19,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.145.242,73	10.145.242,73	2.018.618,77	2.018.618,77	19,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.875.384,65	7.875.384,65	1.272.282,74	1.272.282,74	16,16
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	59.184,16	59.184,16	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	120.544,89	120.544,89	22.025,41	22.025,41	18,27
2.5- Cota-Parte ITR	3.102,21	3.102,21	27,69	27,69	0,89
2.6- Cota-Parte IPVA	1.295.756,24	1.295.756,24	163.835,25	163.835,25	12,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	21.559.595,40	21.559.595,40	3.742.221,72	3.742.221,72	17,36
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	11.230,04	11.230,04	537,79	537,79	4,79
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	545.435,12	545.435,12	157.546,27	157.546,27	28,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	361.136,80	361.136,80	144.901,11	144.901,11	40,12
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	1.800,00	1.800,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	44.059,95	44.059,95	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	108.841,73	108.841,73	7.543,87	7.543,87	6,93
5.5- Outras Transferências do FNDE	31.396,64	31.396,64	3.301,29	3.301,29	10,51
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	168.914,92	168.914,92	5.020,74	5.020,74	2,97
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	725.580,08	725.580,08	163.104,80	163.104,80	22,48
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.821.423,44	3.821.423,44	694.723,58	694.723,58	18,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.020.629,03	2.020.629,03	403.090,38	403.090,38	19,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.505.076,93	1.505.076,93	254.456,26	254.456,26	16,91
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.836,63	11.836,63	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	24.108,97	24.108,97	4.405,10	4.405,10	18,27
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	620,44	620,44	5,53	5,53	0,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	259.151,24	259.151,24	32.766,31	32.766,31	12,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.167.320,87	4.167.320,87	820.639,66	820.639,66	19,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.153.053,87	4.153.053,87	818.312,44	818.312,44	19,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	14.267,00	14.267,00	2.327,22	2.327,22	16,31
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	331.630,43	331.630,43	123.588,86	123.588,86	37,27
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

28/02/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.250.044,98	3.250.044,98	589.859,40	589.859,40	17,53
13.1- Com Educação Infantil	1.495.054,39	1.495.054,39	248.810,73	248.810,73	16,64
13.2- Com Ensino Fundamental	1.754.990,59	1.754.990,59	321.048,67	321.048,67	18,29
14- OUTRAS DESPESAS	917.275,89	917.275,89	49.975,03	49.975,03	5,45
14.1- Com Educação Infantil	66.000,00	66.000,00	2.772,32	2.772,32	4,20
14.2- Com Ensino Fundamental	851.275,89	851.275,89	47.202,71	47.202,71	5,54
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.167.320,87	4.167.320,87	619.834,43	619.834,43	14,87
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					619.834,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					69,44
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					6,09
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					24,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					36.180,85
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	5.389.898,85	5.389.898,85	935.555,43	935.555,43	17,36
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.041.508,39	2.041.508,39	325.897,46	325.897,46	15,96
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.905.572,08	3.955.572,08	577.281,28	577.281,28	14,59
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.606.256,48	2.606.256,48	368.251,38	368.251,38	14,13
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.299.315,60	1.349.315,60	209.029,90	209.029,90	15,49
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.947.080,47	5.997.080,47	903.178,74	903.178,74	15,06
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					123.588,86
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.327,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					125.916,08
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					777.262,66
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,77
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	369.633,55	369.633,55	63.705,36	63.705,36	17,23
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	881.985,55	1.045.141,55	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.251.629,10	1.414.775,10	63.705,36	63.705,36	4,50
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.198.709,57	7.411.855,57	966.884,10	966.884,10	13,05

28/02/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	47.822,83	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	818.312,44	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	582.154,43	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	582.154,43	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.327,22	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	276.308,06	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

28/02/2015

RREO - 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.930.078,91	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	4.591.060,00	100,00	13,57
Legislativa	822.550,00	822.550,00	109.033,58	109.033,58	94.544,10	94.544,10	2,06	11,49
Ação Legislativa	822.550,00	822.550,00	109.033,58	109.033,58	94.544,10	94.544,10	2,06	11,49
Administração	3.098.189,74	3.132.287,74	955.815,43	955.815,43	394.463,80	394.463,80	8,59	12,59
Administração Geral	2.362.895,74	2.396.124,74	793.262,44	793.262,44	312.895,61	312.895,61	6,82	13,06
Administração Financeira	735.294,00	736.163,00	162.552,99	162.552,99	81.568,19	81.568,19	1,78	11,08
Segurança Pública	387.123,69	387.623,69	25.397,18	25.397,18	4.954,05	4.954,05	0,11	1,28
Policimento	124.787,40	125.287,40	21.637,99	21.637,99	2.627,53	2.627,53	0,06	2,10
Defesa Civil	262.336,29	262.336,29	3.759,19	3.759,19	2.326,52	2.326,52	0,05	0,89
Assistência Social	859.471,84	888.701,84	222.099,63	222.099,63	106.504,80	106.504,80	2,32	11,98
Assistência ao Idoso	134.009,03	134.009,03	2.695,64	2.695,64	1.262,89	1.262,89	0,03	0,94
Assistência ao Portador de Deficiência	12.162,00	13.175,50	13.175,50	13.175,50	1.013,50	1.013,50	0,02	7,69
Assistência à Criança e ao Adolescente	246.777,50	246.777,50	75.486,47	75.486,47	52.191,96	52.191,96	1,14	21,15
Assistência Comunitária	466.523,31	494.739,81	130.742,02	130.742,02	52.036,45	52.036,45	1,13	10,52
Saúde	7.633.606,38	7.635.645,54	2.156.493,65	2.156.493,65	1.266.733,97	1.266.733,97	27,59	16,59
Assistência Comunitária	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	7.268.100,77	7.270.139,93	2.083.447,15	2.083.447,15	1.237.717,11	1.237.717,11	26,96	17,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	165.000,00	165.000,00	55.650,00	55.650,00	28.692,30	28.692,30	0,62	17,39
Vigilância Sanitária	13.989,78	13.989,78	4.016,50	4.016,50	16,50	16,50	0,00	0,12
Vigilância Epidemiológica	36.515,83	36.515,83	13.380,00	13.380,00	308,06	308,06	0,01	0,84
Educação	7.416.891,57	7.630.037,57	1.679.413,71	1.679.413,71	975.063,97	975.063,97	21,24	12,78
Alimentação e Nutrição	229.153,76	229.153,76	27.103,52	27.103,52	3.655,87	3.655,87	0,08	1,60
Ensino Fundamental	4.887.679,18	5.096.929,18	1.279.340,17	1.279.340,17	640.986,64	640.986,64	13,96	12,58
Ensino Médio	128.199,28	128.199,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	86.450,00	86.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	2.062.797,35	2.066.693,35	353.998,02	353.998,02	325.897,46	325.897,46	7,10	15,77
Educação Especial	22.612,00	22.612,00	18.972,00	18.972,00	4.524,00	4.524,00	0,10	20,01
Cultura	311.462,50	311.462,50	23.995,98	23.995,98	21.065,98	21.065,98	0,46	6,76
Diffusão Cultural	208.452,50	208.452,50	17.164,63	17.164,63	14.234,63	14.234,63	0,31	6,83

Continua 1/3

28/02/2015

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	30.930,078,91	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	4.591.060,00	100,00	13,57
Lazer	311.462,50	311.462,50	23.995,98	23.995,98	21.065,98	21.065,98	0,46	6,76
Urbanismo	103.010,00	103.010,00	6.831,35	6.831,35	6.831,35	6.831,35	0,15	6,63
Infra-Estrutura Urbana	840.202,50	840.202,50	434.059,12	434.059,12	88.462,86	88.462,86	1,93	10,53
Infra-Estrutura Urbana	43.000,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	797.202,50	797.202,50	434.059,12	434.059,12	88.462,86	88.462,86	1,93	11,10
Habituação	166.285,28	166.285,28	9.816,93	9.816,93	9.816,93	9.816,93	0,21	5,90
Habituação Urbana	166.285,28	166.285,28	9.816,93	9.816,93	9.816,93	9.816,93	0,21	5,90
Saneamento	1.807.252,00	1.807.252,00	335.207,90	335.207,90	264.314,04	264.314,04	5,76	14,63
Infra-Estrutura Urbana	1.398.052,00	1.398.052,00	335.207,90	335.207,90	264.314,04	264.314,04	5,76	18,91
Serviços Urbanos	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	284.200,00	284.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	110.336,00	110.336,00	2.940,10	2.940,10	1.140,60	1.140,60	0,02	1,03
Serviços Urbanos	32.616,00	32.616,00	2.940,10	2.940,10	1.140,60	1.140,60	0,02	3,50
Controle Ambiental	77.720,00	77.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informatização	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.579.137,00	1.830.059,79	916.582,88	916.582,88	591.518,84	591.518,84	12,88	32,32
Extensão Rural	1.567.137,00	1.783.063,56	881.586,65	881.586,65	581.243,43	581.243,43	12,66	32,60
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	34.996,23	34.996,23	34.996,23	10.275,41	10.275,41	0,22	29,36
Comercialização	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	356.350,03	356.350,03	15.108,15	15.108,15	15.088,15	15.088,15	0,33	4,23
Promoção Industrial	337.806,28	337.806,28	15.108,15	15.108,15	15.088,15	15.088,15	0,33	4,47
Produção Industrial	18.543,75	18.543,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	393.499,19	393.499,19	55.892,28	55.892,28	55.892,28	55.892,28	1,22	14,20
Energia Elétrica	393.499,19	393.499,19	55.892,28	55.892,28	55.892,28	55.892,28	1,22	14,20
Transporte	3.138.360,19	5.500.907,75	3.458.575,56	3.458.575,56	351.466,56	351.466,56	7,66	6,39
Transporte Rodoviário	3.138.360,19	5.500.907,75	3.458.575,56	3.458.575,56	351.466,56	351.466,56	7,66	6,39

Continua 2/3

28/02/2015

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.930.078,91	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	4.591.060,00	100,00	13,57
Desporto e Lazer	515.393,00	515.393,00	169.576,49	169.576,49	85.982,07	85.982,07	1,87	16,68
Desporto Comunitário	515.393,00	515.393,00	169.576,49	169.576,49	85.982,07	85.982,07	1,87	16,68
Encargos Especiais	1.472.768,00	1.472.768,00	264.047,00	264.047,00	264.047,00	264.047,00	5,75	17,93
Serviço da Dívida Interna	1.013.605,00	1.013.605,00	187.882,74	187.882,74	187.882,74	187.882,74	4,09	18,54
Outros Encargos Especiais	459.163,00	459.163,00	76.164,26	76.164,26	76.164,26	76.164,26	1,66	16,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	30.930.078,91	33.822.562,42	10.834.055,57	10.834.055,57	4.591.060,00	4.591.060,00	100,00	13,57

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 28/02/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

28/02/2015

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.049, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 5.049, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 872,26 (oitocentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos), correspondente a 9,35 (nove vírgula trinta e cinco) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 23 de abril de 2015, das 17:00 as 22:00 horas, pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste - SICOOB NOROESTE - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.292.278/0001-81.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a empresa que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 005/2015 - Pregão Presencial Nº 004/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI EPP - CNPJ: 02.607.956/0001-81.

VALOR: R\$ 106.628,60 (cento e seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 76.386.283/0001-13.

VALOR: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

TOTAL: R\$ 111.228,60 (cento e onze mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10/03/2015.

VIGÊNCIA: 10/03/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 006/2015 - Pregão Presencial Nº 005/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E EXPEDIENTE A SER UTILIZADO PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS P/LIMPEZA LTDA - CNPJ: 73.244.337/0001-18.

VALOR: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

FORNECEDOR: SILVA & GOBI LTDA - ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54.

VALOR: R\$ 820,48 (oitocentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 9.384,40 (nove mil e trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 10.530,00 (dez mil e quinhentos e trinta reais).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 15.156,50 (quinze mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89.

VALOR: R\$ 10.770,00 (dez mil, setecentos e setenta reais).

FORNECEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79.

VALOR: R\$ 9.030,60 (nove mil e trinta reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87.

VALOR: R\$ 9.011,20 (nove mil e onze reais e vinte centavos).

TOTAL: R\$ 86.903,18 (oitenta e seis mil, novecentos e três reais e dezoito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/03/2015.

VIGÊNCIA: 18/03/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 002 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Resolução CMAS nº. 002 de 24 de março de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da reprogramação de saldos remanescentes de 2014 para o exercício de 2015, referentes aos recursos recebidos pelo Índice de Gestão Descentralizada - IGD-SUAS, PBV -SCFV, PTMC, PPMC II, PPMC, IGD-M-PBF, PBF, FMAS PAC I, o qual deverá ser aplicado em investimento e custeio das atividades no município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93, alterado pela Lei nº. 12.435 de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais. No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.010 de 23 de maio de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº. 1.040 de 21 de outubro de outubro de 1996 e Lei nº. 1.039 de 21 de outubro de 1996 respectivamente e considerando o Desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade com a NOB/SUAS, assim em Reunião ordinária realizada no dia 24 de março de 2015 e;

Considerando a Resolução do CNAS nº. 145 de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Considerando a Resolução do CNAS nº. 130 de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº. 269 de 13 de novembro de 2006 que aprova a Norma Operacional Básica de recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº. 109 de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a utilização do saldo do recurso do IGD-M-PBF do ano de 2014 para a realização das ações que venham atender as demandas do Programa de Transferência de Renda - Bolsa família e atividades relacionadas ao Cadastro Único, no exercício do ano de 2015;

Considerando a utilização do saldo do recurso do IGD-SUAS do ano de 2014 para a realização das ações que venham aprimorar a gestão do SUAS, bem como a qualidade dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais durante o ano de 2015;

Considerando a utilização do saldo do recurso do FMAS PAC I do ano de 2014 para a realização das ações que visam atender Serviços os Programas em Nível Proteção Social Especial de Alta Complexidade no ano de 2015;

Considerando a reprogramação de saldos remanescentes tem a finalidade de detalhar a utilização do saldo do PBV - Piso Básico Variável do ano de 2014 para custear os gastos com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizado em grupos organizado de modo a garantir a aquisições progressivas a seus usuários de acordo com o seu ciclo de vida a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social em 2015;

Considerando que o saldo remanescente do PPMC II - Piso Fixo de Média Complexidade II, do ano de 2014 para a realização das ações que visam custear os Programas de Enfretamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, bem como os serviços prestados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (PACFI) em 2015;

Considerando que o saldo remanescente do tem finalidade de detalhar a utilização do saldo do recurso do Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC do ano de 2014 para a realização das ações que visam custear os serviços socioassistenciais de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, atendimento de reabilitação na comunidade e atendimento domiciliar às Pessoas Idosas e com deficiências no ano de 2015;

Considerando o saldo remanescente do recurso do PPMC - Piso Variável de Média Complexidade do ano de 2014 para a realização das ações que visam custear o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil visando garantir a inserção e permanência destes serviços em 2015;

Considerando os planos de reprogramação de saldos remanescentes dos recursos do ano de 2014 para o ano de 2015 o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Reprogramação de saldos remanescentes do IGD-M-PBF do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 11.836,91 (Onze Mil Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Noventa e Um Centavos), o qual deverá ser aplicado em investimento e custeio das atividades do PBF e Cadastro Único do município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º. Aprovar o Plano de Reprogramação de saldos remanescentes do IGD-SUAS do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 4.141,33 (Quatro Mil e Cento e Quarenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos), o qual deverá ser aplicado nas ações que venham aprimorar

a Gestão do SUAS, bem como melhorar a qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no município São Lourenço do Oeste - SC

Art. 3º. Aprovar o Plano de Reprogramação de saldos remanescentes do Recurso do Piso Básico Variável - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - PBV-SCFV do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 3.432,39 (Três Mil Quatrocentos e Trinta e Dois Reais e Trinta e Nove Centavos), para a realização das ações ofertadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, utilizado para custear os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 4º. Aprovar o Plano de Reprogramação de saldos remanescentes do Recurso do Piso Básico Variável - PBF do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 20.031,02 (Vinte Mil e Trinta e Um Reais e Dois Centavos), para custear a oferta e manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 5º. Aprovar o Plano de Reprogramação de saldos remanescentes do Recurso do Piso Fixo de Média Complexidade II - PPMC II do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 2.961,42 (Dois Mil e Novecentos e Sessenta e Um Reais Quarenta e Dois Centavos), para a realização das ações que visam custear os Programas de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes desenvolvidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS no município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 6º. Aprovar o Plano de Reprogramação de saldos remanescentes do Recurso do Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 4.536,48 (Quatro Mil e Quinientos e Trinta e Seis Reais e Quarenta e Oito Centavos), para a realização das ações que visam custear os serviços socioassistenciais de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências - APAE no município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 7º. Aprovar o Plano de Reprogramação de saldos remanescentes do Recurso do Fundo Municipal de Alta Complexidade - FMAS PAC I do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 30.255,90 (Trinta Mil e Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa Centavos), sendo o recurso utilizado para manutenção do Programa de Serviço da Família Acolhedora no município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 8º. Aprovar a devolução do saldo remanescente do Recurso do Piso Variável de Média Complexidade - PPMC do ano de 2014 do município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2015, no valor de R\$: 0,36 (Trinta Seis Centavos).

Os detalhamento dos Planos de Reprogramação dos saldos remanescentes do ano de 2014 para o exercício do ano de 2015 encontra-se em anexo a Resolução nº. 02/2015.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 24 de março de 2015.

ITAMAR FERNANDES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 207/2015**

PORTARIA nº 207, de 23 de março de 2015.

EDU ANTONIO BORGES, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir desta data, Márcio Antunes de Lima, inscrito no CPF sob o nº 031.285.079-45, e no RG sob o nº 4.283.108 - SSP/SC, no cargo comissionado de Assessor de Comunicação, nível CC-3, com remuneração e atribuições contidas na Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correm a conta de dotações consignadas no Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São Miguel do Oeste**PREFEITURA****DECRETO Nº 8.279/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.279/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 8/2015, modalidade de Pregão Presencial nº 4 de 11/03/2015, Do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto a aquisição de formula infantil destinada a lactantes em atenção ao Programa de DST/HIV/AIDS E Hepatites Virais e para o programa Núcleo de Apoio Saúde da Família- NASF da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, que a discriminação do produto exigida no edital não está correta;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 8/2015, modalidade Pregão Presencial nº 4 de 11/03/2015, da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 23 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para a elaboração técnica de mapeamento das áreas de risco relativas a inundações, enchentes e alagamento, oriundos de eventos hidrológicos extremos para todo o perímetro do Município de São Miguel do Oeste - SC.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 08 de abril de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****DECRETO Nº014/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br**DECRETO Nº014/2015**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 9.126,00 (nove mil, cento e vinte seis reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.9-2.092 - Funcionamento e Manutenção do PACS R\$ 9.126,00

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0773 - Aplicações Diretas R\$ 9.126,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.689.636,00	16.689.636,00	2.295.574,85	13,75	2.295.574,85	13,75	14.394.061,15
RECEITAS CORRENTES	14.419.636,00	14.419.636,00	2.295.574,85	15,92	2.295.574,85	15,92	12.124.061,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.228.254,00	1.228.254,00	170.854,46	13,91	170.854,46	13,91	1.057.399,54
IMPOSTOS	1.123.282,00	1.123.282,00	134.547,44	11,98	134.547,44	11,98	988.734,56
TAXAS	104.972,00	104.972,00	36.307,02	34,59	36.307,02	34,59	68.664,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	717.390,00	717.390,00	111.334,54	15,52	111.334,54	15,52	606.055,46
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	337.012,00	337.012,00	40.292,69	11,96	40.292,69	11,96	296.719,31
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	380.378,00	380.378,00	71.041,85	18,68	71.041,85	18,68	309.336,15
RECEITA PATRIMONIAL	717.974,00	717.974,00	142.592,30	19,86	142.592,30	19,86	575.381,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	717.974,00	717.974,00	142.592,30	19,86	142.592,30	19,86	575.381,70
RECEITA DE SERVIÇOS	11.585,00	11.585,00	2.277,00	19,65	2.277,00	19,65	9.308,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.245.019,00	10.245.019,00	1.837.582,65	17,94	1.837.582,65	17,94	8.407.436,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.069.642,00	10.069.642,00	1.837.454,97	18,25	1.837.454,97	18,25	8.232.187,03
Transf. de Conv.	175.377,00	175.377,00	127,68	0,07	127,68	0,07	175.249,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.499.414,00	1.499.414,00	30.933,90	2,06	30.933,90	2,06	1.468.480,10
Multas e Juros de Mora	736.907,00	736.907,00	1.304,67	0,18	1.304,67	0,18	735.602,33
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.000,00	13.000,00	8.645,70	66,51	8.645,70	66,51	4.354,30
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	607.507,00	607.507,00	10.957,98	1,80	10.957,98	1,80	596.549,02
RECEITAS DIVERSAS	142.000,00	142.000,00	10.025,55	7,06	10.025,55	7,06	131.974,45
RECEITAS DE CAPITAL	2.270.000,00	2.270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.270.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.950.000,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.950.000,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	574.022,00	574.022,00	58.191,29	10,14	58.191,29	10,14	515.830,71
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	574.022,00	574.022,00	58.191,29	10,14	58.191,29	10,14	515.830,71
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	491.222,00	491.222,00	58.191,29	11,85	58.191,29	11,85	433.030,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	491.222,00	491.222,00	58.191,29	11,85	58.191,29	11,85	433.030,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	82.800,00	82.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.800,00
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AMOR	82.800,00	82.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.800,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.263.658,00	17.263.658,00	2.353.766,14	13,63	2.353.766,14	13,63	14.909.891,86

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.263.658,00	17.263.658,00	2.353.766,14	13,63	2.353.766,14	13,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.263.658,00	17.263.658,00	2.353.766,14	13,63	2.353.766,14	13,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	166.552,82	—	—	14.552,82	—
Superávit Financeiro	—	166.552,82	—	—	14.552,82	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.726.107,00	166.552,82	16.892.659,82	2.861.420,21	2.861.420,21	1.364.557,37	1.364.557,37	8,08
DESPESAS CORRENTES	11.854.708,26	77.156,82	11.931.865,08	2.550.032,80	2.550.032,80	1.285.679,37	1.285.679,37	10,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.511.372,35	14.552,82	6.525.925,17	927.742,30	927.742,30	900.446,41	900.446,41	13,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.343.335,91	62.604,00	5.405.939,91	1.622.290,50	1.622.290,50	385.232,96	385.232,96	7,13
DESPESAS DE CAPITAL	4.730.189,00	89.396,00	4.819.585,00	311.387,41	311.387,41	78.878,00	78.878,00	1,64
INVESTIMENTOS	4.640.189,00	89.396,00	4.729.585,00	311.387,41	311.387,41	78.878,00	78.878,00	1,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	141.209,74	0,00	141.209,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	537.551,00	0,00	537.551,00	71.796,11	71.796,11	71.796,11	71.796,11	13,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	537.551,00	0,00	537.551,00	71.796,11	71.796,11	71.796,11	71.796,11	13,36
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.263.658,00	166.552,82	17.430.210,82	2.933.216,32	2.933.216,32	1.436.353,48	1.436.353,48	8,24

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.263.658,00	166.552,82	17.430.210,82	2.933.216,32	2.933.216,32	1.436.353,48	1.436.353,48	15.993.857,34
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	917.412,66	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.263.658,00	166.552,82	17.430.210,82	2.933.216,32	2.933.216,32	1.436.353,48	2.353.766,14	15.993.857,34

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 152.054,38

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	16.726.107,00	16.892.659,82	2.861.420,21	2.861.420,21	1.364.557,37	1.364.557,37	95,00	8,08	15.528.102,45
Ação Legislativa	514.000,00	514.000,00	83.537,70	83.537,70	69.650,74	69.650,74	4,85	13,55	444.349,26
	514.000,00	514.000,00	83.537,70	83.537,70	69.650,74	69.650,74	4,85	13,55	444.349,26
Administração	2.115.330,63	2.115.330,63	524.805,62	524.805,62	236.527,84	236.527,84	16,47	11,18	1.878.802,79
Administração Geral	2.115.330,63	2.115.330,63	524.805,62	524.805,62	236.527,84	236.527,84	16,47	11,18	1.878.802,79
Segurança Pública	22.377,00	22.377,00	1.498,80	1.498,80	469,30	469,30	0,03	2,10	21.907,70
Defesa Civil	22.377,00	22.377,00	1.498,80	1.498,80	469,30	469,30	0,03	2,10	21.907,70
Assistência Social	190.450,00	190.450,00	31.172,20	31.172,20	14.901,44	14.901,44	1,04	7,82	175.548,56
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	525,67	525,67	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	175.450,00	175.450,00	30.646,53	30.646,53	14.901,44	14.901,44	1,04	8,49	160.548,56
Previdência Social	1.482.548,00	1.482.548,00	69.679,26	69.679,26	68.771,66	68.771,66	4,79	4,64	1.413.776,34
Previdência do Regime Estatutário	1.482.548,00	1.482.548,00	69.679,26	69.679,26	68.771,66	68.771,66	4,79	4,64	1.413.776,34
Saúde	2.670.671,00	2.670.671,00	572.999,28	572.999,28	257.399,92	257.399,92	17,92	9,64	2.413.271,08
Atenção Básica	2.620.671,00	2.620.671,00	572.999,28	572.999,28	257.399,92	257.399,92	17,92	9,82	2.363.271,08
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Educação	3.422.046,63	3.588.599,45	858.086,44	858.086,44	378.022,52	378.022,52	26,32	10,53	3.210.576,93
Alimentação e Nutrição	105.680,00	105.680,00	16.818,81	16.818,81	6.041,63	6.041,63	0,42	5,72	99.638,37
Ensino Fundamental	1.928.366,63	2.094.919,45	572.094,72	572.094,72	201.148,85	201.148,85	14,00	9,60	1.893.770,60
Educação Infantil	1.363.000,00	1.363.000,00	261.272,91	261.272,91	170.832,04	170.832,04	11,89	12,53	1.192.167,96
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	7.900,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Educação Básica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura	220.000,00	220.000,00	24.605,49	24.605,49	3.720,13	3.720,13	0,26	1,69	216.279,87
Difusão Cultural	220.000,00	220.000,00	24.605,49	24.605,49	3.720,13	3.720,13	0,26	1,69	216.279,87
Urbanismo	2.274.274,00	2.274.274,00	338.043,39	338.043,39	196.590,21	196.590,21	13,69	8,64	2.077.683,79
Serviços Urbanos	2.274.274,00	2.274.274,00	338.043,39	338.043,39	196.590,21	196.590,21	13,69	8,64	2.077.683,79
Gestão Ambiental	110.000,00	110.000,00	82.900,00	82.900,00	13.311,36	13.311,36	0,93	12,10	96.688,64
Preservação e Conservação Ambiental	110.000,00	110.000,00	82.900,00	82.900,00	13.311,36	13.311,36	0,93	12,10	96.688,64
Agricultura	398.000,00	398.000,00	82.952,05	82.952,05	42.977,43	42.977,43	2,99	10,80	355.022,57
Extensão Rural	398.000,00	398.000,00	82.952,05	82.952,05	42.977,43	42.977,43	2,99	10,80	355.022,57
Comércio e Serviços	427.200,00	427.200,00	9.999,50	9.999,50	0,00	0,00	0,00	0,00	427.200,00
Turismo	427.200,00	427.200,00	9.999,50	9.999,50	0,00	0,00	0,00	0,00	427.200,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Transporte	16.726.107,00	16.892.659,82	2.861.420,21	2.861.420,21	1.364.557,37	1.364.557,37	95,00	8,08
Transporte Rodoviário	2.280.000,00	2.280.000,00	130.706,61	130.706,61	54.300,00	54.300,00	3,78	2,38
Desporto e Lazer	2.280.000,00	2.280.000,00	130.706,61	130.706,61	54.300,00	54.300,00	3,78	2,38
Desporto Comunitário	207.000,00	207.000,00	31.172,86	31.172,86	8.653,81	8.653,81	0,60	4,18
Encargos Especiais	207.000,00	207.000,00	31.172,86	31.172,86	8.653,81	8.653,81	0,60	4,18
Serviço da Dívida Interna	251.000,00	251.000,00	19.261,01	19.261,01	19.261,01	19.261,01	1,34	7,67
Outras Transferências	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	151.000,00	151.000,00	19.261,01	19.261,01	19.261,01	19.261,01	1,34	12,76
	141.209,74	141.209,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	537.551,00	537.551,00	71.796,11	71.796,11	71.796,11	71.796,11	5,00	13,36
Administração Geral	60.841,00	60.841,00	9.683,54	9.683,54	9.683,54	9.683,54	0,67	15,92
Assistência Social	60.841,00	60.841,00	9.683,54	9.683,54	9.683,54	9.683,54	0,67	15,92
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	143.350,00	143.350,00	15.474,90	15.474,90	15.474,90	15.474,90	1,08	10,80
Educação	143.350,00	143.350,00	15.474,90	15.474,90	15.474,90	15.474,90	1,08	10,80
Ensino Fundamental	266.360,00	266.360,00	38.417,72	38.417,72	38.417,72	38.417,72	2,67	14,42
Educação Infantil	142.360,00	142.360,00	20.440,33	20.440,33	20.440,33	20.440,33	1,42	14,36
Urbanismo	124.000,00	124.000,00	17.977,39	17.977,39	17.977,39	17.977,39	1,25	14,50
Serviços Urbanos	38.000,00	38.000,00	5.431,67	5.431,67	5.431,67	5.431,67	0,38	14,29
Agricultura	38.000,00	38.000,00	5.431,67	5.431,67	5.431,67	5.431,67	0,38	14,29
Extensão Rural	20.000,00	20.000,00	2.788,28	2.788,28	2.788,28	2.788,28	0,19	13,94
	20.000,00	20.000,00	2.788,28	2.788,28	2.788,28	2.788,28	0,19	13,94

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	537.551,00	537.551,00	71.796,11	71.796,11	71.796,11	71.796,11	5,00	13,36	465.754,89
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.263.658,00	17.430.210,82	2.933.216,32	2.933.216,32	1.436.353,48	1.436.353,48	100,00	8,24	15.993.857,34

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.276/2015 DE 23 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 3.276/2015 de 23 de março de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.820,00 (um mil oitocentos e vinte reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Material de Consumo R\$ 1.820,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 16/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 16/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 07/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 04/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDOS	5000	COMP	0,027	135,00
02	CARVEDILOL 3,125MG COMPRIMIDOS	5000	COMP	0,07	350,00
04	HIDROXIDO DE ALUMINIO+MAGNESIO SUSPENSÃO ORAL	150	FRASCO	1,84	276,00
05	ITRACONAZOL 100MG COMPRIMIDOS	1500	COMP	0,48	720,00
06	SULFAMETOXAZOL 800MG+TRIMETOPRIMA 400MG COMPRIMIDOS	3000	COMP	0,072	216,00
08	DIAZEPAM 5MG COMPRIMIDOS	5000	COMP	0,04	200,00
09	FENOBARBITAL 40MG/ML GOTAS	150	FRASCO	3,178	476,70
17	AMIODARONA INJETAVEL	50	AMPOLA	1,99	99,50

21	LOÇÃO OLEOSA ANTI-ESCARAS CONTENDO ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO, ACIDO LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA E, ACIDO CAPROICO E OLEO DE GIRTASSOL, FRASCO 200ML.	50	FRASCO	3,813	190,65
TOTAL R\$					2.663,85

Valor do contrato: R\$ 2.663,85 (dois mil seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 24/03/2015 - Vigência: 24/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 66/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 66/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 34/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 19/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.713.019/0001-97, estabelecida na Rua Alvin Carlos Kruger nº 123, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-370

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL TAMANHO 0,13x0,13 M FORMATO REDONDO - Plástico para uso externo. Quantidade Mínima: 50	300	Unidade	0,90	270,00
08	Calendário de mesa personalizado, formato 20x28cm, 4x0 cores, papel supremo alta alvura 300gr, base impressa com calendário 2015 (1 lado) e publicidade da Prefeitura mun. De Schroeder, incluindo logo, endereço e outras informações importantes (1 lado), espiral simples no cor preta. Miolo contendo 6 folhas impressas frente e verso, 4x4 cores, formato 20x10cm em papel couchê brilhoso 230gr. Quantidade Mínima: 50	2510	Unidade	1,60	4.016,00
09	Calendário vertical personalizado, formato 44,5x10cm, 4x0 cores, papel supremo alta alvura 350gr, base impressa com calendário 2015 (1 lado) e publicidade da Prefeitura Mun. De Schroeder, incluindo logo, endereço e outras informações importantes (1 lado), espiral simples no cor preta. Miolo contendo 6 folhas impressas frente e verso, 4x4 cores, formato 17x10cm em papel couchê brilhoso 230gr. Quantidade Mínima: 50	2500	Unidade	1,70	4.250,00
10	Mapa dobrável 31 x 46 cm, 6 dobras/vincos, Policromia: 4x 4 cores, Papel : Couche 150 gr. Inclui ainda: Criação, Tratamento das imagens e Prova Print Quantidade mínima:100 unidades	8000	Unidade	0,32	2.560,00
13	Cartazes - Couchê 150g - Tamanho 31x44cm	1005	Unidade	0,70	703,50
15	Cartazes, tamanho A3 (297x 420 mm), 4x0 cores - Papel Couchê 180gr. Quantidade Mínima: 100	500	Unidade	1,50	750,00
16	Carteirinha de Hipertenso e diabeticos; nas medidas 19cm larg x 13cm alt; papel vergê 90gr nas cores 4x2. Quantidade Mínima: 100	500	Unidade	1,90	950,00
17	Cartões de gestante; nas medidas 29,7x21,0cm folha sulfite 240gr, com 4x1 cores, impresso em off-set. Acabamento: corte, dobrar c/ 2 vincos. Quantidade Mínima: 100	500	Unidade	1,55	775,00

19	Player's para o setor de Cultura tamanho 11x2cm, 4x1 cor, papel reciclado 75g. Sendo 3.000 peças por modelo.	5	Modelo	135,00	675,00
21	Folder's Pezinho; nas medidas: 14,5 x 5,1cm, folha couchê 150gr (aberto) capa 4x1 cores. mais 2 lâminas 1x1 cor. Quantidade Mínima: 250	250	Unidade	0,65	162,50
22	Folder's tamanho 22X31cm, 4x4 cores, papel couchê brilhoso 170g, com acabamento em corte especial, com arte, tratamento de imagens e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	7000	Unidade	0,33	2.310,00
23	Folder's tamanho 29,7x21cm, 4x4 cor, papel couchê 170g brilhoso, com acabamento em corte especial, com arte, tratamento de imagem e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	5000	Unidade	0,25	1.250,00
24	Folder - Couchê 150g - 21x29,7cm - 2 dobras (Schroederfest) Quantidade Mínima: 1.000	36000	Unidade	0,16	5.760,00
27	Folder's, tamanho 15x21 cm, 4x4 cores, papel couchê brilho 120g. Quantidade Mínima: 1.000	6000	Unidade	0,16	960,00
28	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 1 dobra, 4x4 cor, papel couchê brilho 120g. Quantidade Mínima: 1.000	3000	Unidade	0,25	750,00
29	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 2 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g, com acabamento com corte especial, com arte, tratamento de imagem e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	3000	Unidade	0,26	780,00
30	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 2 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g. Quantidade Mínima: 1.000	6000	Unidade	0,26	1.560,00
31	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 3 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g. Quantidade Mínima: 1.000	3000	Unidade	0,26	780,00
TOTAL R\$					29.262,00

Valor do contrato: R\$ 29.262,00 (vinte e nove mil duzentos e sessenta e dois reais)

Data da Assinatura: 24/03/2015 - Vigência: 24/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 67/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 67/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 34/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 19/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.986.435/0001-33, estabelecida na Rua Paulo Eggert nº. 581, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Folder's para turismo tamanho aberto(85,6x22cm) com 3 dobras, faca especial, 4x4 cor, papel couchê fosco 250 g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder. Prova print. Quantidade mínima:1000.	8000	Unidade	2,00	16.000,00
03	Crachás em PSS 1mm com Cordão - 15x9cm - Cores: 4x0 Quantidade mínima:50	350	Unidade	6,90	2.415,00
04	Galhardetes em lona, com impressão em ambos os lados e suporte para fixar nos postes de luz- Formato 80x100cm - Cores 4x4. Quantidade mínima:50unidades	150	Unidade	104,00	15.600,00
20	Folder's para turismo tamanho aberto (14,7x57,7cm) com 3 dobras, faca especial, 4x4 cor, papel couchê fosco 230g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder. Quantidade Mínima: 1.000	10000	Unidade	1,75	17.500,00
TOTAL R\$					51.515,00

Valor do contrato: R\$ 51.515,00 (cinquenta e um mil quinhentos e quinze reais),
Data da Assinatura: 24/03/2015 - Vigência: 24/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 68/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 68/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 34/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 19/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit s/n, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Caderno universitário 8 materias - Capa dura - tamanho aberto 28x40cm. Tamanho fechado 20x28cm. 10 folhas por matéria com 80 folhas.	100	Unidade	5,50	550,00
07	ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL TAMANHO 13,5 CM x 19,5 CM FORMATO RECORTADO - Plastificado para uso externo. Quantidade mínima;50	300	Unidade	3,59	1.077,00
11	Cartão de visita 9,5x5,5cm, papel couchê brilho 230g, 3x0 cor, sendo 200 unidades por modelo	17	Modelo	34,90	593,30
14	Cartazes, tamanho A2 (420 x 594 mm), 4x0 cores - Papel Couchê 180gr.	205	Unidade	5,60	1.148,00
18	Envelope 310x410mm na cor branca - 3x0 cor - Papel 90g/m². Quantidade Mínima: 200	200	Unidade	1,54	308,00
22	Folder's tamanho 22X31cm, 4x4 cores, papel couchê brilhoso 170g, com acabamento em corte especial, com arte, tratamento de imagens e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	7000	Unidade	0,52	3.120,00

26	Folder's tamanho A4 com 1 dobra, faca especial, 4x4 cor, papel couchê fosco 230g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder, com prova print. Quantidade Mínima: 1.000	8000	Unidade	0,52	4.160,00
32	Livreto contendo 4pgs, tipo gibi, 4x4 cores, impressão frente e verso em papel colchê brilhoso 120g no tamanho A4, folhas dobradas e grampeadas, com acabamento com corte especial, com arte, tratamento de imagem e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	1000	Unidade	0,66	660,00
33	Papel adesivo 30gr, (interditado); cor 4x0, tamanho 70x15cm. Quantidade Mínima: 50	3050	Unidade	7,90	24.095,00
TOTAL R\$					35.711,30

Valor do contrato: R\$ 35.711,30 (trinta e cinco mil setecentos e onze reais e trinta centavos)

Data da Assinatura: 24/03/2015 - Vigência: 24/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 69/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 69/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 34/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 19/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 74.111.428/0001-48, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 5685, Bairro Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Caderno universitário 10 materias - Capa dura - tamanho aberto 28x40cm. Tamanho fechado 20x28cm. 20 folhas por matéria - total 200 folhas.	400	Unidade	6,80	2.720,00
34	Pasta suspensa em cartão marmorizado plastificado, com 02 hastes metálicas removíveis, com ponteiro plástico nylon nas extremidades, grampos plásticos visor transparente e etiqueta de identificação branca, 36x24 cm. Caixa com 50 unidades.	100	Caixa	89,00	8.900,00
TOTAL R\$					11.620,00

Valor do contrato: R\$ 11.620,00 (onze mil seiscentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 24/03/2015 - Vigência: 24/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 64/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 64/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 19/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NAIANA DOS SANTOS VERCELINO MECÂNICA CANARINHO-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.951.564/0001-17, estabelecida na Rodovia BR-280, n° 10903, Box 6 e 7, Bairro Amizade, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Procon, Polícia Militar e Civil do Município de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

Lote	Descrição do Serviço		
06	Serviços de mão de obra mecânica em geral e molas, para caminhões. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, para-brisas, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos centro, grampos, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$)	Total de Horas
		25,943	800
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG		DPG x 1,00	61,257328%
Desconto sobre peças - Peças Originais		DPGx1,50	91,885992%
Desconto sobre peças - Outras Peças		DPGx2,25	100%
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			44.000,00

Valor do contrato: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)

Data da Assinatura: 23/03/2015 - Vigência: 06/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 65/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 65/2015-PMS

Chamada Publica nº. 02/2015 - PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IVONETE CAMPREGHER, inscrita no CPF nº 907.756.359-87, portadora da carteira de identidade nº. 1089640864, residente na Estrada Geral Serra dos Alves, na cidade de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, CEP: 88420-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/

SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
IVONETE CAMPRE-GHER	907.756.359-87	SDW090775639870307120936	12 - CHÁ ORGÂNICO (ERVAS E FRUTAS) - produto desidratado e embalado hermeticamente, com data de validade. Deverá apresentar odor característico, não deverá apresentar perfurações, nem fungos.	KG	260,00

Data da Assinatura: 24/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 01/2015-PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 10/2015-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e itens referente ao Edital de Tomada de Preços nº. 01/2015-PMS, para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leiam-se:

I - DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 - Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 10 de abril de 2015.

b) Local: Prefeitura de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

III - DOS VALORES:

3.1. Fica estabelecido, nos termos do inciso III do art. 31 e art. 56 § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, a garantia e manutenção da proposta, no valor de 1% (um por cento) do valor total estimado do objeto da contratação, a saber: R\$ R\$ 394.689,56 (trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), podendo o proponente optar pelas seguintes modalidades:

4.2- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 10 de abril de 2015 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1.

O Anexo III - Orçamento, memorial de cálculo, composições unitárias, Anexo IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO e Prancha 03/04, todos devidamente alterados, ficarão disponibilizados na íntegra no site: <http://www.schroeder.sc.gov.br/>

Schroeder, 24 de março de 2015.

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.997/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.997/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Giane Sardanha, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.998/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.998/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Mariana Dias Martins Stringari, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF

Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 04/2015-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 24/03/2015 Válido até: 24/03/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Viepan	0	0,0270
2	CARVEDILOL 3,125MG COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Torrent	0	0,0700
4	HIDROXIDO DE ALUMINIO+MAGNESIO SUSPENSÃO ORAL	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Sobral	0	1,8400
5	ITRACONAZOL 100MG COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Neo Química	0	0,4800
6	SULFAMETOXAZOL 800MG+TRIMETOPRIMA 400MG COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Prati Donaduz	0	0,0720
8	DIAZEPAM 5MG COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Santisa	0	0,0400
9	FENOBARBITAL 40MG/ML GOTAS,	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Cristalia	0	3,1780
17	AMIODARONA INJETAVEL	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Hipolabor	0	1,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 24/03/2015		Válido até: 24/03/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	LOCÃO OLEOSA ANTI-ESCARAS CONTENDO ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO, ACIDO LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA E, ACIDO CAPROICO E OLEO DE GRTASSOL, FRASCO 200ML.	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Rikva	0	3,8130	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 24/03/2015		Válido até: 24/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015
PROCESSO Nº 7/2015

(6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Schroeder, 24 de Março de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 19/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 14/2015 Data do Registro: 24/03/2015 Válido até: 24/03/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Folder's para turismo tamanho aberto(85,6x22cm) com 3 dobras, capa especial, 4x4 cor. papel couch-e fosco 250 g. laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder. Prova print. Quantidade mínima:1000.	UN	CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	2,0000
2	ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL TAMANHO 0,13x0,13 M FORMATO REDONDO - Plastificado para uso externo. Quantidade Mínima: 50	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,9000
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	1,3200
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	1,3500
3	Crachás em PSS 1mm com Cordão - 15x9cm - Cores: 4x0 Quantidade mínima:50	UN	CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	6,9000
4	Galhardetes em lona, com impressão em ambos os lados e suporte para fixar nos postes de luz- Formato 60x100cm - Cores 4x4. Quantidade mínima:50unidades	UN	CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	104,0000
5	Caderno universitário 8 materias - Capa dura - tamanho aberto 28x40cm. Tamanho fechado 20x28cm. 10 folhas por matéria com 80 folhas.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	5,5000
6	Caderno universitário 10 materias - Capa dura - tamanho aberto 28x40cm. Tamanho fechado 20x28cm. 20 folhas por matéria - total 200 folhas.	UN	PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,8000
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	8,9500
7	ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL TAMANHO 13,5 CM x 19,5 CM FORMATC RECORADO - Plastificado para uso externo. mínima:50 Quantidade	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	3,5900
			BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	3,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 24/03/2015		Válido até: 24/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	7,5000	3
8	Calendário de mesa personalizado, formato 20x28cm, 4x0 cores, papel supremo alta alvura 300gr, base impressa com calendário 2015 (1 lado) e publicidade da Prefeitura mun. De Schroeder, incluindo logo, endereço e outras informações importantes (1 lado), espiral simples no cor preta. Miolo contendo 6 folhas impressas frente e verso, 4x4 cores, formato 20x10cm em papel couchê brilhoso 230gr. Quantidade Mínima: 50	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	1,6000	1
9	Calendário vertical personalizado, formato 44,5x10cm, 4x0 cores, papel supremo alta alvura 350gr, base impressa com calendário 2015 (1 lado) e publicidade da Prefeitura Mun. De Schroeder, incluindo logo, endereço e outras informações importantes (1 lado), espiral simples no cor preta. Miolo contendo 6 folhas impressas frente e verso, 4x4 cores, formato 17x10cm em papel couchê brilhoso 230gr. Quantidade Mínima: 50	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	1,7000	1
10	Mapa dobrável 31 x 46 cm, 6 dobras/vincos, Policromia: 4x 4 cores, Papel : Couché 150 gr. Inclui ainda: Criação, Tratamento das imagens e Prova Print Quantidade mínima: 100 unidades	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,3200	1
11	Cartão de visita 9,5x5,5cm, papel couchê brilho 230g, 3x0 cor, sendo 200 unidades por modelo	MOD	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	34,9000	1
			BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	35,0000	2
13	Cartazes - Couchê 150g - Tamanho 31x44cm	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,7000	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	2,8000	2
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	3,0000	3
14	Cartazes, tamanho A2 (420 x 594 mm), 4x0 cores - Papel Couchê 180gr	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	5,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Número do Registro de Preços: 14/2015 Data do Registro: 24/03/2015 Válido até: 24/03/2016									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	6.0000	2		
15	Cartazes, tamanho A3 (297x 420 mm), 4x0 cores - Papel Couché 180gr. Quantidade Mínima: 100	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	1.5000	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	2.8000	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	3.0000	3		
16	Carteirinha de Hipertenso e diabéticos; nas medidas 19cm larg x 13cm alt; papel vergê 90gr nas cores 4x2. Quantidade Mínima: 100	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	1.9000	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	2.7200	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	2.9000	3		
17	Cartões de gestante; nas medidas 29.7x21,0cm folha sulfite 240gr, com 4x1 cores, impresso em off-set. Acabamento: corte, dobrar c/ 2 vincos. Quantidade Mínima: 100	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	1.5500	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	2.8000	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	2.9000	3		
18	Envelope 310x410mm na cor branca - 3x0 cor - Papel 90g/m². Quantidade Mínima: 200	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	1.5400	1		
			BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	1.5500	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Número do Registro de Preços: 14/2015 Data do Registro: 24/03/2015 Válido até: 24/03/2016									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
19	Flyer's para o setor de Cultura tamanho 11x2cm, 4x1 cor, papel reciclado 75g. Sendo 3.000 peças por modelo.	MOD	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	135,0000	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	310,0000	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	320,0000	3		
20	Folder's para turismo tamanho aberto (14,7x57,7cm) com 3 dobras, face especial, 4x4 cor, papel couchê fosco 230g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder. Quantidade Mínima: 1.000	UN	CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	1,7500	1		
21	Folder's Pezinho, nas medidas: 14,5 x 5,1cm, folha couchê 150gr (aberto) capa 4x1 cores. mais 2 lâminas 1x1 cor. Quantidade Mínima: 250	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,6500	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	1,9600	2		
22	Folder's tamanho 22X31cm, 4x4 cores, papel couchê brilhoso 170g, com acabamento em corte especial, com arte, tratamento de imagens e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,3300	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,4200	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	0,4900	3		
23	Folder's tamanho 29,7x21cm, 4x4 cor, papel couchê 170g brilhoso, com acabamento em corte especial, com arte, tratamento de imagem e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,2500	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,4200	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Número do Registro de Preços: 14/2015 Data do Registro: 24/03/2015 Válido até: 24/03/2016									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	0.4900	3		
24	Folder - Couchê 150g - 21x29 7cm - 2 dobras (Schroederfest) Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0.1600	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0.2700	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	0.2800	3		
25	Folder's tamanho A4 com 1 dobra, 4x4 cor, papel couchê fosco 230g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder, com prova print. Quantidade Mínima: 1.000	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0.5200	1		
26	Folder's tamanho A4 com 1 dobra, faca especial, 4x4 cor, papel couchê fosco 230g, laminação fosca nos dois lados, verniz UV localizado 40% de cada lado do folder, com prova print. Quantidade Mínima: 1.000	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0.5200	1		
27	Folder's, tamanho 15x21 cm, 4x4 cores, papel couchê brilho 120g. Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0.1600	1		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	0.2500	2		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0.2500	3		
28	Folder's, tamanho A4 (29 7x21cm) com 1 dobra, 4x4 cor, papel couchê brilho 120g. Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0.2500	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0.3700	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	0.3900	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Número do Registro de Preços: 14/2015 Data do Registro: 24/03/2015 Válido até: 24/03/2016									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
29	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 2 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g, com acabamento com corte especial, com arte, tratamento de imagem e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,2600	1		
30	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 2 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g. Quantidade Mínima: 1.000	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,4200	2		
30	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 2 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g. Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,2600	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,3900	2		
31	Folder's, tamanho A4 (29,7x21cm) com 3 dobras, 4x4 cor, papel couchê brilho 150g. Quantidade Mínima: 1.000	UN	BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,2600	1		
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,4200	2		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	0,4500	3		
32	Livreto contendo 4pgs, tipo gibi, 4x4 cores, impressão frente e verso em papel colchê brilhoso 120g no tamanho A4, folhas dobradas e grampeadas, com acabamento com corte especial, com arte, tratamento de imagem e prova print. Quantidade Mínima: 1.000	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,6600	1		
			BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (13037)		0	0,6700	2		
33	Papel adesivo 30gr. (interdiado), cor 4x0, tamanho 70x15cm. Quantidade Mínima: 50	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	7,9000	1		
			CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME (10383)		0	8,8000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 24/03/2015		Válido até: 24/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Pasta suspensa em cartão marmorizado plastificado, com 02 hastes metálicas removíveis, com ponteiro plástico nylon nas extremidades, grampos plásticos visor transparente e etiqueta de identificação branca, 36x24 cm. Caixa com 50 unidades.	CX	PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	89,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 24/03/2015		Válido até: 24/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secre							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

PROCESSO Nº 34/2015

- (6052) - GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
- (7496) - PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA
- (10383) - CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ME
- (13037) - BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA

Schroeder, 24 de Março de 2015.

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 015/2015

Discussão e Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2016

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, cumprindo o estabelecido na Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF) e Lei Municipal nº. 470/2001 torna público que, a Audiência Pública, para a Discussão e Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2016, fica agendada para:

Data: 09 de abril de 2015 - Quinta-Feira;

Horário: 19h30min;

Local: Centro de Idosos (Rua Riachuelo, 811, centro).

Ficando assim convocados todas as associações, representantes dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 23 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para possível Aquisição de Sementes selecionadas e certificadas para atendimento ao Programa de Pastagens e Adubação Verde que o Município de Serra Alta dispõe, beneficiando os agricultores e fortalecendo a agricultura familiar e o setor produtivo

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 09 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09 de Abril de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 25 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV DE ENG Nº 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 016/2015

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para a Execução da Obra de Pavimentação com pedras basalto irregulares, compreendendo uma área total de 1.700,18 m², a ser executada no Trecho da EMSA 016 - Lª Bianchetto, neste Município, beneficiando e proporcionando melhor qualidade de vida aos moradores que residem nessa localidade.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 15 de abril de 2015.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 15 de abril de 2015.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 25 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 025/2015

DECRETO Nº. 025/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os Membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, sendo:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) CLUBE DE MÃES:

TITULAR: TÂNIA SANDRA HONNEF BERNHARD
SUPLENTE: ADILCE MELLA BRUXEL

b) REPRESENTANTES DOS GRUPOS DE IDOSOS:

TITULAR: MARIO BONETTO
SUPLENTE: ILANI CRISTINA RUSCHEL BRENTANO

c) REPRESENTANTES DAS APPs:

TITULAR: MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA
SUPLENTE: MARCIA BONELLI

d) REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:

TITULAR: CARLOS ARNALDO WOLFF
SUPLENTE: MARLENE LUIZA TESTON FARINON

e) USUÁRIOS:

TITULAR: MARCIA ADRIANA DE SOUZA BORBA
SUPLENTE: JANETE PINHEIRO

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE:

TITULAR: DAIANE KUTSZEPA BRAMBILA
SUPLENTE: SIMONE TABORDA GALZER

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: VERA LÚCIA BACZINSKI
SUPLENTE: ELIANE MIORANDO

c) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

TITULAR: MAICON BRUXEL
SUPLENTE: CAROLINE FARINON

d) ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: FRANCIELE LAZAROTTO
SUPLENTE: MARLI MARIA NOLL

e) REPRESENTANTES DOS EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS/CREAS):

TITULAR: CRISTIANI GISLAINE MÜLLER
SUPLENTE: DIANILÉIA FABRIS

Art. 2º. Os Membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE terão mandato de 02(dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

DECRETO 026/2015

DECRETO Nº. 026/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS (AS) TUTELARES DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 01/2015 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os Membros da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL responsável pela organização e condução de todo o processo de escolha dos Conselheiros (as) Tutelares do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, conforme Resolução nº 01/2015 do CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, sendo:

TITULARES		
CONSELHEIROS (AS)	ENTIDADES/ÓRGÃOS	FUNÇÃO
Cristiani Gislaine Müller	CRAS	Presidente
Caroline Farinon	Secretaria de Administração	Membro
Marli Maria Noll	Assistência Social	Membro
Marlene Luiza Teston Farinon	Associações Comunitárias	Membro
Tânia Sandra Honnef Bernhard	Clube de Mães	Membro
Ilani Cristina Ruschel Brentano	Grupo de Idosos	Membro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

DECRETO 027/2015

DECRETO Nº. 027/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os Membros do CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, sendo:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**a) CLUBE DE MÃES:**

TITULAR: TÂNIA SANDRA HONNEF BERNHARD
SUPLENTE: ADILCE MELLA BRUXEL

b) REPRESENTANTES DOS GRUPOS DE IDOSOS:

TITULAR: MARIO BONETTO
SUPLENTE: ILANI CRISTINA RUSCHEL BRENTANO

c) REPRESENTANTES DAS APPs:

TITULAR: MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA
SUPLENTE: MARCIA BONELLI

d) REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:

TITULAR: CARLOS ARNALDO WOLFF
SUPLENTE: MARLENE LUIZA TESTON FARINON

e) USUÁRIOS:

TITULAR: MARCIA ADRIANA DE SOUZA BORBA
SUPLENTE: JANETE PINHEIRO

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:**a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE:**

TITULAR: DAIANE KUTSZEPA BRAMBILA
SUPLENTE: SIMONE TABORDA GALZER

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: VERA LÚCIA BACZINSKI
SUPLENTE: ELIANE MIORANDO

c) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

TITULAR: MAICON BRUXEL
SUPLENTE: CAROLINE FARINON

d) ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: FRANCIELE LAZAROTTO
SUPLENTE: MARLI MARIA NOLL

e) REPRESENTANTES DOS EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS/CREAS):

TITULAR: CRISTIANI GISLAINE MÜLLER
SUPLENTE: DIANILÉIA FABRIS

Art. 2º. Os Membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE terão mandato de 02(dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1.748/2015

LEI Nº 1.748, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 153.500,00 (cento e cinquenta e três mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - Gabinete do Prefeito
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(2) - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(10) - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
2.008 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0087(45) - Aplicações Diretas
..... R\$ 57.000,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(106) - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

14.01 - Encargos Gerais do Município
0.001 - Amortização da Dívida Fundada
3.2.90.00.00.00.00.00.0080(138) - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.500,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
1.004 - Ampliação da Rede Física do Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(15) - Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00
1.005 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(18) - Aplicações Diretas
..... R\$ 23.000,00
1.006 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(22) - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.026 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(88) - Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1.020 - Sinalização de Trânsito e Indicativos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(104) - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.043 - Manutenção do Fundo de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(151) - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 24 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02 2014 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015 - SAMAE

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial acima citado, que objetiva o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ELETRO ELETRÔNICA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA PREDIAL E MANUTENÇÃO DE BOMBAS, DESTINADOS A TODOS OS SETORES DA AUTARQUIA sofreu alterações conforme segue:

No item 7.3.4 - Quanto à regularidade técnica, exclui-se a alínea "a":

a) Para as propostas dos itens 01, 03 e 04 as proponentes deverão apresentar certificado que comprove possuir autorização da marca WEG para prestar a assistência técnica nas bombas centrífugas, motores elétricos e bombas elevatórias.

No quantitativo das horas constante no ANEXO I, -Termo de Referência, as quantidades dos itens 1 a 4, ficam alteradas conforme a tabela abaixo:

Tabela 1. Especificações e quantidades do objeto

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor referência unitário por hora
1	1.100	HORAS	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM ELETRO ELETRONICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA E AUTOMAÇÃO EM PAINEL PARA ACIONAMENTO DE BOMBAS ELEVATÓRIAS E SISTEMA DE AUTOMAÇÃO PARA PROCESSO DE SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS OS SETORES DA AUTARQUIA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. O ATENDIMENTO DEVERÁ SER PRESTADO EM ATÉ UMA HORA APÓS CHAMADO VIA TELEFONE.	R\$ 61,67
2	200	HORAS	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ELETRICA PREDIAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NO ATERRO SANITÁRIO.	R\$ 45,67
3	3.500	HORAS	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELETRICAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, ADMINISTRATIVO E SETOR DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. O ATENDIMENTO DEVERÁ SER PRESTADO EM ATÉ UMA HORA APÓS CHAMADO VIA TELEFONE.	R\$ 43,33
4	650	HORAS	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE BOMBAS CENTRIFUGAS E MOTORES ELETRICOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. A EMPRESA DEVERÁ SER CREDENCIADA COM ASSISTENTE TÉCNICO EM BOMBAS CENTRIFUGAS E MOTORES ELETRICOS. POSSUIR ESTOQUE DE PEÇAS VARIADAS PARA MANUTENÇÃO IMEDIATA, FERRAMENTAS ADEQUADAS PARA MANUTENÇÃO, BANCADA DE TESTE E ENSAIO, VEÍCULO DE TRANSPORTE, EFETUAR SUBSTITUIÇÃO DE SELOS MECANICOS E GAXETAS, SUBSTITUIÇÃO DE ROTORES, SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTOS, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS EM GERAL, REBOBINAGEM DE MOTORES ELÉTRICOS. O ATENDIMENTO DEVERÁ SER PRESTADO EM ATÉ UMA HORA APÓS CHAMADO VIA TELEFONE.	R\$ 67,00

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 08/04/2015 as 9h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão ficará marcada para as 9h10min da mesma data da entrega dos documentos. Ficam mantidas as demais exigências.

Timbó/SC, 24 de março de 2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 36 DE 11 DE MARÇO DE 2015

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 36 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "MARYAN MALICKY", situado no lado par da Rua Ilhota, distando pelo lado esquerdo

do imóvel, 55,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Itajaí, nesta Cidade, com a área de 1.459,68m² (Hum mil, quatrocentos e cinquenta e nove metros e sessenta e oito décimos quadrados), processo D-028/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente MARYAN MALICKY, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 7.134, datado de 02 de dezembro de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 23.760, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.020.1021.001, sendo constituído:

De 02 (dois) lotes, abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 768,00m² (Setecentos e sessenta e oito metros quadrados), situado no lado par da Rua Ilhota, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 55,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Itajaí; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Ilhota; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 51,20 metros, sendo em 48,10 metros com terras de Ailton Martins de Oliveira e Gislei Cristina Rodrigues, matrícula nº 20.021, livro 2 e em 3,10 metros com terras de Sonia Mara Maas, matrícula nº 10.647, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 51,20 metros, sendo em 33,32 metros com terras de Adelaide da Rocha, transcrição nº 144, folhas 28, livro 3, com terras de Maria Damazio da Rocha, transcrição nº 1.070, folhas 212, livro 3 e com terras de Vitorino Damazio da Rocha, transcrição nº 1.078, folhas 214, livro 3 e em 17,88 metros com terras de Marioni Penkal Popowicz, matrícula nº 11.109, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 691,68m² (Seiscentos e noventa e um metros e sessenta e oito décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Água Doce, distando pelo lado direito do imóvel, 55,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Itajaí; estremando na frente em 15,17 metros com o lado ímpar da Rua Água Doce; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 01; lado direito estrema em 47,22 metros com terras de Marioni Penkal Popowicz, matrícula nº 11.109, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 45,00 metros com terras de Sonia Mara Maas, matrícula nº 10.647, livro 2;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 11 de março de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2015.51 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/51

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Engecel Eletro Comercial Ltda.

OBJETO: Plena e total execução de serviços de revitalização da rede de iluminação pública da Rua Carlos Strey, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 13/2015.

VALOR: R\$ 168.865,98 (cento e sessenta e oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: de 16/03/2015 à 16/03/2016.

Data da assinatura: 16/03/2015.

Timbó, 24 de março de 2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 AP OESTE COMÉRCIO LTDA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: AP Oeste Comércio Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 382 kg ao item 014 (farinha de trigo especial),

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2015.

TIMBÓ, 24/03/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 FRIGORÍFICO MENESTRINA LTDA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Frigorífico Menestrina Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 1.900,00 Kg ao item 041 (carne bovina moída de 1º qualidade).

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2015.

TIMBÓ, 24/03/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Supermercado Frontal Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 1.055 dúzias ao item 043 (ovos de galinha), acréscimo de 588 kg ao item 045 (salsicha de carne suína e bovina) e acréscimo de 500 kg do item 046 (sopa de pescado de tilápia congelada).

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2015.

TIMBÓ, 24/03/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

PORTARIA Nº 1550, DE 09 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 1550, DE 09 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Servidores Públicos Municipais para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, os servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (APROVADO CONCURSO PÚBLICO 01/2013)		
Cargo: Operador de Máquinas Ref.Salarial: SG-33		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Airton José Dallagnolo	007.408.189-61	44h
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (APROVADOS CONCURSO PÚBLICO 01/2014)		
Cargo: Auxiliar Operacional I Ref.Salarial: SG-08		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Orides Bauler	384.152.679-91	44h
Sonja Stüpp Gonçalves	770.813.079-49	44h
Valdecir Mett	068.657.969-00	44h

Jarina Marchetti	107.902.979-65	44h
Maria Heck Manske	660.434.339-15	44h
Odair Michael Bendotti	053.881.149-88	44h
Araci Kruger	334.174.139-87	44h
Francisco João Samuleski	569.761.199-49	44h
Marildo Mauricio Uler	400.193.659-34	44h
José Antonio Fernandes	565.683.049-72	44h
Roberta Tomelin	004.432.839-74	44h
Inagla Maria Carneiro Barros	951.889.162-15	44h
Giovani Iaginski	089.040.759-20	44h
Lucas Matheus Buss	084.688.279-59	44h
Adelita Helena Dalpiaz Moreira	529.991.229-34	44h
Guilherme Duarte Silva	065.628.579-61	44h
Otto Carlos Wolter	569.768.799-00	44h
Luciana Julice Tomelin Oberziner	687.070.709-00	44h
Ana Paula Cristofolini	082.694.099-44	44h
Rose Meli Stolf Evaristo	613.425.489-49	44h
Eliane Gonçalves Cardoso	099.354.208-50	44h
Zenita Poffo Bechtold	723.431.409-00	44h
Werynton Duarte Lopes	095.643.899-76	44h
Eduardo Artur Marquardt	099.646.489-10	44h
Diego Marchetti	005.224.419-98	44h
Isanete Marcia Riola	005.238.489-60	44h
Jessica Lombardi	093.102.299-18	44h
Zenita Maria de Souza	750.742.499-53	44h
Ivone Carvalho de Siqueira Sacht	065.464.229-05	44h
Rosely Kannenberg Bendotti	806.912.699-04	44h
Gisele Santos de Almeida Fronza	403.847.018-09	44h
Iris Lúcia Bellarmino de Borba	658.408.109-59	44h
Iloa Dias Hilário Brandão	224.741.358-71	44h

Art. 2º CONVOCAR os Servidores nomeados para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Editais de Concurso Público nº 01/2013 e 01/2014, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foram nomeados.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER PEDIDO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº 5/2013**

PARECER PEDIDO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº 5/2013

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: Jailson Roberto Vailati - ME

Objeto: Prestação de serviços de filmagem, transmissão ao vivo via internet, gravação em mídia DVD-R, sem edição, para arquivo da Câmara e edição e gravação do amterial produzido em formato (.wmv), para inclusão no site, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas e Sessões da Câmara Mirim, da Câmara Municipal de Timbó.

O Contrato 05/2013, firmado em 30 de janeiro de 2013, estabeleceu o valor de R\$ 836,00 (oitocentos e trinta e seis reais) por evento, conforme proposta apresentada na licitação no dia 22 de janeiro de 2013.

A cláusula 4.1. estabelece que os serviços serão reajustados anualmente a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação do IPCA-IBGE.

Observo que a variação do IPCA-IBGE, entre 01/02/2013 e 31/01/2014 foi de 5,59%, o que resultaria no valor de R\$ 882,69, a partir de 01/02/2014. Porém, o valor efetivamente pago foi de R\$ 888,78, um reajuste de 6,31%, em desacordo com o índice estabelecido na Cláusula 4.1. do Contrato 05/2013.

Por isso recomendo reajustar o valor estabelecido na Cláusula 3.1. do Contrato 05/2013, de 30 de Janeiro de 2013, a partir de 01/02/2015, para o valor de R\$ 945,69 (novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) que correspondente a aplicação da variação do IPCA-IBGE ocorrida entre os meses de Fevereiro de 2014 e Janeiro de 2015, sobre o valor de 882,69 (oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos) que corresponde ao valor contratado em 30 de Janeiro de 2013 - R\$ 836,00 (oitocentos e trinta e seis reais) - acrescido da variação do IPCA-IBGE entre 01/02/2013 e 31/01/2014, que foi de 5,59%.

Timbó (SC), 5 de Março de 2015.

Ruben Parno

Advogado

Tunápolis**PREFEITURA****LEI 1216 CONVÊNIO APAE**

LEI Nº. 1216/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS -SC, e contém outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Tunápolis autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS -SC, nos termos da minuta de convênio anexa e que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira e técnica do Município para auxiliar na manutenção e desenvolvimento das atividades pertinentes visando o estabelecimento de condições adequadas para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse de até R\$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais), por mês, reajustados anualmente pelo IGPM, bem como ceder servidores do quadro efetivo do Município, percebendo os mesmos vencimentos do atual quadro do Município.

Parágrafo Único: O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento do corrente exercício:

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, em,
25 de Março de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1217/2015

LEI Nº 1217/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com as Entidades que especifica e contém outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Tunápolis autorizado a celebrar Convênio com as seguintes Entidades para o Exercício de 2015:

- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE SMOESTE -SC, até o valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) objetivando a cooperação financeira do Município para a aquisição de 04 (quatro) vagas, de alunos com deficiência auditiva do Município de Tunápolis a serem distribuídos entre séries e períodos definidos pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Especial da APAS;

- ASSOCIAÇÃO CASA FAMILIAR ESPERANÇA, localizada no Município de Iporã do Oeste -SC, objetivando a cooperação financeira do Município de até 5.000,00 (cinco mil reais), para a aquisição de 05 (cinco) vagas, de alunos do Município de Tunápolis que freqüentam o educandário (envolvendo a Matrícula, a manutenção e o Acompanhamento Técnico às Propriedades) no ano letivo de 2015;

- COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL GETÚLIO VARGAS, localizada na Linha Cruzinhas, Município de São Miguel do Oeste, objetivando a cooperação financeira do Município de até 12.567,50 (doze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), para a aquisição de 11 (onze) vagas, de alunos do Município de Tunápolis que freqüentam o educandário (envolvendo a Matrícula e a manutenção) nas 1ª , 2ª e 3ª séries do Curso Técnico em Agropecuária, no ano letivo de 2015.

Art. 2º Caberá ao Município o repasse dos valores acima descritos para o exercício de 2013, correspondente a aquisição de vagas para os alunos do Município de Tunápolis conforme Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes.

Parágrafo Único: O repasse para as Entidades fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS e a CNDT.

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64 e da IN nº 14/2012 do TCE-SC, dos seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento do corrente exercício:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, em, 25 de Março de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.019/2015

DECRETO Nº 019/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
"VETA EMENDA MODIFICATIVA PARLAMENTAR".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica vetada a Emenda Modificativa ao Artigo 2º e 3º do Projeto de Lei nº 006/2015, de 06/03/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 23 de março de 2015.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 25/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Motivos do Veto

A Emenda Modificativa proposta e aprovada pelos Vereadores não pode integrar o projeto aprovado porque é inconstitucional, tendo em vista que é prerrogativa privativa da Chefe do Poder Executivo projetos de lei ou atos que importem em criação de despesas. Desse modo a Emenda tem vício de origem pela falta de prerrogativa para propor a matéria.

Vargem Bonita, 23 de março de 2015.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

DECRETO N.020/2015

DECRETO Nº 020/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
"RESTABELECE O REGIME DE HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a diversidade de turnos e horários cumpridos pelos servidores públicos municipais muitos sem a formalização da motivação ou sem explicitar o interesse público no cumprimento de horário especial;

CONSIDERANDO a necessidade de motivar a atribuição de jornada especial coletiva ou individualizada dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que na escala de prioridades de estudos e avaliações do desempenho da administração pública chegou ao momento de ponderar diversos horários especiais historicamente desenvolvidos no serviço público municipal;

CONSIDERANDO o objetivo de aperfeiçoar o atendimento ao público e racionalizar os recursos públicos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 10/97 de 22 de setembro de 1997,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinado o cumprimento de uma jornada diária de 08 (oito) horas por todos os servidores públicos municipais de Vargem Bonita - com carga horária de 40 horas semanais e uma jornada de 04 (quatro) horas por dia para os servidores públicos com carga horária de 20 (vinte) horas semanais compreendendo todas as secretarias municipais seja em atividade fim, atividade meio ou administrativa.

§ 1º - Os horários a serem cumpridos são das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h30min;

§ 2º - O tempo de tolerância para atraso na chegada ou atraso na saída é de 05 minutos;

§ 3º - É obrigatória a batida no intervalo compreendido das 12h00min às 13h30min para todos os servidores.

Artigo 2º - Por este Decreto excetuam-se somente os horários a serem cumpridos pelos professores em regência de classe, motoristas do transporte escolar, motoristas de ambulância e servidores designados em ato próprio para regime de plantão.

Artigo 3º - A partir deste Decreto qualquer mudança no horário de trabalho dos servidores públicos municipais, seja por grupo ou individualmente, deve ser em ato e documento próprio, motivado e explicitado o interesse público.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor em 17 de abril de 2015, revogados quaisquer instrumentos jurídicos da mesma posição hierárquica do presente decreto, ou inferior, emitidos anteriormente a presente data.

Vargem Bonita, 24 de março de 2015.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 25/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

LEI N.1.035/2015

LEI Nº 1.035/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
"DÁ DENOMINAÇÃO PARA RUA QUE ESPECIFICA".

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica denominado o nome da Rua de "Albino Romano Anzolin", a rua que tem início na Rua José de Alencar, paralela com a Rua Coronel Vitório, ao lado esquerdo da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus até o final da rua aqui denominada.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Vargem Bonita, 24 de março de 2015.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 25/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Exposição de Motivos

É uma necessidade para o endereçamento correto na cidade que as ruas tenham denominação e o nome proposto a Vossas Excelências mostra-se naturalmente adequado e de fácil memorização pela ocorrência geográfica da proximidade com a nossa Igreja Matriz.

Diante do proposto requeremos apreciação e aprovação do presente projeto para que surta seus esperados e necessários efeitos.

Vargem Bonita, 19 de janeiro de 2015.
Lélis Camilo Fiório
Prefeito Municipal em exercício

LEI N.1.036/2015

LEI Nº 1.036/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO OS EQUIPAMENTOS QUE ESPECIFICA".

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a receber em doação equipamentos, com as especificações dos incisos deste artigo, conforme notas fiscais em anexo que passa a fazer parte integrante da presente lei.

I - 01 impressora multifuncional a laser; Nota Fiscal nº 000.008.940; emitida pela empresa Repremig - Representação e Comércio de Minas Gerais Ltda;

II - 05 computadores marca Positivo, 05 teclados, 05 mouses e 05 monitores; Nota Fiscal nº 001.074.393; emitida pela empresa Positivo Informática S/A;

III - 01 bebedouro para garrafão de 20 litros, Nota Fiscal nº 000.003.076; emitida pela empresa Maximum Importadora e Exportação Ltda;

IV - 01 refrigerador marca Elux, Nota Fiscal nº 000.004.495; emitida pela empresa Solução Inox Ltda.

Artigo 2º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à inscrição no Patrimônio Municipal dos equipamentos ora recebidos em doação.

Artigo 3º - As despesas para o cumprimento do presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 24 de março de 2015.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 25/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1.037/2015

LEI Nº 1.037/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA PASSARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder subvenção social no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a Associação dos Produtores Rurais de Linha Passarin, CNPJ nº 06.350.551/0001-61, em uma única parcela para manutenção das atividades da Associação.

§ 1º. A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

Art. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária

Modalidade: 335000.00.00.000.0 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
..... R\$ 4.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária

Modalidade: 33900.00.00.000.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 24 de março de 2015.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 25/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos**PREFEITURA****CONCURSO PUBLICO Nº. 02/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

Abre inscrições no período de 31/03 à 29/04/2015 para o cargo de Medico Clinico Geral, 01 (uma) vaga, carga horaria de 40 horas semanais, vencimento base R\$ 11.372,66 (onze mil trezentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos). Edital Completo no site oficial do município ou www.clicksolucoesinteligentes.com.br

Videira**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 37/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E ASSESSORIA JURÍDICA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 09/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Março 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 010/2015**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

01 - Convite p/ Compras e Serviços: 3/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 002/2015,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da(o) 01 - Convite p/ Compras e Serviços numero 3/2015, com a finalidade de Aquisição de peças e serviços para recuperação de Maquinas e Equipamentos da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles. o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)	
Fornecedor	Valor
R.T TRATORES COMÉRCIO DE PECAS E SERVIÇOS LTDA. EP	58.686,00

Vitor Meireles (SC), em 19 de março de 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI

Prefeito Municipal em exercício

Xavantina**PREFEITURA****TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 16-2015 PMXV - 01**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 16/2015 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.578.202/0001-87, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Adilson Luiz Nicolini, portador do CPF nº 018.339.749-56, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	180.000,00	LT	2,44	ÓLEO DIESEL S500

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 16/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 24 de março de 2015.

SAFRA DIESEL LTDA Adilson Luiz Nicolini	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal.
--------------------------------------------	----------------------------------------------

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 16-2015 PMXV - 02

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 16/2015 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SIVIERO DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.592.286/0001-03, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Gilmar Fiorini, portador do CPF nº 485.819.689-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
2	180.000,00	LT	2,61	ÓLEO DIESEL S10

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições

estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 16/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 24 de março de 2015.

SIVIERO DIESEL LTDA Gilmar Fiorini	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal.
---------------------------------------	----------------------------------------------

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 16-2015 PMXV - 03

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 16/2015 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa POSTO SANDRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.576.958/0001-97, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Gilberto Luiz Fasolo, portador do CPF nº 594.011.419.91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
3	40.000,00	LT	3,51	GASOLINA COMUM

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação

específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 16/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 24 de março de 2015.

POSTO SANDRA LTDA
Gilberto Luiz Fasolo

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 07/2015 - SAUDE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 07/2015 - SAÚDE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2015
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/2015
CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2015 - CREDENCIAMENTO
CREDENCIADO: MENTRAQUIRON- EIRELI -ME
CNPJ: 21.340.24/0001-28
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA ÁREA DA AS[UDE PARA SESSÃO DE FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA EM TERAPIA NO CONCEITO NEUROEVOLUTIVO BOBATH.
VALOR: 20.000,00(VINTE MIL REAIS).
VIGENCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO: CAPUT do art. 25, da Lei Federal 8.666/93.

Xaxim-SC, 24 de março de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 40/2015 - SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2015
PROCESSO LICITATÓRIO N. 070/2015

O Município de Xaxim - SC, juntamente com a Secretaria de Assistência Social, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Academias de Ginastica. Conforme descrição completa no edital, tipo menor preço por item. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h:00 do dia 09 de abril de 2015, procedendo à abertura às 14h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 24 de março de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PREGÃO 039/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE XAXIM
PROCESSO LICITATÓRIO N. 069/2015
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 039/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal. Os envelopes da documentação e da proposta deverão

ser entregues até às 08h: 45min do dia 09 de abril de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 24 de fevereiro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Decreto 132

DECRETO Nº 132/2015

DETERMINA A LIBERAÇÃO DOS LOTES DE TERRENOS OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO SOCCOL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 9º 'caput' da lei 6.766/79, Decreto nº 445/2014 e Decreto nº 468/2014; e ainda,

Considerando a vistoria realizada junto ao Empreendimento, dando conta da execução por completo das obras de infraestrutura;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam liberados da garantia a que se refere o Decreto nº 468/2014, os seguintes lotes, todos do loteamento denominado "Soccol", aprovado pela Lei nº 4.027/2014, com matrícula no CRI sob o nº 23.177 e então caucionados em favor da Administração Pública Municipal de Xaxim:

I - Da quadra 628 - lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07;

II - Da quadra 629 - lotes: 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19;

III - Da quadra 630 - lotes: 21, 22, 23, 24, 25 e 26;

IV - Da quadra 631 - lotes: 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35;

V - Da quadra 632 - lotes: 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51 e 52;

VI - Da quadra 633 - lotes: 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64;

VII - Da quadra 634 - lotes: 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74;

VIII - Da quadra 635 - lotes: 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85 e 86.

Art. 2º. A liberação referida no artigo anterior dar-se-á automaticamente por força do presente Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 20 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

Associações

AMAUC

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC
Rua Atalípio Magarinos, 277 - 2º Andar
Concórdia - Santa Catarina

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO	2013	2014
Disponível		
Realizável até o próximo exercício		
BBrasil ct. Movimento	3.105,87	617,43
BBrasil ct. Aplicação	115.325,52	33.959,60
BBrasil ct. Conv. SDR/PIGIRS		147.291,67
	118.431,39	181.868,70
Contribuições dos municípios		
Ipumirim - anterior a 2001	61.230,04	61.230,04
Irani -	10.813,98	6.424,50
Itá - dez/2012	5.992,36	
Jaborá - 2012	600,00	
Presidente Castelo Branco - anterior a 2001	10.421,26	10.421,26
Presidente Castelo Branco 2002 a 2010	12.514,98	12.514,98
Presidente Castelo Branco - nov/dez/ 2011	8.581,32	8.581,32
Presidente Castelo Branco - dez/2012	4.977,17	4.977,17
Presidente Castelo Branco - jun a dez/2013	37.450,00	4.500,00
Presidente Castelo Branco - contr. 2014		19.513,50
Presidente Castelo Branco - contrato rateio 02/2013	2.600,00	-
Seara - anterior a 2001	3.457,38	3.457,38
Concórdia		20.668,64
	158.638,49	152.288,79
Outros Créditos		
Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe		9.000,00
Consórcio Integrar		750,00
AVAUC		1.500,00
	-	11.250,00
	277.069,88	345.407,49
Permanente		
Equipamentos, móveis e utensílios	292.716,01	303.186,01
Programas e sistemas	29.734,90	31.212,40
Veículos	112.803,86	112.803,86
	435.254,77	447.202,27
	712.324,65	792.609,76

PASSIVO	2013	2014
Exigível a curto prazo		
Despesas operacionais	5.383,83	38.863,90
Patrimônio Líquido		
Inversão financeira	649.488,54	678.361,05
Resultado do Exercício	57.452,28	75.384,81
	706.940,82	753.745,86
	712.324,65	792.609,76

Concórdia, 31 de dezembro de 2014

Roberto Kurtz Pereira
Secretário Executivo
CRC/SC 8983

Claudirlei Dorini
Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC
Rua Atalípio Magarinos, 277 - 2º Andar
Concórdia - Santa Catarina

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	2013	2014
Despesas		
Despesas Operacionais, Administrativas e Financeiras		
Operacionais		
Material de Expediente e Manutenção	31.359,51	30.031,49
Adiantamento para pequenas despesas	12.500,00	3.000,00
Despesas de viagens e atendimento aos municípios	39.942,90	46.882,11
Aluguel, condomínio e IPTU	22.269,21	62.720,46
Telefone/fax/internet	25.868,98	26.502,10
Manutenção de veículos	27.395,94	20.875,72
Luz/água	9.257,22	10.850,39
Seguros	4.634,31	4.738,56
Escritório Contábil		53,00
Material de divulgação publicidade	4.652,50	3.605,00
Assinatura de periódicos	2.842,25	1.170,00
Xerox e cópias heliográficas		307,95
Serviço de terceiros	123.138,45	201.411,58
Realização de cursos e eventos	18.439,26	19.743,51
JISA	720,00	19.742,53
Aluguel de programas/sistemas/equipamentos	13.766,03	48.296,58
CIS/AMAUC		2.922,30
Consórcio Lambari	9.000,00	240.322,85
Consórcio Casa Lar Pequeno Príncipe	1.439,11	
Consórcio Integrar		20.036,94
Outras despesas	16.285,41	18.216,17
Despesas transferencia da Sede (contrato rateio 2/2013)	259.724,05	37.376,36
	623.235,13	818.805,60
Administrativa		
Despesa com pessoal	403.125,93	484.772,33
FGTS	44.478,80	59.051,75
IRRF	17.049,12	17.008,83
PIS	5.281,57	5.293,81
INSS	226.316,71	287.707,52
Convênios/benefícios	85.942,54	121.577,55
	782.194,67	975.411,79
Financeira		
Juros e Taxas bancárias	485,40	541,90
	485,40	541,90
	1.405.915,20	1.794.759,29

Concórdia, 31 de dezembro de 2014

Roberto Kurtz Pereira
 Secretário Executivo
 CRC/SC 8983

Claudirlei Dorini
 Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC
Rua Atalípio Magarinos, 277 - 2º Andar
Concórdia - Santa Catarina

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RECEITAS	2013	2014
Contribuição dos municípios		
Alto Bela Vista	62.400,00	66.768,00
Arbutã	62.400,00	66.768,00
Arvoredo	62.400,00	66.768,00
Concórdia	191.424,00	187.755,04
Ipira	64.200,00	74.418,50
Ipumirim	64.200,00	62.969,50
Irani	64.200,00	73.783,50
Itá	77.400,00	88.810,40
Jaborá	63.600,00	69.294,00
Lindóia do sul	64.200,00	68.694,00
Paial	62.400,00	95.873,00
Peritiba	64.200,00	68.694,00
Piratuba	77.400,00	89.568,00
Presidente Castello Branco	36.704,34	84.470,50
Seara	96.000,00	102.720,00
Xavantina	64.200,00	68.694,00
	1.177.328,34	1.336.048,44
Outras Receitas		
Cursos e eventos		10.242,04
Outras receitas	72.193,59	62.731,40
JISA/JIIDOS	9.750,00	17.400,00
Rendimento de aplicações	6.695,55	12.631,58
Contrato de Rateio 02/2013 - transferencia da sede	197.400,00	56.400,00
AVAUC		13.500,00
Converio SDR/PIGIRS		361.190,64
	286.039,14	534.095,66
	1.463.367,48	1.870.144,10

RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Receita	1.463.367,48	1.870.144,10
Despesa	1.405.915,20	1.794.759,29
Resultado do Exercício	57.452,28	75.384,81

Concórdia, 31 de dezembro de 2014

Roberto Kurtz Pereira
 Secretário Executivo
 CRC/SC 8983

Claudirlei Dorini
 Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Recebemos o Balanço Geral da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, encerrado em 31 de dezembro de 2014. Após análise, verificamos que está de acordo com os balancetes encaminhados mensalmente.
 Somos pela aprovação do presente Balanço Geral.

Concórdia - SC 31 de dezembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto Mauri R. de Lima Aldair A. Rigo Neusa Klein Maraschini

FECAM**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AMMVI**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015 - De 24 de Março de 2015

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Senhor JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, em conformidade com o Estatuto Social no Art. 15, I; Art. 19; Art. 22, III; e Art. 23, I, no uso de suas atribuições,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios filiados à FECAM e associados à Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para Assembleia Geral Extraordinária na forma de Pré-Assembleia Regional a ser realizada com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de Março de 2015 - Horário: 10h

Local: Rua Alberto Stein nº 466, Velha, Blumenau - SC; CEP 89036-200.

Ordem do Dia:

- Proposição de Referendum sobre a Contribuição Financeira dos municípios à FECAM;
- Outros assuntos de interesse dos municípios associados;
- Encerramento.

Florianópolis/SC, 24 de março de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente eleito da FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2015 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AMAI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2015 - De 24 de Março de 2015

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Senhor JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, em conformidade com o Estatuto Social no Art. 15, I; Art. 19; Art. 22, III; e Art. 23, I, no uso de suas atribuições,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios filiados à FECAM e associados à Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI para Assembleia Geral Extraordinária na forma de Pré-Assembleia Regional a ser realizada com a seguinte ordem do dia:

Data: 30 de Março de 2015 - Horário: 09h

Local: Rua Floriano Peixoto, 100 Xanxerê/SC; CEP 89820-000.

Ordem do Dia:

- Proposição de Referendum sobre a Contribuição Financeira dos municípios à FECAM;
- Outros assuntos de interesse dos municípios associados;
- Encerramento.

Florianópolis/SC, 24 de março de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente eleito da FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2015 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AMAVI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2015 - De 24 de Março de 2015

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Senhor JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, em conformidade com o Estatuto Social no Art. 15, I; Art. 19; Art. 22, III; e Art. 23, I, no uso de suas atribuições,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios filiados à FECAM e associados à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI para Assembleia Geral Extraordinária na forma de Pré-Assembleia Regional a ser realizada com a seguinte ordem do dia:

Data: 10 de Abril de 2015 - Horário: 09h

Local: Rua XV de Novembro, 737, Centro, Rio do Sul/SC; CEP 89160-015.

Ordem do Dia:

- Proposição de Referendum sobre a Contribuição Financeira dos municípios à FECAM;
- Outros assuntos de interesse dos municípios associados;
- Encerramento.

Florianópolis/SC, 24 de março de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente eleito da FECAM

Consórcios

CIGA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011 - CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
- CIGA
CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO
DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

O DIRETOR EXECUTIVO do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, demais legislações vigentes e em conformidade com o Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO, relacionado abaixo, para o provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme resultado final devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM/SC na data de 23 de novembro de 2011. CONVOCADOS:

Inscri- ção	Candidato	Classificação Final	Cargo
49666	EDUARDO NAPOLEÃO	8º	TÉCNICO EM TI

O convocado deve comparecer, durante o período de 26 de março a 06 de abril de 2015 das 8h30min às 12h00min ou das 13h00min às 17h30min, na sede do CIGA, situada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis-SC para apresentação e entrega dos seguintes documentos constantes no item 11.5 do Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011:

- Carteira de identidade;
- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e o comprovante quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
- Fotografia recente, tamanho 3x4;
- Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, conforme o caso; e
- Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações.

O não comparecimento do interessado ou apresentação de qualquer documento fora do prazo previsto acarretará a eliminação do concurso e perda da vaga do referido cargo.

Florianópolis, 24 de março de 2015.
GILSONI LUNARDI ALBINO
DIRETOR EXECUTIVO

EXTRATO CONTRATO 201 - PGC - ITAPIRANGA

Extrato de Contrato nº 201/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Itapiranga

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Itapiranga

CNPJ: 78.484.995/0001-09

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 02/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.612,50 (dois mil seiscentos e doze reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 03 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 202 - DOM - PAPANDUVA

Extrato de Contrato nº 202/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Papanduva

CONTRATANTE: Município de Papanduva

CNPJ: 83.102.533/0001-01

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 010/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Papanduva no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 11 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 203 - PGT - APIÚNA

Extrato de Contrato nº 203/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Apiúna

CONTRATANTE: Município de Apiúna

CNPJ: 79.373.767/0001-16

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 025/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e

baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 204 - PGT -PAPANDUVA

Extrato de Contrato nº 204/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária -Papanduva

CONTRATANTE: Município de Papanduva

CNPJ: 83.102.533/0001-01

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 011/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais de R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 11 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 205 - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM

Extrato de Contrato nº 205/2015

Processo de Licitação Nº 06/2015

Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2015

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Federação Catarinense de Municípios - FECAM

CNPJ: 75.303.982/0001-90

OBJETO: Contratação de cota de patrocínio ao evento denominado "XIII CONGRESSO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS e XI EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS PARA OS MUNICÍPIOS - EXPOFECAM", que será realizado no período de 18 a 20 de março de 2015, no Centro de Convenções - CentroSul, sito à Avenida Governador Gustavo Richard, n.º 850, Centro, CEP 88010-290, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina,

conforme solicitação formalizada por meio do Ofício Pres. N.º 136/2015, datado em 27 de fevereiro de 2015, da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, promotora do evento em conjunto às Associações de Municípios do Estado, com realização pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

Subcláusula Única: O apoio financeiro concedido ao projeto de iniciativa da PATROCINADA conta com a contrapartida de divulgar a atuação do PATROCINADOR, fortalecer o seu conceito, agregar valor à sua marca, gerar o reconhecimento ou ampliar o relacionamento com seus públicos de interesse.

PREVISÃO LEGAL Art. 25, da Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará até o prazo necessário para a execução do objeto patrocinado.

Florianópolis, 13 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 206 - DOM - ITUPORANGA

Extrato de Contrato nº 206/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Ituporanga

CONTRATANTE: Município de Ituporanga

CNPJ: 83.102.640/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001- C/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ituporanga no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 696,00 (seiscentos e noventa e seis reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 13 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA Nº 09/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Portaria nº 09/2015, de 20 de março de 2015

Concede triênio ao empregado público do CIGA, Rodrigo Valceli Raimundo, Gerente de T.I.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a previsão no § 4º, art. 73 do Regimento Interno do CIGA, Resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Rodrigo Valceli Raimundo, CPF nº 052.543.269-80, a progressão vertical por tempo de serviço, designada de triênio, pelos 3 (três) anos de serviços prestados ao CIGA completados em 19 de março de 2015;

Art. 2º A partir do dia 19 de março de 2015, a referência salarial do Sr. Rodrigo Valceli Raimundo será a 71;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus

efeitos a 19 de março de 2015, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 20 de março de 2015.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

TERMO ADITIVO 001/2014 AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2014 FACISC

TERMO ADITIVO Nº 001/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2014 CELEBRADO EM 01/09/2014 ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI E A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO.

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 02.375.463/0001-63, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito Rubens Blazkowski, doravante denominado CONSÓRCIO QUIRIRI e a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS - FACISC, doravante denominada FACISC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 78.354.636/0001-29, sediada na Rua Crispin Mira, 319, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Ernesto João Reck, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 1256, São Lourenço do Oeste, portador do RG 12/R 1.238.870 e CPF nº 476.930.459-53, considerando a notória expertise da FACISC e seu envolvimento com o tema em questão e com outros consórcios públicos, resolvem celebrar este Termo de Cooperação Técnica, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - o objeto deste Termo Aditivo entre o CONSÓRCIO e a FACISC consiste em acrescentar e detalhar ao Termo de Cooperação Técnica a execução de parte do Módulo 1 descrito no Projeto Básico, bem como o desembolso financeiro a ser empenhado para a realização das atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.0 - O presente Termo Aditivo tem os seguintes objetivos específicos:

a) Descrever a execução das atividades do Módulo 1 do Projeto Básico "MODELO DE DESCENTRALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL";

b) Detalhar o orçamento necessário para a execução do Módulo 1 do Projeto Básico - Diagnóstico do Arranjo Legal e Institucional da Gestão Ambiental dos Municípios integrantes do Consórcio Quiriri;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - A execução do Módulo 1 - Diagnóstico do Arranjo Legal e Institucional da Gestão Ambiental dos Municípios integrantes do Consórcio Quiriri contará com as seguintes atividades:

- a) Visitas ao Município;
- b) Análise da situação institucional atual do Município;
- c) Análise da legislação ambiental municipal existente;
- d) Análise da estrutura organizacional existente;
- e) Avaliação e Levantamento do quadro técnico funcional do Município;
- f) Arranjo legal, composição e funcionamento do Conselho de Meio Ambiente;
- g) Proposta de atualização da Legislação;
- h) Análise e levantamento da estrutura administrativa e

organizacional do Consórcio;

i) Relatório Parcial descritivo de Ações e Propostas

3.2 - As atividades dos itens "a" a "g" poderão ser executadas nos municípios de:

- a) São Bento do Sul;
- b) Corupá;
- c) Rio Negrinho;
- d) Campo Alegre;

3.3 - As atividades dos itens "a" a "g" somente serão executadas nos municípios que firmarem Contrato de Programa e respectivo ontrato de Rateio com o Consórcio Público.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.4 - Os recursos necessários à execução do Módulo I será de R\$ 18.485,00 (dezoito mil, quatrocentos oitenta cinco reais). O valor da execução dos itens "a" a "g" da cláusula anterior será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada município, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e para a execução dos itens "h" e "i" o valor total será de R\$ 8.450,00 (oito mil, quatrocentos e cinquenta reais)

CLÁUSULA QUINTA - DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

3.5 - o valor será repassado da seguinte forma:

- a) R\$ 8.485,00 no ato de assinatura do presente aditivo;
- b) R\$ 10.000,00 no ato de entrega do Relatório Parcial de atividades constantes na alínea "i" da Cláusula Terceira e conclusão do Módulo I;

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.6 - Este Termo Aditivo terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

3.7 - o Consórcio publicará extrato do presente instrumento no seu órgão oficial de publicação, Diário Oficial dos Municípios, veiculado eletronicamente no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, podendo ser alterado ou prorrogado mediante lavratura de termo aditivo.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam este Termo Aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos efeitos legais, em juízo e fora dele.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2014.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

RUBENS BLAZSKOWSKI

Prefeito de Campo Alegre

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

DE SANTA CATARINA - FACISC

ERNESTO JOÃO RECK

Presidente da FACISC

Testemunhas:

1ª _____

NOME:

RG:

CPF:

2ª _____

NOME:

RG:

CPF:

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2014
FACISC**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI E A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 02.375.463/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Rubens Blazkowski, doravante denominado de CONSÓRCIO QUIRIRI e a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS - FACISC, doravante denominada FACISC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 78.354.636/0001-29, sediada na Rua Crispim Mira, 319, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Ernesto João Reck, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à rua Dom Pedro II, 1256, São Lourenço do Oeste, portador do RG 12/R1.238.870 e CPF nº 476.930.459-53, considerando a notória expertise da FACISC e seu envolvimento com o tema em questão e com outros consórcios públicos, resolvem celebrar este Termo de Cooperação Técnica, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste Termo de Cooperação Técnica entre o CONSÓRCIO QUIRIRI e a FACISC, conforme os objetivos específicos constantes na cláusula segunda do presente Instrumento, consiste na construção, organização e implementação do "MODELO DE DESCENTRALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL", propiciando a possibilidade dos Municípios consorciados atuarem na avaliação de impacto ambiental local, de acordo com os objetivos e finalidades previstas no Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO QUIRIRI.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O presente Termo de Cooperação Técnica tem os seguintes objetivos específicos:

- I - Cooperação técnica para a implementação dos instrumentos de avaliação de impacto ambiental;
- II - Cooperação técnica na implantação do Modelo de Descentralização das Atividades de Meio Ambiente;
- III - Cooperação técnica na estruturação e organização dos Sistemas de Licenciamento Ambiental Municipal;
- IV - Apoio na estruturação e organização do modelo de participação do CONSÓRCIO QUIRIRI como órgão apoiador da descentralização ambiental;
- V - Apoio em treinamento e capacitação de recursos humanos pertencentes ao quadro de pessoal do Município, com atuação direta na área de meio ambiente;
- VI - Apoio e cooperação na disposição de pessoal técnico qualificado para estruturação do Sistema Municipal de Meio Ambiente;
- VII - Cooperação financeira para o exercício das demais atividades afins ligadas à implementação dos instrumentos de avaliação de impacto ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os resultados gerados exclusivamente por este Termo de Cooperação Técnica serão de propriedade das partes, podendo ser utilizados livremente por ambas, observado o disposto na Cláusula

Sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

Para a efetivação do presente Termo de Cooperação Técnica, as partes designarão técnicos especializados para a execução das obrigações assumidas, conforme a Cláusula Quinta deste Instrumento, e de acordo com o detalhamento do Projeto Básico (anexo I).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**I - Compete à FACISC:**

- a) designar um supervisor para acompanhar a execução das atividades pactuadas no presente Termo de Cooperação Técnica e em conformidade com o Projeto Básico;
- b) efetuar a transferência de estudos, produtos e sistemas, desenvolvidos e em desenvolvimento, sob sua responsabilidade, necessários à efetivação do objeto do presente Termo de Cooperação;
- c) apoiar tecnicamente a implementação das fases descritas no Projeto Básico (anexo I) para o acompanhamento e a execução das ações e atividades objeto deste Termo;
- d) emitir orientações e cooperar com a consecução do objeto deste Termo de Cooperação Técnica.
- e) inserir a logomarca do CONSÓRCIO QUIRIRI nos materiais de divulgação dos produtos eventualmente gerados exclusivamente pelo presente Termo;

II - Compete ao CONSÓRCIO QUIRIRI:

- a) indicar um representante que estabelecerá a interlocução junto à FACISC para acompanhamento da execução deste Termo;
- b) disponibilizar à FACISC todas as informações e produtos envolvidos ou resultantes deste Termo;
- c) disponibilizar equipamentos e materiais necessários à consecução do objeto deste Termo;
- d) colaborar no acompanhamento da qualidade técnica da execução dos objetivos deste Termo;
- e) inserir a logomarca da FACISC nos materiais de divulgação dos produtos eventualmente gerados exclusivamente pelo presente Termo;
- f) prestar apoio à FACISC para a execução dos objetivos propostos no presente Termo de Cooperação, de acordo com as fases estabelecidas no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEXTA - DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste Termo de Cooperação será consignada a participação de ambas as partes e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada a logomarca oficial do CONSÓRCIO QUIRIRI e da FACISC, ambas na mesma proporção.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS e CONTRAPARTIDAS

Os recursos necessários à execução do objeto deste Termo de Cooperação serão empenhados de acordo com o programa de execução do Projeto Básico, sendo este valor custeado integralmente pelo CONSÓRCIO QUIRIRI. A Contrapartida será custeada integralmente pela FACISC e consistirá em material de apoio, equipamentos de informática, espaço físico, telefone, secretariado, equipe técnica, etc., e serão objeto de Termos Aditivos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DESPESAS E DOS RECURSOS

As despesas serão custeadas integralmente pelo CONSÓRCIO QUIRIRI, de acordo com as respectivas disponibilidades orçamentárias/financeiras, quer no que se refere à interveniência de suas

equipes técnicas, quer no uso de seus materiais e equipamentos, quer quanto à transferência de recursos.

Parágrafo Primeiro. Os recursos empenhados pelo CONSÓRCIO QUIRIRI nos exercícios de 2014 e 2015 serão destinados a despesas de custeio das atividades descritas no Projeto Básico.

Parágrafo Segundo. Para o(s) próximo(s) exercício(s) os recursos ficarão condicionados à disponibilidade orçamentária/financeira dos Partícipes, e serão objeto de Termos Aditivos.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação poderá ser rescindido por acordo das partes, ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, imputando-lhes, em qualquer hipótese, as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este Termo de Cooperação Técnica terá vigência de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O CONSÓRCIO QUIRIRI publicará extrato do presente instrumento no seu órgão oficial de publicação, Diário Oficial dos Municípios, veiculado eletronicamente no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, podendo ser alterado ou prorrogado mediante lavratura de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO FORO

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas durante a vigência deste Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no Foro da Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam este Instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2014.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC
RUBENS BLASZKOWSKI	ERNESTO JOÃO RECK
Prefeito de Campo Alegre	Presidente da FACISC

Testemunhas:

1ª _____	2ª _____
NOME:	NOME:
RG:	RG:
CPF:	CPF:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**RESOLUÇÃO 02-2015**

Resolução n. 002/2015

Dispõe sobre o Regulamento do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do Consórcio, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º - A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Consórcio e dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, e submete-se ao regulamento estabelecido nesta Resolução.

Art. 2º - O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§ 3º O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 4º O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC que será o órgão promotor da licitação, com apoio dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

Art. 3º - Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 3º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 4º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 4º - Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

Art. 5º - A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 6º - A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.

Art. 7º - Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesta Resolução, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 8º - À autoridade competente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, de acordo com as atribuições previstas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do Consórcio, cabe:

- I. indicar o provedor do sistema;
- II. designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio;
- III. determinar a abertura do processo licitatório;
- IV. decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;
- V. adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI. homologar o resultado da licitação; e
- VII. celebrar ou gerenciar contratos e atas de registro de preços.

Art. 9º - Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I. elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização
- II. aprovação do termo de referência pela autoridade competente;
- III. apresentação de justificativa da necessidade da contratação;
- IV. elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;
- V. definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e
- VI. designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração do Consórcio.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 10 - As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, ou nos servidores dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

§ 1º A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 2º Somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor nomeado pelo presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, podendo ser servidor do Consórcio ou dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

Art. 11 - Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I. coordenar o processo licitatório;
- II. receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- III. conduzir a sessão pública na internet;
- IV. verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- V. dirigir a etapa de lances;
- VI. verificar e julgar as condições de habilitação;
- VII. receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII. indicar o vencedor do certame;
- IX. adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X. conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI. encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 12 - Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- I. credenciar-se no provedor do sistema para certames promovidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC;
- II. remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
- III. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- V. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- VI. utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- VII. solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no provedor do sistema terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 14 - Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I. à habilitação jurídica;
- II. à qualificação técnica;
- III. à qualificação econômico-financeira;
- IV. à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- V. à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e
- VI. ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição e no inciso XVIII do art. 78 da lei no 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá ser substituída por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 15 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

- I. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC;
- II. apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;
- III. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;
- IV. demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;
- V. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- VI. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e
- VII. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17 - A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios

oficiais do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC no endereço eletrônico www.consorciovcv.sc.gov.br ou dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

§ 3º O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a (8) oito dias úteis.

§ 4º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 18 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 19 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 20 - Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 21 - Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas nesta Resolução.

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 22 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 23 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 24 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 25 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada por meio de

Sistema de Cadastramento de Fornecedores ou por meio documental quando for exigido o encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no de Sistema de Cadastramento de Fornecedores, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8º Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei no 8.666, de 1993.

§ 9º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

§ 10. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante declarado vencedor.

§ 11. A apresentação de novas propostas na forma do § 10 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

Art. 26 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro

poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 27 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 28 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e com os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, e será descredenciado no Sistema de Cadastro de Fornecedores pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 29 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 30 - O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

- I. justificativa da contratação;
- II. intenção de registro de preço - IRP dos Municípios
- III. termo de referência;
- IV. planilhas de custo, quando for o caso;
- V. autorização de abertura da licitação;
- VI. designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VII. edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII. minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
IX. documentação exigida para a habilitação;
X. parecer jurídico;
XI. publicação do aviso do edital;
XII. eventuais recursos, respectivas análises e decisões;
XIII. ata contendo os seguintes registros:
a. licitantes participantes;
b. propostas apresentadas;
c. lances ofertados na ordem de classificação;
d. aceitabilidade da proposta de preço;
e. habilitação; e
f. recursos interpostos, respectivas análises e decisões;
XIV. Publicações;
a. do resultado da licitação;
b. do extrato do contrato ou ata de registro de preços; e
c. dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1º O processo licitatório será realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas, por tempo exigido na legislação em vigor.

§ 3º A ata será disponibilizada na internet, sítio www.consortio-cvc.sc.gov.br, para acesso livre, após o encerramento da sessão pública.

Art. 31 - O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC estabelecerá instruções complementares ao disposto nesta Resolução.

Art. 32 - Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Freitas - SC, 24 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Prefeito de Coronel Freitas

